

SONAE

**STRONGER
FASTER
BETTER**

RELATÓRIO E CONTAS 2020

SOBRE ESTE RELATÓRIO

O ano de 2020 foi um ano sem precedentes, fortemente impactado por uma pandemia que mudou completamente as nossas vidas. Para a Sonae, foi um ano de trabalho árduo para sermos *Stronger, Faster, Better* (mais Fortes, mais Rápidos, Melhores). Apesar dos desafios impostos pelo contexto de pandemia, continuámos focados na nossa missão de criar e partilhar valor económico, natural e social de longo prazo. Foi um ano de muitos sucessos arduamente conquistados.

STRONGER, FASTER, BETTER.

O nosso relatório demonstra o nosso compromisso em comunicar com completa transparência e permite uma visão geral da nossa estratégia, portefólio e desempenho, num Relatório de Gestão único e integrado. Este Relatório de Gestão Integrado demonstra a forma como a nossa abordagem de criação de valor se encontra alinhada com as seis dimensões do *Integrated Reporting (IR) framework* (Estrutura de Relatórios Integrados) – capital financeiro, humano, social, industrial, intelectual e natural.

Este relatório é preparado de acordo com os requisitos legais vertidos no Código das Sociedades Comerciais, o *Integrated Reporting framework* proposto pelo *International Integrated Reporting Council (IIRC)*, os *International Reporting and Information Standards* (Normas Internacionais de Reporte de Informação) e de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (*GRI Standards*) para o nível “De acordo – Essencial”. O relatório realça o nosso desempenho ao nível dos Princípios do *Global Compact* das Nações Unidas e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), respondendo ainda aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017 (Portugal) e da Lei n.º 11/2018, de 28 de dezembro 2018 (Espanha).

O âmbito do relatório anual de 2020 inclui o Relatório Integrado de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e as Demonstrações Financeiras. O suplemento GRI em anexo, submetido a verificação por uma entidade externa (KPMG), complementa a informação apresentada no capítulo de Desempenho do Relatório Integrado de Gestão que está estruturado com base nos cinco eixos de ação que identificámos como prioritários.

01. RELATÓRIO DE GESTÃO

Principais indicadores do grupo

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Mensagem da Presidente da Comissão Executiva

O nosso legado é o nosso ADN

O nosso Modelo de Negócio

Gestão de Valor através do modelo de governo

A nossa Estratégia

O nosso Portefólio

O nosso Desempenho

Considerações finais e agradecimentos

Anexos

02. RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Parte II: Avaliação do Governo Societário

Anexo I

03. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Financeiras Individuais

04. ANEXOS | SUPLEMENTO GRI

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

STRONGER

RELATÓRIO DE GESTÃO

| | |
|--|----|
| 1. Principais indicadores do grupo | 06 |
| 2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração | 10 |
| 3. Mensagem da Presidente da Comissão Executiva | 16 |
| 4. O nosso legado é o nosso ADN | 19 |
| 5. O nosso Modelo de Negócio | 21 |
| 6. Gestão de valor através do modelo de governo | 23 |
| 7. A nossa Estratégia | 54 |
| 8. O nosso Portefólio | 60 |
| 9. O nosso Desempenho | 69 |
| 10. Considerações Finais e Agradecimentos | 92 |
| 11. Anexos | 93 |

2020, um ano de sucessos arduamente alcançados.

Sempre alicerçado num forte desempenho económico e ao mesmo tempo fazendo a diferença em busca de uma sociedade melhor, incluindo o respeito e o cuidado pela natureza.

€7,4 MM

VOLUME DE NEGÓCIOS PROPORCIONAL

cerca de €480 M de vendas *online*

€92,6 M

DIVIDENDOS PAGOS EM 2020

(7,4% *Dividend yield* proposto para 2021)

€4,2 MM

NAV | €2,1 POR AÇÃO

(forte *upside* face ao preço da ação)

11% RoIC

TARGET > 10%

(8% em 2019)

46 mil

COLABORADORES

(45 mil em 2019)

-38% CO₂

EMISSÕES vs 2019

(Neutralidade carbónica até 2040 | target definido em 2020 para as emissões GEE do âmbito 1+2)

Nota: Vendas online correspondem a números agregados, o que inclui 100% de todos os negócios.

RoIC (Retorno dos Capitais investidos) calculado com os valores proporcionais e assumindo a Sonae-Sierra e a Sonae IM a custo histórico. *Dividend yield* proposto é calculado com base no preço da ação no último dia de 2020. Neutralidade carbónica das operações até 2040, antecipando 10 anos face ao target global de 2050. Número de colaboradores incluem todas as empresas consolidadas integralmente nas contas Sonae, e não incluem NOS, ISRG e MDS.

PEGADA CARBÓNICA 2020

Emissões âmbito 1+2

-29% FACE A 2018

Total emissões

-38% FACE A 2019

ENERGIA RENOVÁVEL

Produção efetiva de energia a partir de fontes renováveis

+43% FACE A 2019

PEGADA DE PLÁSTICO

100% das nossas embalagens vão ser reutilizáveis, recicláveis e compostáveis

ATÉ 2025

73%

**DAS NOSSAS
EMBALAGENS ERAM
REICLÁVEIS EM 2020**

4,9 mil

**TONELADAS DE PLÁSTICO
VIRGEM EVITADO**

+9% FACE A 2019

108.000

ÁRVORES DOADAS

(+5,2x comparado com 2019)





39%

**MULHERES EM CARGOS
DE LIDERANÇA ATÉ 2023**

36%

**MULHERES EM CARGOS
DE LIDERANÇA**

(+2 p.p. face a 2019)

1,1 M

HORAS DE FORMAÇÃO

(-9% face a 2019)

€14 M

DE APOIO À COMUNIDADE

(+24% face a 2019)

1.208

INSTITUIÇÕES APOIADAS

(+10% face a 2019)

VOLUME DE NEGÓCIOS (PROPORCIONAL)

€7,0 MM em 2019

+6,0%

| |
|------------------|
| 69% SONAE MC |
| 16% WORTEN |
| 5% NOS |
| 5% SONAE FASHION |
| 3% ISRG |
| 2% SONAE IM |
| 1% SONAE SIERRA |
| 1% SONAE FS |

EBITDA SUBJACENTE (PROPORCIONAL)

€0,8 MM em 2019

-1,3%

| |
|------------------|
| 67% SONAE MC |
| 9% WORTEN |
| 21% NOS |
| 2% SONAE FASHION |
| 2% ISRG |
| 0% SONAE IM |
| 3% SONAE SIERRA |
| 2% SONAE FS |

VOLUME DE NEGÓCIOS (ESTATUÁRIO)

€6,4 MM em 2019

+6,1%**€6,8 MM****EBITDA SUBJACENTE (ESTATUÁRIO)**

€601 M em 2019

-1,3%**€593 M****VENDAS ONLINE**

(Agregadas)

€480 M**FCF (ANTES DE DIVIDENDOS PAGOS)**

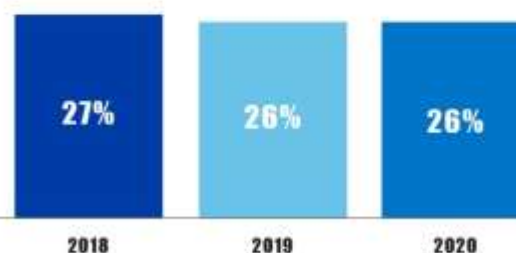
€291 M em 2019

€220 M**DÍVIDA LÍQUIDA**

€1.150 M em 2019

-4,1%**€1.103 M****CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA**

1,2% em 2019

1,2%**HOLDING LTV****SONAE MC
DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL / EBITDA SUBJACENTE****NOS
DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA / EBITDA****SONAE SIERRA
LTV (LÍQUIDO)**

O nosso desenvolvimento enquanto sociedade e o respeito pela natureza têm que andar de mãos dadas.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No início do ano passado, e pouco antes da humanidade ter sido confrontada com uma enorme batalha contra uma ameaça até então totalmente desconhecida, escrevi que nunca tinha sido tão fácil compreender que as convicções da Sonae – de que as empresas têm de ser capazes de gerar simultaneamente valor económico, social e ambiental – são fundamentais. Era minha convicção que as sociedades em geral estavam progressivamente a aceitar que este deve ser o caminho a seguir, bem como as suas implicações. Não sabia, então, quanto esta crescente consciencialização e aceitação seriam dramaticamente aceleradas.

A atual pandemia provocou um forte choque no nosso tecido social, natural e económico. Um choque que destruiu crenças que considerávamos inabaláveis. Fomos novamente lembrados da nossa fragilidade. A sociedade como um todo compreendeu de forma errada o caminho para o desenvolvimento, ao posicionar-se acima da natureza. A pandemia levou-nos a redescobrir uma verdade fundamental: o nosso desenvolvimento enquanto sociedade e o respeito pela natureza têm que andar de mãos dadas. Ao longo de várias gerações, pensámos que estávamos em controlo. Mas não estávamos. Fazemos parte de uma rede extremamente complexa que depende de recursos limitados. Compreender e respeitar essa interdependência é fundamental para procurar um amanhã melhor, um mundo melhor.



Os custos sociais, económicos, culturais e naturais da atual pandemia ainda estão a acumular-se e levaremos anos para compreender as suas verdadeiras consequências. Estamos neste momento a lidar com os custos sanitários e sociais de curto prazo, mas os efeitos são mais profundos, muito mais profundos, e assimétricos a nível da sociedade, regiões e empresas. O colapso de pequenas empresas, o desemprego, as dificuldades no acesso a cuidados de saúde, as barreiras à literacia científica, o agravamento das tensões, as divisões raciais e sociais e o oportunismo político estão agora exacerbados.

Apesar destes meses sombrios, há também muitos sinais de esperança. Há organizações que trabalharam incansavelmente para servir as suas comunidades com coragem. Empresas que inovaram rapidamente para fornecer produtos e serviços e apoiar pessoas necessitadas. Instituições que juntas, e em tempo recorde, desenvolveram múltiplas vacinas, um feito científico sem precedentes.

Mais do que nunca, as organizações devem fazer a sua parte. As organizações têm que reconhecer o seu propósito e adotar estratégias verdadeiramente sustentáveis, definir metas ambiciosas para uma sociedade melhor e focar-se na criação de valor de longo prazo. Na Sonae, saudamos entusiasticamente esta mudança porque, na verdade, torna a nossa difícil ambição de acrescentar valor económico, social e natural um pouco menos difícil. Nas nossas tarefas diárias, sentimos mais apoio, compreensão e ajuda de mercados financeiros, consumidores, colaboradores, parceiros e fornecedores. E novas soluções estão a emergir para problemas persistentemente difíceis.

De enorme relevância durante 2020 foi a capacidade da UE gerar consenso sobre uma visão de futuro clara e uma ação substancialmente coordenada para enfrentar os efeitos da pandemia. Foi com satisfação que vimos a Europa definir claramente a digitalização e o ambiente como prioridades para moldar o seu futuro a longo prazo.

Valor económico

O impacto da pandemia no desempenho económico dos nossos negócios foi forte e muito distinto, considerando empresas que perderam as suas receitas, mas que continuaram a suportar todos os custos e, outras que tiveram que se esforçar até ao limite para dar resposta às necessidades dos seus clientes.

Apesar deste difícil contexto, conseguimos aumentar o volume de negócios consolidado em 6,1% para €6,8 mil milhões, praticamente manter o EBITDA subjacente e apresentar um retorno sobre o capital investido de 11,1%*, não obstante as fortes perdas operacionais associadas a lojas e centros comerciais encerrados.

Os nossos resultados líquidos foram, no entanto, fortemente impactados por mudanças nas avaliações externas dos nossos centros comerciais e por várias provisões extraordinárias em negócios afetados direta ou indiretamente pelos períodos de confinamento.

Assumindo uma visão estratégica de longo prazo do grau de preparação para o futuro e da perspetiva de criação de valor económico do nosso portefólio, acredito que a pandemia teve impactos negativos e positivos que resultaram numa melhoria geral da nossa situação. Houve, sem dúvida, um foco claro nas respostas operacionais a mudanças constantes de contexto, legislação e requisitos de saúde e segurança, o que reduziu o tempo disponível para fusões e aquisições e novas iniciativas de negócio que acreditamos serem importantes para moldar o nosso portefólio. Por outro lado, e de maior impacto imediato e de longo prazo, as nossas equipas geriram com sucesso uma aceleração enorme no comércio eletrónico e na digitalização. A Sonae não só é hoje claramente líder no mercado português de *e-commerce*, como a nossa quota

* Retorno sobre o capital investido calculado com valores proporcionais e com a Sonae Sierra e Sonae IM a custo histórico.

média de mercado *online* nos negócios de retalho que controlamos já ultrapassou a quota *offline* equivalente! Uma transformação notável na última década, que passou despercebida em muitos círculos. Reconhecemos plenamente que devemos fazer muito mais nesta área para atingir o nível de penetração *online* de mercados mais avançados e para crescer de forma mais significativa em outros mercados.

Apesar de sustentar níveis significativos de investimento operacional e financeiro, o grupo foi capaz de gerar *cash-flow* suficiente para reduzir a sua dívida líquida, enquanto todos os negócios mantiveram os seus níveis de alavancagem *investment grade*. O nosso grupo está totalmente financiado para os próximos 18 meses e a maturidade média da dívida manteve-se acima dos 4 anos. Durante 2020, a Sonae refinanciou mais de €750 milhões e executou os seus primeiros empréstimos associados a objetivos ESG no valor de €170 milhões e um *green loan* (financiamento para projetos ambientais) de €55 milhões.

Estes resultados apenas foram possíveis dada a resiliência e flexibilidade inigualáveis da Sonae, as nossas competências digitais e a diversificação dos nossos negócios, demonstrando, uma vez mais, o valor de longo prazo da diversificação do risco – algo em que acreditamos há muitos anos.

A pandemia fortaleceu o foco nas questões de sustentabilidade, melhorando o acesso a capital por parte de empresas e investimentos ancorados em estratégias sustentáveis sólidas, testadas e de longo prazo. Os próximos anos serão marcados por uma aceleração contínua desta tendência e redefinirão a avaliação de investimentos. Acreditamos que a Sonae estará na vanguarda deste movimento e que estamos bem posicionados para beneficiar destes fluxos de capital.

Valor social

Acredito que a pandemia valorizou o papel do setor de retalho, em particular o papel fundamental do retalho alimentar, construindo um sentido mais profundo de propósito e proximidade com clientes e colaboradores, mas também destacando a nossa responsabilidade social.

Apesar das difíceis condições económicas e do decréscimo do nosso resultado líquido, a Sonae percebeu que devia fazer um esforço extraordinário para ajudar a sociedade a lidar, tanto quanto possível, com os graves impactos sociais desta crise.

Neste sentido, reforçámos o apoio à comunidade num momento difícil para as famílias, em todas as nossas geografias. O nosso apoio à comunidade cresceu 24% para €14 milhões, e mobilizámos a nossa equipa e as nossas estruturas para enfrentar os inúmeros desafios que a pandemia trouxe. Doámos milhares de bens, nomeadamente produtos alimentares e eletrónicos, e fizemos uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia para proporcionar 2.500 assinaturas gratuitas do jornal Público a desempregados no país, dando simultaneamente acesso gratuito às notícias sobre Covid-19 deste jornal, pois sentimos que o acesso a informação fidedigna era importante durante a crise sanitária.

Acreditamos firmemente na ciência, e, no atual contexto, no papel crítico que desempenha na promoção da saúde e do bem-estar. Doámos €0,5 M à iniciativa *Coronavirus Global Response*, que teve como objetivo angariar fundos para acelerar a investigação, o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a vacinas, diagnóstico e tratamento contra a Covid-19.

Enquanto membro da *European Roundtable for Industry* (ERT), a Sonae comprometeu-se a fazer face a alguns dos desafios urgentes do século XXI: em particular no que diz respeito ao nosso ativo mais importante, as nossas pessoas e a sua diversidade. Como membros da ERT, estamos empenhados em cooperar com os decisores políticos e outros *stakeholders* para impulsionar a empregabilidade na Europa, especialmente para aqueles sem emprego ou em risco de serem deslocados.

A publicação da *European Skills Agenda* constitui uma oportunidade para colocar as pessoas no centro das transições digital e ecológica em curso. Investir na empregabilidade é investir na prosperidade e no futuro da Europa.

A nossa posição sobre Desigualdades Sociais e Desenvolvimento Inclusivo começa dentro da Sonae. Nesse sentido, definimos e comunicámos metas claras sobre a igualdade de género, com o objetivo de atingir 39% das mulheres em cargos de liderança até 2023. Em 2020, a Sonae alcançou melhorias importantes, atingindo 36%, +2p.p. face a 2019. Com o objetivo de reforçar o nosso compromisso com a paridade de género, o indicador 'Mulheres na Liderança' foi associado ao sistema de incentivos da gestão da Sonae, refletindo a nossa convicção de que a diversidade, nomeadamente de género, não só trará mais criatividade e inovação às nossas equipas, como irá garantir melhores decisões e também melhor desempenho. Temos o orgulho de liderar o índice "*Leading Together*", que avalia a igualdade de género nos conselhos de administração das empresas do PSI-20.

Continuámos a dar especial atenção às necessidades das nossas pessoas e a garantir que temos os recursos certos para as apoiar durante as fases mais vulneráveis. Apesar de muitas das nossas unidades de negócio terem encerrado devido a requisitos legais, não adotámos nenhum regime de *layoff* nos negócios que controlamos totalmente em Portugal. Apoiámos as nossas pessoas, reajustámos as nossas operações e alocámos recursos internamente, para que os nossos colegas mantivessem os seus empregos. Perspetivando o futuro, dado o impacto esperado da transição digital e climática, como membro da ERT, a Sonae lidera o grupo de trabalho *Jobs, Skills & Impact* (Empregos, Competências e Impacto) que visa lançar um programa de apoio a cidadãos europeus desempregados ou em risco de perderem o emprego, devido a esta dupla transição. O principal objetivo é encontrar formas de preencher as lacunas de competências e desenvolver uma sociedade mais inclusiva, resiliente e competitiva. Em 2020, o grupo de trabalho deu início à conceção do programa piloto, ao qual a Sonae se irá associar.

Valor natural

A Sonae tem sido extremamente ativa na proteção e desenvolvimento do capital natural com uma abordagem multidimensional. Desenvolvemos um modelo, uma estratégia, métricas de desempenho e objetivos ambientais.

A Sonae, juntamente com outras 30 empresas europeias de referência, foi um dos primeiros subscritores do *European Green Deal*, com o objetivo de acelerar a mudança para a criação de um futuro mais justo, sustentável e resiliente. Queremos mudar o paradigma económico para um baseado na circularidade, energias limpas e indústrias de baixo carbono.

Na Floresta Sonae, reunimos todas as empresas Sonae num projeto que visa compensar as emissões de CO₂ da nossa frota de veículos movidos a combustíveis fósseis, até à sua substituição total, através da plantação de 1.000 hectares de floresta. Este projeto será uma das maiores florestas privadas em Portugal e pretende aliar produção de madeira, retenção de carbono, biodiversidade e resistência natural ao impacto dos incêndios florestais. Objetivo que será alcançado com arborização de diversas espécies nativas resistentes ao fogo, em particular ao longo de linhas de água e corredores ecológicos, elevando o nível de biodiversidade consideravelmente acima do normal das florestas produtivas.

Ainda na área do clima, além do nosso compromisso com o *Paris Pledge for Action* e dos objetivos acordados, trabalhamos arduamente para encontrar novas soluções, fomos capazes de melhorar as nossas metas e assumimos um compromisso público de reduzir as nossas emissões próprias em 54% até 2030 e alcançar operações neutras em carbono até 2040, antecipando o prazo desta meta em dez anos. Para que isto seja possível, demos passos importantes nesta área, como o reforço do nosso investimento em energias renováveis, cuja capacidade de produção cresceu 43% em 2020.

A sustentabilidade começa em casa. O nosso novíssimo Sonae Tech Hub foi reconhecido pelo *United States Green Building Council* com a pontuação mais elevada de LEED em termos de sustentabilidade já atribuída a um edifício português (89

pontos) e reconhecendo-o como um dos 100 edifícios mais eco eficientes do Mundo[†]. O Sonae Tech Hub é um espaço de inovação que acolhe os nossos projetos digitais mais inovadores, onde trabalham mais de 600 quadros técnicos, e é o nosso lar por um futuro melhor.

Uma das pressões mais significativas sobre o nosso ecossistema decorre da produção alimentar e do impacto nos *habitats* naturais, impondo uma necessidade urgente de encontrar fontes alternativas sustentáveis que limitem a sobre-exploração dos *stocks* selvagens. A nossa parceria Dourada do Algarve, sendo o maior projeto português de aquacultura, produziu 900 toneladas de peixe em 2020 e reforça o nosso compromisso com a produção nacional e sustentável, apoiando as comunidades locais e reforçando simultaneamente a nossa proposta de valor. Com esta parceria, conseguimos uma oferta mais sustentável para os nossos clientes – o projeto garante premissas de sustentabilidade acima dos padrões normalmente adotados pelos principais produtores europeus, nomeadamente: nenhum tipo de antibiótico é utilizado na atividade produtiva, os alimentos[‡] não contêm suplementos de origem animal e a densidade média de produção ao longo do ano é de 12 kg/m³, com valores substancialmente inferiores aos habitualmente utilizados de 18 a 20 kg/m³ nas principais unidades de produção de aquacultura internacional – e garantimos a frescura e a qualidade do peixe comercializado.

Hoje, mais de 70% de nossas embalagens de plástico são recicláveis, o que nos deixa confiantes de que estamos no caminho certo para garantir que até 2025 todas as nossas embalagens de plástico sejam recicláveis, compostáveis ou biodegradáveis.

A Sonae publica todas as métricas e metas de sustentabilidade relevantes para os nossos *stakeholders*. O grupo foi reconhecido como líder mundial pelo CDP[§] com a avaliação mais elevada possível: A. Estamos muito orgulhosos por receber este prémio que reconhece a ambição, ação e transparência da Sonae em termos ambientais à escala global e estamos cientes de que vai elevar a fasquia para o nosso desempenho futuro.

O nosso planeta está sob forte pressão e a aproximar-se do seu ponto de rutura. Temos de cuidar do ecossistema para que o ecossistema cuide de nós. A ligação entre o dióxido de carbono induzido pelo homem e as mudanças climáticas está demonstrada há muito tempo. Agora, a ciência está a mostrar claramente que o nosso impacto sobre a biodiversidade é um desafio ainda maior e com implicações mais expressivas e amplas. O reconhecimento de que a biodiversidade desempenha um papel crítico no nosso futuro levou-nos a começar a definir estratégias de biodiversidade para todos os nossos negócios, para garantir uma rápida redução do nosso impacto sobre a biodiversidade e, desejavelmente, encontrar formas de dar o nosso contributo para a reversão dos danos.

Tenho a honra de partilhar com a Cláudia a liderança de um Grupo Consultivo que supervisiona e lidera ativamente o caminho a seguir na melhoria do nosso desempenho social e ambiental, no sentido de cumprir o nosso propósito e juntar valores e valor.

Considerações finais

A pandemia destacou a qualidade humana das nossas equipas. A pegada da Sonae colocou as nossas pessoas na linha da frente e elas estiveram à altura do desafio, como eu sabia que fariam. As nossas equipas foram muito além das suas responsabilidades, com uma clara missão de ajudar, sabendo que, diante de uma crise tão caótica, teriam um papel vital na

[†] quando a certificação foi concedida, a Sonae conquistou a 90ª posição entre os 100 melhores do Mundo.

[‡] alimentação sem OGM (Organismos geneticamente modificados) e à base de produtos do mar, de acordo com a informação disponibilizada pelo produtor.

[§] *Carbon Disclosure Project*

satisfação de necessidades sociais básicas. Gostaria de manifestar a minha mais profunda gratidão a todos os colegas pela sua dedicação imediata e altruísta.

O futuro deve ser e será um futuro de esperança. Acredito que nos tempos difíceis precisamos de encontrar dentro de nós uma luz que nos guie para um futuro melhor. A minha luz é a verdadeira convicção de que podemos fazer sempre melhor. E faremos melhor. Devemos acolher esta responsabilidade, agir como agentes de mudança e liderar o caminho. A nossa abordagem voltada para o futuro garantirá que somos uma organização *long-living*, que estará sempre pronta - estrutural, financeira e culturalmente - para o que quer que o futuro nos traga.

O nosso trabalho é diariamente reconhecido pelos nossos clientes que, ano após ano, elegem as nossas marcas como as mais confiáveis em cada setor e nos recompensam com sua preferência.

Gostaria igualmente de agradecer à Comissão Executiva, aos meus colegas do Conselho de Administração, aos membros de todos os nossos órgãos estatutários, aos nossos parceiros e aos nossos fornecedores pelo seu apoio continuado e comprometido.

Paulo Azevedo

Presidente do Conselho de Administração

Na Sonae, construímos um legado, devido ao nosso foco no futuro.

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

2020 foi um ano diferente. A pandemia Covid-19 impactou cada aspeto das nossas vidas e desafiou-nos enquanto organização. Enfrentámos disrupções profundas em áreas como a saúde e a segurança, o trabalho remoto, as cadeias de abastecimento e a aceleração digital. E não só estivemos à altura do desafio, como nos projetámos para o futuro.

Somos hoje uma empresa preparada para a era digital. A nossa resposta à pandemia distinguiu-nos de forma clara da concorrência. Nos nossos negócios de retalho, liderámos o caminho nas vendas online e na fidelização digital dos clientes. Marcas como o Continente ou a Worten viram as suas quotas de mercado no e-commerce atingirem valores bem acima das suas posições já de liderança em Portugal, contribuindo para um total de vendas online do grupo de cerca de €480 M. No último ano, os nossos investimentos em tecnologia na Sonae IM aumentaram significativamente de valor, enquanto acelerámos a digitalização da interação com os nossos clientes no retalho, serviços financeiros e telecomunicações.

2020 foi um ano que comprovou a nossa agilidade coletiva. Movemos milhares de pessoas para trabalho remoto em apenas alguns dias, ajustámos compras e investimentos, adaptámos a capacidade das nossas redes de telecomunicações e das nossas entregas em casa dos clientes. Sem dúvida alguma, as mudanças organizacionais que implementámos nos últimos anos, aliadas ao talento jovem que se juntou ao grupo, foram fundamentais para atingir este nível de preparação e agilidade.

Sempre dissemos que a Sonae é mais do que a soma das suas partes. Isso nunca foi tão verdade como em 2020. As nossas pessoas e os nossos negócios apoiaram-se, aprenderam uns com os outros, e foram desafiados a fazer melhor em conjunto.



Estou incrivelmente orgulhosa e sensibilizada com o compromisso, a criatividade e o esforço feito pelas nossas pessoas durante a pandemia. É naturalmente graças às nossas pessoas que conseguimos chegar tão longe.

Este foi um ano que nos pôs à prova mais do que nunca e respondemos com propósito, permanecendo fiéis aos nossos valores. O nosso propósito deu-nos força para enfrentar os desafios e alcançar grandes progressos nos nossos compromissos ambientais e sociais, em especial no que diz respeito às emissões de carbono, à utilização de plásticos e à igualdade de género. Mas fomos mais além e reforçámos ainda mais o apoio às nossas comunidades. O nosso contributo ascendeu a €14 M e mobilizámos os nossos negócios para doar milhares de bens e equipamentos de proteção individual a pessoas carenciadas e a profissionais de saúde e de segurança.

Globalmente, o portefólio diversificado de negócios líderes da Sonae manteve-se forte. Fomos capazes de aumentar o volume de negócios consolidado em 6,1% para €6.827 M e alcançar um EBITDA subjacente praticamente em linha com o de 2019. A solidez das nossas operações foi sustentada por uma gestão ativa de alocação de capital. Implementámos várias iniciativas de preservação de liquidez em todos os negócios e refinanciámos importantes linhas de crédito de forma a fortalecer ainda mais a nossa estrutura de capital. O nosso portefólio continuou a mostrar a sua capacidade de geração de *cash flow* e a dívida líquida consolidada do grupo diminuiu €47 M para €1.103 M nos últimos 12 meses.

Na Sonae, construímos um legado devido ao nosso foco no futuro. Acreditamos que os avanços científicos irão rapidamente controlar a pandemia. Mas 2021 não será um ano fácil. A nossa prioridade imediata continuará a ser a proteção das nossas pessoas, enquanto permanecemos comprometidos em servir os nossos clientes e criar valor para todos os nossos *stakeholders*. Para isso, teremos que ser incansáveis na inovação e adaptação a um ambiente em constante mudança. Simultaneamente, teremos que permanecer focados em fazer evoluir continuamente o nosso portefólio de investimentos, direcionando a alocação de capital para capturar oportunidades de crescimento de médio prazo e assegurar que a Sonae está preparada para o futuro. Esta sempre foi a nossa filosofia. Agora será mais necessária do que nunca.

Cláudia Azevedo,
CEO (Presidente da Comissão Executiva)

A nossa missão é criar valor económico e social a longo prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas.

O nosso legado está no nosso ADN

1950's–1980's

- 1959** Fundação da Sonae
- 1965** Contratação de Belmiro de Azevedo
- 1983** Sonae entra na bolsa
- 1985** Lançamento do retalho alimentar com a abertura do 1º hipermercado (atualmente Sonae MC)
Primeira carta de Cultura Sonae, descrevendo o ADN da Sonae
- 1987** 7 Ofertas Públicas de Venda (OPVs) para: Particleboard (aglomerado de partículas), Retalho alimentar, Turismo, Media, Robótica, Centros Comerciais, Eletricidade e Refrigeração
- 1989** Início da Sonae Imobiliária (atualmente Sonae Sierra) com a inauguração do 1º centro comercial em Portugal, AlbufeiraShopping

1990's

- 1990** Lançamento do jornal Público
- 1991** Abertura do CascaShopping (Sonae Sierra) em Portugal
- 1995** Criação de marcas independentes fora do setor alimentar: Worten, Modalfa (atualmente MD), Zippy e Maxmat
Sonae adere ao WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*)
- 1997** Entrada em bolsa da Sonae Imobiliária (hoje Sonae Sierra) e parceria com a Grosvenor
Lançamento da SportZone (retalho de desporto)
- 1998** Lançamento da Optimus (operadora de telecomunicações) e entrada da Modelo-Continente em bolsa (retalho alimentar)
Introdução do formato de supermercados de proximidade da Sonae MC (atualmente Continente Bom Dia)
Abertura do NorteShopping (Sonae Sierra), adjacente ao hipermercado de Matosinhos (Porto), em Portugal

2000–2006

- 2000** Stock-split das ações da Sonae SGPS e colocação em bolsa da Sonaecom
- 2001** Saída de bolsa da Sonae Imobiliária (atualmente Sonae Sierra)
Lançamento do canal online do Continente (Continente online)
- 2003** Entrada em bolsa da Sonae Sierra Brasil na Bovespa
- 2004** Sonae adere à iniciativa Global Compact das Nações Unidas
- 2005** Spin-off e colocação em bolsa da Sonae Indústria
Grosvenor reforça participação na Sonae Imobiliária (atualmente Sonae Sierra) para 50%
Venda da operação do retalho alimentar no Brasil à Walmart
- 2006** OPA da Sonaecom sobre a PT e PT Multimédia
Saída de bolsa do Modelo-Continente (retalho alimentar)

2007–2014

- 2007** Paulo Azevedo eleito CEO
Spin-off e entrada em bolsa da Sonae Capital
Aquisição da Carrefour Portugal (retalho alimentar)
- 2008** Entrada da Worten e SportZone em Espanha
- 2009** Criação do Código de Ética da Sonae
Venda de 49,9% da MDS ao Grupo Suzano
- 2011** Criação de "À Nossa Maneira": Cultura, valores e princípios da Sonae
- 2013** Fusão entre a Zon e a Optimus para a criação da NOS
Compromisso com as metas voluntárias ERT (*European Round Table for industry*) para mulheres em posições de liderança
- 2014** Sonaecom lança OPA parcial e voluntária para 24,16% do seu capital social
Sonae IM adquire 60% da S2ISec (cibersegurança)

2015–2019

2015 Paulo Azevedo eleito Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO

Ángelo Paupério eleito Co-CEO

Lançamento do Cartão Universo (Sonae FS)

Sonae subscreve o "Paris Pledge for Action"

2016 Aquisição de 50% da Salsa (Sonae Fashion)

Aquisição de participação na Armilar Venture Partners (antiga ES Ventures) pela Sonae IM

2017 Acordo com a JD Sports e Sprinter para a criação da Iberian Sports Retail Group

2018 Aquisição de 20% adicionais da Sonae Sierra

Aquisição de 51% da participação da Go Well (Sonae MC)

Aquisição de 60% da Arenal Perfumarias (Sonae MC)

2019 Cláudia Azevedo eleita CEO e Paulo Azevedo permanece como Presidente do Conselho de Administração

Sonae Sierra realiza acordo de fusão da Sonae Sierra Brasil com a Aliance Shopping Centres

Realização do "1^o Capital Market Day" da Sonae

Desenvolvimento do novo Plano de Igualdade de Género

2020

Sonae integra Pacto Português para os Plásticos

Sonae Sierra cria o **Sierra Prime**, uma joint-venture líder no setor imobiliário de retalho com APG, Allianz e a Elo

Assinatura do manifesto para o lançamento de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável promovido pelo BCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável)

Sonae Fashion adquiriu os restantes 50% na Salsa

Apoio ao Manifesto "**Future of Work Leadership**" do WBCSD (World Business Council For Sustainable Development)

Sonae integra o grupo de subscritores iniciais do manifesto mundial de defesa da natureza "**Business for Nature's Call to Action**"

Sonae Fashion alia-se à comunidade científica para conceber e distribuir a 1^a máscara testada contra o novo coronavírus (MOxAdTech)

Sonae integra grupo de doadores de iniciativa global de combate à Covid-19

Sonae integra a Comunidade "**Champions for Nature**" do Fórum Económico Mundial enquanto co-líder do grupo "**Food, Land and Ocean Use**"

Sonae reforça posição na NOS e acordo para a dissolução da ZOPT

Sonae subscreve manifesto de apoio ao **Pacto Ecológico Europeu**

Nova Versão do **Plano para a Igualdade de Género da Sonae**

Lançamento do **Projeto Floresta Sonae**

Sonae IM anuncia o segundo unicórnio (*Arctic Wolf*) no seu portefólio, depois da *Dutsystems*

Sonae Tech Hub é distinguido como o edifício mais sustentável em Portugal e integra o top-100 a nível mundial

Sonae lidera índice que mede a representação feminina em posições de administração (estudo pelo INSEAD, McKinsey e Nova SBE)

Sonae no top mundial pelo combate às alterações climáticas, reconhecida pela CDP com a atribuição de rating A

Compromisso de neutralidade carbónica (âmbitos 1+2 emissões GEE) até 2040

Operações de refinanciamento no valor de €170 M com indicadores ligados a ESG (sustentabilidade)

Sonae aderiu ao Programa Corporativo da **Science Based Targets for Nature** (SBTN)

O nosso modelo de negócio

SOMOS MOVIDOS PELO NOSSO PROPÓSITO

MISSÃO

"Criar valor económico e social a longo prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas"

VALORES

- Confiança e Integridade
- As Pessoas no centro do nosso sucesso
- Ambição
- Inovação
- Responsabilidade Corporativa
- Frugalidade e Eficiência
- Cooperação e Independência

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNO

10 Membros do conselho de administração

80% Não-executivos

40% Independentes

30% Mulheres

ESTRATÉGIA

STRONGER

Ser uma *long-living company* sustentável

Ter um portefólio equilibrado com uma rentabilidade de referência aliada a uma geração positiva de *cash flow*, sempre sustentado por um balanço sólido

FASTER

Gerir os negócios com autonomia e agilidade

Dar autonomia aos nossos negócios e estimular agilidade a todos os níveis, por forma a assegurar que a *holding* tem uma tomada de decisão rápida na gestão ativa do portefólio

BETTER

Respeitar as nossas Pessoas e o Planeta

Atrair e reter o talento e a diversidade, e ao mesmo tempo contribuir para tornar o nosso planeta e a sociedade melhor para todos

OS NOSSOS RECURSOS

CAPITAL HUMANO



46 MIL COLABORADORES

(36% mulheres em cargos de liderança)

CAPITAL FINANCEIRO



ACCIONISTAS E FINANCIADORES

(Capital próprio €2,4 MM
Empréstimos bancários €1,2 MM)

CAPITAL INTELECTUAL



LIGAÇÕES ENTRE NEGÓCIOS

O NOSSO PORTEFÓLIO DE NEGÓCIOS LÍDERES... COM FOCO NO DIGITAL

CRIAMOS VALOR DE LONGO PRAZO PARA TODOS OS STAKEHOLDERS

OS NOSSOS NEGÓCIOS

€7,4 MM Volume de negócios proporcional
€0,8 MM EBITDA subjacente proporcional
€220 M FCF antes de dividendos pagos

OS NOSSOS ACIONISTAS

€92,6 M dividendos pagos
€0,0463 dividendo por ação

OS NOSSOS FINANCIADORES

€32 M de juros e custos similares pagos

OS NOSSOS COLABORADORES

1,1 M horas de formação
36% de mulheres em cargos de liderança
€881 M custos com pessoal

O NOSSO PLANETA

-38% emissões GEE (âmbitos 1+2+3), vs 2019
+43% de energia renovável produzida, vs 2019
4.920 toneladas de plástico virgem evitado
108.000 árvores doadas

A NOSSA COMUNIDADE

€14 M apoio à comunidade
1.208 instituições apoiadas
€207 M impostos pagos

EM 2020...

+80% de crescimento das vendas *online* face a 2019

Parceria com Dott (*online Marketplace*) para ajudar as vendas dos lojistas em contexto de pandemia

App da NOS eleita produto do ano 2020

Peso de dois dígitos das vendas *online* nas vendas totais

Peso das vendas *online* de cerca de 10% das vendas totais

+80% das vendas *online* face a 2019

40% de crescimento da base de clientes digitais face a 2019

Aumento de 15% do NAV dos investimentos tecnológicos

SONAE MC

O líder indiscutível no mercado português de retalho alimentar (*offline* e *online*)

SONAE SIERRA

Especialista internacional no setor imobiliário com uma gama completa de serviços

NOS

Um *player* convergente líder no mercado português de telecomunicações

worten

Líder, em Portugal, na área de eletrodomésticos e eletrónica de consumo

**IBERIAN SPORTS
RETAIL GROUP**

Um dos maiores retalhistas de desporto com rápido crescimento, na Ibéria (Sprinter, SportZone, ID and Size?)

SONAE FASHION

Maior grupo português de moda (Salsa, MO, Zippy e Losan)

SONAE FS

Player de serviços financeiros digitais em rápido crescimento em Portugal

SONAE IM

Gestor de portefólio ativo com foco em tecnologia de retalho, tecnologia de telecomunicações e cibersegurança

Gestão de valor através do modelo de governo

A Sonae mantém um modelo abrangente, concebido para alcançar os melhores níveis de governo, transparência e responsabilidade. As políticas de governo societário da Sonae não se limitam a diretrizes e recomendações estabelecidas por padrões internacionais e pelas autoridades locais. As nossas políticas de governo derivam dos mais altos valores profissionais internos, baseados na confiança e integridade, transparência, frugalidade, responsabilidade e eficiência, mas também cooperação e independência. A criação de valor sustentável a longo-prazo para todos os *stakeholders*, através da adoção e da implementação das melhores práticas de governo, faz parte do nosso ADN e é uma parte intrínseca à nossa história. Um bom governo societário não é apenas importante para a nossa organização, mas é parte integrante da forma como atuamos.

O modelo de governo societário da Sonae é baseado num Conselho de Administração composto por dez membros, incluindo os dois membros que constituem a Comissão Executiva. O Conselho de Administração é selecionado com base na experiência e conhecimento, individual e como equipa, tendo uma predominância de administradores não-executivos e administradores independentes e incluindo diversidade de género, de nacionalidade, de experiência e de conhecimento. Esta riqueza de perfis é construída com propósito.

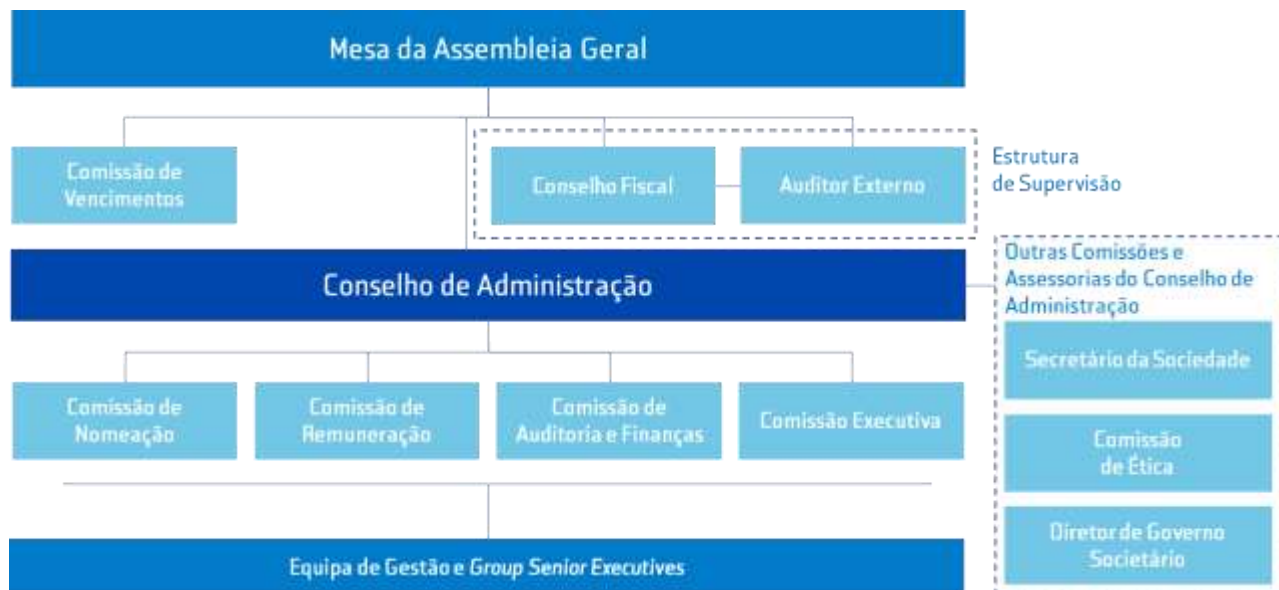
As responsabilidades da gestão e os deveres fiduciários do Conselho de Administração estão claros nos nossos estatutos, mas a Sonae reconhece a importância primordial de um governo societário orientado para os *stakeholders*. A Sonae sempre entendeu e defendeu avidamente a necessidade de perceber e agregar os interesses de todos os seus *stakeholders*, promovendo um equilíbrio e alinhamento numa perspectiva de criação de valor de longo prazo.

O nosso foco no futuro, um futuro melhor e sustentável, não pode ser compreendido sem colocar as questões Ambientais, Sociais e de Governo (*Environmental, Social e Governance* – ESG) no centro do modelo de negócio e da estratégia da Sonae. A forma como projetamos a nossa estrutura de governo para considerar estas dimensões, tem implicações reais e define a forma de avaliação do desempenho do nosso Conselho de Administração. Uma avaliação que deve considerar, não só, o desempenho passado, mas também o seu impacto futuro. Como organização *long-living*, o nosso sucesso tem de ser medido no futuro. A definição de objetivos ambiciosos para a estratégia de sustentabilidade e sucesso a longo prazo da Sonae como parte integrante da sua missão de criar e partilhar valor sustentável para todos os *stakeholders* é essencial. No contexto atual, uma supervisão bem-sucedida da estratégia e do risco é fundamental. O Conselho de Administração assegurou a criação de canais de informação relevantes para facilitar decisões eficazes num contexto de rápida mudança tanto a nível regulatório como de mercado. O Conselho de Administração assume, assim, um papel fundamental em assegurar que a cultura da Sonae, o propósito e os valores prevalecem no seu portefólio e na sua rede de *stakeholders*.

Por último, enquanto *holding*, a Sonae garante que os mesmos valores fundamentais de governo são implementados em todo o seu portefólio. Esta cultura estabelecida no nosso grupo assegura que a nossa estrutura de governo societário é flexível, permitindo um processo decisório rápido e uma supervisão eficaz.

I. MODELO DE GOVERNO

A Sonae adota um modelo de governo monista, em que a estrutura de gestão é da responsabilidade do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é eleito pelos acionistas na Assembleia Geral, para servir um período de mandato.



A **Comissão de Vencimentos**, nomeada pela Assembleia Geral, é o órgão responsável por aprovar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos sociais, em nome dos acionistas, nos termos vertidos na Política de Remuneração e Compensação aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

O **Conselho Fiscal** é o órgão de fiscalização da Sonae e os seus membros são eleitos na Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é responsável pela supervisão da gestão da Sonae, nomeadamente através da verificação da adequação das demonstrações financeiras, supervisionando a eficiência do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e da função de auditoria interna. O Conselho Fiscal é interlocutor principal entre a Sonae, o Auditor Externo e o Revisor Oficial de Contas, aprova os critérios de seleção do Revisor Oficial de Contas e propõe a nomeação ou substituição do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, bem como as respetivas remunerações, à Assembleia Geral.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonae foi concebido para incluir as competências, experiência e conhecimento relevantes para o desempenho das suas funções críticas. Os membros do Conselho de Administração devem analisar as questões levantadas de forma objetiva e agir no melhor interesse da Sonae e dos seus *stakeholders*. Adicionalmente, o Conselho de Administração inclui uma maioria de Administradores Não-Executivos que são fundamentais no nosso modelo de governo. As suas funções incluem a criação de políticas e o exercício de planeamento, conduzindo uma supervisão independente e agindo no interesse dos nossos *stakeholders*. A *expertise* de cada membro numa área especializada é essencial e com claras mais valias resultantes da combinação das valências individuais. Acima de tudo, os seus valores pessoais defendem e fomentam os nossos valores corporativos. Os Administradores Não-Executivos permitem ao Conselho tomar decisões importantes que são independentes, objetivas e adequadamente fundamentadas, assegurando o acompanhamento da Comissão Executiva e mantendo, desta forma, o compromisso com o sucesso da Sonae.

O Conselho de Administração estabelece quatro comissões – a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Finanças, a Comissão de Remuneração e a Comissão de Nomeação. Sob a decisão do Conselho de Administração, a Presidente da Comissão Executiva (CEO) é responsável por implementar as prioridades estratégicas da Sonae e pela gestão diária do seu negócio.

| | | | | | | | | | | |
|---|--|--|---|--|---|--|----------------------------------|---|---|---|
| | | | | | | | | | | |
| MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Paulo Azevedo | Ángelo Paupério | José Neves Adelino | Lorraine Trainer | Marcelo Faria de Lima | Carlos Moreira da Silva | Fuencisla Clemares | Philippe Haspelslagh | Claudia Azevedo | João Dolores |
| | Presidente Não Executivo | Não Executivo | Não Executivo | Independente | Independente | Não Executivo | Independente | Independente | Executiva | Executivo |
| Eleito (a) Termo | 2000 sexto | 2000 sexto | 2007 quarto | 2015 segundo | 2015 segundo | 2019 primeiro | 2019 primeiro | 2019 primeiro | 2019 primeiro | 2019 primeiro |
| Mandato atual | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 | 2019-2022 |
| Comissões | | | | | | | | | | |
| Executiva de Nomeação de Remuneração de Auditoria e Finanças | Presidente | | | Membro | Membro | Membro | | Membro | CEO | CFO |
| | Membro | Membro | Presidente | Presidente | Membro | Membro | Membro | Membro | | |
| Principais áreas de expertise (não exaustivo) | ESG Retailo Telecoms Estratégia | Finanças Retailo Telecoms Imobiliário | Finanças Internacional Governo Societário | Gestão da Mudança Internacional Governo Societário | Internacional Finanças Gestão Portefolio Digital | Gestão Portefolio Indústria Empreendedorismo | Digital Retailo Estratégia | Internacional Gestão Portefolio ESG Recursos Humanos | Estratégia Gestão Portefolio Digital ESG | Finanças Estratégia Internacional |

A 31 de dezembro de 2020:

DIVERSIDADE DE GÉNERO



DIVERSIDADE DE NACIONALIDADE



- Portugal
- Espanha
- Reino Unido
- Bélgica
- Brasil

10 Membros

2 Administradores Executivos

80% Não Executivos

40% Independentes

A [Comissão de Nomeação](#) supervisiona o planeamento de sucessão e a gestão de talento dos membros do Conselho de Administração e de outras posições seniores de gestão no Grupo.

A [Comissão de Remuneração](#) dá apoio à Comissão de Vencimentos ao assegurar os seus deveres relativos à avaliação de desempenho dos Administradores Executivos e à remuneração dos órgãos estatutários do Grupo.

A [Comissão de Auditoria e Finanças](#) analisa as demonstrações financeiras do Grupo e os anúncios de resultados, a serem divulgados ao mercado, e mantém um relacionamento adequado com o Conselho Fiscal e com os auditores internos.

A [Comissão Executiva](#) foi desenhada para ser pequena, ágil e eficaz. É composta por dois membros Executivos com conhecimento e experiência sobre o Grupo e é uma interface eficaz entre o Conselho de Administração e todo o portefólio.

A remuneração dos administradores executivos inclui duas componentes:

- uma componente fixa, que é definida em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada administrador executivo, e é objeto de revisão anual.
- um prémio variável, que visa orientar e recompensar os administradores executivos pelo cumprimento de objetivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa e do seu próprio desempenho individual. O prémio variável está dividido em duas partes: (a) um Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP), pago imediatamente após a atribuição, e (b) um Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), pago após um diferimento pelo período de 3 anos, considerando-se que a exposição dos administradores executivos às flutuações no preço da ação é a forma mais apropriada de alinhar os interesses dos administradores com os dos acionistas.

O prémio variável tem em conta objetivos pré-determinados, que dependem de métricas como Volume de Negócios, Resultado Direto, Gestão de Portefólio, Pessoas (Retenção de Talento, Representatividade de Mulheres em posições de Liderança, *Employee Net Promoter Score*) e Planeta (Redução de emissões de CO₂ e de uso de plásticos). [Os objetivos de redução de CO₂ e de Mulheres em posições de Liderança estão diretamente alinhados com os *targets* da Sonae de alcançar neutralidade carbónica \(emissões GEE de âmbito 1+2\) em 2040 e 39% de Mulheres em posições de Liderança em 2023.](#)

O [Diretor de Governo Societário](#) assegura o bom funcionamento do Conselho de Administração e das suas comissões, apoia análises e avaliações e garante a resposta a todas as questões para atingir os mais altos padrões em governo corporativo.

A [Comissão de Ética](#) garante o respeito pelo Código de Ética através da existência de mecanismos internos para o relato de irregularidades e procedendo à sua avaliação e comunicação aos órgãos sociais adequados, sempre que necessário.

O [Secretário da Sociedade](#) prepara a documentação para as Assembleias Gerais de Acionistas, assim como as atas do Conselho de Administração e Assembleia Geral.

Equipa de Gestão e Group Senior Executives (GSEs)

Apenas podemos ser *Stronger, Faster, Better* se o Grupo tiver uma estrutura organizacional leve e ágil. Para assegurar esta otimização, a Sonae tem desenvolvido esforços significativos na otimização da sua estrutura organizacional, com especial ênfase em tornar cada negócio mais autónomo e independente, estruturas de governo, gestão e serviços dedicados. As competências e complementaridades de cada equipa permitem responder aos desafios e riscos crescentes associados a ambientes competitivos em constante mudança. Este foi um fator que se tornou particularmente evidente e de extrema importância num ano tão desafiante como 2020. Cada negócio tem necessidades e requisitos específicos que são mais adequadamente identificados e respondidos por uma equipa de gestão própria, com o objetivo primordial de produzir um desempenho positivo e sustentável.

| EQUIPA DE GESTÃO | | | GROUP SENIOR EXECUTIVES DAS EMPRESAS DO PORTEFÓLIO SONAE | | | | | |
|--|--|--|--|--|---|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Sonae | Sonae | Sonae | Sonae MC | Sonae Sierra | NOS | Worten ISRG | Sonae FS Sonae Fashion | Sonae IM |
| CEO | CFO | CDO | CEO | CEO | CEO | CEO | CEO | CEO |

A **Equipa de Gestão da Sonae** inclui a Presidente da Comissão Executiva (CEO), o CFO (*Chief Financial Officer*) e o CDO (*Chief Development Officer*) do grupo, bem como o CEO de cada negócio. Este grupo de *Senior Executives* desempenha um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento do portefólio da Sonae. Adicionalmente, cada unidade de negócio tem o seu próprio Conselho de Administração, que inclui membros da Comissão Executiva da Sonae que desafiam, questionam, apoiam e aconselham, garantindo o alinhamento de estratégias de negócio individuais com a Missão, Valores e Estratégia do grupo.

Equipa de Gestão da Sonae



Cláudia Azevedo foi nomeada **Presidente da Comissão Executiva** (CEO- *Chief Executive Officer*) da Sonae em abril de 2019.

A Cláudia faz parte da equipa da Sonae desde 1994, ocupando diversos cargos no portefólio do grupo, o que lhe proporcionou um conhecimento aprofundado do mesmo. Ao longo de quase duas décadas, a Cláudia liderou a Sonae Investment Management, empresa que se dedica à gestão de investimentos em tecnologia de informação aplicada ao retalho, telecomunicações e cibersegurança. Em 2013, a Cláudia foi nomeada CEO da Sonae Capital, e foi responsável pela gestão de um portefólio de investimentos altamente diversificado.

A Cláudia é licenciada em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa, tem um MBA do INSEAD e concluiu vários cursos de gestão na *Harvard University* e na *Stanford University*.



João Dolores foi nomeado **Chief Financial Officer** (CFO) e Membro da Comissão Executiva da Sonae em abril de 2019.

O João juntou-se à Sonae em 2014 com o desafio de liderar a área de estratégia corporativa, assumindo a responsabilidade do planeamento estratégico. De 2015 a 2019, o João liderou a estratégia, planeamento e controlo de gestão do Grupo. Antes de se juntar à Sonae, o João assumiu as funções de Diretor da unidade de negócio *Cloud* da Portugal Telecom, Associado na McKinsey & Co. e gestor de marca na J. W. Burmester & C. Lda.

O João é licenciado em Economia pela Universidade do Porto, tem um MBA pela *London Business School* e frequentou diversos cursos de gestão na *New York University*, na *Wharton School of Business* e em *Chicago Booth*. O João lecionou Estratégia no MBA Executivo da *Porto Business School*.



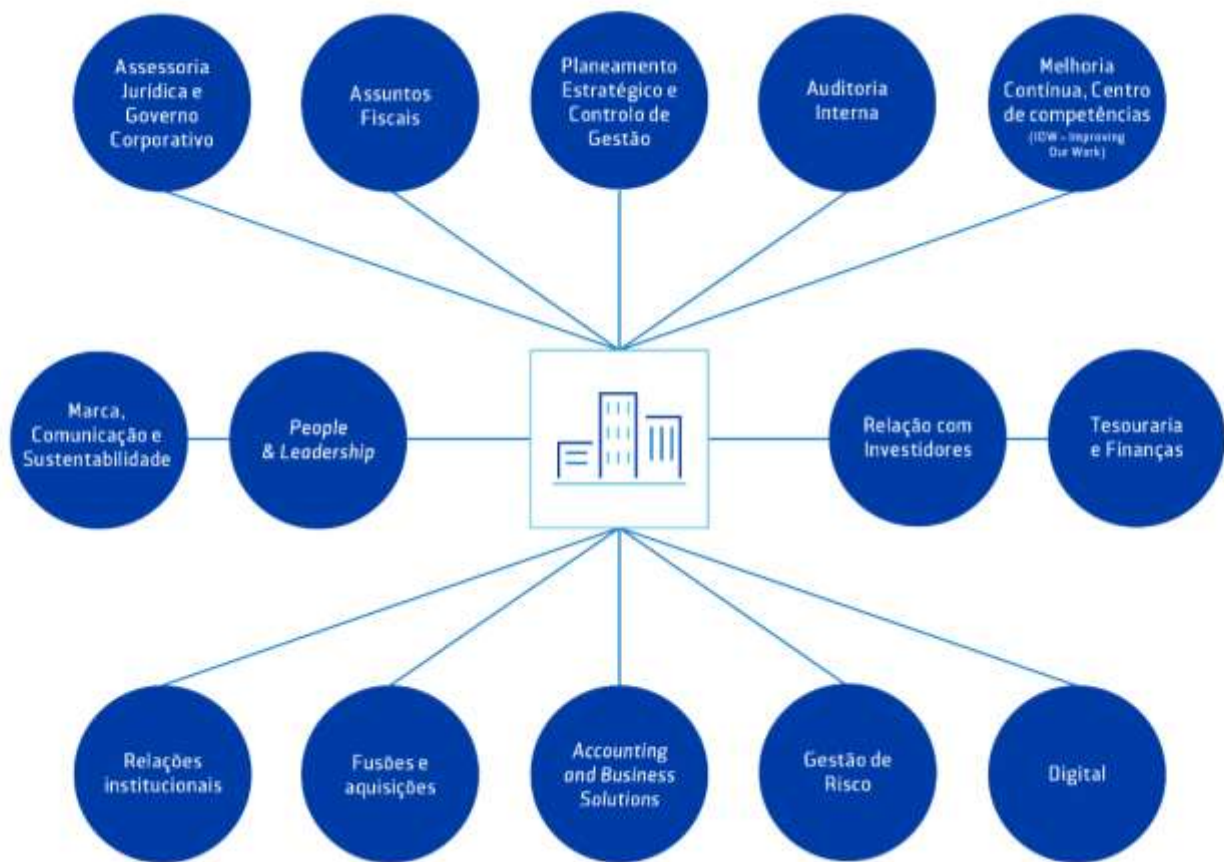
João Günther Amaral foi nomeado **Chief Development Officer** (CDO) e Adjunto da Comissão Executiva da Sonae em abril de 2019.

Entre 2001 e 2014, o João ocupou os cargos de Analista de Sistemas de Informação, Gestor de Sistemas de Informação, Gestor de Inovação e Gestor de Melhoria Contínua. Entre 2014 e 2019, foi membro da Comissão Executiva da Sonae MC. O João exerceu ainda funções de responsável pela Logística, Centros de Produção e Gestão da Cadeia de Abastecimento. Em 2017, O João acumulou a função de CIO (*Chief Information Officer*) da Sonae MC. Antes de ingressar na Sonae, trabalhou na Agência de Inovação, S.A. e Leica Camera AG, liderando as áreas de tecnologias da informação em ambas as empresas.

O João é mestre em Engenharia Eletrotécnica e em Ciências da Computação e possui um MBA Executivo pela *Porto Business School*. Adicionalmente, frequentou vários cursos de gestão na *London Business School*, na *Stanford University* e na *Singularity University*.

Responsabilidades do Centro Corporativo

A Sonae mantém ao nível da *holding*, equipas que desempenham funções específicas de uma *holding*. O Centro Corporativo é uma equipa jovem, pequena e talentosa continuamente focada na gestão ativa do portefólio. A Sonae maximiza a eficiência por via destes centros de responsabilidades corporativos e, simultaneamente, beneficia da criação de sinergias entre as diferentes unidades de negócio



Grupos Consultivos

Além dos órgãos de governo descritos, o Conselho de Administração, e mais especificamente a Comissão Executiva, conta com três principais Grupos Consultivos – Sustentabilidade, Gestão de Risco e Recursos Humanos – no desenvolvimento de fóruns especializados para discussão aberta e crítica de temas que potencialmente podem ter um impacto significativo na gestão do Grupo e na definição da sua estratégia.



Grupo Consultivo de Sustentabilidade reforça o nosso compromisso crescente com o desenvolvimento sustentável ao focar-se em dois níveis de ação: um grupo transversal de membros que se encontra trimestralmente, representando as diferentes empresas da Sonae e um conjunto de grupos de trabalho, formados de acordo com os eixos de ação estratégica.

Este grupo consultivo é responsável por:

- Desenvolvimento de políticas e objetivos transversais a todo o Grupo Sonae
- Desenvolvimento de políticas e estabelecimento de *targets* para as diferentes unidades de negócio
- Articulação da presença da Sonae em fóruns externos
- Divulgação das melhores práticas e *know-how*
- Obtenção de sinergias
- Promoção da sustentabilidade
- Monitorização do desempenho e reporte

Grupo Consultivo de Gestão de Risco: O portefólio da Sonae proporciona-nos uma visão abrangente da envolvente de negócios, uma dimensão crítica da nossa estratégia na medida em que confere uma importante vantagem competitiva na perceção de riscos e oportunidades. O Grupo Consultivo de Gestão de Risco coordena este processo, através de uma visão integrada de todo o portefólio.

Este grupo reúne-se trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades:

- Rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria;
- Rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae;
- Monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações;
- Propor atividades de gestão de risco não calendarizadas;
- Recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo;
- Promover conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

Grupo Consultivo de Recursos Humanos: A nossa equipa é um dos nossos maiores ativos e, portanto, requer uma gestão próxima e ativa. O Grupo Consultivo de Recursos Humanos é composto por membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro de Recursos Humanos e pelos diretores responsáveis pela função na empresa e em cada um dos negócios.

Este grupo reúne uma periodicidade bimestral e tem como principais objetivos:

- Apresentar recomendações sobre políticas diretamente relacionadas com a implementação da estratégia dos negócios ao nível de recursos humanos;
- Contribuir para a disseminação da cultura da Sonae e acompanhar as políticas transversais ao grupo;
- Encorajar a disseminação e a partilha das melhores práticas relacionadas com a gestão de pessoas e talentos entre empresas;
- Promover sinergias através da coordenação e negociação de investimentos na área de Recursos Humanos, quando aplicável;
- Garantir a articulação e a coordenação de opiniões entre os vários órgãos de administração e supervisão da Sonae

II. RISCO, OPORTUNIDADES E GESTÃO DE IMPACTO

A gestão de risco desempenha um papel central no desenho, implementação e resultados da nossa estratégia a longo-prazo. Uma gestão de risco eficaz permite à Sonae identificar e avaliar tanto oportunidades como riscos, o mais antecipadamente possível, de forma a tomar as medidas mais adequadas. Temos como objetivo evitar riscos que ameacem a existência do nosso portefólio, assim como tomar as melhores decisões de gestão possíveis e que criam valor. Nós compreendemos o risco como sendo qualquer evento que possa ter um impacto negativo no nosso percurso de atingir objetivos operacionais de curto-prazo ou objetivos estratégicos de longo-prazo. Definimos oportunidades como sendo potenciais sucessos que excedam os nossos objetivos estratégicos definidos. Apesar da grande incerteza e das condições voláteis do mercado, a nossa gestão de risco manteve-se sem grandes alterações, não obstante mais ativa.

Adicionalmente, a Sonae conduz uma contínua avaliação de Materialidade, a qual nos ajuda a antecipar e a compreender quaisquer problemas ambientais, sociais ou de governo relevantes que possam impactar significativamente a nossa missão. A Materialidade representa um papel fundamental no desenho e implementação da nossa estratégia, permitindo-nos identificar, priorizar e monitorizar todos os riscos pertinentes a nível interno e em toda a nossa rede de *stakeholders*.

1. GESTÃO DE RISCO

Gerir o risco como parte da nossa estratégia

A Sonae adotou o processo de *Enterprise Wide Risk Management* (EWRM), um processo que envolve a gestão coordenada de risco. A nossa perspetiva sobre a gestão de risco promove uma maior cooperação entre as nossas diferentes unidades de negócio para gerir o risco a partir de uma perspetiva que abrange toda a empresa. A nossa análise de riscos é efetuada de forma integrada ao nível da holding e das unidades de negócio, englobando todo o portefólio.



O processo de gestão de risco da Sonae assenta em três etapas que orientam o processo desde a identificação inicial do risco (Taxonomia de Riscos), a avaliação do impacto e da probabilidade de ocorrência (Matriz de Riscos) e a indicação de um responsável pela implementação das opções de tratamento de risco necessárias (Registo de Riscos). O nosso Registo de Riscos inclui não só todos os Riscos Críticos, como também todos os riscos novos e emergentes que poderão ter o potencial de se tornarem Riscos Críticos, mas que ainda não são considerados como tal.

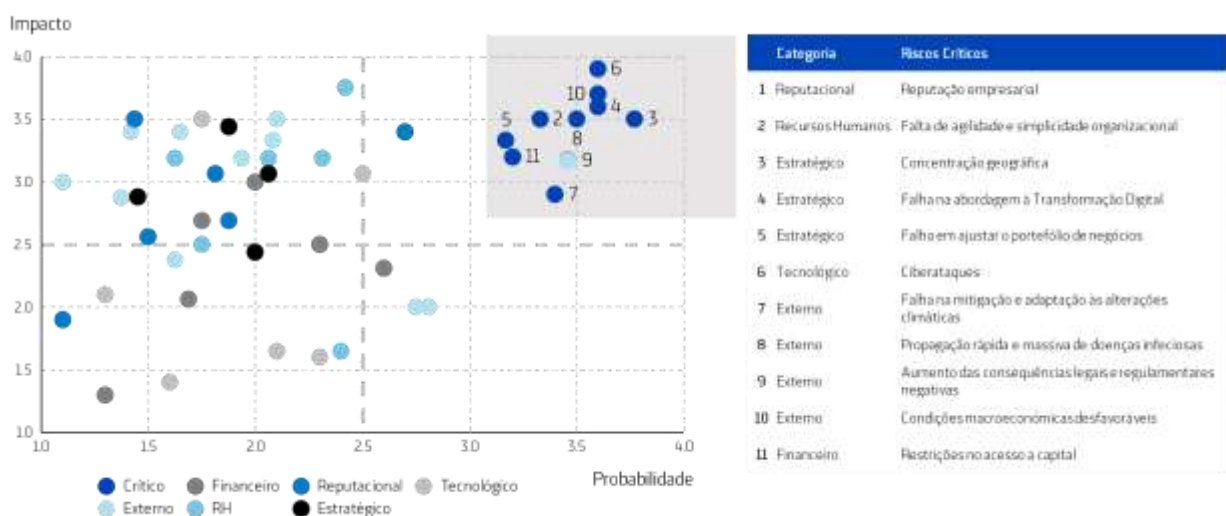
Riscos Críticos

A Sonae tem uma perspetiva abrangente dos principais riscos a que está exposta. A Sonae monitoriza os seus riscos principais de uma forma contínua. O conhecimento e a perceção dos negócios da Sonae e da natureza exata dos riscos encontrados são essenciais para mitigar potenciais impactos. Em relação a todos os riscos classificados como críticos (maior probabilidade e impacto), foi atribuído um responsável de risco e um adjunto para definir o plano de mitigação e os indicadores-chave de risco entendidos como pertinentes e críticos para o Grupo.

O nosso sistema de gestão de risco é um denominador comum em toda a organização e incorporado nas operações dos negócios relevantes para assegurar que seja compreendido no contexto da nossa estratégia, permitindo uma tomada de decisão informada. A política de gestão de risco é determinada pelo Conselho de Administração de cada empresa do Grupo em total conformidade com o modelo de gestão de risco da Sonae. Isto garante uma abordagem consistente e conjunta aos diversos riscos que afetam o grupo.

As próximas páginas resumem os nossos riscos críticos com as ações de mitigação identificados em cada um. A lista não é exaustiva e encontra-se sujeita a mudanças durante o próximo ano, à medida que o panorama dos riscos evolui.

Matriz de Risco



Riscos Reputacionais

1. **Reputação Empresarial:** A incapacidade de proteger e desenvolver adequadamente a imagem e reputação das nossas marcas pode contribuir para a perda de valor de negócio e afetar negativamente a relação da empresa com os seus *stakeholders*

| Determinantes | Como abordamos |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Legais: conformidade regulamentar e legal • Ambiente/sustentabilidade: gestão de resíduos, emissões e distâncias alimentares • Saúde Pública: surtos de Covid-19, surto de legionela, contaminação de escritórios • Pessoal: <i>lay-offs</i> significantes, acidentes no trabalho, discriminação • Financeiras: performance negativa, queda nos <i>ratings</i>, restrições de financiamento • Relacionado com o consumidor: segurança de produtos e conformidade | <ul style="list-style-type: none"> • Código de Ética e Comissão de Ética • Código de princípios dos negócios • Grupo Consultivo da Sustentabilidade • Grupo Consultivo dos Recursos Humanos • Sistema <i>Improving Our People</i> • Programa <i>All In</i> (diversidade e inclusão) • Sistema de gestão da Sonae • Controlo de indicadores financeiros • Relatórios trimestrais a investidores • Procedimentos de saúde e segurança • Estudo reputacional anual (Merco) |

Riscos de Recursos Humanos

2. **Falta de agilidade e simplicidade organizacional:** A existência de estruturas altamente complexas e inflexíveis, devido à dimensão da empresa e à diversidade dos negócios, pode afetar a agilidade da tomada de decisão, com a consequente perda de oportunidades

| Determinantes | Como abordamos |
|--|--|
| <p>Estruturas organizacionais verticais e horizontais podem levar a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Equipas autocentradas sem poder e isoladas • Longos processos de tomada de decisão que afetam a capacidade de resposta ao mercado • Clima de equipa subaproveitado e consequente aumento da rotatividade de talento e custo de substituição • Baixo estímulo para criatividade e experiência | <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a colaboração inter-organizacional para reduzir o isolamento das equipas • Ferramentas colaborativas • Metodologia Kaizen/Ágil • Programas de treino de liderança • Programa <i>Flex it up</i> • Modelo de gestão da estrutura de governo societário • Redesenho do local de trabalho • Direção de topo <i>Open doors</i> ("portas abertas") |

Riscos de Estratégicos

3. **Concentração Geográfica** A concentração da atividade da empresa em Portugal pode criar uma exposição excessiva a riscos específicos do mercado do país

| Determinantes | Como abordamos |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Deterioração das condições macroeconómicas portuguesas • Redução do consumo privado em Portugal • Aumento do nível de competição em diversos setores | <ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de categorias e formatos de retalho • Esforços de internacionalização em diferentes negócios • Monitorização contínua de condições macroeconómicas, ambiente de competitividade e tendências |

4. **Falha na abordagem à transformação digital:** Mudanças no perfil do consumidor (*from bricks to clicks*) e a incapacidade de garantir uma transformação digital dos modelos tradicionais de negócio pode perigar a sustentabilidade da empresa.

| Determinantes | Como abordamos |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Dimensão, maturidade e sucesso de operações tradicionais podem limitar a urgência de uma pegada de negócios digitais relevante • Fragilidade de estruturas da demonstração dos resultados • Escassez de talento digital • Equipamento informático ultrapassado, limitando a velocidade de inovação • Cultura experimental, centrada no cliente e orientada por dados | <ul style="list-style-type: none"> • Continuar a desafiar o crescimento de negócios digitais a médio e longo prazo • Continuar com o programa de transformação da arquitetura informática • Continuar e desafiar o programa de transformação cultural • Fóruns digitais e de <i>E-commerce</i>, como veículos para estimular partilha e aprendizagem |

5. **Falha em ajustar o portefólio de negócios:** A incapacidade de ajustar o nosso portefólio e formatos de negócio pode impedir a sustentabilidade do Grupo e maximização do valor dos *stakeholders* a longo prazo.

| Determinantes | Como abordamos |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Deterioração das condições macroeconómicas portuguesas • Redução do consumo privado em Portugal • Aumento de competição e novos concorrentes disruptivos • Aumento da velocidade da disrupção digital, e consequente falha em adaptar os modelos de negócios ao mesmo ritmo | <ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de categorias e formatos de retalho • Esforços de internacionalização de diferentes negócios • Alocação de capital em avenidas de crescimento identificados e supervisão próxima da estratégia de execução • Monitorização contínua de condições macroeconómicas, ambiente de competitividade e tendências |

Riscos Tecnológicos

6. **Ciberataques:** A ocorrência de uma falha na privacidade e/ou segurança dos dados dos nossos colaboradores, fornecedores ou clientes, a par de outras informações comerciais, devido a um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação e/ou comportamentos de risco por parte dos colaboradores, pode sujeitar a empresa a multas, afetar a sua reputação e a sua continuidade.

| Determinantes | Como abordamos |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Violação de dados - Sistemas de informação comprometidos • Ataques DDoS - Uso de múltiplos sistemas de informação comprometidos para atacar, causando bloqueio de serviço • <i>Phishing</i> - Tentativas coordenadas de adquirir informações específicas ou alcançar objetivo pretendido • Código Malicioso - Entrega de código malicioso ao sistema interno de informação. • Injeção de <i>Structured Query Language</i> (SQL) – Inserção de Código malicioso num servidor SQL para revelar informação de acesso • <i>Ransomware</i> - <i>Malware</i> que cifra informação bloqueando o seu acesso até ser pago um resgate | <ul style="list-style-type: none"> • Política e modelo de governo de cibersegurança • Equipas dedicadas de cibersegurança • Programa de sensibilização de cibersegurança • Procedimento de gestão de incidentes • Informação sobre ameaças cibernéticas (com o centro Nacional de Cibersegurança) • Classificação cibersegurança <i>Bitsight</i> • Perímetro de segurança da rede • Testes de <i>hacking</i> éticos periódicos a sites na internet • Recuperação de desastre para sistemas críticos • Gestão de acesso e identidade • Criptação de informação crítica • Antivírus, <i>anti-spam</i> e deteção de <i>malware</i> |

Riscos Externos

7. **Falha na mitigação e adaptação das alterações climáticas:** Falha na adoção ou implementação de medidas efetivas para mitigar as alterações climáticas, proteger populações e ajudar negócios afetados por estas alterações a adaptar pode impactar a imagem da empresa

| Determinantes | Como abordamos |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Risco de transição - Política e Legal: Impostos e taxas de carbono e energia podem resultar em aumentos dos gastos de operação das nossas empresas nos próximos anos • Risco de transição - Reputação - A Sonae poderá enfrentar riscos reputacionais se os <i>stakeholders</i> não compreenderem que a empresa está a responder adequadamente às alterações climáticas, ao adaptar os seus negócios para uma economia baixa em emissões de carbono e agir de forma proativa no combate às alterações climáticas • Risco físico – Severo: Aumento na severidade dos eventos extremos do clima, tais como os ciclones e as cheias • Risco físico - Crónico: Temperaturas médias crescentes | <ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento e a adoção de políticas de sustentabilidade, sob a coordenação do Grupo Consultivo de Sustentabilidade • Definição de eixos de ação prioritários para uma economia de baixo carbono e agir proativamente no combate às alterações climáticas, tal como delineado na Carta de Princípios da Sonae para o CO₂ e as Alterações Climáticas • Cada empresa estabelece os seus objetivos de redução de CO₂, alinhados com a iniciativa <i>Science Based Target Network</i> • Melhorar a apresentação, discussão e disseminação de regulamentos emergentes que possam ter um impacto potencial • Estudos de reputação, monitorização de relações públicas, divulgação da ação climática • Adaptação de edifícios existentes e desenvolvimento/aquisição de novos edifícios sob critérios ambientais rigorosos |

8. **Propagação rápida e massiva de doenças infecciosas:** Bactérias, vírus, parasitas e fungos que causem o contágio descontrolado de doenças infecciosas (por exemplo como resultado da resistência a antibióticos, antivíricos e outros tratamentos) levando a mortes generalizadas e disrupção económica pode pôr a continuidade do negócio e o desempenho financeiro em risco.

| Determinantes | Como abordamos |
|--|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Globalização e Ambiente <ul style="list-style-type: none"> • Danos ao ambiente natural • Migração e viagens • Comércio internacional de animais 2. Sociodemográfico <ul style="list-style-type: none"> • Densidade populacional, envelhecimento e contactos sociais • Grupos vulneráveis • Terrorismo através da libertação ou disseminação de agentes biológicos 3. Sistemas de saúde públicos <ul style="list-style-type: none"> • Desigualdade nos sistemas de saúde • Saúde animal e criação intensiva de gado • Qualidade de água e alimentação • Supervisão e falha de notificação | <ul style="list-style-type: none"> • Equipas dedicadas a recursos humanos e gestão de riscos • Manual de gestão de crise • Comissão de gestão de crise • Linhas de apoio dedicadas aos colaboradores • Equipa de vigilância e informação • Evolução e acompanhamento dos casos internos |

9. **Aumento das consequências legais e regulamentares negativas:** O surgimento de nova legislação ou alterações à legislação atual, com impacto nas operações e produtos, particularmente nas áreas do ambiente e proteção de dados, saúde e segurança, marketing e concorrência, pode levar a multas por incumprimento, ameaçar a capacidade da empresa para desenvolver o seu negócio e afetar a sua rentabilidade económica.

| Determinantes | Como abordamos |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Alterações legais e regulamentares no modelo de governo • Instabilidade política e hostilidade para com as grandes empresas • Riscos climáticos, sanitários e sociais que resultam em medidas regulamentares | <ul style="list-style-type: none"> • Equipas dedicadas a abordar áreas legais e regulamentares sobre modelo de governo e relações públicas • Contribuição em consultas públicas com o objetivo de alcançar o quadro legal e regulamentar mais adequado • Apoiar as opiniões legais e regulamentares da empresa • Contribuição e coordenação com associações setoriais em áreas de relevância para os interesses da Sonae • Acompanhamento de iniciativas e ações políticas e legislativas |

10. **Condições macroeconómicas desfavoráveis:** As condições macroeconómicas desfavoráveis em que operamos, bem como a evolução das condições económicas regionais e globais (tais como, austeridade, poder de compra, capacidade de investimento, fatores demográficos, custo das matérias-primas e serviços essenciais, entre outros) podem ter um efeito material adverso no desempenho financeiro da empresa. Em 2021, estes serão reforçados pela evolução epidemiológica e imunitária da Covid-19.

| Determinantes | Como abordamos |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Evolução epidemiológica desfavorável • Os consumidores reduzem os gastos devido ao risco de desemprego e exposição a Covid-19 • Nível da dívida pública, privada e externa • Aplicação lenta e ineficiente dos fundos europeus • Potencial crise no sector bancário • Instabilidade política • (Re)emergência de turbulência nos mercados financeiros globais | <ul style="list-style-type: none"> • Publicação do relatório da <i>MarketWatch</i>, uma análise económica e política trimestral centrada na evolução das economias da península ibérica • Na sequência dos principais eventos económicos e políticos mundiais produzir notas de investigação interna • Monitorização de indicadores económicos de alta frequência • Dar seguimento à publicação de previsões económicas • Produzir e atualizar regularmente previsões económicas internas • Acompanhamento dos principais desenvolvimentos económicos e políticos |

Riscos Financeiros

11. **Restrições no acesso ao capital:** A incapacidade de acesso ao capital devido ao endividamento excessivo ou à falta de liquidez (falta de recursos financeiros ou fluxos de caixa) pode levar a falhas na aquisição de produtos ou serviços e à incapacidade de expandir negócios, responder a novos desafios ou financiar novos projetos.

| Determinantes | Como abordamos |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Falta de liquidez • Endividamento excessivo • Desempenho das empresas • Crise nos mercados de capitais de financiamento (e/ou na economia em geral) • Alteração negativa nas regras de supervisão bancária • Grande aumento das taxas de juro ou dos <i>spreads</i> de crédito • Queda de <i>rating</i> da República Portuguesa • Sentimento do mercado em relação aos sectores em que a empresa opera | <ul style="list-style-type: none"> • Utilização empresarial dos mercados de capitais e de dívida • Monetização de bens imobiliários • Pré-financiamento das necessidades existentes com margem de folga adequada • Diversificação das fontes de financiamento (o atual montante de endividamento é hoje limitativo devido à dimensão económica mínima) • Fundo de maneoio, iniciativas de melhoria • Manter um conjunto diversificado de financiadores |

Adicionalmente, devido ao seu perfil diversificado, a Sonae está exposta a uma variedade de outros riscos financeiros, tais como riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de mercado e de acções, mas estes riscos não são considerados riscos cruciais uma vez que o impacto potencial é baixo. Para mais pormenores, por favor consulte as notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. OPORTUNIDADES

Transformando riscos em oportunidades

A Sonae monitoriza e potencializa continuamente as oportunidades apresentadas pelo ambiente quer externo, quer interno, enquanto, simultaneamente, gere e mitiga os riscos de forma a gerar valor de longo prazo para o acionista e proteger os nossos negócios, as nossas pessoas, capital e reputação. A abordagem da Sonae à gestão de risco é desenhada e executada para identificar e gerir riscos, bem como para transformar riscos em oportunidades, sempre que possível. Alguns deles são descritos nos exemplos a seguir.

Desafios ambientais como determinantes de crescimento



O nosso compromisso perante as matérias de ESG assenta na perceção do enorme impacto que as questões de sustentabilidade terão no desempenho dos negócios e, consequentemente, no progresso social. O valor económico, social e natural deve ser encarado como uma dimensão central de qualquer estratégia de negócio. Existe um enorme potencial de criação de valor associado a esta forma de repensar o futuro, no qual o desempenho estará dependente da descoberta de novas formas de explorar este potencial, aceitar novos riscos e convertê-los em novas oportunidades.

O nosso portefólio contém vários exemplos de criação de valor através de abordagens de negócio sustentáveis. Um destes exemplos é o [projeto da Sonae Sierra - A BRIGHT future](#) – através do qual, a Sonae Sierra desenvolveu um modelo inovador de eficiência energética com um investimento total de €2,8 milhões e que permite poupanças anuais de 22,158 MWh em consumo de eletricidade (o que equivale a 26% do que é necessário para consumo próprio) ou €2,6 milhões.

Disrupções tecnológicas que impulsionam a inovação



O setor das telecomunicações está altamente exposto a disrupções tecnológicas que podem, facilmente, eliminar fontes de rendimento ou requerer investimentos significativos. Estas disrupções tecnológicas não afetam simplesmente os prestadores de serviço, mas também os consumidores que se veem obrigados a adaptar-se num ambiente de inovação constante. A NOS oferece uma experiência digital de elevada qualidade aos seus clientes como uma forma eficiente de transformar disrupções numa experiência de utilização agradável e que facilita a usabilidade, maximizando a retenção de clientes.

Cibersegurança como potenciadora do crescimento



O desenvolvimento tecnológico é um dos determinantes chave do desenvolvimento social, porém, também se assume como um risco crítico para as empresas e pessoas, à medida que as ameaças à segurança evoluem tão rapidamente como a tecnologia.

A nossa forte presença nos setores do retalho e de telecomunicações constitui um desafio constante para a Sonae IM desenvolver o seu portefólio e, consequentemente, criar oportunidades para desenvolver novos produtos e serviços informáticos, com foco em tecnologias de retalho e de telecomunicações, e cibersegurança. Esta abordagem é uma demonstração clara de como converter riscos em oportunidades e, ao longo dos últimos anos, a Sonae IM tem construído um portefólio líder em cibersegurança e tem-se tornado num *player* relevante a nível internacional, ajustando constantemente a sua oferta aos novos riscos cibernéticos.

De facto, em dezembro de 2020, a Sonae IM decidiu consolidar os seus investimentos de Managed Security Services Provider (MSSP) numa única holding Maxive Cybersecurity. Esta operação integra a S21sec, empresa sediada em Portugal, e Excellium, empresa sediada no Luxemburgo, e constitui um dos maiores MSSP *players* na Europa. A estratégia da holding passa por aproveitar a forte presença local em mercados chave (Espanha, Portugal, Luxemburgo e Bélgica) e oferecer aos consumidores o benefício de um conjunto de serviços que assentam nas melhores práticas e experiência da S21sec e da Excellium, aumentando a gestão e os serviços profissionais no seu portefólio.

A digitalização e o e-commerce como plataformas de crescimento



O aparecimento do *e-commerce* provocou uma mudança disruptiva no mercado com efeitos assimétricos em diferentes setores. Enquanto alguns setores têm já soluções robustas e testadas, outros ainda se encontram em fases iniciais de desenvolvimento, o que acarreta riscos adicionais nas fontes de rendimento. A crise resultante da Covid-19 acelerou dramaticamente a digitalização das economias, com a adoção em massa do trabalho e aprendizagem em modo remoto. A presente pandemia, efetivamente, potenciou a mudança do comércio físico para online, condensando em apenas um ano, o crescimento natural de um período de 3 anos. Neste contexto, as empresas com um modelo de negócio ágil irão aproveitar esta oportunidade para aumentar a sua quota de mercado e explorar novas fontes de rendimento. A nossa abordagem quanto à partilha de conhecimento dentro do portefólio proporciona oportunidades únicas de transição, de um modo mais rápido e eficaz, na digitalização dos negócios.

Para a Sonae, a procura no canal *online* tem sido bastante elevada desde o início da pandemia, criando uma pressão sem precedentes nas nossas empresas. No entanto, as nossas equipas foram capazes de se adaptar rapidamente e assimilar a digitalização. Os nossos negócios tornaram-se mais digitais, acelerando transformações, procurando sempre satisfazer necessidades dos clientes.

A Sonae MC, cujas vendas *online* cresceram em 80% em 2020 face a 2019, teve de responder rapidamente. No decorrer do primeiro confinamento em Portugal, a Sonae MC teve de aumentar a sua capacidade de resposta de 2,600 para 8,000 encomendas diárias. Este aumento foi possível devido, não só, ao reforço dos seus centros de abastecimento, mas também através da mobilização de outras lojas de centros urbanos para esta operação. Adicionalmente, a Sonae MC potenciou a força do seu cartão de fidelização com novos benefícios e funcionalidades, como parte de uma oferta cada vez mais digital e personalizada.

A abordagem de classe mundial do omnicanal da Worten e as suas múltiplas iniciativas digitais no ano de 2020 possibilitaram que a quota de mercado *online* da empresa superasse pela primeira vez a quota de mercado *offline* em Portugal. Todos os canais digitais cresceram substancialmente com a emergência da Covid-19, atingindo valores recorde e, consequentemente, requerendo uma resposta rápida para adaptar a capacidade. Com o objetivo de melhorar a resposta à procura *online*, a Worten teve de aumentar significativamente a sua capacidade em armazém, assegurando um excelente desempenho em termos de tempos de entrega e satisfação do cliente.

O comportamento do consumidor a apoiar a estratégia



A posição da Sonae em diferentes formas de retalho expõe o nosso portefólio a diferentes mercados e, naturalmente, a diferentes tendências e diferentes riscos. No entanto, também nos proporciona uma perspetiva abrangente das dinâmicas de mercado e permite-nos ter uma posição privilegiada de modo a antecipar e compreender tendências emergentes de mercado e dos consumidores. Com mais de 3 milhões de subscritores ativos, os nossos cartões de fidelização assumem um papel crítico na monitorização cuidada do comportamento do consumidor em tempo real e permitem a realização de alterações à medida dos benefícios de fidelização, aumentando a proposta de valor oferecida aos nossos clientes. Os nossos cartões de fidelização Continente, com mais de 1,3 milhões de utilizadores ativos e Worten com mais de 2 milhões são facilmente incorporados no nosso cartão Universo que, por si só, conta com mais de 870 mil de utilizadores ativos.

Aproveitar as oportunidades que emergem das tendências de mercado



Como parte do compromisso assumido perante os nossos *stakeholders*, tratamos de promover ativamente e chamar a atenção para um estilo de vida melhor e mais saudável. Compreendemos que, à medida que os consumidores se tornam mais informados, também tendem a tomar decisões de compra mais seletivas e informadas. Este risco foi interpretado como um passo em frente para uma sociedade melhor e como uma oportunidade significativa de desenvolver produtos e serviços novos e inovadores que satisfazem as novas necessidades.

Estas oportunidades de crescimento podem ser potenciadas pela força do nosso portefólio de modo a atingir níveis mais elevados de criação de valor. O crescimento do segmento *Health & Wellness* da Sonae MC é um bom exemplo desta abordagem, com a Well's a conquistar rapidamente uma quota de mercado significativa e assumindo-se como uma fonte importante de receitas para a Sonae MC e para o Grupo. Ainda na Sonae MC, houve uma melhoria do conteúdo nutricional de mais de 200 produtos da marca através da redução de sal, açúcar e/ou gorduras saturadas. Esta iniciativa é, também, um exemplo claro da crescente preocupação do grupo acerca da saúde e bem-estar dos nossos consumidores.

3. GESTÃO DE IMPACTO

Acompanhar a nossa pegada ecológica para melhorar o nosso futuro

Para além da gestão de riscos potenciais, também procuramos mitigar, neutralizar ou transformar em positivo o nosso impacto na sociedade.

Com o objetivo de reforçar o nosso compromisso crescente com o desenvolvimento sustentável, identificámos cinco eixos de ação estratégicos que resultam de uma análise rigorosa e abrangente realizada em conjunto com os nossos *stakeholders*, durante a qual classificámos as preocupações de acordo com a sua importância para a Sonae e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS).

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade promove o desenvolvimento e a adoção de políticas e princípios de ação comuns, através da definição clara de metas e objetivos para as áreas identificadas como prioritárias.



O Investimento Responsável e a Cadeia de Abastecimento Sustentável são considerados temas transversais, relevantes para todos os eixos por causa do seu impacto nas decisões de gestão, pois estão diretamente relacionados com a maneira como investimos e com a forma como, em conjunto com nossos fornecedores, projetamos e desenvolvemos processos, produtos e serviços seguindo os princípios de eficiência e circularidade.



CO₂ e alterações climáticas

O Acordo de Paris e a subsequente COP21 que prometeram garantir a transição efetiva para um futuro com baixas emissões e resistente às alterações climáticas, são ainda mais relevantes perante os desafios climáticos que o mundo enfrenta. A criação destes acordos e de tudo o que estes representam, estão atualmente a ser apoiadas pela Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26). Os ecossistemas dos quais dependemos como humanos estão sob grave ameaça, mesmo que haja um mero aumento de meio grau Celsius. As organizações desempenham um papel especial duplo, porquanto estamos na linha de frente do problema e, devido à nossa presença social, também nos sentimos responsáveis por atuar como impulsionadores da mudança em direção a um novo paradigma.

| O nosso impacto | Subscrições e apoios | Os nossos compromissos e targets |
|---|--|--|
| As atividades das nossas empresas contribuem significativamente para as alterações climáticas – não só devido ao consumo de energia nas diferentes fases do ciclo de produção, mas também pela emissão de gases de efeito de estufa (GEE) que resultam das diferentes atividades. | Em 2015, a Sonae subscreveu o compromisso de Paris (<i>Paris Pledge for Action</i>)– uma plataforma para demonstrar o seu apoio ao Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. | <p>Reduzir as nossas emissões (âmbito 1+2) em 54% até ao ano de 2030 (vs 2018)</p> <p>Eliminar a pegada de carbono até 2040 (emissões GEE de âmbito 1+2), 10 anos antes da meta mundial de 2050.</p> |

Como abordamos

- Definição de objetivos claros e ambiciosos
- Avaliar o grau de exposição dos negócios aos riscos climáticos e definir medidas para os mitigar e aumentar a resiliência dos negócios – integrar um grupo de trabalho para os problemas financeiros associados às alterações climáticas
- Promover o consumo de energia eficaz e flexível nas nossas atividades
- Descarbonizar a matriz energética através da mudança para sistemas elétricos: produzir e adquirir eletricidade produzida através de fontes renováveis; e implementar ações que compensem a pegada do carbono
- Desenvolver produtos e serviços com pouca dependência carbónica e encorajar os consumidores a fazerem escolhas informadas
- Apoiar iniciativas educacionais e que conscientizem os nossos empregados, clientes e parceiros acerca das alterações climáticas
- Incentivar parcerias com universidades e centros de investigação, a fim de desenvolver soluções inovadoras que contribuam para descarbonizar as nossas atividades
- Monitorizar e comunicar o desempenho do Grupo

SONAE TECH HUB, EDIFÍCIO COM O MELHOR DESEMPENHO AMBIENTAL EM PORTUGAL

O Sonae Tech Hub, o mais recente edifício de escritórios do Sonae Campus, foi distinguido com a certificação LEED - *Leadership in Energy & Environmental Design* pelo *United States Green Building Council*. O edifício recebeu a certificação LEED "Platinum", com uma classificação de 89 pontos, a classificação mais elevada atribuída até hoje a um edifício em Portugal e posicionando-o como um dos 100 melhores edifícios eco-eficientes a nível mundial. O Sonae Tech Hub, que representou um investimento de cerca de €11 M, é um espaço de inovação que tem uma área bruta superior a 6.900 m², beneficia de 570 m² de painéis solares, que permitem uma redução de 40% nos consumos de eletricidade, iluminação 100% led de baixo consumo com regulação automática em função da luz exterior, do uso eficiente da água com o aproveitamento de águas pluviais e de um conceito que privilegia um ambiente interior de excelência, nomeadamente ao nível da qualidade do ar e do conforto térmico.



UMA DAS MAIORES CENTRAIS FOTOVOLTAICAS PARA AUTOCONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Instalámos no novo armazém do entreposto da Azambuja uma das maiores centrais fotovoltaicas para autoconsumo de energia elétrica do país. A estrutura é composta por mais de 6.900 módulos fotovoltaicos, com uma capacidade instalada de 3 GWp e uma produção anual de 4 GWh. A produção da central permite satisfazer aproximadamente 30% das necessidades de consumo do entreposto da Azambuja e gera um excedente de produção de aproximadamente 15% para venda à rede. A poupança, em valor, resultante do autoconsumo e da venda do excedente estima-se em €425 mil/ano.



PROGRAMA BACKHAULING

A logística da Sonae MC é responsável por uma parte significativa do consumo de energia do grupo. Considerando a inexistência de alternativas tecnológicas que permitam a redução significativa desta pegada, o foco da gestão tem estado no desenvolvimento de projetos que assegurem uma maior eficiência do consumo de combustíveis fósseis. Deste modo, foi dada continuidade ao programa *Backhauling* – programa que disponibiliza aos fornecedores um serviço de transporte a partir das rotas que seriam feitas em vazio pelos camiões Sonae MC, após procederem à última entrega em loja – que registou um desenvolvimento considerável em 2020 com um crescimento de 50% dos fornecedores que aderiram ao programa, um aumento de 28% do número de viagens realizadas e um aumento de 33% de quilómetros evitados. O transporte assegurado no âmbito do *Backhauling* já representa 16% do total de viagens asseguradas pela atividade logística da Sonae MC.

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DA INFRAESTRUTURA TÉCNICA DE TELECOMUNICAÇÕES: MAIS FUNCIONALIDADES COM MENOS ENERGIA

Entre 2017 e 2019, a NOS modernizou integralmente a rede de acesso móvel, através da migração de tecnologias 2G, 3G e 4G para equipamentos específicos, com reforço da capacidade e maior eficiência energética. O projeto gerou poupanças de energia da ordem dos 25%, para o mesmo volume de tráfego, permitindo simultaneamente dar resposta à crescente solicitação de serviço, sentida de forma particular em 2020, com a alteração de padrões de consumo induzido pela pandemia de Covid-19. Atualmente, a NOS encontra-se a testar diversas funcionalidades de gestão inteligente da rede, com foco especial na tecnologia 5G, que podem reduzir o consumo de energia em mais de 2%, através da otimização do funcionamento em períodos de tráfego reduzido.

Para além dos equipamentos de transmissão, os sistemas de apoio são essenciais ao funcionamento da infraestrutura de telecomunicações. A NOS tem vindo a investir continuamente em sistemas de transformação e backup energético de alta eficiência e adotou soluções de *freecooling*, que utilizam o ar exterior para arrefecer equipamentos, reduzindo o recurso a unidades de AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado). Implementou também soluções de contentorização de corredores de climatização em locais principais e processos de gestão otimizada da climatização de salas técnicas. O conjunto de melhorias introduzido neste domínio entre 2015 e 2020 gera atualmente uma poupança de energia da ordem dos 2,3 GWh/ano.

Sendo uma área em rápida expansão, a racionalização do consumo energético em *Data Centers* é uma área de particular interesse por parte da NOS. A NOS consolidou equipamentos, reforçou as medidas de contenção de frio em corredores técnicos, virtualizou servidores - reduzindo assim a utilização de recursos físicos e energéticos - e, em 2018, inaugurou uma nova unidade própria (Imópolis II), com elevado nível de eficiência. Com estas medidas, cuja expansão está prevista para 2021, a NOS prevê reduzir em cerca de 30% o consumo de energia nos seus *Data Centers*.

O resultado destas medidas reflete-se, de forma visível, no consumo global de energia por tráfego de dados da NOS: entre 2015 e 2020 este indicador registou uma redução de 80%, em linha com a meta da NOS de redução de 85% até 2030.

Natureza e biodiversidade

A perda de habitats, espécies invasivas, sobre-exploração, poluição e alterações climáticas são os principais fatores para a perda de biodiversidade e, conseqüentemente, estão a levar à extinção de muitas espécies. É agora claro que o declínio na biodiversidade não se trata apenas de uma consequência das alterações climáticas, mas também é uma determinante das mesmas, num efeito circular de consequências catastróficas. O mundo natural é um ecossistema com capacidades incríveis de regenerar. As empresas devem reconhecer o seu impacto na natureza e desempenhar um papel fundamental na transição para uma economia mais positiva para a natureza.



| O nosso impacto | Subscrições e apoios | Os nossos compromissos e targets |
|---|---|--|
| <p>A dependência das nossas empresas do capital natural e o modo como estas podem, diretamente ou indiretamente, alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais, obrigando-nos a considerar as questões relacionadas com a proteção da biodiversidade e da natureza como estratégicas.</p> | <p>Em junho de 2020, a Sonae apoiou o <i>Business for Nature's Call to Action</i>, uma declaração coletiva de mais de 700 empresas com volume de negócios superior a 4 triliões de dólares e que urge os governos a adotarem políticas para reverterem as perdas de natureza ocorridas nesta década.</p> <p>Cláudia Azevedo co-lidera a iniciativa <i>Champions for Nature do World Economic Forum</i>, na vertente <i>Food, Land and Ocean Use</i>, uma comunidade de líderes que tem como objetivo travar a perda de biodiversidade até 2030 e liderar o rumo para uma economia global com impacto positivo na natureza.</p> <p>A Sonae integrou o <i>Science Based Targets Network Corporate Engagement program</i> com o objetivo de colaborar no desenvolvimento de uma metodologia que permita às empresas estabelecerem objetivos quantificáveis, exequíveis e com calendários concretos alinhados com os limites da Terra em quatro áreas chave – água potável, biodiversidade, terra e oceanos</p> | <p>Estamos comprometidos em definir metas alinhadas com a ciência, colaborando com a <i>Science Based Targets Network</i>.</p> <p>Como parte do <i>Projeto Floresta Sonae</i>, as empresas Sonae irão garantir a reflorestação de mais de 1.000 hectares de áreas florestais queimadas ou não cultivadas</p> |

Como abordamos

- Definição de objetivos claros e ambiciosos
- Compreender e quantificar a dependência dos negócios do capital natural, de modo a medir os impactos das nossas atividades na natureza, para que possamos tomar as ações necessárias para assegurar que contribuimos, no que seja necessário, para travar a perda de biodiversidade
- Colaborar na restauração de ecossistemas fundamentais e na prevenção da conversão de novos ecossistemas com fins produtivos
- Apoiar a transição para agricultura regenerativa que aumenta a biodiversidade, enriquece os solos, melhora a gestão da água e os serviços de ecossistema enquanto contribui para o aumento da produtividade agrícola
- Contribuir para a promoção de oceanos saudáveis através de uma gestão sustentável dos recursos marinhos
- Promover padrões de consumo compatíveis com o Planeta, através de ações informativas e providenciar uma maior oferta de produtos e serviços com uma pegada ecológica menor, a preços mais acessíveis, e medidas para combater o desperdício
- Monitorizar e comunicar o desempenho do Grupo

PROMOVER A TRANSIÇÃO PARA UMA AGRICULTURA REGENERATIVA E INTEGRADA

Com um plano de atuação alinhado com a Estratégia Europeia do Prado ao Prato, o Clube de Produtores Continente pretende reforçar a oferta de produtos nacionais mais sustentáveis, aos clientes da Sonae MC.

Para o efeito, o Clube tem estado a trabalhar com os produtores em diversos projetos piloto, provas de conceito e certificações que pretendem acelerar a alteração dos métodos de produção:

- Parceria com a ZERYA para a realização de um estudo piloto com 25 produtores de frutas e legumes para testar uma certificação que pretende disponibilizar ao consumidor um produto que garanta, na produção e no processamento, a ausência de resíduos de substâncias fitofarmacêuticas;
- Acordo com o Instituto Superior de Agronomia (ISA) no lançamento um protocolo que irá ajudar os produtores a mapearem a sua produção e torná-la neutra em carbono; e
- Parceria com a Zero (Associação Sistema Terrestre Sustentável) para a continuidade ao Projeto EcoXt, que está a trabalhar com os membros do Clube na certificação das suas produções que respeita os critérios de sustentabilidade e uso eficiente dos seus recursos.

O PRIMEIRO RETALHISTA PORTUGUÊS A CERTIFICAR A PESCA DE ACORDO COM NORMAS DE SUSTENTABILIDADE

Em 2020, a Sonae MC tornou-se ainda o primeiro retalhista português a certificar as suas peixarias de acordo com o Padrão da Cadeia de Custódia do Marine Stewardship Council (MSC) e com a certificação Aquaculture Stewardship Council (ASC).

Esta certificação garante a rastreabilidade dos produtos provenientes de pescarias sustentáveis com a certificação MSC e de explorações de aquacultura com a certificação ASC, desde a sua origem ao consumidor final. Estão abrangidas neste certificado espécies como a Pescada-do-Cabo e *red-fish*, Salmão ou Bacalhau. O projeto abrange os 41 hipermercados do Continente e as 3 plataformas logísticas responsáveis pela receção e distribuição de pescado.

Mais de 1.000 colaboradores e equipas da secção de frescos e de logística da empresa receberam formação no âmbito desta certificação.

COMBATE AO DESPERDÍCIO

Junto do consumidor, as Etiquetas Rosa voltaram a ser um instrumento importante de sinalização dos artigos próximos da validade, no sentido de acelerar o seu escoamento e alertar o consumidor para o curto prazo para consumo. Por esta via assegurámos a comercialização de aproximadamente 11,8 milhões de produtos, o que representou cerca de €20,1 M de desperdício potencialmente evitado.

A Caixa Zero Desperdício (cabazes de 5kg de frutas e legumes em fim de vida) foi criada para promover o escoamento de produtos em risco de desperdício e enriqueceu a gama de produtos circulares. Este projeto, que esteve foi piloto em 2020, tem um potencial de redução de desperdício de mais de 1.000 toneladas/ano.



INCENTIVO À PRODUÇÃO NACIONAL DE AQUACULTURA

Em 2020, a Sonae MC fez um importante investimento na produção nacional de aquacultura de Dourada, por via de um acordo comercial, assegurando desta forma a disponibilização de uma oferta mais sustentável aos seus clientes e garantindo a frescura e qualidade do peixe fresco comercializado.

Desde julho que a Dourada do Algarve está a ser comercializada nas nossas lojas com resultados expressivos ao nível das vendas, com 228 mil clientes, 98 mil dos quais não consumiam dourada na Peixaria Continente, e com níveis de fidelização interessantes.



Plástico

Atualmente, os plásticos e os resíduos produzidos pelos nossos consumidores continuam a representar um enorme problema ambiental - particularmente o desafio inerente ao plástico de utilização única e às políticas de reciclagem ineficientes. Sem dúvida, o envolvimento das empresas e dos *stakeholders* é essencial para criar uma economia circular positiva e sustentável para o futuro.



| O nosso impacto | Subscrições e apoios | Os nossos compromissos e targets |
|---|--|---|
| <p>Dada a natureza e relevância de uma parte considerável da nossa atividade, onde contactamos diretamente com os produtores, operadores e consumidores, e considerando os nossos esforços para repensar e reestruturar os nossos processos, produtos e serviços em relação ao ambiente que nos rodeia, consideramos que podemos contribuir na resolução deste desafio.</p> | <p>Em janeiro de 2020, a Sonae aderiu ao Pacto Português para os Plásticos, uma plataforma colaborativa que reúne as diferentes partes interessadas da cadeia de valor nacional do plástico, com o intuito de alcançar uma economia circular, na qual estes não se convertem em resíduos ou poluentes.</p> | <p>Promover um uso responsável do plástico.</p> <p>Até 2025:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As embalagens dos nossos produtos de marca própria serão 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis. • Incorporação, em média, de 30% de plástico reciclado em novas embalagens de plástico. |



Como abordamos

- Definição de objetivos claros e ambiciosos
- Mapeamento da quantidade e tipo de plástico que utilizamos nas embalagens, produtos e operações
- Reforço dos princípios circulares em todo o leque de operações (reduzir e reutilizar)
- Facilitação da reciclabilidade de todos os plásticos da nossa responsabilidade
- Utilização apenas de materiais de origem biológica e que não incentivem desperdícios de recursos naturais (minimizar e bioplásticos)
- Consciencialização das nossas comunidades
- Estabelecimento de parcerias com universidades e unidades de investigação de modo a projetar soluções sustentáveis
- Revisão e reestruturação dos processos juntamente com os nossos fornecedores e clientes
- Controlo e comunicação do desempenho do Grupo

PROMOÇÃO DA CIRCULARIDADE NO SECTOR DA ELETRÓNICA

A UTRAD (Unidade de Tratamento de Artigos Depreciados) da Worten, em funcionamento desde 2005, incorpora os princípios subjacentes a um modelo de economia circular. Esta iniciativa tem como objetivo recuperar estes artigos com pequenos defeitos e falhas para venda depreciada em *outlet*, em vez de serem descartados como resíduos e enviados para reciclagem. Nos últimos 15 anos permitiu dar uma nova vida a cerca de 736 mil equipamentos.

INCORPORAÇÃO DE MATÉRIA REICLADA

Com o forte crescimento que o digital registou a Sonae Fashion deu prioridade à alteração das suas embalagens de expedição dos produtos vendidos online. Em 2020, mais de 707.500 sacos utilizados para expedir encomendas incorporavam 70% de matéria reciclada.

ALTERAÇÃO DAS EMBALAGENS DE USO ÚNICO

A Sonae MC conduziu um conjunto de alterações aos consumíveis que dispõe em loja (sacos da fruta, pão, peixe e bacalhau) que permitiram evitar a utilização de 282 toneladas de plástico, num valor equivalente a 1% da pegada de plástico de embalagem do Grupo.



SISTEMA PILOTO DE RECOLHA E DEVOUÇÃO DE EMBALAGENS DE BEBIDAS PET

A Sonae MC participou no projeto-piloto desencadeado pelo consórcio formado pela APED, APIAM e PROBEB que tem como objetivo testar o sistema de recolha e devolução de embalagens de bebidas PET. Uma alteração que ao ser implementada em grande escala visa melhorar a taxa de reciclabilidade do plástico e aumentar a qualidade e quantidade de *second life raw* material disponível no mercado. Implementado em março de 2020, o projeto piloto envolveu a instalação de 23 máquinas de recolha automática em grandes superfícies comerciais. No final de 2020, tinham sido entregues, para serem recicladas e darem origem a novas garrafas, cerca de 12 milhões de embalagens de bebidas em plástico. As máquinas de recolha automática instaladas nas lojas Continente foram responsáveis pela recolha de 7,3 milhões de embalagens.

Desigualdades e desenvolvimento inclusivo

À medida que a tecnologia evolui e impulsiona um novo paradigma industrial – Indústria 4.0 – novos riscos emergem, com um impacto crescente no que toca às desigualdades. Situação que se agravou com o início da pandemia Covid-19. Neste sentido, é fundamental minimizar este impacto, através de planos que promovam a requalificação e a formação daqueles que se encontram em maior risco. As empresas não podem permitir que os benefícios dos avanços tecnológicos sejam ofuscados pelos custos sociais e devem desenvolver uma abordagem social de longo prazo que tenha em conta esta mudança de paradigma.

| O nosso impacto | Subscrições e apoios | Os nossos compromissos e targets |
|--|--|---|
| <p>O grupo Sonae é um dos maiores empregadores em Portugal, o que reforça a relevância do seu contributo para uma sociedade mais humana e inclusiva. As suas ações devem focar-se tanto internamente, como nas comunidades que a rodeiam. A Sonae deve criar empregos qualificados, através da implementação de políticas de desenvolvimento de cada individuo no seu grupo e da promoção da diversidade nas suas diversas formas. No que toca à comunidade, entendemos a educação como sendo uma ferramenta importante e fundamental no combate à desigualdade e no desenvolvimento de uma sociedade cada vez menos discriminatória e mais inclusiva.</p> | <p>Em 2019, a Sonae subscreveu o <i>CEO Guide for Human Rights</i>, promovido pelo <i>World Business Council for Sustainable Development</i> (WBCSD).</p> <p>Em 2020, a Sonae deu o seu contributo para o <i>Future of Work Leadership Statement</i>, desenvolvido pelo WBCSD.</p> | <p>Em 2020, o grupo Sonae definiu um <i>target</i> de 39% para Mulheres em posições de liderança em 2023.</p> <p>Em 2020, o grupo publicou uma nova versão do seu Plano para a Igualdade de Género.</p> |

Como abordamos

- Definição de objetivos claros e ambiciosos
- Promoção de uma organização diversa e inclusiva
- Diretrizes transparentes para carreiras e retenção de talento
- Adoção de um Plano para a Igualdade de Género
- Promoção de um ambiente de trabalho ágil e inovador
- Desenvolvimento de programas de formação completos e diversificados
- Definição de planos de requalificação
- Acompanhamento das condições de trabalho para trabalho remoto
- Incentivo a um equilíbrio entre a vida profissional e familiar
- Controlo e comunicação do desempenho do Grupo

ALL IN FOR GENDER EQUALITY

A Sonae criou o programa *ALL IN*, uma iniciativa que pretende criar condições para que a organização compreenda a importância da Diversidade & Inclusão, em todas as suas dimensões (género, etnia, idade, religião ou orientação sexual).

2020 ficou marcado pelo lançamento do "*All In For Gender Equality*", que se consubstanciou numa sessão com o objetivo de criar consciência, compreensão e debate em torno da igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens. Em paralelo, a Sonae estabeleceu uma parceria com a *Lean In.org* para a criação dos "*Lean In Circles Sonae*", círculos de mentoria que promovem a discussão de barreiras, desafios e preconceitos em torno do género, com vista ao desenvolvimento das mulheres no mundo corporativo e na sociedade.

ERT | TOOLKIT DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O grupo de trabalho ERT – D&I, liderado pela Sonae, lançou o compêndio *ERT D&I Toolkit*, para promoção da Inclusão e Diversidade das organizações, com o apoio de 20 das maiores empresas europeias de diferentes setores. Entre as propostas apresentadas, encontram-se duas iniciativas desenhadas pela Sonae: o "*Reverse Mentoring*" da Sonae MC, que demonstra as vantagens no trabalho conjunto e troca de experiências entre colegas de diferentes gerações; e o "*Sonae Arauco Knowledge Academy*", que valoriza o conhecimento dos colegas seniores que, antecipando o momento de saída da empresa, têm a oportunidade de partilhar as suas competências com colegas em diferentes fases de carreira, através de uma experiência inovadora de formação, que recorre a novos formatos de aprendizagem.

REQUALIFICAÇÃO PARA EMPREGABILIDADE (R4E)

O grupo de trabalho *Jobs, Skills & Impact* da ERT é liderado pelo Presidente do Conselho de Administração da Sonae desde 2019. Este grupo tem como objetivo lançar um programa de apoio aos cidadãos europeus que estão desempregados ou em risco de perder o emprego devido à transição digital e climática. Após o primeiro ano focado na mobilização de parceiros e benchmarking, em 2020 foi realizada uma pesquisa exaustiva sobre a requalificação do mercado (+200 iniciativas) para compreender os desafios, oportunidades e estratégias para maximizar o seu impacto. A hipótese de trabalho desenhada assenta num programa abrangente, que apoia os participantes desde as fases iniciais (diagnóstico de competências, escolha de percursos de requalificação e formação) até aos processos que maximizam as fases de transição para o mercado de trabalho (*soft-skills*, ligação às empresas e KPIs). Ainda em 2020, foi iniciada a concetualização de projetos-piloto que possam testar as hipóteses, inclusive em Portugal, onde a Sonae é um grande apoiante do programa. Este projeto é baseado numa parceria entre algumas empresas-membro do ERT e a McKinsey. A Comissão Europeia e o Governo português reconhecem e apoiam o programa.

PROGRAMA CONTACTO

A aposta da Sonae na integração e desenvolvimento de jovens recém-graduados de elevado potencial é feita numa perspetiva de longo-prazo, sendo o Programa Contacto – Programa de Trainees da Sonae – uma das principais fontes deste talento. O arranque do processo de recrutamento de 2020 coincidiu com o início da pandemia em Portugal, o que trouxe novas restrições à forma como se conduzem processos desta natureza. Apesar do contexto desafiante, a Sonae decidiu transformar o programa de trainees, demonstrando resiliência e capacidade de adaptação. O recrutamento e seleção decorreram num formato integralmente virtual, apostando na tecnologia para proporcionar uma experiência envolvente e enriquecedora, tanto a candidatos, como a recrutadores. Os esforços da Sonae foram reconhecidos por toda a comunidade envolvida com a distinção atribuída pela *HRO Today Association* na categoria *Best in Class: Candidate experience & HR Technology* pelas iniciativas inovadoras implementadas com sucesso para atrair, selecionar e integrar jovens talentos.



RESPOSTA À COVID-19

Assim que surgiram os primeiros sinais sobre o de risco contágio e a propagação do vírus, o Grupo Sonae definiu um conjunto de medidas para salvaguardar a saúde e bem-estar dos seus colaboradores. Entre elas, destaca-se a criação de uma linha de apoio interna disponível 24 horas para que os(as) colaboradores(as) possam despistar situações de possível contágio e esclarecer dúvidas e a disponibilização de um serviço de apoio psicológico online de forma gratuita, através do nosso seguro de saúde.

Em paralelo, apoiámos várias iniciativas e instituições em Portugal no combate à Covid-19, nomeadamente através de meios financeiros e materiais, bem como colocando as nossas competências ao serviço da sociedade. É de realçar a nossa participação na iniciativa mundial *Coronavirus Global Response*, focada no desenvolvimento de novas soluções de diagnóstico, terapêutica e desenvolvimento da vacina. A Sonae apoiou o Estado português na aquisição, transporte e logística de equipamento médico.

Apoio à Comunidade

A terrível pandemia Covid-19 resultou numa forte contração da atividade económica e levou a uma das piores crises económicas e de saúde pública do século. Como consequência, as taxas de desemprego dispararam e o mercado de trabalho ficou à beira do colapso.

| O nosso impacto | Subscrições e apoios | Os nossos compromissos e targets |
|---|--|---|
| Comunidades fortes são fundamentais na criação de uma sociedade mais sustentável. No âmbito das nossas atividades, pretendemos aumentar a resiliência e autonomia das comunidades onde operamos, contribuindo para a extinção da pobreza em todas as suas formas. Este é um aspeto vital na cultura da Sonae e continuamos focados numa abordagem integrada e sustentada que tem como objetivo aumentar o impacto das nossas ações em benefício de comunidades mais fortalecidas e resilientes. | A Sonae participou na iniciativa mundial <i>Coronavirus Global Response</i> que, juntamente com o Estado português, doou €10 milhões para a esta iniciativa contra o Covid-19. A Sonae contribuiu com €0,5 milhões . | Visamos aumentar a resiliência e a autonomia das comunidades onde operamos. |

Como abordamos

- Definição de objetivos claros e ambiciosos
- Colaboração com as autoridades locais, grupos locais e ONGs de modo a identificar oportunidades de colaboração
- Desenvolvimento de processos internos que visam facilitar a disseminação de oportunidades de ajuda às comunidades locais
- Promoção do envolvimento das nossas equipas através de programas de voluntariado
- Criação de metodologias para avaliar o nosso impacto
- Controlo e comunicação do desempenho do Grupo

TODOS POR TODOS

Ao longo de 2020, a Sonae MC lançou diferentes campanhas de recolha de fundos, destacando-se a campanha realizada **no final do ano. Sob o mote “Todos por Todos”, a Missão Continente não só doou 150 toneladas de bens alimentares, mas também, em parceria com a TVI, Federação Portuguesa de Futebol e Fundação Laps, conseguiu reunir mais de €1,2 milhões** junto de cerca de 370 mil clientes. Os donativos – distribuídos pela Cruz Vermelha Portuguesa, Rede de Emergência Alimentar e União Audiovisual – ajudaram mais de 500 mil pessoas que atravessam dificuldades económicas devido à pandemia.

NEVER SURRENDER

A Salsa criou uma coleção cápsula, *Never Surrender*, cuja totalidade dos lucros – **mais de €100 mil** - reverteram a favor da Cruz Vermelha Portuguesa. A linha incluía dois *jeans* de mulher e dois de homem, cada um dos quais com uma etiqueta personalizada, uma bandana e um porta-chaves de oferta e uma t-shirt com referência ao movimento.



WORTEN TRANSFORMA

Face ao enorme crescimento de pedidos de apoio durante o confinamento, a Worten reorientou o seu programa de responsabilidade social e ambiental, Worten Transforma, de modo a concentrar esforços no apoio ao bem-estar de doentes e profissionais de saúde e na redução das assimetrias que a realidade do ensino à distância veio agudizar. Por esta via, a Worten recolheu mais de 5.800 toneladas de equipamentos que foram transformados em 474 equipamentos novos com um valor de mercado de €103 mil, que foram distribuídos por 144 entidades.

PSOLIDÁRIO

Também em 2020, o Jornal Público, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, lançou o PSolidário, programa de solidariedade social de atribuição gratuita de assinaturas digitais do jornal. Numa primeira edição, em junho, ofereceu 2.500 assinaturas a profissionais de saúde como forma de agradecimento e reconhecimento pelo esforço heroico feito no estado de emergência e, em dezembro, reconhecendo as dificuldades que a adaptação a uma nova realidade exige e com o objetivo de contribuir para a sua mitigação, ofereceu outras 2.500 assinaturas digitais a quem se viu em situação de desemprego.

SOMOS SONAE

Com foco na nossa comunidade interna, reforçámos o programa Somos Sonae, que nasceu em setembro de 2013 com o objetivo de apoiar os nossos colaboradores em fases de maior vulnerabilidade.

Esta iniciativa, ao longo dos seus 7 anos, já apoiou cerca de 2.418 pessoas, nomeadamente colaboradores e o seu agregado familiar, incluindo cerca de 919 crianças. O programa trabalha um conjunto de áreas: bens, serviços e produtos de 1ª necessidade; apoio jurídico e renegociação de dívidas e créditos; apoio à saúde e saúde oral; e outros apoios. Em 2020, foi alargado à problemática da violência doméstica, uma realidade que trespassa todos os grupos da sociedade portuguesa.

Numa perspetiva plurianual, foi **investido um montante de cerca de €1,2 M** desde o arranque do programa. Para assegurar a privacidade das nossas pessoas e suas famílias, os processos são conduzidos por uma equipa especializada e multidisciplinar da Cruz Vermelha Portuguesa, que é mobilizada para analisar os pedidos de apoio endereçados e depois do diagnóstico desenhar e implementar o plano de acompanhamento.

Também aqui, 2020 destaca-se como sendo o ano com maior investimento nas nossas pessoas. Um valor superior a €234 mil foi distribuído por 150 apoios, que impactaram a vida de 385 pessoas.



III. RELAÇÕES COM OS STAKEHOLDERS

A missão da Sonae de criar valor social a longo prazo destaca a importância de pró-ativa e eficazmente se envolver com os seus principais *stakeholders*, promovendo um diálogo baseado na confiança mútua e na transparência. Acreditamos que para garantir o nosso sucesso a longo prazo, devemos ter em consideração o que é importante para os nossos *stakeholders*. O portefólio único e diversificado da Sonae opera globalmente num mercado em rápida mudança, aumentando assim a complexidade da sua rede de *stakeholders* e exigindo a adoção de uma abordagem específica para cada grupo dos mesmos. A Sonae assume esta necessidade como uma responsabilidade, mas também como uma oportunidade de melhorar, de disseminar os seus valores e de identificar oportunidades de criação de valor. O sucesso é um caminho duramente conquistado, mas é um caminho que a Sonae quer percorrer em conjunto.

Os grupos de *stakeholders* abaixo apresentados e aos quais maioritariamente nos dedicamos, foram identificados com base na capacidade de influenciar o nosso modelo de negócio, de criar valor partilhado e na medida em que são impactados pelos nossos negócios.

Acionistas

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|--|---|--|---|
| A Sonae é uma parceria entre um acionista familiar maioritário e investidores de longo prazo que partilham e têm o mesmo foco num desempenho económico e sustentável, forte e de longo prazo. Estamos empenhados em fornecer informação honesta, equilibrada, relevante e pertinente, de forma a permitir decisões de investimento informadas por parte dos novos e atuais investidores. | <ul style="list-style-type: none"> Estratégia e modelo de negócio Desempenho financeiro Desempenho de ESG Gestão de risco Política de dividendos Feedback do mercado de capitais Investimento responsável Reputação e gestão de marca Estrutura de capital ativa e equilibrada | <ul style="list-style-type: none"> A equipa de Relações com Investidores está em contacto permanente com analistas e investidores (reuniões, <i>roadshows</i> e conferências) Relatórios regulares (anúncios de resultados anuais e trimestrais) Relatórios regulares com <i>feedback</i> dos investidores <i>Capital Markets Days</i> Reuniões de acionistas e analistas Apresentações corporativas <i>Website</i> institucional | <ul style="list-style-type: none"> 5% de aumento dos dividendos +200 reuniões com investidores +300 contactos com analistas Apresentação ao Conselho de Administração do <i>feedback</i> dos investidores (principais preocupações) Continuar a melhorar a comunicação do mercado de capitais entre os diferentes canais |

Colaboradores

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|--|---|--|--|
| A Sonae reconhece a que os nossos colaboradores são uma parte essencial do grupo. A nossa cultura corporativa assume um compromisso com cada um dos colaboradores, oferecendo gestão de desempenho, igualdade de oportunidades, diversidade e inclusão, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, e estruturas de remuneração atrativas. | <ul style="list-style-type: none"> Objetivos pessoais e análises anuais de desempenho Remuneração e oportunidades para o desenvolvimento pessoal ou de carreira Saúde e segurança Práticas de trabalho ágeis Um ambiente que estimula a inovação Diversidade e inclusão Atração e retenção de talentos Ambiente e condições de trabalho seguros Formação e requalificação Comunicação e envolvimento eficazes | <ul style="list-style-type: none"> Inquéritos de satisfação de colaboradores Reuniões e interações recorrentes num ambiente profissional Acolhimento estruturado para novos colaboradores Encontros e outros eventos informais <i>Teambuilding</i> Cursos de formação e conferências Comunicação interna Fóruns e grupos de partilha de conhecimento Avaliações anuais de desempenho Estrutura de diversidade e inclusão | <ul style="list-style-type: none"> Introdução em 2020, do <i>Employment Net Promoter Score</i> baseado em inquéritos de satisfação para monitorizar e gerir 1,1 milhões de horas de formação 36% de mulheres em cargos de liderança |

Empresas do portefólio

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|--|---|---|---|
| A estrutura de governo da Sonae garante que cada empresa é autónoma e independente, mas como <i>holding</i> tem de desafiar e elevar a exigência para garantir um crescimento sustentável a longo prazo. | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a tomada de decisão • Garantir independência e autonomia • Assegurar o crescimento económico e social de longo prazo • Medir os fatores ESG e desempenho financeiro | <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação contínua com a Comissão Executiva • Os membros da Comissão Executiva são membros do Conselho de Administração de cada empresa do portefólio • Reuniões regulares com todos os CEOs • Departamento de M&A para todas as empresas do grupo • Fóruns e grupos de partilha de conhecimento com pessoas de diferentes empresas | <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões semanais da Comissão Executiva com os CEOs dos vários negócios durante os primeiros meses da pandemia • Membros da Comissão Executiva participam em todas as reuniões dos Conselhos de Administração das empresas do portefólio • Reunião anual estratégica • Reuniões regulares dos <i>Group Senior Executives</i> |

Clientes

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|---|---|---|--|
| O sucesso das empresas do portefólio da Sonae é medido pela satisfação dos seus clientes. A Sonae está empenhada em promover uma relação baseada na confiança com o objetivo de melhorar o estilo de vida de todos os clientes, oferecendo propostas de valor personalizadas em cada setor. | <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação clara • Gestão da relação com o cliente, satisfação do cliente e lealdade do cliente • Melhoria do estilo de vida • Qualidade e segurança dos produtos e serviços • Sustentabilidade dos produtos • Inovação dos produtos e serviços • Mitigação de reclamações • Políticas de gestão de dados | <ul style="list-style-type: none"> • Usando a nossa rede de lojas e canais <i>online</i> • Comunicação corporativa da Sonae • Campanhas de comunicação e consciencialização • Estudos de mercado e <i>focus groups</i> • Departamentos de apoio ao cliente • Provedoria • <i>Website</i> institucional | <ul style="list-style-type: none"> • €6,8 mil milhões de vendas • Mais de 2.000 lojas • 369 mil reclamações |

Comunidades

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|--|---|---|--|
| Criamos valor social através do nosso envolvimento com as comunidades, apoio a causas sociais e dedicação pessoal dos nossos colaboradores para tornar o mundo um lugar melhor. Para a Sonae, crescimento sustentável implica comunidades sustentáveis. A Sonae está ciente do impacto da sua presença na sociedade e está empenhada em fazer uma diferença positiva nas suas comunidades, salvaguardando os princípios de responsabilidade social corporativa, boa cidadania corporativa e transparência. | <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar as comunidades • Aumento da consciencialização para tópicos de sustentabilidade • Adoção de estilos de vida mais saudáveis • Igualdade de oportunidades • Impacto na economia local • Respeitar valores e tradições locais • Dinâmica do mercado de trabalho local • Envolvimento da comunidade • Redução de plásticos • Proteção da biodiversidade • Consumo de energia eficiente | <ul style="list-style-type: none"> • Ações relacionadas com o Covid • Programa <i>Activeshare</i> • A nossa rede global de lojas • Colaboração com ONGs • Colaboradores • Fornecedores • Organização e apoio a eventos sociais | <ul style="list-style-type: none"> • Apoio relacionado com o Covid-19 a instituições, através da distribuição de produtos alimentares e não alimentares e EPI • €14 M de apoio à comunidade • 1.208 instituições apoiadas • 108.000 árvores doadas para plantação • 38% de redução nas emissões de CO₂ |

Fornecedores

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|--|--|--|---|
| A abordagem negocial da Sonae aos seus fornecedores é baseada na ideia de que percorremos um caminho comum, e como tal, pretendemos construir parcerias que promovam princípios sólidos de responsabilidade corporativa. | <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias de longo prazo • Abordagem colaborativa • Condições de negócio abertas • Condições de pagamento justas • Qualidade do produto, sustentabilidade, origem e rastreabilidade • Ambiente de trabalho e ética • Inovação em produtos e serviços | <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões e sessões de treino • Interação contratual • Sonae MC "Clube de Produtores Continente" • Avaliações de desempenho • Portais de fornecedores • Auditorias e monitorização | <ul style="list-style-type: none"> • 952 fornecedores • €264 milhões de investimento (<i>capex</i>) |

Credores

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|--|--|--|---|
| A Sonae gere ativamente a sua estrutura de capital e os credores desempenham um papel importante na estratégia financeira da Sonae. A relação com os credores é uma relação próxima e de apoio, caracterizada pela abertura e transparência. | <ul style="list-style-type: none"> • Desempenho em matérias de ESG • Desempenho financeiro • Investimento responsável • Gestão de risco • <i>Rating</i> de crédito • Estrutura de capital ativa e equilibrada • Independência | <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com analistas e agências de <i>rating</i> • Departamento financeiro ativo • Departamento de Relações com Investidores • Atualizações de mercado • Apresentações corporativas • <i>Website</i> institucional • Reguladores | <ul style="list-style-type: none"> • Mais de €750 M de operações de refinanciamento de longo prazo • €225 M em empréstimos ESG e <i>green</i> • 12% <i>loan-to-value</i> da <i>holding</i> |

Reguladores e Autoridades

| Porque nos envolvemos | Assuntos-chave | Como nos envolvemos | Resultados e destaques |
|---|---|--|--|
| A Sonae está numa posição única para impulsionar a mudança através da sua pegada social abrangendo todas as dimensões sociais e económicas. A Sonae defende as melhores práticas a nível mundial e pretende contribuir positivamente para melhor regulamentação em benefício de todos os seus <i>stakeholders</i> . | <ul style="list-style-type: none"> • Comportamento pró-ativo e compatível com nova legislação • Envolvimento pró-ativo • Partilha de experiências para impulsionar a mudança • Liderar pelo exemplo | <ul style="list-style-type: none"> • Diálogo próximo com as autoridades locais e nacionais (incluindo os principais <i>policy markers</i>) • Reuniões periódicas • Auditorias e inspeções • <i>Website</i> institucional | <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 40 comunicados na CMVM, incluindo 1 relatório anual e 4 relatórios trimestrais • Auditorias às demonstrações financeiras anuais |

Somos motivados pelo nosso propósito

A Nossa Estratégia

Missão: Criar valor económico e social de longo-prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas.

A Sonae tem uma longa e rica história como grupo de negócios líderes. A história da Sonae é também uma história de compreensão das diferentes dimensões do valor e de como o valor económico a longo-prazo só pode ser alcançado com uma abordagem sustentável que promova igualmente o desenvolvimento do valor social e natural. Neste enquadramento, a Sonae aposta num crescimento superior e sustentável e, simultaneamente, na criação de valor. A Sonae possui um forte portefólio de negócios líderes, um modelo de governo corporativo claro e com provas dadas, uma vasta equipa de elevada qualidade, uma forte flexibilidade financeira e uma relação diferenciada com os seus *stakeholders*.

A pandemia Covid-19 testou as nossas capacidades ao limite. A Sonae focou-se em apoiar o seu portefólio para de forma eficiente se adaptar e ultrapassar esta situação sem precedentes. As vantagens de um portefólio diversificado e equilibrado provaram ser uma mais valia enquanto juntos navegamos pela pandemia, *Stronger, Faster, Better* (mais fortes, mais rápidos, melhores).

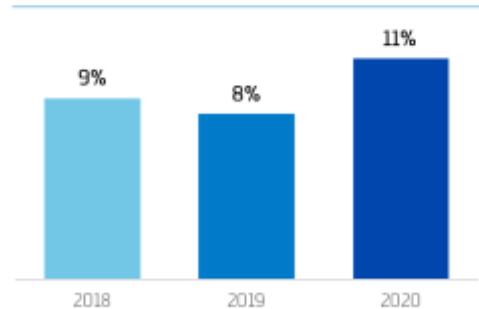
Stronger (mais fortes): o crescimento e a obtenção de uma rentabilidade *best-in-class* (de referência) em áreas cruciais é o que move a Sonae, permitindo criar oportunidades para os nossos *stakeholders* e garantindo um valor económico, social e natural superior. Com este objetivo, continuamos a explorar diferentes avenidas de crescimento e aproveitamos ativamente novas oportunidades, tanto no nosso portefólio, criando sinergias ou aplicando as nossas competências a outras áreas, como em novos negócios que possam acrescentar valor ao portefólio.

A Sonae demonstra continuamente o seu perfil mais forte, sempre com a ambição de fazer mais. Para cumprir a nossa missão na sociedade, procuramos criar valor através do aumento da nossa rentabilidade, do aumento do *cash flow* gerado pelos nossos negócios, enquanto defendemos o mais profundo cuidado com os nossos *stakeholders*, os mais elevados padrões de desenvolvimento da nossa sociedade e o mais estrito cuidado com o nosso planeta. O nosso desempenho económico desempenha um papel central na nossa estratégia com vista a uma organização *long-living* sustentável. É crucial criar valor através da rentabilidade *best-in-class*, sólida geração de *cash flows* associados ao aumento do NAV de um portefólio equilibrado, sempre apoiado por um sólido balanço.

Para medir o nosso perfil, monitorizamos e definimos *targets* de longo-prazo para um conjunto de métricas.

O **Retorno do Capital Investido (RoIC)** é um dos nossos principais KPIs (principais indicadores de desempenho) e uma das bases da nossa estratégia de gestão da carteira de investimentos, medindo o retorno que obtemos sobre o capital investido. O RoIC é calculado com valores de gestão proporcionais, incluindo mais valias na venda de ativos e considerando o capital investido contabilístico (com exceção da Sonae Sierra e Sonae IM para as quais consideramos os capitais investidos a custo histórico). Estabelecemos um *target* para o RoIC superior a 10% no longo prazo. Em 2020, o RoIC da Sonae atingiu 11,1%, face a 8,3% em 2019.

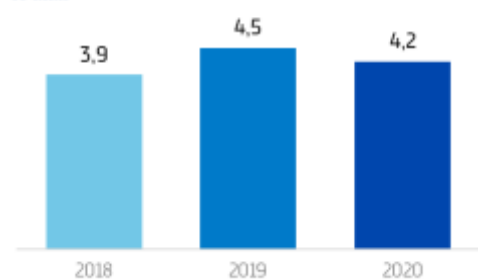
ROIC



A evolução do *Net Asset Value (NAV)* do nosso portefólio mostra que a Sonae tem criado valor nos últimos anos, em resultado de uma combinação entre a melhor rentabilidade dos nossos negócios e um portefólio equilibrado na sua estrutura geográfica e setorial beneficiando de condições de mercado favoráveis.

Entendemos que o *NAV* do nosso portefólio é a melhor metodologia para o cálculo do valor de mercado do nosso portefólio de negócios líderes e para uma valorização de curto prazo. O método escolhido para a avaliação dos investimentos é o uso de uma abordagem por múltiplos de mercado, em que o *Enterprise Value (EV)* é obtido multiplicando as medidas de rentabilidade de cada empresa (EBITDA subjacente é a base mais comum) por múltiplos do mercado de empresas cotadas semelhantes. Este grupo de empresas semelhantes é selecionado com base em dados independentes, investigação e informação recolhida por equipas internas, e é um grupo que permanece estável ao longo do tempo. Os múltiplos de mercado considerados não representativos são excluídos do grupo de empresas cotadas semelhantes (como é o caso de empresas com ofertas de aquisição ou qualquer outra circunstância excepcional que afete a rentabilidade ou o preço das respetivas ações). Se uma avaliação por múltiplos não for adequada, como no caso da Sonae Sierra, utilizamos um método de avaliação alternativo. Neste caso, para a Sonae Sierra, utilizamos a abordagem conservadora de valorização através do INREV NAV** proporcional e não consideramos valor para a unidade de negócio de serviços em crescimento.

NAV (€ MM)



No final de 2020, um ano fortemente impactado pela Covid-19, o NAV da Sonae situou-se em €4,2 mil milhões, 3% abaixo em comparação com o último valor publicado de €4,3 mil milhões, em setembro de 2020††. Durante 2020 e num contexto Covid-19, o NAV foi impactado pelo mercado de capitais e pelo desempenho negativo de alguns negócios do nosso portefólio.

Uma *estrutura de capital sólida*, suportada pela forte capacidade de geração *cash flows* do nosso portefólio, é essencial para avançar e financiar as nossas perspetivas de crescimento. O equilíbrio adequado entre capital próprio e dívida líquida é um KPI que acompanhamos cuidadosamente e no qual temos um desempenho notável. No final de 2020, a nossa posição financeira evidenciava uma dívida líquida (excluindo os passivos de locação) que representava 31% (€1,1 mil milhões) da estrutura de capitais.

ESTRUTURA DE CAPITAIS



** A Sonae Sierra calcula o NAV com base nas recomendações publicadas em 2007 pelo *European Association for investors in Non-Listed Real Estate Vehicles (INREV)*

†† Informação trimestral e proporcional não foi auditada

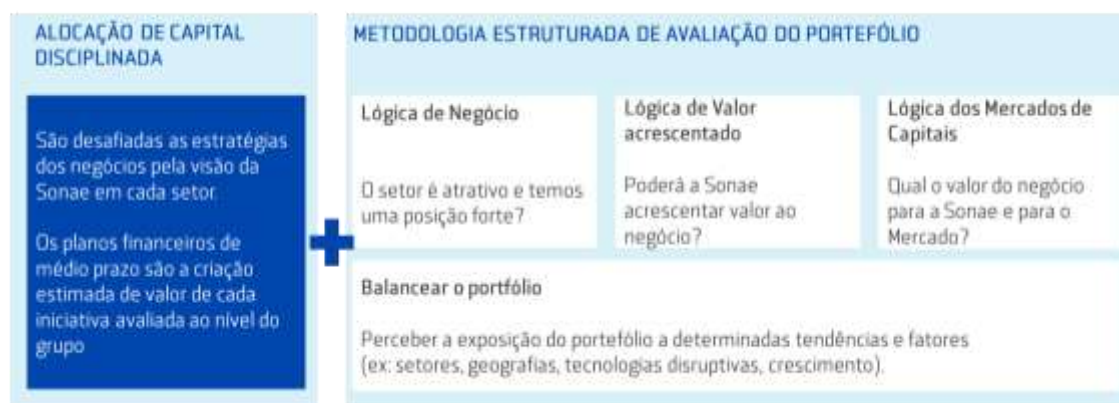
A combinação entre a nossa posição financeira robusta e a evolução do NAV é também medida pelo indicador *Loan to Value* (LTV) calculado ao nível da *holding* e para o qual a Sonae estabeleceu um limite de 15%. O LTV da *holding* é o rácio entre a dívida líquida média (durante os últimos 12 meses) e o valor de mercado do nosso portefólio (calculado pela soma do NAV do portefólio e a dívida líquida média da *holding*). Em 2020, o LTV da *holding* foi de 12%, uma ligeira diminuição face a 2019.

Faster (mais rápidos): reflete a capacidade crítica de nos adaptarmos rapidamente às circunstâncias em constante mudança no mundo atual. Ser *Faster* é ser uma *holding* com capacidade de decisão assertiva na gestão do portefólio, gerindo todos os negócios com autonomia e garantindo que possuem a capacidade de se reinventar, de ser ousados e de assegurar crescimento a longo prazo. Como *holding*, estamos presentes no Conselho de Administração de todas as unidades de negócios, promovendo e estimulando a tomada de decisão mais rápida e inovadora. Também impulsionamos a sustentabilidade e a digitalização para preparar as nossas empresas para o futuro e para fortalecer a sua competitividade nos mercados. A forma como nos estruturamos e como gerimos o nosso portefólio desempenha um papel fundamental na capacidade de ser *Faster*. A digitalização tem sido um dos principais impulsionadores dos nossos negócios: em 2020 fomos capazes de adaptar rapidamente a nossa estrutura a um crescimento repentino e inesperado da procura *online* e as nossas vendas *online* agregadas aproximaram-se dos €480 milhões.

A Sonae tem vindo a trabalhar na alteração da estrutura do Grupo, a fim de garantir que cada unidade de negócio é mais autónoma e independente e em ter uma *holding* mais focada na gestão de portefólio e outras responsabilidades.

O nosso papel como *holding* em relação ao nosso portefólio é garantir que todas as condições necessárias estejam reunidas ao nível de cada unidade de negócios e, em seguida, desafiá-las atingir um desempenho adequado para a criação de valor no longo prazo. Cada unidade de negócio possui um Conselho de Administração e uma Comissão Executiva dedicados, bem como estruturas de apoio que reúnam as competências necessárias para alcançar elevados níveis de autonomia e responsabilidade, criando, desta forma, condições para rapidamente responder aos crescentes desafios emergentes de cenários competitivos em constante mudança. A Comissão Executiva do Grupo Sonae participa no Conselho de Administração de cada unidade de negócio, a fim de garantir este alinhamento.

Ser *Faster* depende também de como gerimos o portefólio. A Sonae é uma *holding* com um portefólio diversificado de negócios e possui um histórico de gestão de portefólio ativa, sustentado por uma abordagem disciplinada de alocação de capital.



Esta abordagem disciplinada baseada em 3 princípios:

1. Lógica de Negócio: O setor é atrativo e temos uma posição forte?

Avaliar a atratividade estrutural de um negócio, ou seja, o setor ou mercado em que compete, e a força da sua posição competitiva nesse mercado.

2. Lógica de Valor Acrescentado: Poderá a Sonae acrescentar valor ao negócio?

Avaliar se a Sonae é a melhor empresa-mãe para um determinado negócio, ou seja, avaliar o valor que esta acrescenta ao negócio, proveniente quer da relação entre a empresa-mãe e o negócio, quer das ligações/sinergias estabelecidas entre empresas irmãs.

3. Lógica dos Mercados de capitais: Qual o valor do negócio para a Sonae e para o mercado?

Compreender o estado do mercado de capitais, nomeadamente como o mercado valoriza os ativos da Sonae em comparação com o valor atualizado líquido dos *cash flow* futuros que a Sonae estima para o negócio.

Finalmente, uma análise do equilíbrio do portefólio fornece à Sonae uma visão holística do mesmo e permite compreender a exposição do seu capital a tendências e fatores específicos (por exemplo, setores, geografias, tecnologias disruptivas e crescimento). Em suma, esta abordagem da estratégia de alocação de capital permite à Sonae desenhar as melhores opções para os negócios do seu portefólio, que são, em última análise, a base para ajustar o portefólio de negócios ao longo do tempo na procura da criação contínua e sustentável de valor de longo prazo.

Better (melhores): Respeitar as Pessoas e o Planeta através da atração e retenção de talento, pela melhoria do bem-estar das nossas equipas e comunidades, trabalhando melhor para a igualdade de género e tornando o nosso planeta melhor. Importa também ser uma *holding* que desafia as nossas empresas a elevar a fasquia na geração de capital social e natural.

PLANETA

CAPITAL NATURAL



- 1 CO₂ e alterações climáticas
- 2 Natureza e Biodiversidade
- 3 Plástico

PESSOAS

CAPITAL SOCIAL



- 4 Desigualdades e desenvolvimento inclusivo
- 5 Apoio à comunidade

Para melhor respeitar as Pessoas e o Planeta, realizámos uma avaliação compreensiva da materialidade em conjunto com os nossos *stakeholders* e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Esta avaliação considerou:

- Inquéritos a *stakeholders* e questões de regulamentação e compromissos subscritos pela Sonae;
- Questões intrínsecas aos princípios e valores do grupo;
- Temas abordados no ciclo anterior e/ou altamente integrados no negócio; e
- Áreas nas quais a Sonae pode ter um impacto positivo através da natureza e relevância da sua atividade.

Esta análise resultou em **5 eixos estratégicos de ação**: 1) CO₂ e alterações climáticas; 2) Plástico; 3) Natureza e Biodiversidade; 4) Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo; e 5) Apoio à comunidade.

Para além destes cinco eixos, consideramos o Investimento Responsável e a Cadeia de abastecimento Sustentável como temas transversais, relevantes a todos os eixos pelo impacto nas decisões de gestão, estando diretamente relacionados com a forma como investimos e como, em conjunto com os nossos fornecedores, desenhamos e desenvolvemos processos, produtos e serviços seguindo os princípios da eficiência e da circularidade.

1. CO₂ e alterações climáticas

As alterações climáticas, devido à ameaça que representam à nossa capacidade e à capacidade das gerações futuras de viver e crescer num mundo próspero e pacífico, é um tema central na nossa agenda. Em 2015, a Sonae subscreveu o *Paris Pledge for Action* e estabeleceu objetivos ambiciosos.



- Reduzir até 2030 as emissões (âmbito 1+2) em 54% vs 2018; e
- Ser neutros em carbono até 2040 (âmbito 1+2, emissões de GEE), 10 anos antes do *target* global de 2050.

Neutralidade carbónica das operações em 2040

Para apoiar estes esforços, cada empresa desenvolveu os seus próprios mapas de ação, adequados ao seu contexto de negócio, com base nas melhores práticas vigentes e no conhecimento tecnológico e científico prevalente.

Alterar para equipamentos de refrigeração que usam refrigerantes de baixo impacto, investir na produção local de energia renovável e no fornecimento de energia renovável, eletrificar a nossa frota de veículos e avançar nos nossos esforços para promover a ecoeficiência das nossas operações são algumas das iniciativas planeadas para a prossecução das nossas metas.

2. Natureza e biodiversidade

As alterações climáticas e a destruição da natureza estão profundamente relacionadas e apresentam enormes riscos para as empresas. A dependência das nossas empresas do capital natural e a forma como, direta ou indiretamente, têm o potencial de alterar ou contribuir para a destruição de habitats naturais, leva-nos a considerar as questões relacionadas com a proteção da natureza e da biodiversidade como estratégicas para o Grupo.

Estamos empenhados em travar a perda de biodiversidade e em avançar para um caminho positivo para a natureza. Aderimos à iniciativa *Science Based Targets Network* com o objetivo de colaborar no desenvolvimento de metodologias que permitirão às empresas estabelecer objetivos mensuráveis, acionáveis e com limite de tempo alinhados com os limites do planeta.

Os nossos esforços estão focados em iniciativas de restauração de ecossistemas, apoiando a mudança para uma agricultura produtiva e regenerativa, trabalhando em direção a um oceano saudável e produtivo e promovendo padrões de consumo compatíveis com o planeta - garantindo produtos nutritivos, acessíveis e ecológicos amplamente disponíveis e reduzindo o desperdício.

3. Plástico

Estamos cientes da escalada da catástrofe ambiental em torno do plástico. Dada a sua extrema relevância numa parte significativa do nosso portefólio, apresentámos a Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico, uma política que engloba a nossa visão para uma utilização mais responsável do plástico e aderimos ao Pacto Português para os Plásticos.

Os nossos *targets* são ambiciosos:

- Até 2025, as embalagens de plástico dos nossos produtos de marca própria serão 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis
- Incorporar, em média, 30% de plástico reciclado em novas embalagens de plástico.

100% das nossas embalagens de marca própria de plástico serão reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis até 2025

4. Desigualdades e desenvolvimento inclusivo

A desigualdade é por nós assumida como um dos problemas sociais mais complexos e urgentes da atualidade. Enquanto empregador de referência, este é um desafio para o qual podemos contribuir.

Compromissos:

- Em 2019, a Sonae subscreveu o *CEO Guide for Human Rights*, desenvolvido pelo *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*.
- Em 2020, a Sonae apoiou o *Future of Work Leadership Statement*, desenvolvido pelo *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*.
- Em 2020, a Sonae publicou uma nova versão do *Plano para a Igualdade de Género*.

Em 2020, a Sonae definiu que em 2023, 39% das mulheres ocuparão cargos de liderança

5. Apoio à comunidade

Comunidades mais fortes são importantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável. No âmbito dos nossos negócios, pretendemos aumentar a resiliência e autonomia das comunidades onde operamos, contribuindo para a eliminação da pobreza nas suas diversas formas.

Em maio de 2020, a Sonae participou na iniciativa global contra a Covid-19 denominada *Coronavirus Global Response*, que tem como objetivo acelerar o desenvolvimento e implementação da vacina, tratamento e diagnóstico da Covid-19, bem como torná-los universalmente disponíveis e acessíveis. A Sonae faz parte do grupo de organizações que, em conjunto com o Governo Português, vão doar €10 milhões a esta iniciativa contra a Covid-19, tendo a Sonae contribuído com €0,5 milhões.



O Nosso Portefólio

| | | | |
|-------|---|------------------------------------|---|
| 100% |  | SONAE MC | O líder indiscutível no mercado português de retalho alimentar (offline e online) |
| 70% |  | SONAE SIERRA | Especialista internacional no setor imobiliário com uma gama completa de serviços |
| 33,5% |  | NOS* | Um <i>player</i> convergente líder no mercado português de telecomunicações |
| 100% |  | worten | Líder, em Portugal, na área de eletrodomésticos e eletrónica de consumo |
| 30% |  | IBERIAN SPORTS RETAIL GROUP | Um dos maiores retalhistas de desporto com rápido crescimento, na Ibéria (Sprinter, SportZone, JD and Size?) |
| 100% |  | SONAE FASHION | Maior grupo português de moda (Salsa, MD, Zippy e Losan) |
| 100% |  | SONAE FS | Player de serviços financeiros digitais em rápido crescimento em Portugal |
| 90% |  | SONAE IM | Gestor de portefólio ativo com foco em tecnologia de retalho, tecnologia de telecomunicações e cibersegurança |



*Direitos de Voto da NOS são 59,52%

O líder incontestável no mercado de retalho alimentar em Portugal

SONAE MC



Com a abertura do primeiro hipermercado em 1985, e com base num historial acumulado de mais de 35 anos de crescimento consistente, a Sonae MC é hoje o líder incontestável no setor do retalho alimentar em Portugal.

Com mais de €5 mil milhões de vendas em 2020, a proposta de valor da Sonae MC assenta em formatos de retalho alimentar complementados por novos negócios em crescimento, oferecendo ao cliente uma experiência completa espalhada por mais de 1.300 lojas. Assim, do canal *offline* ao canal *online*, a Sonae MC está presente nas mais diversas áreas de negócios através de um portefólio com vários formatos, omnicanal e de insignias diversificadas e inovadoras, que se complementam e integram o quotidiano de milhões de famílias.



Em 2020 e no contexto da pandemia Covid-19, a Sonae MC manteve-se sempre ao lado dos seus clientes. Num contexto de extrema dificuldade, os excelentes resultados da empresa, em termos de vendas e a conquista de quota de mercado, refletem a satisfação dos clientes bem como

o reconhecimento do seu esforço. O negócio *online* da Sonae MC também foi fundamental para este desempenho e, durante 2020, destacou-se pelo crescimento acelerado de aproximadamente 80% face ao período homólogo. De facto, a Sonae MC tem feito progressos significativos no seu percurso digital, nomeadamente desenvolvimentos de experiência omnicanal, uma aplicação renovada de fidelização com mais de 1,3 milhões de utilizadores registados em 2020, serviços digitais de valor acrescentado incluindo *mobile wallet* e fatura eletrónica (> 6 milhões de faturas emitidas em 2020) com uma aceitação crescente por parte dos clientes, uma melhor experiência em loja através de uma inovadora app de assistente digital de compra (Continente Siga) e melhores ferramentas de comunicação digital através de folhetos personalizados.

A ambição da Sonae MC é manter a liderança de mercado em todas as áreas de negócio em que opera, sempre consciente de que pode fazer mais e melhor. Em termos de portefólio, a Sonae MC irá continuar a desenvolver a sua rede de lojas, particularmente no segmento da proximidade, alavancado nos seus ativos digitais e no negócio *Health & Wellness & Beauty* (saúde, bem-estar e beleza) como pilares para crescimento futuro.

Destaques 2020

| | | | | |
|--|---|---|-----------------------------|---|
| €5,2 MM Volume de negócios | > 1.300 Lojas | 10,2% Margem EBITDA subjacente estável | €202 M Free Cash Flow | 3.0x Divida Líq. total / EBITDA subjacente |
| -23% Emissões de CO ₂ (âmbito 1+2) face a 2019 | 74% Plástico reciclável em embalagens de marca própria | 37% Mulheres em cargos de liderança | €12 M Apoio à comunidade | |

Especialista internacional no setor imobiliário, com uma gama completa de serviços

SONAE SIERRA



Sonae Sierra iniciou a sua atividade em 1989 como investidor e *developer* de centros comerciais em Portugal. Durante a sua primeira década, a empresa cresceu em todo o país, criando alguns dos seus ativos mais emblemáticos. A sua segunda década foi marcada pela expansão pela Europa e pelo Brasil.

A Sonae Sierra tornou-se um *player* integrado do setor imobiliário, desenvolvendo e gerindo ativos imobiliários e criando veículos de investimento com um conjunto de investidores *blue-chip*.

Aproveitando as competências adquiridas, a empresa começou a prestar serviços a outros investidores imobiliários - arquitetura e

engenharia, licenciamento de projetos, gestão de propriedades, *leasing*, serviços de sustentabilidade a nível de ativos e serviços de investimento, de gestão de ativos e gestão de fundos na vertente de investimento.

Atualmente, a empresa tem um perfil de negócios integrado e geograficamente diverso e passou de especialista em centros comerciais a *developer*, investidora e gestora de espaços urbanos integrados com base no retalho.

O ano de 2020 foi, sem surpresa, amplamente negativo para a Sonae Sierra, uma vez que tanto os centros comerciais como os serviços foram largamente atingidos pela pandemia. No entanto, também em 2020, a empresa atingiu um marco nos seus 30 anos de experiência no setor imobiliário, com a maior transação ibérica de sempre (uma *joint venture* de € 1,8 mil milhões entre Sonae Sierra, APG, Allianz e ELO, compreendendo 6 centros comerciais emblemáticos na Península Ibérica). Tal marcou o novo ciclo da sua estratégia: i) dar continuidade à forte aposta nos centros comerciais, mantendo a sua aposta no portefólio *core* e reforçando os serviços de gestão a clientes externos; ii) reforçar as atividades de gestão de investimentos, alavancando na experiência, conquistas e reputação adquiridas nesta área; iii) evoluir os projetos de desenvolvimento para espaços urbanos integrados com base no retalho, como resposta às tendências sobre o modo de vida nas cidades; iv) alavancar no *know-how* de imobiliário e de sustentabilidade (em que a Sonae Sierra é pioneira desde 1998) da prestação de serviços a clientes, nomeadamente estimulando as oportunidades da agenda verde (*green agenda*).

Destques 2020

| | | | | |
|---|---|--|---|-------------------------|
| €0,9 MM INREV NAV | 23 Centros comerciais na Europa ^{††} | 97% Taxa de ocupação na Europa ^{**} | 110 Centros comerciais sob gestão | 26% LTV (líquido) |
| -84% Emissões de CO ₂ (âmbito 1+2) desde 2005 | -32% Consumo de água desde 2003 | €15 M de gastos operacionais evitados pela adoção de medidas eco-eficientes | Green Star Avaliação 2020 GRESB | |

^{††} ^{**} Centros comerciais onde a Sonae Sierra detém participação direta ou indiretamente.

Um *player* convergente na liderança do mercado português das telecomunicações



A NOS é o resultado de uma fusão entre a ZON e a Optimus, concluída em agosto de 2013. A ZON era a maior operadora de televisão por subscrição em Portugal, anteriormente integrada no grupo Portugal Telecom, e a Optimus era uma operadora de raiz lançada pela Sonae em 1998 como a 3ª operadora móvel no mercado. Em 2013, a NOS nasceu para oferecer a melhor experiência de telecomunicações e entretenimento, para todos, em qualquer lugar, em todos os serviços, conteúdos, dispositivos e plataformas. O nome da marca centra-se nas necessidades de um mundo que funciona cada vez mais em rede e em colaboração.

Desde a fusão, o desempenho operacional e financeiro da NOS tem consistentemente excedido as expectativas, com a obtenção de fortes ganhos de quota de mercado e com a materialização das sinergias identificadas.

A NOS tem uma forte posição no mercado e uma combinação única de ativos e competências, complementada e alavancada para reforçar o seu posicionamento competitivo, sustentada por produtos e serviços inovadores, experiência única do cliente e eficiência operacional de referência. Os resultados desta estratégia permitirão à NOS continuar a oferecer uma remuneração atrativa e sustentável aos acionistas, preservando ao mesmo tempo uma posição financeira forte e cumprindo o nosso compromisso para com uma sociedade mais sustentável e equitativa.

Durante 2020, a Sonae reforçou a sua posição na NOS e anunciou o acordo para dissolver a parceria na ZOPT (quando executadas, estas operações assegurarão uma posição autónoma de 33,45% na NOS). A NOS é um *player* único, preparado para alavancar convergência no mercado português de telecomunicações.

Destaques 2020

| | | | |
|--|---------------------------------------|---|--|
| € 1,4 MM Volume de negócios | €299 M <i>Free Cash Flow</i> | 26% Quota no mercado no segmento móvel | 1,5x Dívida financeira líquida / EBITDA |
| -32% Emissões de CO ₂ (âmbito 1+2) face a 2019 | -6% Consumo de energia face a 2019 | -44% Consumo de energia por tráfego de dados face a 2019 | A- Rating CDP |

Líder omnicanal do retalho de eletrónica em Portugal



A Worten, que abriu a sua primeira loja em 1996, é o líder incontestável no mercado português de eletrónica. Com uma rede única de lojas, em Portugal, com cerca de 200 lojas e uma forte presença *online*, a Worten tem vindo a prosseguir ativamente a sua estratégia omnicanal, oferecendo uma gama cada vez mais ampla de produtos, impulsionada pelo *marketplace*, e vários tipos de serviços. A Worten também está presente em Espanha continental e nas Ilhas Canárias.

Esta estratégia omnicanal, juntamente com a grande agilidade da empresa para se adaptar aos desafios atuais, resultou num maior volume de negócios que levou a ganhos de quota de

mercado e a sólidos resultados financeiros em 2020. As vendas *online* representaram um valor percentual significativo nas vendas totais da Worten, atingindo um peso de dois dígitos.

Em 2021, a estratégia da Worten foi revista por forma a implementar uma maior aposta no canal digital em Espanha Continental, mas mantendo o seu foco numa proposta omnicanal nas Ilhas Canárias. Neste sentido, foi celebrado um acordo com a MediaMarkt para a venda de parte da sua rede de lojas em Espanha Continental, cessando a atividade nas restantes lojas.

A partir de agora, a Worten aposta na consolidação da sua posição de liderança ímpar em Portugal, do seu posicionamento competitivo único nas Ilhas Canárias e da sua operação digital em Espanha Continental, sustentando um crescimento rentável. Assim, a Worten fortalecerá sua estratégia e o seu perfil financeiro para acelerar o crescimento futuro.

Destaques 2020

€1,2 MM
Volume de
Negócios

+200
Lojas
(Portugal e Ilhas Canárias)

Vendas *Online*
Peso percentual de dois dígitos
no volume de negócios

Um dos maiores retalhistas de desporto e com rápido crescimento na Península Ibérica

IBERIAN SPORTS
RETAIL GROUP



A Iberian Sports Retail Group (ISRG) é o resultado de uma parceria cuidadosamente planeada entre a JD, Sprinter e SportZone, para criar o segundo maior retalhista desportivo da península ibérica com mais de 10% da quota de mercado.

Aproveitando as capacidades e os ativos dos seus acionistas, a ISRG adaptou a proposta de valor das suas insígnias às diferentes necessidades dos clientes. Com um portefólio de marcas com maior exposição aos segmentos

do estilo de vida desportivo e da moda, a ISRG estava num processo de expansão dos canais *online* e *offline* e a alcançar resultados muito encorajadores, até ao surto pandémico de 2020, que teve um forte impacto na sua atividade.

A SportZone, à semelhança de outros formatos de retalho especializado da Sonae, foi criada nos anos 90 para ser uma referência no mercado do retalho desportivo e tem atualmente 88 lojas em Portugal. A Sprinter é uma marca desportiva com reputação em Espanha e tem 180 lojas. A JD é uma marca com 92 lojas em Espanha e Portugal, mas com uma presença também fora da Península Ibérica. Para além da sua presença física em toda a Península Ibérica, a ISRG tem também vindo a apostar na sua presença *online* que, em 2020, já representou aproximadamente 10% das vendas.

Destaques 2020^{SS}

€660 M
Volume de
negócios U12M

360
Lojas na Península
Ibérica

c. 10%
Vendas *online*
em % das vendas totais

100% energia verde
adquirida

^{SS} Devido a diferenças no calendário de reporte da JD Sports (o maior acionista da JV), os números da ISRG U12M 20 (últimos 12 meses 2020) terminaram a 31 de outubro.

Um grupo de retalho de moda com presença global

SONAE FASHION



A Sonae Fashion, especialista em retalho de moda, gere um portefólio de marcas (Salsa, MO, Zippy e Losan) com uma forte presença internacional.

Salsa é uma marca especialista em *denim*, focada no *design* dos *jeans* com melhor *fit* do mundo e com uma sólida presença internacional. MO é um importante retalhista português, com uma proposta de valor orientada para a família, que opera uma vasta rede de lojas e que gere um conjunto de parcerias na área de *category management*. A Zippy é uma marca portuguesa com mais de duas décadas de experiência no segmento de retalho

infantil, que oferece produtos que combinam o lado prático com um *design* funcional e acessível, e que está disponível em mais de 40 países. Losan é um grossista internacional de moda com uma rede global de agentes de vendas e com uma oferta focada na criação de moda contemporânea descomplicada, combinando *design* de qualidade e preço.

Atualmente, as marcas da Sonae Fashion estão disponíveis em mais de 5.000 pontos de venda (incluindo cerca de 400 lojas próprias e franquizadas) e nos últimos anos tem vindo a implementar um plano estratégico de transformação para se tornar uma empresa cada vez mais *Fashion*, Digital e Ágil.

Num ano tão desafiador, com o surto da Covid-19 a ter efeitos devastadores a nível mundial, e com a indústria da moda a representar um dos setores mais afetados, a Sonae Fashion desenvolveu um plano de reação rápido e eficaz, e todas as suas marcas desenvolveram novas formas de interagir com os seus clientes, bem como, novos produtos mais adaptados a esta nova realidade. Adicionalmente, a Sonae Fashion juntou-se à comunidade científica e industrial e criou com sucesso e disponibilizou a nível mundial uma inovadora máscara reutilizável (MOxAd-Tech), a primeira máscara capaz de inativar o vírus causador do Covid-19.

Para o futuro, a Sonae Fashion pretende continuar a ser uma empresa resiliente, capaz de enfrentar os desafios de curto prazo, ao mesmo tempo que cria ativamente as bases para alcançar um crescimento futuro relevante.

Destaques 2020

€344 M
Volume de
Negócios

ca. 400
Lojas
(incluindo franquizadas)

> 5.000
Pontos
de venda

14%
Vendas *online*
(% das vendas totais)

Player em rápido crescimento no mercado de serviços financeiros digitais alavancado na atividade de retalho do grupo

SONAE FS



A Sonae Financial Services (FS) criada em 2015 pela Sonae, é o resultado de uma oportunidade única para o grupo criar valor dentro do seu portfólio, beneficiando de um contexto económico favorável, de um setor financeiro com dificuldades para se ajustar ao desenvolvimento digital e afetado por uma perceção negativa por parte dos consumidores.

Atualmente, o portfólio da Sonae FS inclui os seguintes produtos: Cartão Universo (cartão de crédito), Cartões Dá (cartão pré-pago), Moneygram (transferências de dinheiro) e todos os produtos de crédito nos pontos de venda Sonae em Portugal e em Espanha.

O cartão de crédito Universo, produto principal da Sonae FS, visa fornecer soluções financeiras inclusivas e personalizadas a um número alargado de famílias, alavancando o ecossistema único da Sonae e aplicando análises sólidas sobre dados exclusivos, ao mesmo tempo que fomenta o negócio de retalho principal.

Com apenas 5 anos de experiência no mercado de crédito, o cartão Universo atingiu uma quota de mercado de 13,8% em 2020, o que representa um aumento de 100 pontos base em relação ao ano passado.

A Sonae FS pretende continuar a criar valor para os seus clientes e pretende estabelecer as bases para um maior crescimento, continuando a prestar serviços financeiros com uma experiência digital única.

Destaques 2020

€35 M
Volume de negócios

No top 3
Mercado de crédito em Portugal

13,8%
Quota de mercado do cartão Universo

+420 mil
Clientes digitais ativos

Investidor ativo na cibersegurança e no panorama tecnológico à escala global

SONAE IM



A Sonae Investment Management (Sonae IM) é o negócio de investimentos tecnológicos da Sonae, que investe sobretudo em tecnologias para o retalho, infraestruturas digitais e cibersegurança, contando hoje com €150 milhões investidos em mais de 30 investimentos diretos, quer em fases iniciais, quer de crescimento.

Com o objetivo de construir um portefólio de empresas tecnológicas de classe mundial com foco no retalho, infraestruturas digitais e cibersegurança, a Sonae IM tem como mandato investir em empresas em fase de crescimento, desde *seed* (embrionárias) a fases mais maduras, uma média de €40 M por ano. Este mandato é claro e a Sonae IM é um investidor ativo em empresas tecnológicas a nível internacional, explorando também relações com os negócios principais da Sonae.

A Maxive Cybersecurity é a holding que consolida os seus investimentos maioritários em cibersegurança - S21sec (Espanha, Portugal e México) e Excellium (Luxemburgo e Bélgica) - e é um dos maiores puros *players* de *Managed Security Services Provider* (MSSPs) da Europa. Esta *holding* oferece aos seus clientes os benefícios de um conjunto mais amplo de serviços que alavancam as melhores práticas e experiências tanto da S21sec quanto da Excellium, aumentando os serviços geridos e profissionais oferecidos ao seu portefólio.

No seu portefólio de participações minoritárias, após uma ronda de financiamento em outubro de 2020, a Arctic Wolf tornou-se na primeira empresa com o estatuto de unicórnio no universo de participações diretas e a segunda no total do portefólio, juntamente com a Outsystems, um investimento indireto através do fundo Armilar. A Arctic Wolf é uma empresa dos EUA e um líder global em operações de segurança (usando a sua plataforma cloud nativa, a Arctic Wolf oferece operações seguras num serviço de concierge). A Outsystems é uma empresa portuguesa líder nas plataformas de *low code* para desenvolvimento de aplicações.

Destaques 2020

>30
Empresas no
portefólio

2
Unicórnios

€150 M
Capital investido

4
Saídas

O nosso desempenho

I. Contexto Económico, Ambiental, Social e de Governo Corporativo

O ano de 2020 começou com vários riscos geopolíticos e naturais que indiciavam um contexto de significativa incerteza. No entanto, a incerteza aumentou para um nível sem precedentes após o surto de um novo Coronavírus (SARS-CoV-2, Covid-19) com efeitos devastadores que levaram a Organização Mundial da Saúde a declarar uma situação de pandemia no dia 11 de março. Os eventos que se seguiram foram marcados tanto por esforços sem precedentes para mitigar a propagação do vírus como pela crescente pressão sobre os sistemas de saúde, muitos funcionando acima do seu ponto de rutura. O choque foi abrupto e a sociedade ainda está a compreender as consequências de curto prazo, mas os efeitos da pandemia ainda se estão a desenrolar e agravar-se-ão.

As restrições impostas, em particular, o fecho forçado de muitas atividades empresariais, o medo dos cidadãos de entrarem em contacto com o vírus e as novas rotinas de trabalho marcadas pela rotatividade e pelo trabalho remoto, geraram desafios económicos significativos nas sociedades por todo o mundo. Geraram também desafios de saúde e humanitários, devido à redução abrupta das atividades económicas e ao aumento da pressão financeira sobre as empresas e famílias que, repentinamente, viram as suas fontes de rendimento restringidas e as suas rotinas familiares e de trabalho afetadas.

Em termos empresariais, os impactos foram predominantemente assimétricos. Alguns setores económicos foram particularmente afetados pela pandemia. Hotéis, restaurantes, bares, companhias aéreas, táxis e outros setores relacionados com o turismo e recreação foram duramente atingidos pelos níveis inéditos de recessão económica, apesar de algum apoio providenciado pelo governo. Centros comerciais e empresas não alimentares foram obrigados a fechar as portas. No contexto internacional, a administração e os locatários dos centros comerciais chegaram a um acordo de partilhar as perdas e mitigar o impacto, um entendimento que foi benéfico para ambas as partes. No entanto, o Governo Português deu uma reviravolta inesperada ao interferir e ignorar estes acordos privados, impondo obstáculos significativos a um processo que poderia ter sido mais harmonioso.

O comércio *online* foi em muitos casos o único canal aberto e noutros casos a escolha preferida dos clientes. O retalho alimentar transformou-se numa atividade vital de linha da frente e enfrentou grandes mudanças, reajustando todos os seus processos logísticos. Para além de esforços significativos que tiveram de ser realizados para manter as cadeias de abastecimento em capacidade extrema, a logística interna teve de ser profundamente ajustada e o processo de entrega fortemente reforçado. Os setores do retalho eletrónico e de bricolage cresceram, alimentados por uma mudança estrutural no uso da tecnologia para apoiar uma forte corrida, em todo o país, ao trabalho remoto e ao ensino *online*.

De um modo geral, os governos reagiram aos primeiros sinais da crise, com a introdução de regimes de *layoff* flexíveis e outros estímulos económicos e financeiros sem precedentes na história recente, de forma a proteger empregadores, empregados e desempregados. As autoridades monetárias utilizaram igualmente diversos instrumentos para garantir a liquidez nos mercados financeiros e reduzir o impacto da crise no setor bancário e nos custos de financiamento da dívida pública. Apesar destes esforços terem contribuído para a redução das consequências económicas da pandemia, não impediram a contração mais acentuada da história recente da Economia Mundial (PIB: -3,5% vs +2,8% em 2019). O impacto da crise foi sentido de forma diferente dependendo da reação das autoridades nacionais e das vulnerabilidades, estruturas e padrões de cada economia. A recessão económica foi, no geral, mais severa nas Economias Avançadas (PIB: -4,9% vs +1,6% em 2019) em comparação com os Mercados Emergentes e em Desenvolvimento (PIB: -2,4% vs +3,6% em 2019). Em particular, o PIB da Zona Euro caiu -7,2% (vs +1,3% em 2019) com Portugal e Espanha registando diminuições de -7,6% (vs +2,2% em 2019) e -11,0% (vs +2,0% em 2019), respetivamente.

Os períodos de confinamento foram uma medida extrema, mas necessária para conter a propagação do vírus, contudo também impulsionaram o colapso da atividade económica, apesar de todos os esforços para mitigar os efeitos negativos com um impacto severo nas despesas das famílias em serviços e na redução do investimento não residencial. As taxas de desemprego dispararam em todas as economias. Nos EUA, após um recorde de 14,8%, o ano fechou nos 6,7% (vs 3,6% em 2019). Tendências similares foram observadas na Zona Euro com 7,9% (vs 7,6% em 2019), com padrões muito diferentes, dependendo da gravidade dos efeitos da pandemia. A taxa de desemprego em Portugal mostrou alguma resiliência, aumentando para 6,8% (6,5% em 2019) e Espanha deteriorou-se para 15,5% (vs 14,1% em 2019).

A pandemia atual reforçou a importância de princípios de sustentabilidade baseados na integração de fatores ambientais, sociais e de governo (ESG), que estão a ganhar força nas agendas políticas e económicas a nível global. O ESG é um conceito multidimensional que abrange todas as dimensões da sustentabilidade - desde as mudanças climáticas e proteção da biodiversidade, ao envolvimento da comunidade e ao desenvolvimento inclusivo. Os conceitos de ESG forçam as empresas a pensar como parte de um ecossistema, questionando como os temas de sustentabilidade impulsionam o valor da empresa a longo prazo impondo a compreensão dos riscos associados às atividades empresariais. No entanto, a tendência agravou-se com a pandemia Covid-19, apresentando desafios novos e sem precedentes à agenda ESG.

Covid-19 – Reconstruindo melhor

A pandemia Covid-19 e a gestão da crise que se seguiu em toda a Europa revelaram a enorme inadequabilidade dos mecanismos de resposta existentes. A necessidade de construir sociedades mais robustas e sustentáveis tornou-se gravemente notória. O Pacto Ecológico Europeu é um conjunto de 50 medidas estratégicas especificamente pensadas para assegurar a transição de todos os setores económicos da Europa para modelos mais sustentáveis, nomeadamente pela descarbonização dos mesmos e contribuir para a mitigação das consequências das alterações climáticas. Não se limita a apresentar medidas para garantir esta transição, exige, também, que esta transição seja justa e adequada e inclusiva para toda a sociedade. Com o início da pandemia Covid-19, e à luz dos objetivos de uma Europa climatericamente neutra, positiva para a natureza e competitiva, a concretização do Pacto Ecológico Europeu, concebido para promover uma recuperação ecológica, tornou-se mais urgente do que nunca. Se as metas forem de facto para ser alcançadas, como a redução de emissões, a paragem da perda de biodiversidade, a criação de uma economia circular e, posteriormente, alcance da neutralidade dos níveis de carbono na UE até 2050, por meio do investimento do Pacto Ecológico Europeu de 1 bilião de euros, são necessárias medidas drásticas. A colaboração a todos os níveis permanece pertinente – sociedade civil, reguladores e legisladores, instituições, indústria, empresas e governos. Com este objetivo em mente, em maio de 2020, o Fórum Económico Mundial (FEM) lançou uma declaração conjunta para a cooperação público-privada. Reconhecendo o seu papel, 30 líderes empresariais de relevo uniram-se para atuar como catalisadores e impulsionar este movimento de mudança com a criação de um *CEO Action Group*.

O *CEO Action Group* do Pacto Ecológico Europeu funciona como uma plataforma de alto nível para os seus líderes trabalharem em conjunto com a Comissão Europeia e apoiar a recuperação pós-Covid-19 da Europa, garantindo a sua transição para uma economia verde e sustentável. Este desiderato apenas pode ser alcançado por meio da inovação, inclusão, novos modelos de produção e trabalho, criação de oportunidades de emprego sustentáveis, investimento em I&D, pacotes de incentivos cuidadosamente aplicados e alinhamento de padrões de relato regionais e globais. O *CEO Action Group* promove práticas sustentáveis por meio de várias iniciativas-guia nos setores da energia renovável, alimentos e mobilidade^{***} e promove investimentos do setor privado para a transição ecológica.^{†††} Neste caminho de recuperação é de extrema importância definir como as empresas podem contribuir ainda mais e investir no sentido de acelerar a agenda do Pacto Ecológico Europeu para que possam reconstruir uma Europa melhor, "para ter sucesso em tornar-se a região mais sustentável, inovadora e inclusiva do mundo".^{‡‡‡}

^{***} FEM, Líderes empresariais abraçam a nova realidade verde da Europa para investimento e crescimento, setembro 2020

^{†††} FEM, *CEO Action Group* para o Pacto Ecológico Europeu

^{‡‡‡} FEM, *Business Outlines Plan of Action to Accelerate the European Green Deal and Post-Covid-19: Recovery, Engagement Material*, setembro 2020.

II. Desempenho Económico, Ambiental e Social

1. Desempenho Operacional e Financeiro

Breve atualização do Portefólio

Durante 2020, ocorreram três principais alterações no portefólio:

- no 1T a Sonae Sierra criou o *Sierra Prime*;
- no 2T a Sonae Fashion anunciou a aquisição dos restantes 50% da participação na Salsa;
- no 3T, a Sonae anunciou o acordo para a dissolução da parceria na ZOPT e a aquisição de uma participação de 7,38% da NOS.

Desempenho consolidado

Demonstração de Resultados

O desempenho consolidado da Sonae num ano tão desafiante provou os benefícios de possuir um portefólio equilibrado. Apesar de alguns setores terem sido afetados por severas restrições operacionais, globalmente o portefólio da Sonae apresentou um desempenho notável, sustentado por fortes propostas de valor, prontidão de resposta na frente digital e por uma rápida capacidade de adaptação a um contexto volátil.

Do ponto de vista estatutário, o volume de negócios consolidado da Sonae cresceu 6,1% em termos **homólogos para €6,8 mil milhões**, devido sobretudo ao contributo positivo da Sonae MC e da Worten, que mais do que compensou a evolução da Sonae Sierra e Sonae Fashion. No 4T, e apesar das várias restrições implementadas pelas autoridades nacionais, o volume de negócios consolidado da Sonae aumentou 6,6% em termos homólogos para €1,9 mil milhões.

Em termos de rentabilidade operacional, o EBITDA subjacente atingiu €187 M no 4T, 4,5% abaixo do 4T19, devido às restrições que afetaram principalmente a Sonae Fashion e a Sonae Sierra. No total do ano, o EBITDA subjacente foi de €593 M, apenas 1% abaixo de 2019. O **Resultado Direto de €114 M** foi impactado por (i) um menor resultado pelo método de equivalência patrimonial da Sonae Sierra, NOS e ISRG, e (ii) provisões extraordinárias diretamente relacionadas com a Covid-19 (€27 M), e com o processo de reorganização da Worten em Espanha. O resultado indireto situou-se em -€59 M, impactado negativamente por uma redução de €91 M no valor das propriedades de investimento da Sonae Sierra, e positivamente pelas reavaliações no portefólio da Sonae IM de €39 M. Apesar dos impactos negativos causados pela Covid-19, o resultado líquido da Sonae (atribuível a acionistas) atingiu €71 M.

| Portefólio e método contabilístico | | |
|------------------------------------|--------------|------------------------------|
| Empresa | Participação | Método de consolidação |
| Sonae MC | 100% | Consolidação integral |
| Worten | 100% | Consolidação integral |
| Sonae Sierra | 70% | Consolidação integral |
| Sonae Fashion | 100% | Consolidação integral |
| Sonae FS | 100% | Consolidação integral |
| Sonae IM | 90% | Consolidação integral |
| NOS | 31% | Método de equiv. patrimonial |
| ISRG | 30% | Método de equiv. patrimonial |

Nota: a participação de 23% na NOS é consolidada pelo método de equivalência patrimonial e 7,38% adquirida pela Sonae é um investimento financeiro.

| €M | 2019 | 2020 | var. | 4T19 | 4T20 | var. |
|---|-------|-------|-----------|-------|-------|-----------|
| Volume de negócios | 6.433 | 6.827 | 6,1% | 1.799 | 1.919 | 6,6% |
| EBITDA subjacente | 601 | 593 | -1,3% | 196 | 187 | -4,6% |
| <i>margem</i> | 9,3% | 8,7% | -0,7 p.p. | 10,9% | 9,8% | -1,2 p.p. |
| Res. método equiv. patrim. ⁽¹⁾ | 94 | 32 | -65,9% | 17 | 9 | -48,4% |
| S. Sierra | 62 | 14 | -77,4% | 19 | 2 | -90,5% |
| NOS | 32 | 27 | -15,4% | 0 | 6 | - |
| Itens não recorrentes | 0 | 6 | - | -4 | -2 | 62,7% |
| EBITDA | 694 | 631 | -9,2% | 209 | 194 | -7,0% |
| <i>margem</i> | 10,8% | 9,2% | -1,6 p.p. | 11,6% | 10,1% | -1,5 p.p. |
| D&A | -209 | -215 | -2,6% | -54 | -55 | -3,2% |
| D&A - direitos de uso | -122 | -128 | -4,9% | -31 | -33 | -6,4% |
| Provisões e imparidades | -19 | -72 | - | -8 | -18 | - |
| EBIT | 345 | 216 | -37,3% | 116 | 89 | -23,7% |
| Resultados Financeiro Líq. | -110 | -106 | 3,3% | -25 | -24 | 3,6% |
| de passivo de locação | -72 | -75 | -3,7% | -18 | -19 | -6,5% |
| de financiamentos | -38 | -32 | 16,3% | -7 | -4 | 31,5% |
| EBT | 235 | 110 | -53,2% | 91 | 65 | -29,1% |
| Impostos | -20 | 4 | - | -10 | 10 | - |
| Resultado Direto | 215 | 114 | -46,9% | 82 | 75 | -8,6% |
| Resultado Indireto | 19 | -59 | - | 22 | -5 | - |
| Resultado líquido total | 235 | 56 | -76,3% | 103 | 70 | - |
| Interesses sem controlo | -69 | 15 | - | -26 | 5 | - |
| Res. líq. atribuível a acionistas | 166 | 71 | -57,2% | 78 | 75 | -3,4% |

(1) Resultados pelo método de equivalência patrimonial: inclui resultados diretos pelo método de equivalência patrimonial das contas estatutárias da Sonae Sierra, resultados relacionados com investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial (principalmente NOS/Zopt e ISRG) e resultados de operações descontinuadas.

Cash Flow, evolução da Dívida Líquida e Estrutura Financeira

Em 2020, o capex da Sonae foi significativamente superior ao de 2019, o que demonstra a solidez financeira do grupo e a confiança nas atuais estratégias dos nossos negócios. Não só continuámos a investir na melhoria das nossas propostas de valor e na digitalização das nossas operações, como ainda reforçámos a nossa posição na NOS (7,38%) e na Salsa (50%).

Adicionalmente, em termos de gestão de portefólio, e para além da atividade regular de M&A da Sonae IM, a Sonae Sierra concluiu a transação do *Sierra Prime* e a Sonae MC executou transações de *sale & leaseback*, gerando um encaixe total de €335 M.

| €M | 2019 | 2020 | var. |
|-------------------|------|------|--------|
| Capex total | 399 | 502 | 25,7% |
| Capex operacional | 298 | 264 | -11,4% |
| Sonae MC | 223 | 205 | -7,9% |
| Worten | 35 | 32 | -9,8% |
| Sonae Fashion | 18 | 13 | -25,1% |
| Sonae IM | 4 | 3 | -28,2% |
| Sonae FS | 0 | 4 | - |
| Sonae Sierra | 3 | 1 | - |
| Capex Financ./M&A | 101 | 237 | - |

Em termos de *cash flow*, a Sonae gerou um *Free Cash Flow* (FCF) antes de **dividendos pagos de €220 M**, 24% abaixo do valor do ano passado, devido sobretudo a um valor inferior de dividendos recebidos da Zopt (que é um efeito temporário, devido ao atual processo judicial) e também devido a alterações de portefólio na Sonae Sierra. No entanto, e apesar deste ano desafiante, a Sonae foi capaz de alcançar uma melhoria do *cash flow* operacional dos negócios integralmente consolidados (+28,9% face ao período homólogo), o que, juntamente com a venda de ativos, mais do que compensou o *cash* despendido nas operações de M&A acima mencionadas. A geração de *free cash flow* da Sonae, juntamente com os dividendos pagos aos acionistas da Sonae, e aos acionistas minoritários da Sonaecom e da Sonae Sierra (totalizando €166 M de dividendos em 2020), implicou uma diminuição de 4% da Dívida Líquida face ao final de 2019, para €1.103 M. Uma vez mais, a Sonae conseguiu reduzir a dívida líquida e reforçar ainda mais a sua estrutura de capital.

| €M | 2019 | 2020 | var. |
|---------------------------|------|------|--------|
| Cash flow operacional | 110 | 142 | 28,9% |
| Atividade financeira liq. | -38 | -32 | -16,3% |
| Capex M&A | -101 | -237 | 135,6% |
| Venda de ativos | 193 | 335 | 73,2% |
| Dividendos recebidos | 127 | 13 | -89,7% |
| FCF antes dividendos | 291 | 220 | -24,3% |

| €M | 2019 | 2020 | var. |
|------------------------------------|-------|-------|--------|
| Capital investido líquido | 5.448 | 4.751 | -12,8% |
| Capital próprio + Int. s/ controlo | 3.107 | 2.440 | -21,5% |
| Passivo de locação | 1.191 | 1.208 | 1,4% |
| Dívida líquida | 1.150 | 1.103 | -4,1% |

As condições de financiamento do grupo permaneceram robustas. Em 2020, a Sonae manteve, apesar das difíceis condições de mercado, um custo da dívida estável de cerca de 1,2% (cerca de 1,0% excluindo a Sonae Sierra), e o perfil de maturidade média manteve-se acima de 4 anos. Desde o final de 2019, a Sonae refinanciou mais de €750 M em linhas de crédito de longo prazo. De destacar os €225 M em empréstimos com enquadramento sustentável “ESG” e “Green” executados em 2020, que enfatizam o nosso forte compromisso com um futuro sustentável.

Adicionalmente, todas as empresas do portefólio da Sonae continuaram a manter balanços conservadores e sólidos: a Sonae MC terminou 2020 com um rácio de dívida líquida total / EBITDA subjacente de 3,0x (-0,3x vs 2019), a estrutura de capital da NOS foi ainda mais reforçada com a venda das torres e atingiu um rácio de dívida líquida financeira em relação ao EBITDA de 1,5x, e o rácio *loan-to-value* da Sonae Sierra atingiu 26%. O *loan-to-value* ao nível da holding diminuiu ligeiramente para 12%. No final de 2020, o NAV situou-se em €4,2 mil milhões, 3% abaixo do valor do final de 2019.



Desempenho do Portefólio

Empresas consolidadas integralmente

O portefólio da Sonae das empresas consolidadas integralmente mostrou um desempenho sólido e resiliente em 2020, principalmente devido à Sonae MC e à Worten.

| €M | Volume de Negócios | | | | | | EBITDA Subjacente | | | | | |
|---------------|--------------------|-------|--------|-------|-------|--------|-------------------|-------|------------|-------|-------|------------|
| | 4T19 | 4T20 | var. | 2019 | 2020 | var. | 4Q19 | 4Q20 | var. | 2019 | 2020 | var. |
| Sonae MC | 1.275 | 1.383 | 8,5% | 4.702 | 5.153 | 9,6% | 10,9% | 11,0% | 0,1 p.p. | 10,2% | 10,2% | 0,0 p.p. |
| Worten | 344 | 386 | 12,2% | 1.088 | 1.161 | 6,8% | 8,2% | 8,8% | 0,6 p.p. | 5,2% | 6,4% | 1,1 p.p. |
| Sonae Sierra | 40 | 21 | -46,7% | 166 | 94 | -43,4% | 31,5% | 5,1% | -26,5 p.p. | 31,8% | 12,2% | -19,6 p.p. |
| Sonae Fashion | 114 | 112 | -1,6% | 392 | 344 | -12,2% | 17,2% | 10,2% | -7,1 p.p. | 11,4% | 3,8% | -7,6 p.p. |
| Sonae FS | 11 | 9 | -22,2% | 38 | 35 | -9,1% | 31,8% | 22,4% | -9,5 p.p. | 26,5% | 23,8% | -2,7 p.p. |
| Sonae IM | 25 | 25 | 0,0% | 116 | 115 | -0,8% | -1,5% | 2,7% | 4,2 p.p. | -4,5% | -0,5% | 4,1 p.p. |
| Total | 1.799 | 1.919 | 6,6% | 6.433 | 6.827 | 6,1% | 10,9% | 9,8% | -1,2 p.p. | 9,3% | 8,7% | -0,7 p.p. |

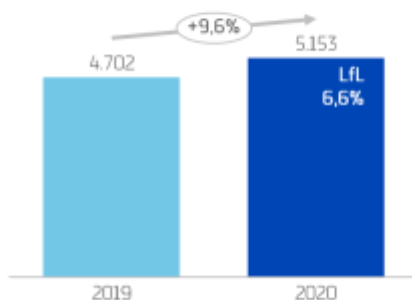
Sonae MC^{\$\$\$}

A Sonae MC já divulgou o seu desempenho de vendas de 2020. Num ano tão atípico e turbulento, o desempenho das vendas totais mostrou que a empresa foi reconhecida de forma muito positiva pelos seus clientes e destacou-se como líder no setor. A agilidade e assertividade demonstradas na capacidade de resposta da Sonae MC, aliadas à sua proposta de valor diferenciada, traduziu-se num elevado desempenho, que permitiu reforçar a sua posição de liderança no mercado de retalho alimentar português. 2020 deve ter sido o ano na história da empresa com o maior aumento de quota de mercado e com as melhorias mais significativas em termos de métricas de preferências de cliente e de marca.

No global, a sólida evolução de vendas nos formatos alimentares, positivamente impactada pelo maior número de refeições em casa, mais do que compensou os diferentes desafios decorrentes da pandemia que recaíram sobre o segmento dos Novos Negócios de Crescimento. Isto permitiu que, em termos consolidados, o Volume de Negócios ultrapassasse os cinco mil milhões de euros, atingindo um total de €5.153 M, o que representou um crescimento de 9,6% em termos homólogos, e um aumento das vendas LfL de 6,6%, num contexto de uma inflação de 2,1% dos produtos alimentares. Estes valores recordes foram também o reflexo da presença e liderança da empresa no canal *online* - as vendas *online* aumentaram 80% no ano. Simultaneamente, a Sonae MC continuou a investir na sua transformação digital, com foco na adaptação da experiência do cliente, modelos de negócios, processos e cultura.

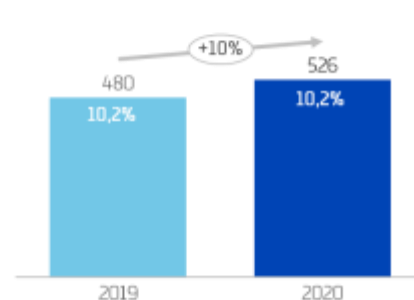
VOLUME DE NEGÓCIOS

(€M)



EBITDA SUBJACENTE

(€M, %)



^{\$\$\$} Para mais informações consulte os resultados de 2020 da Sonae MC em www.sonae.pt

Apesar do contexto de pandemia, que fez atrasar temporariamente alguns investimentos, a Sonae MC manteve em grande medida, o seu ritmo de expansão com a abertura de 89 novas lojas próprias (das quais 13 lojas de proximidade, Continente Bom Dia), e um aumento de mais de 3% (líquido) dos seus metros quadrados totais (+31 mil m²). No global, em 2020, a Sonae MC investiu €205 M, -8% face a 2019.

Relativamente à rentabilidade, a Sonae MC foi capaz de apresentar uma evolução do EBITDA subjacente em linha com o crescimento das vendas, conduzindo a uma margem estável e de referência de 10,2%, com o crescimento das vendas a compensar os custos relacionados com a Covid-19 (os custos diretos relacionados com a Covid-19 ascenderam a aproximadamente €30 milhões no ano).

Em suma, o resultado operacional positivo da empresa (incluindo rendas), a boa gestão do fundo de maneo, o capex controlado e a conclusão de operações *sale & leaseback* conduziram a uma geração de *cash flow* de €202 M, um aumento de €111 M face a 2019. Consequentemente, a Sonae MC terminou 2020 com uma posição da dívida financeira líquida **mais favorável de €464 M** (-21,5% em termos homólogos), o que levou a uma melhoria do rácio da dívida líquida total em relação ao EBITDA subjacente para 3,0x, uma redução face ao valor de 3,3x registado em 2019.

Worten

Apesar dos desafios trazidos pela pandemia, a Worten teve um ano muito positivo e o último trimestre não foi exceção. No 4T20, a Worten continuou a registar um crescimento robusto das vendas de 12,2% e 12,8% em termos LfL, mostrando claramente que sua abordagem omnicanal é uma proposta de valor vencedora. No acumulado do ano, a Worten apresentou **um crescimento de 6,8% em termos homólogos (8,6% LfL) alcançando um volume de negócios total de €1,2 mil milhões**. Aproveitando tanto a localização de conveniência como a presença diferenciada do online (que inclui uma oferta de *marketplace*), a Worten apresentou, uma vez mais, um desempenho notável no canal *online*, que mais do que duplicou as vendas em relação ao ano passado, tanto no 4T como no ano.

Este desempenho robusto das vendas beneficiou de um aumento da procura, mais perceptível em TI e pequenos eletrodomésticos devido ao contexto de pandemia, e da capacidade da empresa em adaptar rapidamente a sua operação para responder a picos de procura, especialmente no canal *online*. A Worten reforçou ainda a quota de mercado em Portugal em ambos os canais, com a quota de mercado *online* já a ultrapassar a do *offline*. As vendas *online* representaram, pela primeira vez, um peso de dois dígitos no total do volume de negócios em 2020.

Em termos de rentabilidade, apesar dos custos relacionados com a Covid-19, o forte desempenho das vendas da Worten, aliado aos ganhos de eficiência, resultou num EBITDA subjacente de €74 M, €17 M acima do ano passado e uma margem de 6,4%.



No início de 2021, foi implementada uma nova estratégia em Espanha Continental, focada no canal digital, mas mantendo uma proposta omnicanal nas ilhas Canárias. Conforme anunciado anteriormente, a Worten fechou um acordo com a Media Markt para a venda de 17 lojas e fechou outras 14 lojas em Espanha Continental. Este foi um importante passo para reforçar a rentabilidade futura da Worten, com um aumento esperado na margem EBITDA subjacente de 5,2% em 2019 para mais de 6,5% após a reorganização.

Sonae Sierra

Em 2020, a Sonae Sierra foi severamente afetada pela pandemia e consequentes restrições do número de visitantes e/ou o encerramento de lojas impostas em todo o mundo. A Sonae Sierra foi a empresa mais impactada do nosso portefólio.

Na Europa, as vendas dos lojistas e o número de visitantes diminuíram respetivamente 34% e 38%, em termos homólogos numa base LfL. Para além do efeito da pandemia, a atividade e os resultados da Sonae Sierra foram materialmente afetados por uma lei extraordinária e única imposta pela Assembleia da República portuguesa. Esta lei levou a um total de descontos de 54% nas rendas totais em Portugal em 2020, o que ultrapassa largamente qualquer outro país europeu onde a Sierra opera (e onde o desconto implícito foi em média de 26%). O carácter desproporcionado desta lei não se traduziu em nenhum benefício prático, social ou económico, uma vez que as taxas de cobrança e ocupação registadas em Portugal não divergiram de outros países. Pelo contrário, levou ao aumento de litígios e volatilidade temporária desnecessária. O Provedor de Justiça considerou a lei inconstitucional e encontra-se agora a ser revista pelo Tribunal Constitucional.

O resultado líquido da Sonae Sierra desde o início da pandemia (de abril a dezembro) situou-se em **-€89 M**, o que conduziu a um resultado líquido anual de **-€42 M**. Este resultado foi impulsionado pelo desempenho operacional negativo do portefólio de investimentos europeu da Sonae Sierra, e pela redução de 7% do valor dos ativos. Como resultado, o INREV NAV no final de 2020 situou-se em **€902 M**.

| Base proporcional - contas de gestão | | | | | | |
|--------------------------------------|------|------|--------|------|------|--------|
| €M | 2019 | 2020 | var. | 4T19 | 4T20 | var. |
| Volume de negócios | 223 | 129 | -42,2% | 58 | 26 | -55,5% |
| Resultado direto | 68 | 3 | -96,3% | 19 | -3 | - |
| Resultado indireto | -8 | -44 | - | 16 | -19 | - |
| Resultado líquido | 60 | -42 | - | 35 | -22 | - |

| Demonstração de Resultados Contas estatutárias (€M) | 4T19 | 4T20 | var. | 2019 | 2020 | var. |
|---|-------|-------|------------|-------|-------|------------|
| Volume de negócios | 40 | 21 | -43,4% | 166 | 94 | -43,4% |
| EBITDA subjacente | 13 | 1 | -91,4% | 53 | 11 | -78,3% |
| <i>margem</i> | 31,5% | 5,1% | -26,5 p.p. | 31,8% | 12,2% | -19,6 p.p. |
| Res. método equiv. patrim. ⁽¹⁾ | 19 | 2 | -90,5% | 62 | 14 | -77,4% |
| Itens não recorrentes | 1 | 0 | - | -14 | 57 | - |
| EBITDA | 32 | 3 | -91,9% | 100 | 82 | -17,8% |
| <i>margem</i> | 80,3% | 12,2% | -68,0 p.p. | 60,5% | 87,8% | 27,3 p.p. |
| D&A | 0 | 0 | -15,1% | -1 | -1 | 15,3% |
| D&A - direitos de uso | -1 | -1 | 5,9% | -2 | -2 | 3,4% |
| Provisões e imparidades | 0 | -2 | - | -1 | -13 | - |
| EBIT | 32 | -1 | 101,8% | 97 | 67 | 30,6% |
| Resultados Financeiro Líq. | -2 | -1 | 25,9% | -12 | -8 | 33,2% |
| de passivo de locação | 0 | 0 | 16,4% | 0 | 0 | 15,6% |
| de financiamentos | -2 | -1 | 26,3% | -12 | -8 | 33,7% |
| EBT | 30 | -2 | - | 84 | 59 | -30,2% |
| Impostos | 0 | -1 | - | -5 | -2 | - |
| Resultado Direto | 29 | -3 | - | 80 | 57 | -27,9% |
| Resultado Indireto | 14 | -22 | - | 14 | -104 | - |
| Resultado líquido total | 44 | -25 | - | 93 | -46 | - |
| Interesses sem controlo | -9 | 3 | - | -33 | 5 | - |
| Res. líq. atribuível a acionistas | 35 | -22 | - | 60 | -42 | - |

Nota: Resultado líquido em 2019 exclui o efeito contabilístico e sem impacto nos fluxos de caixa da reciclagem por resultados das reservas de conversão cambial no capital próprio, resultado da fusão da Sonae Sierra Brasil.

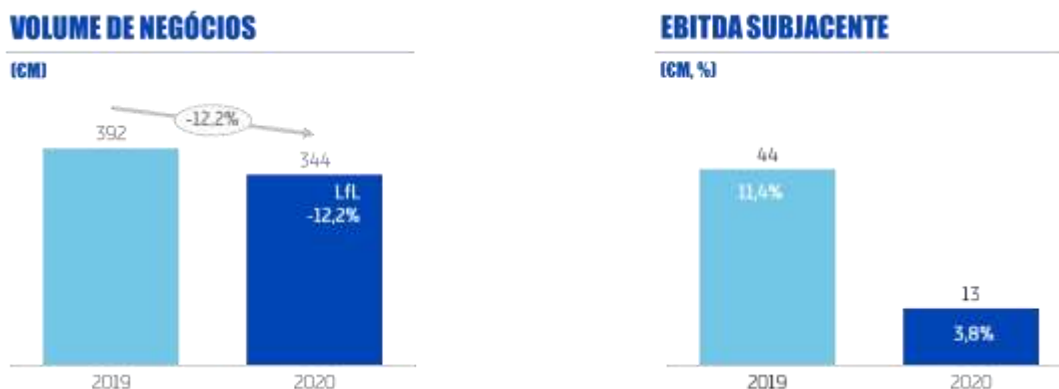
Sonae Fashion

2020 foi um ano desafiador para a Sonae Fashion, com o retalho de moda e calçado entre os setores mais afetados a nível mundial. O último trimestre de 2020 não foi exceção e foi fortemente influenciado pela evolução da segunda vaga da pandemia em todos os países onde a empresa está presente, que levou a confinamentos gerais com encerramento de lojas físicas ou restrições de horário de funcionamento.

Apesar deste contexto, o desempenho no 4T foi melhor do que o esperado, e a Sonae Fashion atingiu um volume de negócios de €112 M, apenas 1,6% abaixo do 4T19. À semelhança dos trimestres anteriores, houve desempenhos distintos entre as marcas: enquanto as marcas associadas à moda adulto foram as mais afetadas pelo período de confinamento, a moda infantil teve a sua procura menos impactada por este contexto. No acumulado do ano, o volume de negócios total **da Sonae Fashion ascendeu a €344 M, diminuindo** apenas 12,2% face ao ano anterior. As vendas *online* foram fundamentais para este desempenho, tendo duplicado o seu peso no volume de negócios total, passando de 7% em 2019 para 14% em 2020.

A Sonae Fashion superou claramente o mercado num cenário tão desafiante. A capacidade das equipas de se adaptarem constantemente permitiu à empresa assegurar todos os fluxos de receitas adicionais possíveis, nomeadamente através da introdução de novas categorias de vendas (como a inovadora máscara reutilizável desenvolvida pela MO) e de novas e melhoradas formas digitais de atendimento ao cliente (incluindo o serviço de “venda ao postigo”, a parceria com a Glovo ou a implementação de um atendimento personalizado feito pela equipa da loja via *webchat* e WhatsApp).

De modo a minimizar o impacto da pandemia, a Sonae Fashion geriu ativamente a sua cadeia de abastecimento, os inventários e os custos operacionais. No que diz respeito à rentabilidade, a Sonae Fashion conseguiu registar um EBITDA subjacente **positivo de €13,0 M no ano**, impulsionado sobretudo por um forte desempenho no 4T (EBITDA subjacente total de €11,4 M).



Sonae FS

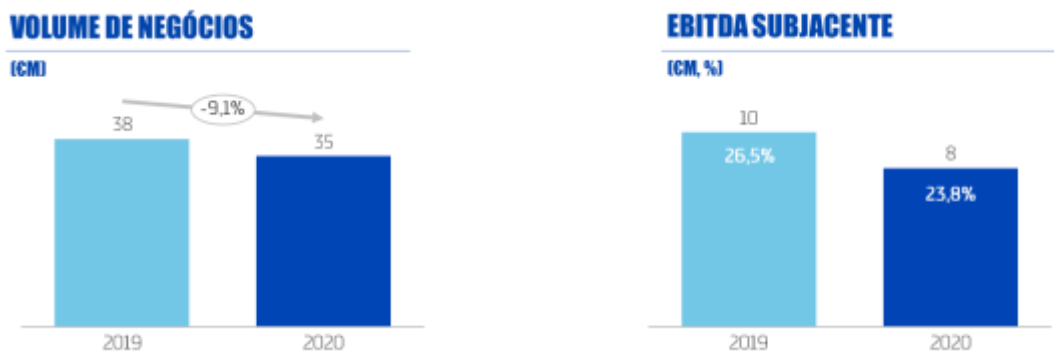
A atividade da Sonae FS foi indiretamente impactada pela Covid-19 e registou um abrandamento durante o ano, devido essencialmente à redução do consumo privado. Uma vez que o cartão Universo praticamente não teve exposição ao risco de crédito em 2020, não surgiram impactos negativos neste âmbito.

Relativamente ao cartão Universo, em 2020 a produção ficou ligeiramente abaixo do valor registado em 2019, devido sobretudo à redução de 25% nos levantamentos em ATMs. Ainda assim, o Universo registou quotas de mercado de

produção de cartões de crédito recorde nos meses de abril e maio - com 18,1% e 16,4%, respetivamente - e encerrou o ano com 13,8%, o que representa um aumento de 100 pontos base em relação ao final do ano passado.

A abordagem digital do Universo foi fundamental para este desempenho, resultando num crescimento da base de clientes digitais de mais de 40%, para 428 mil clientes. A taxa de atividade global começou a recuperar após ter registado níveis mínimos em abril (durante o confinamento), e o ano encerrou já com valores acima dos níveis históricos.

Globalmente, o volume de negócios da Sonae FS no 4T foi de €9 M, ascendendo a um total de €35 M em 2020, -9,1% face a 2019. Relativamente à rentabilidade, o EBITDA subjacente seguiu a tendência das vendas, reduzindo para €2 M e €8,2 M no 4T e no ano, respetivamente.



Sonae IM

No primeiro semestre de 2020, a atividade de investimento desacelerou devido a restrições de viagens e cancelamentos de eventos, mas foi recuperando lentamente ao longo do segundo semestre. No total, a Sonae IM concluiu 5 novos investimentos durante o ano, reforçou a participação em algumas empresas do portefólio e alcançou evoluções relevantes em algumas das suas participações minoritárias.

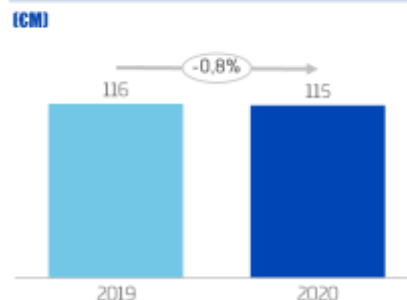
Tal como já anunciado nos resultados do 3T, a Arctic Wolf angariou 200 milhões de dólares de financiamento da Série E com uma avaliação de 1,3 mil milhões de dólares. Esta ronda de financiamento foi liderada pela Viking Global Investors, com participação adicional da DTCP e investidores existentes, e permitiu à Sonae IM registar uma mais-valia de quase €29 M.

No que respeita a novos investimentos, a Sonae IM fez dois investimentos em fase embrionária ("seed"), Replai, uma empresa com uma tecnologia distintiva de *short video*, e Didimo, uma empresa com tecnologia 3D para interações virtuais e entrou no capital da SalesLayer (retalho), Deepfence (cibersegurança) e Weaveworks (plataforma digital). Adicionalmente, a Sonae IM decidiu consolidar as suas empresas de cibersegurança (S21Sec e Excellium) numa nova *holding*, a Maxive Cybersecurity, um dos maiores *players* puros de MSSPs (*Managed Security Services Provider*) na Europa, tanto em termos de negócio como de pessoal especializado, e irá oferecer aos seus clientes um conjunto mais amplo de serviços, combinando as melhores práticas e recursos de ambas as empresas.

Apesar do crescimento de dois dígitos nas empresas de cibersegurança, o portefólio consolidado da Sonae IM ficou ligeiramente abaixo do ano passado em termos de volume de negócios, fixando-se em €115 M em 2020, mas registou uma melhoria significativa do EBITDA subjacente quando comparado a 2019 (+€5 M), com quase todas as empresas consolidadas a apresentarem desempenhos positivos face ao ano passado.

Já em 2021, um dos investimentos minoritários da Sonae IM detidos indiretamente através dos fundos Armilar, Outsystems, que foi considerado um unicórnio em 2018, anunciou um aumento de capital de 150 milhões de dólares co-liderado pela Abdiel Capital e pela Tiger Global, avaliando a empresa em 9,5 mil milhões de dólares. Apesar de ser uma transação relativamente pequena, é um sinal positivo da forte evolução da empresa.

VOLUME DE NEGÓCIOS



Empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial

A linha de resultados pelo método de equivalência patrimonial nos resultados da Sonae está essencialmente relacionada com: (i) a linha de contribuição do método de equivalência patrimonial das contas

| €M | 2019 | 2020 | var. | 4T19 | 4T20 | var. |
|--------------|------|------|--------|------|------|------|
| Sonae Sierra | 62 | 14 | -77,4% | 19 | 2 | - |
| NOS/Zopt | 32 | 27 | -15,4% | 0 | 6 | - |
| ISRG | 7 | 2 | - | 0 | 6 | - |

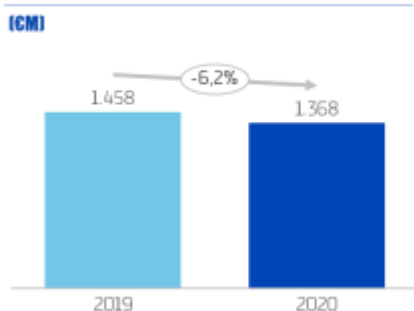
estatutárias da Sonae Sierra que corresponde aos centros comerciais em que a empresa detém participações minoritárias, (ii) NOS (participação indireta de 26% da Sonaecom) e resultados líquidos proporcionais da Zopt e (iii) resultado líquido da ISRG. Durante 2020, todos estes negócios foram impactados pela pandemia Covid-19, especialmente os centros comerciais da Sonae Sierra e ISRG.

NOS

A NOS já publicou os resultados de 2020 a 10 de março. À semelhança de outros negócios, no 4T a NOS sentiu ainda os efeitos da pandemia. No negócio de telecomunicações, o principal impacto foi a redução das receitas de *roaming* associadas a restrições de viagens e, no negócio de cinemas, a queda na venda de bilhetes devido a restrições nos centros comerciais.

As receitas de telecomunicações aumentaram 1% em termos homólogos no 4T, após três trimestres com tendência negativa, mas não foram suficientes para compensar a queda significativa das receitas no negócio de cinema e audiovisuais. No total, as receitas do trimestre situaram-se em €354 M, -3,3% face ao ano passado, perfazendo um total de €1.368 M em 2020. Relativamente à rentabilidade, o negócio de telecomunicações registou um aumento de 1,5% no EBITDA, e o negócio de cinema e audiovisuais, apesar da tendência anual negativa, teve uma melhoria trimestral sequencial positiva devido a uma eficiência de custos. Em termos consolidados, o EBITDA situou-se em €132 M no 4T e €603 M em 2020, -2,9% e -5,7% em termos homólogos, respetivamente. O resultado líquido foi de €12,9 M no 4T e €92,0 M em 2020, 36% abaixo do ano passado, implicando uma menor contribuição do resultado pelo método de equivalência patrimonial nos resultados da Sonae.

RECEITAS OPERACIONAIS



EBITDA



O FCF total antes de dividendos fixou-se em **€445 M em 2020** refletindo um *cash flow* operacional de €127,5 M e o encaixe da venda das torres no 3T. A NOS conseguiu reforçar o seu balanço ao longo de 2020 e registou um rácio de dívida líquida financeira / EBITDA de 1,5x. O Conselho de Administração da Empresa propôs o pagamento de dividendo de 27,8 cêntimos por ação, em linha com o ano passado.

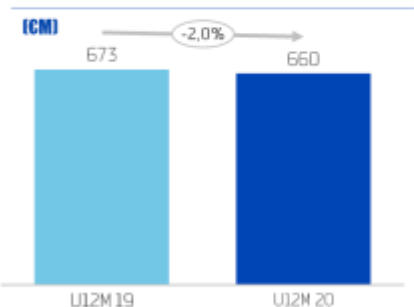
ISRG****

A ISRG foi um dos negócios mais afetados pela pandemia, tendo tido todas as lojas encerradas por um longo período, o que afetou significativamente o desempenho do seu negócio.

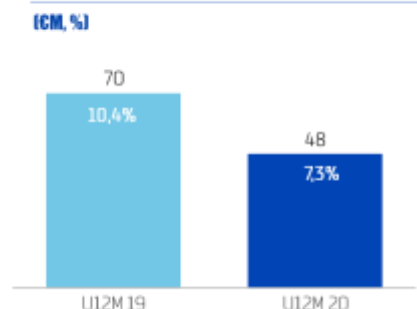
Depois de um primeiro semestre desafiante, o 3T (período terminado em 31 de outubro) teve uma recuperação muito sólida tanto em termos de vendas como de rentabilidade. O volume de negócios aumentou 9% face ao período homólogo para €192 M, beneficiando de desempenhos positivos em todas as marcas, mas em especial na Sprinter que cresceu vendas em 14%. As vendas online mais do que triplicaram e já representam cerca de 10% das vendas nos últimos 12 meses.

Quanto à rentabilidade operacional, todas as marcas registaram melhorias face ao ano passado, o que levou o EBITDA consolidado a aumentar mais de 40% quando comparado com o mesmo período do ano passado, atingindo €31 M e representando uma margem EBITDA de 16%. Este sólido desempenho no 3T permitiu compensar parte das perdas registadas no primeiro semestre do ano e terminar os últimos doze meses com um **volume de negócios de €660 M (-2% em termos homólogos)** e um EBITDA de €48 M. O desempenho da ISRG levou a contribuição do método de equivalência patrimonial nos resultados da Sonae para total de €2 M.

VOLUME DE NEGÓCIOS



EBITDA



**** Devido a diferenças no calendário de reporte da JD Sports (o maior acionista da JV), os números da ISRG U12M 20 terminam a 31 de outubro.

Balanco Consolidado

| €M | 2019 | 2020 | var. |
|---------------------------------|-------|-------|--------|
| TOTAL ATIVO | 9.044 | 8.149 | -9,9% |
| Ativos não correntes | 6.249 | 6.328 | 1,3% |
| Ativos fixo líquido | 2.090 | 2.108 | 0,9% |
| Direitos de Uso líquido | 1.060 | 1.054 | -0,6% |
| Goodwill | 679 | 671 | -1,2% |
| Propriedades de investimento | 348 | 319 | -8,2% |
| Outros investimentos | 1.687 | 1.776 | 5,3% |
| Ativos por impostos diferidos | 331 | 358 | 8,1% |
| Outros | 54 | 41 | -23,6% |
| Ativos correntes | 2.795 | 1.821 | -34,9% |
| Inventários | 664 | 636 | -4,2% |
| Clientes | 115 | 148 | 28,3% |
| Liquidez | 610 | 767 | 25,6% |
| Outros | 1.406 | 271 | -80,8% |
| CAPITAL PRÓPRIO | 3.107 | 2.440 | -21,5% |
| Atribuível aos acionistas | 2.132 | 1.993 | -6,5% |
| Interesses sem controlo | 975 | 447 | -54,1% |
| TOTAL PASSIVO | 5.938 | 5.709 | -3,9% |
| Passivo não corrente | 3.286 | 3.404 | 3,6% |
| Empréstimos bancários | 1.030 | 1.007 | -2,3% |
| Passivo de locação | 1.088 | 1.100 | 1,1% |
| Outros empréstimos | 562 | 690 | 22,6% |
| Passivos por impostos diferidos | 472 | 479 | 1,4% |
| Provisões | 43 | 47 | 10,3% |
| Outros | 90 | 81 | -10,0% |
| Passivo corrente | 2.652 | 2.305 | -13,1% |
| Empréstimos bancários | 191 | 177 | -7,5% |
| Passivo de locação | 103 | 107 | 4,5% |
| Outros empréstimos | 5 | 16 | - |
| Fornecedores | 1.338 | 1.339 | 0,0% |
| Outros | 1.015 | 666 | -34,4% |
| CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO | 9.044 | 8.149 | -9,9% |

Notas metodológicas

As demonstrações financeiras consolidadas contidas neste reporte foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia. A informação financeira relativa aos resultados trimestrais e semestrais não foi objeto de procedimentos de auditoria.

Nota: Sonae implementou as seguintes alterações na sua estrutura de reporte: (i) Adoção da norma contabilística IFRS 16 em 2019; (ii) Operações descontinuadas, Saphety e WeDo na sequência da venda da Sonae IM no 1T19 e 3T19, respetivamente; Temasa na Sonae Fashion depois da venda; e Deeply como ativo detido para venda.

Reexpressão: a Sonae IM reavaliou a contabilização das suas participações minoritárias. Atendendo à sua abordagem de gestão ativa de portefólio, e à existência de influência significativa na maioria dessas participações, a Sonae IM aplicou a isenção prevista no IAS28, optando por registar esses investimentos ao justo valor através de resultados de acordo com o IFRS9. Até ao 3T20, os referidos investimentos encontravam-se registados ao justo valor através de outro rendimento integral (capitais próprios) e a reexpressão descrita gerou um impacto positivo de €0,6 M e de €15,8 M, respetivamente nos resultados (antes de minoritários) de 2019 e 2020. Os números de 2019 e os trimestres anteriores de 2020 apresentados neste documento foram reexpressos para refletir esta reclassificação.

2. Desempenho ambiental

Em 2020 continuámos comprometidos com a nossa ambição de desenvolver a nossa atividade dentro dos limites do planeta, de forma justa e perseguindo o desenvolvimento das nossas pessoas e das nossas comunidades.

As condições excecionais que vivemos em 2020 não nos desviaram dos compromissos que assumimos nas áreas ambientais e sociais. Pelo contrário, reforçaram a nossa convicção da sua importância e da necessidade de integrarmos cada vez mais as preocupações do desenvolvimento sustentável na forma como pensamos a proposta de valor das nossas empresas.

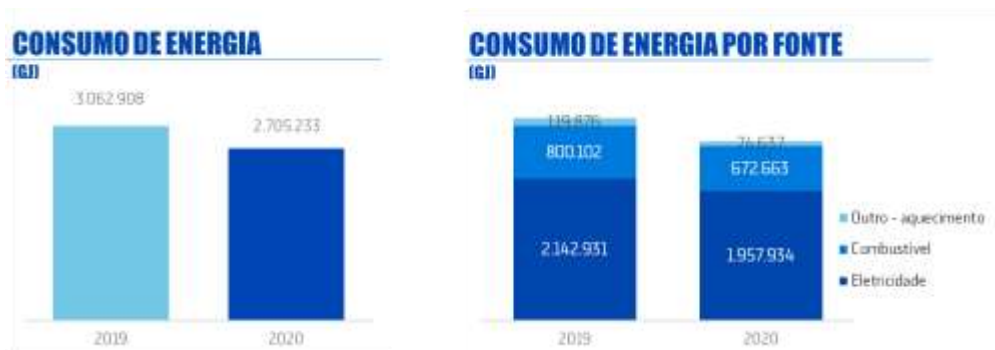
Deste modo, em 2020 continuámos a investir no desenvolvimento das 5 áreas de impacto que consideramos materiais, através da definição progressiva de políticas, princípios de atuação, objetivos e metas a atingir pelas empresas que integram o Grupo.

De forma sucinta, apresentamos de seguida o desempenho da Sonae em cada uma das áreas de impacto que considerámos mais relevantes, com os indicadores que traduzem o nosso desempenho.

CO₂ e alterações climáticas

O CO₂ e Alterações Climáticas ocupam um espaço central na agenda da Sonae, estamos por isso empenhados em responder ao compromisso assumido com a subscrição do *Paris Pledge for Action*, de limitar o aumento médio da temperatura em 1,5°C, através da descarbonização da atividade das nossas empresas, mitigando os riscos das alterações climáticas e capturando as oportunidades associadas à integração da agenda climática pelos negócios. No final de 2020, o CDP distinguiu compromisso e a ação da Sonae no combate às alterações climáticas com atribuição da classificação rating A, a classificação mais alta possível.

Em 2020, o consumo total de energia do Grupo foi de 2.705.233 GJ, o que representou uma diminuição de aproximadamente 8% em relação ao ano anterior (3.062.908 GJ). Esta redução encontra-se essencialmente relacionada com o contexto que vivemos em 2020, na medida em que as medidas de combate à pandemia Covid-19 ditaram o encerramento temporário de algumas das nossas operações. Esta redução não foi mais expressiva na medida que a Sonae MC e a Worten mantiveram as operações em funcionamento. A eletricidade foi responsável por 72,4% do consumo energético, os combustíveis fósseis por 24,9%, sendo as outras fontes de energia utilizadas, responsáveis por 2,8%.



A produção de energia efetivamente produzida a partir de fontes renováveis observou uma evolução muito positiva face a 2019, com um crescimento de 43%. Dos 73.258 GJ de energia renovável produzida pela Sonae, 59% foram consumidos (42.914 GJ) e os restantes 41% injetados na rede (30.344 GJ).

Em 2020, as empresas Sonae emitiram 477.474 tCO₂e, o que se traduz numa redução de 38% face ao ano anterior. As emissões âmbito 1 representam 13% da pegada carbónica da Sonae, as emissões de âmbito 2, 21% e, por último, as emissões âmbito 3, 66%. Face ao target definido para 2030, redução de 54% das emissões de âmbito 1+2, registámos no último ano uma redução de 29% face a 2018, um desempenho extraordinário relacionado com o contexto vivido em 2020.



Natureza e Biodiversidade

Vários estudos^{††††} têm vindo a demonstrar que a natureza e as suas contribuições vitais para o nosso modo de vida estão a deteriorar-se a um ritmo alarmante e de forma global. Na Sonae, partilhamos o sentido de urgência, diagnóstico e visão defendidos pela plataforma do Fórum Económico Mundial para a Natureza e Biodiversidade.^{###}

Encontramos numa fase inicial de diagnóstico e de definição de metas concordantes com o objetivo de ter um impacto positivo na Natureza e Biodiversidade e temos a ambição de estabelecer metas alinhadas com a ciência para esta nossa área de impacto. A colaboração com a [Science Based Targets Network](#) permitirá fazermo-lo, assim que a metodologia seja fechada. Com vista à mitigação dos nossos impactos, temos atuado em diferentes frentes de ação.

Ao nível do restauro de ecossistemas críticos e prevenção da conversão de novos ecossistemas, dado o contexto atual da floresta portuguesa, muito exposta aos riscos climáticos e a inúmeros desafios de natureza estrutural, as empresas do Grupo têm apoiado, de forma consistente, os esforços de reflorestação das áreas ardidas. Em 2020, no âmbito da [Floresta Sonae](#), as empresas do Grupo compensaram as emissões resultantes da frota de viaturas dos colaboradores e das viaturas de serviço em 2019 através da arborização de áreas ardidas e incultas. Para o efeito financiámos a arborização de 75 hectares, que se traduzem em aproximadamente 93 mil árvores. A Worten, por via da 3ª edição da campanha Troca Eficiente financiou a plantação de, aproximadamente, 15 mil árvores.



Estando o risco de desflorestação mais associado a um conjunto de matérias primas como o óleo de palma, a soja, o papel e a madeira, a carne de bovino, o chá, café e cacau, para minimizar o impacto da sua utilização, temos vindo a implementar

†††† IPBES. 2019. Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services.

[New Nature Economy Report I: Nature Risk Rising](#)

um conjunto de procedimentos para mapear e certificar a origem das matérias primas que são usadas no desenvolvimento dos nossos produtos e suas embalagens.

Com o objetivo de contribuir para a promoção de oceanos saudáveis e produtivos, através da nossa Política do Pescado asseguramos um conjunto de medidas que visam diminuir a pressão sobre espécies e ecossistemas, que vão desde a não comercialização de espécies ameaçadas, à redução atividade promocional sobre espécies vulneráveis e o alargamento da variedade de espécies comercializadas. Os resultados do *Traffic Light System*, evidenciam também uma evolução positiva dos principais indicadores relacionados com a preservação dos ecossistemas marinhos. Face a 2019 houve um aumento da utilização de métodos de pesca com menor perigo para as espécies e de aquacultura e a correspondente redução dos métodos com alguma limitação.

Em 2020, demos continuidade às ações de promoção de consumo compatíveis com os limites do planeta, nomeadamente através de iniciativas de combate ao desperdício. Com o programa de doações alimentares e sinalização dos artigos próximos da validade através das Etiquetas Rosa, evitamos cerca de €30 M de desperdício.

Plástico

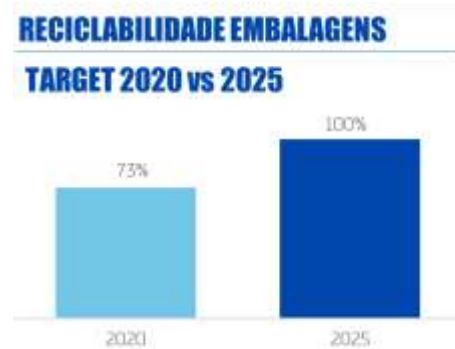
Pela natureza e expressão de uma parte significativa da nossa atividade, pelo contacto direto com produtores, operadores e consumidores, e pelo esforço que temos encetado no sentido de repensar e redesenhar os nossos processos, produtos e serviços no sentido da circularidade, consideramos que temos um papel importante na promoção do uso responsável do plástico.

A pegada de plástico da Sonae em 2020 foi de aproximadamente 27.219 toneladas. As embalagens são responsáveis por 67% da pegada, estando os restantes 33%, presentes nos produtos cuja colocação no mercado é da nossa responsabilidade. Uma vez que 18% do plástico utilizado nas nossas embalagens e produtos é reciclado, evitámos a utilização de mais de 4.920 toneladas de plástico virgem, um aumento de 9% face a 2019.



Pelo peso que as utilizações de uso único possuem, em 2020, demos prioridade à conclusão do mapeamento da nossa pegada de plástico de embalagem. Nos últimos anos, demos continuidade à alteração das nossas embalagens com vista à eliminação do uso desnecessário de plástico, à sua substituição sempre que outra matéria-prima demonstre ter um melhor desempenho em termos de ciclo de vida e assegurando que os materiais das diferentes componentes de embalagem são compatíveis entre si.

Face ao objetivo estabelecido para 2025 e às alterações que temos vindo a introduzir, no final de 2020, 73% das nossas embalagens eram recicláveis, à luz da matriz de reciclabilidade da Sociedade Ponto Verde, e incorporavam cerca de 12% de matéria reciclada.



Desigualdades e Desenvolvimento Inclusivo

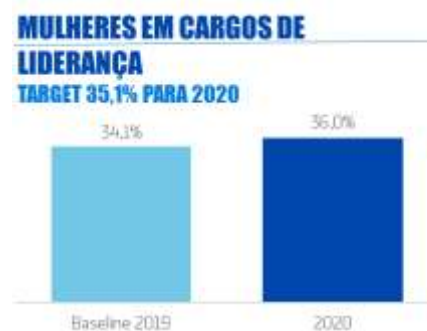
Os valores de inclusão e diversidade são parte integrante da matriz da Sonae desde a sua génese, estando intrinsecamente relacionados com a evolução, crescimento e diversificação dos nossos negócios. A Sonae encara as desigualdades como um dos desafios sociais mais complexos e urgentes dos nossos tempos. O atual contexto pandémico e a consequente crise económica vieram agudizar as disparidades existentes e criar novos grupos de risco. A pandemia veio, sem dúvida, acelerar a 4ª Revolução Industrial e a inerente transição para o digital, mas também acentuou o fosso das desigualdades económicas e sociais e impôs maior urgência na reconversão e requalificação do mercado de trabalho.

A diversidade e inclusão são ativamente incentivados em toda a Sonae, através da promoção de igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua função e enquadramento organizacional, assim como do seu género, etnia, idade, religião ou orientação sexual.

Recentemente, assinámos o primeiro compromisso europeu para a inclusão e diversidade, transversal a várias indústrias, o *Pledge Embrace Difference (Diversity & Inclusion)*, preconizado pelo ERT (*European Roundtable for Industry*), que tem como propósito fomentar a criação de um ambiente e condições de trabalho adequados, de forma a que todas as nossas pessoas possam atingir o seu potencial máximo, através de uma cultura e liderança inclusivas, definição de metas e objetivos, clarificação de responsabilidades, igualdade de oportunidades e, por fim, envolvimento e responsabilidade social.

O acompanhamento sistemático da evolução de indicadores em matéria de género tem sido fundamental para consubstanciar a discussão relativa à diversidade e inclusão na Sonae. Consideramos que a presença equilibrada de mulheres e homens em lugares de decisão é um fator decisivo para o equilíbrio, desenvolvimento e sucesso das organizações. Temos assumido compromissos ao nível nacional e internacional nesta matéria.

Em 2013, juntamente com o ERT, definimos *targets* voluntários facilitadores da promoção de maior diversidade de género, não só para posições em órgãos de gestão e decisão, como também para posições de *senior* e *middle-management*, materializando o nosso compromisso relativamente à igualdade de género num fórum de elevada repercussão internacional. A Sonae tem a ambição de fazer evoluir a representatividade de mulheres em cargos de liderança de 34%, em 2019, para 39%^{§§§§}, em 2023.



No ano 2020 registámos uma evolução positiva deste indicador, tendo alcançado uma representatividade de mulheres em função de liderança de 36% (+1,9 p.p. face a 2019), superando a meta definida para o ano (35,1%).

^{§§§§} Este indicador abrange a Sonae e as suas participadas que possuem *targets* de igualdade de género definidos e que se regem pela segmentação de funções definida para o Grupo.

No que diz respeito às funções de administração, a Sonae possui 30% de mulheres no Conselho de Administração e um contexto de paridade de género na sua Comissão Executiva, tendo sido distinguida, em 2020, como a empresa cotada em Portugal onde existe maior representatividade de mulheres em funções de administração (*Leading Together ranking*).

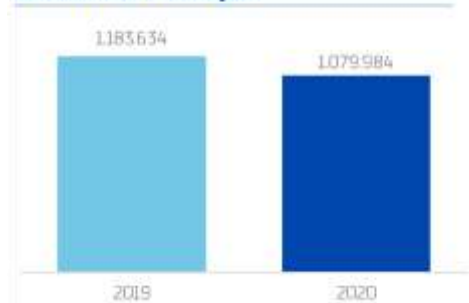
No entanto, estudos recentes (*Women in the Workplace 2020*, McKinsey) demonstram que a atual crise pandémica tem travado a evolução positiva em matéria de igualdade de género. Neste sentido, manteremos o foco e compromisso nas metas definidas e reforçá-las-emos, se necessário.

A Sonae promove igualdade de oportunidades para todos e assumimos um papel ativo no desenvolvimento e requalificação das nossas pessoas e na criação de emprego qualificado, a par de uma intervenção nas comunidades onde estamos inseridos, com vista ao desenvolvimento de uma organização e sociedade mais diversas e inclusivas.

Na *European Vocational Skills Week 2020*, a Comissão Europeia lançou o *Pact for Skills* - um compromisso comum sobre o modelo de desenvolvimento de competências na Europa. Esta iniciativa contou com o apoio da ERT, da qual o Presidente do Conselho da Administração da Sonae faz parte, e reconhece a necessidade urgente de proporcionar mais e melhores oportunidades de requalificação às pessoas em idade produtiva, nomeadamente aos jovens e trabalhadores de meia-idade.

Ao nível do desenvolvimento das nossas pessoas, continuámos a apostar na sua formação, tendo ministrado um total de 1.079.984 horas, em 2020. Este valor representa um decréscimo de 9% face a 2019, fruto do contexto pandémico vivido.

HORAS DE FORMAÇÃO

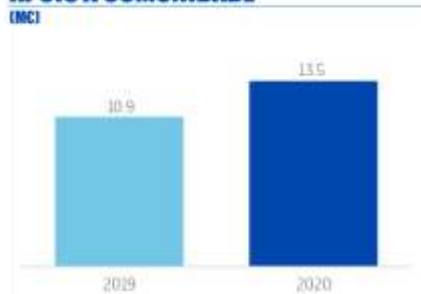


Apoio à Comunidade

O apoio à comunidade, de forma integrada e sustentada, é um legado da cultura Sonae, presente transversalmente em todo o Grupo. Num ano em que as fragilidades da nossa sociedade ficaram particularmente expostas pela crise económica e social despoletada pela Covid-19, as nossas empresas, no âmbito das suas atividades e operações, reforçaram o seu apoio às comunidades.

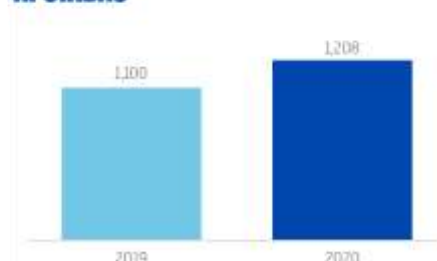
APOIO À COMUNIDADE

(MCI)



NÚMERO DE INSTITUIÇÕES

APOIADAS



A Sonae integrou a iniciativa mundial de combate à Covid-19 denominada "*Coronavirus Global Response*", que teve como objetivo acelerar o desenvolvimento e a implantação de vacinação, tratamento e diagnóstico para a Covid-19, bem como torná-los universalmente disponíveis e acessíveis.

Ao longo de 2020, direccionámos cerca de €13,5 milhões de investimento para apoios a organizações da economia social, o que representa um aumento de 24% relativamente a 2019. Estes apoios foram distribuídos por 1.208 instituições, o que representou um crescimento de 10% das entidades apoiadas.

À semelhança de anos anteriores, cerca de 17% dos apoios foram monetários e os restantes 83% em géneros. Os apoios concedidos abrangem cinco áreas distintas: solidariedade social, saúde e desporto, sensibilização ambiental, cultura, educação e ciência e inovação.

3. Evolução da ação

Desempenho da ação Sonae em 2020

As ações da Sonae encontram-se cotadas na bolsa de valores portuguesa, NYSE Euronext Lisbon, e fazem parte de vários índices, incluindo o PSI-20.

Código ISIN: PTSON0AM0001
 Código *Bloomberg*: SON.PL
 Código *Reuters*: YSO.LS
 Capital Social: 2.000.000.000

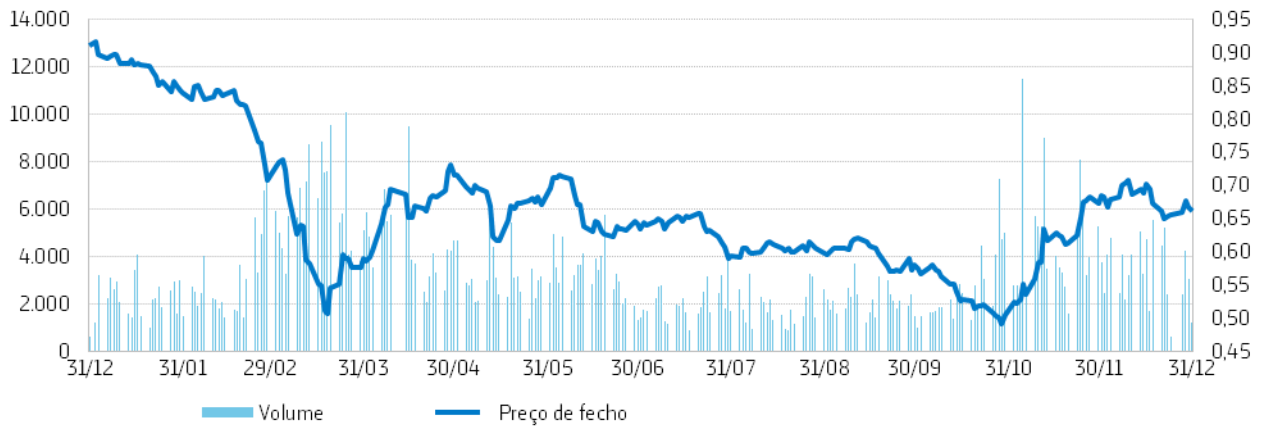
Estrutura acionista

A Sonae é uma empresa controlada por um acionista principal e com uma estrutura acionista estável, o que reflete uma orientação comum no desempenho de longo prazo. No final de 2020, o *free-float* representava 40%, tendo sido transacionadas 2,7 milhões de ações por dia.



A pandemia Covid-19 também teve um efeito negativo nos mercados de capitais. Com o aparecimento desta pandemia, a incerteza dominou os mercados mundiais, que registaram quedas acentuadas especialmente em março, com os receios globais sobre a disseminação da Covid-19, a queda dos preços do petróleo e a perspetiva de uma recessão em 2020 inquietaram os investidores. Os mercados globais conseguiram recuperar ao longo do ano, mas a ritmos diferentes, à medida que as restrições impostas pelos governos aliviavam.

Neste contexto, as ações da Sonae terminaram o ano de 2020 com o preço de €0,66, refletindo uma redução de 27% face ao final de 2019, o que compara com uma diminuição de 6% do índice bolsista português de referência (PSI-20).



Proposta de dividendo e política de dividendos

Para 2020, o Conselho de Administração irá propor, na Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada a 30 de abril de 2021, um dividendo por ação de 0,0486 euros. Esta proposta está em linha com a política de distribuição de dividendos da Sonae, que garante um aumento de 5% do dividendo por ação todos os anos, exceto em anos especiais em que a Sonae, perante uma determinada crise, decide proteger a liquidez e o Conselho de Administração possa propor a manutenção do montante do ano anterior.

O dividendo proposto corresponde a um *dividend yield* de 7,4%, com base na cotação de fecho em 31 de dezembro de 2020 (€0,66 em 2019), e a um *payout ratio* de 85% do resultado direto consolidado atribuível aos acionistas da Sonae.

Dividendo proposto de €0,0486 por ação
 +5% aumento de dividendo face ao ano anterior
 Pagamento de dividendos com crescimento constante

DIVIDENDO POR AÇÃO



PAYOUT RATIO



Diálogo constante com os analistas

No final de 2020, as ações da Sonae eram seguidas por 9 analistas de bancos e *brokers* internacionais, dos quais 8 emitiram recomendações de “Compra” e apenas um emitiu a recomendação de “Manter”. O *price target* médio foi de €1,13. Em 2020, Renta4 iniciou a cobertura da Sonae, com um *price target* (preço-alvo) de €1,48 e recomendação de Compra.

9 Analistas
Price target médio €1.13
8 recomendações de compra

Apesar de ser um ano marcado por restrições de viagens e distância social, o departamento de Relações com os Investidores manteve a sua ligação ao mercado, tendo participado em 10 conferências e *roadshows* (a maioria virtual), num total de mais de 500 interações com investidores e analistas.

4. Resultado Líquido Individual

Numa perspetiva simplificada, as operações da Sonae SGPS, SA estão associadas à gestão das participações nas suas subsidiárias. Em 2020, o resultado líquido individual da Sonae SGPS, SA foi de 75.265.295,02 euros, tendo diminuído cerca de 60% face ao ano anterior (188.483.085,50 euros). Esta diminuição ficou a dever-se essencialmente a um menor valor de dividendos recebidos e a perdas por imparidade registadas.

No resultado do exercício, encontra-se já refletido o montante de 1.036.027 euros, destinado à remuneração variável dos administradores executivos e dos colaboradores da Sociedade, na modalidade de distribuição de lucros do exercício, nos termos do n.º 2 do art.º 31.º dos Estatutos. A remuneração variável dos administradores executivos é determinada sob proposta da Comissão de Vencimentos, a quem compete a concretização da política de remuneração aprovada na Assembleia Geral de Acionistas, de 30 de abril de 2020.

5. Proposta de aplicação dos resultados do exercício

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos, a posição financeira do Grupo e a existência de reservas distribuíveis que permitem a observância plena do artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que nos termos legais e estatutários aplicáveis:

- os resultados do exercício, no montante de 75.265.295,02 euros, sejam aplicados da seguinte forma:
Reserva Legal: 3.763.264,75 euros
Dividendos: 71.502.030,27 euros
- e que se delibere distribuir adicionalmente aos acionistas Reservas Livres no montante de 25.697.969,73 euros.

O Conselho de Administração propõe ainda que o dividendo ilíquido a distribuir seja de 0,0486 euros por ação, excluindo-se do dividendo global de 97.200.000,00 euros o montante do dividendo que caberia às ações que, à data da distribuição do dividendo, sejam detidas pela própria sociedade ou por sociedades suas dependentes, que deverá ser afeto a Reservas Livres.

O dividendo ora proposto equivale a um *dividend yield* de 7,4% face ao preço de fecho a 31 de dezembro de 2020 e a um *payout ratio* de 85% do resultado direto consolidado atribuível aos acionistas da Sonae.

6. Principais eventos no 4T20

20 de outubro

Sonae informou sobre renovação do *Cash Settled Equity Swap*.

17 de novembro

Sonae informou sobre Transação de Pessoa Estreitamente Relacionada com Dirigente

2 de dezembro

Sonae informou sobre Transação Dirigente

10 de dezembro

Sonae informou sobre operações de refinanciamento ESG-linked

21 de dezembro

Sonae informou sobre emissão obrigacionista ESG-linked

21 de dezembro

Sonae informou sobre decisão da Autoridade da Concorrência

7. Eventos subsequentes

13 de janeiro

Sonae informou sobre reorganização da operação da sua subsidiária Worten – Equipamentos do Lar, S.A.

29 de janeiro

Sonae informou sobre Vendas Preliminares da Sonae MC de 2020

1 de março

Sonae informou sobre conclusão da transação realizada pela sua subsidiária Worten Equipamentos do Lar, S.A. com Media Markt Saturn S.A.U

5 de março

Sonae informou sobre comunicação recebida da Grosvenor Investments (Portuga) S.Àr.L.

17 de março

Execução da transação de compra e venda de 10% do capital social da Sonae Sierra representado por ações detidas pela Grosvenor Investments (Portugal) S.Àr.L, pelo preço de €82,16 milhões, na sequência do exercício pela Grosvenor do direito de *put option*, nos termos anunciados ao mercado a 5 de março último. O principal impacto desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo será a transferência de Reservas de “Interesses Sem Controlo” para “Capital Próprio do Grupo”, uma vez que a Sonae já detém uma participação de controlo de 70% na Sonae Sierra.

8. Perspetivas Futuras

2021 é também um ano em que a pandemia Covid-19 continua a ter um impacto significativo nas nossas vidas e nas economias onde a Sonae opera. As vacinas estão atualmente a ser administradas, e este é o primeiro passo em direção a uma “nova normalidade”, mas continua a haver uma grande incerteza dos próximos tempos. É muito difícil prever os impactos do segundo confinamento já implementado em alguns países, e não há dúvida de que 2021 será outro ano desafiante.

A Sonae MC continuou a registar uma procura positiva nos seus formatos de retalho alimentar nestes primeiros meses de 2021, e deverá reforçar ainda mais a sua liderança no mercado português. A empresa continuará focada em servir os seus clientes, protegendo as suas equipas, mantendo uma rentabilidade de referência, ao mesmo tempo em que garante uma sólida estrutura de capital.

A Worten, após a anunciada reorganização da operação espanhola, deverá reunir todas as condições para aumentar a rentabilidade e consolidar ainda mais a sua posição de liderança em Portugal, ao mesmo tempo que se empenha no reforço da sua presença no canal ibérico online.

A Sonae Fashion e a ISRG devem continuar a enfrentar tempos difíceis. Em muitas regiões, as lojas foram temporariamente encerradas e os clientes reduziram as visitas a espaços comerciais. No entanto, esperamos que as vendas recuperem assim que as lojas reabram. O comércio online será fundamental para compensar uma parte importante das vendas offline perdidas, e em última análise potenciar crescimento adicional.

A Sonae FS vai continuar a reforçar a sua posição de mercado alavancando no sucesso do Cartão Universo, nomeadamente através dos seus canais digitais. Vai também alargar a sua oferta de produtos financeiros para dar resposta às necessidades dos diferentes segmentos de clientes.

A atividade da Sonae Sierra continuará a ser significativamente afetada pelas restrições da Covid-19 no primeiro semestre de 2021. No entanto, a empresa continuará focada na proteção do valor dos seus ativos, procurando também novas oportunidades no mercado imobiliário, nomeadamente na gestão de investimentos, serviços e desenvolvimentos seletivos.

A NOS continuará a desempenhar um papel fundamental na digitalização da sociedade e a estar preparada para abraçar todas as oportunidades associadas ao 5G. A Sonae continuará empenhada em proporcionar à empresa a estabilidade acionista necessária à execução da sua estratégia.

A Sonae IM adaptará continuamente a sua estratégia de investimento às novas tendências tecnológicas de retalho, infraestrutura digital e cibersegurança, e continuará a ser um investidor ativo nestas áreas, potenciando o historial de sucesso dos últimos anos.

Em termos de financiamento, a Sonae detém atualmente uma forte posição de liquidez e não prevemos qualquer necessidade de financiamento adicional nos próximos 18 meses, nem prevemos a curto prazo qualquer violação dos *covenants* de dívida corporativa existentes em qualquer empresa do portefólio. O foco dos próximos meses será avaliar possíveis oportunidades de otimização em termos de custo e prazos.

9. Glossário

| | |
|---|--|
| Capex | Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições. No caso da NOS inclui direitos de uso. |
| Capital investido líquido | Dívida líquida + capital próprio. |
| Direitos de uso | Responsabilidades com locações no início do contrato ajustado pelos custos iniciais diretos, pagamentos de rendas avançadas e possíveis descontos. |
| Dívida financeira líquida | Dívida líquida excluindo suprimentos |
| Dívida líquida | Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + locações financeiras + suprimentos – caixa - depósitos bancários - investimentos correntes - outras aplicações de longo prazo. |
| Dívida líquida total | Dívida líquida + locações operacionais |
| EBIT (direto) | EBT direto - resultado financeiro. |
| EBITDA | EBITDA subjacente + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes. |
| EBITDA subjacente | EBITDA recorrente dos negócios que consolidam pelo método de consolidação integral. |
| EBT (direto) | Resultado direto antes impostos. |
| EoP | End of Period: final do período em análise. |
| LFL: vendas no universo comparável de lojas | Vendas realizadas em lojas que funcionaram nas mesmas condições, nos dois períodos. Exclui lojas abertas, fechadas ou sujeitas a obras de remodelação consideráveis num dos períodos. |
| Loan-to-value (LTV) - holding | Dívida líquida da holding (média) / (NAV do portefólio de investimento (média) + Dívida líquida da holding (média)) |
| Loan-to-value (LTV) - Sierra | Dívida líquida / (propriedades de investimento + propriedades em desenvolvimento), numa base proporcional. |
| Margem EBITDA | EBITDA / volume de negócios. |
| Margem EBITDA subjacente | EBITDA subjacente/ volume de negócios. |
| NAV (Valor de ativo líquido) INREV Sonae Sierra | Valor de mercado atribuível à Sonae Sierra - dívida líquida - interesses sem controlo + impostos diferidos passivos. |
| NAV do portefólio de investimento (Sonae) | Abordagem por múltiplos de mercado aplicada a cada um dos negócios – dívida líquida média – minoritários (valor contabilístico) |
| OMV (Valor de mercado) | Justo valor dos ativos imobiliários em funcionamento (% de detenção), avaliado por entidades independentes internacionais e valor contabilístico das propriedades em desenvolvimento (% de detenção) |
| Outros empréstimos | Inclui obrigações, locação financeira e derivados. |
| Passivo de locação | Valor líquido presente de pagamentos para uso de ativos. |
| Prop. de investimento | Valor dos centros comerciais em operação detidos e co-detidos pela Sonae Sierra. |
| Resultado direto | Resultado do período antes de interesses sem controlo, excluindo contributos para os resultados indiretos. |
| Resultado indireto | Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint-ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo goodwill) e (iv) provisões para ativos de risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros non-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia mark-to-market de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes. |
| <i>Sale and leaseback</i> | Venda de ativos operacionais seguido de aluguer dos mesmos. |
| <i>Vendas Online</i> | Vendas e-commerce totais, incluindo <i>marketplaces</i> |

Considerações Finais e Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelos conselhos valiosos e por toda a colaboração prestada. O Conselho de Administração expressa também a sua gratidão para com fornecedores, bancos e outros parceiros de negócio da Sonae pelo seu contínuo envolvimento e pela confiança demonstrada.

O Conselho de Administração manifesta, igualmente, a sua gratidão a todos os colaboradores pelo esforço e dedicação demonstrados durante todo o ano.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 16 de março de 2021.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Administrador Não-Executivo

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administradora Não-Executiva

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Carlos António Rocha Moreira da Silva, Administrador Não-Executivo

Fuencisla Clemares, Administradora Não-Executiva

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh, Administrador Não-Executivo

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, Administradora Executiva (CEO)

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores, Administrador Executivo (CFO)

ANEXOS

I. Declaração nos termos do artigo 245º, parágrafo 1, c) do Código dos Valores Mobiliários

Os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Sonae - SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sonae - SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada a 16 de março de 2021.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Administrador Não Executivo

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não Executivo

Margaret Lorraine Trainer, Administradora Não Executiva

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não Executivo

Carlos António Rocha Moreira da Silva, Administrador Não Executivo

Fuencisla Clemares, Administradora Não Executiva

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh, Administrador Não Executivo

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, Administradora Executiva (CEO)

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores, Administrador Executivo (CFO)

II. Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Divulgação do número de ações e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise.

| | Data | Aquisições | | Alienações | | Posição em 31.12.2020 | Saldo em 31.12.2020 |
|---|------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------------|---------------------|
| | | Número de ações | Preço médio (€) | Número de ações | Preço médio (€) | | |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | | Minoritário | |
| Migracom, SA (3) | | | | | | Dominante | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 1.053.075 |
| Compra | 15/04/2020 | 247.345 | 0,591 | | | | |
| Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**) | | | | | | | |
| Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (6) | | | | | | Dominante | |
| Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (7) | | | | | | Dominante | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 444.625 |
| Compra | 15/04/2020 | 264.743 | 0,591 | | | | |
| Compra | 16/04/2020 | 179.882 | 0,591 | | | | |
| Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**) | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | | Minoritário | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 14.901 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | | Minoritário | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 724.707 |
| Compra | 15/04/2020 | 216.133 | 0,591 | | | | |
| Linhacom, SGPS, SA (5) | | | | | | Dominante | |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva (*) (**) | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 50.000 |
| Venda | 27/11/2020 | | | 22.000 | 0,676 | | |
| Compra | 27/11/2020 | 50.000 | 0,6847 | | | | |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh (*) | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 112.300 |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (*) | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 10.306 |
| Compra | 15/04/2020 | 10.306 | 0,591 | | | | |

| | Data | Aquisições | | Alienações | | Posição em 31.12.2020 | Saldo em 31.12.2020 |
|---|------------|------------|---------------|------------|---------------|-----------------------|---------------------|
| | | Quantidade | Valor Md. (€) | Quantidade | Valor Md. (€) | | |
| (1) Efanor Investimentos, SGPS, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 200.100.000 |
| Pareuro, BV (2) | | | | | | Dominante | |
| (2) Pareuro, BV | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 849.533.095 |
| (3) Migracom, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 3.198.524 |
| Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4) | | | | | | Minoritária | |
| (4) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 5.398.465 |
| Compra | 12/11/2020 | 790.000 | 0,63160 | | | | |
| (5) Linhacom, SGPS, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 189.314 |
| Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4) | | | | | | Minoritária | |
| (6) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 2.021.855 |
| (7) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 662.987 |

* administrador(a) da Sociedade

** administrador(a) da Efanor Investimentos SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)

*** administrador(a) da sociedade Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)

III. Participações Qualificadas

Participações qualificadas no capital da Sociedade, refletidas a 31 de dezembro de 2020 (acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social e direitos de voto da Sonae – SGPS, SA), de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, por referência ao art.º 16.º do Código dos Valores Mobiliários, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de votos correspondentes, bem como a percentagem de capital e de votos imputáveis e a fonte e causas da imputação, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º n.º 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008.

| Acionista | N.º de ações | % Capital social e direitos de voto* | % Direitos de voto passíveis de exercício** |
|--|----------------------|--------------------------------------|---|
| Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (I) | | | |
| Diretamente | 200.100.000 | 10,0050% | 10,0050% |
| Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 849.533.095 | 42,4767% | 42,4767% |
| Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 14.901 | 0,0007% | 0,0007% |
| Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (administradora da Sonae SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 724.707 | 0,0362% | 0,0362% |
| Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 1.053.075 | 0,0527% | 0,0527% |
| Através de Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 444.625 | 0,0222% | 0,0222% |
| Através da Migracom, S.A. (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e da Sonae, SGPS, S.A. Duarte Paulo Teixeira de Azevedo) | 3.198.524 | 0,1599% | 0,1599% |
| Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e da Sonae, SGPS, S.A. Maria Cláudia Teixeira de Azevedo) | 189.314 | 0,0095% | 0,0095% |
| Através da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério) | 2.021.855 | 0,1011% | 0,1011% |
| Através da Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério) | 662.987 | 0,0331% | 0,0331% |
| Através de Carlos António Rocha Moreira da Silva (administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 50.000 | 0,0025% | 0,0025% |
| Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, S.A. | 1.057.993.083 | 52,8997% | 52,8997% |
| Banco BPI, S.A. | 96.034.789 | 4,8017% | 4,8017% |
| Total imputável ao Banco BPI, S.A. (II) | 96.034.789 | 4,8017% | 4,8017% |
| Criteria Caixa, S.A. | 40.019.035 | 2,0010% | 2,0010% |
| Total imputável a Criteria Caixa, S.A. | 40.019.035 | 2,0010% | 2,0010% |

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade por referência a 31 de dezembro de 2020

(I) A Efanor Investimentos, SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários

(II) Total dos direitos de voto imputáveis ao Banco BPI, S.A., nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários. O Banco BPI é parte do Grupo CaixaBank, o qual detém 100% do capital do Banco BPI, de acordo com informação prestada pelo Banco BPI e divulgada ao mercado no dia 5 de abril de 2019 em www.cmvm.pt.

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários

**Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

**RELATÓRIO
DE GOVERNO
DA SOCIEDADE**

FASTER

RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

| | |
|---|-----|
| PARTE I..... | 102 |
| A. ESTRUTURA ACIONISTA | 103 |
| I. Estrutura do Capital Social | 103 |
| 1. Estrutura do Capital Social..... | 103 |
| 2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações..... | 103 |
| 3. Ações Próprias – número, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias..... | 103 |
| 4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos..... | 103 |
| 5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo..... | 103 |
| 6. Acordos parassociais..... | 103 |
| II. Participações sociais e valores mobiliários detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização.. | 104 |
| 7. Participações Qualificadas | 104 |
| 8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentado nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais..... | 105 |
| 9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital | 106 |
| 10. Relações significativas de natureza comercial entre os(as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade..... | 106 |
| B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES | 107 |
| I. Assembleia Geral | 107 |
| 11. Identificação e Mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral..... | 107 |
| 12. Restrições em matéria de direito de voto..... | 107 |
| 13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um(a) único(a) acionista ou por acionistas que com aquele(a) se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários..... | 109 |
| 14. Quórum Deliberativo | 109 |
| II. Administração e supervisão | 109 |
| 15. Identificação do modelo de governo adotado | 109 |
| 16. Regras estatutárias de designação e de substituição dos(as) administradores(as) | 110 |
| 17. Composição do Conselho de Administração..... | 111 |
| 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração..... | 112 |
| 19. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração..... | 113 |
| 20. Relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada..... | 113 |
| 21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade..... | 113 |
| 22. Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração..... | 122 |
| 23. Número de reuniões e grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração | 122 |
| 24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)..... | 122 |
| 25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) 123 | |
| 26. Disponibilidade dos membros do Conselho de Administração | 123 |

| | | |
|--|---|-----|
| 27. | Identificação das Comissões criadas pelo Conselho de Administração | 124 |
| 28. | Composição da Comissão Executiva..... | 124 |
| 29. | Comissões e Assessorias do Conselho de Administração..... | 125 |
| III. Fiscalização | | 133 |
| 30. | Identificação do órgão de fiscalização..... | 133 |
| 31. | Composição..... | 133 |
| 32. | Independência | 134 |
| 33. | Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal | 134 |
| 34. | Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal | 134 |
| 35. | Reuniões do Conselho Fiscal..... | 134 |
| 36. | Disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal..... | 134 |
| 37. | Intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo | 134 |
| 38. | Outras funções dos membros dos órgãos de fiscalização | 135 |
| IV. Revisor Oficial de Contas..... | | 138 |
| 39. | Identificação | 138 |
| 40. | Permanência de Funções..... | 138 |
| 41. | Outros serviços prestados à Sociedade | 138 |
| V. Auditor Externo | | 138 |
| 42. | Identificação | 138 |
| 43. | Permanência de Funções..... | 139 |
| 44. | Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo..... | 139 |
| 45. | Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo..... | 139 |
| 46. | Trabalhos adicionais, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo e respetivo procedimento de contratação..... | 139 |
| 47. | Remuneração paga ao Auditor Externo | 140 |
| C. ORGANIZAÇÃO INTERNA..... | | 140 |
| I. Estatutos..... | | 140 |
| 48. | Regras aplicáveis às alterações estatutárias..... | 140 |
| II. Comunicação de Irregularidades | | 141 |
| 49. | Meios e Política de Comunicação de Irregularidades | 141 |
| III. Controlo Interno e Gestão de Riscos | | 141 |
| 50. | Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno | 141 |
| 51. | Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos da Sociedade..... | 141 |
| 52. | Outras áreas funcionais com competências no controlo de risco | 142 |
| 53. | Identificação e descrição dos principais tipos de riscos..... | 142 |
| 54. | Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos..... | 148 |
| 55. | Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira | 150 |
| IV. Apoio ao Investidor | | 152 |
| 56. | Serviço responsável pelo Apoio ao Investidor..... | 152 |
| 57. | Representante para as Relações com o Mercado | 153 |
| 58. | Pedidos de informação | 154 |
| V. Sítio de internet..... | | 154 |
| 59. | Endereço..... | 154 |

| | | |
|-----|--|-----|
| 60. | Local onde se encontra a informação mencionada no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais... | 154 |
| 61. | Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões | 154 |
| 62. | Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso..... | 154 |
| 63. | Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários..... | 154 |
| 64. | Local onde são divulgadas a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada..... | 154 |
| 65. | Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes | 155 |

D. REMUNERAÇÕES.....155

I. Competência para a determinação.....155

| | | |
|-----|---|-----|
| 66. | Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos(as) dirigentes da Sociedade..... | 155 |
|-----|---|-----|

II. Comissão de remunerações.....155

| | | |
|-----|---|-----|
| 67. | Composição da comissão de remunerações e identificação das pessoas singulares e coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores(as) | 155 |
| 68. | Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria da política de remunerações..... | 156 |

III. Estrutura das Remunerações.....156

| | | |
|-----|--|-----|
| 69. | Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização* | 156 |
| | <i>*Atualmente em cumprimento dos artigos 26-A a 26-F do Código dos Valores Mobiliários</i> | 156 |
| 70. | Estruturação da Remuneração dos(as) Administradores(as) | 160 |
| 71. | Componente Variável da remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) | 161 |
| 72. | Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração | 161 |
| 73. | Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações..... | 161 |
| 74. | Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções..... | 163 |
| 75. | Principais parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários | 163 |
| 76. | Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os(as) administradores(as), aprovados em assembleia geral | 163 |

IV. Divulgação das Remunerações.....164

| | | |
|-----|--|-----|
| 77. | Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade pagos pela Sociedade..... | 164 |
| 78. | Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum | 166 |
| 79. | Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios | 167 |
| 80. | Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores(as) Executivos(as) por cessação de funções..... | 167 |
| 81. | Remuneração do Conselho Fiscal | 167 |
| 82. | Remuneração do(a) Presidente da Mesa da Assembleia Geral | 167 |

V. Acordos com Implicações Remuneratórias

| | | |
|-----|--|-----|
| 83. | Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador(a) e sua relação com a componente variável da remuneração..... | 168 |
| 84. | Referência à existência e descrição de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação do vínculo jurídico em caso de mudança de controlo da Sociedade | 168 |

VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações ("stock options")

| | | |
|--|---|-----|
| 85. | Identificação do plano e destinatários | 168 |
| 86. | Caracterização do Plano | 168 |
| 87. | Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários colaboradores(as) e trabalhadores(as) da empresa | 169 |
| 88. | Mecanismos de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital | 169 |
| E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | | 169 |
| I. Mecanismos e procedimentos de controlo | | 169 |
| 89. | Mecanismos de controlo de transações com partes relacionadas | 169 |
| 90. | Indicação das transações sujeitas a controlo em 2020..... | 170 |
| 91. | Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos valores mobiliários | 170 |
| II. Elementos relativos aos negócios..... | | 170 |
| 92. | Informação sobre negócios com partes relacionadas | 170 |
| PARTE II..... | | 171 |
| I. Parte Geral..... | | 172 |
| II. Acionistas e Assembleia Geral..... | | 177 |
| III. Administração não executiva e fiscalização..... | | 179 |
| IV. Administração Executiva | | 182 |
| V. Avaliação do desempenho, remunerações e nomeações | | 183 |
| VI. Controlo Interno | | 187 |
| VII. Informação Financeira..... | | 189 |
| ANEXO I..... | | 191 |
| Conselho de Administração..... | | 192 |
| Conselho Fiscal..... | | 205 |

PARTE I

**ESTRUTURA ACIONISTA,
ORGANIZAÇÃO E GOVERNO
DA SOCIEDADE**

PARTE I

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura do Capital Social

1. Estrutura do Capital Social

O capital social da Sonae – SGPS, SA (doravante Sonae ou Sociedade) é de 2.000.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro. A distribuição do capital e respetivos direitos de voto pelos(as) acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se discriminada no ponto II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonae não têm nenhuma restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

3. Ações Próprias – número, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

A 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não detinha, direta ou indiretamente, qualquer percentagem de ações próprias representativas do seu capital.

4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista, nem que cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A maioria do capital social da Sociedade é imputada a uma única sociedade acionista.

O acordo parassocial celebrado entre a Sonae e a Grosvenor Group Limited (“Grosvenor”), relativo à Sonae Sierra, SGPS, SA, confere à Grosvenor um direito de saída em caso de mudança de controlo na Sonae Sierra, mas apenas na situação particular e exclusiva de o controlo, direta ou indiretamente, passar a ser atribuído a outros que não ao atual acionista de referência ou a algum(a) dos(as) seus(suas) atuais acionistas ou respetivos familiares.

A Sonae tem, também, mecanismos contratuais de proteção, incluindo um direito de call-option sobre a participação acionista da Grosvenor em caso de alterações do atual controlo acionista desta última.

5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais

O Conselho de Administração desconhece a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

II. Participações sociais e valores mobiliários detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização

7. Participações Qualificadas

Participações qualificadas no capital da Sociedade, refletidas a 31 de dezembro de 2020 (acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social e direitos de voto da Sonae – SGPS, SA), de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, por referência ao art.º 16.º do Código dos Valores Mobiliários, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de votos correspondentes, bem como a percentagem de capital e de votos imputáveis e a fonte e causas da imputação, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º n.º 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

| Acionista | Nº de ações | % Capital social e direitos de voto* | % Direitos de voto passíveis de exercício** |
|--|-------------|--------------------------------------|---|
| Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (I) | | | |
| Diretamente | 200 100 000 | 10,0050% | 10,0050% |
| Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 849 533 095 | 42,4767% | 42,4767% |
| Através de Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 14 901 | 0,0007% | 0,0007% |
| Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (administradora da Sonae - SGPS, S.A e da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 724 707 | 0,0362% | 0,0362% |
| Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (administrador da Sonae – SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 1 053 075 | 0,0527% | 0,0527% |
| Através de Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (administrador da Sonae – SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 444 625 | 0,0222% | 0,0222% |
| Através da Migracom, S.A. (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e da Sonae – SGPS, S.A. Duarte Paulo Teixeira de Azevedo) | 3 198 524 | 0,1599% | 0,1599% |
| Através da Linhacom, SGPS, S.A. (sociedade dominada pela administradora da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.. e da Sonae – SGPS, S.A. Maria Cláudia Teixeira de Azevedo) | 189 314 | 0,0095% | 0,0095% |
| Através da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e da Sonae – SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério) | 2 021 855 | 0,1011% | 0,1011% |
| Através da Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.. e da Sonae – SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério) | 662 987 | 0,0331% | 0,0331% |
| Através de Carlos António Rocha Moreira da Silva (administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.) | 50 000 | 0,0025% | 0,0025% |

| | | | |
|--|-------------------|----------------|----------------|
| Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, S.A. | 1 057 993 083 | 52,8997% | 52,8997% |
| Banco BPI, S.A. | 96 034 789 | 4,8017% | 4,8017% |
| Total imputável ao Banco BPI, S.A.(II) | 96 034 789 | 4,8017% | 4,8017% |
| Criteria Caixa, S.A. | 40 019 035 | 2,0010% | 2,0010% |
| Total imputável a Criteria Caixa, S.A. | 40 019 035 | 2,0010% | 2,0010% |

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade por referência a 31 de dezembro de 2020.

(I) A Efanor Investimentos, SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários

(II) Total dos direitos de voto imputáveis ao Banco BPI, S.A., nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários. O Banco BPI é parte do Grupo CaixaBank, o qual detém 100% do capital do Banco BPI, de acordo com informação prestada pelo Banco BPI e divulgada ao mercado no dia 5 de abril de 2019 em www.cmvm.pt.

*Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do n.º3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários.

**Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso.

Esta matéria encontra-se igualmente tratada no Relatório Anual de Gestão.

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/estrutura-acionista/>.

8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentado nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Esta informação encontra-se disponibilizada em Anexo ao Relatório de Gestão, nos termos seguintes:

[Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais](#)

Divulgação do número de ações e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248.º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise.

| | Data | Aquisições | | Alienações | | Posição em 31.12.2020 | Saldo em 31.12.2020 |
|--|------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------------|---------------------|
| | | Número de ações | Preço médio (€) | Número de ações | Preço médio (€) | | Número de ações |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | | Minoritário | |
| Migracom, SA (3) | | | | | | Dominante | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 1 053 075 |
| Compra | 15/04/2020 | 247 345 | 0,591 | | | | |
| Angelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério (*) (**) | | | | | | | |
| Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (6) | | | | | | Dominante | |
| Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (7) | | | | | | Dominante | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 444 625 |
| Compra | 15/04/2020 | 264 743 | 0,591 | | | | |
| Compra | 16/04/2020 | 179 882 | 0,591 | | | | |
| Maria Margarida Carvalhais Teixeira de Azevedo (**) | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | | Minoritário | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 14 901 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) | | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | | Minoritário | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 724 707 |
| Compra | 15/04/2020 | 216 133 | 0,591 | | | | |
| Linhacom, SGPS, SA (5) | | | | | | Dominante | |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva (*) (**) | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 50 000 |
| Venda | 27/11/2020 | | | 22 000 | 0,676 | | |
| Compra | 27/11/2020 | 50 000 | 0,6847 | | | | |
| Phillippe Cyriel Elodie Haspelslagh (*) | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 112 300 |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (*) | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 10 306 |
| Compra | 15/04/2020 | 10 306 | 0,591 | | | | |

| | Data | Aquisições | | Alienações | | Posição em 31.12.2020 | Saldo em 31.12.2020 |
|---|------------|------------|---------------|------------|---------------|-----------------------|---------------------|
| | | Quantidade | Valor Md. (€) | Quantidade | Valor Md. (€) | | Quantidade |
| (1) Efanor Investimentos, SGPS, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 200 100 000 |
| Pareuro, BV (2) | | | | | | Dominante | |
| (2) Pareuro, BV | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 849 533 095 |
| (3) Migracom, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 3 198 524 |
| Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4) | | | | | | Minoritária | |
| (4) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 5 398 465 |
| Compra | 12/11/2020 | 790 000 | 0,63160 | | | | |
| (5) Linhacom, SGPS, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 189 314 |
| Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4) | | | | | | Minoritária | |
| (6) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 2 021 855 |
| (7) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA | | | | | | | |
| Sonae - SGPS, SA | | | | | | | 662 987 |

* administrador(a) da Sociedade

** administrador(a) da Efanor Investimentos SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)

*** administrador(a) da sociedade Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)

9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

A competência atribuída pelos Estatutos ao Conselho de Administração para aumentar o capital da Sociedade cessou a sua vigência em abril de 2011, pelo que, a partir daquela data, tal competência pertence exclusivamente à Assembleia Geral de Acionistas.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os(as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial entre titulares de participações qualificadas notificadas à

Sociedade, e esta última.

Sem prejuízo, o Banco BPI, SA mantém com a Sociedade relações comerciais no âmbito do exercício da respetiva atividade, em condições de mercado e a par de outras instituições financeiras nacionais e internacionais.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais de Acionistas são conduzidas pela Mesa da Assembleia Geral cujos membros são eleitos(as) pelos(as) acionistas para um mandato de quatro anos coincidente com o mandato dos demais órgãos sociais.

a. Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

11. Identificação e Mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Na Assembleia Geral de 2019 foram eleitos membros da Mesa para o mandato 2019-2022:

Mesa da Assembleia Geral

Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena, Presidente

Maria Daniela Farto Baptista Passos, Secretária

b. Exercício do direito de voto

12. Restrições em matéria de direito de voto

12.1 Limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações

O capital social da Sociedade é representado, na sua totalidade, por uma única categoria de ações, ordinárias, correspondendo a cada ação um voto. Não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto. O bloqueio das ações não é condição de participação na Assembleia Geral, sendo a "Data de Registo" o momento relevante para a comprovação da qualidade de acionista e para o exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 23.º-C do Código dos Valores Mobiliários. A "Data de Registo" é também o momento temporal relevante para a participação e votação dos(as) acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio, mas por conta de clientes.

12.2. Representação

O direito de voto por representação e o seu modo de exercício encontram-se descritos nas respetivas convocatórias das Assembleias Gerais, em observância da lei e dos Estatutos.

Os(as) acionistas podem fazer-se representar na Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido e entregue ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao início dos trabalhos, indicando o nome, o domicílio do(a) representante e a data da reunião da Assembleia Geral, podendo para o efeito ser utilizado o endereço de correio eletrónico

disponibilizado pela Sociedade.

Um(a) acionista pode nomear diferentes representantes relativamente às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto, nos termos do artigo 385.º do Código das Sociedades Comerciais, e da votação em sentido diverso permitida aos(às) acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio mas por conta dos(as) clientes.

Dentro dos prazos legais estabelecidos, a Sociedade disponibiliza informação adequada para que os(as) acionistas que pretendam ser representados, forneçam instruções de voto aos(às) seus(suas) representantes, através da divulgação das propostas a serem submetidas à Assembleia Geral e de um modelo de carta de representação, todos disponíveis na página da internet da Sociedade (<https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>).

12.3. Voto por correspondência

Os(as) acionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. Sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade acionista, serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou por via eletrónica, com pelo menos três dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia. A declaração de voto deverá, no caso de ser enviada através de carta registada, ser assinada pelo(a) titular das ações, ou pelo(a) seu(sua) representante legal, devendo o(a) acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu documento de identificação nacional ou de passaporte, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, com a redação introduzida pela Lei n.º 32/2017, de 1 de junho ou, alternativamente, conter a mesma declaração a assinatura reconhecida nos termos legais aplicáveis, e, se pessoa coletiva, ser a assinatura reconhecida com menção da qualidade e poderes para o ato. No caso da declaração de voto ser enviada por via eletrónica, deverá a mesma obedecer aos requisitos determinados pelo(a) Presidente da Mesa na convocatória da respetiva Assembleia Geral, tendo em vista assegurar equivalente segurança e fiabilidade.

Compete ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao(à) seu(sua) substituto(a), verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

12.4. Voto eletrónico

O voto eletrónico encontra-se disponível na modalidade de voto por via eletrónica e a sua forma de exercício é definida na convocatória da Assembleia Geral, sendo disponibilizado, em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, um formulário destinado à solicitação dos elementos técnicos necessários para o seu exercício.

A Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2020, em virtude das condicionantes impostas pela declaração de estado de emergência em vigor à data, e atendendo às recomendações da CMVM em matéria de realização de assembleias gerais ("Recomendações no âmbito da realização de Assembleias Gerais", de 20 de março de 2020), realizou-se com recursos a meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 24.º Estatutos da Sociedade, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral incentivado os(as) senhores(as) acionistas à participação através da emissão de voto por correspondência eletrónica, colocando à disposição dos(as) mesmos(as) todos os meios necessários para o efeito, os quais foram objeto de verificação de autenticidade e garantia de confidencialidade tendo-se fornecido aos(as) acionistas toda a informação solicitada atinente à sua participação.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um(a) único(a) acionista ou por acionistas que com aquele(a) se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Não existe qualquer limitação estatutária ao exercício do direito de voto.

14. Quórum Deliberativo

Nos termos estatutários, a Assembleia Geral só pode funcionar numa primeira convocatória se estiverem presentes ou representados(as) acionistas que detenham mais de 50% do capital social.

Em segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

II. Administração e supervisão

a. Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização é composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração considera que o modelo de governo adotado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respetivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a suportar o Conselho de Administração em matérias de especial relevância, maximizam a qualidade da performance do órgão de administração, reforçando a excelência do seu processo decisório.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 16 de dezembro de 2015 foi aprovada a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, nos termos e para os efeitos dos artigos 30º a 32º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), ao abrigo da qual foram avaliados os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal eleitos para o mandato 2019-2022.

A referida política está disponível no endereço eletrónico da Sociedade <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-extraordinaria-de-acionistas-16-dezembro-2015/> constituindo a proposta número dois, apresentada e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 16 de dezembro de 2015.

A referida política, ao abrigo da qual foram avaliados e eleitos os membros dos órgãos sociais em exercício no corrente mandato, é orientada pela afirmação de diversos princípios estruturantes, incluindo quanto à diversidade, que aqui se transcrevem:

“Os candidatos a membros dos órgãos de administração e fiscalização devem:

- Ter experiência em cargos suficientemente séniores em empresas ou organizações semelhantes que lhes permitam:
 - 1) Avaliar, desafiar e desenvolver os gestores mais séniores da empresa;
 - 2) Avaliar e desafiar a estratégia corporativa do grupo e a das suas principais subsidiárias;
 - 3) Avaliar e desafiar a performance operativa e financeira da empresa;
 - 4) Avaliar o grau de cumprimento na organização dos valores da Sonae.

- Para além dos requisitos mínimos básicos comuns a qualquer candidato, cada candidato individualmente deve contribuir para que o Conselho de Administração no seu conjunto tenha o seguinte conhecimento ou competências:
 - 1) Conhecimento profundo e internacional dos principais setores de atividade da Sonae;
 - 2) Conhecimento dos principais mercados e geografias de atuação dos principais negócios;
 - 3) Conhecimento e competências nas técnicas de gestão e tecnologias determinantes para o sucesso de empresas com dimensão nos nossos setores de atividade;
 - 4) O conhecimento especializado necessário ao correto desempenho dos comités especializados do Conselho.

- Os candidatos devem ter as qualidades humanas, a clareza de propósito, a capacidade de análise, a capacidade de síntese e a capacidade de comunicação necessárias a que um grande número de assuntos diversos e complexos possam ser discutidos em tempos necessariamente limitados com a profundidade necessária à tomada de decisões atempadas e de elevada qualidade.

- Sujeito ao cumprimento dos demais fatores, deverá procurar atingir-se uma significativa representatividade de géneros e origens.”

A composição dos órgãos de administração e de fiscalização eleitos pela Assembleia Geral para o mandato de 2019-2022 cumpre os princípios acima referidos, evidenciando uma equilibrada diversidade de género, origem, habilitações e antecedentes profissionais.

No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, cuja composição se descreve nos pontos 17 e seção III, a), infra, a proporção de membros de cada sexo respeita as disposições do artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Adicionalmente, a Sociedade aprovou, nos exercícios de 2019 e 2020, e tem em vigor, um Plano para a Igualdade de Género, aplicável aos colaboradores e membros dos órgãos sociais do Grupo, cujo teor pode ser consultado em <https://www.sonae.pt/pt/sonae/cultura/>.

A diversidade e a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se descritas no Anexo I ao presente Relatório.

16. Regras estatutárias de designação e de substituição dos(as) administradores(as)

Nos termos da lei e dos Estatutos, os(as) Administradores(as) são eleitos(as) para integrar o Conselho de Administração pela Assembleia Geral.

Nos termos estatutários admite-se que um(a) Administrador(a) possa ser eleito(a) individualmente se existirem propostas subscritas por acionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros(as) acionistas, ações representativas de entre dez a vinte por cento do capital social. O(a) mesmo(a) acionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deverá conter a identificação de, pelo menos, duas pessoas elegíveis. Se existirem várias propostas subscritas por

diferentes acionistas ou grupos de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das listas.

Os Estatutos estabelecem, em conformidade com a lei, que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador(a), que não o(a) Administrador(a) eleito(a) ao abrigo da regra das minorias (caso em que se procederá a nova eleição), o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos(as) acionistas na Assembleia Geral seguinte.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação é responsável pela identificação de potenciais candidatos(as) ao cargo de Administrador(a) com o perfil adequado ao exercício das funções de administração e em conformidade com a política aprovada.

A falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador(a) eleito(a) ao abrigo das regras especiais acima descritas, determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o(a) seu(sua) Presidente.

17. Composição do Conselho de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração pode ser composto por um número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de três e um máximo de onze, eleitos pelos(as) acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, tendo o(a) Presidente do Conselho de Administração voto de qualidade.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, foram eleitos(as) para integrar o Conselho de Administração no mandato 2019-2022 os seguintes membros:

Conselho de Administração

| |
|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério |
| José Manuel Neves Adelino |
| Margaret Lorraine Trainer |
| Marcelo Faria de Lima |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva |
| Fuencisla Clemares |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores |

Os membros do Conselho de Administração foram primeiramente eleitos nos termos seguintes:

| Histórico de nomeação do Conselho de Administração | Primeira Nomeação | Fim do presente mandato |
|--|-------------------|-------------------------|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | 2000 | 2022 |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | 2000 | 2022 |
| José Manuel Neves Adelino | 2007 | 2022 |
| Margaret Lorraine Trainer | 2015 | 2022 |
| Marcelo Faria de Lima | 2015 | 2022 |

| | | |
|--|------|------|
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | 2019 | 2022 |
| Fuencisla Clemares | 2019 | 2022 |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | 2019 | 2022 |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 2019 | 2022 |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 2019 | 2022 |

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

Conselho de Administração

| | |
|---|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Presidente do Conselho de Administração – Não Executivo |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Administrador Não Executivo |
| José Manuel Neves Adelino | Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”) |
| Margaret Lorraine Trainer | Administradora Não Executiva Independente Sénior (“SID Director”) |
| Marcelo Faria de Lima | Administrador Não Executivo Independente |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | Administrador Não Executivo |
| Fuencisla Clemares | Administradora Não Executiva Independente |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Administrador Não Executivo Independente |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | CEO – Presidente da Comissão Executiva |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | CFO – Administrador Executivo |

A composição do Conselho de Administração obedece a um equilíbrio coletivo entre o número de Administradores(as) Executivos(as) e Não Executivos(as) e, entre estes, a um adequado número de membros independentes. Esta composição satisfaz a dimensão, a natureza e complexidade dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e pelo Grupo, bem como aos riscos aos mesmos inerentes, e é garante de uma competente supervisão, monitorização e avaliação da atividade dos membros executivos do Conselho de Administração.

O Administrador José Manuel Neves Adelino reúne as condições que permitem a sua qualificação como Administrador independente à luz das disposições legais e critérios estabelecidos pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários no ponto 18.1 ao Anexo I ao Regulamento 4/2013 ao abrigo do qual é elaborado o presente Relatório de Governo. Todavia, não reúne todos os requisitos impostos pela Recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (“IPCG”) para ser classificado como independente, em virtude, exclusivamente, de se encontrar no exercício das funções há mais de 12 anos.

De acordo com as melhores práticas de bom governo e em cumprimento do estabelecido no n.º3 do artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração, o Conselho de Administração, na sua reunião de 14 de maio de 2019, designou a Administradora Margaret Lorraine Trainer como Administradora Independente Sénior (“SID Director”) e o Administrador José Manuel Neves Adelino como Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”).

Em continuidade com o modelo consistentemente praticado pela Sociedade, estes membros não executivos do órgão de administração, no contexto das respetivas responsabilidades atribuídas pelo Conselho de Administração e enquanto, respetivamente “Sid Director” e “Lead Director”, facilitam o desempenho das funções dos(as) demais Administradores(as) Não Executivos(as), ao promoverem:

- A coordenação, de acordo com as melhores práticas de governo societário, do exercício das funções dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as), quer no seio do Conselho de Administração, quer nas respetivas

comissões especializadas deste órgão de que fazem parte, garantindo-se, assim, a existência de condições reforçadas para o exercício das suas competências de forma independente e informada;

- A existência de um adequado e tempestivo fluxo de informação a prestar pela Comissão Executiva, através do cumprimento dos procedimentos de reporte estabelecidos;
- A observância de um procedimento de divulgação atempada da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias dos restantes órgãos sociais e comissões, garantindo a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas;
- A concretização da missão da Comissão de Ética, da qual é Presidente o Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”).

19. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração em exercício encontram-se no Anexo I a este Relatório.

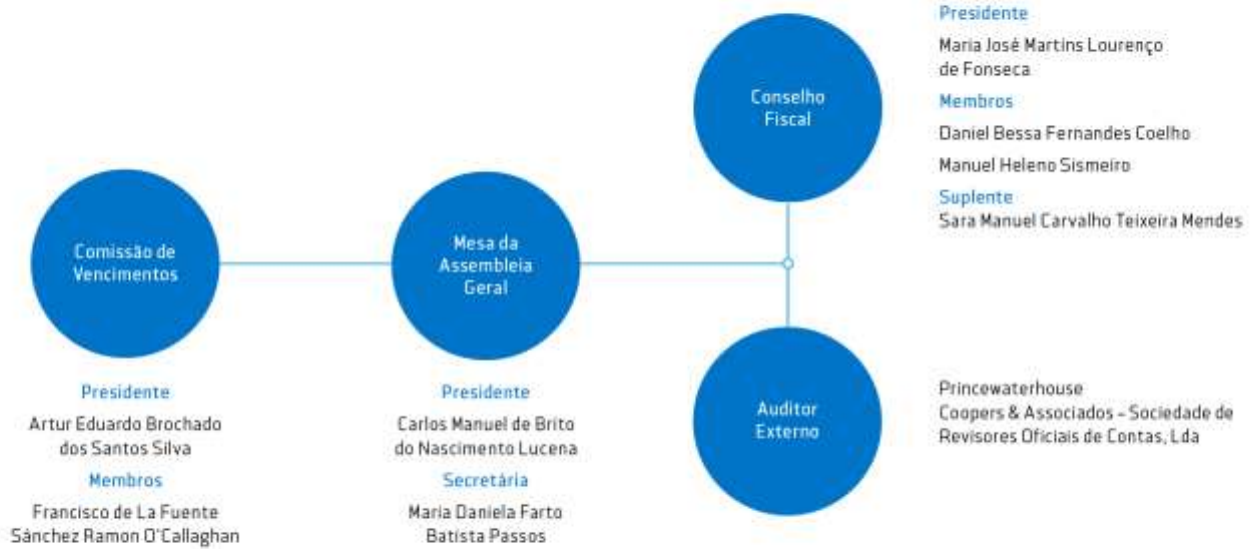
20. Relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada

O Presidente do Conselho de Administração, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, e a Presidente da Comissão Executiva, Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, são irmãos, acionistas e membros do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA, sociedade a quem é imputado o controlo da maioria do capital social e dos direitos de voto da Sonae. Os Administradores Não Executivos Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério e Carlos António Rocha Moreira da Silva são ambos Administradores da Efanor Investimentos, SGPS, SA.

Para além das acima identificadas e de acordo com as declarações individualmente prestadas, não existem quaisquer outras relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, entre acionistas titulares de participações qualificadas superiores a 2% dos direitos de voto, e os demais membros do Conselho de Administração.

21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

As competências foram repartidas entre os vários órgãos sociais nos termos que se descrevem:



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Não Executivos

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
 José Manuel Neves Adelino
 Margaret Lorraine Trainer

Marcelo Faria de Lima
 Carlos António Rocha Moreira da Silva
 Fuencisla Clemares
 Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Administradores Executivos

CEO
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

CFO
 João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Comissão de Nomeação

Presidente
 Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Administradores Não Executivos
 Margaret Lorraine Trainer
 Marcelo Faria de Lima
 Carlos António Rocha Moreira da Silva
 Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Comissão de Remuneração

Presidente
 Margaret Lorraine Trainer

Administradores Não Executivos
 Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
 Fuencisla Clemares
 Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Comissão de Auditoria e Finanças

Presidente Não Executivo
 José Manuel Neves Adelino

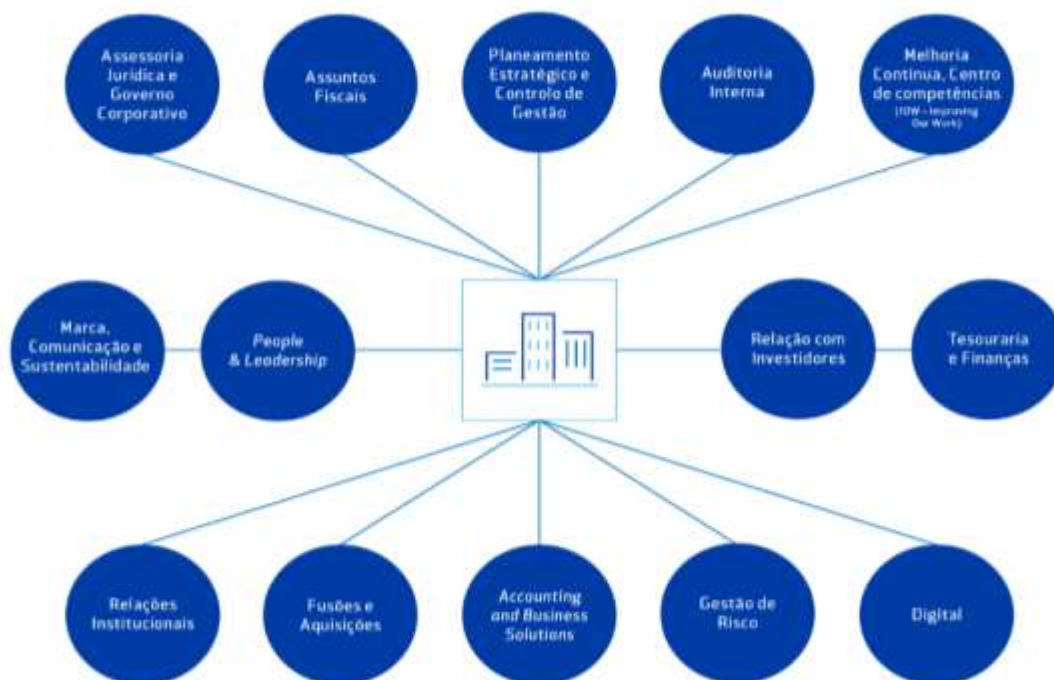
Administradores Não Executivos
 Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
 Margaret Lorraine Trainer
 Marcelo Faria de Lima
 Carlos António Rocha Moreira da Silva
 Fuencisla Clemares
 Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CEO
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

CFO
 João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

A estrutura corporativa é assessorada pelas seguintes direções corporativas:



Assessoria Jurídica e Governo Corporativo

Principais responsabilidades:

- Apoio legal à atividade da Sonae e gestão de portfolio;
- Relação com a Euronext Lisbon, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e com os(as) acionistas no âmbito de temas legais;
- Gestão legal da política do Governo das Sociedades no suporte ao cumprimento das melhores práticas;
- Coordenação da partilha de experiências e conhecimento entre equipas legais.

Assuntos Fiscais

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento, formação e partilha de competências fiscais;
- Colaboração na definição da estratégia e dos objetivos de natureza fiscal, nomeadamente no apoio à internacionalização;
- Consultoria nas atividades de Fusões e Aquisições bem como às operações de reestruturação;
- Relações Institucionais, nomeadamente na gestão proativa das matérias fiscais;
- Otimização da eficiência fiscal, nomeadamente:
 - Controlo e monitorização de todos os procedimentos fiscais;
 - Garantia do cumprimento das obrigações fiscais;
 - Controlo de todos os grupos fiscais existentes;
- Gestão dos dossiers de preços de transferência e da declaração financeira e fiscal por país (CBCR: country by

country report);

- Monitorização de todos os processos de litigação contra a Administração Fiscal;
- Consultoria Fiscal pelo estudo das diversas matérias de âmbito fiscal.

Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- Execução de auditorias aos processos mais relevantes dos negócios, auditorias de segurança alimentar e auditorias aos sistemas de informação do Centro Corporativo e dos Negócios de Retalho, Centros Comerciais, Gestão de Investimentos e Financial Services da Sonae;
- Apoio operacional à Comissão de Coordenação de Auditoria da Sonae.

Comunicação, Marca e Sustentabilidade

Principais responsabilidades:

- Definição do posicionamento interno e externo da marca Sonae e implementação das iniciativas que materializam esse posicionamento;
- Gestão da Comunicação externa, nomeadamente gestão da presença online e relação com os Media - Coordenação de mensagens e linhas de comunicação, bem como gestão de crise;
- Desenvolvimento e implementação do programa de comunicação interno da Sonae com os(as) colaboradores(as), nos temas transversais aos vários negócios;
- Definição e implementação da estratégia de responsabilidade corporativa, de forma a maximizar a criação de valor social de longo prazo, nomeadamente nas áreas de sustentabilidade, investimento na comunidade, voluntariado e gestão das relações de mecenato;
- Definição e implementação da estratégia corporativa de sustentabilidade, de forma a garantir a prossecução do nosso propósito.

Financeira e de Tesouraria

Principais responsabilidades:

- Otimização da função financeira da Sociedade e dos negócios de retalho, através da proposta, implementação e controlo de políticas de risco adequadas;
- Condução de todas as operações de financiamento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Negociação e contratação de produtos e serviços bancários para a Sociedade e para os negócios de retalho;
- Gestão de tesouraria e pagadoria e de meios de recebimento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Gestão dos diversos riscos financeiros da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Elaboração de políticas de risco de crédito adequadas às características dos diversos negócios da Sonae;
- Apoio às diferentes áreas funcionais na alocação de capitais e gestão de riscos financeiros;
- Apoio nas operações de fusões, aquisições e desinvestimento;

- Apoio aos negócios da Sonae na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro ou cambiais;
- Apoio à Comissão de Finanças da Sonae;
- Suporte à elaboração do reporting financeiro e de monitorização dos principais riscos financeiros.

Fusões e Aquisições

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento e execução de Fusões e Aquisições a nível corporativo e de unidade de negócio no grupo Sonae, incluindo apoio à gestão do portfólio corporativo;
- Assegurar a identificação, avaliação, due diligence, negociação e execução de aquisições, alienações e joint-ventures no grupo Sonae;
- Reforçar o business networking com os principais players da indústria e de M&A.

Gestão de Risco

Principais responsabilidades:

- Promoção de uma cultura de sensibilização para o risco em toda a organização;
- Desenvolvimento da política de gestão de risco e assegurar que esta se mantém atualizada;
- Desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção de processos e metodologias de gestão de risco;
- Coordenação das atividades de gestão de risco e do seu reporte;
- Colaboração na identificação dos riscos críticos e acompanhamento do seu desenvolvimento e da implementação de indicadores de risco e de ações de mitigação;
- Apoio aos negócios no desenvolvimento de processos de resposta aos riscos, nomeadamente planos de contingência e de continuidade dos negócios;
- Apoio ao Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae.

Centro de Competências em Melhoria Contínua (IOW – Improving Our Work)

Principais responsabilidades:

- Desenvolver o Sistema de Melhoria Contínua da Sonae (IOW);
- Desenvolver e disponibilizar formação IOW para todos os negócios da Sonae, em boas práticas de gestão IOW;
- Coordenar, desafiar, capacitar e suportar os responsáveis pela implementação e sustentação do IOW em todos os negócios e geografias da Sonae;
- Desafiar e aconselhar as lideranças dos negócios sobre a adoção de boas práticas de gestão IOW, tendo em vista a obtenção de resultados de classe mundial;
- Promover a partilha entre negócios de boas práticas de gestão, assim como celebrar casos com bons resultados;
- Coordenar a atividade do Grupo Consultivo IOW, propondo novas políticas e orientações sobre boas práticas para trabalhar melhor IOW.

Digital

Principais responsabilidades:

- Desafiar, aconselhar e acompanhar cada uma das empresas do universo Sonae no seu percurso de transformação digital. Fá-lo:
 - Promovendo a partilha de conhecimento e melhores práticas internas e externas;
 - Estimulando o networking interno e externo;
 - Identificando e fomentando a captura de sinergias entre as diferentes empresas do Grupo;
 - Potenciando a atração de talento para as diferentes empresas do universo Sonae, bem como o contínuo desenvolvimento do talento visando a preparação dos quadros das empresas Sonae para um presente e futuro cada vez mais digital;
 - Identificando oportunidades sobre negócios de base digital e potenciando o seu desenvolvimento.

Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- Apoio ao desenvolvimento da estratégia corporativa e dos negócios;
- Coordenação do processo anual de orçamento da Sonae e realização do controlo relativo à sua execução;
- Desafio aos negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios do grupo, a sua performance e resultados;
- Preparação da informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anual;
- Suporte às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio (responsabilidade pela análise do capital investido e respetivo retorno);
- Partilha de tendências, informação e melhores práticas entre os vários negócios e áreas corporativas;
- Monitorização, implementação e partilha de informação macroeconómica relevante para os vários negócios.

Recursos Humanos

Principais responsabilidades:

- Gestão dos recursos humanos de topo da Sonae;
- Definição e implementação da estratégia de recursos humanos, planeamento e gestão de talento;
- Apoio ao Grupo Consultivo de Recursos Humanos da Sonae;
- Apoio ao Conselho de Administração no sentido de assegurar condutas e comportamentos consistentes com os valores e cultura da Sonae.

Relações com Investidores

Principais responsabilidades:

- Gestão da relação entre a Sonae e a Comunidade financeira através da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;

- Apoio à Comissão Executiva e Administradores(as) providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais;
- Apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais.

Relações Institucionais

Principais responsabilidades:

- Gerir e coordenar as relações institucionais da Sonae com o Governo, instituições europeias, entidades públicas, organizações não-governamentais;
- Desenvolver relações efetivas e de qualidade com stakeholders internos e externos, de forma a, pro-ativamente, antecipar situações que representem potenciais oportunidades ou riscos para a atividade da Sonae, e promover estratégias de ação correspondentes;
- Representar a Sonae em Associações, Fóruns e eventos (nacionais e internacionais) e promover os temas estratégicos para o grupo.

Accounting & Business Solutions (ABS)

Principais responsabilidades:

- Gestão eficaz e eficiente dos processos administrativos dos negócios de retalho e da Sonae, incluindo as seguintes áreas:
 - Contas a Pagar;
 - Contas a Receber;
 - Contabilidade;
 - Consolidação de Contas
- Controlo e supervisão dos vários processos contabilísticos, registos e transações, garantindo a sua fiabilidade e o reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- Elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das diversas empresas do Grupo.

A Sociedade também criou igualmente as seguintes estruturas permanentes de coordenação e partilha de conhecimento, todas elas presididas por membros da sua Comissão Executiva:

Comissão de Finanças e Tesouraria

A Comissão de Finanças e Tesouraria é composta por cada um(a) dos(as) Administradores(as) financeiros, pelos(as) diretores(as) responsáveis pela área de corporate finance em cada um dos negócios e pelos(as) diretores(as) funcionais do Centro Corporativo, considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão reúne mensalmente com as principais responsabilidades:

- analisar e discutir as matérias financeiras com mais relevo para os negócios da Sonae;
- monitorizar a evolução dos mercados de dívida e das relações com os bancos;
- monitorizar a evolução dos mercados de capitais;
- monitorizar o desenvolvimento dos mercados financeiros;

- elaborar relatórios sobre a situação financeira do Grupo Sonae e a execução do orçamento;
- partilhar experiências sobre as melhores práticas no domínio financeiro e coordenar a abordagem aos mercados financeiros;
- monitorizar a evolução financeira do Grupo e as políticas de financiamento de cada negócio.

Comissão de Coordenação de Auditoria

A Comissão de Coordenação de Auditoria é integrada pelos membros dos conselhos de administração dos negócios com o pelouro da função, bem como pelos(as) responsáveis pela auditoria interna da Sociedade e dos negócios da Sonae, o(a) Diretor(a) de Governo Societário e o(a) Diretor(a) de Gestão de Risco do Grupo. A Comissão reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- aconselhar o Conselho de Administração em matéria de políticas de auditoria interna e relação com os auditores externos;
- informar sobre os planos de auditoria interna das empresas Sonae;
- monitorizar as atividades de auditoria interna, nomeadamente através da análise de relatórios trimestrais e recomendações de melhoria;
- monitorizar as auditorias externas através da análise dos seus relatórios;
- decidir sobre a execução de auditorias internas não agendadas;
- promover o desenvolvimento dos recursos humanos na área da auditoria interna;
- propor a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de auditoria interna a serem aplicados no Grupo Sonae;
- dar pareceres e cooperar na seleção do auditor externo da Sociedade;
- promover a partilha de conhecimentos e experiências entre equipas de auditoria interna dos diferentes negócios.

Grupo Consultivo de Gestão de Risco

O Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae é composto pelos membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro da função, pelos(as) diretores(as) de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios, pelo(a) Diretor(a) de Governo Societário, pelo(a) Diretor(a) de Auditoria Interna. O Grupo Consultivo reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria;
- rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae;
- monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações;
- propor atividades de gestão de risco não calendarizadas;
- recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo;
- promover conhecimento especializado em matéria de gestão de risco.

Grupo Consultivo de Recursos Humanos

O Grupo Consultivo de Recursos Humanos é composto por membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro de Recursos Humanos e pelos(as) diretores(as) responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios.

Este grupo reúne uma periodicidade bimestral e tem como principais objetivos:

- fazer recomendações sobre políticas diretamente relacionadas com a implementação da estratégia dos negócios ao nível das pessoas;
- contribuir para a disseminação da cultura da Sonae e acompanhar as políticas transversais ao grupo;
- encorajar a disseminação e a partilha das melhores práticas em matéria de Colaboradores(as) e Gestão de Talentos entre as empresas do Grupo;
- adquirir sinergias através da coordenação e negociação de investimentos na área de Recursos Humanos, quando aplicável;
- garantir a articulação e coordenação de opiniões entre os vários órgãos de administração e supervisão da Sonae.

Grupo Consultivo IOW

O Grupo Consultivo de IOW (Improving Our Work) conta com a participação dos(as) CEO's dos vários negócios do Grupo bem como dos(as) responsáveis pela implementação de práticas de melhoria contínua. Este grupo consultivo reúne trimestralmente e tem como principais objetivos:

- partilhar as atividades de melhoria contínua levadas a cabo em todas as empresas;
- partilhar as melhores práticas e os resultados de cada uma das empresas;
- analisar e adaptar estudos casuísticos para uso interno;
- identificar necessidades e ajustamentos necessários para a implementação dos programas de IOW a decorrer;
- decidir quanto à alocação de recursos.

Grupo Consultivo de Sustentabilidade

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade é composto pelos(as) administradores(as) e diretores(as) funcionais da Sociedade e dos seus vários negócios com responsabilidade sobre temas de sustentabilidade ambiental e responsabilidade corporativa. Este grupo consultivo reúne trimestralmente, tendo como principais objetivos:

- construir uma visão comum no domínio das medidas e melhores práticas de sustentabilidade levadas a cabo nos diversos negócios do Grupo;
- desenvolver e recomendar a implementação de diretrizes comuns ao nível da sustentabilidade assentes nos três eixos da Sonae (Ambiente, Pessoas, Comunidades);
- garantir a comunicação das recomendações aos diversos órgãos de administração da Sonae;
- coordenar projetos e grupos de trabalho transversais ao Grupo;
- coordenar práticas de reporte entre as empresas Sonae com o objetivo de criar uma comunicação mais ampla e transversal no domínio da sustentabilidade.

Existem ainda um conjunto de fóruns que asseguram a comunicação e partilha das melhores práticas em funções consideradas críticas para o Grupo, nomeadamente:

- **FINOV**, com a finalidade de estimular e apoiar uma cultura motivada para a inovação na Sonae, capaz de sustentar elevados níveis de criação de valor;
- **Fórum de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão**, com a finalidade de promover e discutir a implementação das melhores metodologias de controlo na Sociedade;
- **Fórum Legal**, com a finalidade de partilhar experiência e conhecimento entre equipas legais, promovendo a discussão alargada de tópicos de destaque e uma abordagem comum a interpretações e procedimentos;
- **FINCO**, com a finalidade de reforçar a importância das Tecnologias da Informação em cada uma das áreas de negócio através da partilha de conhecimentos e a promoção de novas soluções tecnológicas;
- **Fórum de E-commerce**, com a finalidade de promover a excelência e o crescimento dos diversos canais de e-commerce ao nível do Grupo;
- **Fórum Internacional**, com a finalidade de promover a partilha de conhecimento no domínio das iniciativas de internacionalização da Sonae;
- **Fórum Digital**, com a finalidade de estimular a partilha interna e externa e desenvolver interesses comuns entre as equipas que lideram a Transformação Digital do grupo.
- **Fórum Administrativo e Fiscal**, com a finalidade de partilhar conhecimento e experiências, promovendo a existência de sinergias entre os departamentos administrativo e fiscal.

b. Funcionamento

22. Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração e as suas Comissões internas disponibilizam os respetivos regulamentos internos no endereço eletrónico da Sociedade <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

23. Número de reuniões e grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, tal como definido nos Estatutos e no seu Regulamento, e sempre que o(a) seu (sua) Presidente ou dois dos seus membros o convoquem. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

As deliberações do Conselho de Administração são aprovadas por maioria. Quando o Conselho de Administração é composto por um número par de membros, o(a) Presidente, em caso de empate na votação de qualquer deliberação, tem voto de qualidade.

As informações preparatórias sobre os temas a discutir em cada reunião são disponibilizadas ao Conselho de Administração com uma antecedência mínima de sete dias, e os documentos de apoio são distribuídos até sete dias úteis antes da realização da respetiva reunião.

As atas são registadas em livro.

No exercício de 2020, realizaram-se 7 (sete) reuniões do Conselho de Administração, com uma taxa de comparência de 91%, tendo as ausências sido baseadas em motivo legítimo aprovado por unanimidade.

24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos(as)

Administradores(as) Executivos(as)

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas, de acordo com a Política de Remuneração e Compensação aprovada pelos(as) acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Remunerações, designada pelo Conselho de Administração e constituída por Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho dos Administradores(as) Executivos(as) e de remunerações.

Para o exercício destas funções, estas comissões podem decidir livremente pela contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacional.

A independência dos consultores é garantida quer pela sua autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado, sendo assegurado que os(as) especialistas selecionados(as) detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados(as) e, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

A avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios numa perspetiva de médio e longo prazo.

Os referidos indicadores são constituídos pelos KPIs (Key Performance Indicators) de negócio, económicos e financeiros, subdivididos em KPIs coletivos, departamentais e individuais.

Os KPIs coletivos de negócio consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sonae.

Por sua vez, os KPIs departamentais de negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, e aferem o contributo específico do(a) Administrador(a) no desempenho do negócio.

Os KPIs individuais incluem indicadores objetivos e subjetivos, e dirigem-se a aferir o cumprimento dos deveres e compromissos individualmente assumidos pelo Administrador(a) Executivo(a).

Os critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) decorrem da aplicação da Política de Remuneração e Compensação aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Vencimentos.

No ano de 2020 a Política de Remuneração e Compensação foi aprovada na Assembleia Anual de 30 de abril e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

26. Disponibilidade dos membros do Conselho de Administração

A informação relativa aos cargos exercidos noutras empresas dentro e fora do grupo pelos(as) Administradores(as) em funções, bem como outras atividades relevantes desempenhadas no decurso do exercício, encontra-se descrita no Anexo I ao presente Relatório.

c. Comissões no seio do Conselho de Administração

27. Identificação das Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Foram constituídas pelo Conselho de Administração as seguintes comissões: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Finanças, Comissão de Nomeação e Comissão de Remuneração.

Os regulamentos de funcionamento destas Comissões podem ser consultados no endereço eletrónico da Sociedade: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

Por iniciativa do Conselho de Administração em mandato anterior foi constituída a Comissão de Ética, a qual tem competências específicas na promoção do Código de Ética e de Conduta da Sociedade, o qual pode ser consultado em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

27.1 Delegação de competências na Comissão Executiva

A Comissão Executiva dispõe de todos os poderes de gestão corrente da Sociedade nos termos da delegação efetuada pelo Conselho de Administração.

A deliberação de delegação na Comissão Executiva efetuada pelo Conselho de Administração exclui as seguintes matérias, que se mantêm na competência exclusiva deste órgão:

- Eleição do(a) Presidente do Conselho de Administração;
- Cooptação de administradores(as);
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Aprovação, nos termos da lei, do Relatório e Demonstrações Financeiras;
- Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela Sociedade;
- Deliberações sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- Deliberações sobre projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade;
- Aprovação da estratégia de gestão do portfólio de negócios e respetivas políticas;
- Aprovação do orçamento anual da Sociedade e do plano financeiro de negócios do Grupo e de qualquer alteração significativa a este.

28. Composição da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída por membros do Conselho de Administração e tem a seguinte composição:

Equipa de Gestão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, CEO

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores, CFO

28.1. Funcionamento da Comissão Executiva

A Comissão Executiva reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que qualquer um dos seus membros a convoque por escrito, com a antecedência mínima de três dias antes da data da reunião. Para que a Comissão Executiva delibere validamente, é necessária a presença ou representação dos seus membros. As informações sobre os temas a discutir na

reunião são disponibilizadas à Comissão Executiva até 7 dias antes da realização da respetiva reunião, e os documentos de apoio até 2 dias antes da mesma.

A Comissão Executiva elabora e apresenta um resumo, em português e inglês, das principais deliberações por si tomadas, incluindo tais documentos na informação preparatória de cada reunião do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva pode constituir comissões internas, que funcionarão na sua dependência, para o acompanhamento de matérias específicas.

A Comissão Executiva pode, sempre que o entenda conveniente, submeter à apreciação do Conselho de Administração qualquer matéria incluída no âmbito da sua competência.

As deliberações da Comissão Executiva, assim como as convocatórias das respetivas reuniões, são disponibilizadas aos demais membros dos órgãos sociais, nomeadamente aos(às) Administradores(as) Não Executivos(as) e ao(à) Presidente do Conselho Fiscal.

No cumprimento do seu dever geral de assegurar o acesso a informação completa e adequada visando a correta avaliação do seu próprio desempenho, a Comissão Executiva está adstrita à apresentação de um reporte periódico da sua atividade aos demais membros dos órgãos sociais, devendo apresentar resposta às questões por aqueles colocadas, de forma tempestiva e completa, bem como adotar medidas aptas a facilitar o exercício das competências legais e estatutárias aos mesmos atribuídas.

Os membros da Comissão Executiva, tal como todos os membros do Conselho de Administração, deverão obter a prévia autorização do Conselho de Administração, mediante parecer da Comissão de Nomeação, previamente à aceitação do exercício de cargos sociais ou outras atividades significativas em entidades que não integrem o grupo Sonae, com exceção daquelas para que exista autorização prestada pela Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com os princípios adotados pela Sociedade nos procedimentos destinados à prevenção de conflito de interesses.

As atas da Comissão Executiva são registadas no respetivo livro.

No exercício de 2020, realizaram-se 26 (vinte e seis) reuniões da Comissão Executiva, e a taxa de comparência nas reuniões da Comissão Executiva foi de 100%.

29. Comissões e Assessorias do Conselho de Administração



Comissão de Auditoria e Finanças ("CAF")

Função

A CAF é uma comissão designada pelo Conselho de Administração, composta maioritariamente por Administradores(as)

Não Executivos(as) Independentes, cujo funcionamento se encontra estabelecido no Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

A CAF é responsável por apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e avaliação da atividade da Comissão Executiva numa perspetiva de supervisão das competências de gestão da Sociedade delegadas, não se sobrepondo às funções e responsabilidades do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização.

A CAF reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade.

As responsabilidades atribuídas à CAF, enquanto comissão do Conselho de Administração, são as seguintes:

- a) acompanhamento e análise das demonstrações financeiras anuais e intercalares e dos documentos de divulgação de resultados e relato as suas conclusões dirigidas ao Conselho de Administração, em suporte ao processo de aprovação de contas por este órgão;
- b) apoio ao Conselho de Administração na preparação dos seus relatórios dirigidos aos(as) acionistas e aos mercados financeiros, a serem divulgados nas Demonstrações Financeiras anuais e semestrais da Sociedade, bem como nas divulgações de resultados trimestrais;
- c) aconselhamento do Conselho de Administração, integrando a avaliação e recomendações formuladas pelo Conselho Fiscal, sobre a adequação e qualidade da informação fornecida pela Comissão Executiva, e os sistemas e normas de controlo interno e gestão de riscos aplicados pela Sociedade;
- d) acompanhamento da atividade da auditoria interna em sintonia com os planos validados pelo Conselho Fiscal, e formulação de conclusões a serem dirigidas ao Conselho de Administração;
- e) avaliação dos procedimentos operacionais dirigidos à monitorização do controlo interno, da gestão eficiente dos riscos, prevenção de irregularidades, tempestiva circulação de informação, fiabilidade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, e respetiva formulação de conclusões a serem dirigidas ao Conselho de Administração;
- f) assegurar o fluxo regular de informação entre os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e colaboradores(as) da Sociedade para avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da Sociedade, incluindo, designadamente as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões da Comissão Executiva, bem como quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos;
- g) assegurar a interação com o Conselho Fiscal, incluindo a tempestiva troca de informações e documentação entre os dois órgãos, designadamente no que se refere às linhas estratégicas e política de risco estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- h) zelar pela observância das políticas e recomendações de Governo Corporativo adotadas pela Sociedade;
- i) zelar pela observância das normas de relato financeiro adotadas pela Sociedade;
- j) acompanhamento da divulgação de rácios financeiros formais e informais relativos Sociedade, incluindo relatórios publicados por agências de rating;
- k) receber e comunicar ao Conselho de Administração comunicação emitida por qualquer administrador participando uma situação de potencial conflito de interesses ou limitação à independência nos termos da em cumprimento da política interna de conflito de interesses;
- l) emitir parecer sobre transações de relevância significativa realizadas pela Sociedade com partes relacionadas nos termos das regras estabelecidas neste Regulamento e em consonância com o Conselho Fiscal.

Os termos de referência da Comissão de Auditoria e Finanças regulamentam o exercício das suas funções e o respetivo calendário anual de atividades e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

Composição

A CAF é constituída por sete membros designados pelo Conselho de Administração, sendo todos eles(as) Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes. A Comissão de Auditoria e Finanças tem a seguinte composição:

Comissão de Auditoria e Finanças

| | |
|---|-----------------------------|
| José Manuel Neves Adelino | Presidente – Não Executivo* |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Não Executivo |
| Margaret Lorraine Trainer | Não Executiva Independente |
| Marcelo Faria de Lima | Não Executivo Independente |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | Não Executivo |
| Fuencisla Clemares | Não Executiva Independente |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Não Executivo Independente |

*para detalhes adicionais quanto à qualificação de independência deste membro, conferir supra ponto 18.

Modo de Funcionamento

Esta Comissão reúne pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente, o Conselho de Administração, ou a Comissão Executiva considerem necessário.

São exaradas atas das reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos restantes membros do Conselho.

No exercício de 2020, realizaram-se 5 (cinco) reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, e a taxa de comparência foi de 100%.

Comissão de Nomeação (“CN”)

Função

A CN funciona em conformidade com disposto no Regulamento do Conselho de Administração competindo-lhe:

- identificação e avaliação da adequação de potenciais candidatos(as) com perfil ajustado ao desempenho de funções de membro do Conselho de Administração e das suas Comissões, nos termos da política interna de seleção e avaliação, em particular quando o Conselho de Administração exerce a faculdade de cooptação de membros ou quando é responsável por propor candidatos(as) para o exercício de funções de CEOs nas principais subsidiárias do Grupo Sonae;
- preparação de informação geral relativa a planos de sucessão, planos de contingência e gestão de talentos, dirigida quer a membros do Conselho de Administração, quer a outros(as) administradores(as) seniores do Grupo Sonae, e assegurar que o processo de nomeação e formação dos(as) candidatos(as) é devidamente conduzido;

- c) aconselhamento do Conselho de Administração na apreciação e aprovação prévia do exercício pelos membros do Conselho de Administração de cargos de administração ou exercício de outras funções ou atividades significativas em outras entidades externas ao Grupo não previamente autorizadas pela Assembleia Geral, na sequência de comunicação apresentada pelo(a) administrador(a) em cumprimento da política interna de conflito de interesses.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

Composição

A CN é constituída por 5 Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes e tem a seguinte composição:

Comissão de Nomeação

| | |
|---------------------------------------|---|
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Presidente do Conselho de Administração – Não Executivo |
| Margaret Lorraine Trainer | Não Executiva Independente |
| Marcelo Faria de Lima | Não Executivo Independente |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva | Não Executivo |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Não Executivo Independente |

Modo de Funcionamento

A CN reúne-se pelo menos uma vez por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CNR mantêm contacto através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2020, realizou-se 1 (uma) reunião da Comissão de Nomeação, e a taxa de comparência foi de 100%.

Comissão de Remuneração ("CR")

Função

A CR funciona em conformidade com disposto no Regulamento do Conselho de Administração competindo-lhe:

- atuar com o objetivo de assegurar que as políticas e as práticas remuneratórias refletem os objetivos estratégicos de longo prazo e os Valores da Sonae e que são compatíveis com a política de risco, tomando igualmente em consideração as condições de trabalho e de remuneração existentes no Grupo Sonae e no mercado;
- emitir parecer fundamentado dirigido Conselho de Administração relativamente à proposta de Política de Remuneração e de Compensação dos membros do Conselho de Administração apresentada pela Comissão Executiva, cabendo ao Conselho de Administração apresentar proposta para aprovação da Comissão de Vencimentos e subsequente submissão da proposta final na agenda da Assembleia Geral Anual para aprovação pelos(as) acionistas;

- c) receber, analisar e, em certos casos, apresentar, de acordo com o procedimento interno aprovado, as propostas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos da Sociedade em função da respetiva avaliação de performance, em conformidade com a Política de Remuneração e de Compensação, a serem aprovadas pela Comissão de Vencimentos;
- d) supervisionar as decisões tomadas pela Comissão Executiva relativas à remuneração dos(as) executivos(as) séniores que reportam diretamente à Comissão Executiva.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

Composição

A CR é constituída por 5 Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes e tem a seguinte composição:

Comissão de Remuneração

| | |
|---|---|
| Margaret Lorraine Trainer | Presidente – Não Executiva Independente |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | Não Executivo |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | Não Executivo |
| Fuencisla Clemares | Não Executiva Independente |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh | Não Executivo Independente |

Modo de Funcionamento

A CR reúne-se pelo menos uma vez por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CR mantêm contacto através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2020, realizaram-se 3 (três) reuniões da Comissão de Remuneração, e a taxa de comparência foi de 93%.

Comissão de Ética

O Código de Ética e de Conduta, estabelece normas de conduta de acordo com os princípios e valores do Grupo Sonae e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo, bem como por todos(as) os(as) colaboradores(as).

O Código de Ética e de Conduta aplica-se diretamente a todas as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Sonae, bem assim como define o quadro de valores e normas de conduta a observar pelas pessoas indicadas pela Sonae para integrar os órgãos sociais de sociedades ou entidades em que a Sonae participe, quer no âmbito do exercício dos respetivos deveres funcionais individuais, quer enquanto princípios éticos e normas de conduta a propor na elaboração ou atualização dos equivalentes normativos internos daquelas sociedades ou entidades.

O Código de Ética e de Conduta da Sonae é parâmetro de compromisso de conduta de entidades terceiras, contratadas por, ou atuando em nome da Sonae, nos casos em que esta possa ser responsabilizada pelas suas ações.

O Código de Ética e de Conduta, encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, tem como objetivos fundamentais:

- Partilhar os princípios que orientam a atividade das empresas Sonae e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos os(as) Colaboradores(as) e membros dos Órgãos Sociais e promover a adoção dos princípios e regras éticas e deontológicas pelos nossos(as) Parceiros(as);
- Promover e incentivar a adoção dos princípios de atuação e das regras comportamentais definidas neste Código de Ética e de Conduta, designadamente, os valores da empresa nas relações dos(as) Colaboradores(as) e Órgãos Sociais entre si, com a Sonae e com os restantes *Stakeholders*;
- Consolidar a imagem institucional da Sonae, que se caracteriza por Determinação, Dinamismo, Entusiasmo, Criatividade e Abertura.

Para além do Código de Ética e de Conduta, mantêm-se em vigor os regulamentos internos, já anteriormente em aplicação, relativos a procedimentos aplicáveis em matéria de independência e conflito de interesses e relativos a transações da Sociedade com partes relacionadas.

O Código de Ética e de Conduta é ativamente divulgado internamente aos(às) colaboradores(as). Em 2020, em continuidade com a prática anterior, foram disponibilizadas a trabalhadores(as) e membros dos órgãos sociais ações de formação interna sobre ética empresarial, a partir de uma plataforma de *e-learning*, abordando os processos de comunicação de desconformidades com o Código de Ética e de Conduta, esclarecendo as responsabilidades dos(as) colaboradores(as) e dos órgãos da empresa, e apresentando situações práticas relacionadas com os temas relevantes, tais como: conflitos de interesse, privacidade, confidencialidade e integridade da informação; relação com colaboradores(as); e relacionamento com fornecedores(as) e parceiros(as) de negócio.

A Comissão de Ética tem por missão:

- Fomentar a existência dos meios de divulgação do Código de Ética e de Conduta junto dos(as) seus(as) destinatários(as);
- Apreciar e responder a questões que lhe sejam submetidas pelos membros dos Órgãos Sociais das sociedades do Grupo, bem como as que, sendo da sua competência, lhe sejam remetidas por Colaboradores(as), parceiros(as) ou terceiros, endereçando as recomendações que entender adequadas à natureza do caso;
- Verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observem as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre participantes;
- Propor ao Conselho de Administração, após consulta da Comissão Executiva da Sonae, a aprovação de alterações ao Código de Ética e de Conduta, sempre que entenda adequado;
- Emitir, de sua iniciativa ou após solicitação de membros dos Órgãos Sociais ou Colaboradores(as), esclarecimentos sobre a interpretação de alguma disposição do Código de Ética e de Conduta;
- Rececionar e avaliar e encaminhar para os respetivos Órgãos Sociais responsáveis, as irregularidades transmitidas fundamentadamente à Comissão de Ética, sempre que as mesmas, no seu entendimento, indiquem a existência de violação de regras deste Código de Ética e de Conduta;
- Encaminhar para o Conselho Fiscal as participações rececionadas que indiquem a prática de irregularidades nos termos da al. j) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais;
- Regular o seu funcionamento e reportar periodicamente a sua atividade ao Conselho de Administração e às entidades a quem o reporte seja devido, nos termos da lei ou do modelo de governo adotado.

A comunicação com a Comissão de Ética deverá ser para o endereço eletrónico da Comissão de Ética:

comissaoetica@sonae.pt

A Provedoria tem a competência para receber e reencaminhar as participações que envolvam colaboradores(as), clientes ou fornecedores(as) e outros(as) prestadores(as) de serviços.

Para além das comunicações com empresas envolvidas, o(a) Provedor(a) efetua reporte semestral ao Conselho Fiscal do conjunto das participações recebidas.

As comunicações dirigidas ao(à) Provedor(a) poderão ser realizadas para o seu endereço eletrónico: provedoria@sonae.pt.

Composição

Comissão de Ética

| | |
|--|---|
| José Manuel Neves Adelino (Presidente) | Administrador Não Executivo Sénior ("Lead Director") |
| João Gunther Amaral | Diretor de Recursos Humanos |
| Pedro Cupertino Miranda* | Provedor |
| Luzia Gomes Ferreira | Diretora de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo |
| David Graham Shenton Bain (Secretário) | Diretor de Governo Societário |

* Marta Cordeiro Cunha foi eleita Provedora a 10 de novembro de 2020.

Modo de Funcionamento

A Comissão de Ética reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros da Comissão de Ética mantêm contacto através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2020, realizaram-se 2 (duas) reuniões da Comissão de Ética, e a taxa de comparência foi de 100%.

Diretor(a) de Governo Societário ("DGS")

As principais responsabilidades do DGS são:

- Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas Comissões;
- Participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas Comissões, intervindo como membro sempre que seja nomeado(a) como tal;
- Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas Comissões;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais;
- Organizar as avaliações realizadas pelo Conselho de Administração;
- Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades;
- Apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades;
- Acompanhar os procedimentos estabelecidos pelo Conselho de Administração que visam assegurar que os "Stakeholders" (detentores de interesses na Sonae) e os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- Acompanhar o procedimento de nomeação e eleição de Administradores(as), garantindo que este é realizado apropriadamente, e prestar apoio na cooptação de novos(as) Administradores(as);

- Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores(as) Não Executivos(as) no que diz respeito à Sonae e às suas atividades;
- Facilitar e apoiar os Administradores(as) Não Executivos(as) independentes na afirmação da sua independência;
- Ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- Participar, em nome da Sonae, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

Secretário/a da Sociedade

O(a) Secretário(a) da Sociedade tem as seguintes competências:

- Zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- Enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- Responder a pedidos de informação dos(as) acionistas nos termos da lei;
- Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sonae.

29.1. Síntese da atividade desenvolvida pelas Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019 foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o novo mandato 2019-2022.

Na sequência dessa eleição, em maio de 2019 o Conselho de Administração constituiu a Comissão Executiva e as comissões internas de suporte à sua atividade.

Os (as) Administradores (as) Não Executivos (as) exerceram, de forma autónoma e permanente, a supervisão da atividade da Comissão Executiva, intervieram no processo de tomada de decisões estratégicas e estruturantes, nomeadamente na definição da estratégia corporativa e das principais políticas, incluindo a política de gestão risco, acompanhando o respetivo cumprimento, bem como participaram na elaboração e na divulgação das demonstrações financeiras nos termos descritos no ponto 55.

Os (as) Administradores (as) Não Executivos (as) desenvolveram a sua atividade quer enquanto membros do Conselho de Administração, quer enquanto membros das comissões especializadas de suporte à atividade do Conselho de Administração, cuja composição integraram nos termos do descrito no ponto 29 supra.

A Comissão Executiva, no decurso de 2020, foi responsável pela gestão quotidiana da Sociedade, acompanhando a atividade dos negócios no âmbito da delegação de poderes que lhe foram atribuídos pelo Conselho de Administração, e executou as decisões estratégicas e a implementação das políticas aprovadas.

A Comissão Executiva reportou ao Conselho de Administração e aos demais órgãos e entidades fiscalizadoras a atividade desenvolvida ao longo do exercício social, disponibilizando informação sobre o teor das deliberações tomadas e as principais ações desenvolvidas para a concretização das suas competências e deveres e para cumprimento da estratégia e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Ética exerceu as suas competências, supervisionou as ações de divulgação do Código de Ética e de Conduta, analisou as questões que lhe foram submetidas pelos órgãos e funções competentes emitindo pareceres e reportando a sua atividade ao Conselho de Administração.

III. Fiscalização

a. Composição

Conselho Fiscal

Maria José Martins Lourenço da Fonseca, Presidente

Daniel Bessa Fernandes Coelho, Membro

Manuel Heleno Sismeiro, Membro

Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes, Suplente

30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição

Nos termos estatutários, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui adicionalmente um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral de Acionistas.

Se a Assembleia Geral não eleger os membros do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração deve, e qualquer acionista pode requerer a sua nomeação judicial.

Se a Assembleia Geral não designar o(a) Presidente, o(a) mesmo(a) será designado pelos membros do Conselho Fiscal.

Se o(a) Presidente cessar funções antes do termo do mandato para que foi eleito, o Conselho Fiscal escolhe um(a) substituto(a) para exercer essas funções até ao termo do mandato.

Os membros do Conselho Fiscal que estejam temporariamente impedidos(as), ou cujas funções tenham cessado, serão substituídos(as) pelo(a) suplente.

O(A) suplente que substitua o membro cujas funções tenham cessado, mantém-se em funções até à primeira Assembleia Geral Anual, na qual as vagas devem ser preenchidas.

No caso de não ter sido possível preencher uma vaga de um membro devido a falta de suplentes eleitos(as), as vagas existentes, tanto dos(as) efetivos(as) como dos(as) suplentes, devem ser preenchidas através de uma nova eleição.

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros, composição que a Sociedade tem por adequada para assegurar a execução eficiente das funções que lhe estão cometidas nos termos da lei e do Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, considerando tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, cuja verificação e acompanhamento compete ao Conselho Fiscal.

O vogal do Conselho Fiscal Daniel Bessa Fernandes Coelho foi eleito pela primeira vez para a função de Presidente do Conselho Fiscal em 3 de maio de 2007, tendo sido reeleito, para novos mandatos, na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2011 e na Assembleia Geral de Acionistas realizada a 30 de abril de 2015 para um terceiro mandato compreendido no quadriénio 2015-2018.

Os restantes membros do Conselho Fiscal foram eleitos por Assembleia Geral de Acionistas de 30 de abril de 2015 para um primeiro mandato compreendido no quadriénio 2015-2018.

Na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019 todos os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos para o mandato 2019-2022.

32. Independência

A maioria dos membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. A Presidente do Conselho Fiscal é um membro independente, cumprindo-se, assim o disposto na al.c) do n.º 2 do Art.º 3ª da Lei 148/2017 de 9 de setembro.

O Conselho Fiscal realizou uma avaliação de independência dos seus membros, por referência ao exercício de 2020, através de declarações escritas emitidas individualmente.

33. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são divulgados no Anexo I a este Relatório.

b. Funcionamento

34. Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado na página de internet da Sociedade – <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples, tendo o(a) Presidente voto de qualidade, caso este órgão seja composto por número par de membros.

O Conselho Fiscal reúne pelo menos quatro vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros do Conselho Fiscal mantêm contacto através de comunicações à distância.

Em 2020, realizaram-se 20 (vinte) reuniões do Conselho Fiscal, com uma taxa de comparência de 100%, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas.

36. Disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal

A informação relativa aos cargos exercidos em simultâneo pelos membros do Conselho Fiscal noutras empresas, dentro e fora do grupo, bem com outras atividades relevantes exercidas, no decurso do exercício, encontram-se descritas no Anexo I ao presente Relatório.

c. Competências e funções

37. Intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a prestar pelo Auditor Externo.

Para o efeito, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita, desde logo:

- Plano anual de atividade do Auditor Externo;
- Acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões;
- Fiscalização da independência do Auditor Externo;
- Decisão sobre a autorização da prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação IPCG VII.2.1 iv e da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro;
- Avaliação da atividade anual desenvolvida pelo Auditor Externo para efeitos do cumprimento da Recomendação IPCG VII 2.3.

Na apreciação dos critérios que suportaram a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal verificou a presença das seguintes salvaguardas:

- que a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- que os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- que os outros serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, não constituem serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º da Lei n.º 140/2015;
- que os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- que o sistema de qualidade aplicado pela PWC (controlo interno), de acordo com a informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

38. Outras funções dos membros dos órgãos de fiscalização

38.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Sociedade e tem por principais competências:

- i. Fiscalizar a administração da Sociedade;
- ii. Vigiar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adotadas;
- iii. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- iv. Verificar, de acordo com o seu juízo valorativo, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- v. Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, acompanhando o processo de preparação e divulgação de informação financeira, e apresentando recomendações visando assegurar a integridade da mesma;
- vi. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;

- vii. Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora dirigido aos(as) acionistas, nele incluindo a descrição da atividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detetados e dar parecer sobre o relatório e contas, bem como sobre as propostas apresentadas pela administração;
- viii. Convocar a Assembleia Geral, quando o(a) Presidente de Mesa não o faça e o devesse fazer;
- ix. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- x. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores(as) da Sonae ou outros;
- xi. Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos que lhe são cometidos e a situação económica da Sociedade;
- xii. Fiscalizar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pelo órgão de administração, designadamente incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios de forma devidamente documentada e comunicada;
- xiii. Representar a Sociedade junto do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, aprovar os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas, propor à Assembleia Geral a nomeação e destituição do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como aprovar a sua remuneração, proceder à avaliação da atividade desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa e o primordial destinatário dos seus relatórios, com salvaguarda dos deveres e competências que assistem, nesta matéria, ao órgão de administração;
- xiv. Fiscalizar o processo de revisão de contas dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- xv. Fiscalizar a existência e manutenção da independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo;
- xvi. Aprovar previamente a prestação de serviços de auditoria, bem como os serviços distintos a prestar pelo Auditor Externo e aprovar a respetiva remuneração, assegurando que a respetiva prestação de serviços é permitida por lei, não ultrapassa limites razoáveis e não prejudica a independência do Auditor Externo;
- xvii. Emitir parecer específico e fundamentado que sustente a decisão de não rotação do Auditor Externo, ponderando as condições de independência do Auditor Externo naquela circunstância e as vantagens e custos da sua substituição;
- xviii. Supervisionar a atividade desenvolvida pela auditoria interna;
- xix. Emitir parecer prévio sobre transações com partes relacionadas e analisar o reporte semestral às mesmas referente nos termos da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em cumprimento dos artigos 249.º-A a 249.º-D do Código dos Valores Mobiliários;
- xx. O órgão de fiscalização está adicionalmente adstrito ao cumprimento dos deveres e competências estabelecidos na Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, concretizando a transposição da Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa às contas anuais e consolidadas e assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público, designadamente os decorrentes do art.º 3º do decreto preambular e do art.º 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria;
- xxi. Cumprir as demais atribuições decorrentes para si, impostas por lei ou pelos Estatutos da Sociedade.

Para execução das suas competências, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui:

A – Acompanhamento da atividade da Sociedade e interfaces com a Comissão Executiva e o Conselho de Administração através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, nomeadamente nas seguintes perspetivas:

- Avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno, gestão de risco e *compliance*, pronunciando-se, caso entenda, sobre a política de risco e linhas estratégicas de que lhe tenha sido dado conhecimento pelo Conselho de Administração, incluindo em momento anterior à sua aprovação final;
- Avaliação dos documentos de prestação de contas e divulgação de informação financeira;
- Emissão de pareceres e recomendações.

B - Supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, incluindo *compliance*, com o seguinte âmbito:

- Plano anual de atividade;
- Receção de reporte periódico da atividade desenvolvida;
- Avaliação dos resultados e conclusões apuradas;
- Aferição da existência de eventuais irregularidades e análise de participações de irregularidades que lhe tenham sido encaminhadas;
- Emissão das diretrizes entendidas por convenientes.

C- Informação sobre irregularidades:

Acompanhamento semestral da atividade desenvolvida pelo(a) Provedor(a), com aprovação dos procedimentos de receção, tratamento de reclamações e apreciação crítica da sua gestão.

O Conselho Fiscal é, ainda, recetor das participações de irregularidades, em conformidade com a al. j) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, que lhe tenham sido dirigidas diretamente ou que tenham sido endereçadas à Comissão de Ética ou a outro órgão.

38.2. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

- i. Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- ii. Sempre que achar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito;
- iii. Verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na Certificação Legal de Contas e no Relatório de Auditoria;
- iv. Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;
- v. Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;

- vi. Verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações e a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;
- vii. Atestar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Desde 1 de janeiro de 2016, a atividade e serviços do Revisor Oficial de Contas enquadram-se nas disposições do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

IV. Revisor Oficial de Contas

39. Identificação

O Revisor Oficial de Contas da Sonae é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA representada a 31 de dezembro de 2020, pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia.

40. Permanência de Funções

O Revisor Oficial de Contas foi eleito inicialmente na Assembleia Geral Anual de 3 de maio de 2018, até ao termo do mandato findo em 2018, sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal, para o efeito, organizou um processo de seleção alargado e instruído nos termos da al. f) do n.º 3 do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 que culminou na proposta apresentada à referida Assembleia Geral.

A proposta apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral Anual de 3 de maio de 2018 encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019 o Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA representada pelo revisor oficial de contas Herminio António Paulos Afonso ou pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia, foi reeleito para o mandato 2019-2022 sob proposta do Conselho Fiscal.

41. Outros serviços prestados à Sociedade

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA exerce as funções de Auditor Externo, não tendo o Revisor Oficial de Contas prestado outros serviços à Sociedade.

V. Auditor Externo*

42. Identificação

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do art.º 8.º do Código dos Valores Mobiliários é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, representada a 31 de dezembro de 2020 por António Joaquim Brochado Correia (ROC n.º 1076).

* Designado "Auditor" nos termos do Regulamento (UE) nº 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014.

43. Permanência de Funções

O Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, foi designado inicialmente na Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2018, sob proposta do Conselho Fiscal. O sócio revisor oficial de contas que o representa no exercício das suas funções foi designado em 2018 na sequência da referida eleição e permanece em funções na sequência da reeleição do Revisor Oficial de Contas verificada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal adotou o princípio recomendado relativamente à rotação do Auditor Externo. Em conformidade, a não rotatividade no final de dois mandatos de quatro anos apenas poderá ocorrer por motivos excecionais, se, após ter efetuado uma avaliação criteriosa e ponderada, tiver concluído que a manutenção em funções para além do referido período não colide com a salvaguarda da independência do Auditor Externo e, uma vez satisfeito este requisito prévio, que a ponderação entre os custos e os benefícios da sua substituição aconselhe a sua manutenção em funções e que se encontram reunidas as condições estabelecidas nos n.ºs 4 e 5 do art.º 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

Desde 1 de janeiro de 2016 que a duração de mandatos passou a sujeitar-se às regras estabelecidas no art.º 54.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos seus trabalhos ao longo do exercício social, pondera e aprova antecipadamente o âmbito e a remuneração dos trabalhos adicionais por aquele a prestar e procede, anualmente, a uma avaliação global da performance e das condições de exercício da atividade do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46. Trabalhos adicionais, distintos dos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo e respetivo procedimento de contratação

Os serviços distintos dos serviços de auditoria contratados ao Auditor Externo, para a Sociedade e para as sociedades do Grupo Sonae, contaram com autorização prévia do Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

Adicionalmente foram observadas as seguintes salvaguardas:

- A contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, não constituem serviços proibidos, nos termos do n.º 8 do artigo 77.º da Lei n.º 140/2015;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;

- Os honorários pagos pela Sonae ao Auditor Externo, em Portugal, representaram menos de 15% do total da sua faturação;
- O sistema de qualidade aplicado pela PWC (controlo interno), de acordo com informação por esta prestada, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

O Revisor Oficial de Contas dirigiu ao Conselho Fiscal, nos termos do número 6 do artigo 24º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, uma declaração de independência, onde são descritos os serviços prestados por si e por outras entidades, e as medidas de salvaguarda aplicadas, as quais foram apreciadas pelo Conselho Fiscal.

47. Remuneração paga ao Auditor Externo

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, sob proposta do Conselho Fiscal, e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

| Remuneração paga pela Sociedade | 2019* | | 2020* | |
|-------------------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| Auditoria e Revisão Legal de Contas | 52.275 | 100% | 67.100 | 100% |
| Total | 52.275 | 100% | 67.100 | 100% |

*valores em euros

| Remuneração paga por entidades que integram o Grupo** | 2019* | | 2020* | |
|---|------------------|-------------|----------------|-------------|
| Auditoria e Revisão Legal de Contas | 562.926 | 55% | 676.544 | 82% |
| Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade | 147.140 | 14% | 66.000 | 8% |
| Consultoria Fiscal | 13.575 | 1% | 67.020 | 8% |
| Outros Serviços | 311.590 | 30% | 20.350 | 2% |
| Total | 1.035.231 | 100% | 829.914 | 100% |

*valores em euros.

**Sociedades em relação de domínio ou de grupo.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo-se a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação na Assembleia Geral de Acionistas.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na Assembleia Geral.

II. Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades

Os valores e princípios da Sonae, difundidos e enraizados na cultura dos(as) seus(suas) colaboradores(as), assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados na página da Sonae na Internet – <http://www.sonae.pt/pt/sonae/cultura>.

As participações de irregularidades poderão ser enviadas, por escrito, à atenção do Conselho Fiscal para o seguinte endereço: Lugar do Espido, Via Norte, 4470-157 Maia, conforme informação disponível na página de internet da Sociedade <http://www.sonae.pt/pt/contactos/>.

III. Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonae e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os(as) colaboradores(as) do Grupo, nos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de negócio e das empresas da Sonae, numa perspetiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Sustentabilidade, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efetiva dos riscos que podem afetar as organizações.

A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os(as) gestores(as) e colaboradores(as) da Sonae, e é apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, tanto ao nível da Sociedade como dos negócios, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal.

A função de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

51. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos da Sociedade

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de atividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de

trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

O Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças e do seu Grupo Consultivo de Gestão de Risco, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

52. Outras áreas funcionais com competências no controlo de risco

Cada uma das áreas funcionais do Grupo assume responsabilidades no controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções, nomeadamente, para além do Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, os departamentos de Assessoria Jurídica e de Governo Corporativo, Financeiro e Tesouraria, Fiscal, Recursos Humanos, Comunicação, Marca e Sustentabilidade, Relações Institucionais, Relações com Investidores e ABS.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos

Macroeconómico:

A Sonae está fortemente exposta tanto à situação económica portuguesa como, em geral, à situação económica global. Num cenário macroeconómico, verificando-se a desaceleração da atividade económica, e um aumento da dívida pública, privada e externa, bem como aumentos nas taxas de juros na zona do euro e/ou instabilidade política ou guerra, com consequente aumento do preço de *commodities*, a Sonae seria significativamente afetada.

A Sonae tem em curso várias iniciativas com o objetivo de mitigar este risco, nomeadamente através da internacionalização dos seus negócios, de uma gestão ativa do seu portefólio, de um constante aumento da proposta de valor de modo transversal em todos os seus negócios, de uma abordagem conservadora da alavancagem financeira e de uma diversificação das fontes de financiamento. Em 2020, e devido à pandemia de SARS-CoV-2, ficou cabalmente demonstrado que estas iniciativas permitem mitigar este risco dada a resiliência demonstrada pela Sonae ao longo do ano.

Concorrência:

Risco relacionado com a entrada de novos(as) concorrentes, consolidação no mercado, reposicionamento dos(as) atuais concorrentes ou com as ações que eles(elas) possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (atividade promocional, introdução de novos conceitos, inovações). A incapacidade para competir em áreas como o preço, gama de produtos e qualidade de serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros do Grupo. De forma a minimizar este risco, a Sonae efetua constante benchmarking das ações da sua concorrência e investe em novos formatos, negócios e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos(as) seus(suas) clientes uma proposta sempre inovadora.

Clientes:

Um fator fundamental de risco é a propensão dos(as) consumidores(as) a variarem os seus padrões de consumo, o que depende, sobretudo, de fatores sociais e económicos. Os(as) consumidores(as) alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e otimização da oferta e dos conceitos de negócio.

Para antecipar as tendências de mercado e do(a) consumidor(a), as Empresas do Grupo analisam regularmente informação sobre o comportamento do(a) consumidor(a), sendo ouvidos por ano mais de 400.000 clientes. A introdução de novos conceitos, novos produtos e novas tecnologias, é sempre testada em pilotos antes de ser implementada em todas as unidades. O Grupo também aloca parte significativa do seu investimento anual à modernização das lojas e dos centros comerciais, bem como ao lançamento de serviços baseados em sistemas de informação (incluindo sites transacionais) por forma a garantir a sua atratividade e a acompanhar os desafios do ritmo de inovação tecnológica. Também neste capítulo,

a Sonae demonstrou uma grande agilidade no ano de 2020, ao adaptar lojas, gamas, horários, serviços e canais para ir de encontro às alterações de padrão de relacionamento com os seus clientes provocadas pela pandemia e pelas medidas de distanciamento social adotadas.

Marca:

A Sonae e as suas filiais são titulares de várias marcas de elevado valor, sendo este um dos seus principais ativos. Os riscos associados às marcas advêm de impactos negativos na sua reputação e imagem resultantes de acontecimentos extraordinários. O Grupo monitoriza regularmente o valor das suas marcas, os seus atributos e a sua notoriedade, através da realização sistemática de estudos de clientes, barómetros de empresas especializadas, entre outros estudos de mercado. Efetua ainda o acompanhamento permanente da reputação das marcas, nomeadamente, através da análise de notícias e artigos de opinião, entre outros formatos publicados ou emitidos na comunicação social e nas redes sociais. As marcas da Sonae recebem regularmente prémios nacionais e internacionais, os quais reconhecem a excelência dos produtos/serviços, dos processos de negócio e das suas inovações.

Riscos dos ativos físicos:

Em 2020 foram conduzidas auditorias de prevenção e segurança em diferentes locais. Nas principais unidades, efetuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, normalmente com a presença das autoridades e serviços de segurança pública. Deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento e implementação dos padrões de segurança e dos respetivos processos de monitorização e autoavaliação de risco (Control Risk Self Assessment).

Riscos de Segurança das Pessoas:

A segurança e saúde dos(as) nossos(as) colaboradores(as) é um aspeto central da nossa gestão. São desenvolvidas, anualmente, várias iniciativas e ações, nomeadamente formativas, no âmbito da temática de Saúde e Segurança no Trabalho, que visam reforçar o compromisso e envolvimento de todos(as) os(as) colaboradores(as) com a prevenção e a redução dos riscos profissionais, bem como a promoção de hábitos saudáveis que contribuam para o bem-estar físico e psicológico do(a) colaborador(a).

Apostamos ainda numa cultura de zero acidentes, assegurando as condições necessárias para que as nossas unidades sejam ambientes seguros e saudáveis.

O ano de 2020 foi especialmente marcado pela Gestão de Crise da COVID-19 através da criação de um Comité de Crise constituído pelos Grupos Consultivos de Recursos Humanos e de Gestão de Risco, com o objetivo de garantir o alinhamento corporativo, o estabelecimento de uma linguagem comum de risco, a partilha e a aprendizagem de boas práticas.

Riscos de continuidade do negócio:

Continuaram a ser desenvolvidos projetos e programas com o objetivo de garantir a continuidade das operações, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e de catástrofes, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de resiliência, emergência, contingência e de recuperação dos negócios e dos sistemas de informação.

Riscos Ambientais:

No que se refere aos riscos ambientais, foram obtidas várias certificações ambientais, incluindo a certificação do sistema de gestão ambiental corporativo segundo a norma ISO 14001 pela Lloyds Register Quality Assurance, assim como prosseguidas as auditorias e implementadas as ações de melhoria no âmbito dos processos de Gestão Ambiental das

empresas Sonae.

As unidades certificadas servem como modelo para a implementação das melhores práticas nas restantes instalações, numa filosofia de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

Em 2020, deu-se continuidade à implementação de medidas de eficiência ambiental, focados na redução do consumo de eletricidade, o aumento da percentagem de reciclagem de resíduos, a melhoria da eficiência na utilização da água, bem como a redução do plástico.

Riscos de Projetos:

Os riscos dos processos críticos de negócio e dos principais projetos de mudança, nomeadamente a implementação de novos processos e os principais projetos de mudança dos sistemas de informação, foram avaliados e monitorizados, quer no âmbito da atividade específica de Gestão de Risco quer no âmbito da atividade de Auditoria Interna.

Riscos seguráveis:

No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), prosseguiu-se um objetivo de racionalização, quer pela correta adequação da estrutura financeira aos valores dos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios abrangidos, quer pela intenção de ganhar ainda mais massa crítica nos tipos de risco abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitetura foi melhorada pela otimização do programa de seguros ao nível das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efetiva gestão de seguros a nível mundial, através da Brokers Link, a rede mundial de corretores de seguros coordenada pela MDS, o consultor de seguros da Sonae.

Riscos de informação, proteção de dados pessoais e de cibersegurança:

Os sistemas de informação dos negócios da Sonae caracterizam-se por serem abrangentes, heterogéneos e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias ações de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e integridade dos dados de negócio, nomeadamente a implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infraestrutura de rede, controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e reforço dos mecanismos de proteção do perímetro da rede, realização de testes de intrusão aos sites na Internet e proteção de dispositivos móveis e computadores.

Ao longo de 2020, focámos a nossa atividade na consolidação dos processos desenvolvidos para garantir o cumprimento legal do RGPD, promovendo a sua melhoria contínua no sentido de se alcançar um maior nível de maturidade. Entre as atividades realizadas, destacamos a atualização dos registos de atividades de tratamentos, a melhoria do processo de resposta ao exercício de direitos, procurando sermos ainda mais transparentes com os(as) nossos(as) clientes, a análise, avaliação e redação de documentação legal, em matéria de proteção de dados pessoais, e as ações de sensibilização e *awareness* às diferentes áreas de negócio. Cabe ainda salientar a realização de ações relativas à monitorização e controlo das atividades de proteção de dados pessoais, entre as quais salientamos o cumprimento dos pedidos de exercício de direitos, a avaliação das violações de dados pessoais, a resposta aos contactos da autoridade de controlo, a elaboração de conteúdos formativos e a redação de pareceres e recomendações.

No que diz respeito à gestão dos ciber riscos foram desenvolvidas diversas atividades, consolidando-se o modelo de governo de cibersegurança suportado pelas melhores práticas internacionais, tendo sido iniciado, paralelamente, o processo de revisão das principais políticas de segurança e definição do processo de gestão de risco cibernético, articulando com várias empresas Sonae.

Na componente de mitigação de riscos associados a comportamentos, foram desenvolvidas ações de sensibilização e

formação direcionadas para as principais ameaças impactantes para a atividade da Sonae, nomeadamente com foco nos riscos emergentes resultado da pandemia COVID-19 que colocou os(as) colaboradores(as) em trabalho remoto. Nesse respeito foram realizadas campanhas de *phishing* ético que permitiram avaliar o impacto das campanhas de sensibilização. Ainda na categoria de proteção, em 2020 foram reforçados os mecanismos de autenticação com a adoção de esquemas de duplo fator, realizaram-se atividades de consolidação e reforço dos mecanismos de proteção das infraestruturas tecnológicas do perímetro. A capacidade de deteção também foi reforçada com a adoção de um programa de auditorias de segurança contínuas. Mantiveram-se ainda as auditorias aos processos de gestão e governo dos sistemas de informação com o objetivo de identificar e corrigir potenciais não conformidades.

De forma preventiva foi realizado um trabalho sistemático de correção de vulnerabilidades, melhorando os principais indicadores externos de cibersegurança da Sonae, rating Bitsight, relativamente ao ano anterior.

Riscos Financeiros:

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos financeiros (detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae) que podem impactar o seu valor patrimonial. De modo sintético podemos agrupá-los por natureza:

1. Risco de Taxa de Juro
2. Risco da Taxa de Câmbio
3. Risco de Liquidez
4. Risco de Crédito
5. Risco de Preço e de Mercado
6. Risco de Capital

Em abstrato, entende-se por risco financeiro a possibilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, com impacto material nos resultados do Grupo. A Sonae procura, quando possível, controlar esta volatilidade com o intuito de proteger o seu valor patrimonial.

Tendo em consideração a múltipla natureza dos diversos negócios do Grupo não há uma política única para a gestão desses riscos. Existem princípios genéricos que emergem das práticas de boa gestão, mas é privilegiada uma abordagem individualizada e adaptada às características intrínsecas de cada negócio.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora e prudente. A Sonae não assume posições economicamente especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por único propósito o controlo de riscos aos quais o Grupo já se encontra exposto.

Pela natureza do seu negócio, o Grupo é particularmente ativo na cobertura do risco de taxa de câmbio que emerge, essencialmente, da atividade de *sourcing* internacional, consubstanciada em compras na sua maioria denominadas em dólares americanos. Estas operações são feitas, por regra, através da contratação de instrumentos financeiros derivados, com bancos de relação da Sonae e o objetivo de proporcionar estabilidade na tomada de decisão e negociação no processo de *sourcing* estabelecendo taxas de câmbio fixas. Apesar de a atividade ser menor, na gestão do risco de taxa de juro, sempre que são efetuadas coberturas, os procedimentos são idênticos. Algumas empresas do Grupo têm a sua operação em países cujas moeda funcional não é o Euro, cujo risco é gerido de acordo com as políticas definidas por cada um dos negócios.

Parte substancial dos recursos do Grupo são captados junto de Bancos de relacionamento e pontualmente nos mercados de capitais, pelo que a Sonae está, inevitavelmente, exposta à sua volatilidade intrínseca. De modo a garantir que, a todo o momento, o Grupo tem capacidade financeira para assegurar os seus compromissos, prossegue políticas de financiamento que recomendam o refinanciamento antecipado das necessidades do Grupo num horizonte temporal de 18 meses,

acrescidos de buffers prudenciais pré-determinados reduzindo, assim, o impacto de uma eventual disrupção abrupta nos mercados de financiamento na atividade corrente do Grupo. Em acréscimo, a Sonae procura diminuir o risco de liquidez, por meio de negociação de termos contratuais que reduzem a possibilidade de as contrapartes serem capazes de exigir unilateralmente o término antecipado do financiamento e tendo uma diversidade de contrapartes que lhe permita reduzir os impactos que eventuais acontecimentos específicos, num banco ou num país, possam ter na capacidade do Grupo em aceder a fundos, nos montantes e condições desejáveis.

Uma área que, fruto do crescimento dos canais de vendas dos diversos negócios do Grupo, tem vindo a ganhar peso nos últimos anos é a cobertura do risco de créditos dos seus clientes. Apesar de, em termos consolidados, este risco ser ainda relativamente pequeno, o aumento dos canais de wholesale e franchising dos vários negócios tem obrigado a Sonae a dar particular atenção à sua gestão quer através do estabelecimento de políticas adaptadas às características e natureza dos diversos negócios, definindo limites claros de risco por crédito, quer, e já no âmbito das próprias políticas, à transferência de parte desses riscos para terceiros através de seguros de crédito, garantias bancárias ou créditos documentários, entre outros instrumentos similares. Em acréscimo, o Grupo iniciou Comitês de Crédito individualizados por negócio, com uma participação multidisciplinar de forma a que o risco de incumprimento por parte dos(as) clientes seja mitigado e acompanhado de forma sistemática e atempada.

Ainda relativamente à gestão de risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura) ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae com vista à mitigação da probabilidade de incumprimento das obrigações, que passam, entre outras, pela execução de operações apenas com contrapartes que apresentem elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

O Grupo está exposto ao risco do preço das ações decorrente do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras estratégicas cotadas. Podem existir instrumentos financeiros derivados associados ao valor das participações cotadas do Grupo, sendo que estes riscos são acompanhados de forma recorrente até à sua maturidade.

Os objetivos de gestão da estrutura de capital (definido pela proporção entre capital próprio e dívida líquida) são a salvaguarda da capacidade do Grupo para assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno dos(as) acionistas e otimizar o custo de financiamento.

A política de gestão de riscos financeiros é determinada por cada um dos Conselhos de Administração, sempre com o apoio da equipa de Tesouraria e Finanças, sendo os riscos identificados e monitorizados em cada um dos departamentos financeiro e de tesouraria dos negócios. Desta forma é garantida uma abordagem consistente e agregada aos diversos riscos que, no fim, impactam o Grupo.

A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças e Tesouraria, na qual uma análise consolidada de risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são analisadas e revistas regularmente.

O sistema implementado assegura que, em cada momento, são adotadas as políticas apropriadas de gestão de riscos financeiros de forma a que estes não condicionem a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo Sonae.

Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios:

A Sonae e os seus negócios dispõem de assessorias legal e fiscal permanentes e dedicadas às especificidades da respetiva atividade, que funcionam na dependência da gestão e desenvolvem as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, por forma a assegurar, preemptivamente, a proteção dos interesses da Sociedade e dos negócios no

respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação de boas práticas.

As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada e participam em ações de formação e atualização, de iniciativa interna e externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação, de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Os processos em contencioso, em que a Sociedade é parte, encontram-se identificados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae.

As empresas Sonae estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e setoriais de cada mercado onde operam e que visam assegurar: a segurança e proteção dos(as) consumidores(as), a proteção de dados pessoais, os direitos dos(as) trabalhadores(as), a proteção do meio ambiente e o ordenamento do território, o cumprimento da regulamentação dos setores de atividade em que está presente e a manutenção de um mercado aberto e competitivo. Desta forma, estão naturalmente expostas ao risco de ocorrerem alterações regulatórias que possam condicionar a condução dos negócios e, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura do Grupo é de colaboração permanente com as autoridades, no respeito e observância das disposições legais. Essa colaboração assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais. A crescente internacionalização dos negócios da Sonae é afetada por riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país.

Riscos de Recursos Humanos:

O ano de 2020 foi inevitavelmente marcado pela pandemia. Foi um ano de incertezas e desafios, mas também de inovação, reinvenção e concretização. A prioridade da Sonae foi, desde o primeiro momento, a proteção da saúde de todos(as) os(as) seus(suas) colaboradores(as) e das suas famílias. Dada a realidade do grupo e os seus diferentes contextos de trabalho, foram tomadas medidas específicas, em função do contexto – lojas, entrepostos, escritórios. A Sonae disponibilizou a todos(as) os(as) seus(suas) colaboradores(as) o apoio permanente de equipas técnicas focadas na proteção da saúde de todos(as), que trabalham em estreita e permanente articulação com a Direção Geral de Saúde e garantiram a adoção de todas as recomendações e procedimentos sugeridos. Foram definidas normas de acesso a todos os edifícios, criadas restrições de viagens/deslocações (consideradas não essenciais), redesenhados formatos de trabalho, reforçadas todas as medidas de Saúde & Segurança assim como a limpeza de todos os espaços.

Cientes de que os desafios de atração, desenvolvimento e retenção de talento de elevado potencial não esmorecem e que a escassez de competências críticas é cada vez mais uma realidade, a Sonae continuou a apostar na implementação de programas orientados para jovens colaboradores(as) (Contacto, Future Leaders@ Retail), na revisão das políticas de remuneração, na gestão e na melhoria da performance e potencial dos(as) colaboradores(as) (Improving Our People), e no desenho de iniciativas de requalificação de funções (Qualifica) e no desenvolvimento de aceleradores de carreiras para colaboradores(as) de elevado potencial (Advanced Development Program).

A pandemia reforçou a, já inevitável, necessidade de agilidade e eficácia organizacional e permitiu explorar, de forma mais assertiva, as sinergias do grupo, contrariando o risco inerente à heterogeneidade de negócios e existência de estruturas organizacionais complexas e inflexíveis, que habitualmente impactam na tomada de decisões e conduzem à perda de oportunidades. Ao longo de 2020, a Sonae implementou, em poucas semanas, iniciativas que, num contexto normal, provavelmente demorariam meses. Essa agilidade e capacidade de reação permitiu-nos manter abertas todas as nossas lojas de retalho alimentar e eletrónica, adaptar as operações de comércio eletrónico dando rapidamente resposta às necessidades redobradas das famílias portuguesas, e assegurar a qualidade de serviço das nossas redes de telecomunicações. Foram encontrados novos parceiros e canais para garantir que a Sonae continuava a chegar a todos(as)

os(as) clientes, mesmo com lojas e centros comerciais fechados. Foram aceleradas novas soluções, reinventamos negócios e criamos novos modelos de negócio.

Em termos práticos, a Sonae desenvolveu várias iniciativas que sustentam o caminho face à criação de uma organização mais ágil e eficaz: desenvolvimento de projetos com equipas mistas e multidisciplinares, a aposta em soluções informáticas colaborativas, a digitalização de processos de recursos humanos, a redução dos silos organizativos e a implementação de metodologias Kaizen e Agile, o desenvolvimento de programas de formação para líderes, o reforço das políticas de trabalho flexível, a implementação de novos modelos de gestão de equipa, a remodelação de espaços de trabalho e a criação de maior proximidade com o Top Management (Sonae Talks). O Sonae Academy (centro de formação para colaboradores(as)) com o seu programa Sonae Management & Leadership orientado para a promoção de jovens talentos constitui uma iniciativa relevante.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor. A gestão e monitorização pela Sonae dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

- No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portfólio de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;
- Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;
- No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos físicos e das pessoas (riscos "técnico-operacionais"), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;
- A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e Tesouraria da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração;
- A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.











O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional que compreende nomeadamente o seguinte:

- Definição do enfoque de gestão de risco (dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);
- Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização (fontes de risco);

- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos dos negócios e da probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

Formação e desenvolvimento em Auditoria Interna e Gestão de Risco

1. No que respeita ao desenvolvimento das funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco, em 2020, a Sonae continuou a patrocinar alguns(algumas) colaboradores(as) que se candidataram à certificação internacional em programas promovidos pelo IIA (The Institute of Internal Auditors) – o Certified Internal Auditor (CIA), o Certification in Control Self Assessment (CCSA) e o Certified Information System Auditor (ISACA). No final de 2020, dispúnhamos de 44 certificações, distribuídas do seguinte modo:

| <u>Certificado</u> | | | <u>Instituto/Associação</u> | <u>#</u> |
|---|-----------|--|--|-----------|
|  CIA | CIA | Certified Internal Auditor | IIA – The Institute of Internal Auditors | 5 |
|  CCSA | CCSA | Certified in Control Self-Assessment | IIA – The Institute of Internal Auditors | 5 |
|  CISA | CISA | Certified Information System Auditor | ISACA – Information System Audit and Control Association | 4 |
|  ISO 27001 | ISO 27001 | Lead Auditor Certification | | 3 |
|  CISM | CISM | Certified Information Security Management | ISACA – Information System Audit and Control Association | 2 |
|  CRMA | CRMA | Certified Risk Management Assurance | | 3 |
|  CRISC | CRISC | Certified in Risk and Information System Control | ISACA – Information System Audit and Control Association | 2 |
|  CEH | CEH | Certified Ethical Hacker | | 1 |
|  SCP | SCP | Security Certified Program | ISACA – Information System Audit and Control Association | 1 |
|  COBIT 5 | COBIT 5 | | ISACA – Information System Audit and Control Association | 3 |
| - | | <u>Outras certificações</u> | | 15 |
| TOTAL | | | | 44 |

2. Considerando a importância da formação contínua e a existência de recursos internos certificados com conhecimentos e competências para promover ações de formação (alguns(algumas) dos(as) quais participam regularmente como formadores(as) em formações externas), foi criada a Academia de Auditoria Interna, assente nos seguintes vetores principais: elaboração de descritivos funcionais; portfólio de competências por função (técnicas e comportamentais); e percursos formativos por função. Em 2020 foram ministradas 13 sessões de formação, envolvendo equipas multidisciplinares e 670 horas de formação.

A Sonae é uma das organizações com maior número de colaboradores(as) certificados(as) em auditoria interna e gestão

de risco em Portugal. Em 2021, a Sonae continuará a patrocinar este importante programa de formação, desenvolvimento e certificação internacional dos(as) seus(suas) colaboradores(as) de auditoria interna e gestão de risco, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Ações implementadas em 2020

O ano de 2020 foi especialmente marcado pela Gestão da Crise COVID-19 através da criação de um Comité de Crise constituído pelos Grupos Consultivos de Recursos Humanos e de Gestão de Risco, com o objetivo de garantir o alinhamento corporativo, o estabelecimento de uma linguagem comum de risco, a partilha e a aprendizagem de boas práticas. Das principais atividades realizadas, destacamos a definição de um modelo de gestão de crise com 4 níveis de risco e respetivo plano de contingência, a definição de regras comuns entre os negócios a serem regulamentemente avaliadas e calibradas com base na evolução da avaliação de risco, a partilha de iniciativas e temas críticos.

Ainda no decorrer de 2020 demos continuidade ao exercício de Enterprise Wide Risk Management, dinamizado pela função corporativa de gestão de risco da Sociedade, a qual garantiu o alinhamento de metodologias, práticas e calendário de gestão de risco em todas as empresas Sonae.

No primeiro trimestre do ano, procedeu-se à identificação dos riscos da Sociedade, tendo por base o exercício EWRM de 2020, e à elaboração de um novo dicionário e de uma nova taxonomia de riscos. Ainda durante este período foi elaborado o questionário para suporte à avaliação dos riscos.

Durante o segundo trimestre, procedeu-se à avaliação de risco, atividade da responsabilidade da Comissão Executiva da Sonae. Após o preenchimento individual do questionário de avaliação, realizou-se uma sessão de calibração, que culminou na aprovação da matriz de risco da Sonae, a identificação dos riscos críticos e a nomeação dos respetivos donos.

No terceiro e quarto trimestres, foi desenvolvido um trabalho conjunto com cada "dono" do risco, onde foram identificadas e implementadas ações de mitigação e monitorizados os indicadores de risco. Estas atividades, ao nível de todas as empresas Sonae, foram suportadas numa ferramenta aplicacional, desenvolvida internamente e baseada no standard internacional COSO.

A Direção de Gestão de Risco continuou a dar suporte à gestão de risco nos principais projetos da organização, assim como na gestão de crise e nos planos continuidade de negócio.

55. Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores, quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno, no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira, inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrerem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Contabilistas Certificados de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelos departamentos de consolidação de contas dos serviços administrativos dos Centros Corporativos das sub-holdings e da holding. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae. Depois da aprovação, os documentos são enviados ao Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o

Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira;

- Todos(as) aqueles(as) que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.
- Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:
 - Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
 - Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado. Conforme determinado na Política Interna em matéria de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 2020 pelo Conselho de Administração com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, a este último são reportadas semestralmente todas as transações realizadas com partes relacionadas.
- Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.
- A Sonae adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:
 - Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações de anos anteriores, durante 2020, a Sonae continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
 - Análise de conformidade – O departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo, em cooperação com os departamentos ABS, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo Apoio ao Investidor

A Direção de Relações com Investidores é responsável por gerir a relação entre a Sonae e a comunidade financeira - atuais e potenciais investidores(as), analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação à empresa, através do fornecimento de informação relevante,

atualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a Sonae tem como regra informar, de forma imediata, os(as) seus(suas) acionistas e o mercado em geral sobre os factos relevantes da sua atividade, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

A Direção de Relações com Investidores prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das ações da Sonae. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as atividades da empresa, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Para além da existência da Direção de Relações com Investidores, toda a informação divulgada é disponibilizada na página de internet da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (<http://www.cmvm.pt>) e na página da Sociedade na Internet (<http://www.sonae.pt/pt/investidores/comunicados/>). Em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/> poderá ser encontrada a informação exigida pelo art.º 3.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, bem como informação de carácter geral sobre a Sonae, para além de outra informação considerada relevante e recomendada pelo Código de Governo da Sociedade IPCG 2018 (revisto em 2020), designadamente:

- Apresentações institucionais e outras apresentações da Sonae à comunidade financeira;
- Resultados trimestrais, semestrais e anuais referentes aos últimos cinco anos;
- Relatórios de Gestão;
- Relatórios sobre o Governo da Sociedade;
- Regulamentos Internos do órgão e administração e respetivas comissões e do órgão de fiscalização
- A identificação dos(as) responsáveis da Direção de Relações com Investidores, bem como os seus contactos;
- Descrição do desempenho do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- Informação relativa às Assembleias Gerais da Sociedade;
- Os calendários financeiros anuais, abrangendo Assembleias Gerais e a divulgação dos resultados anuais, semestrais e trimestrais.

De modo a garantir uma comunicação eficaz com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação fornecida, a Direção de Relações com Investidores organiza roadshows nos centros financeiros mais importantes e participa em diversas conferências. Um grande número de investidores(as) e analistas tem também a oportunidade de falar com os(as) gestores(as) de topo da empresa, na forma de sessões individuais ou audioconferências.

Qualquer interessado(a) pode contactar a Direção de Relações com Investidores através dos seguintes meios:

Patrícia Vieira Pinto

Diretor de Relação com Investidores

Tel: (+351) 22 010 47 24

E-mail: investor.relations@sonae.pt/ pavpinto@sonae.pt

Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal

Site: <http://www.sonae.pt>

A Sonae considera que, desta forma, assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos(as) acionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos(as) investidores(as).

57. Representante para as Relações com o Mercado

Como Representante para as Relações com o Mercado foi designada Luzia Leonor Borges e Gomes Ferreira, com os

seguintes contactos:

Tel: +351 220104706

E-mail: investor.relations@sonae.pt

Morada: Lugar do Espido, Via Norte, 4471-909 Maia Portugal

58. Pedidos de informação

No exercício de 2020, o Departamento de Relações com Investidores recebeu cerca de 644 pedidos de informação, quase o dobro do ano anterior, devendo-se este crescimento à incerteza gerada no mercado pela pandemia.

O prazo de resposta médio, sem prejuízo da complexidade da questão colocada poder excecionalmente determinar um prazo superior de resposta, foi de 1 dia útil.

V. Sítio de internet

59. Endereço

Endereço eletrónico da Sociedade: www.sonae.pt.

60. Local onde se encontra a informação mencionada no art.º 171.º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e em <https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/>.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> e <http://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financieira/dados-financeiros/>.

Calendário de Eventos Societários - <http://www.sonae.pt/pt/investidores/calendario-financieiro/>.

64. Local onde são divulgadas a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrônico - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrônico - <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos(as) dirigentes da Sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais e dirigentes em representação dos(as) acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos(as) acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração, composta por Administradores(as) Não Executivos(as), e já identificada supra no ponto 29, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações e identificação das pessoas singulares e coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores(as)

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, para integrar um mandato de quatro anos, com início em 2019 e termo em 2022. A Comissão de Vencimentos tem a seguinte composição:

Comissão de Vencimentos

Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva, Presidente

Francisco de La Fuente Sánchez

Ramon O'Callaghan

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente ao órgão de administração e a qualquer outro grupo de interesses.

A Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de benchmarking em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados pelos consultores de renome internacional Korn Ferry e Mercer, para assegurar que a Política de Remuneração e Compensação dos órgãos sociais anualmente submetida à consideração da Assembleia Geral, é adequada e consonante com os comparáveis de mercado.

No decurso da atividade por si desenvolvida no exercício social de 2020 a Comissão de Vencimentos não foi assessorada por quaisquer entidades contratadas.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria da política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos estão espelhadas nos elementos curriculares disponíveis em <http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, encontrando-se capacitados para o exercício das suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo, cada um deles, as adequadas competências para o exercício das suas funções.

O valor de remuneração fixa anual dos membros da Comissão de Vencimentos no exercício de 2020 foi o seguinte:

| Membros da Comissão de Vencimentos | 2019* | 2020* |
|---|---------------|---------------|
| Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva | 9.000 | 10.000 |
| Francisco de La Fuente Sánchez | 6.333 | 7.000 |
| Ramon O'Callaghan (1) | 4.667 | 7.000 |
| Total | 20.000 | 24.000 |

*valores em euros.

(1) Membro eleito em Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, tendo sido remunerado desde essa data.

No exercício de 2020, realizou-se 1 (uma) reunião da Comissão de Vencimentos, tendo a taxa de comparência sido de 100%.

III. Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização*

**Atualmente em cumprimento dos artigos 26-A a 26-F do Código dos Valores Mobiliários*

69.1. Princípios

A política de remuneração da Sonae está estruturada num equilíbrio entre diversos aspetos essenciais para a sustentabilidade do negócio e o desempenho dos(as) Administradores(as), nomeadamente:

- A comparação com as práticas de remuneração do mercado nacional e internacional, de forma a garantir a capacidade de atração, motivação e retenção de talento qualificado e com elevado nível de desempenho; as práticas de empresas comparáveis, incluindo outras unidades de negócio da Sonae que apresentem situações comparáveis;
- O compromisso, responsabilidade individual, experiência e desempenho de cada Administrador(a) Executivo(a) para a obtenção de resultados de curto e longo prazo, de acordo com a estratégia da empresa e respetiva sustentabilidade a longo prazo;
- O alinhamento com os princípios definidos na política de remuneração global da Sociedade;
- Uma gestão orientada para os interesses de longo prazo da empresa e dos acionistas, bem como para a adoção de comportamentos de ponderação dos riscos assumidos.

A política de remuneração constitui um instrumento formal que promove o alinhamento entre a equipa de gestão e os interesses dos(as) acionistas, na medida em que no conjunto das componentes remuneratórias, se encontra destacada a parte variável, cujo valor depende do desempenho individual e do desempenho da Sonae.

Adicionalmente, a política de remuneração incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada Key Performance Indicator (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

A política de remuneração dos órgãos estatutários da Sociedade é aprovada pelos(as) acionistas em Assembleia Geral. A Comissão de Vencimentos, composta integralmente por membros independentes é responsável pela apresentação da proposta da política de remuneração e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração, incluindo membros executivos e não executivos, e demais órgãos sociais da Sonae. Os membros da Comissão de Vencimentos são eleitos em Assembleia Geral, cabendo a este órgão a fixação da respetiva remuneração.

A Comissão de Remuneração apoia a Comissão de Vencimentos na fixação da remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as), apresentando-lhe propostas de remuneração sustentadas em informação relevante solicitada pela Comissão de Vencimentos.

No âmbito dos princípios que regem o governo societário, foram definidos princípios orientadores da política de remuneração.

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2020, aprovou a Política de Remuneração e Compensação que se rege pelos princípios a seguir descritos e que são consistentes com os anteriormente praticados:

- i) Competitividade e alinhamento com as melhores práticas globais e de empresas comparáveis, a nível nacional e internacional, sendo os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais definidos tendo em conta o perfil e currículo do membro dos órgãos sociais, a natureza das funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios;
- ii) Orientação para o desempenho, através da ligação entre a componente variável atribuída e o grau de desempenho, quer individual, quer coletivo;
- iii) Alinhamentos dos interesses dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com os interesses da Sociedade e dos(as) seus(suas) acionistas, através da fixação de um Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), o qual está condicionado pela evolução da cotação das ações e ajustado pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo, ao longo de um período de diferimento até ao seu vencimento;
- iv) Transparência, sendo todos os aspetos da estrutura remuneratória claros e divulgados abertamente interna e externamente através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet;
- v) Razoabilidade da política de remuneração e compensação, a qual pretende garantir um equilíbrio entre os interesses de longo prazo da Sonae, o posicionamento e as melhores práticas no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e a necessidade de retenção de talento.

A política de remuneração e compensação aplicável aos órgãos sociais e dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Caberá à Comissão de Vencimentos da Sonae avaliar a existência das situações excecionais que impliquem um afastamento da política de remunerações, desde que se verifiquem as situações dispostas no artigo 26.º-D CVM, e a necessidade de proteção dos interesses elencados no n.º1 do artigo 26.º-D CVM. No ano de 2020 não existiram situações derogatórias da aplicação da Política de Remuneração em vigor.

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 30 de abril de 2020, dando continuidade à política já anteriormente prosseguida de forma consistente, aprovou a Política de Remuneração e Compensação em vigor, tendo sido deliberado adicionalmente:

- a não atribuição de compensações aos(às) Administradores(as), ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer essa cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria;
- a não consagração de qualquer sistema específico de reforma, incluindo de reforma antecipada ou pensão complementar, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes;
- a remuneração dos(as) Administradores(as) da Sonae tem em consideração a ponderação do exercício de cargos em órgãos de administração noutras sociedades do grupo;
- a não celebração de contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

69.2. Competitividade da política remuneratória

O pacote remuneratório atribuído a Administradores(as) Executivos(as) é definido por comparação com o mercado, utilizando para o efeito estudos de mercado sobre pacotes remuneratórios de quadros de topo em Portugal e na Europa, procurando-se que, para situações comparáveis de mercado, a remuneração fixa se situe no valor mediano de mercado, a remuneração variável no terceiro quartil e a remuneração total entre a mediana e o terceiro quartil de mercado, correspondendo ao nível de posicionamento estabelecido para a política de remuneração de todos os colaboradores da Sociedade.

Qual é o nosso universo comparável /empresas pares?

- Na Sonae a política remuneratória é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e mercados europeus. Atualmente servem de referente os estudos de mercado da Mercer e Korn Ferry.
- Para a determinação dos valores de retribuição fixa referentes ao mercado global é considerada a mediana dos valores aplicável aos quadros de topo da Europa. Adicionalmente, e para efeitos remuneratórios é considerada a prática retributiva do universo de empresas pares que compõem o PSI-20.

69.3. Controlo dos Riscos relativos a remunerações

A Sonae procede anualmente a uma revisão da política remuneratória como parte do processo de gestão de risco, com vista a certificar-se que a política remuneratória se encontra em total conformidade com o perfil de risco desejado. No ano de 2020, não foram detetadas práticas de pagamento problemáticas que comportem riscos relevantes.

No desenho da política retributiva foi tida em consideração a necessidade de controlo de comportamentos que impliquem assunção de riscos excessivos, atribuindo uma relevância significativa, mas simultaneamente equilibrada, à componente variável, vinculando desta forma a remuneração individual ao desempenho coletivo.

Na Sonae existem procedimentos de controlo interno relativamente à política retributiva, com o objetivo de identificar potenciais riscos colocados pela própria política retributiva.

A estrutura da remuneração variável encontra-se desenhada de tal forma que desincentiva comportamentos de risco, na medida em que a remuneração se encontra ligada à avaliação de desempenho. A existência de KPIs objetivos permite que este método funcione como um mecanismo de controlo eficiente.

Os princípios que norteiam a Política de Remuneração e Compensação constam da proposta aprovada na Assembleia Geral

de 30 de abril de 2020 e disponível em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

69.4. Procedimento de aprovação da política remuneratória

A Comissão de Remuneração submete à consideração da Comissão de Vencimentos propostas de remuneração dos(as) Administradores(as) nos termos do procedimento interno aprovado, cuja descrição e calendarização de ações consta dos Termos de Referência da Comissão de Remuneração, disponível em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

| Mês | Ciclo do Processo |
|-----------------|---|
| Janeiro | Obtenção de estudos de mercado externos, relativos a tendências e previsão de práticas de remuneração. |
| Março | Reunião da Comissão de Remuneração (CR) em meados de março: Fecho das contas do ano anterior e preparação do ano em curso, revendo-se o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> - Processo de Avaliação Anual; - Proposta de Revisão da Política de Remuneração; - Propostas de atribuição de remuneração variável relativamente ao desempenho do exercício anterior, incluindo a componente diferida; - Propostas de remuneração fixa para o exercício corrente; - Proposals for variable remuneration target values for performance in the current year. Reunião da Comissão de Vencimentos em finais de março, após a reunião da Comissão de Remuneração. Fecho das contas do ano anterior e preparação do ano em curso, aprovando e decidindo o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> - Propostas de atribuição da remuneração variável relativamente ao desempenho do exercício anterior, incluindo a componente diferida; - Propostas de remuneração fixa para o exercício corrente; - Propostas de objetivo de remuneração variável relativa a desempenho do exercício corrente. |
| Abril | Assembleia Geral Anual de acionistas em finais de abril: Acionistas aprovam a Política de Remunerações proposta pela Comissão de Vencimentos |
| Maio | Reunião da Comissão de Vencimentos em inícios de maio Apenas se existirem alterações dos membros do Conselho de Administração após a Assembleia Geral de Acionistas |
| Junho a outubro | Reporte da Comissão de Remunerações: Atualização relativa aos objetivos fixados para o ano em curso, se necessário Reunião da Comissão de Vencimentos: Apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração |
| Novembro | Reunião da Comissão de Nomeação (CN): <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos objetivos fixados para o ano em curso (se necessário); - Acompanhamento das etapas relativas aos planos de atribuição de ações no âmbito da remuneração variável de médio prazo, e das respetivas ações retidas; - Revisão da Gestão de Talentos e dos planos de contingência e sucessão; - Revisão dos processos de nomeação (se necessário); - Revisão do plano de ações da Comissão de Nomeação e da Comissão de Remuneração para o ano seguinte; - Revisão da Política de Remuneração e Compensação, incluindo o plano de atribuição de ações. Reunião da Comissão de Vencimentos: Apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração. |
| Dezembro | Reporte da Comissão de Nomeação e Reporte da Comissão de Remuneração: Atualização da evolução do cumprimento dos objetivos relativamente ao ano em curso, caso seja necessário Reunião da Comissão de Vencimentos: Apenas se existirem alterações na composição do Conselho de Administração. |

70. Estruturação da Remuneração dos(as) Administradores(as)

70.1. Administradores(as) Não Executivos(as)

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, estabelecido tendo em conta os valores praticados no mercado segundo os seguintes princípios: (i) atribuição de uma remuneração fixa; (ii) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual.

Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

O pagamento desta remuneração tem periodicidade trimestral postecipada.

70.2. Administradores(as) Executivos(as)

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) integra as seguintes componentes:

Remuneração Fixa: componente fixa da remuneração correspondente a um salário mensal pago em 14 vezes, sendo o montante estabelecido em função do nível de responsabilidade do membro do Conselho de Administração e objeto de revisão anual.

Remuneração Variável: prémio variável atribuído no fim do primeiro trimestre do ano seguinte àquele a que diz respeito e vinculado ao desempenho do ano anterior, visando orientar e recompensar a administração executiva pelo cumprimento de objetivos pré-determinados. Subdivide-se em duas componentes:

- Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP), equivalendo no máximo de 50% do valor do prémio variável total, pago em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo todavia, e a critério da Comissão de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo – vd. ponto 71 para maior detalhe;
- Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), correspondendo a, no mínimo, 50% do prémio variável total, pago após um diferimento pelo período mínimo de 3 anos a contar após o ano da sua atribuição– vd. pontos 71, 72 e 73 para maior detalhe.

As várias componentes da remuneração anual podem ser facilmente compreendidas na seguinte tabela:

| | Componentes | Descrição | Objetivo | Posicionamento no mercado |
|----------|---------------------------------------|---|--|---------------------------|
| FIXA | Vencimento Base | Vencimento anual (em Portugal o vencimento fixo anual é pago em 14 prestações mensais) | Adequação ao estatuto de responsabilidade do(a) Administrador(a) | Mediana |
| VARIÁVEL | Prémio variável de curto prazo (PVCP) | Prémio de desempenho pago no primeiro trimestre do ano seguinte, depois do apuramento dos resultados do exercício | Visa assegurar competitividade do pacote remuneratório e ligação da remuneração aos objetivos da empresa | Terceiro quartil |
| | Prémio variável de médio prazo (PVMP) | Compensação diferida por três anos, sendo o montante apurado dependente da evolução da cotação das ações e do desempenho do negócio | Visa promover uma ligação da remuneração ao desempenho de médio prazo e alinhamento com os interesses dos(as) acionistas | Terceiro quartil |

O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstos na Lei e nos Estatutos da Sociedade.

Não existe atualmente qualquer plano de atribuição de opções para aquisição de ações.

71. Componente Variável da remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

O Prémio variável tem natureza discricionária e, dado que a atribuição do respetivo valor está dependente da consecução de objetivos, o seu pagamento não se encontra garantido. O prémio variável é determinado anualmente, variando o valor do objetivo pré-definido entre 30% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da remuneração variável).

A componente variável da remuneração é aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho (Key Performance Indicators – KPIs) referentes aos diversos negócios com cariz económico e financeiro, assim como de natureza estratégica, associados a sustentabilidade ambiental e social.

Cerca de 70% do valor é determinado por KPIs financeiros (40%), nomeadamente volume de negócios e resultado direto; e por KPIs estratégicos (30%), como sejam Gestão de Portfólio, Talento e Sustentabilidade.

30% do valor é determinado por KPIs individuais, que podem combinar indicadores subjetivos e objetivos. A aprovação desta componente variável da remuneração é realizada pela Comissão de Vencimentos, sob proposta da Comissão de Remunerações do Conselho de Administração, conhecidos os resultados da Sociedade.

Os(as) Administradores(as) Executivos(as) são avaliados tendo por base a média da concretização destes objetivos em cada um dos negócios.

O conteúdo dos indicadores de desempenho, e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com os objetivos estratégicos definidos, a sustentabilidade da empresa a longo prazo e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

O valor de cada prémio tem como limite mínimo 0% e máximo 140% do objetivo de prémio previamente definido, de acordo com a consecução de objetivos definidos.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração

O pagamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da componente variável da remuneração referente ao exercício a que respeita é diferido por um período de três anos, num total de quatro anos, nos termos descritos no ponto anterior 70.2.

73. Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações

1. Características do Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)

O PVMP é uma das componentes da Política Retributiva da Sonae. Esta componente distingue-se das restantes por ter um carácter restrito e voluntário, cuja atribuição é condicionada às regras de elegibilidade estabelecidas para o efeito.

O PVMP proporciona aos aderentes a possibilidade de partilharem com os(as) acionistas o valor criado, pela sua intervenção direta na definição da estratégia e na gestão dos negócios, na justa medida do resultado da avaliação anual do seu desempenho.

2. Enquadramento do PVMP

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com os objetivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonae, com expressão na capitalização bolsista do título.

3. Critério de elegibilidade

São elegíveis para a atribuição de plano do PVMP os(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade e das suas dominadas. De acordo com a política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração, são igualmente elegíveis para a atribuição do PVMP os(as) colaboradores(as), a quem, por via dessa política, seja aplicável o Plano.

| Membros Elegíveis | Valor de referência do prémio variável de médio prazo (% da remuneração variável total objetivo) |
|---|--|
| Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade | Pelo menos 50% |
| Administradores(as) Executivos(as) dos Negócios | Pelo menos 50% |
| Colaboradores(as) | Termos a definir pelo Conselho de Administração de cada Sociedade |

4. Duração do PVMP

O Prémio Variável de Médio Prazo contempla um período de quatro anos, incluindo o ano a que respeita a atribuição e o período de diferimento de três anos subsequente. A partir do início do terceiro plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três planos trienais.

5. Valor de referência do PVMP

O valor do PVMP tem por base o valor inicialmente atribuído, sendo este sujeito aos seguintes fatores de variação, durante o período de deferimento: (i) preço representativo da cotação do título; (ii) fator de correção por dividendos pagos ou variação do capital social e (iii) o grau de atingimento do KPI de médio prazo, o qual consiste no retorno sobre o capital investido (ROIC).

O valor do PVMP inicialmente atribuído é convertido num número equivalente de ações, determinado pelo quociente entre aquele valor e o valor de cotação do título no mercado de ações em Portugal. Para este efeito, considera-se como valor da cotação do título o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito da determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anteriores à data de realização da Assembleia Geral).

Caso, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verifique a distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou alteração do capital social da Sociedade, ou qualquer outra modificação na estrutura do capital da Sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações que integra o PVMP é ajustado para um número a que corresponda um valor equivalente.

Durante este período de diferimento, o valor do prémio, convertido em ações, será ainda corrigido pelo grau de cumprimento do KPI de médio prazo anteriormente referido (ROIC), de modo a garantir a continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a médio prazo. Este KPI consiste no retorno sobre o capital investido.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, a Comissão de Vencimentos poderá, a seu livre critério, graduar o

percentual de desconto conferido aos(às) Administradores(as) Executivos(as) na aquisição de ações, determinando uma participação na aquisição de ações a suportar por aqueles em montante correspondente a uma percentagem do valor de cotação das ações, com o limite máximo de 5% do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos. Os(as) demais colaboradores(as) a quem tenha sido atribuído aquele direito, adquirem as ações nos termos das condições estabelecidas pelo Conselho de Administração de cada Sociedade.

6. Entrega pela Sociedade

No momento do exercício do direito de aquisição de ações atribuído no âmbito do PVMP, a Sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respetivo exercício.

7. Vencimento do PVMP

O PVMP contempla um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito e o período de diferimento de três anos.

8. Condições de Exercício do Direito

O exercício do direito de aquisição das ações atribuídas nos termos do Plano caduca se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a Sociedade antes de decorrido o período do seu vencimento subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto nos parágrafos seguintes.

O direito manter-se-á em vigor no caso incapacidade permanente ou morte do(a) Administrador(a), sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao(à) próprio(a) ou aos(às) seus(suas) herdeiros(as) na data do respetivo vencimento.

Em caso de reforma do membro o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

Para garantia de efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação foi estabelecido que os(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade não devem celebrar contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A Sociedade não atribuiu remuneração variável baseada em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais encontram-se descritos supra no ponto 71.

São atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as) um conjunto de benefícios, tais como seguro de saúde, seguro de vida e seguro de acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos demais colaboradores e cujos termos e valores se enquadram nas práticas de mercado.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os(as) administradores(as), aprovados em assembleia geral

A Sonae não atribui qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para Administradores(as) e não existe atribuição de qualquer benefício não pecuniário relevante.

IV. Divulgação das Remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade pagos pela Sociedade

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pela Sociedade, nos anos de 2019 e 2020, encontra-se descrita nas tabelas seguintes:

| Detalhe Individual | 2019* | | | | 2020* | | | |
|---|--|----------------|----------------|------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | Remuneração Fixa | PVCP | PVMP | TOTAL | Remuneração Fixa | PVCP | PVMP | TOTAL |
| ADMINISTRADORES(AS) EXECUTIVOS(AS) | | | | | | | | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (2) (3) | 283.800 | 215.900 | 215.900 | 715.600 | 493.800 | 372.700 | 372.700 | 1.239.200 |
| | (3) Período de maio a dezembro de 2019 | | | | | | | |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (2) (3) | 170.800 | 94.700 | 94.700 | 360.200 | 294.650 | 163.500 | 163.500 | 621.650 |
| | (3) Período de maio a dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (1) (4) | 68.000 | 70.400 | 70.400 | 208.800 | | | | |
| | (4) Período de janeiro a abril de 2019 | | | | - | - | - | - |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (2) (4) | 78.000 | 75.300 | 75.300 | 228.600 | | | | |
| | (4) Período de janeiro a abril de 2019 | | | | - | - | - | - |
| Sub-total | 600.600 | 456.300 | 456.300 | 1.513.200 | 788.450 | 536.200 | 536.200 | 1.860.850 |
| ADMINISTRADORES(AS) NÃO EXECUTIVA(AS) | | | | | | | | |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (1) (4) | 214.300 | - | - | 214.300 | 320.500 | - | - | 320.500 |
| | (4) Período de maio a dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (2) (4) | 95.036 | - | - | 95.036 | 141.604 | - | - | 141.604 |
| | (4) Período de maio a dezembro de 2019 | | | | | | | |
| José Manuel Neves Adelino | 69.767 | - | - | 69.767 | 71.200 | - | - | 71.200 |
| Margaret Lorraine Trainer | 59.233 | - | - | 59.233 | 61.600 | - | - | 61.600 |
| Marcelo Faria de Lima | 52.267 | - | - | 52.267 | 52.700 | - | - | 52.700 |
| Carlos António Rocha Moreira da Silva (5) | 36.100 | - | - | 36.100 | 53.200 | - | - | 53.200 |
| | (5) Período de maio a dezembro de 2019 | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--|---------|---------|-----------|-----------|---------|---------|-----------|
| Fuencisla Clemares (5) | 35.967 | - | - | 35.967 | 53.200 | - | - | 53.200 |
| | (5) Período de maio a dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh (5) | 37.667 | - | - | 37.667 | 55.500 | - | - | 55.500 |
| | (5) Período de maio a dezembro de 2019 | | | | | | | |
| Andrew Eustace Clavering Campbell (6) | 14.600 | - | - | 14.600 | - | - | - | - |
| | (6) Período de janeiro a abril de 2019 | | | | | | | |
| Christine Cross (6) | 15.267 | - | - | 15.267 | - | - | - | - |
| | (6) Período de janeiro a abril de 2019 | | | | | | | |
| Tsega Gebreyes (6) | 14.600 | - | - | 14.600 | - | - | - | - |
| | (6) Período de janeiro a abril de 2019 | | | | | | | |
| Sub-Total | 644.803 | - | - | 644.803 | 809.504 | - | - | 809.504 |
| TOTAL | 1.245.403 | 456.300 | 456.300 | 2.158.003 | 1.597.954 | 536.200 | 536.200 | 2.670.354 |

*Valores em euros.

(1) Remuneração referente a 2019 e 2020, reduzida proporcionalmente de modo a refletir antecipadamente o compromisso assumido para com a Sociedade durante os referidos anos.

(2) Auferiu também remuneração nas subsidiárias da Sociedade, tal como referido no ponto 78.

(3) Membro executivo do Conselho de Administração desde 8 de maio de 2019.

(4) Cessou funções executivas a 8 de maio de 2019, assumindo funções de membro não executivo.

(5) Membro eleito para integrar o Conselho de Administração na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

(6) Membro que cessou funções após o início de funções dos novos membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

Planos do PVMP em aberto atribuídos a Administradores(as) Executivos(as):

| | Plano (Ano de desempenho) | Data de atribuição | Data de vencimento | Valor vencido e liquidado em 2020* | Valor dos planos em aberto | Valor dos planos em aberto |
|--|------------------------------|--------------------|--------------------|------------------------------------|----------------------------|------------------------------|
| | | | | | Na data de atribuição* ** | A 31 de dezembro de 2020* ** |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo | 2016 | mar/17 | mar/20 | 121.348 | | |
| | 2017 | mar/18 | mar/21 | | 158.400 | 116.195 |
| | 2018 | mar/19 | mar/22 | | 177.900 | 128.369 |
| | 2019 | mar/20 | mar/23 | | 248.200 | 297.637 |
| | | | Total | 121.348 | 584.500 | 542.201 |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores | 2016 | mar/17 | mar/20 | 5.786 | | |
| | 2017 | mar/18 | mar/21 | | 14.300 | 8.562 |
| | 2018 | mar/19 | mar/22 | | 33.900 | 24.462 |
| | 2019 | mar/20 | mar/23 | | 132.300 | 158.652 |
| | | | Total | 5.786 | 180.500 | 191.676 |
| TOTAL | | | TOTAL | 127.134 | 765.000 | 733.877 |

*Valores em euros.

** Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2020.

Planos do PVMP em aberto, correspondentes a direitos adquiridos de ex-Administradores(as) Executivos(as):

| Plano (Ano de desempenho) | Data de Atribuição | Data de Vencimento | Valor vencido e liquidado | Valor dos Planos em Aberto | Valor dos Planos em Aberto |
|--|--------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| | | | Em 2020* | Na data de atribuição** | A 31 de dezembro de 2020*** |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo | 2016 | mar/17 | mar/20 | 138.872 | |
| | 2017 | mar/18 | mar/21 | | 205.300 |
| | 2018 | mar/19 | mar/22 | | 209.800 |
| | 2019 | mar/20 | mar/23 | | 70.400 |
| | | | Total | 138.872 | 485.500 |
| Ángelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério | 2016 | mar/17 | mar/20 | 249.635 | |
| | 2017 | mar/18 | mar/21 | | 361.900 |
| | 2018 | mar/19 | mar/22 | | 370.200 |
| | 2019 | mar/20 | mar/23 | | 211.700 |
| | | | Total | 249.635 | 943.800 |
| TOTAL | | | TOTAL | 388.507 | 1.429.300 |

*Valores em euros.

** Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2020.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pelas sociedades dominadas e em relação de grupo, nos anos de 2019 e 2020, encontra-se descrita na tabela seguinte:

| Detalhe Individual | 2019* | | | | 2020* | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Remuneração Fixa | PVCP | PVMP | TOTAL | Remuneração Fixa | PVCP | PVMP | TOTAL |
| ADMINISTRADORES (AS) | | | | | | | | |
| Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (1) | 96.667 | - | - | 96.667 | 36.250 | - | - | 36.250 |
| João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (1) | 30.000 | - | - | 30.000 | 11.250 | - | - | 11.250 |
| Ángelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério (2) | 257.233 | 136.400 | 136.400 | 530.033 | 193.900 | 123.900 | 123.900 | 441.700 |
| TOTAL | 383.900 | 136.400 | 136.400 | 656.700 | 241.400 | 123.900 | 123.900 | 489.200 |

*Valores em euros.

(1) Administrador(a) Executivo(a) da Sonae – SGPS, SA – Remuneração paga em subsidiárias exclusivamente pelo desempenho de funções não executivas. A remuneração referente a 2019 inclui a remuneração paga por subsidiárias a partir de 1 de maio de 2019, na sequência da eleição em Assembleia Geral de Acionistas da Sonae – SGPS, S.A. de 30 de abril de 2019.

(2) Administrador não independente não executivo da Sonae SGPS, SA – Remuneração paga em subsidiárias pelo desempenho de funções executivas e não executivas.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

A remuneração variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as) foi aferida de acordo com a avaliação de desempenho e a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de 30 de abril de 2020, detalhada no antecedente ponto 71 e espelhada no quadro de remunerações constante do ponto 77 supra.

O prémio pago sob a forma de participação nos lucros está contido no Prémio Variável de Curto Prazo constante do quadro apresentado supra no ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores(as) Executivos(as) por cessação de funções

Não foram pagas nem são devidas remunerações a ex-Administradores(as) Executivos(as) relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão no exercício de 2020 foi o seguinte:

| Membros do Conselho Fiscal | 2019* | 2020* |
|--|---------------|---------------|
| Maria José Martins Lourenço da Fonseca (2) | 14.900 | 16.900 |
| Daniel Bessa Fernandes Coelho (3) | 13.900 | 13.900 |
| Manuel Heleno Sismeiro | 12.900 | 13.900 |
| Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes (1) | - | - |
| Total | 41.700 | 44.700 |

*Valores em euros.

(1) Membro suplente.

(2) Remunerada como Presidente do Conselho Fiscal desde 30 de abril de 2019.

(3) Remunerado como vogal do Conselho Fiscal desde 30 de abril de 2019.

82. Remuneração do(a) Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo:

| Membros da Mesa da Assembleia Geral | 2019* | 2020* |
|---|---------------|---------------|
| Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena (1) | 5.500 | 8.250 |
| Maria Daniela Farto Baptista Passos (1) | 1.833 | 2.750 |
| Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (2) | 2.500 | 0 |
| Maria Conceição Henriques Fernandes Cabaços (2) | 833 | 0 |
| Total | 10.667 | 11.000 |

*Valores em euros.

(1) Membro eleito na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, sendo remunerado(a) desde essa data.

(2) Membro que cessou funções na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, tendo sido remunerado(a) até essa data.

V. Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador(a) e sua relação com a componente variável da remuneração

A Sociedade deliberou na sua Política não atribuir compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da Sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, sem prejuízo da obrigação de cumprimento, pela Sociedade, das disposições legais aplicáveis, tal como se evidencia na Política de Remunerações apresentada pela Comissão de Vencimentos à Assembleia Geral de 30 de abril de 2020.

No exercício de 2020 a Sociedade não procedeu ao pagamento de quaisquer compensações desta natureza.

84. Referência à existência e descrição de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação do vínculo jurídico em caso de mudança de controlo da Sociedade

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes, que estabeleçam direito a indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“stock options”)

85. Identificação do plano e destinatários

O plano de atribuição de ações, com as condições definidas no ponto 73, integra a componente variável da remuneração, sendo seus(suas) destinatários(as) os(as) Administradores(as) Executivos(as), bem como ainda colaboradores(as) das empresas do Grupo, em termos a definir pelos respetivos Conselhos de Administração.

86. Caracterização do Plano

A caracterização do plano de atribuição de ações encontra-se feita nos pontos 71, 72 e 73.

A política de remuneração e compensação de órgãos sociais bem como o plano de atribuições de ações em vigor, foram aprovados na Assembleia Geral Anual realizada em 30 de abril de 2020, sob proposta da Comissão de Vencimentos em cumprimento do disposto no art.º 2.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho e das Recomendações V.2.1 e V.2.2 do Código de Governo da Sociedade IPCG 2018, ao tempo em vigor.

As deliberações da Assembleia Geral Anual em apreço podem ser consultadas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

Os planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade, em curso em 2020, podem ser resumidos da seguinte forma:

| | Total | | |
|------------------------|---------------------------|-----------------|-----------|
| | Número de planos agregado | Número de ações | Euros |
| Em aberto a 31.12.2019 | 12 | 1.995.972 | 1.816.335 |
| Movimentos no ano: | 0 | 236.233 | -339.732 |
| Atribuídos | 4 | 839.235 | 526.200 |

| | | | |
|-----------------------------------|----|-----------|-----------|
| Vencidos | -4 | -701.600 | -414.646 |
| Cancelados/Extintos/Ajustados (1) | 0 | 98.598 | -451.286 |
| Em aberto a 31.12.2020 | 12 | 2.232.205 | 1.476.604 |

(1) Alterações no número de ações e de valor devido a distribuições de dividendos e aos efeitos dos KPIs de médio prazo e, no caso particular das alterações de valor, também por variações na cotação do título Sonae.

O presente quadro não inclui informação relativa aos planos de ações que possam ser atribuídos pela Sonaecom ou pela Sonae Sierra aos(as) seus(suas) administradores(as).

Resumo dos planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade, com inclusão dos planos do PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) dos negócios, por referência ao exercício de 2020:

| Planos de Ações Sonae em curso em 2020 | Valor da ação na data de atribuição | Período de Vencimento | | A 31 de dezembro de 2020 | |
|--|-------------------------------------|-----------------------|--------------------|----------------------------------|-----------------|
| | | Data de atribuição | Data de Vencimento | Número agregado de participantes | Número de ações |
| Plano 2016-2020 | 0,906 | março 2017 | março 2020 | - | - |
| Plano 2017-2021 | 1,124 | março 2018 | março 2021 | 21 | 2.078.649 |
| Plano 2018-2022 | 0,952 | março 2019 | março 2022 | 21 | 2.433.677 |
| Plano 2019-2023 | 0,627 | março 2020 | março 2023 | 21 | 3.728.980 |

O presente quadro não inclui informação relativa aos planos de ações que possam ser atribuídos pela Sonaecom ou pela Sonae Sierra aos(as) seus(suas) Administradores(as).

Planos em curso incluem os de ex-Administradores(as) Executivos(as), atualmente em exercício de funções não executivas.

87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (“stock options”) de que sejam beneficiários colaboradores(as) e trabalhadores(as) da empresa

Não existem direitos de opção para aquisição de ações (“stock options”) atribuídos.

88. Mecanismos de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital social da Sociedade.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos de controlo de transações com partes relacionadas

A realização de transações com partes relacionadas é submetida a princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras legais e de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

Neste sentido, a Sociedade manteve historicamente em vigor uma política de controlo de transações efetuadas entre a Sociedade e acionistas detentores de participações qualificadas, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários com intervenção, se de valor superior a 100 milhões de euros, e com reporte em transações de valor superior a 10 milhões de euros, do Conselho Fiscal e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração, por forma a assegurar a transparência, a presença de condições de mercado, a observância do interesse social e o respeito pelos diversos *stakeholders*.

Em 2020, em conformidade com a entrada em vigor da Lei n.º50/2020 que transpôs para o direito nacional a Diretiva (UE) 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Conselho de Administração aprovou, com o parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com as disposições dos novos artigos 249.º-A a 249.º-D do Código dos Valores Mobiliários.

Esta política incorpora os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e está publicamente disponível, em anexo àqueles regulamentos, em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

90. Indicação das transações sujeitas a controlo em 2020

Em conformidade com o exposto no ponto 10, as transações realizadas com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadram-se no exercício da atividade normal da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado e na linha de outras transações realizadas com diversas entidades contratantes nacionais e internacionais.

As transações em referência foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, encontrando-se as transações com partes relacionadas, tal como definidas na IAS 24, identificadas no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sociedade, como referido infra no ponto 92.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos valores mobiliários

As transações com titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários foram, até à aprovação da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, formalmente submetidas ao parecer prévio da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal se de valor superior a 100 milhões de euros.

As transações com titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do artigo 20.º estão, na justa medida do quadro legal, enquadradas no procedimento descrito no ponto 89, na sequência do disposto nos artigos 249.º-A a 249.º-D do Código dos Valores Mobiliários.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Informação sobre negócios com partes relacionadas

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com o IAS 24, em cumprimento da legislação vigente nesta matéria, encontram-se descritos na nota 45 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2020.

PARTE II
AVALIAÇÃO DO
GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013, de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisão de 2020).

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2020.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, nos termos da Circular Anual Emitentes/ 2021 CMVM, pelos artigos 447º do Código das Sociedades Comerciais e art. 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 7/2018 da CMVM.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em <http://www.cmvm.pt> e em <https://cgov.pt/>.

Salvo onde for expressamente indicado o contrário, todas as remissões contidas neste Relatório devem ser consideradas por referência ao próprio.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

I. Parte Geral

Princípio geral:

O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.

I.1. Relação da Sociedade com os investidores e informação

Princípio:

As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.

Recomendações:

I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade tem na sua estrutura organizativa departamentos com competências específicas de produção, tratamento e, em particular, divulgação atempada de informação aos seus órgãos sociais, acionistas, investidores(as) e demais stakeholders, bem como a analistas financeiros e ao mercado em geral: o Departamento de Relações com Investidores e a

Direção de Comunicação, Marca e Sustentabilidade, mais detalhadamente descritos no ponto 21 deste Relatório. O Departamento de Relações com Investidores tem como principais competências: i) assegurar a simetria de informação no mercado e o correspondente tratamento equitativo dos(as) acionistas, investidores e demais stakeholders, com a produção e divulgação imediata de informação de natureza privilegiada, ii) garantir o cumprimento das obrigações periódicas de reporte financeiro, e iii) analisar, ativa e tempestivamente, a informação divulgada publicamente pelos analistas financeiros que acompanham a Sociedade, intervindo sempre que necessário no esclarecimento de informação imprecisa ou desatualizada que tenha sido prestada por tais analistas. A Direção de Comunicação, Marca e Sustentabilidade acompanha em permanência a informação divulgada nos órgãos de comunicação social sobre a Sociedade, promovendo uma linha de comunicação transparente, atualizada e consistente com a atividade desenvolvida pela Sociedade dirigida ao público em geral.

I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

Princípios:

I.2.A As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.

I.2.B As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.

I.2.C As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.

Recomendações:

I.2.1 As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil dos novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização eleitos para integrar os órgãos sociais para o quadriénio 2019-2022, e atualmente em exercício de funções, foram eleitos ao abrigo da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2015 e cujo teor integral pode ser consultado em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-extraordinaria-de-acionistas-16-dezembro-2015/>, estando descrita no ponto 15 deste Relatório.

Adicionalmente, e tal como descrito no ponto 15 deste Relatório, no que concerne à particular atenção que, entre os requisitos de diversidade, nos termos da presente recomendação, deve ser dada ao do género, a Sociedade aprovou e tem em vigor uma Política para a Igualdade de Género, aplicável aos(às) colaboradores(as) e membros dos órgãos sociais do Grupo, que pode ser consultada em <https://www.sonae.pt/pt/sonae/cultura/>.

I.2.2 Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos –

nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros – divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração e as suas comissões internas, bem como o Conselho Fiscal, dispõem de regulamentos internos que regem o exercício das suas competências e o quadro dos deveres dos seus membros, e ainda o regime do seu funcionamento. De todas as respetivas reuniões são elaboradas atas. A composição desses órgãos e comissões, incluindo a respetiva presidência, encontra-se permanentemente disponível no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, estando descrita nos pontos 17, 18, 29, III a) e 31 deste Relatório.

O Regulamento do Conselho de Administração, onde se incluem os regulamentos das suas comissões internas, e o Regulamento do Conselho Fiscal encontram-se disponíveis, em versão portuguesa e inglesa, no website da Sociedade disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, sendo elaboradas as competentes atas das respetivas reuniões.

1.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio da Internet da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A composição e o número de reuniões anuais do Conselho de Administração, incluindo das comissões internas por ele criadas, e do Conselho Fiscal estão permanentemente disponíveis, quer na versão portuguesa, quer na versão inglesa, no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, bem como nos relatórios de governo da Sociedade, aprovados pela Assembleia Geral, estando disponíveis no website para consulta no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

1.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Ética, nomeada pelo Conselho de Administração e presidida pelo Administrador Sénior Não Executivo (“*Lead Director*”), tem como uma das suas principais missões verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observam as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre os(as) participantes (ver descrição no ponto 29 deste Relatório e em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>).

O Conselho Fiscal, nos termos das suas competências e Regulamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> recebe as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores(as) da Sociedade ou outros. Regista as comunicações de irregularidades que lhe forem endereçadas, promovendo, conforme entender adequado, as necessárias diligências junto do Conselho de Administração, da auditoria interna e/ou externa ou junto de quaisquer outros interlocutores e sobre as mesmas elabora o seu relatório e adota as medidas que entender convenientes à luz dos seus deveres funcionais. Com o mesmo propósito, recebe e analisa

o relatório trimestral do(a) Provedor(a) e solicita ao(à) mesmo(a) todas as informações necessárias ao seu esclarecimento, bem como recebe as participações efetuadas junto da Comissão de Ética da Sociedade que consubstanciem a natureza de irregularidades sujeitas, nos termos legais e recomendatórios, à sua competência.

Compete ao(à) Provedor(a), nos termos aprovados no Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> receber, analisar e dar resposta às participações que envolvam colaboradores(as), clientes ou fornecedores(as) e outros(as) prestadores(as) de serviços, bem como remetê-las para os órgãos competentes.

A Sociedade disponibiliza contactos permanentes para participações de irregularidades ao Conselho Fiscal (ver ponto 49 deste Relatório), à Comissão de Ética e ao(à) Provedor(a) (ver ponto 29 deste Relatório). Os contactos estão disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/>.

Por forma a assegurar de forma permanente e proativa a deteção e prevenção de irregularidades, a sociedade tem instituídos os adequados mecanismos de identificação e prevenção de riscos, monitorados pela auditoria interna e por cada uma das direções responsáveis pela sua prevenção, cuja configuração e acompanhamento é consistentemente efetuada pelos órgãos de gestão e de fiscalização da Sociedade.

1.3 Relação entre os órgãos da sociedade

Princípio:

Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.

Recomendações:

1.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Presidente do Conselho de Administração, os(as) presidentes das comissões constituídas, e bem assim os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) Sêniores (*Lead Director* e *SID Director*), asseguraram atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões, agilizando os necessários recursos para a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas, em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

1.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

É disponibilizada a todos os membros do Conselho de Administração e à Presidente do Conselho Fiscal a informação referida nesta recomendação.

O Conselho de Administração designou dois Administradores Não Executivos Seniores (*Lead Director* e *SID Director*), os quais, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração e de acordo com as melhores práticas de governo societário asseguram, atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos órgãos sociais e comissões, conforme se descreve no ponto 18 deste Relatório.

1.4 Conflitos de interesses

Princípio:

Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.

Recomendações:

1.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A política de prevenção de conflito de interesses aprovada e o Regulamento do Conselho de Administração estabelecem mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo membros do Conselho de Administração, incluindo comissões internas e colaboradores(as). A política estabelece uma obrigação de reporte imediato de qualquer situação real ou potencial de conflito de interesses ao respetivo órgão.

O Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, impõe a imediata comunicação ao órgão da existência de qualquer facto que possa constituir ou dar causa a um conflito de interesses, bem como de qualquer circunstância que afete a sua independência e isenção.

O Regulamento do Conselho Fiscal, impõe na al. a) do nº3 do artigo 5.º um exposto mecanismo de reporte ao Presidente do Conselho Fiscal e à Sociedade sobre qualquer circunstância que afete a independência e isenção ou que determine uma incompatibilidade legal para o exercício do cargo por parte de qualquer dos seus membros.

O Regulamento do Conselho Fiscal encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

1.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A política de prevenção de conflitos de interesses e o Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, adotados pela Sociedade, determinam que o membro em conflito de interesses relativamente a qualquer ponto da agenda de uma reunião do órgão social ou comissão especializada não interferirá no processo de decisão sem prejuízo do dever de prestação de informação e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.

O mecanismo de prevenção de conflitos de interesses por parte de membros do Conselho Fiscal encontra-se descrita na resposta à recomendação I.4.1, em tudo o mais se aplicando relativamente a este órgão de fiscalização os comandos imperativos decorrentes da lei, designadamente as regras sobre incompatibilidades e impedimentos.

I.5. Transações com partes relacionadas

Princípio:

Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.

Recomendações:

I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração aprovou, com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas que constitui anexo tanto ao Regulamento do Conselho de Administração como ao Regulamento do Conselho Fiscal, ambos disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e tal como descrito nos pontos 89 e 91 deste Relatório.

I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL*

**De acordo com a Nota sobre Interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisto em 2020), emitida pela Comissão de Acompanhamento e Monitorização.*

A Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, incorpora as regras contidas no artigo 249.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

II. Acionistas e Assembleia Geral

Princípios:

II.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social.

II.B A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.

II.C A sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância dos acionistas na assembleia.

Recomendações:

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto,

devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade incentiva os(as) seus(suas) acionistas à participação nas Assembleias Gerais, atribuindo a cada ação um voto, e não limitando o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista.

II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem quórum deliberativo superior ao legalmente previsto.

II.3 A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão.

RECOMENDAÇÃO ADOTADA COM JUSTIFICAÇÃO DE ACOLHIMENTO (EXPLAIN)

A Sociedade considerou, historicamente, que a implementação de meios para a participação dos(as) acionistas à distância na Assembleia Geral não revestia vantagem adicional ao incentivo à participação acionista dado, por um lado, a ausência de adesão ao uso do mecanismo do voto por correspondência proporcionado aos(às) acionistas, e, por outro, à expressividade da participação presencial.

As circunstâncias excecionais da pandemia e as consequentes restrições de natureza sanitária impostas no decurso de 2020 conduziram à realização da Assembleia Geral Anual por meios telemáticos tendo a Sociedade assegurado a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo de acordo com os termos legais e as orientações da CMVM.

A implementação de meios adequados para a participação dos(as) acionistas à distância em Assembleia Geral será assegurada sempre que se mostre necessária e adequada para assegurar os meios viabilizadores de uma expressiva participação dos(as) acionistas.

II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade coloca à disposição dos(as) acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência postal e por via eletrónica.

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu endereço eletrónico, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos-tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos(as) acionistas para assegurar a sua presença na Assembleia Geral, bem como faculta um endereço eletrónico dedicado à ágil comunicação entre os(as) acionistas e o(a) Presidente da Mesa, e afeta uma equipa de trabalho interna de apoio aos trabalhos da Mesa da Assembleia Geral e dos(as) acionistas.

II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um

único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um(a) único(a) acionista.

II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade não adota unilateralmente políticas que tenham por efeito qualquer uma das restrições elencadas na recomendação. Os contratos celebrados pela Sociedade refletem a defesa do interesse social tendo em vista a sustentabilidade dos negócios a longo prazo no enquadramento das condições de mercado.

III. Administração não executiva e fiscalização

Princípios:

III.A Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.

III.B A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade.

Recomendações:

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração em cumprimento do estabelecido no nº3 do artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração, designou dois Administradores Não Executivos Sêniores para assegurar os objetivos descritos nesta Recomendação, como se descreve no ponto 18 deste Relatório.

Para o efeito, foi designada a Administradora Margaret Lorraine Trainer como Administradora Não Executiva Sénior Independente (“*SID Director*”), que entre as suas funções preside à Comissão de Remunerações (com responsabilidade na

avaliação de desempenho em referência), e integra, ainda, as Comissões de Nomeação e de Auditoria e Finanças, tendo sido designado o Administrador José Manuel Neves Adelino como Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”), o qual, de entre as suas funções, preside à Comissão de Auditoria e Finanças e à Comissão de Ética.

Desta forma estão reunidos os meios destinados a assegurar a coordenação do exercício dos trabalhos dos membros não-executivos que integram o Conselho de Administração e suas comissões internas, visando garantir a existência das condições necessárias a que estes possam exercer as suas funções de forma independente e informada, dispondo do necessário e tempestivo fluxo de informação e assegurando a qualidade e equidade da avaliação de desempenho.

III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização cumpre com a presente recomendação, tal como adicionalmente detalhado nos pontos 18 e III, a), respetivamente, deste Relatório.

III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração é composto por um total de 10 membros, dos quais 8 são não executivos, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;*
- ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;*
- iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;*
- iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;*
- v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;*
- vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.*

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração é composto por dez membros, oito dos quais são membros não executivos, existindo um número de membros não executivos independentes em cumprimento dos critérios de independência desta recomendação, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

A manutenção das condições de independência é aferida periodicamente, estando os(as) Administradores(as) independentes adstritos(as) ao dever de comunicação imediata da ocorrência de qualquer facto que determine a perda daquela qualidade.

III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

Por referência ao mandato terminado em 31/12/2018 não existe no Conselho de Administração nenhum membro cuja independência esteja qualificada ao abrigo do período de *cooling-off* estabelecido nesta recomendação (ver pontos 17 e 18 deste Relatório).

III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável por definir a estratégia e as principais políticas da Sociedade, assegura proativamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as medidas de otimização que entender necessárias, emitindo diretrizes e recomendações e pronunciando-se, caso entenda, sobre a política de risco e as linhas estratégicas de que lhe tenha sido dado conhecimento pela Conselho de Administração, incluindo, se o entender, em momento anterior à sua aprovação final, tal como consta do seu Regulamento de funcionamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

O Conselho de Administração assegurou a interação com o Conselho Fiscal nos termos estabelecidos nesta recomendação, cf. relatório e parecer anual do Conselho Fiscal, disponível juntamente com os demais documentos de prestação de contas, disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competências nas referidas matérias.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração instituiu três comissões internas especializadas que exerceram continuamente as suas atribuições ao longo de todo o mandato, com o propósito de assessorar e reforçar a qualidade da sua atividade. Encontram-se instituídas a Comissão de Auditoria e Finanças, a Comissão de Nomeação e a Comissão de Remunerações, que, ainda que separadamente, exercem todas as funções vertidas na presente Recomendação e cujas competências se encontram descritas no ponto 29 deste Relatório, sendo os seus termos de referência acessíveis através do endereço eletrónico

<https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

IV. Administração Executiva

Princípios:

IV.A Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prossequindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

IV.B Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderadas, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.

Recomendações:

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade, cujas competências se encontram descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28), bem como aprovou o respetivo regulamento de funcionamento.

O Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e a política de conflitos de interesses em vigor determinam que o exercício, por qualquer membro do Conselho de Administração, de cargo social ou atividade significativa fora do Grupo que não tenha sido autorizada em Assembleia Geral, deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração mediante parecer para o efeito emitido pela Comissão de Nomeação, cf. ponto 29 deste Relatório e Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade, cujas competências se encontram descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28). As competências do Conselho de Administração não delegadas encontram-se, igualmente, descritas neste Relatório e observam as regras constantes desta recomendação (ver ponto 27.1).

IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

No seu Relatório Anual, o Conselho de Administração dá cumprimento ao teor da presente recomendação.

V. Avaliação do desempenho, remunerações e nomeações

V.1. Avaliação anual de desempenho

Princípio:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

Recomendação:

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

RECOMENDAÇÃO ADOTADA COM JUSTIFICAÇÃO DE ACOLHIMENTO (EXPLAIN)

A avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração é realizada de acordo com os princípios, valorimetrias e regras estabelecidos na Política de Remuneração e Compensação apresentada pela Comissão de Vencimentos e aprovada anualmente pela Assembleia Geral.

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas de acordo com a Política de Remuneração aprovada pelos(as) acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Remunerações apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho e de proposta de remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) (ver pontos 24, 29, 66 e 67 deste Relatório).

O Conselho de Administração nos termos do seu Regulamento, realiza uma avaliação periódica ao seu desempenho e ao desempenho das Comissões internas por si constituídas. Esta avaliação é realizada a meio de cada mandato de quatro anos, por se entender dever ser esta a periodicidade e o momento mais ajustados a uma cabal avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração como órgão coletivo, bem como do desempenho e contribuição individual de cada um deles. Nos restantes anos que constituem o mandato, uma das reuniões do Conselho de Administração e das comissões por si constituídas inclui como ponto da agenda uma breve e informal auto-avaliação, sendo os regulamentos internos ajustados, se necessário, de modo a otimizar a performance.

V.2. Remunerações

Princípios:

V.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação

económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.

V.2.B. Os administradores devem receber uma remuneração:

i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;

ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e

iii) que premeie o desempenho.

Recomendações:

V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Vencimentos da Sociedade foi eleita em Assembleia Geral de Acionistas de 30 de abril de 2019. Os três membros integrantes da Comissão de Vencimentos são independentes, atuando nessa qualidade, e estando assim, reunidas as necessárias condições de independência na atuação dos membros e na tomada de deliberações pelo órgão. Todos os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e relevante experiência em matéria de política de remunerações.

V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

As remunerações são fixadas pela Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral. A fixação dessas remunerações baseia-se na Política de Remunerações. A declaração sobre a política de remunerações foi apresentada à Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2020.

V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Sociedade deliberou não atribuir compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais aplicáveis, tal como consta da Política de Remuneração apresentada pela Comissão de Vencimentos à Assembleia Geral de 30 de abril de 2020.

No exercício de 2020 a Sociedade não procedeu ao pagamento de quaisquer compensações desta natureza.

V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro

da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Vencimentos está alinhada com a presente recomendação e designa entre si o membro que a representa na Assembleia Geral, podendo tratar-se do(a) Presidente ou de um(a) dos(as) vogais.

V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Remunerações apoia a Comissão de Vencimento no exercício das suas funções. Para o desempenho das suas funções, as comissões podem decidir livremente a contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacional (conferir ponto 24 deste Relatório).

V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os princípios a que se subordina a contratação de serviços de consultadoria encontram-se descritos no ponto 24 deste Relatório. A Comissão está obrigada a assegurar que os(as) especialistas selecionados detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados e, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

As componentes da remuneração encontram-se descritas na Política de Remuneração e Compensação apresentada à aprovação da Assembleia Geral Anual e que encontra disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A Política de Remuneração e Compensação contempla uma relação expressa entre a componente fixa e a variável adequada ao perfil da Sociedade e do Grupo, tal como considerada pelos(as) acionistas, que anualmente a aprovam em Assembleia Geral.

V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Política de Remuneração e Compensação aprovada em Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2020 tal como proposta pela Comissão de Vencimentos, respeita o período contido na presente recomendação e o seu valor depende do desempenho da Sociedade ao longo desse período, conforme descrito nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A Política de Remuneração e Compensação encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferidos por um prazo não inferior a três anos.

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL

A política de remuneração aprovada não integra atribuição de opções.

V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A remuneração dos membros não-executivos do Conselho de Administração é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, sem qualquer conexão com o desempenho da Sociedade ou o seu valor.

A Política de Remuneração e Compensação encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

V.3. Nomeações

Princípio:

V.3. Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar.

Recomendações:

V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar para cada candidato.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A eleição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o mandato 2019-2022, todos em exercício de funções, foi efetuada em observância da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 16 de dezembro de 2015 disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-extraordinaria-de-acionistas-16-dezembro-2015/>, tendo as propostas sido acompanhadas da respetiva fundamentação em matéria de perfil, conhecimentos e curriculum por referência à função a desempenhar por cada membro proposto.

V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração constituiu uma comissão interna especializada nesta matéria, a Comissão de Nomeação com as competências em matéria de nomeações descritas no ponto 29 deste Relatório e com as missões estabelecidas no Regulamento do Conselho de Administração, as quais observam o teor desta Recomendação alargando o âmbito nela prescrito na medida em que o âmbito subjetivo da competência desta comissão se estende a todos(as) os(as) Administradores(as) séniores do Grupo, independentemente da sua classificação como dirigentes na legislação nacional e europeia.

V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A Comissão de Nomeação é constituída por uma maioria de membros não-executivos independentes, tal como detalhado neste Relatório no ponto 29.

V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O regulamento de funcionamento da Comissão de Nomeação integra o Regulamento do Conselho de Administração e é detalhado nos seus aspetos essenciais e no calendário de procedimentos constante dos seus Termos de Referência, e que se encontram disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

A Comissão de Nomeação tem à sua disposição a possibilidade de recurso a serviços de entidades externas especializadas, com experiência internacional e reconhecida credibilidade.

VI. Controlo Interno

Princípio:

Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

Recomendações:

VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração determina o plano estratégico e a política de risco da sociedade, definindo, majorando e monitorizando a presença de níveis de risco considerados aceitáveis. A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade (ver ponto 29 deste Relatório).

VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, avalia a eficácia dos sistemas de controlo de risco, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando, nomeadamente, em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Os sistemas de gestão de riscos, controlo interno, *compliance* e auditoria interna cumprem integralmente esta recomendação, conforme se encontra descrito nos pontos 21, 50 a 55 e 69.3 deste Relatório.

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, avalia a eficácia de todos estes sistemas, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando, nomeadamente, em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/> (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho Fiscal estabelece com a auditoria interna o plano de ações a desenvolver, supervisiona a sua atividade, aferindo da sua adequação em termos de meios e objetivos, é destinatário de reporte periódico da atividade desenvolvida, nomeadamente no que se refere à informação financeira e de prestação de contas, prevenção de conflitos de interesse e aferição da existência de eventuais irregularidades, bem como avalia os resultados e conclusões apuradas e emite as diretrizes que entender por convenientes, conforme descrito no ponto 38 deste Relatório.

VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, contempla estas responsabilidades.

VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

Encontram-se instituídos pelo Conselho de Administração sistemas internos de controlo de risco com as componentes adequadas (ver pontos 50 a 55 deste Relatório).

VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização e avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Conselho de Administração tem instituído um sistema de avaliação permanente do desempenho do sistema de gestão de risco, adequado a agilizar a adaptação a novas circunstâncias ou contingências (ver pontos 38.1 A e B, 50 a 52 e 54 a 55 deste Relatório).

VII. Informação Financeira

VII.1. Informação Financeira

Princípios:

VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna.

VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.

Recomendação:

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, contempla estas responsabilidades.

VII.2. Revisão Legal de Contas e Fiscalização

Princípio:

Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.

Recomendações:

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

O Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> define as competências e o plano de ações do Conselho Fiscal onde se inclui a fiscalização da existência e manutenção da independência do revisor oficial de contas, que são atestadas no relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal.

VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

É da competência do Conselho Fiscal propor a designação e a destituição, aprovar a remuneração e supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como rececionar primordialmente os seus relatórios, com ele interagindo diretamente nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do Regulamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sonae em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOTADA

A avaliação da atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas pode ser consultada na informação constante do Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reúne as competências descritas nesta Recomendação, como resulta da lei e do seu Regulamento.



Conselho de Administração

Qualificações Profissionais e elementos curriculares

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Data de Nascimento

31 de
dezembro de
1965

Curriculum Académico

1986 Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne
1989 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School

Formação Executiva

1994 Executive Retailing Program - Babson College
1996 Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School
2002 Breakthrough Program for Senior Executives - IMD Lausanne
2008 Proteus Programme - London Business School
2012 Corporate Level Strategy – Harvard Business School

Experiência Profissional

Grupo Sonae
1988-1990 Gestor de Projeto e Analista Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação
1990-1993 Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria, SGPS, SA (Painéis Derivados de Madeira)
1993-1996 Diretor de Planeamento e Controle Estratégico e de Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos - SGPS, SA (atualmente Sonae - SGPS, SA)
1996-1998 Membro Executivo do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercados, SA (Merchandising, IT e Marketing Retalho)
1998-2000 Presidente da Comissão Executiva da Optimus - Telecomunicações, SA (Operador Móvel)
2000-Abril 2007 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae - SGPS, SA
2000-2007 Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA
2002-2007 Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, SA
2003-2007 Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG
2004-2007 Presidente do Conselho de Administração da Tableros de Fibras, SA (Tafisa)
2007-2014 Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
2007-Abril 2015 Presidente da Comissão Executiva da Sonae - SGPS, SA
2007-Março 2015 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
2007-2019 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
2007-2018 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA)
2008-2014 Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA
2009-2013 Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (atualmente denominada SFS – Gestão de Fundos, SGFI, S.A.)
2010-2016 Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA

| | |
|----------------------|---|
| 2010-Janeiro 2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA (atualmente Modelo Continente, SGPS, SA) |
| 2013-2018 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA (atualmente Sonae MC, Serviços Partilhados, SA) |
| 2015-Abril 2019 | Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO da Sonae - SGPS, SA |
| 2018-2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA |
| Desde Março 2015 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA |
| Desde Março 2015 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| Desde Maio 2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco Portugal, SA |
| Desde Abril 2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae - SGPS, SA |
| | Outras Entidades |
| 2001-2002 | Presidente da Apritel - Associação dos Operadores de Telecomunicações |
| 2001-2008 | Membro do Conselho Geral Porto Business School |
| 2004-2011 | Membro do Conselho Geral do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance |
| 2006-2013 | Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música |
| 2008-2009 | Membro do Conselho Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal |
| 2009-2014 | Membro do Conselho de Curadores da AEP - Associação Empresarial de Portugal |
| 2009-2015 | Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto |
| 2012-2015 | Membro da Direção da Cotec |
| 2012-2017 | Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo |
| 2015-2018 | Membro do Consejo Iberoamericano para la Productividad y la Competitividad |
| Desde 2008 | Membro do ERT - European Round Table of Industrialists |
| Desde 2013 | Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo (desde fevereiro de 2020 - Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva) |

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Data de Nascimento

14 de
setembro de
1959

Curriculum Académico

| | |
|-----------|--|
| 1982 | Licenciado em Engenharia Civil – FEUP |
| 1988-1989 | Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|---|
| 1982-1984 | Projetista de Estruturas na Tecnopor (Engenharia Civil) |
| 1984-1989 | Técnico Superior na EDP (Energia) |
| 1989-1991 | Diretor de Projeto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação, SA |
| 1991-1994 | Diretor de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos – SGPS, SA (atualmente Sonae – SGPS, SA) |
| 1994-1996 | Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) – Retalho |
| 1994-2007 | Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercado, SA |

| | |
|------------------|---|
| 1996-2007 | CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) e administrador de várias das suas filiais (Retailho) |
| 1996-2007 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA |
| 2000-2007 | Membro Executivo do Conselho de Administração, CFO e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae – SGPS, SA |
| 2004-2009 | Membro do Conselho de Administração da MDS – Corretor de Seguros, SA |
| 2005-2016 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investments BV |
| 2006-2016 | Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel BV |
| 2007- abril 2015 | Vice-Presidente Executivo da Sonae – SGPS, SA |
| 2007- março 2018 | Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde outubro de 2014) |
| 2009-2019 | Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde janeiro de 2019 até Fusão Sonae MC, SGPS, SA) |
| 2010-2016 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA (Fusão Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA) |
| 2010-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, SA |
| 2010-2016 | Presidente do Conselho de Administração da MDS Auto, Mediação de Seguros, SA |
| 2010-2016 | Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa |
| 2010-2018 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA (atualmente Sonae MC – Serviços Partilhados) |
| 2011-2015 | Membro do Conselho Superior da Porto Business School |
| 2012-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom – Serviços Partilhados, SA |
| 2013-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA |
| 2013-2016 | Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (atualmente denominada SFS – Gestão de Fundos, SGFI, S.A.) |
| 2014-2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Financial Services, SA (atualmente SFS – Financial Services, IME, SA) |
| 2015-2019 | Co-CEO da Sonae – SGPS, SA |
| 2016-2019 | Presidente do Conselho de Administração da SFS, Gestão e Consultoria, SA |
| 2018-2019 | Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA |
| 2018-2020 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L. |
| Desde 2007 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA |
| Desde 2007 | Membro do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA |
| Desde 2007 | Presidente Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA |
| Desde 2007 | Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SA |
| Desde 2007 | Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social, SA |
| Desde 2012 | Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA |
| Desde 2013 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA (desde abril 2020 - Presidente Não Executivo do Conselho de Administração) |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA |
| Desde 2018 | Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA |
| Desde abril 2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae – SGPS, SA |
| Desde 2019 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae FS, SA |
| Desde 2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Manuel Cargaleiro |

José Manuel Neves Adelino

Data de Nascimento

19 de março
de 1954

Curriculum Académico

| | |
|------|--|
| 1976 | Licenciatura em Finanças, Universidade Técnica de Lisboa |
| 1981 | DBA, Finance, Kent State University |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|--|
| 1978-1981 | Assistente convidado, Kent State University |
| 1981-1986 | Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |
| 1981-2012 | Professor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |
| 1986-1989 | Professor Convidado, Universidade Católica Portuguesa |
| 1987-1989 | Professor Convidado, Bentley College |
| 1988 | Professor Convidado, ISEE |
| 1990-1996 | Diretor, Programa MBA e Programa Executivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |
| 1992-1994 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, BPA |
| 1994-2002 | Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos |
| 1999-2002 | Diretor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa |
| 1999-2004 | Membro do Conselho Consultivo Global da Sonae – SGPS, SA |
| 2003-2006 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente do Conselho de Auditoria da EDP |
| 2003-2006 | Membro do Conselho Consultivo Estratégico da PT |
| 2003-2007 | Membro da Comissão de Remunerações da Sonae – SGPS, SA |
| 2003-2010 | Membro do Comité de Investimento do Fundo Caravela |
| 2008-2014 | Membro do Conselho Fiscal do BPI |
| 2010-2014 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Cimpor |
| 2012-2014 | Diretor de Finanças e Investimentos da Fundação Calouste Gulbenkian |

Margaret Lorraine Trainer

Data de Nascimento

13 de março
de 1952

Curriculum Académico

| | |
|-----------|--|
| 1970-1971 | Curso Superior, Sorbonne Paris |
| 1971-1975 | M.A. (2i) Francês, St Andrews University |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|--|
| 1975-1990 | Citibank NA |
| 1975-1986 | Funções de Recursos Humanos de natureza especialista e generalista Chefe de Gabinete do Diretor de Tesouraria do Reino Único |
| 1986-1988 | Um cargo não associado à direção de recursos humanos, que incluiu tarefas de cobertura de capital, avaliação do risco, redação de discursos e gestão de moeda estrangeira e limites de financiamento |

| | |
|---------------------|--|
| 1988-1989 | Diretora de Recursos Humano e N.Europe, Londres |
| 1989-1990 | Diretora de Recursos Humanos para a Europa, Médio Oriente e África, com sede em Frankfurt London Stock Exchange |
| 1990-1994 | Diretora de Recursos Humanos e Membro da Comissão Executiva, responsável por determinar a estratégia e liderar a empresa na sua evolução de associação comercial para sociedade corporativa com observância das práticas comerciais correntes |
| 1994-2000 | Coutts Natwest Group Diretora de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional responsável por todas as atividades de Recursos Humanos na área de Private Banking |
| 2001-2006 | De Beers LV Ltd Membro da equipa inicial para o desenvolvimento da parceria criada em 2001 entre LVMH e de Beers, para o lançamento de um negócio global ao nível do retalho de diamantes, prestando consultoria na estratégia organizativa e dos recursos humanos |
| 2005-2013 | Aegis PLC Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Remunerações (desde 2010) Manchester Square Partners |
| 2006-2008 | Apoio aos sócios fundadores, colaborando para o desenvolvimento de práticas internas de seleção de membros da administração |
| 2008-2015 | Sonae – SGPS, SA Consultora do Presidente do Conselho de Administração Prestação de serviços de planeamento de sucessão ao nível do Conselho e de desenvolvimento dos administradores |
| 2013-2015 | Colt SA Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e, desde 2014, Presidente da Comissão de Remunerações Membro da Comissão de Nomeações. Após aquisição, pela Fidelity, de todas as participações da sociedade, todos os administradores independentes renunciaram aos respetivos cargos |
| 2010-2018 | Jupiter Fund Management PLC Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria e da Comissão de Nomeações, Presidente da Comissão de Remunerações |
| 2018-março 2020 | TP ICAP Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria |
| 2013 – maio 2020 | Essentra PLC Membro Não Executivo do Conselho de Administração, e, desde 2014, Presidente da Comissão de Remunerações e Membro da Comissão de Auditoria |

Marcelo Faria de Lima

Data de Nascimento

1 de
dezembro de
1961

Curriculum Académico

1981-1985 Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Experiência Profissional

| | |
|----------------------|--|
| 1988-1989 | Professor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil |
| 1989-1996 | Commercial Banker da ABN AMRO Bank, São Paulo, Brasil/Chicago, Estados Unidos |
| 1996-1998 | Vice-Presidente do Banco Garantia, São Paulo, Brasil Banco de Investimentos |
| 1998-2000 | Diretor da Donaldson, Lufkin & Jenrette, São Paulo, Brasil Banco de Investimentos |
| 2000 | Co-Fundador e Diretor Executivo da Areartil, São Paulo, Brasil Portal de Internet para negócios imobiliários |
| 2000-2003 | Co-Fundador e Diretor Executivo da Eugênio WG, São Paulo, Brasil Agência de Publicidade |
| 2002-2005 | Membro do Conselho de Administração da Neovia Telecomunicações, SA, São Paulo, Brasil Operadora Wi-Fi/WiMax no Estado de São Paulo |
| 2007-2016 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Produquímica Indústria e Comércio, SA, São Paulo, Brasil Companhia líder na produção de soluções em micronutrientes para a agricultura e alimentação animal, que também produz ingredientes para o tratamento de água e para processos industriais |
| 2009-2016 | Membro do Conselho de Administração da C1 Financial Inc., Saint Petersburg, Florida, Estados Unidos Companhia de capital aberto, registrada no Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos, com as suas ações negociadas na NYSE sob o ticker BNK. Banco comercial com atuação na região da Florida, Estados Unidos, com ativos totais superiores a US\$ 1.500 milhões. Essa companhia foi incorporada por outro banco em 2016 |
| Desde fevereiro 2003 | Sócio e Co-Fundador da Artesia Gestão de Recursos, SA, São Paulo, Brasil Sociedade autorizada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de Administração de Carteira de Valores Mobiliários |
| Desde janeiro 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions SA, São Paulo, Brasil Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker FRIO3, multinacional de origem brasileira e uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos de refrigeração comercial do tipo Plug-In, com operações no Brasil, Estados Unidos da América, México, Dinamarca, Turquia, Rússia, Ucrânia, Indonésia e Índia |
| Desde janeiro 2008 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Restoque Comércio e Confeccões de Roupas SA, São Paulo, Brasil (desde junho 2018 Presidente do Conselho de Administração) Companhia de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBovespa sob o ticker LLIS3, é uma das principais companhias varejistas do setor de vestuário e acessórios de moda de alto padrão, cosméticos e artigos de decoração, no Brasil, com faturamento anual de mais de BRL 1.000 milhões |
| Desde março 2008 | Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret A.Ş. Izmir, Turquia Companhia de capital aberto, devidamente registrada no Capital Markets Board da Turquia e com as suas ações negociadas na Istanbul Stock Exchange sob o ticker KLMSN. Controlada pela Metalfrio Solutions, SA, a Klimasan atua no segmento de refrigeração comercial do tipo Plug-In |

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Data de Nascimento

12 de
setembro de
1952

Curriculum Académico

| | |
|------|--|
| 1975 | Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade do Porto |
| 1978 | MSc em Management Sci. and Operation Research (University of Warwick – UK) |
| 1982 | Ph dem Management Sciences (University of Warwick – UK) |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|--|
| 1975-1987 | Professor Auxiliar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto |
| 1987-1988 | Membro do Conselho de Administração da EDP, Eletricidade de Portugal, E.P |
| 1993-1996 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e Administrador-Delegado da Tafisa – Tableros de Fibras, SA |
| 1993-1998 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Tecnologias de Informação |
| 1997-1998 | Presidente do Conselho de Administração da Sonae Retalho Especializado, SGPS, SA |
| 1998-1998 | Presidente do Conselho de Administração da TVI – Televisão Independente, SA |
| 1998-2000 | Presidente do Conselho Geral do Público – Comunicação Social, SA |
| 1998-2003 | Presidente do Conselho de Administração da BA Vidro |
| 2003-2005 | Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| 2005-2012 | Membro do Conselho Consultivo da 3i Spain |
| 2006-2014 | Membro do Conselho de Administração do Banco BPI |
| 2009-2012 | Membro do Conselho de Supervisão da Jerónimo Martins Dystrybucja, SA |
| 2010-2014 | Presidente do Conselho de Administração da La Seda Barcelona |
| 1998-2020 | Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I - Serviços de Gestão e Investimento, S.A. |

Fuencisla Clemares

Data de Nascimento

7 de janeiro de
1974

Curriculum Académico

| | |
|-----------|---|
| 1992-1996 | Bachelor em Administração de Empresas, European Business Program |
| 1999 | Programa de Intercâmbio no MBA da Kellogg Graduate School of Management, Chicago, USA |
| 2000 | MBA – IESE Business School, Universidade de Navarra, Barcelona |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|---|
| 2000-2007 | Associado Sénior da Mckinsey & Company |
| 2007-2009 | Diretora do Carrefour Spain |
| 2009-2009 | Diretora de Retalho da Google Spain |
| 2010-2011 | Diretora de Retalho e FMCG da Google Spain |
| 2012-2015 | Membro do Conselho de Administração da Adigital |
| 2013-2016 | Diretora de Vendas da Google Spain |
| 2013-2016 | Líder da “Iniciativa Móvel” na Google Spain |
| 2013-2018 | Membro do Conselho Consultivo da Mckinsey Alumni Advisory Council |
| 2015-2016 | Membro do Conselho de Administração da MMA (Associação de Marketing e Retalho) em Espanha |
| 2015-2017 | Mentor no programa Impact: um programa acelerador de start-up móvel em Madrid |
| 2016-2016 | Membro do Conselho de Administração da Adolfo Dominguez |
| 2016-2020 | Membro do Conselho Consultivo Académico da Academia de Internet, a plataforma de treino da ISDI |

| | |
|------------|---|
| Desde 2013 | Professora de Marketing Digital da ISDI (Instituto Superior para o Desenvolvimento da Internet) participando no MIB. Programas DIBEX e In-Company |
| Desde 2015 | Membro da Junta Territorial em Madrid (Alumni Council) da IESE |
| Desde 2015 | Professora Convidada da IESE |
| Desde 2016 | Diretora em Espanha e Portugal da Google LLC |
| Desde 2018 | Consultora do Conselho de Administração da Consentino, SA |

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Data de Nascimento

11 de maio de
1950

Curriculum Académico

| | |
|-----------|---|
| 1968-1972 | Engenharia Comercial, Gestão, Distinction – Universidade de Leuven |
| 1972-1973 | Mestrado, Gestão de Empresas, High Distinction – Vlerick Business School |
| 1975-1977 | Mestrado em Administração de Empresas (MBA), Baker Scholar, Highest Distinction – Harvard Business School |
| 1977-1979 | Mestrado em Administração de Empresas (MBA) (1983), Highest Distinction – Harvard Business School |
| 2008-2009 | Consultoria e Coaching para a Mudança – INSEAD |

Experiência Profissional

| | |
|----------------------|--|
| 1979-2008 | Paul Desmarais Professor de "Active Ownership" INSEAD, Fontainebleau e Singapura – Professor convidado da Stanford Business School (1984-1985), e da Harvard Business School (1990) |
| 1985-2006 | Co-fundador, Sócio Não-Executivo e Presidente da Procuritas, AB, Stockholm, Sweden |
| 1985-2014 | Presidente do Conselho de Administração da Dujardin Foods, NV |
| 1998-2000 | Presidente do Conselho de Administração da Pieters Visbedrijf |
| 1998-2016 | Co-Fundador e Membro do Conselho de Administração da Quest for Growth NV |
| 2010-2013 | Administrador Independente da Governance for Owners Ltd, London, UK |
| 2011-2014 | Administrador Independente da Sioen Industries |
| 2015-2018 | Membro do Conselho de Administração da MyMicroInvest |
| 2006-2020 | Administrador Não-Executivo da Vandemoortele NV |
| Desde 1993 | Co-Fundador e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Capricorn Partners |
| Desde 2008 | Reitor (2008-2016), Professor e Reitor Honorário (2016-presente) da Vlerick Business School |
| Desde 2009 | Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Ardo NV |
| Desde 2016 | Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da FBN Belgium – The Family Business Network Atividades sem fins lucrativos |
| 2008-2015 | Membro do Conselho de Administração da EABIS – European Academy of Business in Society |
| 2008-2015 | Membro do Conselho de Administração da Vlerick Business School |
| Desde 2008 | Membro do Conselho de Administração da Guberna, Instituto de Administradores, Bélgica |
| Desde 2019 | Membro do Conselho de Administração da Strongroots Limited, Irlanda |
| Desde julho 2019 | Membro do Conselho de Administração da Awacs3 Enterprises NV |
| Desde agosto 2019 | Membro do Conselho de Administração da Deltronic NV |

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Data de Nascimento

13 de janeiro
de 1970

Curriculum Académico

1989-1994 Licenciatura em Gestão, Universidade Católica do Porto

1999-2000 MBA, INSEAD, Fontainebleau, França

Experiência Profissional

2018-2019 Membro do Conselho de Administração da BA - Business Angels, SGPS, S.A

2018-2019 Membro do Conselho de Administração da BA - Capital, SGPS, S.A.

2018-2020 Membro do Conselho de Administração da Vistas da Foz – Sociedade Imobiliária, SA

2018-
set.2020 Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo

Desde 1990 Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA

Desde 1992 Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA

Desde 2000 Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SGPS, SA

Desde 2002 Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA

Desde 2006 Membro do Conselho de Administração da SONAECOM – SGPS, SA

Desde 2008 Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA

Desde 2009 Membro do Conselho de Administração da Público – Comunicação Social, SA

Desde 2011 Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA

Desde 2011 Administradora única da Sekiwi, SGPS, SA

Desde 2012 Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA

Desde 2013 Membro Não Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA

Desde 2018 Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA

Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA

Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde maio de 2019)

Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA

Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA

Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA

Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Realejo – Sociedade Imobiliária, SA

Desde abril
2019 CEO da Sonae – SGPS, SA

Desde 2019 Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA

Desde 2020 Gerente da Tangerine Wish, Lda.

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Data de Nascimento

21 de
dezembro de
1980

Curriculum Académico

1998-2003 Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia, Universidade do Porto

2004-2004 Pós-Graduação em Gestão – New York University, Nova Iorque
 2007-2009 MBA – London Business School, Londres

Experiência Profissional

2003-2004 Brand manager – JW Burmester, SA, Nova Iorque
 2005-2007 Analista da McKinsey & Company
 2009-2011 Associado da McKinsey & Company
 2011-2013 Subdiretor de Gestão de Inovação da Portugal Telecom
 2013-2014 Diretor da Business *Unit Cloud* da Portugal Telecom
 2014-2015 Diretor de Corporate Strategy da Sonae – SGPS, SA
 2015-2018 Diretor de Group Strategy, Planning and Control da Sonae – SGPS, SA
 2016-2018 Docente de Estratégia – Executive MBA da Porto Business School
 2018-2019 Administrador do Centro Corporativo da Sonae – SGPS, SA
 Desde 2016 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
 Desde 2018 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA
 Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA (desde dezembro 2019, Presidente do Conselho de Administração)
 Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
 Desde 2018 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investments, BV
 Desde 2018 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel, BV
 Desde 2018 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da MKTPlace - Comércio Eletrónico, SA
 Desde 2019 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
 Desde abril 2019 Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Sonae – SGPS, SA
 Desde 2019 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
 Desde 2019 Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA
 Desde 2020 Membro do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L.
 Desde 2021 Membro do Conselho de Administração da Sonae RE, SA

Cargos exercidos noutras sociedades

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco Portugal, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Migracom, SA
 Membro do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA
 Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA
 Membro do Conselho de Administração da BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA
 Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo
 Sócio Gerente da OKUK, Lda
 Membro do ERT - European Round Table of Industrialists
 Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE
 Presidente do Installation Committee do Projeto BIOPOLIS

Presidente de Direção da Associação Viridia

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Presidente Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SA
 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, SA
 Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA
 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
 Membro do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae FS, SA

Cargos exercidos noutras entidades

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA
 Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA
 Membro do Conselho de Administração da Love Letters - Galeria de Arte, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Enxomil – Sociedade Imobiliária, SA
 Presidente do Conselho Diretor da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)
 Membro do Conselho de Administração da Fundação Cargaleiro

José Manuel Neves Adelino

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

Margaret Lorraine Trainer

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Nenhum

Marcelo Faria de Lima

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Sócio e Co-Fundador da Artesia Gestão de Recursos SA
 Membro do Conselho de Administração da Amber Internacional LLC

Diretor da Baixo Augusta Hotel Ltda
 Diretor da Barroquinha Estacionamentos S.A.
 Sócio Gerente da CBM Holding Qualified Family, LP (Canadá)
 Membro do Conselho de Administração da CBM Holding Qualified Family, LP (Nova Zelândia)
 Sócio Gerente da CBM Holding Subsidiary, LP (Canadá)
 Diretor Presidente da Colfax Participações, SA
 Diretor da Dover Participações, SA
 Diretor da GCR Administração e Participações Ltda
 Diretor da Hotéis Design, S.A.
 Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret AŞ
 Sócio-Gerente da Lima & Smith Ltda
 Presidente do Conselho de Administração da Metalfrío Servicios SA de CV
 Membro do Conselho de Administração da Metalfrío Solutions AS
 Presidente do Conselho de Administração da Metalfrío Solutions SA
 Presidente do Conselho de Administração da Metalfrío Solutions SA Sogutma Sanayi Ve Ticaret AS
 Diretor da Nova Bahia Empreendimentos
 Membro do Conselho de Administração da Peach Tree LLC
 Presidente do Conselho de Administração da Restoque Comércio e Confeccões de Roupas SA
 Diretor da Rio Verde Consultoria e Participações Ltda
 Diretor da Tira-Chapéu Empreendimentos Ltda
 Membro do Conselho de Administração da Turquoise Capital CV
 Diretor Presidente da Winery Participações Ltda
 Diretor Presidente da Zimbro Participações, S.A.

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SA
 Vice-Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA
 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Fim do Dia, SGPS, SA
 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Lynx Finance GP, LLC
 Membro do Conselho de Administração da Teak BV
 Membro do Conselho de Administração da Fundação de Serralves

Fuencisla Clemares

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Professora de Marketing Digital da ISDI (Instituto Superior para el Desarrollo de Internet)
 Professora convidada da IESE
 Diretora em Espanha e Portugal da Google LLC
 Consultora do Conselho de Administração da Cosentino, SA

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Co-Fundador e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Capricorn Partners

Professor e Reitor Honorário da Vlerick Business School

Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Ardo NV

Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da FBN Belgium - The Family Business Network

Membro do Conselho de Administração da Guberna, Instituto de Administradores, Bélgica

Membro do Conselho de Administração da Strongroots Limited, Irlanda

Membro do Conselho de Administração da Awacs3 Enterprises NV

Membro do Conselho de Administração da Deltronic NV

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Membro do Conselho de Administração da SONAECOM – SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Público – Comunicação Social, SA

Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA

Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA

Membro do Conselho de Administração da Efanor - Investimentos, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA

Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA

Administradora única da Sekiwi, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA

Membro do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA

Membro do Conselho de Administração da Realejo – Sociedade Imobiliária, SA

Gerente da Tangerine Wish, Lda.

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA

Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae MC, SGPS, SA
 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA
 Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investment, BV
 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel, BV
 Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da MKTPlace - Comércio Eletrónico
 Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
 Membro do Conselho de Administração da Sonae FS, SA
 Membro do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L.
 Membro do Conselho de Administração da Sonae RE, S.A.

Cargos exercidos noutras entidades

Nenhum

Conselho Fiscal

Qualificações Profissionais e elementos curriculares

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Data de Nascimento

4 de
setembro de
1957

Curriculum Académico

| | |
|------|---|
| 1984 | Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Prémio Doutor António José Sarmento |
| 1987 | Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa |
| 1992 | Participação no Young Managers Programme no INSEAD – European Institute of Business Administration, Fontainebleau |
| 2002 | Mestre em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto |
| 2015 | Doutorada em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|--|
| 1984-1985 | Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Microeconomia |
| 1985-1990 | Técnica de Assessoria de Estudos Económicos e Planeamento do BPI – Banco Português de Investimento, SA |
| 1990-1992 | Analista Sénior na área da Banca de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA |
| 1991-1999 | Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – área da Contabilidade |
| 1992-1996 | Subdiretora no departamento de Banco de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA |
| 1996-2006 | Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) como formadora no Curso de Preparação para ROC |
| 2002-2008 | Colaboração com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) na área da formação profissional |
| 2008-2009 | Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) na área da formação profissional |

| | |
|------------|--|
| 2015 | Membro do Júri das Provas Orais do Exame para Revisor Oficial de Contas (ROC) |
| 2015-2019 | Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), como formadora do Curso de Preparação para ROC |
| Desde 1996 | Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa), na área da Contabilidade Diretora do Mestrado em Auditoria e Fiscalidade |
| Desde 2008 | Atividade de consultoria através do Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa) |
| Desde 2016 | Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA |
| Desde 2017 | Presidente do Conselho Fiscal da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial |
| Desde 2017 | Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Membro do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho Fiscal da SDRS – Sports Division SR, SA |

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Data de Nascimento

6 de maio de
1948

Curriculum Académico

| | |
|------|---|
| 1970 | Licenciatura em Economia – Universidade do Porto |
| 1986 | Doutoramento em Economia – Universidade Técnica de Lisboa |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|--|
| 1970-2009 | Docente na Universidade do Porto: |
| 1970-1999 | - Faculdade de Economia |
| 1988-2000 | - ISEE (Instituto Superior de Estudos Empresariais) |
| 1989-2002 | - Faculdade de Engenharia |
| 2000-2008 | - EGP – Escola de Gestão do Porto (atualmente Porto Business School) |
| 2008-2009 | - EGP – University of Porto Business School (atualmente Porto Business School) |
| 2009-2009 | - Faculdade de Economia |
| 1978-1979 | Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto |
| 1983-2021 | Economista em regime de profissão liberal |
| 1990-1995 | Pró-Reitor para a Orientação da Gestão Financeira da Universidade do Porto |
| 1995-1996 | Ministro da Economia do XIII Governo da República Portuguesa |
| 1996-2000 | Diretor Executivo da AURN – Associação das Universidades da Região Norte |
| 1996-2006 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial (Celbi), SA |
| 1997-1999 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da INPARSA – Indústrias e Participações, SGPS, SA |
| 1997-2007 | Presidente do Conselho Fiscal da SPGM – Sociedade de Investimentos |
| 1997-2008 | Membro do Conselho de Administração do Finibanco, SA |
| 1999-2002 | Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões |
| 1999-2006 | Membro dos Conselhos Consultivos da Sonae – SGPS, SA e Sonae Indústria, SA |
| 2000-2012 | Presidente do Conselho Consultivo do IGFCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social |
| 2001-2003 | Membro do Conselho Consultivo de Indústrias de Condutores Elétricos e Telefónicos F. Cunha Barros, SA |
| 2001-2011 | Membro do Conselho de Administração da Finibanco Holdings, SGPS, SA |
| 2003-2014 | Encarregado de Missão do PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos do Ministério da Economia e Ministério da Segurança Social e do Trabalho do Governo Português |

| | |
|--------------------|--|
| 2004-2013 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS, SA |
| 2006-2009 | Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A. |
| 2007-abril 2019 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae – SGPS, SA |
| 2008-2021 | Presidente do Conselho Fiscal da Bial - Portela e Companhia, S.A. |
| 2009-2016 | Diretor-Geral da COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação |
| 2010-2021 | Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, S.A. (ex-Nanium, S.A.) |
| 2011-2012 | Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, SA |
| 2016-2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, SA |
| 2016-2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sociedade Figueira Praia, SA |
| 2017-2019 | Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da SFP OnLine, SA |
| 2017-2021 | Presidente do Conselho Fiscal da GGND – Galp Gás Natural Distribuição, SA |
| 2018-2019 | Presidente do Conselho Pedagógico da Mast3r Academia Efacec |
| 2019-2020 | Vogal do Conselho Fiscal do Banco L. J. Carregosa, SA |
| 2003-2021 | Membro do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Fundação Bial |
| 2008-2021 | Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative, entidade criada pelo FEI – Fundo Europeu de Investimento |
| 2017-2021 | Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo |
| 2019-2021 | Anteriormente (janeiro 2014 a novembro de 2017), integrou este órgão como vogal Vogal do Conselho Fiscal da Sonae – SGPS, SA |
| 2019-2021 | Membro Não Executivo do Conselho de Administração da SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, SA |
| 2020-2021 | Presidente do Conselho Fiscal da RACE – Refrigeration & Air Conditioning Engineering, SA |

Manuel Heleno Sismeiro

Data de Nascimento

5 de janeiro
de 1945

Curriculum Académico

| | |
|------|--|
| 1964 | Contabilista, ICL – Lisboa |
| 1971 | Licenciatura em Finanças, ISCEF – Lisboa |

Experiência Profissional

| | |
|-----------|---|
| 1965-1966 | Professor de Contabilidade e Cálculo Comercial do curso geral de Comércio – Escola Industrial e Comercial de Leiria |
| 1970-1971 | Técnico no Serviço de Organização e Métodos – Banco da Agricultura |
| 1971-1981 | Assistente tendo lecionado aulas teórico-práticas de Matemática, Estatística, Econometria e Investigação – Instituto Superior de Economia de Lisboa |
| 1974-1975 | Revisor Oficial de Contas Assistente de Auditoria – Arthur Young & Co |
| 1974-1976 | Assistente (primeiro ano letivo) e encarregado da regência (no segundo ano letivo) da cadeira de Contabilidade Geral do Curso de Gestão – Universidade Católica Lisboa |
| 1976-1977 | Técnico colocado no Gabinete de Estudos Económicos e no Departamento de Controle das empresas associadas – Banco Borges & Irmão |
| 1977-1980 | Chefe de Divisão da Gestão e Controle de Armazéns. Responsável pela gestão de stocks dos armazéns centrais da empresa e de um projeto de implantação a nível nacional do informatizado do controle e gestão de stocks - CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal |
| | Sócio da Coopers & Lybrand e da Bernardes, Sismeiro & Associados, desde 1998 PricewaterhouseCoopers - auditores e revisores oficiais de contas |
| 1980-2008 | Responsável pela auditoria e revisão oficial de contas nos mais diversos sectores da atividade económica. Empresas mais importantes: Sonae (grupo); Amorim (grupo); Unicer (grupo); Sogrape (grupo); Barros (grupo); TMG (grupo); Lactogal (grupo); Avelada (grupo); RAR (grupo); Cires; Ford; REN |

| | |
|------------|---|
| | Responsável pela gestão do escritório do Porto das referidas sociedades 1982 a 2008 |
| | Diretor da Divisão de Auditoria no período 1998 - 2002 e membro do Comité Executivo (órgão de gestão) da PricewaterhouseCoopers, no mesmo período |
| 2009-2017 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Indústria, SGPS, SA |
| 2010-2017 | Presidente do Conselho Fiscal da Segafredo Zanetti (Portugal) – Comercialização e Distribuição de Café, SA |
| 2014 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) |
| 2015 | Presidente do Conselho Fiscal do Banif – Banco de Investimento, SA |
| Desde 2008 | Consultor em especial nas áreas de auditoria interna e controle interno |
| Desde 2009 | Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, SA |
| Desde 2009 | Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA |
| Desde 2018 | Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA |

Cargos exercidos noutras sociedades

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Presidente do Conselho Fiscal da SDSR – Sports Division, SR, SA
 Membro do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, SA
 Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA
 Presidente do Conselho Fiscal da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial
 Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa)
 Consultadoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica Portuguesa – CRP

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Presidente do Conselho Fiscal da GGND - Galp Gás Natural Distribuição, SA
 Presidente do Conselho Fiscal da Bial – Portela e Companhia, SA
 Presidente do Conselho Fiscal da RACE – Refrigeration & Air Conditioning Engineering, SA
 Membro do Conselho de Administração da SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, SA
 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, SA
 Membro do Comité de Investimentos de PPCI – Portuguese Venture Capital Initiative
 Presidente do Conselho Pedagógico da Mast3r Academia Efacec, da Efacec Serviços Corporativos, SA
 Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo
 Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Bial

Manuel Heleno Sismeiro

Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

Cargos exercidos noutras entidades

Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal da Sonae Arauco Portugal, SA

Presidente do Conselho Fiscal da OCP Portugal – Produtos Farmacêuticos, SA

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

BETTER

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2020**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso | 01 jan 2019 Reexpresso |
|--|--------|----------------------|---------------------------|---------------------------|
| ATIVO | | | | |
| ATIVOS NÃO CORRENTES: | | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 8 | 1.695.077.660 | 1.688.284.139 | 1.656.150.305 |
| Ativos intangíveis | 9 | 413.375.902 | 401.667.381 | 365.568.045 |
| Ativos sob direito de uso | 10 | 1.053.829.561 | 1.060.191.250 | 968.967.250 |
| Propriedades de investimento | 11 | 319.417.528 | 347.859.459 | 998.577.368 |
| Goodwill | 12 | 670.816.144 | 678.895.512 | 779.450.545 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 13 | 1.548.383.214 | 1.607.581.376 | 1.979.366.453 |
| Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados | 14 | 97.668.772 | 58.367.252 | 26.399.881 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 14 | 115.903.789 | 5.344.810 | 6.954.172 |
| Outros investimentos | 7 e 15 | 14.266.208 | 15.536.724 | 13.841.288 |
| Ativos por impostos diferidos | 22 | 358.072.804 | 331.385.376 | 311.493.905 |
| Outros ativos não correntes | 7 e 16 | 41.232.738 | 53.982.880 | 80.286.911 |
| Total de ativos não correntes | | 6.328.044.320 | 6.249.096.159 | 7.187.056.123 |
| ATIVOS CORRENTES: | | | | |
| Inventários | 17 | 636.072.241 | 663.919.735 | 671.321.594 |
| Clientes | 7 e 18 | 147.594.934 | 115.052.834 | 141.935.385 |
| Outras dívidas de terceiros | 7 e 19 | 102.619.195 | 102.069.694 | 79.832.822 |
| Imposto sobre o rendimento | 44 | 37.711.054 | 42.283.336 | 48.363.429 |
| Estado e outros entes públicos | 20 | 42.016.611 | 42.600.020 | 48.719.966 |
| Outros ativos correntes | 21 | 80.218.791 | 92.433.621 | 80.001.977 |
| Outros investimentos | 7 e 15 | 3.345.882 | 665.213 | 1.558.683 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 e 23 | 763.302.610 | 609.830.153 | 696.243.071 |
| Total de ativos correntes | | 1.812.881.318 | 1.668.854.606 | 1.767.976.927 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 24 | 8.001.633 | 1.126.364.434 | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 8.148.927.271 | 9.044.315.199 | 8.955.033.050 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | | |
| Capital social | 25 | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 |
| Ações próprias | 25 | (93.340.758) | (99.806.645) | (104.204.112) |
| Reservas legais | 2,25 | 277.452.299 | 268.028.145 | 251.937.767 |
| Reservas e resultados transitados | 25 | (262.266.902) | (202.151.933) | (287.503.688) |
| Resultado líquido do período atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | 70.944.578 | 165.779.633 | 208.583.551 |
| Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | 1.992.789.217 | 2.131.849.200 | 2.068.813.518 |
| Interesses que não controlam | 26 | 447.063.129 | 974.714.342 | 1.125.755.368 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | 2.439.852.346 | 3.106.563.542 | 3.194.568.886 |
| PASSIVO: | | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | | |
| Empréstimos bancários | 7 e 27 | 1.006.897.412 | 1.030.106.845 | 1.071.821.181 |
| Empréstimos obrigacionistas | 7 e 27 | 687.699.113 | 560.329.333 | 513.293.183 |
| Outros empréstimos | 7 e 27 | 1.806.789 | 1.871.274 | 2.753.318 |
| Passivo de locação | 7 e 10 | 1.100.459.060 | 1.088.290.449 | 990.623.896 |
| Outros passivos não correntes | 7 e 29 | 80.942.994 | 89.970.758 | 103.637.968 |
| Passivos por impostos diferidos | 22 | 479.103.073 | 472.289.494 | 502.279.121 |
| Provisões | 34 | 47.032.991 | 42.652.254 | 41.375.212 |
| Total de passivos não correntes | | 3.403.941.432 | 3.285.510.407 | 3.225.783.879 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | | |
| Empréstimos bancários | 7 e 27 | 177.139.325 | 191.449.849 | 287.144.891 |
| Empréstimos obrigacionistas | 7 e 27 | 9.849.955 | 2.846.335 | 210.841.257 |
| Outros empréstimos | 7 e 27 | 6.367.713 | 1.972.286 | 2.722.507 |
| Passivo de locação | 7 e 10 | 107.387.576 | 102.781.525 | 73.331.108 |
| Fornecedores | 7 e 31 | 1.338.556.811 | 1.337.962.023 | 1.286.775.817 |
| Outras dívidas a terceiros | 7 e 32 | 206.835.175 | 215.620.696 | 243.475.081 |
| Imposto sobre o rendimento | 44 | 16.148.599 | 13.464.954 | 18.212.113 |
| Estado e outros entes públicos | 20 | 96.992.405 | 100.751.716 | 99.761.468 |
| Outros passivos correntes | 33 | 325.647.099 | 294.369.773 | 306.493.021 |
| Provisões | 34 | 16.344.127 | 4.405.596 | 5.923.022 |
| Total de passivos correntes | | 2.301.268.785 | 2.265.624.753 | 2.534.680.285 |
| Passivos não correntes detidos para venda | 24 | 3.864.708 | 386.616.497 | - |
| TOTAL DO PASSIVO | | 5.709.074.925 | 5.937.751.657 | 5.760.464.164 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 8.148.927.271 | 9.044.315.199 | 8.955.033.050 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|--|--------------|---------------------|---------------------------|
| Vendas | 6 | 6.523.913.672 | 6.050.036.150 |
| Prestações de serviços | 6 | 303.110.407 | 383.290.691 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | 11 | (27.908.838) | 4.924.364 |
| Rendimentos ou gastos relativos a investimentos | 38 | 21.863.021 | (29.875.177) |
| Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados | 14 | 21.709.652 | 712.602 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 39 | 40.535.551 | 17.678.806 |
| Outros rendimentos | 40 | 140.360.123 | 130.806.606 |
| Custo das vendas | 17 | (4.728.423.274) | (4.337.519.744) |
| Variação da produção | 17 | (2.866.528) | (3.986.301) |
| Fornecimentos e serviços externos | 41 | (700.434.916) | (672.180.857) |
| Gastos com o pessoal | 42 | (880.085.704) | (867.232.002) |
| Amortizações e depreciações | 6, 8, 9 e 10 | (342.146.400) | (330.593.724) |
| Perdas por imparidade | 34 e 50 | (50.750.461) | (28.651.373) |
| Provisões | 34 e 50 | (30.449.286) | (9.704.926) |
| Gastos e perdas financeiros | 39 | (140.805.510) | (127.764.579) |
| Outros gastos | 43 | (83.324.563) | (84.780.969) |
| Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 13.3 | (3.641.782) | 142.867.063 |
| Resultado antes de impostos das operações continuadas | | 60.655.164 | 238.026.630 |
| Imposto sobre o rendimento | 44 e 50 | (4.453.179) | (18.210.151) |
| Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas | | 56.201.985 | 219.816.479 |
| Resultado depois de impostos das operações descontinuadas | 5 | (542.828) | 14.804.256 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 55.659.157 | 234.620.735 |
| Atribuível a Acionistas da empresa-mãe: | | | |
| Operações continuadas | | 71.487.406 | 152.972.961 |
| Operações descontinuadas | | (542.828) | 12.806.672 |
| | | 70.944.578 | 165.779.633 |
| Atribuível aos Interesses que não controlam | | | |
| Operações continuadas | | (15.285.421) | 66.843.518 |
| Operações descontinuadas | | - | 1.997.584 |
| | 26 | (15.285.421) | 68.841.102 |
| Resultados por ação | | | |
| Das operações continuadas | | | |
| Básico | 46 | 0,03742 | 0,08034 |
| Diluído | 46 | 0,03497 | 0,07701 |
| Das operações descontinuadas | | | |
| Básico | 46 | (0,00028) | 0,00673 |
| Diluído | 46 | (0,00027) | 0,00629 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|---|-------|---------------|---------------------------|
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 55.659.157 | 234.620.735 |
| Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados: | | | |
| Variação nas reservas de conversão cambial | | 16.880.066 | (16.919.844) |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | 14.3 | (93.483.023) | (15.514.519) |
| Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa | 28 | 2.311.427 | (1.185.169) |
| Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral | | (112.665) | 156.570 |
| Outros | | (315.733) | (201.158) |
| | | (74.719.928) | (33.664.120) |
| Items de outro rendimento integral que foram reclassificados para a demonstração dos resultados: | | | |
| Reservas de conversão cambial relativas às operações descontinuadas | 5 | (5.470.151) | 203.283 |
| Items de outro rendimento integral que foram reclassificados para a demonstração dos resultados: | | (5.470.151) | 203.283 |
| Items de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados: | | | |
| Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor | 14.3 | (28.192.640) | 1.593.620 |
| Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício | | (108.382.719) | (31.867.217) |
| Total rendimento integral consolidado do exercício | | (52.723.562) | 202.753.518 |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas da empresa-mãe | | (15.788.516) | 141.610.545 |
| Interesses que não controlam | | (36.935.045) | 61.142.973 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| Notas | Capital Social | Ações Próprias | Reservas Legais | Reservas e Resultados Transitados | | | | | Outras Reservas e Resultados Transitados | Total de Reservas e Resultados Transitados | Resultado Líquido do Exercício | Total | Interesses que não controlam (Nota 26) | Total do Capital Próprio |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------------------------------|-------------------------|-----------------------|---|--|--|--|--------------------------------|---------------|--|--------------------------|
| | | | | Reservas de Conversão Cambial | Reservas de Justo Valor | Reservas de Cobertura | Premio de Opção das Obrigações Convertíveis | Atribuível aos acionistas da empresa-mãe | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2019 - Publicado | 2.000.000.000 | -104.204.112 | 251.937.767 | 4.160.385 | 2.146.500 | 123.615 | 22.313.000 | (236.063.188) | (207.319.688) | 221.653.131 | 2.162.067.098 | 1.127.493.090 | 3.289.560.188 | |
| Impacto da aplicação da IFRS 16 | - | - | - | - | (1.456.484) | - | - | (78.727.516) | (80.184.000) | (13.069.580) | (93.253.580) | (1.737.722) | (94.991.302) | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2019 Reexpresso | 2.000.000.000 | (104.204.112) | 251.937.767 | 4.160.385 | 690.016 | 123.615 | 22.313.000 | (314.790.704) | (287.503.688) | 208.583.551 | 2.068.813.518 | 1.125.755.368 | 3.194.568.886 | |
| Total do rendimento integral consolidado do exercício | - | - | - | (11.560.822) | 1.991.442 | (797.362) | - | (13.244.617) | (23.611.359) | 165.221.904 | 141.610.545 | 61.142.973 | 202.753.518 | |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2018 | | | | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | - | - | 16.090.378 | - | - | - | - | 191.036.689 | 191.036.689 | (208.583.551) | (1.456.484) | - | (1.456.484) | |
| Dividendos distribuídos | 25 e 26 | - | - | - | - | - | - | (83.964.892) | (83.964.892) | - | (83.964.892) | (224.201.060) | (308.165.952) | |
| Distribuição de rendimentos de fundo de investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (236.205) | (236.205) | |
| Transferência para Outras Reservas na data de maturidade | - | - | - | - | - | - | (22.313.000) | 22.313.000 | - | - | - | - | - | |
| Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação | - | - | - | - | - | - | - | 1.132.509 | 1.132.509 | - | 1.132.509 | 6.626 | 1.139.135 | |
| Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap | 25 | - | 4.397.467 | - | - | - | - | (501.887) | (501.887) | - | 3.895.580 | - | 3.895.580 | |
| Variação de percentagem em subsidiárias | - | - | - | - | - | - | - | (188.445) | (188.445) | - | (188.445) | (80.762) | (269.207) | |
| Aquisição de subsidiárias | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 22.306.079 | 22.306.079 | |
| Entradas de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.687.365 | 1.687.365 | |
| Diminuição de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (2.721.067) | (2.721.067) | |
| Partilha do goodwill da Sonae Sierra | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (7.875.300) | (7.875.300) | |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | 550.385 | 550.385 | - | 2.006.869 | (1.069.675) | 937.194 | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 2.000.000.000 | (99.806.645) | 268.028.145 | (7.400.437) | 2.681.458 | (673.747) | - | (197.657.962) | (203.050.688) | 165.221.904 | 2.131.849.200 | 974.714.342 | 3.106.563.542 | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2020 - Publicado | 2.000.000.000 | (99.806.645) | 268.028.145 | (7.400.437) | 2.681.458 | (673.747) | - | (197.657.962) | (203.050.688) | 165.221.904 | 2.131.849.200 | 974.714.342 | 3.106.563.542 | |
| Reexpressão dos ativos financeiros ao justo valor | 5 | - | - | - | - | - | - | (557.729) | (557.729) | 557.729 | - | - | - | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2020 Reexpresso | 2.000.000.000 | (99.806.645) | 268.028.145 | (7.400.437) | 2.681.458 | (673.747) | - | (196.759.207) | (202.151.933) | 165.779.633 | 2.131.849.200 | 974.714.342 | 3.106.563.542 | |
| Total do rendimento integral consolidado do período | - | - | - | 8.273.742 | (28.251.089) | 1.317.493 | - | (68.073.241) | (86.733.095) | 70.944.578 | (15.788.517) | (36.935.045) | (52.723.562) | |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2019 | | | | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | - | - | 9.424.154 | - | - | - | - | 156.355.479 | 156.355.479 | (165.779.633) | - | - | - | |
| Dividendos distribuídos | 25 e 26 | - | - | - | - | - | - | (88.463.006) | (88.463.006) | - | (88.463.006) | (82.475.010) | (170.938.016) | |
| Distribuição de rendimentos de fundo de investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (424.368) | (424.368) | |
| Entrega e atribuição de ações aos colaboradores por extinção de obrigação | - | - | - | - | - | - | - | 560.938 | 560.938 | - | 560.938 | 13.124 | 574.062 | |
| Cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap | 25 | - | 6.465.887 | - | - | - | - | (2.800.319) | (2.800.319) | - | 3.665.568 | - | 3.665.568 | |
| Variação de percentagem em subsidiárias | 4 | - | - | - | - | - | - | (38.865.359) | (38.865.359) | - | (38.865.359) | (24.610.238) | (63.475.597) | |
| Entradas de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 140.000 | 140.000 | |
| Diminuição de capital | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (27.221.946) | (27.221.946) | |
| Perda de controlo de subsidiárias | 4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (356.173.784) | (356.173.784) | |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | (169.607) | (169.607) | - | (169.607) | 36.054 | (133.553) | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 2.000.000.000 | (93.340.758) | 277.452.299 | 873.305 | (25.569.631) | 643.746 | - | (238.214.322) | (262.266.902) | 70.944.578 | 1.992.789.217 | 447.063.129 | 2.439.852.346 | |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------|-----------------|-----------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de clientes | | 6.786.247.491 | 6.490.676.396 |
| Pagamentos a fornecedores | | (5.333.256.270) | (4.960.171.370) |
| Pagamentos ao pessoal | | (872.508.445) | (880.670.306) |
| Fluxos gerados pelas operações | | 580.482.776 | 649.834.720 |
| Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento | | (2.424.014) | (13.768.165) |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividade operacional | | (31.077.960) | (25.097.282) |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | 546.980.802 | 610.969.273 |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | 47 | 270.184.231 | 155.093.659 |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | 55.194.713 | 32.376.006 |
| Juros e rendimentos similares | | 3.337.216 | 4.873.788 |
| Empréstimos concedidos | | 1.193.305 | 658.122 |
| Dividendos | 13 | 11.637.935 | 141.114.478 |
| Outros | 25 | 93.849.674 | 28.107.198 |
| | | 435.397.074 | 362.223.251 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | 47 | (231.328.205) | (120.848.607) |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | (256.138.891) | (315.923.066) |
| Empréstimos concedidos | | (2.676.742) | (5.793.463) |
| Outros | 25 | (92.626.338) | (22.965.006) |
| | | (582.770.176) | (465.530.142) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | (147.373.102) | (103.306.891) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | 35 | 5.702.176.307 | 7.802.719.119 |
| Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | | 19.190.000 | 5.516.946 |
| Outros | | - | 17.800 |
| | | 5.721.366.307 | 7.808.253.865 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Contratos de locação | 35 | (168.675.507) | (165.939.103) |
| Empréstimos obtidos | 35 | (5.612.412.997) | (7.867.842.468) |
| Juros e gastos similares | | (31.926.376) | (40.069.885) |
| Dividendos | | (175.471.392) | (309.067.010) |
| Outros | | (3.269.062) | (2.877.462) |
| | | (5.991.755.334) | (8.385.795.928) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (270.389.027) | (577.542.063) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | 129.218.673 | (69.879.681) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 203.469 | (63.175) |
| Efeito das atividades descontinuadas | 4 | (111.361) | (2.535.126) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 23 | 623.269.608 | 695.621.240 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 23 | 752.173.451 | 623.269.608 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A SONAE, SGPS, SA ("Sonae Holding") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 53 e 54 como Grupo Sonae ("Sonae"). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados na Nota 6.

Factos relevantes ocorridos no exercício

2020 foi um ano marcado pela pandemia do covid-19 e consequentes medidas restritivas à circulação de pessoas impostas por diversos Governos em todo o mundo, que abrangeram medidas de confinamento, restrições horárias e/ou encerramento de espaços comerciais.

Este contexto teve diferentes impactos na atividade de cada negócio do grupo, com níveis de intensidade distintos consoante o setor em que operam, e que naturalmente exigiram uma adaptação das respetivas operações.

Na Sonae, desde o início, foi implementado um modelo de governo próprio para a gestão desta crise, liderado pela Comissão Executiva Sonae em alinhamento com os CEO's dos vários negócios. Foram monitorizados de forma regular os impactos em cada negócio e foram executados planos de contingência que abrangeram toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais.

Desde meados de março de 2020, foram definidas e comunicadas a todos os colaboradores ações obrigatórias relativamente a: viagens de trabalho; participação em congressos, feiras, exposições e formações alargadas; entre muitas outras. No que respeita às operações, e no sentido de garantir a saúde de colaboradores, parceiros e clientes, foram implementadas medidas essenciais como a higienização dos espaços, a utilização de equipamentos de proteção individual, ou limitação do número de pessoas por m² (Nota 41). Em todas as funções em que tal é possível, foi implementado o trabalho remoto, que impactou mais de 6.000 colaboradores. Além disso, em todas as empresas do grupo totalmente controladas pela Sonae em Portugal, optou-se por não recorrer ao mecanismo de *lay-off* simplificado como forma de assegurar o rendimento integral dos colaboradores neste difícil contexto e de cumprir com a missão social da empresa. No caso do retalho alimentar foi ainda atribuído um prémio monetário extraordinário aos colaboradores das lojas e entrepostos, como forma de reconhecimento pela sua disponibilidade para a prestação de um serviço essencial às famílias portuguesas (Nota 42).

Ao longo do ano, foram levadas a cabo diversas iniciativas de apoio generalizado às instituições (hospitais, autarquias, centros de apoio) através da doação de bens alimentares, eletrodomésticos, computadores portáteis, espaços físicos, telecomunicações e serviços.

Apresentamos de seguida um resumo dos principais impactos e iniciativas por negócio:

Sonae MC

O retalho alimentar registou um fluxo crescente de procura impulsionado por um aumento do consumo dentro de casa (em detrimento de visitas a restaurantes).

- A Sonae MC manteve um diálogo estreito com todos os *stakeholders* da cadeia de abastecimento com o intuito de reforçar a sua capacidade de resposta durante a crise, incluindo a ativação de fornecedores alternativos, nomeadamente em território nacional, promovendo a liquidez do mercado especialmente para pequenos produtores. Para estes pequenos produtores nacionais foi ainda estabelecido um programa de pagamento antecipado, com o objetivo de melhorar as suas condições de tesouraria.
- Desde o início da crise a procura pelo canal *online* foi muito alta, originando uma pressão sem precedentes na operação. Neste contexto, a Sonae MC ampliou a sua capacidade de resposta de encomendas diárias e estabeleceu novas parcerias, que permitiram oferecer soluções de conveniência aos seus clientes.
- Durante parte do ano, a Sonae MC viu-se obrigada a encerrar temporariamente toda a operação da Arenal em Espanha, bem como os restaurantes Go Natural, as lojas Bagga e a maioria das clínicas Dr. Wells em Portugal. Neste contexto, a Sonae MC implementou diversas medidas de melhoria de eficiência, e reviu o seu plano de investimentos de forma bastante cuidadosa (Nota 12).

Worten

- No que diz respeito ao retalho de eletrónica, a realidade foi distinta em Portugal e em Espanha:
 - Em Portugal o setor foi classificado como um serviço essencial pelo Governo e por esse motivo, todas as lojas da Worten, com a exceção das lojas Worten Mobile e iServices localizadas em centros comerciais, permaneceram abertas ao longo de 2020 (embora com horários reduzidos).
 - Em Espanha, medidas mais restritivas impostas pelo Governo conduziram, durante uma parte do ano, ao encerramento temporário de todos os estabelecimentos no território continental e de certas lojas nas Ilhas Canárias. Os impactos desta situação foram significativos, tendo a Worten suportado a maior parte dos custos de inatividade. No sentido de mitigar estes impactos, em Espanha Continental a Worten aderiu ao regime de ERTE (*Expediente de Regulación Temporal de Empleo*) em quase todas as equipas, enquanto que nas Canárias aplicou este regime apenas a parte da sua equipa.
- Em ambas as geografias, o canal *online* registou um crescimento bastante acentuado, tendo atingido volumes recorde durante alguns meses que exigiram uma adaptação da capacidade. No sentido de assegurar uma resposta adequada à procura online, a Worten aumentou significativamente a sua capacidade logística, garantindo simultaneamente um forte desempenho em termos de prazos de entrega e satisfação dos clientes.
- No início da pandemia na Ásia (janeiro e fevereiro), a Worten decidiu antecipar as suas compras para reforçar inventários e evitar ruturas. No entanto, a partir do final de fevereiro, o surto espalhou-se rapidamente por Portugal e Espanha, impactando negativamente as vendas, principalmente em Espanha.
- Desde o início do surto, a Worten foi muito célere em adaptar a forma como serve os seus clientes. Com o objetivo de responder da melhor forma às expectativas foram introduzidos modelos de serviço alternativos (ex. drive-thru, novos serviços de assistência remota, entre outros).

Sonae Sierra

- Os centros comerciais, viram encerradas todas as lojas consideradas não essenciais em várias jurisdições durante uma parte do ano (com variações de país para país).
- Com vista a mitigar a perda de vendas dos lojistas, a Sonae Sierra realizou algumas iniciativas como por exemplo: i) um centro comercial virtual, em parceria com o Dott e ii) uma iniciativa *click & collect*, aproveitando o parque de estacionamento disponível nos centros comerciais.
- No decurso de 2020, a Sonae Sierra atribuiu descontos pontuais, de montante significativo, aos seus lojistas e, em particular, as participadas Portuguesas, detidas direta ou indiretamente pelo Grupo, que reduziram significativamente o valor da sua receita proveniente de rendas fixas, na sequência de legislação específica aprovada pelo Parlamento Português, a qual veio a permitir, apenas, o débito de rendas variáveis aos lojistas de centros comerciais, em função da faturação destes aos seus clientes finais, entre 13 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020.
- Simultaneamente, a Sonae Sierra implementou medidas de redução/contenção de custos não essenciais, bem como de investimentos não críticos.
- Realizou uma avaliação do impacto da pandemia no seu plano de desenvolvimento de novos projetos tendo registado imparidades (Nota 11).

Sonae Fashion e ISRG

- No que diz respeito aos negócios de retalho de moda e desporto (Sonae Fashion e ISRG), no 1S20, todas as lojas foram obrigadas a encerrar por um período de tempo, com um forte impacto nas vendas dos canais físicos (incluindo *franchising* e *wholesale*) e no planeamento de coleções. Relativamente ao canal *online*, registou-se um sólido desempenho em todas as marcas, em resultado não só da procura crescente, mas também da capacidade de reforço das propostas de valor e da resposta operacional de todos os negócios.
- Para além de todos os custos suportados durante o período de inatividade (ex.: recursos humanos, rendas imobiliárias, etc.), estimou-se a existência de impactos relevantes ao nível da valorização dos inventários e da capacidade de escoamento dos mesmos. Por esse motivo, no caso da Sonae Fashion foram registadas no primeiro trimestre de 2020 um reforço de provisões para inventários (Nota 50). Não obstante, para atenuar esses efeitos, além da revisão de coleções, nomeadamente através do ajuste ou cancelamento de encomendas, os negócios implementaram medidas de preservação de liquidez e de redução de custos operacionais.

Sonae IM

- A área de tecnologia não sentiu impactos significativos decorrentes desta situação nos resultados de 2020, exceto uma desaceleração nas receitas de *Professional Services*, na revenda de tecnologia (quer pela redução na procura, quer pela quebra no abastecimento) e principalmente no ritmo da atividade comercial de novos negócios.
- A atividade do Público foi impactada, nomeadamente as receitas de publicidade e a venda de jornais, com o fecho da maioria dos pontos de venda durante o segundo trimestre de 2020.

NOS

- Em resultado das medidas implementadas para travar a pandemia, a NOS registou um aumento de tráfego bastante significativo que colocou a rede de telecomunicações sob uma grande pressão. Desde logo a NOS implementou um conjunto de medidas, em conjunto com todos os parceiros operacionais, no sentido de assegurar o bom funcionamento dos serviços, tanto no segmento particular como empresarial, tendo simultaneamente prestado todo o apoio necessário às entidades governamentais.

- O abrandamento da atividade económica e as medidas de distanciamento social tiveram ainda impactos ao nível das receitas da NOS. No segmento de telecomunicações, registou-se uma redução do roaming e das chamadas internacionais devido à restrição de viagens, uma redução nas receitas de mensalidades de canais de desporto premium (dada a ausência de eventos desportivos em direto), uma quebra na venda de equipamentos (resultante do encerramento de toda atividade de retalho) e uma redução de venda de dados móveis motivada pelo aumento da utilização das redes wireless. No segmento de cinemas e audiovisuais, as receitas foram impactadas pelo encerramento de todas as salas de cinemas de 16 de março até 2 de julho, e após a reabertura, a sua atividade foi ainda condicionada pelas regras de limitação impostas durante o último trimestre de 2020 nos centros comerciais em que estão inseridos os cinemas e pelo adiamento de estreias de diversos filmes.

Quanto ao financiamento, no cumprimento das políticas internas e dado o contexto de enorme incerteza, a Sonae passou a priorizar o aumento da liquidez do Grupo, a redução das amortizações previstas para os próximos anos e o aumento da maturidade média da dívida. Neste sentido, em 2020, foram formalizados mais de 750 milhões de euros em financiamentos. A Sonae detém atualmente uma forte posição de liquidez e não se prevê necessidades de financiamento adicionais para os próximos 18 meses, nem se espera no curto prazo qualquer situação de incumprimento dos atuais *covenants* financeiros existentes em qualquer empresa do portfólio.

A aprovação das primeiras vacinas para a COVID-19 no final de 2020 renovou o otimismo sobre o fim da presente crise sanitária, o que poderia ser sinal de uma recuperação económica mais acelerada. Contudo, o surgimento de novas vagas de infeção em diversas geografias desde o final do ano transato, associado à descoberta de novas estirpes do vírus com maior índice de transmissibilidade e mais agressivas, colocaram novamente sob pressão os sistemas de saúde, e em particular as Unidades de Cuidados Intensivos, conduzindo à reintrodução de restrições e a novos períodos de confinamento generalizado da população, em vários pontos do globo.

Em termos de projeção de impactos futuros, em geral, o contexto macroeconómico permanece incerto e intrinsecamente dependente do controlo da situação epidemiológica e da intervenção dos Governos, quer no que concerne ao cumprimento dos planos de vacinação, quer no que diz respeito aos apoios disponibilizados para os agentes económicos. A Sonae continuará a implementar todas as medidas que se considere adequadas para minimizar os seus impactos, em linha com a recomendação das entidades competentes e no melhor interesse de todos os nossos *stakeholders*.

2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2020. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRS - IC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com

impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.22.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

- Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2020:

| Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2020 | Alteração | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|--|--|--|
| IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais | Alteração da definição de negócio | 1-jan-20 |
| IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Reforma das taxas de juro de referência - fase 1 | Introdução de isenções à contabilidade de cobertura, para que a reforma das taxas de juro referência não afete a contabilidade de cobertura | 1-jan-20 |
| IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | Atualização da definição de "material", na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo | 1-jan-20 |
| Estrutura concetual - Alterações na referência a outras IFRS | Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos/passivos e gastos/rendimentos | 1-jan-20 |
| IFRS 16 - Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 | Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações | 1-jun-20 |

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2020. O Grupo efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras. Quanto à adenda da IFRS 16, o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma antecipadamente pelo que as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19 não modificaram as locações contabilizadas.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

| Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2021, já endossadas pela UE | Alteração | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|---|--|
| IFRS 4 – Diferimento da aplicação da IFRS 9 | Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023 | 1-jan-21 |
| IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 | Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados | 1-jan-21 |

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

| Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2021, ainda não endossadas pela UE | Alteração | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|--|--|
| IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 | Proposta de extensão da aplicação do expediente prático sobre as rendas de locação que afetem os pagamentos originalmente devidos em ou antes junho de 2022. | 1/abr/21 |
| IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento | Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis | 1-jan-22 |
| IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato | Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso | 1-jan-22 |
| Ciclo de melhorias 2018 – 2020 | Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 | 1-jan-22 |
| IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual | Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais | 1-jan-22 |
| IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – classificação de passivos | Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo | 1-jan-23 |
| IAS 1 – Divulgação das Políticas Contabilísticas; IAS 8 – Definição de estimativa contabilística | Introdução de definição de “estimativa contabilística” e outras atualizações para distinguir alterações às políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas. | 1-jan-23 |
| IFRS 17 – Contratos de seguro | Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária | 1-jan-23 |
| IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações) | Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações | 1-jan-23 |

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae:

(a) Investimentos financeiros em empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 53.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses que não controlam, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses que não controlam.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da

Sonae são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

(b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm de ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercambio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto nos casos em que os investimentos são detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, em que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9 (1g iii).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas",

após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 54.

(c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empreendimentos conjuntos e associadas acrescido do valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas, são registadas na rubrica "Goodwill" caso se relacionem com aquisições de negócios de subsidiárias (Nota 12) ou mantidas na rubrica "Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas" (Nota 13). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reservas de conversão".

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o goodwill foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Perdas por imparidade”.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do Goodwill reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

(d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Final do exercício | Média do exercício | Final do exercício | Média do exercício |
| Dólar Americano | 0,81493 | 0,87704 | 0,89015 | 0,89342 |
| Franco Suíço | 0,92575 | 0,93431 | 0,92132 | 0,89898 |
| Libra Inglesa | 1,11231 | 1,12496 | 1,17536 | 1,14051 |
| Real Brasileiro | 0,15690 | 0,17198 | 0,22145 | 0,22676 |
| Dólar Australiano | 0,62909 | 0,60463 | 0,62520 | 0,62109 |
| Peso Mexicano | 0,04096 | 0,04103 | 0,04712 | 0,04642 |
| Lira Turca | 0,10973 | 0,12624 | 0,14960 | 0,15734 |
| Metical Moçambicano | 0,01092 | 0,01268 | 0,01445 | 0,01430 |
| Kwanza Angolano | 0,00125 | 0,00154 | 0,00185 | 0,00250 |
| Zloty Polaco | 0,21931 | 0,22511 | 0,23492 | 0,23275 |

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| | Anos |
|--------------------------------|---------|
| Edifícios e outras construções | 10 a 50 |
| Equipamento básico | 10 a 20 |
| Equipamento de transporte | 4 a 5 |
| Ferramentas e utensílios | 4 a 8 |
| Equipamento administrativo | 3 a 10 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 4 a 8 |

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo são detidas maioritariamente pela Sonae Sierra e suas participadas, parte das quais são relevadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os ativos que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, na rubrica de "Propriedades de investimento em desenvolvimento", como se de um ativo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3) deduzido de eventuais perdas por imparidade. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

Os contratos de "fit-out" são contratos pelos quais o Grupo suporta parte das despesas incorridas com o acabamento interior da loja desse lojista. Como contrapartida, o lojista obriga-se a reembolsar o Grupo pelo montante investido, ao longo do prazo do contrato respetivo, em termos e condições que variam de contrato para contrato. Os montantes desembolsados pelo Grupo em contratos de "fit-out" são inicialmente registados ao custo de aquisição, na rubrica de "Propriedade de Investimento", sendo posteriormente ajustados para o correspondente justo valor à data de cada relato, determinado por uma entidade especializada independente e utilizando uma metodologia em tudo idêntica à utilizada na determinação do justo valor da propriedade de investimento à qual estes contratos correspondem. As variações de justo

valor dos contratos de “fit-out” são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de “Variação de valor das propriedades de investimento”.

2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de “Trabalhos para a Própria Empresa” (Nota 40).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.6 Ativos sob direito de uso e locação

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se as empresas do grupo Sonae, enquanto locatárias, obtêm substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento no balanço.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – “right-of-use” ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

Ativos sob direito de uso

O Grupo reconhece o direito de uso dos ativos na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos sob direito de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos ativos sob direito de uso é testada de acordo com a IAS-36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor, o Grupo não reconhece os ativos sob direito de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

Expediente prático

A alteração à IFRS 16 no âmbito da Covid-19, veio permitir a utilização de um expediente prático para os locatários, que isenta da avaliação das bonificações atribuídas pelos locadores se qualificam modificações às locações.

O Grupo optou pela aplicação desta isenção, contabilizando a alteração dos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação nos períodos nos quais o evento ou condição que levou à redução de pagamento ocorre.

O expediente prático apenas é aplicável quando se verificarem cumulativamente as seguintes condições:

- a) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- b) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos a, ou antes de 30 de junho de 2021; e
- c) não existem alterações substantivas a outros termos e condições da locação.

Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito (Nota 2.17). De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (RoU) do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

2.7 Locações na ótica do locador

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.8 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados ou depreciados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- i) no caso das subsidiárias estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo, contudo, o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre

o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/amortizações;

- ii) no caso dos empreendimentos conjuntos e associadas mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes ativos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No caso das participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detida para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial retrospectivamente.

2.9 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.10 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.11 Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

2.12 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor das receitas comerciais e dos descontos de quantidade concedidos por fornecedores, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos nesta natureza de inventários durante o exercício é reconhecido como variação da produção, na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em "Custo das vendas", bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.14 Instrumentos Financeiros

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 7.

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade): a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

São ainda classificados nesta rúbrica os investimentos em associadas, detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. O Grupo faz esta opção separadamente para cada associada.

Mensuração

O grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos", nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio,

são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Sonae avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Sonae desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

(b) Empréstimos concedidos

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 7.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.14.a). Até 31 de dezembro de 2020, quando existisse evidência de que as mesmas se encontravam em imparidade, procedeu-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados.

(c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.14.a).

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

(e) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae, após dedução dos passivos, e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

(f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores”, “Outros passivos correntes” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2020, a Sonae apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

(g) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.18. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

(h) Empréstimos convertíveis em ações

Nas situações em que a Sonae emite instrumentos compostos, nomeadamente obrigações convertíveis, as componentes de passivo financeiro e de capital próprio são reconhecidas nas demonstrações financeiras separadamente de acordo com a substância dos termos contratuais e as definições de instrumento de passivo e de instrumento de capital próprio. A opção de conversão que será liquidada através da extinção do passivo pela entrega de um número fixo de ações da Empresa é considerada um instrumento de capital próprio.

Na data de emissão, o justo valor da componente de passivo é estimado utilizando para o efeito a taxa de juro de mercado para um instrumento de dívida similar, mas não convertível. Este montante é reconhecido como um passivo a custo amortizado utilizando a taxa de juro efetiva até ao momento da sua conversão em ações ou na data de maturidade do empréstimo caso não seja convertido.

A opção de conversão é classificada como Capital Próprio e o seu valor é estimado por dedução ao valor do instrumento como um todo do montante alocado à componente de passivo, sendo este montante reconhecido diretamente em capital próprio. Este montante ficará em Capital Próprio até ao final do contrato sendo transferido para a rubrica de resultados transitados na situação em que o instrumento atinja a maturidade sem que seja exercida a opção de conversão.

Os custos de transação são alocados proporcionalmente à componente de passivo e de capital próprio, sendo tratados consistentemente com essa classificação.

(i) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de

12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

(j) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

(k) Instrumentos financeiros derivados

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de "hedge accounting". Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de "hedge accounting", mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos ou gastos e perdas financeiros".

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

(I) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em "Outras reservas", incluída em "Outras reservas e resultados transitados".

2.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.16 Imposto sobre o rendimento e outros impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Considerando os impactos contabilísticos que resultam da aplicação da IFRS 16 – Locações, para um locatário, com o reconhecimento de um ativo sob direito de uso não tipificado na lei fiscal e o registo de um passivo de locação que apenas tem aceitação fiscal pelo pagamento das rendas, a gestão procedeu ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo (sobre o passivo da locação) e o imposto diferido passivo (sobre o ativo sob direito de uso), na data de reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Caso a Administração Fiscal venha a proceder à alteração à lei fiscal, os impostos diferidos reconhecidos poderão ter de ser revistos / alterados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise

reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

2.17 Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Sonae avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Retalho Especializado, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 29 e 33).

As prestações de serviços incluem os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros".

2.18 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.19 Receitas comerciais

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, têm como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a participação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos à rubrica de "Custo vendas", na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas. As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado, estando o seu reconhecimento dependente do cumprimento de obrigações de desempenho. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em pagamentos futuros de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em "Outros ativos correntes".

2.20 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.14.k)).

2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.22 Julgamentos e estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e ativos sob direito de uso (Notas 2.3, 2.5 e 2.6);
- b) Prazos de locação dos ativos sob direito de uso (Nota 2.6)
- c) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 12);
- d) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes (Notas 34 e 36);
- e) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (Notas 2.14.k e 28);
- f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 22);
- g) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais;
- h) Imparidade de ativos financeiros (Nota 34);
- i) Reconhecimento do rédito de contratos;
- j) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados (Nota 2.14.a) e 14);
- k) Classificação dos investimentos do portfólio de venture capital;
- l) Entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- m) Justo valor das propriedades de investimento (Notas 2.4 e 11);
- n) Taxa de juro incremental nos contratos de locação (Notas 2.6 e 10);
- o) Imposto sobre os lucros das várias geografias do Grupo (Notas 2.16, 22 e 44).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 - "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

Prazos de locação dos ativos sob direito de uso

O Grupo determina o fim da locação como a parte não cancelável do prazo do contrato, juntamente com quaisquer períodos abrangidos por uma opção de extensão do contrato de locação se for razoavelmente certo que esta será exercida, ou quaisquer períodos abrangidos por uma opção para rescindir o contrato de locação, se for razoavelmente certo que esta não será exercida.

O Grupo tem a opção, sob alguns dos seus contratos de locação, de alugar ou arrendar os seus ativos para períodos adicionais. No início da locação a Sonae avalia a razoabilidade do exercício da opção de renovar o contrato após o período inicial. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o fim do contrato se existir um evento significativo ou alterações nas circunstâncias que estejam sob controlo e afetem a sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia do negócio).

Pelas características dos contratos de locação negociados, a gestão avalia na data da negociação do contrato se este qualifica como um contrato de locação ou um contrato de serviços.

Imparidade de Goodwill, de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis

A avaliação da imparidade do goodwill, investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis envolve julgamentos e estimativas significativas por parte da Administração, nomeadamente na projeção dos fluxos de caixa dos ativos incluídos nos planos de negócios, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto dos referidos fluxos de caixa. A análise de sensibilidade à variação dos pressupostos do cálculo de imparidade encontra-se refletida na Nota 12.

Imparidade de ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de "Clientes", "Outras Dívidas de Terceiros" e "Outros Ativos Correntes" são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Reconhecimento de provisões e análise de passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As responsabilidades contingentes estimadas em cada período de relato são divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

Impactos fiscais da aplicação da IFRS 16

Considerando os impactos contabilísticos que resultam da aplicação da IFRS 16 – Locações, para um locatário, com o reconhecimento de um ativo sob direito de uso não tipificado na lei fiscal e o registo de um passivo de locação que apenas tem aceitação fiscal pelo pagamento das rendas, a gestão procedeu ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo (sobre o passivo da locação) e o imposto diferido passivo (sobre o ativo sob direito de uso), na data de reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Caso a Administração Fiscal venha a proceder à alteração à lei fiscal, os impostos diferidos reconhecidos poderão ter de ser revistos / alterados.

Reconhecimento do rédito de contratos

No reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento a gestão procede à revisão, a cada data de relato, dos custos totais estimados, que correspondem à melhor estimativa dos custos associados à prestação do serviço de construção e/ou até à sua conclusão. Quando existem desvios significativos na execução do contrato que não estejam associados a alterações que resultem no direito a um rédito adicional conforme acordado com o cliente, a gestão procede à revisão da percentagem de acabamento e da margem associada ao contrato, de acordo com a sua melhor estimativa quanto à conclusão do mesmo, podendo dar origem ao registo de uma provisão (contrato oneroso) (Nota 2.17).

Classificação dos investimentos do portfólio de venture capital

Na classificação dos investimentos o Grupo determina se o objetivo do investimento é a disponibilização de meios financeiros às investidas, com retorno via ganho de capital de médio a longo prazo e avalia se com base nos contratos e acordos tem ou não capacidade de influenciar as decisões e políticas das suas investidas.

Julgamentos diferentes em relação a estas matérias poderiam levar a que os investimentos fossem classificados e mensurados de forma diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os restantes julgamentos e estimativas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

2.23 Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, a Sonae efetua através de uma subsidiária, operações de resseguro sobre apólices de empresas subsidiárias e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A subsidiária da Sonae atua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efetiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efetuados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento da demonstração da posição financeira até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 34) é registado o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pela Sonae não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Sonae avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro.

2.24 Informação por segmentos

Um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- a) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- c) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 6.

2.25 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e

para incorporação no capital.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.14.k)), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão cambial

A rubrica de reservas de conversão cambial corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de justo valor

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de ativos financeiros ao justo valor através da demonstração do outro rendimento integral conforme referido na Nota 2.22 e 24.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo, incluído em “outras reservas”

De acordo com a IFRS 2 – ‘Pagamentos com base em ações’, a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de “Reservas para planos de incentivo de médio prazo”, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

2.26 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae SGPS e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de “Outras reservas”, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com o pessoal”.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

3. Gestão de Risco Financeiro

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou

que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae, mas sim quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio podendo, todavia, existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças, conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae Holding é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte, sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1. Risco de Crédito associado a instrumentos financeiros, aplicações financeiras, derivados e empréstimos a entidades relacionadas

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Adicionalmente, no que toca aos montantes considerados na Nota 23, caixa e equivalentes de caixa, reforçar que as aplicações efetuadas são sempre por prazos curtos, coincidindo sempre que possível com pagamentos previstos e são definidos limites de exposição máximos a cada uma das contrapartes a fim de evitar concentração significativa de risco de contraparte;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que

possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;

- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. O valor bruto contabilístico dos itens classificados como “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” incluído em outras dívidas de terceiros (Nota 45) reflete o risco de crédito máximo da Empresa relativamente nesta rubrica, totalizando 27,3 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020 (37,2 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019).

3.2.2. Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e conseqüentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

- Sonae MC, Worten e Sonae Fashion

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

- Sonae Sierra

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

- Sonae IM

No negócio das Tecnologias a exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

- NOS – Empreendimento conjunto

A NOS está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com as operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é: i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimentos de cada cliente; ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; e iii) realizar análises de imparidade aos valores a receber numa base regular.

- Sonae Holding

A Sonae Holding não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).

Adicionalmente a Sonae Holding poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc.) com a supervisão da Comissão Executiva.

O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” e “Outras dividas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso, como referido na nota 2.14.c). O montante relativo a clientes e outras dividas de terceiros, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2020, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 1.890 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2019 era de 1.789 milhões de euros) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos, que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2020 a maturidade média da dívida da Sonae, é de aproximadamente 4,4 anos (2019: 4,4 anos) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos, que consolidam pelo método da equivalência patrimonial;
- Negociações de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 27, 31 e 32, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na Nota 27, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2021 é de 193 milhões de euros (196 milhões de euros com vencimento para 2020) e em 31 de dezembro de 2020 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 258 milhões de euros (235 milhões de euros em 2019) com compromisso inferior ou igual a um ano e 472 milhões de euros (352 milhões de euros em 2019) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente, a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2020 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 763 milhões de euros (610 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 23).

Face ao anteriormente exposto, apesar de o passivo corrente ser superior ao ativo corrente, situação natural pelo facto de o seu principal negócio ter necessidades de fundo de maneio negativo, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1. Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;
- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

- Sonae MC, Worten e Sonae Fashion

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo destas holdings é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Sonae Sierra

As receitas e "cash-flows" da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash-flows" ("swaps" ou "zero cost collars" de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente "swaps" ou "zero cost collars" de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

- Sonae IM

No negócio das Tecnologias a totalidade do endividamento encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

- NOS – Empreendimento Conjunto

Os empréstimos obtidos pela NOS, com exceção das obrigações, têm taxas de juro variáveis, o que expõe o Grupo ao risco dos fluxos de caixa das taxas de juro. A NOS adota uma política de cobertura de risco, através da contratação de "swaps" de taxa de juro para cobertura dos pagamentos futuros de juros de empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos.

- Sonae Holding e outros

A Sonae Holding está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps e opções). Uma parte significativa da dívida da Sonae Holding encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando cap's).

A Sonae Holding minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis sem, contudo, ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae Holding conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae Holding não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

3.4.2. Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2020 seria inferior em cerca de 14,2 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2019 seria inferior em cerca de 13,9 milhões euros).

3.5 Risco de taxa de câmbio

3.5.1. Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

- Sonae MC, Worten e Sonae Fashion

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. Estas holdings estão maioritariamente expostas ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

Estas holdings pretendem limitar o risco de exposição a moedas estrangeiras associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição cambial pode ser obtida, entre outras formas, através da contratação de derivados financeiros que permitem replicar a cobertura natural através de movimentos financeiros, sempre em linha com a política de risco taxa de câmbio existente.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Sonae Sierra

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

- Sonae IM

O negócio das Tecnologias opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Reino Unido e no México estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

- NOS – Empreendimento conjunto

O risco de taxa de câmbio está, essencialmente, relacionado com a exposição decorrente de pagamentos efetuados a fornecedores de equipamento terminal e produtores de conteúdos audiovisuais para os negócios da TV por subscrição e audiovisuais, respetivamente. As transações comerciais entre a NOS e estes fornecedores encontram-se denominadas, maioritariamente, em Dólares americanos.

Considerando o saldo de contas a pagar resultante de transações denominadas em moeda diferente da moeda funcional do Grupo, a NOS contrata ou pode contratar instrumentos financeiros, nomeadamente forwards cambiais de curto-prazo de forma a cobrir o risco associado a estes saldos.

- Sonae Holding

A Sonae Holding enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae Holding cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio sujeitas, contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

3.5.2. Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

| | Ativos | | Passivos | |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Libra Inglesa | 7.693.432 | 128.719 | 68.253 | 258.856 |
| Dólar Americano | 83.913.929 | 6.090.855 | 41.221.874 | 23.387.527 |
| Outras moedas | 2.485.033 | 909.743 | 422.466 | 2.767.821 |

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das subsidiárias ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras.

A sensibilidade do Grupo a variações nas taxas de câmbio, se considerarmos uma variação de 5%, pode ser analisada como segue:

| | Resultados | | Capitais Próprios | |
|-----------------|-------------|-------------|-------------------|-------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Libra Inglesa | 381.257 | (6.507) | 521 | (29.768) |
| Dólar Americano | 2.134.602 | (864.835) | - | - |
| Outras moedas | 103.128 | (92.903) | (287.555) | (393.387) |
| | 2.618.987 | (964.245) | (287.034) | (423.155) |

3.6 Risco de preço

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 13, 14 e 15.

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes da variação do preço da ação da Sonae SGPS devido as responsabilidades relativas à política de remuneração descrita no relatório do governo da sociedade a colaboradores Sonae, conforme explicado na Nota 30.

Em 2007, a Sonae contratou um Cash Settled Equity Swap, tendo por subjacente, ações da Sonae SGPS. Conforme explicado na Nota 24, o Cash Settled Equity Swap não permitiu o desreconhecimento destas ações próprias, e como tal, uma mudança na cotação das ações da Sonae SGPS poderá ter um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a 31 de dezembro de 2020, a cotação das ações da Sonae SGPS tivesse sido 1% superior/inferior a Sonae teria recebimentos/pagamentos adicionais no valor de 594 mil euros (em 31 de dezembro de 2019 a Sonae teria recebimentos/pagamentos adicionais no valor de 874 mil euros).

3.7 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

A Sonae apresentou em 2020 um gearing médio (contabilístico) de 0,5x (0,5x em 2019). O gearing médio em valores de mercado em 2020 foi de 1x (0,9x em 2019).

4. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

4.1 As principais alienações de subsidiárias ocorridas no período findo em 31 de dezembro de 2020

Em fevereiro de 2020, em resultado da reestruturação no Sierra BV, ocorreram as seguintes transações:

- o capital detido pela Sierra Investments Holding BV e pela Sierra LP na Land BV foi alienado à Sierra BV; após esta transação, a Sierra BV passou a deter 100% da Land BV (detentora do Cascaishopping),

- o capital detido pela Sierra BV na Sierra Retail Ventures BV (detentora dos ativos secundários da Sierra BV) foi alienado à Sierra Investments Holding BV e à Sierra LP (50.1% e 49.9%, respetivamente), e
- o capital detido pela Sierra Investments Holding BV na Sierra BV foi parcialmente alienado a dois novos investidores, Allianz Finance IX Luxembourg, S.A. e Elo Mutual Pension Insurance Company pelo montante de 262.178 milhares de euros; a percentagem de detenção na Sierra BV foi reduzida para 25.1%.

Estas entidades foram classificadas como detidas para venda em 2019. A Sonae Sierra manteve os contratos de prestação de serviços de gestão a todos os ativos.

Os efeitos destas transações nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

| Valores em euros | À data de alienação |
|---|---------------------|
| Ativos líquidos | |
| Ativos não correntes detidos para venda | 1.097.147.948 |
| Outros ativos/passivos com movimentos depois de 31 dezembro 2019 | (18.910.196) |
| Diminuição de capital depois de 31 dezembro 2019 | (47.287.831) |
| Dividendos distribuídos depois de 31 de dezembro de 2019 | 8.062.901 |
| Transferência para empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 13.3.2) | (69.591.682) |
| Interesses que não controlam (Nota 26) | (356.173.783) |
| Passivos diretamente relacionados com activos classificados como detidos para venda | (385.591.820) |
| Total de ativos líquidos alienados | 227.655.537 |
| Ganho/(Perda) na alienação (Nota 38) | 34.522.779 |
| Preço da alienação | 262.178.316 |
| Despesas incorridas com a alienação (Nota 38) | (14.080.734) |
| Recebimento líquido | 248.097.582 |
| Recebimentos efetivados | 248.097.582 |
| Montantes a devolver no futuro | - |
| | 248.097.582 |
| Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação | |
| Recebimentos efetivados | 262.178.316 |
| Caixa e equivalentes de caixa alienados | (16.136.076) |
| | 246.042.240 |

4.2 Imputação do justo valor aos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da iServices em 2019

No 4º trimestre de 2019 a Worten concretizou o acordo para aquisição de 100% do capital social da iServices, uma empresa líder em reparação de smartphones em Portugal através de uma rede de 15 lojas. Esta aquisição, que se concretizou em dezembro de 2019, após receber as aprovações obrigatórias (incluindo da concorrência) para uma transação desta natureza, irá reforçar as capacidades da Worten na sua oferta de serviços e contribuir para melhorar a experiência de cliente e o seu ecossistema.

No exercício de 2020 finalizamos a análise para atribuir, em termos contabilísticos, o justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, não tendo surgido da referida análise qualquer alteração ao valor de goodwill registado em 2019 no valor de 6 milhões de euros.

4.3 Atividades descontinuadas no exercício

Conforme previsto pelo IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após impostos das unidades operacionais descontinuadas. Foram consideradas como operações descontinuadas Bright Brands SportsGoods, S.A. alienada em fevereiro de 2021.

O detalhe das atividades descontinuadas pode ser analisado como segue:

| Montantes expressos em euros | 31 dez 2020 | | Total de Descontinuadas |
|--|------------------|--------------------|-------------------------|
| | Sonae MC | Sonae Fashion | |
| Estado e outros entes públicos | 188.412 | - | 188.412 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 24.696 | - | 24.696 |
| Fornecedores e outros passivos | (487.918) | - | (487.918) |
| Total Ativos líquidos | (274.810) | - | (274.810) |
| Resultado líquido | (1.821.629) | (4.466.160) | (6.287.789) |
| Reservas de conversão | 5.470.151 | - | 5.470.151 |
| Resultado líquido do período das operações descontinuadas | 3.923.332 | (4.466.160) | (542.828) |

| Montantes expressos em euros | 31 dez 2020 | | Total de Descontinuadas |
|--|--------------------|--------------------|-------------------------|
| | Sonae MC | Sonae Fashion | |
| Volume de negócios | - | 2.514.910 | 2.514.910 |
| Outros rendimentos | 33 | 116.109 | 116.142 |
| Custo das Vendas | - | (1.600.897) | (1.600.897) |
| Fornecimentos e serviços externos | (9.165) | (1.579.061) | (1.588.226) |
| Gastos com o pessoal | - | (1.082.567) | (1.082.567) |
| Amortizações e depreciações | - | (229.520) | (229.520) |
| Perdas por imparidade | - | (878.889) | (878.889) |
| Outros gastos | (21.185) | (172.645) | (193.830) |
| Resultados financeiros | (1.791.312) | (15.697) | (1.807.009) |
| Rendimentos ou gastos relativos a investimentos | - | 1.145 | 1.145 |
| Resultados antes de impostos | (1.821.629) | (2.927.112) | (4.748.741) |
| Imposto sobre o rendimento | - | (1.539.048) | (1.539.048) |
| Resultados depois de impostos | (1.821.629) | (4.466.160) | (6.287.789) |
| Rendimentos ou perdas relativos à perda de controlo | - | - | - |
| Resultado líquido do período das operações descontinuadas | (1.821.629) | (4.466.160) | (6.287.789) |

5. Reexpressão da demonstrações financeiras consolidadas

A reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 resulta dos seguintes factos:

- Revisão da classificação das participações minoritárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada uma revisão da classificação das participações minoritárias das subsidiárias SonaeIM, Bright Development e Bright Vector I, registadas no grupo até à data de acordo com a IFRS 9 ao justo valor através de outro rendimento integral. Em resultado desta revisão, o grupo concluiu pela influência significativa na maioria destes investimentos. Neste sentido e, tendo em conta que a atividade de investimento desenvolvida pelas subsidiárias referidas se enquadra, para efeitos da isenção prevista no parágrafo 18 da IAS 28, como atividade de capital de risco, o grupo optou pela isenção de aplicação do método de equivalência patrimonial, passando a mensurar, as participações minoritárias por estas detidas, pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. Adicionalmente na Demonstração da Posição Financeira Consolidada desagregamos a rubrica de Outros Investimentos.

Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

| 31 Dez 2019 | Antes da Reexpressão | Investimentos registados ao justo valor através de resultados | Investimentos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Após Reexpressão |
|---|----------------------|---|--|----------------------|
| ATIVO | | | | |
| ATIVOS NÃO CORRENTES: | | | | |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 1.607.581.376 | - | - | 1.607.581.376 |
| Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados | - | 58.367.252 | - | 58.367.252 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | - | - | 5.344.810 | 5.344.810 |
| Outros investimentos | 79.248.786 | (58.367.252) | (5.344.810) | 15.536.724 |
| Outros ativos não correntes | 4.562.265.997 | - | - | 4.562.265.997 |
| Total de ativos não correntes | 6.249.096.159 | - | - | 6.249.096.159 |
| ATIVOS CORRENTES: | | | | |
| Outros ativos correntes | 1.668.854.606 | - | - | 1.668.854.606 |
| Total de ativos correntes | 1.668.854.606 | - | - | 1.668.854.606 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 1.126.364.434 | - | - | 1.126.364.434 |
| TOTAL DO ATIVO | 9.044.315.199 | - | - | 9.044.315.199 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | | |
| Reservas e resultados transitados | 1.966.627.296 | (557.729) | - | 1.966.069.567 |
| Resultado líquido do período atribuível aos acionistas da empresa-mãe | 165.221.904 | - | 557.729 | 165.779.633 |
| Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe | 2.131.849.200 | (557.729) | 557.729 | 2.131.849.200 |
| Interesses que não controlam | 974.714.342 | (62.205) | 62.205 | 974.714.342 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | 3.106.563.542 | (619.934) | 619.934 | 3.106.563.542 |
| PASSIVO: | | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | | |
| Outros passivos não correntes | 3.285.510.407 | - | - | 3.285.510.407 |
| Total de passivos não correntes | 3.285.510.407 | - | - | 3.285.510.407 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | | |
| Outros passivos correntes | 2.265.624.753 | - | - | 2.265.624.753 |
| Total de passivos correntes | 2.265.624.753 | - | - | 2.265.624.753 |
| Passivos não correntes detidos para venda | 386.616.497 | - | - | 386.616.497 |
| TOTAL DO PASSIVO | 5.937.751.657 | - | - | 5.937.751.657 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | 9.044.315.199 | (619.934) | 619.934 | 9.044.315.199 |

| 01 Jan 2019 | Reexpressão publicado | Investimentos registados ao justo valor através de resultados | Investimentos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Após Reexpressão |
|---|-----------------------|---|--|----------------------|
| ATIVO | | | | |
| ATIVOS NÃO CORRENTES: | | | | |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 1.979.366.453 | - | - | 1.979.366.453 |
| Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados | - | 26.399.881 | - | 26.399.881 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | - | - | 6.954.172 | 6.954.172 |
| Outros investimentos | 47.195.341 | (26.399.881) | (6.954.172) | 13.841.288 |
| Outros ativos não correntes | 5.160.494.329 | - | - | 5.160.494.329 |
| Total de ativos não correntes | 7.187.056.123 | - | - | 7.187.056.123 |
| ATIVOS CORRENTES: | | | | |
| Outros ativos correntes | 1.767.976.927 | - | - | 1.767.976.927 |
| Total de ativos correntes | 1.767.976.927 | - | - | 1.767.976.927 |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | - | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | 8.955.033.050 | - | - | 8.955.033.050 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | | |
| Reservas e resultados transitados | 1.861.686.453 | (1.456.484) | - | 1.860.229.969 |
| Resultado líquido do período atribuível aos acionistas da empresa-mãe | 207.127.067 | - | 1.456.484 | 208.583.551 |
| Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe | 2.068.813.520 | (1.456.484) | 1.456.484 | 2.068.813.520 |
| Interesses que não controlam | 1.125.755.368 | (162.447) | 162.447 | 1.125.755.368 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | 3.194.568.888 | (1.618.931) | 1.618.931 | 3.194.568.888 |
| PASSIVO: | | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | | |
| Outros passivos não correntes | 3.225.783.879 | - | - | 3.225.783.879 |
| Total de passivos não correntes | 3.225.783.879 | - | - | 3.225.783.879 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | | |
| Outros passivos correntes | 2.534.680.285 | - | - | 2.534.680.285 |
| Total de passivos correntes | 2.534.680.285 | - | - | 2.534.680.285 |
| Passivos não correntes detidos para venda | - | - | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO | 5.760.464.164 | - | - | 5.760.464.164 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | 8.955.033.052 | (1.618.931) | 1.618.931 | 8.955.033.052 |

| | Antes da Reexpressão | Investimentos registados ao justo valor através de resultados | Operações Descontinuadas | Após Reexpressão |
|--|-------------------------|---|-----------------------------|---------------------|
| Vendas | 6.051.906.738 | - | (1.870.588) | 6.050.036.150 |
| Prestações de serviços | 382.881.623 | - | 409.068 | 383.290.691 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | 4.924.364 | - | - | 4.924.364 |
| Rendimentos ou gastos relativos a investimentos | (29.875.177) | - | - | (29.875.177) |
| Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados | 92.668 | 619.934 | - | 712.602 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 17.672.582 | - | 6.224 | 17.678.806 |
| Outros rendimentos | 130.924.872 | - | (118.266) | 130.806.606 |
| Custo das vendas | (4.338.366.013) | - | 846.269 | (4.337.519.744) |
| Variação da produção | (3.986.301) | - | - | (3.986.301) |
| Fornecimentos e serviços externos | (674.007.879) | - | 1.827.022 | (672.180.857) |
| Gastos com o pessoal | (868.327.447) | - | 1.095.445 | (867.232.002) |
| Amortizações e depreciações | (330.753.851) | - | 160.127 | (330.593.724) |
| Perdas por imparidade | (28.756.262) | - | 104.889 | (28.651.373) |
| Provisões | (9.804.518) | - | 99.592 | (9.704.926) |
| Gastos e perdas financeiros | (127.769.691) | - | 5.112 | (127.764.579) |
| Proveitos e ganhos financeiros | 32.307 | - | - | 32.307 |
| Outros gastos | (84.947.663) | - | 166.694 | (84.780.969) |
| Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 142.867.063 | - | - | 142.867.063 |
| Resultado antes de impostos das operações continuadas | 234.675.108 | 619.934 | 2.731.588 | 238.026.630 |
| Imposto sobre o rendimento | (18.495.386) | - | 285.236 | (18.210.151) |
| Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas | 216.179.722 | 619.934 | 3.016.824 | 219.816.479 |
| Resultado depois de impostos das operações descontinuadas | 17.821.080 | - | (3.016.824) | 14.804.256 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 234.000.801 | 619.934 | - | 234.620.735 |

6. Informação por segmentos

A Sonae tem no seu portfólio 8 segmentos operacionais:

- Sonae MC é a unidade de retalho alimentar que detém as insígnias Continente, Continente Modelo, Continente Bom Dia, Go Natural, Well's, Arenal e as lojas franqueadas Meu Super, e engloba ainda a Maxmat e os ativos operacionais da Sonae RP;
- Worten é um dos players ibéricos em retalho de eletrónica;
- Sonae Sierra é a subsidiária dedicada à atividade de desenvolvimento e gestão de centros comerciais;
- Sonae Fashion incorpora uma rede de lojas próprias de artigos de vestuário, combinada com uma rede de franchising;
- Sonae IM tem o objetivo de construir e gerir um portfólio de empresas de base tecnológica ligadas ao retalho e às telecomunicações;
- Sonae FS tem como objetivo potenciar os serviços financeiros no retalho;
- NOS é a parceria dedicada às telecomunicações que o Grupo detém através da Zopt; e
- Iberian Sports Retail Group (ISRG) é a parceria dedicada ao retalho de artigos de desporto em Espanha e Portugal.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 8).

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados nas Notas 53 e 54.

6.1 Informação financeira por segmentos de negócio

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

| 31 dez 2020 | Volume de negócios | Amortizações e depreciações ⁽³⁾ | Provisões e perdas por | EBIT ⁽³⁾ | Resultados financeiros ⁽²⁾ | Imposto sobre o rendimento ⁽²⁾ |
|---|----------------------|--|------------------------|---------------------|---------------------------------------|---|
| Sonae MC | 5.152.509.757 | (248.460.920) | (11.747.830) | 254.733.831 | (77.427.705) | (31.556.314) |
| Worten | 1.161.289.364 | (39.643.627) | (26.131.515) | (6.393.596) | (6.782.932) | (2.664.740) |
| Sonae Sierra | 93.774.918 | (3.031.525) | (7.923.355) | 29.793.717 | (7.966.336) | (1.352.241) |
| Sonae Fashion | 343.813.768 | (36.354.025) | (7.761.176) | (55.292.452) | (4.543.323) | 12.056.726 |
| Sonae IM | 114.856.212 | (7.515.016) | (384.620) | (19.493.602) | (6.923.150) | 13.765.880 |
| Sonae FS | 34.598.639 | (926.631) | (197.358) | 3.467.262 | 262.363 | 2.628.431 |
| NOS | - | - | - | 26.953.848 | - | - |
| ISRG | - | - | - | 2.343.552 | - | - |
| Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾ | (73.818.579) | (6.150.432) | (2.011.842) | (19.806.760) | (3.120.358) | 11.549.659 |
| Total consolidado - Direto | 6.827.024.079 | (342.082.176) | (56.157.696) | 216.305.800 | (106.501.441) | 4.427.401 |

| 31 dez 2019 Reexpresso | Volume de negócios | Amortizações e depreciações ⁽³⁾ | Provisões e perdas por | EBIT ⁽³⁾ | Resultados financeiros ⁽²⁾ | Imposto sobre o rendimento ⁽²⁾ |
|---|----------------------|--|------------------------|---------------------|---------------------------------------|---|
| Sonae MC | 4.702.014.125 | (237.406.668) | (5.427.304) | 233.752.253 | (74.160.088) | (22.418.049) |
| Worten | 1.087.633.957 | (38.665.631) | (6.996.307) | (3.854.930) | (6.882.011) | (2.813.890) |
| Sonae Sierra | 165.560.350 | (3.227.201) | (1.652.502) | 97.825.836 | (11.996.463) | 4.026.288 |
| Sonae Fashion | 391.750.502 | (37.021.363) | (6.215.280) | (11.986.400) | (5.671.147) | 3.020.509 |
| Sonae IM | 115.779.139 | (7.294.486) | (1.388.212) | 5.452.116 | 19.838 | (6.755.562) |
| Sonae FS | 38.060.469 | (1.239.759) | - | 8.576.683 | 98.592 | 405.456 |
| NOS | - | - | - | 31.874.695 | - | - |
| ISRG | - | - | - | 6.960.067 | - | - |
| Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾ | (67.471.701) | (5.738.616) | (933.677) | (23.841.797) | (11.494.494) | 4.992.493 |
| Total consolidado - Direto | 6.433.326.841 | (330.593.724) | (22.613.282) | 344.758.523 | (110.085.773) | (19.542.755) |

| | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 Reexpresso | | |
|---|----------------------|----------------------|--|------------------------|----------------------|--|
| | Investimento (CAPEX) | Capital Investido | Dívida Líquida Total ⁽²⁾⁽⁴⁾ | Investimento (CAPEX) | Capital Investido | Dívida Líquida Total ⁽²⁾⁽⁴⁾ |
| Sonae MC | 205.638.187 | 2.453.988.584 | 1.558.795.471 | 279.439.365 | 2.422.891.242 | 1.596.657.426 |
| Worten | 31.882.482 | (67.969.422) | - | 42.810.000 | 13.092.560 | - |
| Sonae Sierra | 2.730.389 | 913.074.783 | 34.312.057 | 17.223.650 | 1.735.324.736 | 69.527.165 |
| Sonae Fashion | 76.240.193 | 302.332.103 | - | 17.577.531 | 335.228.795 | - |
| Sonae IM | 23.677.968 | 221.912.212 | (496.619) | 34.506.991 | 187.048.047 | 25.277.573 |
| Sonae FS | 17.176.333 | 47.476.171 | - | 373.000 | 11.210.189 | - |
| NOS | - | 771.587.284 | - | - | 642.224.343 | - |
| ISRG | - | 83.905.118 | - | - | 81.540.598 | - |
| Outros, eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾ | 144.175.877 | 24.630.517 | 718.474.074 | 7.028.790 | 19.012.332 | 649.547.118 |
| Total consolidado | 501.521.429 | 4.750.937.350 | 2.311.084.983 | 398.959.327 | 5.447.572.842 | 2.341.009.281 |

- 1) Inclui as contas individuais da Sonae;
- 2) Estas rubricas são acompanhadas pela Gestão de uma forma mais agregada, não são alocadas a cada um dos segmentos identificados acima;
- 3) Informação reconciliada na Nota 50;
- 4) Inclui passivos de locação.

Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados com segue:

| Volume de negócios | 31 dez 2020 Intragrupo | 31 dez 2019 Intragrupo Reexpresso |
|------------------------------------|---------------------------|---|
| Sonae MC | (51.047.050) | (58.052.087) |
| Worten | (3.061.347) | (1.976.188) |
| Sonae Fashion | (29.858.467) | (25.866.710) |
| Sonae IM | (14.477.329) | (15.900.255) |
| Sonae FS | (2.614.991) | (2.304.924) |
| Outros, eliminações e ajustamentos | (673.938) | 6.598.240 |
| Total consolidado | (101.733.123) | (97.501.924) |

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada com segue:

| | Volume de Negócios | | EBIT | |
|--|---------------------|---------------------------|---------------------|---------------------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
| Intragrupos intersegmentos | (101.733.123) | (97.501.924) | (8.211.361) | (14.574.280) |
| Contributos das empresas não incluídas nos segmentos | 27.914.544 | 30.030.223 | (11.595.401) | (9.267.517) |
| Outros, eliminações e ajustamentos | (73.818.579) | (67.471.701) | (19.806.760) | (23.841.797) |

| | Investimento | | Capital Investido | |
|---|--------------------|---------------------------|-------------------|---------------------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
| Intragrupos intersegmentos e Contributos das empresas não individualizados como segmentos | 7.755.877 | 7.028.790 | 85.086.364 | 106.494.878 |
| Investimentos Financeiros | 136.420.000 | - | - | - |
| Cash settled equity swap ⁽⁵⁾ | - | - | (60.455.847) | (87.482.546) |
| | 144.175.877 | 7.028.790 | 24.630.517 | 19.012.332 |

5) Instrumento financeiro explicitado da Nota 25.

Todas as medidas de performance (APM's) estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na Nota 50.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

| Mercados de destino | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 Reexpresso | |
|---------------------|----------------------|--|------------------------|--|
| | Ativos não correntes | Vendas e prestações de serviços por mercado de destino | Ativos não correntes | Vendas e prestações de serviços por mercado de destino |
| Portugal | 5.033.307.222 | 6.232.566.441 | 4.778.016.277 | 5.716.990.034 |
| Espanha | 300.773.628 | 447.229.431 | 358.032.155 | 520.026.351 |
| França | - | 27.533.228 | - | 40.177.182 |
| Inglaterra | - | 1.785.632 | - | 2.737.921 |
| Alemanha | 471.126 | 15.987.890 | 629.797 | 18.863.152 |
| Itália | 84.143.569 | 22.036.453 | 89.238.370 | 28.721.703 |
| Roménia | 275.033.034 | 18.503.533 | 297.558.082 | 23.490.354 |
| Brasil | 9.725.472 | 141.054 | 13.279.290 | 123.612 |
| México | 250.637 | 3.243.641 | 307.428 | 6.303.792 |
| Holanda | 329.084.073 | 3.792.614 | 323.507.901 | 2.613.038 |
| Resto do Mundo | 295.255.559 | 54.204.162 | 388.526.859 | 73.279.702 |
| | 6.328.044.320 | 6.827.024.079 | 6.249.096.159 | 6.433.326.841 |

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida Líquida + Capital próprio;

Dívida Líquida Total = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + locações financeiras – caixa, depósitos bancários, investimentos correntes, excluindo outras aplicações de longo prazo + passivo de locação;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatável, ou seja, estão incluídos para além da Sonae SGPS as empresas identificadas como “Outras” na Nota 53;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.

6.2 Informação financeira da Zopt

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT (empreendimento conjunto que controla a NOS) e da NOS a 31 de dezembro de 2020 e de 2019, incorporados nas demonstrações financeiras da Sonae através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Nota 13.2).

O valor da demonstração de resultados da ZOPT resulta do resultado líquido do exercício da NOS, do resultado líquido do exercício da ZOPT e dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela ZOPT.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2020 e de 2019, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial podem ser resumidas como segue:

| Valores em milhares de euros | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos | | |
| Ativos fixos tangíveis | 991.613 | 1.034.813 |
| Ativos intangíveis | 1.041.087 | 1.014.066 |
| Direitos de uso | 260.097 | 200.483 |
| Ativos por impostos diferidos | 82.782 | 80.428 |
| Outros ativos não correntes | 181.889 | 204.552 |
| Ativo não corrente | 2.557.468 | 2.534.342 |
| Cientes | 290.652 | 361.712 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 153.285 | 12.819 |
| Outros ativos correntes | 171.238 | 179.303 |
| Ativo corrente | 615.175 | 553.834 |
| Total do ativo | 3.172.643 | 3.088.176 |
| Passivos | | |
| Empréstimos obtidos | 1.363.514 | 1.201.064 |
| Provisões | 73.345 | 94.959 |
| Outros passivos não correntes | 50.964 | 21.537 |
| Passivos não correntes | 1.487.823 | 1.317.560 |
| Empréstimos obtidos | 167.126 | 159.063 |
| Fornecedores | 252.607 | 259.499 |
| Outros passivos correntes | 308.853 | 339.731 |
| Total do passivo corrente | 728.586 | 758.293 |
| Total do passivo | 2.216.409 | 2.075.853 |
| Capital próprio excluindo interesses sem controlo | 949.549 | 1.005.281 |
| Interesses que não controlam | 6.685 | 7.042 |
| Total do capital próprio | 956.234 | 1.012.323 |
| Total do capital próprio e do passivo | 3.172.643 | 3.088.176 |

Valores em milhares de euros

31 dez 2020 31 dez 2019

| | | |
|--|-------------|-------------|
| Receitas totais | 1.367.886 | 1.458.404 |
| Gastos e perdas | | |
| Gastos diretos e fornecimentos e serviços externos | (449.318) | (497.559) |
| Amortizações | (409.842) | (421.313) |
| Outros gastos | (371.416) | (338.785) |
| | (1.230.576) | (1.257.657) |
| Ganhos/ (perdas) em empresas participadas | (9.099) | (1.022) |
| Resultados financeiros | (26.633) | (24.747) |
| Imposto sobre o rendimento | (16.342) | (32.557) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 85.236 | 142.421 |
| Resultado líquido consolidado do exercício de operações descontinuadas | (6.407) | (822) |
| Atribuível aos interesses que não controlam | (357) | (251) |
| Atribuível a acionistas da empresa mãe | 92.000 | 143.494 |

7. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

| Ativos financeiros | Notas | Ativos ao custo amortizado | Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Ativos registados ao justo valor através de resultados | Outros ativos não financeiros | Total |
|-----------------------------------|-------|----------------------------|---|--|-------------------------------|---------------|
| A 31 de dezembro de 2020 | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor | 14 | - | 115.903.789 | 97.668.772 | - | 213.572.561 |
| Outros investimentos | 15 | 14.266.208 | - | - | - | 14.266.208 |
| Outros ativos não correntes | 16 | 39.820.677 | 179 | - | 1.411.882 | 41.232.738 |
| | | 54.086.886 | 179 | - | 1.411.882 | 55.498.946 |
| Ativos correntes | | | | | | |
| Cientes | 18 | 147.594.934 | - | - | - | 147.594.934 |
| Outras dívidas de terceiros | 19 | 102.619.195 | - | - | - | 102.619.195 |
| Investimentos | 15 | 42.512 | 3.303.370 | - | - | 3.345.882 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23 | 763.302.610 | - | - | - | 763.302.610 |
| | | 1.013.559.251 | 3.303.370 | - | - | 1.016.862.621 |
| | | 1.067.646.136 | 3.303.549 | - | 1.411.882 | 1.072.361.567 |

| Ativos financeiros | Notas | Ativos ao custo amortizado | Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Ativos registados ao justo valor através de resultados | Outros ativos não financeiros | Total |
|-----------------------------------|-------|----------------------------|---|--|-------------------------------|-------------|
| A 31 de dezembro de 2019 | | | | | | |
| Ativos não correntes | | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor | 14 | - | 5.344.810 | 58.367.252 | - | 63.712.062 |
| Outros investimentos | 15 | 15.536.724 | - | - | - | 15.536.724 |
| Outros ativos não correntes | 16 | 53.175.101 | 1.954 | - | 805.825 | 53.982.880 |
| | | 68.711.825 | 5.346.764 | 58.367.252 | 805.825 | 133.231.666 |
| Ativos correntes | | | | | | |
| Cientes | 18 | 115.052.834 | - | - | - | 115.052.834 |
| Outras dívidas de terceiros | 19 | 102.069.694 | - | - | - | 102.069.694 |
| Investimentos | 15 | 76.466 | 588.747 | - | - | 665.213 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 23 | 609.830.153 | - | - | - | 609.830.153 |
| | | 827.029.147 | 588.747 | - | - | 827.617.894 |
| | | 895.740.972 | 5.935.511 | 58.367.252 | 805.825 | 960.849.560 |

| Passivos financeiros | Notas | Passivos ao custo amortizado | Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Passivos registados ao justo valor através de resultados | Outros passivos não financeiros | Total |
|---------------------------------|---------|------------------------------|---|--|---------------------------------|----------------------|
| A 31 de dezembro de 2020 | | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 27 | 1.006.897.412 | - | - | - | 1.006.897.412 |
| Empréstimos obrigacionistas | 27 | 687.699.113 | - | - | - | 687.699.113 |
| Outros empréstimos | 27 e 28 | 1.806.789 | - | - | - | 1.806.789 |
| Outros passivos não correntes | 29 | 11.444.671 | - | - | 69.498.323 | 80.942.994 |
| | | 1.707.847.985 | - | - | 69.498.323 | 1.777.346.308 |
| Passivos correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 27 | 177.139.325 | - | - | - | 177.139.325 |
| Empréstimos obrigacionistas | 27 | 9.849.955 | - | - | - | 9.849.955 |
| Outros empréstimos | 27 e 28 | 701.251 | 5.666.462 | - | - | 6.367.713 |
| Fornecedores | 31 | 1.338.556.811 | - | - | - | 1.338.556.811 |
| Outras dívidas a terceiros | 32 | 206.835.175 | - | - | - | 206.835.175 |
| | | 1.733.082.517 | 5.666.462 | - | - | 1.738.748.979 |
| | | 3.440.930.502 | 5.666.462 | - | 69.498.323 | 3.516.095.287 |

| Passivos financeiros | Notas | Passivos ao custo amortizado | Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Passivos registados ao justo valor através de resultados | Outros passivos não financeiros | Total |
|---------------------------------|---------|------------------------------|---|--|---------------------------------|----------------------|
| A 31 de dezembro de 2019 | | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 27 | 1.030.106.845 | - | - | - | 1.030.106.845 |
| Empréstimos obrigacionistas | 27 | 560.329.333 | - | - | - | 560.329.333 |
| Outros empréstimos | 27 e 28 | 1.871.274 | - | - | - | 1.871.274 |
| Outros passivos não correntes | 29 | 14.602.967 | - | - | 75.367.791 | 89.970.758 |
| | | 1.606.910.419 | - | - | 75.367.791 | 1.682.278.210 |
| Passivos correntes | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 27 | 191.449.849 | - | - | - | 191.449.849 |
| Empréstimos obrigacionistas | 27 | 2.846.335 | - | - | - | 2.846.335 |
| Outros empréstimos | 27 e 28 | 1.198.502 | 773.784 | - | - | 1.972.286 |
| Fornecedores | 31 | 1.337.962.023 | - | - | - | 1.337.962.023 |
| Outras dívidas a terceiros | 32 | 215.620.696 | - | - | - | 215.620.696 |
| | | 1.749.077.405 | 773.784 | - | - | 1.749.851.189 |
| | | 3.355.987.824 | 773.784 | - | 75.367.791 | 3.432.129.399 |

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 2.1.):

| | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 Reexpresso | | |
|--|-------------|------------------|-------------|------------------------|------------------|------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
| Ativos financeiros mensurados a justo valor | | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor (Nota 14) | - | - | 213.572.561 | - | - | 63.712.062 |
| Investimentos (Nota 15) | - | - | - | - | - | - |
| Derivados | - | 3.303.549 | - | - | 1.946.881 | - |
| | - | 3.303.549 | - | - | 1.946.881 | - |
| Passivos financeiros mensurados a justo valor | | | | | | |
| Derivados | - | 5.666.462 | - | - | 184.427 | - |
| | - | 5.666.462 | - | - | 184.427 | - |

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Terrenos e edifícios | Equipamentos | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total ativos fixos tangíveis |
|---|----------------------|---------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| ATIVO BRUTO | | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 1.353.846.057 | 1.538.227.443 | 28.380.550 | 159.235.784 | 47.336.072 | 46.534.775 | 3.173.560.681 |
| Atividades descontinuadas | (2.132.348) | (598.051) | - | (3.256.378) | (41.791) | (3.239) | (6.031.807) |
| Investimento | 16.178.805 | 10.053.596 | 105.564 | 5.137.232 | 1.510.411 | 212.483.602 | 245.469.210 |
| Aquisições de filiais | 357.476 | 17.119.126 | 635.387 | 15.537.935 | 4.088.573 | 1.203.550 | 38.942.047 |
| Desinvestimento | (24.231.489) | (77.009.827) | (1.620.582) | (14.260.026) | (3.020.248) | (2.425.143) | (122.567.315) |
| Variações cambiais | 1.340 | 7.487 | - | 34.790 | (303) | 50 | 43.364 |
| Ativos detidos para venda (Nota 24) | (34.138.680) | (2.034.607) | (2.951) | (484.438) | (173.583) | - | (36.834.259) |
| Transferências | 38.738.508 | 162.260.304 | 1.825.407 | 15.245.592 | 4.172.132 | (229.079.327) | (6.837.384) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 1.348.619.669 | 1.648.025.471 | 29.323.375 | 177.190.491 | 53.871.263 | 28.714.268 | 3.285.744.537 |
| Investimento | 14.349.659 | 8.478.050 | 167.045 | 3.634.678 | 967.228 | 179.615.586 | 207.212.246 |
| Desinvestimento | (11.388.844) | (49.197.360) | (646.443) | (13.498.923) | (1.188.182) | (2.921.977) | (78.841.729) |
| Variações cambiais | (330) | (6.954) | - | (52.900) | (736) | - | (60.920) |
| Ativos detidos para venda (Nota 24) | (14.022) | (358.720) | - | (129.299) | (48.026) | (60.872) | (610.939) |
| Transferências | 17.941.505 | 125.970.483 | 2.386.519 | 12.049.310 | 2.923.125 | (163.090.566) | (1.819.624) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 1.369.507.637 | 1.732.910.970 | 31.230.496 | 179.193.357 | 56.524.672 | 42.256.439 | 3.411.623.571 |
| DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | | | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 422.744.884 | 917.106.778 | 20.569.342 | 118.819.629 | 38.014.589 | 155.154 | 1.517.410.376 |
| Atividades descontinuadas | (1.243.406) | (538.391) | - | (2.944.347) | (30.536) | - | (4.756.680) |
| Depreciações do exercício | 23.257.714 | 118.265.232 | 1.798.083 | 16.021.612 | 4.320.647 | - | 163.663.288 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 34) | 2.515.207 | 2.754.521 | 6.052 | 38.644 | 9.549 | 22.165 | 5.346.138 |
| Aquisições de filiais | 85.590 | 7.998.228 | 426.831 | 9.254.765 | 2.053.298 | - | 19.818.712 |
| Desinvestimento | (8.996.777) | (64.698.484) | (1.546.571) | (13.732.744) | (2.923.369) | - | (91.897.945) |
| Variações cambiais | (1.669) | 5.308 | - | 27.641 | (453) | - | 30.827 |
| Depreciações de Ativos detidos para venda (Nota 24) | (6.936.637) | (1.641.746) | (2.375) | (470.829) | (170.222) | - | (9.221.809) |
| Transferências | (7.636) | (1.656.732) | (462.046) | (778.076) | (28.019) | - | (2.932.509) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 431.417.270 | 977.594.714 | 20.789.316 | 126.236.295 | 41.245.484 | 177.319 | 1.597.460.398 |
| Depreciações do exercício | 23.200.227 | 119.652.593 | 2.035.098 | 16.301.881 | 4.477.684 | - | 165.667.483 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 34) | 2.447.248 | 10.080.607 | 17.327 | 285.643 | 80.078 | 31.711 | 12.942.614 |
| Desinvestimento | (1.167.443) | (42.394.373) | (609.912) | (13.170.904) | (1.116.823) | - | (58.459.455) |
| Variações cambiais | (98) | (4.293) | - | (35.732) | (423) | - | (40.546) |
| Depreciações de Ativos detidos para venda (Nota 24) | - | (254.677) | - | (97.110) | (106) | - | (351.893) |
| Transferências | 491.843 | (783.808) | 15.339 | (404.841) | 8.777 | - | (672.690) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 456.389.047 | 1.063.890.763 | 22.247.168 | 129.115.232 | 44.694.671 | 209.030 | 1.716.545.911 |
| VALOR LÍQUIDO | | | | | | | |
| A 31 de dezembro de 2019 | 917.202.399 | 670.430.757 | 8.534.059 | 50.954.196 | 12.625.779 | 28.536.949 | 1.688.284.139 |
| A 31 de dezembro de 2020 | 913.118.590 | 669.020.207 | 8.983.328 | 50.078.125 | 11.830.001 | 42.047.409 | 1.695.077.660 |

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 177 milhões de euros (212 milhões de euros em 2019), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas dos segmentos de retalho do Grupo.

A rubrica de "Depreciações do exercício" de ativos tangíveis e intangíveis inclui 0,2 milhões de euros (3,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) transferidos para operações descontinuadas.

O desinvestimento nos exercícios de 2020 e 2019 podem ser analisados como segue:

| | Terrenos e edifícios | Equipamentos | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total ativos fixos tangíveis |
|---|----------------------|--------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| ATIVO BRUTO | | | | | | | |
| Desinvestimento | (2.298.606) | (47.555.866) | (646.443) | (13.498.923) | (1.151.410) | (2.921.977) | (68.073.225) |
| "Sale and Leaseback" | (9.090.238) | (1.641.494) | - | - | (36.772) | - | (10.768.504) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | (11.388.844) | (49.197.360) | (646.443) | (13.498.923) | (1.188.182) | (2.921.977) | (78.841.729) |
| DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | | | | | | | |
| Desinvestimento | (866.619) | (41.952.349) | (609.912) | (13.170.904) | (1.091.055) | - | (57.690.839) |
| "Sale and Leaseback" | (300.824) | (442.024) | - | - | (25.768) | - | (768.616) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | (1.167.443) | (42.394.373) | (609.912) | (13.170.904) | (1.116.823) | - | (58.459.455) |
| VALOR LÍQUIDO | | | | | | | |
| Desinvestimento | (1.431.987) | (5.603.517) | (36.531) | (328.019) | (60.355) | (2.921.977) | (10.382.386) |
| Sale and Leaseback | (8.789.414) | (1.199.470) | - | - | (11.004) | - | (9.999.888) |

| | Terrenos e edifícios | Equipamentos | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total ativos fixos tangíveis |
|---|----------------------|--------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| ATIVO BRUTO | | | | | | | |
| Desinvestimento | (5.766.651) | (76.243.981) | (1.620.582) | (14.260.026) | (3.020.248) | (2.425.143) | (103.336.631) |
| "Sale and Leaseback" | (18.464.838) | (765.846) | - | - | - | - | (19.230.684) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2019 | (24.231.489) | (77.009.827) | (1.620.582) | (14.260.026) | (3.020.248) | (2.425.143) | (122.567.315) |
| DEPRECIÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | | | | | | | |
| Desinvestimento | (2.496.740) | (64.244.585) | (1.546.571) | (13.732.744) | (2.923.369) | - | (84.944.009) |
| "Sale and Leaseback" | (6.500.037) | (453.899) | - | - | - | - | (6.953.936) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2019 | (8.996.777) | (64.698.484) | (1.546.571) | (13.732.744) | (2.923.369) | - | (91.897.945) |
| Valor líquido | | | | | | | |
| Desinvestimento | (3.269.911) | (11.999.396) | (74.011) | (527.282) | (96.879) | (2.425.143) | (18.392.622) |
| "Sale and Leaseback" | (11.964.801) | (311.947) | - | - | - | - | (12.276.748) |

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, foram registadas operações de "Sale and Leaseback". Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 37 milhões de euros (12,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), encontram-se classificados no movimento acima como desinvestimento do exercício 10,1 milhões de euros e os restantes estavam registados como ativos não correntes detidos para venda. Os ativos alienados correspondem a 6 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal (em 31 de dezembro de 2019, correspondiam a 2 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal). Tais operações resultaram num encaixe financeiro de 51,4 milhões de euros (24,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 2,9 milhões de euros (3,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 40) e um direito de uso de 28 milhões de euros (8,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019).

Como descrito na nota 2.6., com a adoção do IFRS 16 e caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, deverá ser reconhecida a venda do ativo numa transação de "Sale and Leaseback" sendo registado o ativo "Direito de Uso" que deverá ser mensurado pela proporção do ativo transferido. As mais ou menos-valias destas transações deverão também passar a ser reconhecidas apenas na proporção dos Direitos transferidos.

Estes ativos sob direito de uso têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Em desinvestimento em 2020 estão ainda incluídos cerca de 6,6 milhões de euros (9,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) relativos ao processo de reestruturação das lojas Worten e Sonae Fashion.

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da Sonae MC em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, em 2019), estando o justo valor do imóvel na categoria de "Nível 3", de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2020.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" incluem cerca de 35 milhões de euros (24,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) relativos a remodelação e expansão de lojas das unidades do retalho em Portugal.

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

| Perdas por imparidade | Terrenos e edifícios | Equipamentos | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Total ativos fixos tangíveis |
|--|----------------------|--------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| Saldo inicial 1 de janeiro de 2019 | 95.916.432 | 15.216.226 | 19.270 | 498.983 | 293.449 | 111.944.360 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 34) | 2.515.207 | 2.754.521 | 6.052 | 38.644 | 31.713 | 5.346.137 |
| Diminuições no exercício (Nota 34) | (578.821) | (2.568.986) | (1.494) | (49.769) | (10.385) | (3.209.455) |
| Saldo inicial 1 de janeiro de 2020 | 97.852.818 | 15.401.761 | 23.828 | 487.858 | 314.777 | 114.081.042 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 34) | 2.447.248 | 10.080.607 | 17.327 | 285.643 | 111.788 | 12.942.613 |
| Diminuições no exercício (Nota 34) | (272.166) | (3.988.545) | (6.241) | (90.453) | (10.530) | (4.367.935) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 100.027.900 | 21.493.823 | 34.914 | 683.048 | 416.035 | 122.655.721 |

O reforço de imparidades no exercício findo a 31 de dezembro de 2020 inclui cerca de 7,5 milhões de euros relativos aos ativos que não serão recuperáveis através da reorganização da operação da Worten em Espanha mencionada na Nota 51.

9. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Propriedade industrial | Software | Outros ativos intangíveis | Ativos intangíveis em curso | Total ativos intangíveis |
|--|------------------------|--------------|---------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| ATIVO BRUTO | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 180.613.796 | 475.539.380 | 77.501.241 | 34.530.270 | 768.184.687 |
| Atividades descontinuadas | (10.897.695) | (49.206.340) | (1.333.690) | (1.410.401) | (62.848.126) |
| Investimento | 32.183 | 2.210.014 | 283.153 | 46.331.512 | 48.856.862 |
| Aquisições de filiais | 35.988 | 2.477.264 | 5.785 | 4.000 | 2.523.037 |
| Justo valor dos ativos adquiridos | 62.345.592 | - | 9.700.000 | - | 72.045.592 |
| Desinvestimento | (60.948) | (11.550.320) | (24.749) | (459.732) | (12.095.749) |
| Variações cambiais | 144.633 | 136.378 | (2.943) | - | 278.068 |
| Transferências | (57.396) | 46.617.875 | 1.322.943 | (46.106.050) | 1.777.372 |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 232.156.153 | 466.224.251 | 87.451.740 | 32.889.599 | 818.721.743 |
| Investimento | 14.749 | 2.128.885 | 13.723.854 | 54.090.871 | 69.958.359 |
| Desinvestimento | (60.512) | (17.241.482) | - | (628.566) | (17.930.560) |
| Variações cambiais | (96.801) | (3.700) | (1.159) | (705) | (102.365) |
| Ativos detidos para venda | (313.954) | (919.429) | - | (37.404) | (1.270.787) |
| Transferências | 2.025.264 | 42.055.824 | 378 | (43.910.429) | 171.037 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 233.724.899 | 492.244.349 | 101.174.813 | 42.403.366 | 869.547.427 |
| AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 44.923.144 | 325.387.047 | 32.306.451 | - | 402.616.642 |
| Atividades descontinuadas | (11.493.396) | (34.892.326) | - | - | (46.385.722) |
| Amortizações do exercício | 4.253.195 | 41.044.612 | 3.920.501 | - | 49.218.308 |
| Perdas por imparidade do exercício | 12.646.017 | 1.933.682 | 7.039.800 | - | 21.619.499 |
| Aquisições de filiais | 35.988 | 1.895.632 | 1.981 | - | 1.933.601 |
| Desinvestimento | (60.948) | (11.526.664) | (1.657) | - | (11.589.269) |
| Variações cambiais | 156.024 | 91.791 | (2.742) | - | 245.073 |
| Transferências | (426.379) | (130.602) | (46.789) | - | (603.770) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 50.033.645 | 323.803.172 | 43.217.545 | - | 417.054.362 |
| Amortizações do exercício | 2.824.759 | 41.212.767 | 4.976.361 | - | 49.013.887 |
| Perdas por imparidade do exercício (Nota 34) | 96.884 | 7.017.606 | 126.783 | - | 7.241.273 |
| Desinvestimento | (114.888) | (15.708.459) | - | - | (15.823.347) |
| Variações cambiais | (96.801) | (3.160) | (1.159) | - | (101.120) |
| Depreciações de Ativos detidos para venda | (288.710) | (463.411) | - | - | (752.121) |
| Transferências | (4.225.621) | (879.755) | 4.643.967 | - | (461.409) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 48.229.268 | 354.978.760 | 52.963.497 | - | 456.171.525 |
| VALOR LÍQUIDO | | | | | |
| A 31 de dezembro de 2019 | 182.122.508 | 142.421.079 | 44.234.195 | 32.889.599 | 401.667.381 |
| A 31 de dezembro de 2020 | 185.495.631 | 137.265.589 | 48.211.316 | 42.403.366 | 413.375.902 |

Em 31 de dezembro de 2020 o fluxo “Investimento” do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 42 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (46 milhões em 31 de dezembro de 2019). No referido valor estão incluídos cerca de 16,7 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal,

referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 16,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 40).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica "Propriedade Industrial" o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Contiente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros, a marca Salsa no valor de 51 milhões de euros e a marca Arenal no valor de 58,4 milhões de euros, estas últimas valorizadas no processo de aquisição.

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, suportada em avaliações internas de acordo com a metodologia dos *Royalty Relief*, e os valores destas mais que suportam o valor dos ativos a 31 de dezembro de 2020, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício.

10. Ativos sob direito de uso

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Terrenos e Edifícios | Viaturas Ligeiras | Outros ativos fixos tangíveis | Total dos ativos tangíveis |
|--|----------------------|-------------------|-------------------------------|----------------------------|
| ATIVO BRUTO | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 1.314.140.002 | 23.126.588 | 515.522 | 1.337.782.112 |
| Aquisição de filiais | 43.149.710 | - | - | 43.149.710 |
| Atividades descontinuadas | (6.647.470) | (4.603.920) | (1.171.541) | (12.422.931) |
| Transferência para Ativos Detidos para Venda | (325.982) | (171.168) | - | (497.150) |
| Aumentos | 108.256.464 | 84.756.782 | 1.750.182 | 194.763.428 |
| Efeito da conversão cambial | 37.386 | 4.026 | 186 | 41.598 |
| Abates e diminuições | (23.566.676) | (4.035.771) | (22.208) | (27.624.655) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 1.435.043.434 | 99.076.537 | 1.072.141 | 1.535.192.112 |
| Aumentos | 147.282.283 | 10.099.679 | 2.165.378 | 159.547.340 |
| Efeito da conversão cambial | (108.829) | (6.036) | (73) | (114.938) |
| Abates e diminuições | (36.172.793) | (12.137.257) | (450.163) | (48.760.213) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 1.546.044.095 | 97.032.923 | 2.787.283 | 1.645.864.301 |
| AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS | | | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 359.300.160 | 9.202.075 | 312.627 | 368.814.862 |
| Atividades descontinuadas | (1.638.335) | (2.399.208) | (449.287) | (4.486.830) |
| Transferência para ativos detidos para venda | (230.642) | (103.720) | - | (334.362) |
| Depreciações do período | 97.773.601 | 23.678.198 | 204.173 | 121.655.972 |
| Efeito da conversão cambial | 18.721 | 1.695 | 100 | 20.516 |
| Transferências e Abates | (15.310.051) | 2.873.041 | 676.817 | (11.760.193) |
| Perdas por imparidade do exercício | 1.090.897 | - | - | 1.090.897 |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 441.004.351 | 33.252.081 | 744.430 | 475.000.862 |
| Depreciações do período | 103.383.665 | 23.620.761 | 535.898 | 127.540.324 |
| Efeito da conversão cambial | (74.400) | (5.607) | (30) | (80.037) |
| Transferências e Abates | (28.753.955) | (9.812.456) | 126.161 | (38.440.250) |
| Perdas por imparidade do exercício | 27.988.035 | 25.806 | - | 28.013.841 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 543.547.696 | 47.080.585 | 1.406.459 | 592.034.740 |
| VALOR LÍQUIDO | | | | |
| A 31 de dezembro de 2019 | 994.039.083 | 65.824.456 | 327.711 | 1.060.191.250 |
| A 31 de dezembro de 2020 | 1.002.496.399 | 49.952.338 | 1.380.824 | 1.053.829.561 |

Na demonstração de resultados consolidados foram reconhecidos 127,5 milhões de euros relativos a amortizações do período (121,7 milhões de euros em 2019) e 74,5 milhões de euros de juros relativos à atualização da dívida (71,9 milhões de euros em 2019).

O reforço de imparidades no exercício findo a 31 de dezembro de 2020 inclui cerca de 28,6 milhões de euros relativos à remensuração do passivo de locação por contrapartida dos ativos sob direito de uso das lojas que irão ser alienadas ou encerradas na reorganização da operação da Worten em Espanha mencionada na Nota 51.

As responsabilidades relativas aos ativos sob direito de uso estão registadas nas rubricas de passivo de locação não corrente

e corrente no valor de respetivamente 1.100 milhões de euros e 107 milhões de euros (1.088 milhões de euros e 103 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019).

O plano de reembolso previsto para os passivos de locação, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisado como segue:

| | 31 dez 2019 | | | 31 dez 2019 | | |
|----------|---------------|-------------|--------------------|---------------|-------------|--------------------|
| | Capital | Juros | Passivo Atualizado | Capital | Juros | Passivo Atualizado |
| N+1 | 179.098.484 | 71.710.908 | 107.387.576 | 173.320.584 | 70.539.059 | 102.781.525 |
| N+2 | 163.595.268 | 66.820.627 | 96.774.641 | 165.154.454 | 65.669.733 | 99.484.722 |
| N+3 | 138.337.256 | 62.353.715 | 75.983.541 | 154.612.246 | 60.995.616 | 93.616.630 |
| N+4 | 130.235.887 | 57.969.396 | 72.266.491 | 130.531.031 | 56.570.503 | 73.960.528 |
| N+5 | 121.857.409 | 53.625.963 | 68.231.446 | 122.038.440 | 52.220.137 | 69.818.303 |
| Após N+5 | 1.089.370.127 | 302.167.186 | 787.202.941 | 1.045.134.812 | 293.724.545 | 751.410.267 |
| | 1.822.494.431 | 614.647.795 | 1.207.846.636 | 1.790.791.567 | 599.719.593 | 1.191.071.974 |

11. Propriedades de investimento

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

| | Propriedades de investimento | | | | | Total |
|--|------------------------------|-----------|--------------------|-----------|---------------|---------------|
| | Em exploração | "Fit Out" | em desenvolvimento | | Adiantamentos | |
| | | | ao custo | | | |
| Saldo inicial a 1 janeiro de 2019 | 982.910.025 | - | 13.942.343 | 1.725.000 | - | 998.577.368 |
| Adições | 11.053.611 | - | 3.578.546 | - | - | 14.632.157 |
| Alienação de participadas | (31.500.000) | - | (210.000) | - | - | (31.710.000) |
| Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos: | | | | | | |
| - Ganhos | 8.688.963 | - | - | - | - | 8.688.963 |
| - Perdas | (3.764.599) | - | - | - | - | (3.764.599) |
| Transferência para ativos disponíveis para venda | (635.120.000) | - | (3.444.430) | - | - | (638.564.430) |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 332.268.000 | - | 13.866.459 | 1.725.000 | - | 347.859.459 |
| Adições | 318.838 | - | 369.049 | - | - | 687.887 |
| Imparidades e abates | - | - | (1.202.000) | - | - | (1.202.000) |
| Alienação de participadas | - | - | (18.980) | - | - | (18.980) |
| Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos: | | | | | | |
| - Ganhos | - | - | - | - | - | - |
| - Perdas | (27.908.838) | - | - | - | - | (27.908.838) |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 304.678.000 | - | 13.014.528 | 1.725.000 | - | 319.417.528 |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o montante das propriedades de investimento em exploração e a informação sobre a hierarquia de justo valor pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|---|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | Península Ibérica | Resto da Europa | Península Ibérica | Resto da Europa |
| Taxa de desconto a 10 anos | | | | |
| Floor | n.a. | 8,95% | n.a. | 8,70% |
| Weighted average | n.a. | 9,00% | n.a. | 8,78% |
| Cap | n.a. | 9,15% | n.a. | 9,00% |
| "Cap rate" a 10 anos | | | | |
| Floor | n.a. | 7,15% | n.a. | 6,90% |
| Weighted average | n.a. | 7,20% | n.a. | 6,98% |
| Cap | n.a. | 7,35% | n.a. | 7,20% |
| Renda mensal média por m² (€) | | | | |
| Floor | n.a. | 14 | 17 | 18 |
| Weighted average | n.a. | 15 | 31 | 19 |
| Cap | n.a. | 16 | 55 | 21 |
| Justo valor (Nível 3) | | 304.678.000 | | 332.268.000 |

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os "Practice Statements" do "RICS Appraisal and Valuation Manual" publicado pelo "The Royal Institution of Chartered Surveyors" ("Red Book"), sediado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rendibilidade de mercado ("Exit yield" ou "cap rate"). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rendibilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em consideração algumas premissas que, de acordo com a classificação do "Red Book", são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Em termos de hierarquia as propriedades de investimento do Grupo que se encontram valorizadas a justo valor encontram-se todas dentro do nível 3.

A relação existente entre elementos não observáveis e o justo valor das propriedades pode ser descrito como segue:

- uma diminuição das rendas anuais contribui para uma diminuição do justo valor;
- um aumento nas taxas de desconto e de capitalização contribui para uma diminuição do justo valor.

Tal como mencionado nos relatórios de avaliação das propriedades de investimento elaborados por entidades especializadas independentes, a determinação do justo valor das mesmas teve em consideração a definição do justo valor da IFRS 13 a qual é concordante com a definição de valor de mercado definido nas normas internacionais de avaliação das propriedades de investimento.

[Incerteza material nas avaliações devido ao COVID-19](#)

De acordo com o avaliador, sempre que a incerteza puder ter um efeito material na opinião de valor, o Red Book exige que o avaliador chame a atenção para esse facto, indicando a causa da incerteza e o grau em que isso se reflete no relatório de avaliação

A avaliação realizada pelo avaliador é reportada com base na "incerteza de avaliação material" de acordo com VPS 3 e VPGA 10 do RICS Red Book Global. Consequentemente, menos certeza - e um maior grau de cautela - deve ser considerada na avaliação do que normalmente seria o caso. Dado o impacto futuro desconhecido que a COVID-19 pode ter no mercado imobiliário, o avaliador recomenda que a avaliação das propriedades seja mantida sob revisão frequente

O Conselho de Administração manterá um acompanhamento de perto sobre a evolução das avaliações dos imóveis. No entanto, é importante enfatizar que o Conselho de Administração ainda está confiante de que o impacto da COVID-19 será temporário e com influência apenas sobre a rentabilidade de curto prazo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o rédito (remunerações fixas, líquidas de eventuais descontos sobre as rendas fixas, remunerações variáveis, remunerações dos espaços comuns, direitos de ingresso e taxas de cessão) e os gastos operacionais diretos (imposto municipal sobre imóveis, seguros, conservação e reparação, gastos de comercialização e outros gastos associados à atividade do centro comercial) associados às propriedades de investimento do Grupo, tinham a seguinte composição:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|-------------------|-------------|-----------------------------|-------------|-----------------------------|
| | Rendas | Gastos operacionais diretos | Rendas | Gastos operacionais diretos |
| Península Ibérica | - | - | 37.701.419 | 2.160.103 |
| Resto da europa | 16.606.642 | 2.463.160 | 22.085.030 | 3.533.069 |
| | 16.606.642 | 2.463.160 | 59.786.449 | 5.693.172 |

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as propriedades de investimento do Gli Orsi e Parklake tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção exceto quanto às obrigações descritas nas Notas 36 e 48.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era detalhado como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------|--------------|
| Propriedades de investimento ao custo: | | |
| Península Ibérica | 12.858.158 | 12.831.098 |
| Resto da europa | 69.305.306 | 68.982.297 |
| | 82.163.464 | 81.813.395 |
| Imparidades para ativos em risco | (67.423.936) | (66.221.936) |
| | 14.739.528 | 15.591.459 |

Os montantes de 67,4 milhões de euros e 66,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente, registados na rubrica "Imparidade para ativos em risco" correspondem à estimativa efetuada pelo Conselho de Administração para perdas que poderão ocorrer em resultado de atrasos no desenvolvimento dos seus projetos, dadas as incertezas de mercado em relação aos mesmos.

12. Goodwill

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- Sonae MC, Worten e Sonae Fashion - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e a cada um dos imóveis no caso do segmento Sonae MC;
- Sonae Sierra - O valor do Goodwill deste segmento é alocado essencialmente à operação de "property management"; e
- Sonae IM - O valor de Goodwill deste segmento é relativo ao negócio de Tecnologia.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Goodwill" tinha a seguinte composição por segmento e país:

| Insignia | 31 dez 2020 | | | | |
|---------------|--------------------|-------------------|----------|-------------------|--------------------|
| | Portugal | Espanha | Brasil | Outros países | Total |
| Sonae MC | 493.804.759 | 19.440.000 | - | - | 513.244.759 |
| Worten | 71.641.425 | - | - | - | 71.641.425 |
| Sonae Sierra | 18.159.949 | - | - | - | 18.159.949 |
| Sonae Fashion | 53.097.133 | - | - | - | 53.097.133 |
| Sonae IM | 2.059.740 | 1.641.824 | - | 10.971.314 | 14.672.878 |
| | 638.763.006 | 21.081.824 | - | 10.971.314 | 670.816.144 |

| Insignia | 31 dez 2019 | | | | |
|---------------|--------------------|-------------------|----------|-------------------|--------------------|
| | Portugal | Espanha | Brasil | Outros países | Total |
| Sonae MC | 497.451.096 | 19.440.000 | - | - | 516.891.096 |
| Worten | 71.638.359 | - | - | - | 71.638.359 |
| Sonae Sierra | 22.510.843 | - | - | - | 22.510.843 |
| Sonae Fashion | 53.182.336 | - | - | - | 53.182.336 |
| Sonae IM | 2.059.740 | 1.641.824 | - | 10.971.314 | 14.672.878 |
| | 646.842.374 | 21.081.824 | - | 10.971.314 | 678.895.512 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|--------------------|--------------------|
| Valor Bruto: | | |
| Saldo inicial | 689.116.464 | 788.864.968 |
| Recalculo do goodwill por efeito da variação do justo valor dos ativos adquiridos | 3.066 | (8.523.098) |
| Alienação de filiais | (385.070) | (13.395.381) |
| Aquisição de filiais | - | 25.794.827 |
| Reestruturação da Sonae Sierra Brasil | - | (18.375.700) |
| Transferência para associadas da Sonae Sierra | - | (38.550.000) |
| Outras variações | 1.333.616 | (273.852) |
| Transferências para "Interesses sem controlo" | - | (7.875.300) |
| Transferências para "Detidos para venda" | - | (38.550.000) |
| Saldo final | 690.068.076 | 689.116.464 |
| Perdas por imparidade acumuladas: | | |
| Saldo inicial | 10.220.952 | 9.414.423 |
| Atividades descontinuadas | - | 385.070 |
| Aumentos | 9.416.050 | 606.520 |
| Alienações | (385.070) | (185.061) |
| Saldo final | 19.251.932 | 10.220.952 |
| Valor líquido | 670.816.144 | 678.895.512 |

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos e 10 anos, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Apesar do contexto de incerteza quanto ao nível de evolução e contágio do vírus e do abrandamento económico provocado pelo contexto de pandemia, conforme referido na nota introdutória, algumas das operações dos negócios do Grupo foram significativamente afetadas. Contudo, a análise de indícios de imparidade, a revisão das projeções e os testes de imparidade conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de 9,4 milhões de euros.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

Sonae MC, Worten e Sonae Fashion

Para efeito dos segmentos Sonae MC, Worten e Sonae Fashion, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital, taxa composta de crescimentos de vendas e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

| | Base da quantia recuperável | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 | | |
|---------------|-----------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|--|----------------------------------|--------------------------------------|--|
| | | Custo médio ponderado de capital | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa composta de crescimento de vendas | Custo médio ponderado de capital | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa composta de crescimento de vendas |
| Sonae MC | Valor de uso | 8% a 10% | <=2% | -0.8% a 1.7% | 9% a 10% | <=2% | -0.3% a 2.1% |
| Worten | Valor de uso | 11% | <=1% | 1.8% | 9% a 11% | <=1% | 3.3% |
| Sonae Fashion | Valor de uso | 11% | <=2% | 10.8% | 9% a 11% | <=2% | 7.1% |

Sonae Sierra

Para efeito do teste de imparidade efetuado ao "Goodwill" a Sonae Sierra utiliza o "Net Asset Value" ("NAV") à data de relato, das participações detidas suportado nas avaliações das propriedades de investimento tal como descrito na Nota 11.

Sonae IM

Para este efeito o segmento Sonae IM nas Tecnologias e Media utiliza os seguintes pressupostos:

- Foram utilizados planos de negócios preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os pressupostos utilizados têm por base os vários negócios deste segmento e os crescimentos das várias áreas geográficas onde ele opera:

| | Base da quantia recuperável | 31 dez 2020 | | |
|---------------|-----------------------------|------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| | | Taxa de desconto | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa de crescimento média de vendas |
| Tecnologias | | | | |
| Retailho | Valor de uso | 6,5% | 3% | 16,08% |
| Cybersecurity | Valor de uso | 5,5% - 9,75% | 3% | 16,08% |
| Outros | Valor de uso | 6,5% | 0,45% | 16,08% |
| Media | Valor de uso | 7,25% | 0% | 4,05% |

| 31 dez 2019 | | | | |
|---------------|-----------------------------|------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| | Base da quantia recuperável | Taxa de desconto | Taxas de crescimento na perpetuidade | Taxa de crescimento média de vendas |
| Tecnologias | | | | |
| Retailho | Valor de uso | 7,25% | 3% | 18,00% |
| Cybersecurity | Valor de uso | 7% - 11,07% | 3% | 18,00% |
| Outros | Valor de uso | 7,25% | 2% | 18,00% |
| Media | Valor de uso | 7,25% | 0% | 2,40% |

Da análise de sensibilidade, efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais.

13. Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

13.1 Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjunto e associadas

O valor das participações em empreendimentos conjuntos e associadas pode ser analisado como segue (Nota 54):

| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|----------------------|----------------------|
| Investimentos em empreendimentos conjuntos | 803.076.597 | 976.280.761 |
| Investimentos em associadas | 745.306.617 | 631.300.615 |
| Total | 1.548.383.214 | 1.607.581.376 |

O detalhe dos Investimentos em Empreendimentos Conjuntos é com segue:

| FIRMA | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|--------------------|--------------------|
| Sonae MC | | |
| Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA | 3.364.636 | 3.356.985 |
| Maremor Beauty & Fragances, S.L. | 139.077 | 120.649 |
| Sonae Sierra | | |
| Arrábidashopping- Centro Comercial, S.A. | 24.706.808 | 29.991.113 |
| 1) DOC Malaga Holdings S.L. | - | 2.070.074 |
| Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A. | 26.089.855 | 35.358.528 |
| Madeirashopping- Centro Comercial, S.A. | 15.730.334 | 15.670.288 |
| 1) Norte Shopping Retail and Leisure Centre BV. | - | 32.206.931 |
| Pantheon Plaza BV. | 3.030.384 | 4.994.201 |
| Park Avenue Development of Shopping Centres S.A. | (440.471) | (461.277) |
| Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A. | 14.915.927 | 17.754.571 |
| Proyecto Cúcuta S.A.S. | 3.910.624 | 8.467.686 |
| Pud Srl | 5.743.385 | 5.695.813 |
| SC Aegean BV. | 3.929.667 | 4.907.766 |
| 1) Shopping Centre Colombo Holding BV. | - | 63.277.363 |
| Sierra Central S.A.S. | 50.898 | 57.222 |
| Sierra Balmain Asset Management sp. zo.o. | (345.912) | 1.708.766 |
| Sierra LM, SGPS, S.A. | 886.785 | 774.000 |
| 1) VdG Holding BV | - | 28.429.747 |
| Via Catarina- Centro Comercial, S.A. | 9.116.612 | 10.043.274 |
| L.C. Malheiro II, SGPS, SA | 2.097.775 | 1.818.083 |
| Goodwill relativo aos ativos detidos para venda que irão ser reconhecidos como associadas (Nota 13.3) | - | 38.550.000 |
| 2) North Tower BV. | 2.689.711 | - |
| NOS | | |
| ZOPT, SGPS, SA (consolidado) | 662.983.284 | 642.224.343 |
| Sonae IM | | |
| Unipress - Centro Gráfico, Lda | 528.871 | 604.053 |
| Sonae FS | | |
| MDS SGPS, S.A. (consolidado) | 20.863.149 | 25.936.780 |
| Sonae SGPS | | |
| Mktplace- Comércio Eletrónico, SA | 3.085.198 | 2.723.802 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos | 803.076.597 | 976.280.761 |

- 1) Empresas classificadas como detidas para venda em 2019 e alienadas em fevereiro de 2020; A Sonae Sierra mantém uma percentagem de detenção de 12,55% nestas empresas; e

- 2) Empresa incorporada em 2020.

O detalhe dos Investimentos em Associadas é com segue:

| FIRMA | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------------|--------------------|
| Sonae MC | | |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda | 564.095 | 960.282 |
| Sonae Sierra | | |
| 1) Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV ("Sierra BV") | 219.242.750 | - |
| 3shoppings - Holding, SGPS, S.A. | 11.766.625 | 12.749.317 |
| Aliansce Sonae Shopping Centers, S.A. | 79.756.902 | 118.535.408 |
| Area Sur Shopping, S.L. | 6.608.184 | 7.469.872 |
| Fundo Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center ("FIIPDPSH") | 10.656.984 | 15.784.000 |
| Fundo Investimento Imobiliário Shop. Parque Dom Pedro ("FIISHPDP") | 103.727.336 | 153.438.522 |
| Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl | 6.352.246 | 7.196.941 |
| Iberia Shop.C. Venture Cooperatief U.A. ("Iberia Coop") | 15.165.196 | 16.112.511 |
| Sierra Portugal Real Estate ("SPF") | 19.742.422 | 21.655.244 |
| Olimpo Real Estate SOCIMI, S.A. | 7.767.842 | 7.932.798 |
| Olimpo Real Estate Portugal, SIGI, S.A. | 2.517.550 | 2.528.224 |
| Serra Shopping- Centro Comercial, S.A. | 981.615 | 1.050.037 |
| 3) Sierra Cevital Shopping Center, Spa | - | 38.543 |
| Sierra Portugal Feeder 1 | 2.052.163 | 3.491.812 |
| Trivium Real Estate Socimi, S.A. | 25.515.219 | 30.707.669 |
| Zenata Commercial Project | 2.015.742 | 2.041.966 |
| 2) Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, S.A. | 1.211.277 | - |
| Sonae SGPS | | |
| Iberian Sports Retail Group (ISRG) | 83.905.118 | 81.540.597 |
| Sonae IM | | |
| Armilar Venture Partners - Sociedade de Capital de Risco, SA (Armilar) | 1 | 1 |
| Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II (Armilar II) | 96.578.403 | 94.176.915 |
| Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III (Armilar III) | 31.302.286 | 32.707.854 |
| Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização (AVP I+I) | 16.025.833 | 17.056.948 |
| Secucloud GMBH | 1.671.708 | 3.731.809 |
| Probe.ly - Soluções de Cibersegurança, Lda | 133.897 | 342.497 |
| Alfaros S.A.R.L. | 9.975 | 10.379 |
| Suricate Solutions | 15.520 | 25.843 |
| Outros | 19.728 | 14.626 |
| Investimentos em associadas | 745.306.617 | 631.300.615 |

- 1) Empresas classificadas como disponíveis para venda em 2019 e alienadas em fevereiro de 2020, tendo a respetiva venda sido concretizada em fevereiro de 2020;
- 2) Empresa adquirida em 2020; e
- 3) Empresa em processo de liquidação e retirada do perímetro em 2020.

Nas situações de investimentos em associadas que são organizações de capital de risco, a IAS 28 contém opção de manter esses investimentos por elas detidos mensurados pelo justo valor. O Grupo fez essa opção, na aplicação do método de equivalência patrimonial nos Fundos Armilar.

13.2 Informação financeira resumida das participações financeiras

13.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos do Grupo pode ser analisada como segue:

31 dez 2020

| Empreendimentos conjuntos | Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 54.1) | | | | |
|--|---|---------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | ZOPT, SGPS, SA (consolidado) | MDS,SGPS,SA (consolidado) | Sohimeat, SA | Outros | |
| Ativo | | | | | |
| Propriedades de investimento | 537.261.814 | 637.000 | 322.549 | - | 20.320 |
| Ativos fixos tangíveis | - | 1.023.622.000 | 3.288.284 | 16.310.555 | 465.246 |
| Ativos intangíveis | - | 2.174.673.000 | 12.083.350 | 179.587 | 1.684.652 |
| Direitos de uso | - | 260.097.000 | 5.653.616 | 8.525.439 | - |
| Goodwill | - | - | 28.826.565 | - | - |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas | - | 52.461.000 | 949.212 | - | 21.954 |
| Outros ativos não correntes | 17.663.135 | 259.291.000 | 5.532.389 | 353.969 | 2.653.858 |
| Ativo não corrente | 554.924.949 | 3.770.781.000 | 56.655.965 | 25.369.550 | 4.846.030 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 19.053.854 | 228.783.000 | 24.152.830 | 466.423 | 3.498.233 |
| Outros ativos correntes | 22.778.840 | 461.896.000 | 19.894.078 | 47.384.245 | 2.789.965 |
| Ativo corrente | 41.832.694 | 690.679.000 | 44.046.908 | 47.850.668 | 6.288.198 |
| TOTAL DO ATIVO | 596.757.643 | 4.461.460.000 | 100.702.873 | 73.220.218 | 11.134.228 |
| Passivo | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 196.328.210 | 1.363.514.000 | 19.541.183 | - | - |
| Outros passivos não correntes | 105.271.968 | 160.724.000 | 9.785.306 | 9.068.434 | 224.192 |
| Passivos não correntes | 301.600.178 | 1.524.238.000 | 29.326.489 | 9.068.434 | 224.192 |
| Empréstimos obtidos | 31.760.238 | 167.126.000 | 11.202.278 | - | 51 |
| Outros passivos correntes | 45.117.284 | 561.531.000 | 36.569.752 | 58.167.447 | 3.864.629 |
| Passivos correntes | 76.877.522 | 728.657.000 | 47.772.030 | 58.167.447 | 3.864.680 |
| Total do passivo | 378.477.700 | 2.252.895.000 | 77.098.519 | 67.235.881 | 4.088.872 |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 218.279.943 | 1.182.821.000 | 21.800.365 | 5.984.337 | 7.045.356 |
| Interesses sem controlo | - | 1.025.744.000 | 1.803.989 | - | - |
| Total do capital próprio | 218.279.943 | 2.208.565.000 | 23.604.354 | 5.984.337 | 7.045.356 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | 596.757.643 | 4.461.460.000 | 100.702.873 | 73.220.218 | 11.134.228 |

31 dez 2019

| Empreendimentos conjuntos | Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 54.1) | | | | |
|--|---|---------------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| | ZOPT, SGPS, SA (consolidado) | MDS,SGPS,SA (consolidado) | Sohimeat, SA | Outros | |
| Ativos | | | | | |
| Propriedades de investimento | 3.000.895.316 | 653.000 | 813.252 | - | 9.836 |
| Ativos fixos tangíveis | - | 1.069.277.000 | 3.670.061 | 18.832.996 | 225.932 |
| Ativos intangíveis | - | 2.154.260.000 | 8.528.766 | 476.543 | 995.175 |
| Direitos de uso | - | 218.383.000 | 7.536.399 | 2.708.727 | - |
| Goodwill | - | - | 44.537.102 | - | - |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas | - | 69.849.000 | 984.540 | - | 3.326 |
| Outros ativos não correntes | 3.475.546 | 257.796.000 | 3.625.096 | 656.974 | 1.206.787 |
| Ativo não corrente | 3.004.370.862 | 3.770.218.000 | 69.695.216 | 22.675.240 | 2.441.056 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 120.058.411 | 12.960.000 | 18.826.847 | 175.853 | 4.183.845 |
| Outros ativos correntes | 16.015.099 | 541.025.000 | 20.706.043 | 44.284.537 | 2.474.483 |
| Ativo corrente | 136.073.510 | 553.985.000 | 39.532.890 | 44.460.390 | 6.658.328 |
| TOTAL DO ATIVO | 3.140.444.372 | 4.324.203.000 | 109.228.106 | 67.135.630 | 9.099.384 |
| Passivos | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 1.012.357.267 | 1.216.847.000 | 22.939.309 | - | - |
| Outros passivos não correntes | 696.696.277 | 168.349.000 | 15.851.666 | 1.921.427 | (174.085) |
| Passivos não correntes | 1.709.053.544 | 1.385.196.000 | 38.790.975 | 1.921.427 | (174.085) |
| Empréstimos obtidos | 53.337.942 | 143.281.000 | 10.649.799 | - | 475.978 |
| Outros passivos correntes | 109.991.691 | 599.264.000 | 30.948.495 | 59.331.987 | 2.204.110 |
| Passivos correntes | 163.329.633 | 742.545.000 | 41.598.294 | 59.331.987 | 2.680.088 |
| Total do passivo | 1.872.383.177 | 2.127.741.000 | 80.389.269 | 61.253.414 | 2.506.003 |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 1.268.061.195 | 1.140.645.000 | 26.771.065 | 5.882.216 | 6.593.381 |
| Interesses sem controlo | - | 1.055.817.000 | 2.067.772 | - | - |
| Total do capital próprio | 1.268.061.195 | 2.196.462.000 | 28.838.837 | 5.882.216 | 6.593.381 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | 3.140.444.372 | 4.324.203.000 | 109.228.106 | 67.135.630 | 9.099.384 |

31 dez 2020

| Empreendimentos conjuntos | Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 54.1) | ZOPT, SGPS, SA (consolidado) | MDS,SGPS,SA (consolidado) | Sohimeat, SA | Outros |
|---|---|------------------------------|---------------------------|---------------|-------------|
| Volume de negócios | 45.251.728 | 1.349.289.000 | 66.198.875 | 288.963.145 | 3.647.932 |
| Variação do JV das propriedades de investimento | (38.121.644) | - | - | - | - |
| Outros rendimentos operacionais | 796.728 | 18.597.000 | 1.568.818 | 3.959.530 | 29.823 |
| Receitas totais | 7.926.812 | 1.367.886.000 | 67.767.693 | 292.922.675 | 3.677.755 |
| Custo das vendas | - | - | - | (259.946.803) | (506.145) |
| Fornecimentos e serviços externos | (25.055.905) | (100.648.000) | (26.629.743) | (12.981.500) | (4.909.290) |
| Amortizações | (159.809) | (418.904.000) | (5.611.584) | (5.164.583) | (435.722) |
| Outros gastos operacionais | (14.104.418) | (706.614.000) | (26.933.147) | (12.622.703) | (3.800.552) |
| Gastos e perdas | (39.320.132) | (1.226.166.000) | (59.174.474) | (290.715.589) | (9.651.709) |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 88.159 | - | 438.771 | - | - |
| Gastos e perdas financeiros | (6.157.439) | (26.633.000) | (1.891.108) | (532.180) | (4.155) |
| Resultados financeiros | (6.069.280) | (26.633.000) | (1.452.337) | (532.180) | (4.155) |
| Resultados relativos a empreendimentos conjuntos, empresas associadas e empresas participadas | (1.392.493) | (5.541.000) | 14.186 | - | - |
| Imposto sobre o rendimento | 7.980.751 | (16.541.000) | (2.208.813) | (378.873) | 1.299.922 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | (30.874.342) | 93.005.000 | 4.946.255 | 1.296.033 | (4.678.187) |
| Resultado relativo empresas descontinuadas | - | 6.407.000 | - | - | - |
| Resultado líquido consolidado do exercício | (30.874.342) | 99.412.000 | 4.946.255 | 1.296.033 | (4.678.187) |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas da empresa mãe | (30.874.342) | 52.333.000 | 4.506.035 | 1.296.033 | (4.678.187) |
| Interesses que não controlam | - | 47.079.000 | 440.220 | - | - |
| | (30.874.342) | 99.412.000 | 4.946.255 | 1.296.033 | (4.678.187) |

31 dez 2019

| Empreendimentos conjuntos | Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 54.1) | ZOPT, SGPS, SA (consolidado) | MDS,SGPS,SA (consolidado) | Sohimeat, SA | Outros |
|--|---|------------------------------|---------------------------|---------------|-------------|
| Volume de negócios | 259.371.923 | 1.575.076.000 | 70.892.126 | 267.877.312 | 3.165.195 |
| Variação do JV das propriedades de investimento | 23.492.360 | - | - | - | - |
| Outros rendimentos operacionais | 2.394.135 | 24.155.000 | 1.965.896 | 823.108 | 21.987 |
| Receitas totais | 285.258.418 | 1.599.231.000 | 72.858.022 | 268.700.420 | 3.187.182 |
| Custo das vendas | - | - | - | (241.235.444) | (608.006) |
| Fornecimentos e serviços externos | (87.904.491) | (115.478.000) | (29.285.026) | (12.067.094) | (3.881.125) |
| Amortizações | (317.995) | (438.663.000) | (5.452.144) | (5.113.810) | (316.035) |
| Outros gastos operacionais | (17.191.921) | (860.096.000) | (29.951.069) | (8.262.688) | (2.874.859) |
| Gastos e perdas | (105.414.407) | (1.414.237.000) | (64.688.239) | (266.679.036) | (7.680.025) |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 4.843.153 | - | 206.487 | - | - |
| Gastos e perdas financeiros | (36.232.058) | (24.765.000) | (1.532.420) | (403.453) | (6.243) |
| Resultados financeiros | (31.388.905) | (24.765.000) | (1.325.933) | (403.453) | (6.243) |
| Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas | 464.995 | (20.297.000) | 13.333 | - | - |
| Imposto sobre o rendimento | (38.759.796) | (27.183.000) | 1.189.161 | (361.182) | 921.681 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 110.160.305 | 112.749.000 | 8.046.344 | 1.256.749 | (3.577.405) |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas da empresa mãe | 100.566.006 | 58.909.000 | 7.885.120 | 1.256.749 | (3.577.405) |
| Interesses que não controlam | 9.594.299 | 53.840.000 | 161.224 | - | - |
| | 110.160.305 | 112.749.000 | 8.046.344 | 1.256.749 | (3.577.405) |

Em 31 de dezembro de 2020, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra pode ser analisada como segue:

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2020 | | | | | |
|--|---|-------------------|--------------------|----------|------------------|--------------------|
| | Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 54.1) | | | | | |
| | Investimento | | "Developments" | Brasil | Serviços | Total |
| Empresas detidas pela Sierra BV | Outros | | | | | |
| Ativos | | | | | | |
| Propriedades de investimento | 430.674.000 | 13.009.000 | 93.578.814 | - | - | 537.261.814 |
| Outros ativos não correntes | 183.082 | 2.870 | 16.831.237 | - | 645.946 | 17.663.135 |
| Ativo não corrente | 430.857.082 | 13.011.870 | 110.410.051 | - | 645.946 | 554.924.949 |
| Clientes | | | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | 12.591.040 | 1.206.488 | 3.388.717 | - | 1.867.609 | 19.053.854 |
| Outros ativos correntes | 15.973.464 | 799.349 | 1.912.871 | - | 4.093.156 | 22.778.840 |
| Ativo corrente | 28.564.504 | 2.005.837 | 5.301.588 | - | 5.960.765 | 41.832.694 |
| TOTAL DO ATIVO | 459.421.586 | 15.017.707 | 115.711.639 | - | 6.606.711 | 596.757.643 |
| Passivos | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 151.654.510 | 6.952.349 | 37.626.589 | - | 94.762 | 196.328.210 |
| Outros passivos não correntes | 75.066.759 | 142.132 | 29.100.002 | - | 963.075 | 105.271.968 |
| Passivos não correntes | 226.721.269 | 7.094.481 | 66.726.591 | - | 1.057.837 | 301.600.178 |
| Empréstimos obtidos | 31.396.704 | 229.281 | 148.365 | - | (14.112) | 31.760.238 |
| Outros passivos correntes | 14.805.116 | 1.633.179 | 24.197.752 | - | 4.481.237 | 45.117.284 |
| Passivos correntes | 46.201.820 | 1.862.460 | 24.346.117 | - | 4.467.125 | 76.877.522 |
| Total do passivo | 272.923.089 | 8.956.941 | 91.072.708 | - | 5.524.962 | 378.477.700 |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 186.498.497 | 6.060.766 | 24.638.931 | - | 1.081.749 | 218.279.943 |
| Interesses sem controle | - | - | - | - | - | - |
| Total do capital próprio | 186.498.497 | 6.060.766 | 24.638.931 | - | 1.081.749 | 218.279.943 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | 459.421.586 | 15.017.707 | 115.711.639 | - | 6.606.711 | 596.757.643 |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2019 | | | | | |
|--|---|-------------------|--------------------|----------|------------------|----------------------|
| | Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 54.1) | | | | | |
| | Investimento | | "Developments" | Brasil | Serviços | Total |
| Empresas detidas pela Sierra BV | Outros | | | | | |
| Ativos | | | | | | |
| Propriedades de investimento | 2.838.804.314 | 16.597.000 | 145.494.002 | - | - | 3.000.895.316 |
| Outros ativos não correntes | 2.200.449 | 2.870 | 858.846 | - | 413.381 | 3.475.546 |
| Ativo não corrente | 2.841.004.763 | 16.599.870 | 146.352.848 | - | 413.381 | 3.004.370.862 |
| Clientes | | | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | 116.023.445 | 474.837 | 2.576.607 | - | 983.522 | 120.058.411 |
| Outros ativos correntes | 9.369.026 | 1.011.655 | 2.077.927 | - | 3.556.491 | 16.015.099 |
| Ativo corrente | 125.392.471 | 1.486.492 | 4.654.534 | - | 4.540.013 | 136.073.510 |
| TOTAL DO ATIVO | 2.966.397.234 | 18.086.362 | 151.007.382 | - | 4.953.394 | 3.140.444.372 |
| Passivos | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | 955.842.487 | 6.664.484 | 49.550.270 | - | 300.026 | 1.012.357.267 |
| Outros passivos não correntes | 654.714.956 | 169.628 | 41.057.705 | - | 753.988 | 696.696.277 |
| Passivos não correntes | 1.610.557.443 | 6.834.112 | 90.607.975 | - | 1.054.014 | 1.709.053.544 |
| Empréstimos obtidos | 52.693.612 | (35.520) | 647.991 | - | 31.859 | 53.337.942 |
| Outros passivos correntes | 81.649.657 | 1.299.370 | 24.166.360 | - | 2.876.304 | 109.991.691 |
| Passivos correntes | 134.343.269 | 1.263.850 | 24.814.351 | - | 2.908.163 | 163.329.633 |
| Total do passivo | 1.744.900.712 | 8.097.962 | 115.422.326 | - | 3.962.177 | 1.872.383.177 |
| Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe | 1.221.496.522 | 9.988.400 | 35.585.056 | - | 991.217 | 1.268.061.195 |
| Interesses sem controle | - | - | - | - | - | - |
| Total do capital próprio | 1.221.496.522 | 9.988.400 | 35.585.056 | - | 991.217 | 1.268.061.195 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | 2.966.397.234 | 18.086.362 | 151.007.382 | - | 4.953.394 | 3.140.444.372 |

| Empreendimentos conjuntos | 31 dez 2019 | | | | | | |
|---|-------------------|-------------------------|---------------------------------|---|---------------------------------------|----------------|-------------------------|
| | Capitais próprios | Porcentagem de detenção | Quota parte dos ativos líquidos | Goodwill reconhecido na participação financeira | Transferência para detidos para venda | Outros efeitos | Participação financeira |
| Empreendimentos conjuntos da Sonae Sierra (Nota 54.1) | 1.268.061.195 | 50% | 634.030.598 | 43.229.927 | (375.944.633) | (1.743) | 301.314.149 |
| ZOPT, SGPS, SA(consolidado) | 1.140.645.000 | 50% | 570.322.500 | 86.413.582 | - | (14.511.739) | 642.224.343 |
| MDS,SGPS,SA(consolidado) | 26.771.065 | 50% | 13.385.533 | - | - | 12.551.248 | 25.936.780 |
| Sohimeat, SA | 5.882.216 | 50% | 2.941.108 | - | - | 415.877 | 3.356.985 |
| Outros | 6.593.381 | 50% | 3.296.691 | 123.736 | - | 151.814 | 3.448.504 |
| | | | | | | | 976.280.761 |

Em 31 de dezembro de 2020, o valor incluído na rubrica de “Outros efeitos” na MDS, SGPS, SA é relativo à anulação do goodwill reconhecido na quota parte dos ativos líquidos no valor de 15,1 milhões de euros aquando da imputação do justo valor desses ativos à carteira de clientes a 31 de dezembro de 2018 e o respetivo justo valor da dessa carteira de clientes no valor de 24,8 milhões de euros (27,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) que se encontra a ser amortizado em 12 anos.

13.2.2. Associadas

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a informação financeira resumida das empresas associadas do Grupo pode ser analisada como segue:

| Associadas | 31 dez 2020 | | | | | | | |
|----------------------------|-------------------|---------------|---------------|-------------------|-------------|--|-------------------------|-------------------|
| | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Proprios | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| Sonae MC | | | | | | | | |
| Sempre a Postos | 25,00% | 10.202.300 | 7.945.919 | 2.256.381 | 63.932.155 | - | 1.394.059 | 1.057.689 |
| Sonae SGPS | | | | | | | | |
| ISRG | 30,00% | 468.602.450 | 309.845.122 | 158.757.328 | 663.679.042 | - | 655.867.203 | (7.811.839) |
| Associadas da Sonae Sierra | | 5.929.665.884 | 2.567.629.869 | 3.362.036.015 | 289.628.995 | (343.517.408) | (231.822.365) | (201.469.734) |
| Sonae IM | | | | | | | | |
| Armilar II | 44,33% | 267.582.111 | 49.730.462 | 217.851.649 | 92.399.368 | - | 72.584.503 | 72.584.515 |
| Armilar III | 42,80% | 83.372.304 | 10.236.122 | 73.136.182 | 2.315.180 | - | (3.346.304) | (3.555.092) |
| Armilar I+I | 38,25% | 53.811.354 | 11.911.528 | 41.899.826 | 669.960 | - | (2.689.557) | (2.679.840) |
| Outros | | 3.532.751 | 5.726.746 | (2.193.995) | 3.532.412 | - | (507.808) | (795.001) |

| Associadas | 31 dez 2019 | | | | | | | |
|----------------------------|-------------------|---------------|---------------|-------------------|-------------|--|-------------------------|-------------------|
| | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Proprios | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| Sonae MC | | | | | | | | |
| Sempre a Postos | 25,00% | 11.273.483 | 7.432.356 | 3.841.127 | 64.336.898 | - | 3.507.675 | 2.644.012 |
| Sonae SGPS | | | | | | | | |
| ISRG | 30,00% | 356.669.147 | 201.391.380 | 155.277.767 | 485.786.334 | - | 31.805.409 | 26.792.869 |
| Associadas da Sonae Sierra | | 5.386.096.148 | 1.808.362.840 | 3.577.733.308 | 287.494.485 | 51.469.717 | 237.469.642 | 158.819.994 |
| Sonae IM | | | | | | | | |
| Armilar II | 50,74% | 223.293.183 | 37.961.639 | 185.331.544 | - | - | 82.598.868 | 82.606.650 |
| Armilar III | 42,73% | 87.109.573 | 10.410.299 | 76.699.274 | 13.004.341 | - | 5.274.252 | 5.293.106 |
| Armilar I+I | 38,25% | 56.980.463 | 12.400.798 | 44.579.665 | 157.572 | - | (1.127.410) | (1.110.289) |
| Outros | | 4.190.696 | 6.278.573 | (2.087.877) | 2.836.477 | - | (2.624.653) | (2.796.569) |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a informação financeira resumida das associadas da Sonae Sierra pode ser analisada como segue:

| 31 dez 2020 | | | | | | | | |
|----------------------------|-------------------|---------------|---------------|-------------------|-------------|--|-------------------------|-------------------|
| Associadas da Sonae Sierra | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Próprios | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| 3shoppings | 20,00% | 110.039.652 | 51.206.526 | 58.833.126 | 8.301.981 | (8.538.948) | (5.697.635) | (4.913.464) |
| Alexa Asset | 9,00% | - | - | - | - | - | - | - |
| Area Sur | 15,00% | 113.400.121 | 69.345.558 | 44.054.563 | 8.595.741 | (7.707.244) | (3.812.250) | (4.383.592) |
| Le Terrazze | 10,00% | 128.300.793 | 70.218.841 | 58.081.952 | 8.989.622 | (8.083.689) | (3.073.297) | (4.087.829) |
| Iberia Coop | 10,00% | 201.112.937 | 53.489.119 | 147.623.818 | 14.761.063 | (12.607.639) | (4.412.887) | (3.473.138) |
| SPF | 22,50% | 71.239.421 | 74.967 | 71.164.454 | 21.958 | - | (116.675) | (7.964.173) |
| Feeder | 7,45% | 28.103.743 | 561.480 | 27.542.263 | - | - | (3.252.596) | (3.655.158) |
| SIGI | 5,13% | 66.322.468 | 17.242.467 | 49.080.001 | 939.035 | (500.855) | (24.484) | (179.451) |
| ORES | 3,75% | 394.955.610 | 187.813.306 | 207.142.304 | 21.682.600 | (5.289.570) | 10.291.994 | 5.565.425 |
| Serra Shopping | 5,00% | 33.977.300 | 14.344.991 | 19.632.309 | 3.116.483 | (2.612.041) | (1.517.984) | (1.368.431) |
| Trivium | 12,40% | 509.681.017 | 303.941.529 | 205.739.488 | 28.624.192 | (43.626.715) | (29.342.758) | (34.753.974) |
| Aliance | 6,30% | 1.924.434.151 | 658.451.557 | 1.265.982.594 | 104.647.483 | (143.037.724) | (93.994.388) | (71.352.491) |
| FIIPDPS | 7,97% | 134.194.891 | 434.169 | 133.760.722 | 2.564.501 | (3.553.135) | (3.788.412) | (3.739.680) |
| FIIPSDP | 31,52% | 330.147.618 | 1.021.079 | 329.126.539 | 12.731.891 | (17.640.133) | (8.592.742) | (8.504.969) |
| Sierra Cevaltal | 49,00% | - | - | - | - | - | - | - |
| Zenata | 11,00% | 51.200.886 | 32.876.823 | 18.324.063 | 2.907.475 | - | 491.454 | 51.858 |
| Sierra fund | 25,10% | 1.817.545.058 | 1.097.653.624 | 719.891.434 | 70.508.150 | (90.319.715) | (84.963.160) | (58.482.194) |
| Mercado Urbano | 20,00% | 15.010.218 | 8.953.833 | 6.056.385 | 1.236.820 | - | (16.545) | (228.473) |

| 31 dez 2019 | | | | | | | | |
|----------------------------|-------------------|---------------|-------------|-------------------|-------------|--|-------------------------|-------------------|
| Associadas da Sonae Sierra | % de participação | Ativo | Passivo | Capitais Próprios | Receitas | JV do valor das propriedades de investimento | Resultados Operacionais | Resultado Líquido |
| 3shoppings | 20,00% | 115.874.353 | 52.127.763 | 63.746.590 | 12.550.312 | 938.598 | 7.111.757 | 5.094.790 |
| Alexa Asset | 9,00% | - | - | - | 14.690.325 | - | 8.888.612 | 8.552.757 |
| Area Sur | 15,00% | 120.267.599 | 70.468.452 | 49.799.147 | 9.709.646 | (1.625.238) | 3.747.784 | 1.264.611 |
| Le Terrazze | 10,00% | 138.142.389 | 71.613.491 | 66.528.898 | 11.163.740 | (13.706.978) | (6.528.273) | (6.224.660) |
| Iberia Coop | 10,00% | 212.999.744 | 55.902.789 | 157.096.955 | 28.368.488 | (10.952.868) | 11.801.653 | 9.378.588 |
| SPF | 22,50% | 120.116.339 | 40.987.712 | 79.128.627 | 5.835.650 | (3.847.635) | 5.685.128 | 3.999.913 |
| Feeder | 7,45% | 47.110.810 | 247.145 | 46.863.665 | - | - | - | (5.583) |
| SIGI | 5,13% | 50.051.438 | 763.351 | 49.288.087 | - | - | (761.913) | (761.913) |
| ORES | 3,75% | 398.286.374 | 186.745.169 | 211.541.205 | 22.553.839 | 2.746.273 | 20.184.169 | 15.848.151 |
| Serra Shopping | 5,00% | 35.411.449 | 14.410.709 | 21.000.740 | 4.261.020 | 635.218 | 2.644.763 | 1.935.260 |
| Trivium | 12,50% | 541.027.171 | 293.418.808 | 247.608.363 | 35.311.020 | (7.836.646) | 13.350.980 | 6.944.698 |
| Aliance | 6,30% | 2.869.077.777 | 987.563.363 | 1.881.514.414 | 123.527.775 | 40.635.020 | 103.752.048 | 45.666.052 |
| FIIPDPS | 7,97% | 198.773.773 | 657.162 | 198.116.611 | 2.620.161 | 7.486.610 | 18.091.069 | 18.157.063 |
| FIIPSDP | 31,52% | 488.484.852 | 1.625.964 | 486.858.888 | 13.820.588 | 36.997.363 | 48.480.750 | 48.618.647 |
| Sierra Cevaltal | 49,00% | 457.059 | 378.399 | 78.660 | - | - | - | 946 |
| Zenata | 11,00% | 50.015.021 | 31.452.563 | 18.562.458 | 3.081.921 | - | 1.021.115 | 350.674 |

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

| 31 dez 2020 | | | | | | |
|-----------------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------------------|---|--------------------|-------------------------|
| Associadas | Capitais próprios | Percentagem de detenção | Quota parte dos ativos líquidos | Goodwill reconhecido na participação financeira | Outros efeitos | Participação financeira |
| Sonae MC | | | | | | |
| Sempre a Postos | 2.256.381 | 25,00% | 564.095 | - | - | 564.095 |
| Sonae | | | | | | |
| ISRG | 158.757.328 | 30,00% | 47.627.198 | 36.016.741 | 261.179 | 83.905.118 |
| Associadas da Sonae Sierra | 3.362.036.015 | | 476.530.053 | 43.746.495 | (5.196.495) | 515.080.053 |
| Sonae IM | | | | | | |
| Armilar II | 217.851.649 | 44,33% | 96.573.636 | - | 4.767 | 96.578.403 |
| Armilar III | 73.136.182 | 42,80% | 31.302.286 | - | - | 31.302.286 |
| AVP I+I | 41.899.826 | 38,25% | 16.026.683 | - | (850) | 16.025.833 |
| Outros | (2.193.995) | | (640.120) | 2.796.890 | (305.941) | 1.850.829 |
| | | | | | | 745.306.617 |

31 dez 2019

| Associadas | Capitais próprios | Percentagem de detenção | Quota parte dos ativos líquidos | Goodwill reconhecido na participação financeira | Outros efeitos | Participação financeira |
|-----------------------------------|----------------------|-------------------------|---------------------------------|---|--------------------|-------------------------|
| Sonae MC | | | | | | |
| Sempre a Postos | 3.841.127 | 25,00% | 960.282 | - | - | 960.282 |
| Sonae | | | | | | |
| ISRG | 155.277.767 | 29,99% | 46.567.802 | 36.016.741 | (1.043.946) | 81.540.597 |
| Associadas da Sonae Sierra | 3.577.733.308 | | 401.007.146 | 5.317.300 | (5.591.582) | 400.732.864 |
| Sonae IM | | | | | | |
| Armilar II | 185.331.544 | 50,74% | 94.037.225 | - | 139.690 | 94.176.915 |
| Armilar III | 76.699.274 | 42,73% | 32.773.600 | - | (65.746) | 32.707.854 |
| AVP I+I | 44.579.665 | 38,25% | 17.051.722 | - | 5.226 | 17.056.948 |
| Outros | (2.087.877) | | (539.980) | 4.935.120 | (284.611) | 4.110.529 |
| | | | | | | 631.285.989 |

No seguimento da parceria na ISRG resultante da combinação da Sport Zone com a JD Sprinter Holdings foi realizada uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Da referida avaliação foram valorizadas 6 marcas detidas pelo grupo, as marcas Sprinter, Sport Zone, entre outras, pelo valor de 33,7 milhões de euros considerando a percentagem de detenção do grupo. Como resultado das referidas avaliações o grupo fica ainda com um valor em goodwill de 10,6 milhões de euros. Estas valorizações foram realizadas com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio de capital da ISRG (11%) e uma taxa de royalties de 3%.

13.3 Movimento ocorrido durante o exercício

13.3.1 Empreendimentos conjuntos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos, foi o seguinte:

| Investimentos em empreendimentos conjuntos | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 | | |
|---|---------------------------------------|-------------------|-----------------------|---------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento |
| Saldo em 1 de Janeiro | 846.513.516 | 129.767.245 | 976.280.761 | 1.523.912.763 | 87.412.004 | 1.611.324.767 |
| Transferência para associadas | (125.984.115) | (38.550.000) | (164.534.115) | (282.185.475) | - | (282.185.475) |
| Transferência para subsidiárias | - | - | - | 31.980.905 | - | 31.980.905 |
| Transferência para disponível para venda (Nota 23) | - | - | - | (375.944.631) | - | (375.944.631) |
| Transferência de subsidiárias (Nota 4 e 12) | - | - | - | - | 38.550.000 | 38.550.000 |
| Aumentos de capital no exercício | 3.335.946 | - | 3.335.946 | 8.873.735 | - | 8.873.735 |
| Diminuições de capital | - | - | - | (11.668.986) | - | (11.668.986) |
| Aquisições no exercício | 2.714.067 | 7.339 | 2.721.406 | 428.511 | 3.805.241 | 4.233.752 |
| Alienações no exercício | - | - | - | 4.017.663 | - | 4.017.663 |
| Efeito de liquidação | - | - | - | (4.450.440) | - | (4.450.440) |
| Outras variações | - | - | - | 34.896 | - | 34.896 |
| Equivalência patrimonial: | | | | | | |
| Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos | 5.554.862 | - | 5.554.862 | 77.945.427 | - | 77.945.427 |
| Dividendos distribuídos | (9.910.233) | - | (9.910.233) | (121.585.960) | - | (121.585.960) |
| Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo | (10.372.029) | - | (10.372.029) | (4.844.893) | - | (4.844.893) |
| | 711.852.013 | 91.224.584 | 803.076.597 | 846.513.516 | 129.767.245 | 976.280.761 |

Sonae Sierra

No dia 29 de fevereiro de 2020, o Grupo assinou e finalizou um acordo com a APG, Allianz e a Elo para a criação de uma joint-venture líder no mercado imobiliário da Península Ibérica (Sierra BV – “Sierra Prime”). As empresas incluídas nesta transação encontravam-se classificadas como detidas para venda em 2019. Após a transação estas empresas, no montante de 126 milhões de euros, passaram a ser classificadas como associadas.

Durante o terceiro trimestre de 2019, o negócio no Brasil da Sonae Sierra foi reestruturado: em agosto de 2019, a Aliance Shopping Centers, S.A. fundiu na Sonae Sierra Brasil, S.A. alterando a sua designação para Aliance Sonae Shopping Centers, S.A.; mais tarde a Sierra Brazil 1 S.à r.l. e a Sonae Serra Brazil S.à r.l. foram cindidas, passando as novas empresas a

serem incluídas nas contas consolidadas da Sonae. Durante o segundo semestre a Aliance Sonae Shopping Centers, S.A. aumentou o capital social. Na sequência desta reestruturação, a participação da Sonae Sierra na nova empresa é de 6,3%, passando a ser considerada uma associada. Esta transação gerou uma perda total no valor de 14,3 milhões de euros (Notas 38) (incluindo as reservas de conversão geradas até à data da reestruturação no valor de 17 milhões de euros que foram reconhecidas na demonstração de resultados consolidada e o ajuste ao cálculo do imposto diferido registado em 2018 no valor de 14,5 milhões de euros).

O valor de dividendos distribuídos relativos a Investimentos em Empreendimentos Conjuntos é essencialmente referente à Sonae Sierra 9 milhões de euros (74 milhões de euros em dezembro de 2019) e em 2019 a ZOPT 47 milhões de euros.

Na rubrica "Aquisições no exercício" em 2019 estão incluídos as seguintes aquisições:

- Em janeiro de 2019, a subsidiária Sierra Services Holland B.V., adquiriu 50% do capital da entidade controlada conjuntamente Sierra Balmain Asset Management sp. zo.o (que detém 100% do capital da Sierra Balmain Services sp. zo. o. sp. k. ("Sierra Balmain")) por 1,7 milhões de euros. Esta transação gerou um goodwill no valor de cerca de 2 milhões de euros; e

- Em maio de 2019, a subsidiária Sierra Services Holland B.V. adquiriu 50% do capital da entidade controlada conjuntamente SIERRA LM, SGPS, S.A. (entidade mãe dum Grupo de empresas ("LM Group") que detém direta e indiretamente 100% da LMSA - Engenharia de Edifícios, S.A., LMGE - Gestão de Edifícios LDA e LMIT - Innovation & Technology, LDA.) pelo valor de 2,5 milhões de euros, esta transação gerou um goodwill no valor de 1,8 milhões de euros.

Na rubrica "Alienações no exercício" em 2019 está incluída a alienação da totalidade do capital (50%) e os suprimentos concedidos (incluindo os juros) da entidade controlada conjuntamente Solingen Shopping Centre GmbH ("Solingén") por 2,9 milhões de euros. Esta transação gerou uma perda no valor de 12,6 milhões de euros (Nota 37).

O efeito em capitais próprios e interesses que não controlam resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das associadas da Sonae Sierra com moeda funcional diferente do euro.

Zopt

Quanto à participação detida na ZOPT, não obstante a comunicação efetuada relativamente à intenção de liquidar a sociedade, à frente mais detalhada, o Conselho de Administração considera que a cotação de mercado das ações representativas do capital social da NOS, S.A., participada da ZOPT, à data de 31 de dezembro de 2020, não reflete o justo valor das mesmas. O Conselho de Administração, considera que o valor de uso da empresa, representa à presenta data, a melhor estimativa do justo valor dessa sociedade. Desta forma, a aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de investimentos incluindo de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações (Zopt), é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS para 5 anos, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a 2,9% (2,4% em 2019).

| Pressupostos | NOS SGPS | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Base da quantia recuperável | Valor de uso | Valor de uso |
| Taxa de desconto | 5,7% - 8,3% | 6,10% |
| Taxa de crescimento na perpetuidade | 1,50% | 1,70% |

A análise das projeções e testes de imparidade resultou no apuramento de um valor recuperável superior ao valor contabilístico em cerca de 9%. Não foram apuradas perdas de imparidade nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

As demonstrações financeiras consolidadas da ZOPT apresentam exposição ao mercado africano, nomeadamente através de participações financeiras que o grupo detém em entidades que operam nos mercados angolano e moçambicano, e que

se dedicam, essencialmente, à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra. O valor líquido contabilístico das participadas africanas nas demonstrações financeiras da empresa em 31 de dezembro de 2020, reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, ascende a, aproximadamente, 43 milhões de Euros.

Durante o último trimestre de 2017, Angola foi considerada uma economia hiperinflacionária, por esse facto as demonstrações financeiras individuais das participadas em Angola foram reexpressas (para efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial) de acordo com a IAS 29 - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias. Até setembro de 2019 o efeito da hiperinflação foi ajustado, de acordo com a variação do kwanza, no entanto, no último trimestre de 2019, a economia Angolana deixou de ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Foram efetuados testes de imparidade para aqueles ativos, considerando os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração para um período de 5 anos, com taxas de crescimento médias de receitas de 9,7% em Angola e 4,7% em Moçambique (11,6% e 5,7% em 2019, respetivamente). Os planos de negócio consideram ainda uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6% em Angola e 5,5% em Moçambique (mesmos montantes em 2019) e uma taxa de desconto ("WACC") na perpetuidade de 17,1% em Angola e de 20,3% em Moçambique (14,7% e 16,7% em 2019, respetivamente).

Os testes de imparidade efetuados, com base nos pressupostos acima identificados, conduziram a uma reversão de perdas de imparidade (nas demonstrações financeiras da ZOPT) de 6,5 milhões de euros (16 milhões de imparidade em 2019).

Relativamente às participações financeiras da ZOPT na Finstar e ZAP Media (consolidado Finstar), é convicção do Conselho de Administração da NOS e da ZOPT que o arresto de património à Sra. Eng^a Isabel dos Santos, no caso concreto às participações por esta detidas na Finstar e ZAP Media (onde detém 70% do capital) não altera o perfil de controlo, neste caso controlo-conjunto tal como definido na IFRS 11, não sendo de esperar consequências relevantes para a gestão operacional das sociedades, para além de restrições na distribuição de dividendos nessas sociedades.

No dia 4 de abril de 2020, a SONAE COM foi informada pela sua participada ZOPT da comunicação por esta recebida do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa ("Tribunal") de proceder ao arresto preventivo de 26,075% do capital social da NOS, correspondente a metade da participação social na NOS detida pela ZOPT e, indiretamente, pelas empresas Unitel International Holdings, BV e Kento Holding Limited", controladas pela Sra. Eng^a Isabel dos Santos. Nos termos da referida comunicação, as ações arrestadas (134.322.268,5 ações) ficariam privadas do exercício de direito de voto e do direito a receber dividendos, devendo estes últimos ser depositados na Caixa Geral de Depósitos, S.A. à ordem do Tribunal. A outra metade da participação da ZOPT no capital social da NOS, correspondente a idêntica percentagem de 26,075% — e que, pelo menos em linha com o critério utilizado pelo Tribunal, corporiza os 50% detidos na ZOPT pela SONAE COM — não foi objeto do arresto, nem os direitos que lhe são inerentes foram alvo de qualquer limitação.

É entendimento dos conselhos de administração da ZOPT e da SONAE COM que a medida de arresto decretada é ilegítima e ofende diversos direitos fundamentais da ZOPT – terceira em relação ao arresto decretado -, não tendo qualquer fundamento jurídico, não sendo legalmente passível de determinar a privação de direitos de voto, nem sequer de inibir o titular das ações arrestadas de continuar a exercer esses direitos, privação essa que se entende por isso, ser nula e de nenhum efeito. Neste sentido, a ZOPT deduziu embargos de terceiros.

No dia 12 de junho de 2020, foi a ZOPT notificada do despacho proferido pelo Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa, que a autoriza a exercer o direito de voto correspondente aos 26,075% do capital social da NOS preventivamente arrestados à ordem do referido Tribunal. Esta notificação reforça o entendimento dos Conselhos de Administração da ZOPT e da Sonaecom, segundo o qual as condições de controlo da ZOPT sobre a NOS estão cumpridas, e que aquela medida não terá efeitos materiais no controlo desta empresa.

Ainda no mês de junho de 2020, o Juiz de Instrução rejeitou os embargos de terceiro deduzidos pela ZOPT com fundamento em incompetência dos tribunais portugueses para os apreciar e decidir, decisão essa que, tendo sido objeto de recurso pela ZOPT, foi revogada pelo Tribunal da Relação, já em 2021, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos, designadamente a pronúncia judicial sobre os embargos/arresto.

A 19 de agosto a Sonaecom comunicou a intenção dos acionistas da ZOPT (a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited) em liquidar a sociedade, mantendo-se a Sonaecom como acionista de referência da NOS. À data ainda não foram promovidas as diligências para a dissolução da ZOPT.

No último trimestre de 2020, foi ainda decretado o arresto de 32,65% do capital da ZOPT detido pela UNITEL, com privação do exercício do direito de voto e do direito a receber dividendos, e 124.234.675 ações da ZOPT detidas pela KENTO, igualmente com privação do exercício do direito de voto e do direito a receber dividendos. Adicionalmente, em janeiro de 2021, a ZOPT foi ainda notificada pela Caixa Geral de Depósitos (C.G.D.), na qualidade de entidade beneficiária do penhor das ações detidas pela Kento na ZOPT, referindo estar investida da faculdade de exercer os direitos de voto inerentes às Ações, e todos os demais direitos inerentes, e de que a Kento estava privada de exercer tais direitos sem a autorização prévia, expressa e por escrito da CGD. É entendimento do Conselho de Administração da ZOPT, que sempre que não esteja em causa a tutela do valor económico das ações, no exercício dos direitos de voto, a C.G.D. como credor pignoratício da Kento, deverá atuar de acordo com as instruções desta, o que significa votar no sentido definido pela Kento.

Apesar dos factos acima descritos considerando que, não foram ainda tomadas quaisquer diligências para a dissolução da ZOPT, que não houve qualquer alteração do conselho de administração da ZOPT e, que as decisões sobre a atividade operacional da sociedade investida continuam a ser tomadas em conformidade com o que vinha a ser efetuado, concluímos que o perfil de controlo conjunto sobre a ZOPT não sofreu alterações.

Risco de liquidez e taxa de juro

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, associado à negociação de linhas de crédito com instituições financeiras.

A 31 de dezembro de 2020, a maturidade média dos financiamentos do grupo NOS é de 2,6 anos, não se perspetivando qualquer incumprimento dos covenants decorrente da redução dos resultados projetada para o presente exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado, essencialmente, com créditos de serviços prestados a clientes, monitorizado numa base regular de negócio e para as quais são apuradas perdas de crédito esperadas considerando: i) o perfil de risco do cliente; ii) o prazo médio de recebimento; iii) a condição financeira do cliente; e iv) perspetiva futura de evolução da cobrança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como consequência direta do abrandamento da economia portuguesa decorrente das medidas adotadas para combate ao novo coronavírus COVID-19, a NOS reconheceu perdas de créditos esperadas extraordinárias de 28,2 milhões de euros, incorporando, no modelo de projeção de cobranças futuras, as novas projeções divulgadas pelo Banco de Portugal para o crescimento do PIB e Taxa de desemprego para os próximos 3 anos.

Como se tem verificado, trata-se de uma situação de extrema incerteza e muito dinâmica, o que torna extremamente difícil estimar impactos, os quais têm sempre de considerar vários cenários e inúmeras variáveis. Evidência dessa dificuldade, são as quedas históricas e volatilidade acentuada das bolsas, um pouco por todo o Mundo; as grandes variações ocorridas nos últimos trimestres das projeções futuras de indicadores macroeconómicos, bem como a disparidade dessas projeções entre os vários organismos.

Os impactos na ZOPT através da participação na NOS fizeram-se sentir nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com uma queda da Receita, EBITDA e Cash-flow operacional consolidado de -6,2% (-90,5 milhões de euros); -5,7% (-36,8 milhões de euros) e -33,8% (-65,2 milhões de euros), respetivamente, que evidenciam uma redução de atividade em:

1. Cinemas e Audiovisuais: redução na afluência às salas de cinemas e encerramento desde o dia 16 de março até dia 2 de julho, com adiamento na estreia de vários títulos, ligeiramente compensado com negociações das rendas dos cinemas;
2. Roaming e tráfego internacional: reflexo das restrições de viagens e a forma como o vírus está disseminado em algumas regiões, a NOS apresentou um impacto negativo, quer nas receitas, quer nos custos de roaming e tráfego internacional;
3. Vendas de equipamentos: com o encerramento de centros comerciais e restrições a deslocações, verificou-se uma redução na venda de telemóveis e equipamentos, que é parcialmente compensada com o aumento das vendas online (podendo, no longo prazo, existir um efeito positivo na evolução da adesão dos clientes aos canais digitais);
4. Receitas de Dados móveis: as situações de quarentena e isolamento implicam um aumento de utilização das redes wireless, reduzindo a utilização de dados móveis; e,
5. Quebra nas receitas relacionadas com conteúdos premium de desporto durante o período em que o campeonato nacional esteve suspenso e publicidade.

Por outro lado, as projeções efetuadas para a economia portuguesa, levaram a uma reavaliação de projeções e estimativas, que se traduziram no reforço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de imparidades de contas a receber (28,2 milhões de euros) e registo de outros custos, relativos a contratos onerosos (10,8 milhões de euros), assim como o registo de imparidades na rubrica "Perdas / (Ganhos) em empresas participadas", no montante de 8,6 milhões de euros. Em linha com as recomendações existentes, o Grupo NOS procedeu a análises de sensibilidade aos pressupostos utilizados nos testes de imparidade ao Goodwill conduzidos no final de 2020, não se tendo concluído por qualquer indício de imparidade. O segmento mais afetado pelo COVID-19 foi o segmento dos cinemas, estimando-se a recuperação da atividade para níveis pré-pandemia em 2023. Foram ainda efetuados testes de imparidade aos ativos fixos, nomeadamente, aos ativos associados à exibição cinematográfica, dos quais não resultaram igualmente quaisquer imparidades.

Em termos de projeção de impactos futuros, estes dependerão da extensão, nomeadamente temporal, da propagação do vírus e das respetivas medidas de contenção, sendo difícil de prever a dimensão do impacto, sabendo, contudo, que este ocorrerá nas áreas acima identificadas. A estrutura de capital da NOS encontra-se dentro do limiar de 2x a Dívida Financeira Líquida / EBITDA Após Pagamentos de Leasings (EBITDA – Pagamentos de Leasings (Capital e Juros)), pelo que é entendimento do Conselho de Administração da NOS que a empresa ultrapassará os impactos negativos provocados por esta crise, sem estar em causa a continuidade do negócio, convicção esta demonstrada com a manutenção da política remuneratória dos acionistas com o pagamento de dividendos no dia 3 de julho de 2020.

13.3.2. Investimentos em associadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

| Investimentos em associadas | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 | | |
|---|---------------------------------------|------------|-----------------------|---------------------------------------|------------|-----------------------|
| | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento | Valor proporção nos capitais próprios | Goodwill | Total do investimento |
| Saldo em 1 de Janeiro | 585.031.454 | 46.269.161 | 631.300.615 | 321.772.525 | 46.269.161 | 368.041.686 |
| Reestruturação do Brasil | | | | | | |
| Transferência de empreendimentos conjuntos | 125.984.115 | 38.550.000 | 164.534.115 | 282.185.475 | - | 282.185.475 |
| Mudança de método pela diluição de percentagem (Nota 4) | 69.591.683 | - | 69.591.683 | - | - | - |
| Aumentos de capital no exercício | - | - | - | 5.535.297 | - | 5.535.297 |
| Aquisições durante o exercício | 1.256.971 | - | 1.256.971 | - | - | - |
| Diminuições de capital no exercício | (2.504.746) | - | (2.504.746) | (19.462.112) | - | (19.462.112) |
| Alienações do exercício | (40.955) | - | (40.955) | (49.331.370) | - | (49.331.370) |
| Outras variações | - | - | - | 2.206.046 | - | 2.206.046 |
| Equivalência patrimonial: | | | | | | |
| Efeito em ganhos e perdas relativas a associadas | (4.108.906) | (120.805) | (4.229.711) | 74.684.196 | - | 74.684.196 |
| Dividendos distribuídos | (5.065.422) | - | (5.065.422) | (21.889.001) | - | (21.889.001) |
| Efeito em capitais próprios e interesses sem controlo | (83.110.994) | - | (83.110.994) | (10.669.602) | - | (10.669.602) |
| Outros | (26.424.939) | - | (26.424.939) | - | - | - |
| | 660.608.261 | 84.698.356 | 745.306.617 | 585.031.454 | 46.269.161 | 631.300.615 |

O movimento incluído na rubrica de "Reestruturação do Brasil" resulta da concretização do acordo assinado com a APG, Allianz e a Elo para a criação de uma joint-venture líder no mercado imobiliário da Península Ibérica (Sierra Prime). As empresas incluídas nesta transação encontravam-se classificadas como detidas para venda em 2019 (Nota 4).

As principais transações ocorridas no exercício de 2019 e incluídas na rubrica "Alienações do exercício" foram:

- Em janeiro 2019 o Grupo, através da sua subsidiária Weiterstadt Shopping B.V. vendeu a totalidade do capital (9%) da associada Loop5 Shopping Centre GmbH & Co KG ("Loop 5") pelo valor de 9,8 milhões de euros, esta transação gerou uma perda líquida no valor de 0,6 milhões de euros (Nota 38);
- Em julho 2019 o Grupo, através da sua subsidiária Sierra Investments Holdings B.V. vendeu a totalidade do capital (9%) da associada ALEXA Asset GmbH & Co, KG ("ALEXA") pelo valor de 40,8 milhões de euros. Esta transação gerou uma perda líquida no valor de 0,9 milhões de euros (incluindo despesas de transação no valor de 2,5 milhões de euros (Nota 38);

As principais operações ocorridas no exercício de 2019 e incluídas na rubrica "Reduções de capital em associadas" foram:

- Em abril 2019 o Grupo, através da sua associada Sierra Portugal Real Estate (SPFRE), vendeu a totalidade do capital (100%) da associada LCC LeiriaShopping Centro Comercial S.A. ("Leiria Shopping") pelo valor 80,3 milhões de euros. Esta transação gerou um ganho líquido nas contas consolidadas do Grupo no valor de 1,2 milhões de euros;
- Em julho 2019, o Grupo, através da sua associada Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A. ("Iberia Coop"), vendeu a totalidade do capital (100%) das associadas ALBRP Albufeira Retail Park, Lda, Algarveshopping- Centro Comercial, SA, Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA e Project Guia, S.A. pelo valor de 120,9 milhões de euros. Esta transação gerou um ganho líquido nas contas consolidadas do Grupo no valor de 0,7 milhões de euros;

Em dezembro 2019, o Grupo, através da sua associada Sierra Portugal Real Estate (SPFRE), vendeu a totalidade do capital das associadas 8ª Avenida Centro Comercial, S. A. (100%) ("8Avenida"), Loureshopping- Centro Comercial, S.A. (50%) ("Loureshopping") e Rio Sul- Centro Comercial, S.A. (50%) ("Rio Sul") pelo valor de 33,1 milhões de euros. Esta transação gerou um ganho líquido nas contas consolidadas do Grupo próxima de zero;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a variação em 'Outros' está relacionada essencialmente com recebimento do Fundo Armilar II da quantia de 21 milhões de euros, líquida de comissão contratual (cerca de 5 milhões de euros), a título de amortização de unidades de participação detidas neste fundo. Este montante foi sujeito a retenção de imposto, sendo cerca de 18,9 milhões de euros o valor efetivamente recebido.

A rubrica de "Ganhos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas" da demonstração consolidada dos resultados incluí o reforço de 5 milhões de euros (8,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) registados em Provisões para outros riscos e encargos referentes a uma comissão contratual (incentive scheme) a pagar à gestão dos Fundos pelo facto de estes terem ultrapassado a barreira de retorno contratualmente definida (Nota 34).

Relativamente às participações financeiras detidas no Fundo de Capital de Risco Armilar II, Armilar III e Armilar I+I, estas referem-se a entidades de investimento que mensuram os seus portfolios de investimentos ao justo valor. Os portfolios detidos por estas entidades estão classificados na correspondente hierarquia de justo valor definida no IFRS 13 – Justo Valor, conforme a tabela abaixo:

| Hierarquia de justo valor | 31 dez 2020 | | |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | Armilar II | Armilar III | Armilar I+I |
| Nível 1 | 2.520 | - | - |
| Nível 3 | 264.817 | 80.445 | 53.132 |

As técnicas de valorização nível 1 tem por base preços, identificados com cotações em mercados ativos e de cotação oficial.

As técnicas de valorização de nível 3 são essencialmente suportadas por:

- (i) Planos de negócio das entidades que integram os portfolios de investimento, nos quais foram utilizadas taxas de desconto que variam entre 5% e 20%, taxas de crescimento de receitas ao longo do período das projeções (CAGR) que variam entre 10% e 48% e onde o terminal value foi estimado por um mix de múltiplos aplicados essencialmente sobre o Revenue e sobre o EBITDA. Note-se que a valorização implícita nos investimentos detidos pelo Fundo resulta de um conjunto de sensibilidades aplicadas sobre parâmetros originais dos Planos de negócio disponibilizados pela gestão das Participadas; e
- (ii) Múltiplos de Mercado comparáveis de Revenues (LTM – "Last twelve months" e NTM – "Next twelve months") no intervalo de 10,3x a 16,5x para o sector de Information Technology.

O Fundo Armilar II inclui uma participação de Information Technology enquadrada no nível 3 com valor contabilístico de aproximadamente 264 milhões de euros (221 milhões de euros em 2019). No final do exercício, a empresa foi valorizada utilizando múltiplos de mercado comparáveis de Revenues e ARR (Annual Recurring Revenue) entre 12,1x e 13,4x. Durante o ano, no seguimento de uma ronda em mercado secundário negociada no início do período de pandemia, o Fundo Armilar II vendeu parte dos seus ativos por um montante aproximado de 49 milhões de euros, os quais foram distribuídos pelos seus participantes, tendo gerado na Sonaecom uma menos valia de 9.1 milhões de euros e um cash-in de 18.9 milhões de euros (líquido de impostos).

Os Fundos Armilar III e o Armilar I+I incluem uma participação enquadrada no nível 3 com valor contabilístico de aproximadamente 40 milhões de euros e 52 milhões de euros, respetivamente (sem alteração de valorização face a 2019). Neste caso a valorização foi feita com base em múltiplos de mercados comparáveis e na última proposta de transação em mercado não ativo, datada do início de 2019. O Fundo Armilar III inclui ainda uma participação no valor de cerca de 29 milhões de euros (31 milhões de euros em 2019) classificada no nível 3 cujo plano de negócios prevê uma taxa de crescimento da receita de 48% (CAGR) e uma taxa de desconto de 5,85%, sendo ainda de referir que a sua valorização está perfeitamente enquadrada naquela que seria obtida caso a metodologia de valorização adotada fosse a utilização de múltiplos de mercado.

14. Ativos financeiros ao justo valor

14.1 Através da demonstração de resultados

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

| Firma | Sede Social | Demonstração da posição financeira | |
|--|---------------------|------------------------------------|---------------------------|
| | | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
| Sonae MC | | | |
| Inscó - Insular de Hipermerc., SA | Ponta Delgada | 4.748.744 | 2.672.520 |
| Sportessence - Sport Retail, SA | Ponta Delgada | 595.964 | 2.672.520 |
| | | 5.344.708 | 5.345.040 |
| Sonae IM | | | |
| Arctic Wolf Networks, Inc | Delaware | 46.129.113 | 12.101.193 |
| Ometria, Ltd. | Londres | 7.664.992 | 8.095.985 |
| Sixgill Ltd | Israel | 4.889.580 | 5.415.162 |
| CelliWise | Singapura | 7.976.142 | 5.357.593 |
| ViSenze | Singapura | 2.378.620 | 5.260.238 |
| CB4 | Israel | 3.278.059 | 4.368.720 |
| Case on IT | Madrid | 4.402.087 | 2.930.744 |
| Daisy Intelligence | Canadá | 1.050.496 | 2.406.623 |
| Reblaze | St. Louis | 2.241.058 | 2.352.438 |
| ciValue | Yokneam (Israel) | 1.825.443 | 1.970.097 |
| Sales Layer | Valência | 2.500.358 | - |
| Weaveworks | San Francisco (USA) | 4.074.649 | - |
| Jscrambler | Porto | 1.550.000 | 1.250.000 |
| Whitefantasy | Évora | 715.854 | 640.804 |
| Outros ativos financeiros | | 1.647.613 | 872.615 |
| | | 92.324.064 | 53.022.212 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | | 97.668.772 | 58.367.252 |

Em 31 de dezembro de 2020, estes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o grupo detém influência significativa.

No âmbito da isenção prevista na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, estes investimentos detidos pelo Grupo operando como uma venture capital organization, são mensurados pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as aquisições de participações mais significativas realizadas pela Sonae IM foram:

- A ArcticWolf é uma empresa americana, pioneira global no mercado de SOC-as-a-Service com tecnologia de ponta para gestão de deteção e resposta (MDR), numa combinação única de tecnologia e serviços que rapidamente detetam e contêm ameaças. A Sonae IM, juntamente com os investidores tecnológicos americanos Lightspeed Venture Partners e Redpoint entrou no capital da empresa em 2007 durante uma ronda de financiamento Série B. Em 2018, a empresa fechou uma ronda de financiamento Série C de 45 milhões de dólares e, no final de 2019, lançou uma nova ronda Série D de 60 milhões de dólares. Em outubro de 2020, a empresa anunciou a concretização de mais uma ronda Série E no montante de 200 milhões de dólares a uma valorização de 1,3 bilhões de dólares. A Sonae IM participou em todas as rondas, reforçando a sua participação, tendo esta última sido liderada pela Viking Global Investors e com a participação da DTCP, entre outros investidores. Esta nova ronda faz da ArcticWolf o primeiro unicórnio do portfólio diretamente investido pela Sonae IM e o segundo do total do portfólio, a par com a Outsystems, indiretamente investido através dos fundos Armilar.

- A Sales Layer é uma empresa sediada em Espanha com uma solução de gestão de informação de produto (Product Information Management ou PIM) baseada em cloud, que ajuda as marcas e retalhistas a transformar os seus catálogos num centro de controlo digital, enriquecido e multicanal. A Sonae IM liderou recentemente a sua ronda de investimento Série A.
- A Weaveworks é uma empresa que ajuda equipas a adotar a Cloud, gerindo infraestruturas e aplicações na Cloud de forma rápida, confiável e em escala. A empresa lançou uma ronda de financiamento Série C, no montante de 36,65 milhões de dólares liderada por algumas empresas líderes mundiais em Cloud e telecomunicações, incluindo Amazon Web Services (AWS), Ericsson, Orange Ventures, Telekom Investment Pool (TIP) e Sonae IM.

Os investimentos acima descritos encontram-se valorizados ao justo valor, e classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. Do valor total de ativos financeiros ao justo valor através de resultado, cerca de 54,1 milhões de euros correspondem a participadas valorizadas com base na última transação em mercado não ativo ocorridas durante o ano de 2020. As aquisições do ano de novas participadas correspondem a cerca de 7,2 milhões de euros. O montante de 31 milhões de euros correspondem a participações valorizadas com base na última transação que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, ainda representa a melhor estimativa de justo valor da empresa. De referir que estes valores estão perfeitamente enquadráveis naqueles que seriam obtidos caso a metodologia de valorização adotada fosse a utilização de múltiplos de mercado.

14.2 Através do outro rendimento integral

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral pode ser analisado como segue:

| Firma | Sede Social | Demonstração da posição financeira | |
|---|---------------------|------------------------------------|---------------------------|
| | | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
| Sonae | | | |
| NOS SGPS, SA | Lisboa | 108.604.000 | - |
| Sonae IM | | | |
| Deepfence | Califórnia | 2.037.325 | - |
| Nextail Labs, SL | Madrid | 1.628.759 | 2.300.000 |
| Iriu sRisk | Saragoça | 1.416.514 | 299.802 |
| StyleSage, Inc. | Delaware | 1.378.547 | 1.848.578 |
| Sensei | Castelo Branco | 405.900 | - |
| Eat Tasty | Vila Nova Famalicão | 259.696 | 259.696 |
| Fyde | Delaware | - | 443.687 |
| Outros ativos financeiros | | 173.048 | 193.047 |
| | | 7.299.789 | 5.344.810 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | | 115.903.789 | 5.344.810 |

Em 31 de dezembro de 2020, estes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa.

No âmbito da IFRS 9 estes investimentos são classificados como 'Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral' pois estes investimentos são mantidos como investimentos estratégicos de longo prazo que não são expectáveis que sejam vendidos no curto e médio prazo e, por isso, foram designados de forma irrevogável como investimentos ao justo valor por outro rendimento integral. No caso dos investimentos inferiores a 1 ano o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor. Para os investimentos superiores a 1 ano as alterações subsequentes no justo valor são apresentadas através de outro rendimento integral.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as aquisições de participações mais significativas foram:

- aquisição de 38.000.000 de ações representativas de 7,38% do capital social e dos direitos de voto na NOS pelo valor de 136.420.000 euros. A 31 de dezembro de 2020 a referida participação foi valorizada com base na cotação a essa data, tendo o diferencial de valor sido registado em “Outro rendimento integral”;
- aquisição de uma participação na Deepfence, empresa com sede em São Francisco (Califórnia) de segurança de aplicações empresariais que oferece um sistema de prevenção de intrusão que mede e mapeia a superfície de ataque em tempo de execução e fornece proteção completa contra ameaças conhecidas e desconhecidas.

O investimento na NOS acima identificado encontram-se valorizados ao justo valor classificado no nível 1 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor, com base a cotação a 31 de dezembro de 2020.

Os investimentos acima descritos do segmento Sonae IM encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. Do valor total de ativos financeiros ao justo valor através de rendimento integral, cerca de 1,8 milhões de euros correspondem a participadas valorizadas com base na última transação em mercado não ativo ocorridas durante o ano de 2020. As aquisições do ano de novas participadas correspondem a cerca de 2 milhões de euros. O montante de 3,4 milhões de euros correspondem a participações valorizadas com base na última transação que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, ainda representa a melhor estimativa de justo valor da empresa. De referir que estes valores estão perfeitamente enquadráveis naqueles que seriam obtidos caso a metodologia de valorização adotada fosse a utilização de múltiplos de mercado.

14.3 Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos financeiros ao justo valor, foi o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|--|--------------------|---------------------------|
| Investimentos ao justo valor através de atrações de outro rendimento integral e através de resultados | | |
| Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro | 63.712.062 | 33.354.053 |
| Aumentos durante o exercício | 156.870.708 | 27.876.786 |
| Aumento/(diminuição) do justo valor através de resultados | 21.709.652 | 712.602 |
| Aumento/(diminuição) do justo valor através de rendimento integral | (28.192.640) | 1.593.620 |
| Outros | (527.221) | 175.001 |
| | 213.572.561 | 63.712.062 |

15. Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de “Outros investimentos” no valor de 14.266.208 euros (15.536.724 euros em 31 de dezembro de 2019) inclui 7.282.500 euros (9.872.807 euros em 31 de dezembro de 2019), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 34 e 36).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos outros investimentos correntes e não correntes, foi o seguinte:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|--|---------------|-----------|---------------|-----------|
| | Não correntes | Correntes | Não correntes | Correntes |
| Outros investimentos | | | | |
| Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro | 15.536.724 | - | 13.841.288 | - |
| Aumentos durante o exercício | 2.175.764 | - | 2.775.505 | - |
| Diminuições durante o exercício | (3.430.758) | - | (731.915) | - |
| Transferência para detidos para venda | (15.853) | - | - | - |
| Outros | 331 | - | (348.154) | - |
| Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de dezembro | 14.266.208 | - | 15.536.724 | - |
| Instrumentos financeiros derivados (Nota 28) | | | | |
| Justo valor em 1 de janeiro | - | 588.747 | - | 1.454.392 |
| Aumento/(diminuição) do justo valor | - | 2.714.623 | - | (865.645) |
| Justo valor em 31 de dezembro | - | 3.303.370 | - | 588.747 |
| Instrumentos financeiros outros | | | | |
| Justo valor em 1 de janeiro | - | 76.466 | - | 104.291 |
| Aumento/(diminuição) do justo valor | - | (33.954) | - | (27.825) |
| Justo valor em 31 de dezembro | - | 42.512 | - | 76.466 |
| | 14.266.208 | 3.345.882 | 15.536.724 | 665.213 |

16. Outros ativos não correntes

O detalhe dos “Outros ativos não correntes” em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 Reexpresso | | |
|---|-------------|--|---------------|------------------------|--|---------------|
| | Valor bruto | Perdas por imparidade acumuladas (Nota 34) | Valor líquido | Valor bruto | Perdas por imparidade acumuladas (Nota 34) | Valor líquido |
| Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 45) | 20.965.257 | (9.411.112) | 11.554.145 | 20.122.862 | - | 20.122.862 |
| Clientes e outros devedores | | | | | | |
| Devedores por alienação de investimentos financeiros | 4.400.000 | - | 4.400.000 | 8.400.000 | - | 8.400.000 |
| Valores a receber relativos a sublocações | 8.578.973 | - | 8.578.973 | 8.241.554 | - | 8.241.554 |
| Cauções | 5.520.184 | - | 5.520.184 | 5.846.848 | - | 5.846.848 |
| Regime excecional de regulariz.dividas ao fisco | 4.489.601 | - | 4.489.601 | 4.489.601 | - | 4.489.601 |
| Depósitos judiciais | 2.436.445 | - | 2.436.445 | 3.446.508 | - | 3.446.508 |
| Dívida a receber relativa aos Fundos Armilar | 1.253.558 | - | 1.253.558 | 1.274.358 | - | 1.274.358 |
| Depósitos de lojistas | 327.834 | - | 327.834 | 311.819 | - | 311.819 |
| Outros | 1.259.937 | - | 1.259.937 | 1.041.551 | - | 1.041.551 |
| | 28.266.532 | - | 28.266.532 | 33.052.239 | - | 33.052.239 |
| Derivados não correntes (Nota 28) | 179 | - | 179 | 1.954 | - | 1.954 |
| Total de instrumentos financeiros (Nota 7) | 49.231.968 | (9.411.112) | 39.820.856 | 53.177.055 | - | 53.177.055 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 398.471 | - | 398.471 | - | - | - |
| Outros ativos não correntes | 1.013.411 | - | 1.013.411 | 805.825 | - | 805.825 |
| | 50.643.850 | (9.411.112) | 41.232.738 | 53.982.880 | - | 53.982.880 |

O valor incluído na rubrica “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas” é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sonae Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados (Nota 36).

17. Inventários

O detalhe dos “Inventários” em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------|--------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 1.852.757 | 1.625.256 |
| Mercadorias | 665.657.017 | 682.151.573 |
| Produtos acabados e intermédios | 9.481.877 | 10.477.152 |
| Produtos e trabalhos em curso | 663.731 | 908.936 |
| | 677.655.382 | 695.162.917 |
| Ajustamentos acumuladas em inventários | (41.583.141) | (31.243.182) |
| | 636.072.241 | 663.919.735 |

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 ascendem a 4.728.423.274 euros e 4.337.519.744 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Inventários iniciais | 683.776.829 | 688.986.562 |
| Aquisições de filiais | - | 24.748.761 |
| Efeito da conversão cambial | (70.300) | - |
| Variações de perímetro | (775.578) | - |
| Compras | 4.717.835.154 | 4.324.699.809 |
| Regularizações de inventários | (9.611.057) | (13.637.559) |
| Inventários finais | 667.509.774 | 683.776.829 |
| | 4.723.645.274 | 4.341.020.744 |
| Ajustamentos em inventários | 4.778.000 | (3.501.000) |
| | 4.728.423.274 | 4.337.519.744 |

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelas unidades de retalho.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 ascendem a (2.866.528) euros e (3.986.301) euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-------------------------------|-------------|-------------|
| Inventários iniciais | 11.386.088 | 15.570.316 |
| Variações de perímetro | (1.013.014) | - |
| Regularizações de inventários | 596.237 | (757.479) |
| Inventários finais | 10.145.609 | 11.386.088 |
| | (823.702) | (3.426.749) |
| Ajustamentos em inventários | (2.042.826) | (559.552) |
| | (2.866.528) | (3.986.301) |

18. Clientes

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

| Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 | | |
|--|-------------|---------------------------------|---------------|-------------|---------------------------------|---------------|
| | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 34) | Valor líquido | Valor bruto | Perdas por imparidade (Nota 34) | Valor líquido |
| Sonae MC | 49.894.803 | (3.877.530) | 46.017.273 | 40.175.363 | (3.157.289) | 37.018.074 |
| Worten | 7.278.776 | (479.290) | 6.799.486 | 8.279.047 | (511.965) | 7.767.082 |
| Sonae Sierra | 23.427.797 | (11.164.545) | 12.263.252 | 17.246.428 | (7.635.257) | 9.611.171 |
| Sonae Fashion | 28.419.718 | (2.123.836) | 26.295.882 | 32.557.254 | (2.707.659) | 29.849.595 |
| Sonae IM | 18.714.742 | (1.079.140) | 17.635.602 | 25.000.146 | (1.055.456) | 23.944.690 |
| Sonae FS | 36.422.611 | (197.358) | 36.225.253 | 4.988.285 | - | 4.988.285 |
| Outros | 4.095.855 | (1.737.669) | 2.358.186 | 3.464.189 | (1.590.252) | 1.873.937 |
| | 168.254.302 | (20.659.368) | 147.594.934 | 131.710.712 | (16.657.878) | 115.052.834 |

A atividade da subsidiária SFS – Financial Services, IME, S.A. (SFS IME) foi materialmente impactada em 2020 pela transformação estrutural que teve que operar para garantir, a partir de 17 de dezembro, a atividade de concessão de crédito aos clientes Universo, pondo término à relação mantida, desde o início da sua atividade, em outubro de 2015, com o Banco BNP Paribas Personal Finance, SA (BNPP PF). Em 31 de dezembro de 2020 o montante registado na rubrica “Clientes” da Sonae FS refere-se principalmente ao crédito concedido a clientes em resultado da SFS IME ter assumido a atribuição e gestão de crédito ao cliente, através de fundos próprios, concentrando assim na sua esfera o relacionamento integral com o cliente após o fim da relação contratual com o BNPP PF.

| 31 dez 2020 | Clientes | | | | | | Total |
|------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|--------------------|------------------|---------------------|---------------------|
| | Não vencido | 0 - 30 dias | 30 - 90 dias | 90 - 180 dias | 180 - 360 dias | + 360 dias | |
| | 0% - 1,48% | 0% - 2,16% | 0% - 29,70% | 0% - 38,29% | 0% - 41,54% | 0% - 100% | |
| Sonae MC | 20.581.353 | 18.245.748 | 5.006.835 | 2.746.683 | 755.151 | 2.559.033 | 49.894.803 |
| Worten | 6.609.426 | 222.716 | 121.806 | 35.610 | 8.844 | 280.374 | 7.278.776 |
| Sonae Sierra | 2.137.935 | 5.173.962 | 3.239.749 | 5.131.406 | 569.304 | 7.175.441 | 23.427.797 |
| Sonae Fashion | 16.131.645 | 4.421.838 | 2.953.910 | 1.224.587 | 805.213 | 2.882.525 | 28.419.718 |
| Sonae IM | 7.250.370 | 4.976.236 | 3.070.712 | 1.105.005 | 521.049 | 1.791.370 | 18.714.742 |
| Sonae FS | 32.620.366 | 1.322.269 | 2.456.657 | 11.277 | 9.352 | 2.690 | 36.422.611 |
| Outros | 1.310.573 | 68.499 | 534.042 | 696.510 | 400 | 1.485.831 | 4.095.855 |
| Total | 86.641.668 | 34.431.268 | 17.383.711 | 10.951.078 | 2.669.313 | 16.177.264 | 168.254.302 |
| Perdas por imparidade | | | | | | | |
| Sonae MC | - | (3.504.672) | - | - | (1.766) | (371.092) | (3.877.530) |
| Worten | - | (20.325) | - | (25.852) | (10.189) | (422.924) | (479.290) |
| Sonae Sierra | - | (1.164.911) | (729.426) | (1.525.463) | (569.304) | (7.175.441) | (11.164.545) |
| Sonae Fashion | - | - | (6.839) | (64.842) | (113.250) | (1.938.905) | (2.123.836) |
| Sonae IM | - | (300.36) | - | - | (54.601) | (994.503) | (1.079.140) |
| Sonae FS | - | (197.358) | - | - | - | - | (197.358) |
| Outros | - | - | - | (1.500) | - | (1.736.169) | (1.737.669) |
| Total | - | (4.917.302) | (736.265) | (1.617.657) | (749.110) | (12.639.034) | (20.659.368) |
| | 86.641.668 | 29.513.966 | 16.647.446 | 9.333.421 | 1.920.203 | 3.538.230 | 147.594.934 |

Em 31 de dezembro de 2020, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

19. Outras dívidas de terceiros

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------------|--------------------|
| Empréstimos concedidos a empresas relacionadas (Nota 45) | 9.104.016 | 16.689.211 |
| Outros devedores | | |
| Fornecedores c/c - saldos devedores | 40.552.658 | 36.413.542 |
| Adiantamentos a fornecedores | 14.193.573 | 11.575.971 |
| Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas com parcerias | 7.568.228 | 7.147.774 |
| IVA de imóveis e de descontos de talões | 2.840.588 | 5.617.222 |
| Adiantamentos a fornecedores de ativos tangíveis | 992.391 | 4.529.542 |
| Conta caucionada | 2.224.081 | 2.224.081 |
| Alienação de investimentos financeiros | 3.400.000 | 2.177.963 |
| Vales e cheques oferta | 2.489.924 | 1.893.576 |
| Subsídios | 1.360.118 | 1.080.206 |
| Outras dívidas de terceiros | 31.790.199 | 22.693.465 |
| | 107.411.760 | 95.353.342 |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 34) | (13.896.581) | (9.972.859) |
| | 93.515.179 | 85.380.483 |
| Total de instrumentos financeiros (Nota 7) | 102.619.195 | 102.069.694 |

O valor incluído na rubrica “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas” é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sonae Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

Em 31 de dezembro de 2020, as perdas por imparidade relativas a outras dívidas de terceiros são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada tendo por base a não existência de risco de crédito para saldos com entidades públicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

20. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------------|--------------------|
| Valores devedores | | |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 40.774.800 | 39.067.323 |
| Outros Impostos | 1.241.811 | 3.532.697 |
| Estado e outros entes públicos | 42.016.611 | 42.600.020 |
| Valores credores | | |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 70.303.188 | 74.192.837 |
| Retenção na fonte - IRS trabalho dependente | 6.725.958 | 6.560.135 |
| Contribuições para a Segurança Social | 17.555.064 | 17.636.231 |
| Outros Impostos | 2.408.195 | 2.362.513 |
| Estado e outros entes públicos | 96.992.405 | 100.751.716 |

21. Outros ativos correntes

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas comerciais | 32.137.192 | 49.413.508 |
| Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos | 25.408.555 | 20.527.261 |
| Faturação a emitir | 8.411.308 | 9.059.787 |
| Subsídios exploração | 1.054.577 | 887.186 |
| Custos diferidos - rendas | 1.260.264 | 727.291 |
| Indemnizações relativas a sinistros | 111.381 | 519.662 |
| Outros ativos correntes | 11.835.514 | 11.298.926 |
| | 80.218.791 | 92.433.621 |

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, participadas por parceiros da Sonae e reconhecida em “Custo das vendas”.

22. Impostos diferidos

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | Ativos por impostos diferidos | | Passivos por impostos diferidos | |
|---|-------------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Diferença entre o justo valor e o custo histórico | 4.080.627 | 4.468.688 | 86.948.484 | 102.130.077 |
| Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis | 878.819 | 1.208.423 | 83.639.246 | 78.169.489 |
| Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial | - | - | 27.782.492 | 21.804.204 |
| Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente | 20.038.528 | 15.808.902 | - | - |
| Imparidade de ativos | - | - | 639.053 | 639.053 |
| Valorização de instrumentos derivados de cobertura | 844.932 | 107.345 | 137.828 | 67.639 |
| Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha | - | - | 33.736.643 | 27.919.963 |
| Reavaliações de ativos fixos tangíveis | - | - | 594.018 | 684.588 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 22.098.962 | 31.966.592 | - | - |
| Mais / menos valias reinvestidas | - | - | 137.055 | 267.585 |
| Benefícios fiscais | 26.121.341 | 6.732.857 | - | - |
| Ativos sob direito de uso | 277.241.211 | 267.892.456 | 245.406.220 | 240.187.489 |
| Outros | 6.768.384 | 3.200.113 | 82.034 | 419.407 |
| | 358.072.804 | 331.385.376 | 479.103.073 | 472.289.494 |

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi como segue:

| | Ativos por impostos diferidos | | Passivos por impostos diferidos | |
|---|-------------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Saldo inicial | 331.385.376 | 311.493.905 | 472.289.494 | 502.279.121 |
| Efeito em resultados: | | | | |
| Diferença entre o justo valor e o custo histórico | (388.061) | (805.176) | (4.128.222) | (15.059.554) |
| Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis | (329.317) | (48.009) | 5.515.508 | 9.742.686 |
| Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial | - | - | - | 7.873.472 |
| Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente | 4.447.602 | (821.402) | - | 44 |
| Anulação de acréscimos e diferimentos | - | - | 5.433 | 227.606 |
| Reavaliações de ativos fixos tangíveis reintegrável | - | - | (90.569) | (61.998) |
| Constituição / reversão de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais | (9.596.258) | (2.198.092) | - | - |
| Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha | - | - | 5.816.680 | 5.816.680 |
| Mais / menos-valias reinvestidas | - | - | (124.041) | (30.760) |
| Efeito de alteração de taxa de imposto | - | (42) | - | (93.132) |
| Benefícios fiscais | 19.388.484 | (2.515.922) | - | - |
| Atividades descontinuadas (Nota 4) | - | (15.46.910) | - | - |
| Direitos de uso | 9.214.478 | 29.726.552 | 5.088.649 | 23.897.018 |
| Outros | 5.420.947 | 8.707.598 | 6.926.251 | (240.865) |
| | 28.157.875 | 30.498.597 | 19.009.689 | 32.071.197 |
| Efeito em reservas: | | | | |
| Valorização de instrumentos derivados de cobertura | 737.295 | 62.204 | 70.184 | (18.721) |
| Conversão cambial | (23.186) | 111.897 | (11.058.840) | 439 |
| Dif. Temp. decorrentes de ativos registados ao justo valor através de ORI | - | - | - | - |
| Outros | (2.380.303) | (103.057) | (1.400.722) | (3.091.896) |
| | (1.666.194) | 71.044 | (12.389.378) | (3.110.178) |
| Imputação de justo valor em aquisição de filiais | - | - | - | 16.800.000 |
| Aquisição de filiais | - | 202.263 | - | 7.914 |
| Variação de percentagem de consolidação | - | - | - | 47.340.580 |
| Perda de controlo em filiais | 195.747 | (6.213.659) | 193.268 | - |
| Transferência para ativos detidos para venda (Nota 24) | - | - | - | (123.099.140) |
| Ativos não correntes disponíveis para venda (Nota 24) | - | (26) | - | - |
| Atividades descontinuadas | - | (4.666.749) | - | - |
| SALDO FINAL | 358.072.804 | 331.385.376 | 479.103.073 | 472.289.494 |

Durante o exercício de 2020, o grupo subscreveu unidades de participação no fundo de investimento privado Bright Tech Innovation I. Este fundo, tem como finalidade investir em empresas dedicadas a investigação e desenvolvimento, que, designadamente, tenham subjacente à sua atividade uma base tecnológica ou um conceito de negócio inovador. No cumprimento do Código Fiscal do Investimento (CFI) e, tal como usual no âmbito de obtenção de SIFIDE, o grupo irá

apresentar até ao final de maio de 2021, candidatura ao SIFIDE nos termos da alínea f), nº 1 do artigo 37º do CFI, sendo expectativa do Grupo que a referida candidatura venha a ser aprovada, sem alterações materialmente relevantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o grupo registou ativos por impostos diferidos relativos no valor de 24,7 milhões de euros relativos a este benefício. As despesas que, por insuficiência de coleta, não possam ser deduzidas no exercício de 2020, poderão ser deduzidas até 2028.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de passivos por impostos diferidos relativos à rubrica "Variação de percentagem de consolidação" refere-se aos impostos diferidos no valor de 21,1 milhões de euros e 26,3 milhões de euros, que estavam reconhecidos no Parque D. Pedro 1 S.à.r.l. e na Sonae Sierra Brazil Holdings, S.à.r.l., respetivamente, que durante o segundo semestre de 2019 passaram a estar incluídas pelo método integral nas contas consolidadas da Sonae.

Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da Sonae a dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008. Durante o exercício de 2017 o Grupo procedeu ao reconhecimento de 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos relativos à dedução fiscal da amortização dos exercícios de 2008, 2016 e 2017 e em 2018 ao reconhecimento de 5,8 milhões de euros relativos a este exercício.

Tendo em consideração o processo fiscal pendente em tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2008 a 2011, bem como pelo facto de o Grupo ter sido impedido de deduzir para efeitos fiscais a amortização do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do goodwill no montante de 69,8 milhões de euros.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

| País | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 | | | |
|---|-----------------|-------------------------------|---------------------------|-----------------|-------------------------------|---------------------------|-------------|
| | Prejuízo fiscal | Ativos por impostos diferidos | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Ativos por impostos diferidos | Data limite de utilização | |
| Com limite de data de utilização | | | | | | | |
| Gerados em 2014 | Portugal | 1.194.236 | 250.790 | 2028 | 975.798 | 204.918 | 2028 |
| Gerados em 2015 | Portugal | 174.872 | 36.723 | 2029 | 216.056 | 45.372 | 2029 |
| Gerados em 2016 | Portugal | 18.171.151 | 3.815.942 | 2030 | 19.265.590 | 4.045.774 | 2030 |
| Gerados em 2017 | Portugal | 370.059 | 77.712 | 2024 | 17.469.023 | 3.668.495 | 2024 |
| Gerados em 2018 | Portugal | 257.394 | 54.053 | 2025 | 13.751.708 | 2.887.859 | 2025 |
| Gerados em 2019 | Portugal | 291.069 | 61.124 | 2026 | 1.041.860 | 218.791 | 2026 |
| Gerados em 2020 | Portugal | 8.384.736 | 1.760.794 | 2032 | - | - | |
| | | 28.843.517 | 6.057.138 | | 52.720.035 | 11.071.209 | |
| Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima | | | | | | | |
| | Espanha | 3.681.124 | 926.767 | 2020 a 2030 | 3.904.573 | 976.144 | 2020 a 2030 |
| | Holanda | 896.655 | 214.164 | 2021 a 2025 | 896.655 | 214.164 | 2021 a 2025 |
| | Luxemburgo | 296.817 | 66.695 | 2020 a 2037 | - | - | 2020 a 2037 |
| | | 4.874.596 | 1.207.626 | | 4.801.228 | 1.190.308 | |
| Sem limite de data de utilização | | | | | | | |
| | Espanha | 59.016.626 | 14.796.160 | | 78.654.739 | 19.695.128 | |
| | Itália | 41.445 | 9.947 | | 41.445 | 9.947 | |
| | Luxemburgo | 125.014 | 28.091 | | - | - | |
| | | 59.183.085 | 14.834.198 | | 78.696.184 | 19.705.075 | |
| | | 92.901.198 | 22.098.962 | | 136.217.447 | 31.966.592 | |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 12, com exceção das operações de Retalho em Espanha.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2020 no segmento do Retalho um valor de 8,4 milhões de euros (13,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de caráter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 2,1% (4,8% em 2019).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 10 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

Em 31 de dezembro de 2020, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 613,7 milhões de euros (545,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

| Pais | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 | | | |
|--|-----------------|--------------------|---------------------------|-----------------|--------------------|---------------------------|-------------|
| | Prejuízo fiscal | Crédito de imposto | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Crédito de imposto | Data limite de utilização | |
| Com limite de data de utilização | | | | | | | |
| Gerados em 2014 | Portugal | 8.377.327 | 1.759.239 | 2028 | 8.248.166 | 1.732.115 | 2028 |
| Gerados em 2015 | Portugal | 598.005 | 125.581 | 2029 | 556.821 | 116.932 | 2029 |
| Gerados em 2016 | Portugal | 754.853 | 158.519 | 2030 | 121.243 | 25.461 | 2030 |
| Gerados em 2017 | Portugal | 1.885.754 | 396.008 | 2024 | 4.907.671 | 1.030.611 | 2024 |
| Gerados em 2018 | Portugal | 1.582.435 | 332.311 | 2025 | 1.074.456 | 225.636 | 2025 |
| Gerados em 2019 | Portugal | 2.782.230 | 584.268 | 2026 | 2.528.281 | 530.939 | 2026 |
| Gerados em 2020 | Portugal | 7.447.368 | 1.563.947 | 2032 | | | |
| | | 23.427.972 | 4.919.873 | | 17.436.638 | 3.661.694 | |
| Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima | | | | | | | |
| | Espanha | 6.187.538 | 1.600.877 | 2020 a 2029 | 6.528.372 | 1.632.096 | 2020 a 2029 |
| | Grécia | 1.445.030 | 346.807 | 2020 a 2025 | 1.757.064 | 421.695 | 2020 a 2025 |
| | Holanda | 37.117.211 | 7.774.339 | 2020 a 2029 | 28.578.559 | 4.074.815 | 2020 a 2029 |
| | Luxemburgo | 3.403.004 | 580.620 | 2020 a 2037 | 3.186.028 | 516.503 | 2020 a 2037 |
| | Marrocos | 284.909 | 28.491 | 2020 a 2024 | - | - | 2020 a 2024 |
| | México | 3.521.740 | 1.056.522 | 2020 a 2030 | 3.269.910 | 980.974 | 2020 a 2030 |
| | Roménia | 35.762.172 | 5.721.949 | 2020 a 2027 | 23.924.507 | 3.827.922 | 2020 a 2027 |
| | Turquia | - | - | - | 2.488.854 | 547.548 | 2019 a 2024 |
| | | 87.721.604 | 17.109.605 | | 69.733.294 | 12.001.553 | |
| Sem limite de data de utilização | | | | | | | |
| | Alemanha | 35.471.372 | 11.032.954 | | 31.889.108 | 9.956.779 | |
| | Brasil | 15.013.794 | 5.104.690 | | 18.853.767 | 6.410.281 | |
| | Espanha | 407.205.583 | 101.801.396 | | 360.323.617 | 90.080.904 | |
| | França | 2.407.792 | 802.517 | | - | - | |
| | Itália | 3.933.861 | 944.127 | | 2.312.251 | 554.940 | |
| | Luxemburgo | 6.400.901 | 1.792.205 | | 6.577.943 | 1.798.192 | |
| | Malta | - | - | | 59.633 | 20.871 | |
| | Reino Unido | 3.708.397 | 704.595 | | 3.696.451 | 702.326 | |
| | Roménia | 28.471.099 | 4.555.376 | | 34.836.850 | 5.573.896 | |
| | | 502.612.799 | 126.737.860 | | 458.549.620 | 115.098.189 | |
| | | 613.762.375 | 148.767.338 | | 545.719.552 | 130.761.436 | |

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização do goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. A Sonae apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do goodwill efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo o Grupo procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e consequentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016, 2017, 2018 e 2019.

23. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|--------------|-------------|
| Numerário | 11.760.910 | 12.366.163 |
| Depósitos bancários | 749.626.050 | 595.415.736 |
| Depósitos bancários - cauções de lojistas | 1.895.483 | 2.026.565 |
| Aplicações de tesouraria | 20.167 | 21.689 |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira | 763.302.610 | 609.830.153 |
| Caixa e seus equivalentes transferidos para ativos detidos para venda (Nota 24) | | 16.137.525 |
| Descobertos bancários (Nota 27) | (11.129.160) | (2.698.070) |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa | 752.173.450 | 623.269.608 |

Em 31 de dezembro de 2020, o valor incluído em depósitos bancários, cauções de lojistas, correspondem às garantias prestadas pelos lojistas no segmento Sonae Sierra. Estes montantes recebidos dos lojistas estão classificados nas rubricas de “Outros passivos não correntes” (Nota 29).

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de “Empréstimos bancários”.

24. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2020 estão incluídos em ativos não correntes detidos para venda os ativos da Bright Brands SportsGoods, S.A. subsidiária alienada em fevereiro de 2021.

O detalhe dos “Ativos e passivos não correntes detidos para venda” em 31 de dezembro de 2019 pode ser analisado como segue:

| Valores em euros | 31 dez 2019 |
|---|----------------------|
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9) | 27.612.450 |
| Propriedades de investimento (Nota 11) | 638.564.430 |
| Goodwill (Nota 12) | 38.550.000 |
| Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas | 375.944.631 |
| Ativos para impostos diferidos (Nota 22) | 26 |
| Outros ativos não correntes | 19.651.017 |
| Total ativos não correntes | 1.100.322.554 |
| Outros ativos correntes | 9.904.355 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16.137.525 |
| Total ativos correntes | 26.041.880 |
| ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA | 1.126.364.434 |
| Financiamentos obtidos não correntes | 246.000.000 |
| Passivos por impostos diferidos (Nota 22) | 123.099.140 |
| Outros credores não correntes | 1.697.691 |
| Total passivos não correntes | 370.796.831 |
| Fornecedores | 650.533 |
| Outros passivos correntes | 15.169.133 |
| Total passivos correntes | 15.819.666 |
| PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA | 386.616.497 |

Em 2019, em linha com a estratégia de reciclagem de capital da Sonae Sierra, esta decidiu reduzir a sua participação em determinadas empresas proprietárias. O valor de mercado (OMV) dos ativos (proporções de investimentos) é de 639 milhões de euros e os respetivos ativos líquidos são 673 milhões de euros.

A Sonae Sierra detém estas empresas proprietárias juntamente com outros investidores. A participação da Sierra nestas empresas proprietárias é de 350 milhões de euros em termos de valor de mercado (OMV) e 350 milhões de euros em termos de ativos líquidos.

A Sonae Sierra reduziu a sua participação para posições de interesse económico entre 12,5% e 25%, dependendo dos ativos, e manteve os contratos de prestação de serviços de gestão.

Adicionalmente estão também incluídos em 2019 ativos detidos para venda cerca de 27,5 milhões de euros relativos a lojas do segmento da Sonae MC.

25. Capital Próprio

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

Cash Settled Equity Swap

Em 15 de novembro de 2007, a Sonae alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 ações Sonae SGPS detidas diretamente pela própria sociedade. As ações foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por ação e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae, contratou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 ações Sonae, representativas de 6,64% do respetivo capital social.

Esta transação tem liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transação, incluindo as alterações subsequentes, permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas ações, a Sonae optou por manter as ações próprias no sua demonstração da posição financeira consolidada tendo registado um passivo na rubrica de "Outras dívidas a terceiros" (Nota 32), uma vez que de acordo com a interpretação dada pela Sonae do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desreconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao instrumento financeiro alienado.

Consequentemente, a Sonae manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das ações que se mantêm abrangidas pelo referido contrato.

Em novembro de 2014 foi efetuada nova renovação por um período adicional de um ano renovável automaticamente, mantendo-se as restantes condições inalteradas. No exercício de 2020 o Grupo solicitou o cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap relativamente a 6.218.097 ações Sonae SGPS que originou recebimentos 9.327 euros (91.131 euros de recebimentos em 31 de dezembro de 2019), incluídos na rubrica "Outros" das Atividades de Investimento na

demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Adicionalmente as variações de preço deste instrumento representaram em 2020 recebimentos no montante de 26.704.698 euros e pagamentos de 51.003.876 euros (27.949.451 euros de recebimentos e 20.538.841 de pagamentos em 31 de dezembro de 2019) incluídos também nas Atividades de Investimento como "Outros".

Desta forma e relativamente às operações acima descritas, o valor do passivo é de 60.455.847 euros (Nota 32) (87.482.546 euros em 31 de dezembro de 2019) relativo ao valor de mercado de 89.763.692 ações Sonae SGPS (95.981.789 ações em 31 de dezembro de 2019).

O valor destes passivos é ajustado no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da ação Sonae sendo registado um ativo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente.

Adicionalmente, são registados na demonstração dos resultados os gastos relativos ao "floating amount" os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

O valor a receber apurado com base nos dividendos e reservas distribuídas pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição. Durante o exercício de 2020 o valor de dividendos atribuídos pela Sonae SGPS ascendeu a 92.600.000 euros (88.200.000 euros em 31 de dezembro de 2019) tendo sido atribuídos às ações Sonae SGPS, SA no âmbito deste contrato 4.156.058 euros (4.235.108 euros a 31 de dezembro de 2019), que foram creditados em capitais próprios.

Estrutura de Capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2020:

| Entidade | % |
|--|-------|
| Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas subsidiárias | 52,48 |

26. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe dos "Interesses que não controlam" é o seguinte:

| | | | 31 dez 2020 | | |
|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|---|--|---|
| | Capital próprio ⁽¹⁾ | Resultado líquido ⁽¹⁾ | Valor contabilístico dos interesses que não controlam | Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam | Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam |
| Sonae MC | 214.978.801 | 9.931.994 | 50.116.945 | 5.073.903 | (5.231.349) |
| Worten | 12.644.172 | 8.195.312 | 518.402 | 40.299 | - |
| Sonae Sierra | 818.977.013 | (46.475.088) | 286.810.588 | (17.094.522) | (74.522.088) |
| Sonae Fashion | 51.421.209 | (11.660.221) | (774.070) | (8.084.221) | - |
| Sonae IM | | | | | |
| Sonae com, SGPS, SA (consolidado) | 1.095.404.141 | 58.919.126 | 111.100.688 | 4.753.603 | (2.721.572) |
| Outros | 12.307.644 | 725.726 | (709.424) | 25.517 | - |
| Total | 2.205.732.980 | 19.636.849 | 447.063.129 | (15.285.421) | (82.475.009) |

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo;

| | 31 dez 2019 | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|---|--|---|
| | Capital próprio ⁽¹⁾ | Resultado líquido ⁽¹⁾ | Valor contabilístico dos interesses que não controlam | Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam | Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam |
| Sonae MC | 226.134.988 | 10.343.337 | 54.885.160 | 5.605.650 | (2.037.078) |
| Worten | 4.377.644 | (2.436.846) | 478.103 | (98.102) | - |
| Sonae Sierra | 1.569.395.616 | 110.837.950 | 782.072.434 | 56.604.972 | (211.705.125) |
| Sonae Fashion | 62.511.464 | 4.816.137 | 28.838.691 | 3.240.348 | (6.912.519) |
| Sonae IM | | | | | |
| Sonaecom, SGPS, SA (consolidado) | 1.054.821.058 | 60.941.756 | 109.174.875 | 3.772.689 | (3.546.338) |
| Outros | 10.304.300 | (3.533.201) | (734.921) | (284.455) | - |
| Total | 2.927.545.070 | 180.969.133 | 974.714.342 | 68.841.102 | (224.201.060) |

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido nos Interesses que não controlam foi o seguinte:

| | 31 dez 2020 | | | | | | |
|---|-------------------|----------------|--------------------|------------------|-------------------------------|------------------|--------------------|
| | Sonae MC | Worten | Sonae Sierra | Sonae Fashion | Sonae IM - Sonaecom, SGPS, SA | Outros | Total |
| Saldo inicial em 1 de janeiro | 54.885.160 | 478.103 | 782.072.434 | 28.838.691 | 109.174.875 | (734.921) | 974.714.342 |
| Dividendos distribuídos | (5.231.349) | - | (74.522.088) | - | (2.721.572) | - | (82.475.009) |
| Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento | (424.368) | - | - | - | - | - | (424.368) |
| Variação de percentagem em subsidiárias | (2.900.821) | - | - | (21.709.417) | - | - | (24.610.238) |
| Variação no justo valor dos ativos disponíveis para venda (Nota 24) | - | - | - | - | 45.610 | - | 45.610 |
| Variação resultante da conversão cambial | - | - | 3.291.823 | - | (155.651) | - | 3.136.172 |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | - | - | (25.277.435) | - | (621.609) | - | (25.899.044) |
| Entradas de capital | - | - | - | 140.000 | - | - | 140.000 |
| Diminuição de capital | (2.000.000) | - | (25.221.946) | - | - | - | (27.221.946) |
| Perda de controlo de subsidiárias | - | - | (356.173.784) | - | - | - | (356.173.784) |
| Variação das reservas de cobertura | 795.077 | - | 100.462 | - | - | - | 895.539 |
| Outras variações | (80.657) | - | (364.356) | 40.877 | 625.432 | (20) | 221.277 |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam | 5.073.903 | 40.299 | (17.094.522) | (8.084.221) | 4.753.603 | 25.517 | (15.285.421) |
| Saldo final em 31 de dezembro | 50.116.945 | 518.402 | 286.810.588 | (774.070) | 111.100.688 | (709.424) | 447.063.129 |

| | 31 dez 2019 | | | | | | |
|---|-------------------|----------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|
| | Sonae MC | Worten | Sonae Sierra | Sonae Fashion | Sonae IM - Sonaecom, SGPS, SA | Outros | Total |
| Saldo inicial em 1 de janeiro | 31.285.782 | 1.152.834 | 954.489.375 | 33.099.552 | 107.847.550 | (382.003) | 1.127.493.090 |
| Efeito da reexpressão | (259.484) | (466.525) | 2.263.798 | (2.327.436) | (947.441) | (634) | (1.737.722) |
| Saldo inicial em 1 de janeiro de 2018 Reexpresso | 31.026.298 | 686.309 | 956.753.173 | 30.772.116 | 106.900.109 | (382.637) | 1.125.755.368 |
| Dividendos distribuídos | (2.037.078) | - | (211.705.125) | (6.912.519) | (3.546.338) | - | (224.201.060) |
| Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento | (236.205) | - | - | - | - | - | (236.205) |
| Aquisições de filiais (4.1) | 20.442.727 | - | - | - | 1.863.352 | - | 22.306.079 |
| Variação de percentagem em filiais | - | - | (80.762) | - | - | - | (80.762) |
| Variação resultante da conversão cambial | - | - | (4.852.149) | (385) | (303.205) | - | (5.155.738) |
| Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial | - | - | (1.649.403) | - | (1.001.451) | - | (2.650.854) |
| Entradas de capital | 127.506 | - | - | - | 1.559.859 | - | 1.687.365 |
| Diminuição de capital | - | - | (2.721.067) | - | - | - | (2.721.067) |
| Correção da alteração de método de consolidação da Sonae Sierra (Nota 12) | - | - | (7.875.300) | - | - | - | (7.875.300) |
| Variação das reservas de cobertura | (69.845) | - | (161.392) | - | - | - | (231.237) |
| Outras variações | 26.107 | (110.104) | (2.240.512) | 1.739.131 | (70.141) | (67.829) | (723.349) |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam | 5.605.650 | (98.102) | 56.604.972 | 3.240.348 | 3.772.689 | (284.455) | 68.841.102 |
| Saldo final em 31 de dezembro | 54.885.160 | 478.103 | 782.072.434 | 28.838.691 | 109.174.875 | (734.921) | 974.714.342 |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses que não controlam é como segue:

| 31 dez 2020 | | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|
| | Sonae MC | Worten | Sonae Sierra | Sonae Fashion | Sonae IM - Sonaecom, SGPS, SA | Outros | Total |
| Total do ativo não corrente | 296.014.636 | 19.277.617 | 952.510.760 | 152.265.010 | 951.137.534 | 8.021.457 | 2.379.227.014 |
| Total do ativo corrente | 87.723.608 | 126.278.787 | 285.837.820 | 41.132.390 | 264.326.903 | 13.294.034 | 818.593.542 |
| Total do passivo não corrente | 89.993.148 | 18.810.579 | 284.053.547 | 70.909.753 | 68.880.626 | 3.030.881 | 535.678.534 |
| Total do passivo corrente | 78.766.295 | 114.101.653 | 135.318.020 | 71.066.438 | 51.179.670 | 5.976.966 | 456.409.042 |
| Capital próprio | 214.978.801 | 12.644.172 | 818.977.013 | 51.421.209 | 1.095.404.141 | 12.307.644 | 2.205.732.980 |

| 31 dez 2019 | | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------|------------------|----------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------|----------------------|
| | Sonae MC | Worten | Sonae Sierra | Sonae Fashion | Sonae IM - Sonaecom, SGPS, SA | Outros | Total |
| Total do ativo não corrente | 305.827.565 | 18.110.362 | 2.118.428.400 | 174.377.387 | 885.886.345 | 3.303.327 | 3.505.933.386 |
| Total do ativo corrente | 79.378.230 | 24.344.004 | 261.399.259 | 38.423.394 | 287.316.948 | 13.717.791 | 704.579.626 |
| Total do passivo não corrente | 85.321.992 | 15.684.747 | 751.478.771 | 100.079.824 | 70.880.289 | 1.541.568 | 1.024.987.191 |
| Total do passivo corrente | 73.748.815 | 22.391.975 | 58.953.272 | 50.209.493 | 47.501.946 | 5.175.250 | 257.980.751 |
| Capital próprio | 226.134.988 | 4.377.644 | 1.569.395.616 | 62.511.464 | 1.054.821.058 | 10.304.300 | 2.927.545.070 |

| 31 dez 2020 | | | | | | | |
|---|------------------|------------------|---------------------|---------------------|-------------------------------|----------------|-------------------|
| | Sonae MC | Worten | Sonae Sierra | Sonae Fashion | Sonae IM - Sonaecom, SGPS, SA | Outros | Total |
| Volume de negócios | 259.329.303 | 57.665.595 | 93.043.318 | 102.211.283 | 100.543.791 | 13.678.636 | 626.471.926 |
| Variação de justo valor em PI | - | - | (27.908.838) | - | - | - | (27.908.838) |
| Outros rendimentos operacionais | 59.523.880 | 146.149.742 | 457.153 | 62.223.834 | 12.152.977 | 869.204 | 281.376.790 |
| Gastos operacionais | (299.288.148) | (192.974.369) | (118.072.182) | (176.897.766) | (121.882.937) | (17.178.215) | (926.293.617) |
| Resultados financeiros | (5.193.132) | 207.772 | (7.966.336) | (1.306.583) | 21.018.316 | (7.511) | 6.752.526 |
| Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 18.428 | - | (47.517.655) | - | 46.066.977 | (5.332) | (1.437.582) |
| Resultados relativos a investimentos | (133) | - | 59.010.181 | - | (33.786) | 2.885 | 58.979.147 |
| Imposto sobre o rendimento | (4.458.204) | (2.853.428) | 2.479.271 | 2.109.011 | 1.053.788 | 3.366.059 | 1.696.497 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 9.931.994 | 8.195.312 | (46.475.088) | (11.660.221) | 58.919.126 | 725.726 | 19.636.849 |
| Resultado líquido das operações descontinuadas | - | - | - | - | - | - | - |
| Outro rendimento integral do exercício | - | - | - | - | - | - | - |
| Total rendimento integral do exercício | 9.931.994 | 8.195.312 | (46.475.088) | (11.660.221) | 58.919.126 | 725.726 | 19.636.849 |

| 31 dez 2019 | | | | | | | |
|---|-------------------|--------------------|--------------------|------------------|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| | Sonae MC | Worten | Sonae Sierra | Sonae Fashion | Sonae IM - Sonaecom, SGPS, SA | Outros | Total |
| Volume de negócios | 249.474.131 | 58.657.696 | 163.382.241 | 142.017.922 | 100.015.526 | 15.628.726 | 729.176.242 |
| Variação de justo valor em PI | - | - | 4.924.364 | - | - | - | 4.924.364 |
| Outros rendimentos operacionais | 57.771.201 | 12.624.187 | 3.446.925 | 5.215.572 | 9.647.001 | 498.790 | 89.203.676 |
| Gastos operacionais | (288.232.635) | (73.271.759) | (116.736.601) | (136.079.766) | (125.803.195) | (20.293.540) | (760.417.496) |
| Resultados financeiros | (4.884.285) | (707.584) | (11.996.463) | (2.225.207) | 32.653 | (46.406) | (19.827.292) |
| Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas | 15.920 | - | 74.096.020 | - | 62.723.092 | 36.461 | 136.871.493 |
| Resultados relativos a investimentos | (465) | - | (11.637.430) | - | 54.030 | - | (11.583.865) |
| Imposto sobre o rendimento | (3.800.530) | 260.614 | 5.358.894 | (2.201.671) | (6.755.562) | 642.768 | (6.495.487) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 10.343.337 | (2.436.846) | 110.837.950 | 6.726.850 | 39.913.545 | (3.533.201) | 161.851.635 |
| Resultado líquido das operações descontinuadas | - | - | - | (1.910.713) | 21.028.211 | - | 19.117.498 |
| Outro rendimento integral do exercício | - | - | - | - | - | - | - |
| Total rendimento integral do exercício | 10.343.337 | (2.436.846) | 110.837.950 | 4.816.137 | 60.941.756 | (3.533.201) | 180.969.133 |

27. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

Empréstimos bancários

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|---|--------------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| | Montante utilizado | | Montante utilizado | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| Empréstimos bancários | | | | |
| Sonae, SGPS, SA - papel comercial | 67.865.000 | 380.000.000 | 143.350.000 | 285.000.000 |
| Sonae SGPS, SA 2016/2023 | 10.000.000 | 30.000.000 | 10.000.000 | 40.000.000 |
| Sonae SGPS, SA 2020/2025 | - | 25.000.000 | - | - |
| Sonae SGPS, SA 2020/2027 | - | 30.000.000 | - | - |
| Sonae MC, SGPS, SA - papel comercial | - | 140.000.000 | 13.500.000 | 266.000.000 |
| Filial da Sonae MC / 2014/2023 | - | 50.000.000 | - | 50.000.000 |
| Filial da Sonae MC / 2015/2023 | - | 20.000.000 | - | 20.000.000 |
| Filial da Sonae MC / 2017/2025 | 3.333.333 | 13.333.333 | 3.333.333 | 16.666.667 |
| Sonae MC / 2018/2031 | - | 55.000.000 | - | 55.000.000 |
| Filial da Sonae MC / 2020/2025 | - | 55.000.000 | - | - |
| Filial da Sonae Holding / 2014/2021 | 20.000.000 | - | - | 20.000.000 |
| Filial da Sonae Holding / 2019/2023 | - | 50.000.000 | - | 50.000.000 |
| Filial da Sonae Holding - papel comercial | 5.000.000 | 15.000.000 | 5.000.000 | 27.500.000 |
| Sonae Sierra SGPS, SA - papel comercial | 10.000.000 | 15.000.000 | - | 25.000.000 |
| Sonae Sierra / 2018/2022 | - | 10.000.000 | - | 10.000.000 |
| Filial da Sonae Sierra / 2016/2021 | 41.300.000 | - | - | 41.300.000 |
| Filial da Sonae Sierra / 2015/2023 | 5.200.000 | 113.100.000 | 5.200.000 | 118.300.000 |
| Outros | 3.614.637 | 7.052.922 | 8.776.056 | 6.566.657 |
| | 166.312.970 | 1.008.486.255 | 189.159.389 | 1.031.333.324 |
| Descobertos bancários (Nota 23) | 11.129.160 | - | 2.698.070 | - |
| Custos de montagem de financiamentos | (302.805) | (1.588.843) | (407.610) | -1.226.479 |
| Empréstimos bancários | 177.139.325 | 1.006.897.412 | 191.449.849 | 1.030.106.845 |

Empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Montante utilizado | | Montante utilizado | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| Empréstimos por obrigações | | | | |
| Obrigações Sonae SGPS / 2015/2022 1) | - | - | - | 100.000.000 |
| Obrigações Sonae SGPS / 2016/2023 1) | - | - | - | 60.000.000 |
| Obrigações Sonae SGPS / 2019/2026 | - | 50.000.000 | - | 50.000.000 |
| Obrigações Sonae SGPS / 2020/2027 | - | 160.000.000 | - | - |
| Obrigações ESG Sonae SGPS / 2020/2025 | - | 50.000.000 | - | - |
| Obrigações ESG Sonae SGPS / 2020/2025 | - | 20.000.000 | - | - |
| Obrigações Sonae MC / Dezembro 2015/2024 2) e 3) | - | 50.000.000 | - | 50.000.000 |
| Obrigações Sonae MC / Maio 2015/2022 2) | - | 75.000.000 | - | 75.000.000 |
| Obrigações Sonae MC / Dezembro 2019/2024 2) e 3) | - | 30.000.000 | - | 30.000.000 |
| Obrigações Sonae MC / Junho 2016/2021 1) e 2) | - | - | - | 95.000.000 |
| Obrigações Sonae MC / Setembro 2016/2021 1) e 2) | - | - | 3.000.000 | 3.000.000 |
| Obrigações Sonae MC / Abril 2020/2027 | - | 95.000.000 | - | - |
| Obrigações Sonae MC / Julho 2020/2025 | - | 50.000.000 | - | - |
| Obrigações Sonae MC / Julho 2020/2025 | - | 22.500.000 | - | - |
| Obrigações Sonae Sierra 2018/2025 | 10.000.000 | 40.000.000 | - | 50.000.000 |
| Obrigações Sonae Sierra 2018/2023 | - | 25.000.000 | - | 25.000.000 |
| Obrigações Sonae Sierra 2018/2023 | - | 25.000.000 | - | 25.000.000 |
| Custos de montagem de financiamentos | (150.045) | (4.800.887) | (153.665) | (2.670.667) |
| Empréstimos por obrigações | 9.849.955 | 687.699.113 | 2.846.335 | 560.329.333 |
| Outros empréstimos | 701.251 | 1.806.789 | 1.198.502 | 1.871.274 |
| Instrumentos derivados (Nota 28) | 5.666.462 | - | 773.784 | - |
| Outros empréstimos | 6.367.713 | 1.806.789 | 1.972.286 | 1.871.274 |
| | 16.217.668 | 689.505.902 | 4.818.621 | 562.200.607 |

- 1) Empréstimo obrigacionista amortizado antecipadamente por opção da emitente;
- 2) Anteriormente denominado Sonae Investimentos, SGPS; e
- 3) Maturidade das obrigações estendida até 2024.

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2020 dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários era em média cerca de 1,24% (1,30% em 31 de dezembro de 2019). A maior parte dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários indexados a taxas variáveis têm como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 28).

O valor nominal dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|-------------------|----------------------|-------------------|----------------------|-------------------|
| | Capital | Juros | Capital | Juros |
| N+1 ^{a)} | 188.143.381 | 21.483.762 | 196.055.960 | 18.889.306 |
| N+2 | 331.971.676 | 19.527.004 | 378.265.906 | 16.233.018 |
| N+3 | 530.727.265 | 14.425.013 | 350.293.255 | 12.417.122 |
| N+4 | 234.987.237 | 8.380.072 | 431.409.483 | 8.089.699 |
| N+5 | 341.020.193 | 5.756.385 | 239.721.238 | 2.800.506 |
| Após N+5 | 264.086.672 | 4.372.551 | 196.514.715 | 3.048.280 |
| | 1.890.936.425 | 73.944.787 | 1.792.260.557 | 61.477.931 |

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2020 existem operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2020, a Sonae dispunha, conforme detalhado na nota de caixa e equivalentes, do valor de 763 milhões de euros (610 milhões de euros em 2019) e ainda linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|--|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano | Compromissos inferiores a 1 ano | Compromissos superiores a 1 ano |
| | | | | |
| Montantes de linhas disponíveis | | | | |
| Sonae MC | 94.000.000 | 265.000.000 | 124.000.000 | 284.000.000 |
| Sonae Sierra | 54.969.346 | - | 54.719.947 | - |
| Holding & Outros | 109.266.276 | 207.161.129 | 55.777.214 | 67.500.000 |
| | 258.235.622 | 472.161.129 | 234.497.161 | 351.500.000 |
| Montantes de linhas contratadas | | | | |
| Sonae MC | 94.000.000 | 405.000.000 | 129.000.000 | 550.000.000 |
| Sonae Sierra | 54.969.346 | - | 54.719.947 | 25.000.000 |
| Holding & Outros | 137.000.000 | 607.650.000 | 207.750.000 | 380.000.000 |
| | 285.969.346 | 1.012.650.000 | 391.469.947 | 955.000.000 |

28. Instrumentos financeiros derivados

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae contratou diversos "forwards" de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 5.666.462 euros, e no ativo de 800.185 euros (773.784 euros no passivo e 588.748 euros no ativo, em 31 de dezembro de 2019).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiros" (Nota 39).

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de "Reservas de cobertura", quando considerados de cobertura de "cash flow" e na rubrica "Diferenças Cambiais Operacionais", quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros gastos".

Derivados de taxa de juro

A Sonae utiliza "swaps", "Caps" e "zero cost collars" de taxa de juro por forma minimizar o risco de taxa de juro. Os "swaps", "caps" e os "zero cost collars" de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data de relato, determinado por avaliação efetuada pelas entidades bancárias com os quais esses derivados foram contratados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data de relato dos "cash-flows" futuros correspondentes à diferença entre a taxa de juro a pagar pelo Grupo à contraparte do derivado e a taxa de juro variável a receber pelo Grupo da contraparte do derivado sendo que esta taxa de juro variável corresponde à taxa de juro indexante contratada com a entidade que concedeu o financiamento. Adicionalmente, foram efetuados testes ao justo valor desses instrumentos financeiros derivados, no sentido de revalidar o justo valor determinado por aquelas entidades.

Os princípios de cobertura de risco utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura são os seguintes:

- "Matching" entre "cash-flows" pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos contratados e trocados com o banco;
- "Matching" entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida ou descida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está perfeitamente limitado e calculado.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficientes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (zero euros e 2 mil euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente).

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2020 a Sonae não tem contratado instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro em simultâneo.

Derivados de eletricidade

No âmbito da sua atuação no mercado Ibérico de eletricidade, a Sonae compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE), vende a terceiros e é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios.

A gestão do preço da eletricidade pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objetivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente da variação do preço da eletricidade dentro dos limites de negociação definidos pela política de risco das empresas envolvidas. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficientes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (2.503.186 euros e zero euros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente).

Outros derivados

Em 2020 foi contratado um derivado financeiro sobre ações da empresa NOS ficando a Sonae exposta às variações do título durante o período do contrato. As variações no valor deste derivado estão registadas nas contas como variações de justo valor (Nota 39). Este derivado encontra-se fechado a 31 de dezembro de 2020.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

| Derivados | Ativos | | Passivos | |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Derivados de cobertura | | | | |
| Taxa de juro | 179 | 1.954 | - | - |
| Taxa de câmbio | 800.185 | 588.748 | 5.666.462 | 773.784 |
| Eletricidade | 2.503.186 | - | - | - |
| | 3.303.549 | 590.702 | 5.666.462 | 773.784 |

29. Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|---|-------------------|---------------------------|
| Credores por aquisição de investimentos financeiros | 4.539.333 | 5.466.666 |
| Imposto sobre transações | 4.030.919 | 5.822.439 |
| Depósitos de rendas de lojistas | 1.732.919 | 1.661.557 |
| Outras dívidas a terceiros não correntes | 1.141.500 | 1.652.305 |
| Total de instrumentos financeiros (Nota 7) | 11.444.671 | 14.602.967 |
| Diferimento do rédito associado à alienação das extensões de garantia no segmento da Worten (Nota 2.17) | 49.682.529 | 51.075.681 |
| Encargos assumidos na alienação de imóveis (Notas 2.6 e 8) | 19.390.392 | 19.453.371 |
| Outros acréscimos e diferimentos | 425.402 | 4.838.739 |
| Outros passivos não correntes | 80.942.994 | 89.970.758 |

A rubrica de "Credores por aquisição de investimentos financeiros" em 2020, inclui 2,3 milhões de euros (4,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) relativo ao valor em dívida da aquisição da Iservices.

O valor a pagar relativo a Imposto sobre transações corresponde ao valor a pagar pelo Gli Orsi às autoridades fiscais.

Estima-se que os valores incluídos em "Outros dívidas a terceiros não correntes" sejam aproximadamente o seu justo valor.

30. Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

A Sonae concedeu em 2020 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2020, todos os planos de ações Sonae Holding estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em “Outras reservas” por contrapartida de “Gastos com o pessoal” pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2020, 2019 e 31 de dezembro de 2018 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o número total das ações atribuídas, decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

| Ano de atribuição | Ano de vencimento | Sonae SGPS | | Número de ações | |
|-------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|-------------|
| | | Número de participantes | Cotação na data de atribuição | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| 2017 | 2020 | - | 0,906 | - | 3.410.057 |
| 2018 | 2021 | 70 | 0,810 | 3.279.647 | 3.171.583 |
| 2019 | 2022 | 73 | 0,952 | 4.171.778 | 3.885.211 |
| 2020 | 2023 | 74 | 0,662 | 6.919.305 | - |
| | | | | 14.370.730 | 10.466.851 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

| | Ações Sonae | |
|--|----------------------------------|-------------|
| | Número agregado de participantes | Nº de ações |
| Saldo a 31 de dezembro de 2018 | 228 | 10.466.851 |
| Atribuídas | 79 | 6.472.887 |
| Vencidas | (77) | (3.661.654) |
| Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas ⁽¹⁾ | (13) | 1.092.646 |
| Saldo a 31 de dezembro de 2019 | 217 | 14.370.730 |

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações de capital social e outros ajustamentos.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o justo valor total das ações atribuídas das responsabilidades decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

| Ano de atribuição | Ano de vencimento | Justo Valor* | |
|-------------------|-------------------|--------------|-------------|
| | | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| | | Sonae SGPS | Sonae SGPS |
| 2017 | 2020 | - | 3.103.152 |
| 2018 | 2021 | 2.169.486 | 1.924.094 |
| 2019 | 2022 | 1.839.754 | 1.178.514 |
| 2020 | 2023 | 1.525.707 | - |
| Total | | 5.534.947 | 6.205.760 |

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020 e de 2019, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Valor registado em gastos com pessoal do exercício | 5.036.939 | 4.653.772 |
| Registado em exercícios anteriores | 3.153.858 | 3.537.025 |
| | 8.190.797 | 8.190.797 |
| Registado em outros passivos | - | - |
| Valor registado em Outras reservas | 8.190.797 | 8.190.797 |
| | 8.190.797 | 8.190.797 |

31. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

| | 31 dez 2020 | A pagar | |
|--|---------------|---------------|-----------------|
| | | até 90 dias | mais de 90 dias |
| Fornecedores conta corrente | | | |
| Sonae MC | 730.689.313 | 730.687.282 | 2.031 |
| Worten | 438.700.827 | 438.406.129 | 294.698 |
| Sonae Sierra | 4.380.390 | 3.205.400 | 1.174.990 |
| Sonae Fashion | 48.973.124 | 47.086.442 | 1.886.682 |
| Sonae IM | 10.800.574 | 10.257.933 | 542.641 |
| Sonae FS | 7.121.000 | 7.121.000 | - |
| Outros | 1.216.296 | 1.186.399 | 29.897 |
| | 1.241.881.524 | 1.237.950.585 | 3.930.939 |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 96.675.287 | 96.675.287 | - |
| | 1.338.556.811 | 1.334.625.872 | 3.930.939 |

| | 31 dez 2019 | A pagar | |
|--|---------------|---------------|-----------------|
| | | até 90 dias | mais de 90 dias |
| Fornecedores conta corrente | | | |
| Sonae MC | 816.234.354 | 813.729.570 | 2.504.784 |
| Worten | 394.897.782 | 394.897.782 | - |
| Sonae Sierra | 3.675.652 | 2.996.470 | 679.182 |
| Sonae Fashion | 36.114.309 | 34.693.887 | 1.420.422 |
| Sonae IM | 14.037.457 | 13.542.960 | 494.497 |
| Sonae FS | 1.646.836 | 1.646.836 | - |
| Outros | 1.453.241 | 1.276.949 | 176.292 |
| | 1.268.059.631 | 1.262.784.454 | 5.275.177 |
| Fornecedores, faturas em receção e conferência | 69.902.392 | 69.902.392 | - |
| | 1.337.962.023 | 1.332.686.846 | 5.275.177 |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

A Sonae mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores dos Segmentos incluídos os negócios de retalho o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

32. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

| | 31 dez 2020 | A pagar | | |
|---------------------------------------|-------------|-------------|---------------|------------------|
| | | até 90 dias | 90 a 180 dias | Mais de 180 dias |
| Fornecedores de ativos fixos | 75.233.474 | 74.822.791 | - | 410.683 |
| Outras dívidas | 131.601.701 | 67.209.174 | 237.819 | 64.154.708 |
| | 206.835.175 | 142.031.965 | 237.819 | 64.565.391 |
| Empresas participadas e participantes | - | - | - | - |
| | 206.835.175 | 142.031.965 | 237.819 | 64.565.391 |

| | 31 dez 2019 Reexpresso | A pagar | | |
|---------------------------------------|---------------------------|-------------|---------------|------------------|
| | | até 90 dias | 90 a 180 dias | Mais de 180 dias |
| Fornecedores de ativos fixos | 66.861.878 | 63.698.127 | 1.509.034 | 1.654.717 |
| Outras dívidas | 148.758.818 | 51.300.379 | 886.099 | 96.572.340 |
| | 215.620.696 | 114.998.506 | 2.395.133 | 98.227.057 |
| Empresas participadas e participantes | - | - | - | - |
| | 215.620.696 | 114.998.506 | 2.395.133 | 98.227.057 |

A rubrica "Outras dívidas" inclui:

- 60.604.289 euros (87.482.546 euros em 31 de dezembro de 2019) referentes ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 25;
- 12.427.738 euros (11.289.675 euros em 31 de dezembro de 2019) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não rebatidos; e
- 32.125.939 euros (23.909.019 euros em 31 de dezembro de 2019) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta, cartões prenda e talões de desconto.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

33. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------|-------------|
| Gastos com o pessoal | 159.735.951 | 151.696.669 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 59.330.716 | 49.716.483 |
| Publicidade e propaganda | 15.994.834 | 21.444.031 |
| Diferimento do crédito de extensões de garantia (Nota 2.17) | 21.410.769 | 20.392.532 |
| Receitas antecipadas de clientes | 13.171.489 | 10.054.417 |
| Gastos com compras | 9.851.896 | 6.021.099 |
| Rendas fixas debitadas antecipadamente | 3.467.412 | 4.094.066 |
| Encargos financeiros a liquidar | 4.092.156 | 3.377.945 |
| Rendas e alugueres | 8.621.776 | 3.043.307 |
| Passivo de locação | 3.976.281 | 2.712.866 |
| Imposto municipal sobre imóveis | 1.997.960 | 2.054.120 |
| Encargos assumidos na alienação de imóveis (Notas 2.6 e 8) | 1.287.002 | 975.276 |
| Outros | 22.708.855 | 18.786.962 |
| | 325.647.099 | 294.369.773 |

34. Provisões e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

| Rubricas | Saldo em 01 jan 2020 | Aumentos | Diminuições | Variações de perímetro | Transferência para ativos para venda | Saldo em 31 dez 2020 |
|---|----------------------|------------|--------------|------------------------|--------------------------------------|----------------------|
| Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 13 e 14) | 4.501.208 | 1.920.020 | - | (2.843.437) | - | 3.577.791 |
| Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8) | 114.081.043 | 12.942.613 | (4.201.199) | - | (166.738) | 122.655.719 |
| Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9) | 30.008.630 | 7.241.272 | (2.660.986) | - | (246.909) | 34.342.007 |
| Perdas por imparidade acumuladas em ativos não correntes (Nota 16) | - | 9.411.112 | - | - | - | 9.411.112 |
| Perdas por imparidade acumuladas em ativos não correntes detidos para venda | - | - | 51.375 | - | - | 51.375 |
| Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 18) | 16.657.878 | 8.051.989 | (3.381.193) | - | (669.306) | 20.659.368 |
| Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 19) | 9.972.859 | 6.249.103 | (2.325.381) | - | - | 13.896.581 |
| Provisões não correntes | 42.652.254 | 11.439.059 | (7.058.322) | - | - | 47.032.991 |
| Provisões correntes | 4.405.596 | 14.895.359 | (2.956.828) | - | - | 16.344.127 |
| | 222.279.468 | 72.150.527 | (22.532.534) | (2.843.437) | (1.082.953) | 267.971.071 |

| Rubricas | Saldo em 01 jan 2019 | Aumentos | Diminuições | Operações descontinuadas (Nota 4.2) | Variações de perímetro | Transferência para ativos para venda | Saldo em 31 dez 2019 |
|--|----------------------|------------|--------------|-------------------------------------|------------------------|--------------------------------------|----------------------|
| Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 13 e 14) | 6.721.124 | 15.000 | (2.234.916) | - | - | - | 4.501.208 |
| Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8) | 111.944.361 | 5.346.137 | (3.209.455) | - | - | - | 114.081.043 |
| Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 9) | 8.702.046 | 21.619.499 | (312.915) | - | - | - | 30.008.630 |
| Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 17) | 21.588.292 | 4.377.769 | (6.426.877) | (3.024.457) | 143.151 | - | 16.657.878 |
| Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 18) | 8.849.835 | 1.004.837 | (2.568.629) | (4.217) | - | 2.691.033 | 9.972.859 |
| Provisões não correntes | 41.375.212 | 10.635.573 | (7.660.126) | (1.698.405) | - | - | 42.652.254 |
| Provisões correntes | 5.923.022 | 1.015.918 | (2.561.492) | - | 28.148 | - | 4.405.596 |
| | 205.103.892 | 44.014.733 | (24.974.410) | (4.727.079) | 171.299 | 2.691.033 | 222.279.468 |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o valor do reforço de provisões e perdas por imparidade pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Provisões e perdas por imparidade na demonstração dos resultados | 81.199.747 | 38.356.298 |
| Imparidade de goodwill (Nota 12) | (9.416.050) | - |
| Provisões para a reorganização Worten Espanha registada como redução aos respetivos ativos | (5.919.686) | - |
| Incentivo a favor do Fundo Armilar (Nota 13.3.2) | 4.990.035 | 8.912.429 |
| Constituição e reversão de provisões registadas pelo líquido | - | (4.648.700) |
| Outros | 1.296.481 | 1.394.706 |
| | 72.150.527 | 44.014.733 |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o valor de diminuições de provisões por perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------|--------------|
| Reversão de provisões e de perdas por imparidade (Nota 40) | (4.486.511) | (8.962.253) |
| Utilizações diretas de imparidades para contas a receber | (6.086.607) | (5.468.584) |
| Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis e intangíveis | (5.256.924) | (5.744.163) |
| Utilização da provisão pela liquidação da Ulabox | - | (2.384.956) |
| Utilizações direta das provisões processos judiciais no Brasil | (2.725.277) | - |
| Conversão cambial | (2.731.503) | (114.476) |
| Outras responsabilidades | (1.245.712) | (2.226.740) |
| | (22.532.534) | (24.974.410) |

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------|-------------|
| Provisão técnicas de resseguros (a) | 796.997 | 1.051.863 |
| Incentivo a favor do Fundo Armilar (b) | 28.781.304 | 29.043.215 |
| Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas (c) | 6.334.819 | 9.418.605 |
| Processos judiciais em curso | 3.701.261 | 1.352.212 |
| Provisões para reestruturação resultantes do efeito pandémico | 19.285.310 | - |
| Indemnizações | 865.391 | 3.699.477 |
| Provisão de marca própria e garantias de clientes | 636.269 | 558.618 |
| Contingência no Brasil referente a retenção de imposto nos dividendos | 2.286.813 | - |
| Outras responsabilidades | 688.953 | 1.933.860 |
| | 63.377.118 | 47.057.850 |

- a) Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma subsidiária da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida, o valor da provisão é relativo a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do ativo "Provisões técnicas de resseguro cedido" e "Outras dívidas de terceiros";
- b) O incentivo a favor do Fundo Armilar é relativo à responsabilidade do grupo à data pelo facto de os fundos terem ultrapassado a barreira de retorno definida para o efeito o qual se encontra deduzido aos ganhos em associadas (Nota 13.3);
- c) As rubricas "Provisões não correntes" incluem 6.334.819 euros (9.418.615 euros em 31 de dezembro de 2019) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da subsidiária Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor; e

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

35. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2020 é como se segue:

| | Passivos de locação (Nota 10) | Empréstimos obtidos (Nota 27) | Instrumentos financeiros derivados (Nota 28) |
|--|-------------------------------------|-------------------------------------|---|
| Saldo em 01 de janeiro de 2020 | 1.191.071.974 | 1.787.347.827 | 183.082 |
| Fluxos de caixa: | | | |
| Recebimentos de dívida financeira | - | 5.702.176.307 | - |
| Pagamentos de dívida financeira | (168.675.507) | (5.612.412.997) | - |
| Descobertos bancários | - | 8.431.090 | - |
| Atualização de dívida financeira | 74.519.108 | - | - |
| Rendas não pagas | (4.768.674) | - | - |
| Aumento/(diminuição) do justo valor | - | - | 2.179.830 |
| Encerramento de lojas em Espanha (Nota 10) | (31.987.726) | - | - |
| Descontos de renda relativos a impacto da pandemia (Nota 40) | (13.477.376) | - | - |
| Aumentos de contratos de locação | 159.547.341 | - | - |
| Gastos de montagem dos financiamentos | - | (2.834.159) | - |
| Outros | 1.617.496 | 725.641 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 1.207.846.636 | 1.883.433.709 | 2.362.912 |

36. Ativos e passivos contingentes

Detalham-se de seguida os passivos contingente a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Garantias e Fianças Prestadas

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| Garantias e fianças prestadas: | | |
| por processos fiscais em curso | 1.165.587.854 | 1.182.614.692 |
| por processos judiciais em curso | 226.022 | 192.574 |
| por processos autárquicos em curso | 5.969.577 | 6.775.333 |
| contratuais por bom cumprimento | 22.032.002 | 30.707.137 |
| outras garantias | 8.703.947 | 10.052.181 |

(a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 534 milhões de euros (529,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019). O valor mais significativo ascende a 498,4 milhões de euros (498,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) é relativo aos períodos de 2004 a 2013 e encontra-se relacionado com as Unidades de Retalho para os quais o Grupo apresentou as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.
- Processos referentes a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas da Sonae SGPS, S.A., para os quais foram prestadas garantias, fianças ou seguros caução no valor de 198,8 milhões de euros (196,9 milhões de euros em 2019) a favor da Administração Tributária relativos aos exercícios de 2007 a 2015 e 2017. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.
- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa Sonae MC SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma subsidiária no Brasil das unidades de retalho no montante de 10,2 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 42,8 milhões de euros (272,6 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

(b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo do regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 67/2016 de 3/11, DL 151-A/2013 de 31/10 e DL 248-A/2002 de 14/11) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 29,6 milhões de euros que permanecem haver do Estado, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser-lhe dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento (Nota 16 e 44).

(c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela subsidiária venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 17,2 milhões de euros (24,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2020 a 15 milhões de euros (21,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, existem outros processos fiscais com prognóstico de perda possível no valor global de 77,9 milhões de euros (41,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga subsidiária.

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a Sonae Investimentos, a Sonae MC e a Modelo Continente, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como "Plano EDP Continente". De referir que o Plano Edp/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões de euros à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões de euros à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a Sonae MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão da AdC. Em 30 de Setembro de 2020, foi proferida sentença que confirmou o entendimento da AdC quanto à ilicitude do comportamento em causa, embora reduzindo os montantes da coima para, respetivamente, 2,52 milhões de euros e 6,12 milhões de euros. O Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, mantém a expectativa de que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

- Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. (MCH) foi sujeita a diligências de busca e apreensão de documentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), como parte de uma investigação publicamente relatada pela AdC como envolvendo

21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo (por exemplo, hipermercados, supermercados, hard-discounts e seus fornecedores).

No contexto de uma investigação a AdC instaurou vários processos de contraordenação. Foram, até hoje, emitidas 8 Notas de Ilícitude em 8 desses processos, tendo sido exercido o direito de defesa, à exceção das duas últimas Notas de Ilícitude tornadas públicas, em que o prazo se encontra suspenso desde 22.01.2021, por força do regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19. No decurso do ano de 2020, a AdC proferiu decisões de condenação em dois desses processos tendo fixado à MCH uma “coima de concurso” no valor de € 121,9 milhões de euros. As decisões condenatórias podem e serão impugnadas junto do Tribunal de Concorrência, sendo que o prazo se encontra igualmente suspenso desde 22.01.2021, por força do regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores económicos, o Conselho de Administração discorda do entendimento e da decisão da Autoridade da Concorrência, que considera totalmente infundada, pelo que os competentes recursos serão apresentados, não tendo, por este motivo, constituído quaisquer provisões.

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias da Sonae Sierra

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais passivos contingentes do Sonae Sierra respeitavam às seguintes situações:

Em 2020, a Sierra acordou com o banco que concedeu o empréstimo à Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, S.A. (“Mercado Urbano”) o cumprimento das obrigações decorrentes desse empréstimo na proporção da sua participação de 20%.

Em 2020, a Sierra acordou com o banco, na proporção da sua participação de 20%, o cumprimento de certas obrigações do Mercado Urbano decorrentes do contrato entre o Mercado Urbano e o banco que emitiu uma garantia bancária de 685 milhares de euros em benefício da Câmara Municipal do Porto (“CMP”) com o objetivo de garantir as obrigações assumidas perante a CMP ao abrigo do contrato do direito de superfície em vigor entre o Mercado Urbano e a CMP relativo ao direito de superfície do Mercado do Bom Sucesso.

Em 2020, a Sierra acordou com o banco que concedeu o empréstimo ao Proyecto Cúcuta SAS, para a construção do centro comercial Jardín Plaza Cúcuta, o pagamento de qualquer quantia pedida pelo banco no valor máximo 3.400 milhares de euros, caso a empresa não seja capaz de cumprir as suas obrigações.

Até à data, a Empresa foi notificada pelas autoridades fiscais, relativamente à dedutibilidade dos encargos financeiros dos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2013 e 2015 na qualidade de sociedade dominante do “RETGS” no montante de 10 milhões de euros. Todas estas notificações foram contestadas pela Empresa, tendo sido obtida no ano de 2020, relativamente às correções ao ano de 2009, sentença favorável na parte respeitante aos encargos financeiros e a sua dedutibilidade fiscal, tendo a Autoridade Tributária recorrido desta decisão. Quanto ao ano de 2013, a Autoridade Tributária procedeu à revisão oficiosa das correções respeitantes aos encargos financeiros. É entendimento do Conselho de Administração que os montantes que constam das notificações não serão devidos pelo que não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras da Empresa. Este entendimento encontra acolhimento em decisões proferidas pelos tribunais em processos de idêntico teor.

No que respeita à liquidação de imposto no montante de 3,7 milhões de euros apurado na sequência da inspeção tributária ao exercício de 2005, a Empresa ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas pagou o referido imposto na totalidade. O valor pago encontra-se registado na rubrica de “Outras dívidas a receber” em consequência das correções apuradas terem sido contestadas pela Empresa em tribunal, sendo convicção do Conselho de Administração da Empresa que a decisão do tribunal será favorável.

- Os passivos contingentes relativos aos empreendimentos conjuntos estão divulgados na Nota 49.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

37. Locações operacionais - Locador

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, ascenderam a 22.725.361 euros e 60.334.020 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-------------------------------|-------------|-------------|
| Vencíveis em: | | |
| N+1 renovável automaticamente | 2.140.387 | 2.311.545 |
| N+1 | 27.600.106 | 34.533.332 |
| N+2 | 20.298.919 | 28.113.685 |
| N+3 | 15.953.711 | 18.257.766 |
| N+4 | 11.718.238 | 15.017.765 |
| N+5 | 8.615.352 | 10.482.076 |
| Após N+5 | 12.153.414 | 29.152.008 |
| | 98.480.127 | 137.868.177 |

38. Rendimentos e gastos relativos a investimentos

Os rendimentos e gastos relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser detalhados como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|--------------|
| Dividendos | 100.648 | 100.689 |
| Diluição % Sierra Fund (Nota 4) | 20.462.064 | - |
| Menos valias geradas na alienação das participações financeiras no segmento Sonae Sierra | - | (15.670.895) |
| Menos valia gerada na reestruturação do Brasil | - | (14.342.904) |
| Outros | 1.455.921 | 52.932 |
| Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas | 21.917.985 | (29.960.866) |
| Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados | - | - |
| Outros | (158.497) | - |
| Imparidade de investimentos em filiais | - | (15.000) |
| Reversão de Imparidade de investimentos financeiros | 2.885 | - |
| Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos | 2.885 | (15.000) |
| Total de rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos | 21.863.021 | (29.875.177) |

39. Resultados financeiros

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser detalhados como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|---|---------------|---------------------------|
| Gastos e perdas | | |
| Juros suportados | | |
| relativos a descobertos e empréstimos bancários | (13.335.044) | (17.028.723) |
| relativos a obrigações não convertíveis | (8.114.277) | (10.062.076) |
| relativos a locação operacional (Nota 10) | (74.531.665) | (71.883.012) |
| outros | (2.066.118) | (3.991.300) |
| | (98.047.104) | (102.965.111) |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | (24.829.988) | (13.302.237) |
| Justo valor de derivados financeiros (Nota 28) | (9.740.989) | |
| Encargos de emissão de dívida | (5.912.532) | (7.714.999) |
| Outros | (2.274.897) | (3.782.232) |
| | (140.805.510) | (127.764.579) |
| Rendimentos e ganhos | | |
| Juros obtidos | | |
| relativos a depósitos bancários | 6.970 | 17.510 |
| outros | 3.710.501 | 4.582.700 |
| | 3.717.471 | 4.600.210 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 20.791.986 | 12.463.062 |
| Justo valor de derivados financeiros (Nota 28) | 15.879.841 | |
| Outros rendimentos e ganhos financeiros | 146.253 | 615.534 |
| | 40.535.551 | 17.678.806 |
| Resultados financeiros | (100.269.959) | (110.085.773) |

40. Outros rendimentos

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Proveitos suplementares | 38.321.560 | 33.720.298 |
| Descontos de pronto pagamento obtidos | 26.118.306 | 26.116.868 |
| Diferenças câmbio favoráveis | 21.946.324 | 21.920.522 |
| Trabalhos para a própria empresa (Nota 9) | 16.752.204 | 16.807.778 |
| Descontos de rendas relativos a impacto da pandemia | 13.477.376 | - |
| Ganhos na alienação de ativos (Nota 8 e 10) | 5.180.304 | 11.746.865 |
| Reversão de perdas de imparidade e provisões (Nota 34) | 4.486.511 | 8.962.253 |
| Subsídios | 31.419 | 2.052.648 |
| Benefícios de penalidades contratuais | 429.349 | 257.552 |
| Indemnizações relativas a sinistros | 3.373.885 | 429.349 |
| Outros | 10.242.885 | 8.792.473 |
| | 140.360.123 | 130.806.606 |

Em 31 de dezembro de 2020, na rubrica de "Ganhos na alienação de ativos" estão incluídos os ganhos relativos à operação de "Sale & Leaseback" no valor de 2,9 milhões de euros (3,2 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019) (Nota 8) e em 2019 a alienação de duas propriedades de investimento relativas ao CoimbraShopping e Nurenberg no valor de 28 milhões de euros (Nota 11).

41. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|--------------------|--------------------|
| Trabalhos especializados | 113.203.107 | 105.254.793 |
| Publicidade e propaganda | 91.233.398 | 101.057.691 |
| Eletricidade e combustíveis | 69.351.805 | 71.534.084 |
| Transportes de mercadorias | 73.691.799 | 64.941.436 |
| Rendas e alugueres | 45.845.352 | 43.357.349 |
| Conservação e reparação | 33.551.123 | 33.135.079 |
| Limpeza, higiene e conforto | 44.758.981 | 28.734.844 |
| Subcontratos | 19.257.009 | 26.543.565 |
| Comissões | 19.455.238 | 23.041.083 |
| Vigilância e segurança | 25.525.250 | 22.430.114 |
| Deslocações e estadas | 6.844.244 | 16.334.473 |
| Custos com terminais pagamento automático | 18.635.469 | 15.012.603 |
| Materiais de consumo | 14.529.812 | 14.309.325 |
| Comunicação | 10.217.849 | 10.651.847 |
| Entregas ao domicílio | 13.412.474 | 8.700.862 |
| Seguros | 7.701.374 | 7.643.511 |
| Outros | 93.220.632 | 79.498.197 |
| | 700.434.916 | 672.180.857 |

Conforme referido na nota introdutória, algumas das operações dos negócios do Grupo foram significativamente afetadas pelo contexto de pandemia, tendo este facto implicado um aumento significativo ao nível dos gastos com higienização de espaços e equipamento de proteção individual, bem como o aumento de gastos de logística.

O montante incluído em rendas e alugueres é relativo a rendas variáveis de contratos de locação.

42. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|
| Remunerações | 695.920.148 | 678.974.436 |
| Encargos sobre remunerações | 142.388.540 | 141.294.944 |
| Seguros | 13.844.954 | 12.877.086 |
| Gastos com ação social | 6.422.992 | 4.252.482 |
| Outros gastos com pessoal | 21.509.070 | 29.833.054 |
| | 880.085.704 | 867.232.002 |

Conforme referido na nota introdutória, no caso do retalho alimentar foi ainda atribuído um prémio monetário extraordinário aos colaboradores das lojas e entrepostos, como forma de reconhecimento pela sua disponibilidade para a prestação de um serviço essencial às famílias portuguesas.

43. Outros gastos

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------------|-------------------|
| Variação cambial | 26.635.495 | 23.977.936 |
| Cartão Galp/Continente | 12.126.184 | 13.700.877 |
| Perdas na alienação e abates de ativos | 8.183.149 | 11.322.885 |
| Impostos indiretos e taxas | 13.424.199 | 13.446.733 |
| Donativos | 13.292.403 | 10.025.005 |
| Imposto municipal sobre imóveis | 4.416.130 | 5.398.575 |
| Pagamento da retenção de imposto no pagamento de dividendos | 484.160 | 553.000 |
| Dividas incobráveis | 420.873 | 1.169.162 |
| Outros gastos | 4.341.970 | 5.186.797 |
| | 83.324.563 | 84.780.969 |

44. Impostos sobre o rendimento

O detalhe do Imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------------|-------------------|
| Valores devedores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 33.333.319 | 37.910.056 |
| Imposto sobre o rendimento com entidade participadas | 636.454 | 631.999 |
| Regime excecional de regularizdividas ao fisco | 3.741.281 | 3.741.281 |
| Imposto sobre o rendimento | 37.711.054 | 42.283.336 |
| Valores credores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 14.436.360 | 11.105.808 |
| Imposto sobre o rendimento com entidade participadas | 1.712.239 | 2.359.146 |
| Imposto sobre o rendimento | 16.148.599 | 13.464.954 |

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são detalhados como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|----------------------------|------------------|---------------------------|
| Imposto corrente | 13.798.625 | 13.527.561 |
| Imposto diferido (Nota 22) | (9.345.446) | 4.682.590 |
| | 4.453.179 | 18.210.151 |

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 pode ser analisada como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 Reexpresso |
|--|-------------------|---------------------------|
| Resultado antes de impostos | 60.655.162 | 237.406.694 |
| Taxa teórica de 21% | 12.737.584 | 49.855.406 |
| Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal | (2.528.760) | (6.181.336) |
| Diferença entre mais e menos valias fiscais, contabilísticas e outras | (7.139.702) | (9.241.320) |
| Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 13) | (3.261.894) | (22.653.510) |
| Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente | 6.895.361 | - |
| Prejuízos fiscais utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos | 96.637 | 464.956 |
| Prejuízos fiscais gerados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos | 6.513.708 | 9.959.615 |
| Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha | 5.816.679 | 5.816.680 |
| Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos | 5.176.239 | - |
| Utilização de benefícios fiscais | (30.217.906) | (9.842.484) |
| Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto | 2.231.949 | (5.734.669) |
| Tributação autónoma | 1.799.822 | 2.139.969 |
| Derrama | 6.373.822 | 3.549.023 |
| Outros | (40.360) | 77.821 |
| Imposto sobre o rendimento | 4.453.179 | 18.210.151 |

45. Partes relacionadas

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, podem ser detalhados como segue:

| | Empresa-Mãe | | Empreendimentos conjuntos | | Empresas associadas | | Outras partes relacionadas | |
|--------------------------------|-------------|-------------|---------------------------|-------------|---------------------|-------------|----------------------------|-------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Vendas e prestação de serviços | 280.176 | 268.073 | 20.815.279 | 38.551.802 | 88.840.453 | 80.492.642 | 57.373.668 | 56.443.745 |
| Custo das vendas | - | - | 281.869.782 | 269.179.411 | 6.145 | 20.438 | 1.582.139 | 1.823.577 |
| Outros rendimentos | 8.245 | 2.948 | 15.679.721 | 16.115.154 | 14.396.638 | 6.774.076 | 10.214.177 | 13.497.777 |
| Outros | 15.559 | - | 747.473 | 859.749 | 6.974.502 | 6.843.226 | 132.402 | 176.277 |
| | 303.980 | 271.021 | 319.112.254 | 324.706.114 | 110.217.735 | 94.130.378 | 69.302.384 | 71.941.376 |

| | Empresa-Mãe | | Empreendimentos conjuntos | | Empresas associadas | | Outras partes relacionadas | |
|-----------------------------|-------------|-------------|---------------------------|-------------|---------------------|-------------|----------------------------|-------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Outros ativos não correntes | - | - | 2.967.983 | 11.600.715 | 9.841.246 | 14.179.085 | 114.287 | 121.052 |
| Clientes | 31.469 | 34.085 | 3.050.795 | 4.496.832 | 10.328.033 | 4.772.782 | 15.004.658 | 13.683.918 |
| Outras dívidas de terceiros | 9.943 | 4.790 | 6.216.147 | 6.105.926 | 7.701.950 | 14.561.419 | 1.487.013 | 1.440.613 |
| Fornecedores | 3.225 | - | 81.337.372 | 78.145.322 | 1.524.399 | 676.070 | 978.377 | 1.303.298 |
| Outras dívidas a terceiros | 4.799 | - | 3.317.485 | 2.942.499 | 3.919.650 | 1.332.719 | 1.233.132 | 731.135 |
| | 44.637 | 43.674 | 96.889.782 | 103.291.294 | 33.315.277 | 35.522.076 | 18.817.467 | 17.280.015 |

| | Empreendimentos conjuntos | | Empresas associadas | | Outras partes relacionadas | |
|-------------------------------------|---------------------------|-------------|---------------------|-------------|----------------------------|-------------|
| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
| Aquisição de ativos fixos tangíveis | 868.120 | 730.617 | 179.181 | 381.402 | 4.503 | 18.389.765 |
| Alienação de ativos fixos tangíveis | 8.615 | 108.301 | 208.278 | 289.837 | 9.223 | 437.892 |
| Aquisição de ativos intangíveis | 594.562 | 2.082.760 | - | 1.818.442 | - | - |
| Alienação de ativos intangíveis | - | - | - | 518.600 | - | - |
| | 1.471.297 | 2.921.678 | 387.459 | 3.008.281 | 13.726 | 18.827.657 |

Nas partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, ZOPT SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA, assim como outros acionistas de empresas subsidiárias ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras subsidiárias da empresa-mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, tem a seguinte composição:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|------------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------|
| | Conselho de Administração | Direção Estratégica | Conselho de Administração | Direção Estratégica |
| Benefícios a curto prazo | 2.134.154 | 9.051.644 | 1.701.703 | 8.000.813 |
| Benefícios com base em ações | 536.200 | 3.267.280 | 456.300 | 2.755.445 |
| | 2.670.354 | 12.318.924 | 2.158.003 | 10.756.258 |

- (a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

46. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 Reexpresso | |
|---|-----------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| | Operações Continuadas | Operações Descontinuadas | Operações Continuadas | Operações Descontinuadas |
| Resultados | | | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período) | 71.487.406 | (542.828) | 152.972.961 | 12.806.672 |
| Efeito das ações potenciais | - | - | - | - |
| Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto) | - | - | 3.755.940 | - |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído | 71.487.406 | (542.828) | 156.728.901 | 12.806.672 |
| Número de ações | | | | |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico | 1.910.236.308 | 1.910.236.308 | 1.904.018.211 | 1.904.018.211 |
| Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis | 128.667.482 | 128.667.482 | 128.667.482 | 128.667.482 |
| Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido | 6.919.305 | 6.919.305 | 3.885.211 | 3.885.211 |
| Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado | (1.717.950) | (1.717.950) | (1.265.012) | (1.265.012) |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído | 2.044.105.145 | 2.044.105.145 | 2.035.305.892 | 2.035.305.892 |
| Resultado por ação | | | | |
| Básico | 0,037423 | (0,000284) | 0,080342 | 0,006726 |
| Diluído | 0,034972 | (0,000266) | 0,077005 | 0,006292 |

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 considera 89.763.692 ações como ações próprias (95.981.789 ações em 31 de dezembro de 2019) (Nota 25).

47. Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser analisadas como segue:

- Atividades de Investimento

| Recebimentos | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------------|--------------------|
| Alienação da Sierra BV | 246.042.240 | - |
| Diminuição Prémio Ações da Sierra BV | 21.706.762 | - |
| Alienação da Wedo | - | 60.420.125 |
| Alienação Alexa | - | 40.182.448 |
| Diminuição Prémio Ações da Norte BV | - | 11.168.986 |
| Recebimento relativo à alienação da Loop5 em 2018 | - | 9.845.752 |
| Alienação Dos Mares | - | 8.927.876 |
| Diminuição Prémio Ações da Iberia Coop | - | 8.194.000 |
| Alienação da Saphety | - | 8.323.095 |
| Alienação Solingen | - | 2.918.704 |
| Diminuição Prémio Ações da Trivium | - | 2.005.434 |
| Recebimento relativo à alienação Iberian Assets - ajustamento de preço | - | 1.697.043 |
| Outros | 2.435.229 | 1.410.196 |
| | 270.184.231 | 155.093.659 |

| Pagamentos | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Aquisição de ações NOS SGPS | 136.420.000 | - |
| Aquisição dos restantes 50% da SALSA | 63.075.597 | - |
| Aquisição/reforço de capital na Artic Wolf (Nota 14) | 7.798.765 | 3.609.512 |
| Aquisição de ações na Weaveworks | 4.231.907 | - |
| Aquisição de ações North Tower BV | 2.721.406 | - |
| Aquisição de ações na Sales Layer | 2.500.358 | - |
| Aquisição de ações na Deepfence | 2.085.593 | - |
| Aquisição da Tomenider e Arenal | - | 47.039.289 |
| Pagamento do valor em dívida relativo à aquisição da Parklake | - | 28.547.647 |
| Aquisição de participação SIXGILL (Nota 14) | - | 5.415.162 |
| Aquisição de participação na CELLWISE (Nota 14) | 695.942 | 5.357.593 |
| Aquisição de participação e aumento capital na Visenze (Nota 14) | - | 5.244.147 |
| Aumento Capital Ometria (Nota 14) | - | 4.404.318 |
| Prestações Suplementares MKTPLACE | 2.678.382 | 3.625.523 |
| Aquisição L.C. Malheiro II, SGPS, S.A. | - | 2.500.000 |
| Aumento capital PT29-SIGI | - | 2.499.998 |
| Aquisição Participação Daisy Intelligence (Nota 14) | 480.307 | 2.406.623 |
| Aquisição IserVICES | - | 2.175.704 |
| Outros | 8.639.948 | 8.023.091 |
| | 231.328.205 | 120.848.607 |

48. Compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira

No âmbito da reestruturação do portfolio da Sierra BV, a detenção dos ativos secundários foram transferidos para a Sierra Retail Ventures BV ("SRV") (cujos acionistas são os mesmos que detinham a Sierra BV antes da reestruturação). Os compromissos assumidos em 2003 com a alienação de 49,9% das ações da Sierra BV a um grupo de Investidores, foram transferidos para a SRV. De acordo com esses compromissos, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV (agora SRV), desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra aos investidores no Fundo ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais-valias.

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na SRV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 16,5 milhões de euros;
- no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 8,2 milhões de euros;
- no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo, a revisão de preço somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV ("Net Asset Value").

Estes compromissos são válidos durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes daquele ou destas serem adquiridos por terceiros.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas da Sierra BV (agora transferidos para a SRV), aquando da sua constituição em 2003, foi acordado que a Sierra BV existiria por um período de 10 anos (que acabaram em outubro de 2013),

os quais poderiam ser estendidos por dois períodos adicionais de 1 ano, a contar a partir de 2013. Em setembro de 2013, todos os acionistas da Sierra BV aprovaram uma alteração desses acordos relativamente à continuação das operações por um período de até mais 5 anos, a findar em outubro de 2018. Em setembro de 2019, os acionistas da SRV aprovaram uma nova extensão até 10 de outubro de 2020. Em setembro de 2020, os acionistas da SRV aprovaram uma nova extensão até 10 de outubro de 2021.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas do SPF, aquando da sua constituição em 2008, foi acordado que o SPF existiria por um período de 10 anos (que terminou em 2018), sendo que a partir de 2014, os acionistas tinham a opção de redimir as suas ações, desde que cumpridas algumas condições. O Grupo não tem, contudo, conhecimento de qualquer intenção nesse sentido por parte dos acionistas do SPF. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi acordado entre os acionistas a extensão do fundo até 2020. Em setembro de 2020 foi acordado entre os acionistas a extensão do fundo até 31 de dezembro de 2021.

É entendimento do Grupo que a venda direta de um ativo em Portugal não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

49. Provisões e passivos contingentes relativamente aos empreendimentos conjuntos

Grupo ZOPT

(a) Provisões do Grupo Zopt

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da Zopt, atendendo ao grau de risco identificado.

1. Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CSLU)

A Contribuição extraordinária para o fundo de compensação dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas (CLSU), está prevista nos artigos 17.º a 22.º, da Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto. Desde 1995 até junho de 2014, a MEO, SA (antiga PTC) prestou o serviço universal de comunicações eletrónicas, em regime de exclusivo, tendo para tanto sido designada administrativamente pelo governo (isto é, foi escolhida pelo Estado Português para prestador desse serviço sem que o Estado para o efeito tivesse recorrido a procedimento concursal). Tal configura uma ilegalidade, aliás, reconhecida pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, que através da sua decisão de junho de 2014 condenou por esse facto o Estado Português ao pagamento de uma multa de 3 milhões de euros. De acordo com o artigo 18.º da referida Lei n.º 35/2012, de 23/8, os custos líquidos incorridos pelo operador responsável pelo serviço universal aprovados pela ANACOM devem ser repartidos pelas outras empresas que ofereçam, no território nacional, redes de comunicações públicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público. A NOS está, com efeito, abrangida por esta contribuição extraordinária, sendo que a MEO tem vindo a solicitar o pagamento dos CSLU ao fundo de compensação dos vários períodos em que esteve responsável pelo serviço. Com efeito, o fundo de compensação pode, de acordo com a lei, ser acionado para compensar os custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, incluindo, como acontece nesse caso, os relativos ao período anterior à designação do respetivo prestador por concurso, sempre que, cumulativamente, se verifique (i) a existência de custos líquidos, que sejam considerados excessivos, cujo montante seja aprovado pela ANACOM, na sequência de auditoria ao cálculo preliminar e respetivos documentos de suporte, que sejam transmitidos pelo prestador do serviço universal e (ii) o prestador do serviço universal solicite ao Governo a compensação dos custos líquidos que tenham sido aprovados nos termos da alínea anterior.

Em 2013, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CSLU apresentados pela MEO, relativos ao exercício de 2007-2009, num montante de cerca de 66,8 milhões de euros, decisão que foi objeto de impugnação pela

NOS; Em janeiro de 2015, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores referentes àquele período, no montante de 18,6 milhões de euros, as quais foram, por sua vez, objeto de impugnação judicial e em relação às quais foram apresentadas fianças pela NOS SGPS, de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram aceites pela ANACOM.

Em 2014, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos aos exercícios de 2010 a 2011, num montante total de cerca de 47,1 milhões de euros, decisão que também foi impugnada pela NOS. Em fevereiro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores referentes àquele período, no montante de 13 milhões de euros, as quais também foram objeto de impugnação e em relação às quais foram novamente apresentadas fianças pela NOS SGPS, de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

Em 2015, a ANACOM deliberou a aprovação dos resultados finais da auditoria aos CLSU apresentados pela MEO, relativos aos exercícios de 2012 e 2013, num montante total de cerca de 26 milhões de euros e 20 milhões de euros, respetivamente, decisão que, à semelhança das anteriores, foi impugnada pela NOS. Em dezembro de 2016, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de 13,6 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

Em 2016, a ANACOM procedeu à aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos da prestação do serviço universal relativos ao período de janeiro a junho de 2014, assegurado pela MEO, no montante total de 7,7 milhões de euros, que a NOS impugnou nos termos habituais.

Em 2017, foi notificada à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores a decisão da ANACOM sobre as entidades obrigadas a contribuir para o fundo de compensação e à fixação dos valores das contribuições referentes aos CLSU a compensar relativos aos meses do ano de 2014 em que a MEO ainda se manteve como prestadora do Serviço Universal, o qual prevê para o conjunto dessas empresas uma contribuição no montante de cerca de 2,4 milhões de euros. Em dezembro de 2017, foram emitidas as notas de liquidação relativas à NOS, SA, à NOS Madeira e à NOS Açores, referentes àquele período, no montante de aproximadamente 2,4 milhões de euros, as quais foram objeto de impugnação pela NOS e em relação às quais já foram igualmente apresentadas fianças pela NOS SGPS de modo a evitar a promoção dos respetivos processos de execução fiscal. As fianças foram também aceites pela ANACOM.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS que estas contribuições extraordinárias para o Serviço Universal que lhe são exigidas, e que respeitam ao período anterior à designação do prestador de serviço universal por concurso, violam de forma flagrante a Diretiva do Serviço Universal. Acresce que, considerando o quadro legal e o direito em vigor desde que a NOS iniciou a sua atividade, a exigência do pagamento da contribuição extraordinária viola o princípio da proteção da confiança, reconhecido a nível legal e constitucional no ordenamento jurídico português. Por estas razões, a NOS impugnou judicialmente quer a aprovação dos resultados da auditoria aos custos líquidos do serviço universal relativo ao período de pré-concurso, quer as liquidações de todas e cada uma das contribuições extraordinárias que lhe venham a ser exigidas, sendo convicção do Conselho de Administração de que terão sucesso as impugnações efetuadas;

(b) Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

1. Processos com entidades reguladoras e Autoridade da Concorrência (AdC)

A NOS SA, a NOS Açores e a NOS Madeira têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual de Atividade (correspondente aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019) enquanto Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas, sendo, além disso, peticionada a restituição das

quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. As liquidações referentes ao ano 2018 foram impugnadas no primeiro semestre de 2019. As liquidações referentes ao ano de 2019 foram impugnadas até ao final do primeiro semestre de 2020.

Os valores das liquidações são respetivamente os seguintes:

- NOS SA: 2009: 1.861 milhares de euros, 2010: 3.808 milhares de euros, 2011: 6.049 milhares de euros, 2012: 6.283 milhares de euros, 2013: 7.270 milhares de euros, 2014: 7.426 milhares de euros, 2015: 7.253 milhares de euros, 2016: 8.242 milhares de euros, 2017: 9.099 milhares de euros, 2018: 10.303 milhares de euros e 2019: 10.169 milhares de euros.
- NOS Açores: 2009: 29 milhares de euros; 2010: 60 milhares de euros, 2011: 95 milhares de euros, 2012: 95 milhares de euros, 2013: 104 milhares de euros, 2014: 107 milhares de euros, 2015: 98 milhares de euros, 2016: 105 milhares de euros, 2017: 104 milhares de euros, 2018: 111 milhares de euros e 2019: 107 milhares de euros.
- NOS Madeira: 2009: 40 milhares de euros, 2010: 83 milhares de euros, 2011: 130 milhares de euros, 2012: 132 milhares de euros, 2013: 149 milhares de euros, 2014: 165 milhares de euros, 2015: 161 milhares de euros, 2016: 177 milhares de euros, 2017: 187 milhares de euros, 2018: 205 milhares de euros e 2019: 195 milhares de euros.

A taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores. As empresas NOS SA, NOS Açores e NOS Madeira, nas impugnações que promovem, invocam, nomeadamente, i) vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade relacionados com a inclusão, na contabilização dos custos da ANACOM, das provisões constituídas pelo regulador, por efeito de processos judiciais intentados contra esta (incluindo estas mesmas impugnações da taxa de atividade) e ii) que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, inequivocamente sujeita à regulação da ANACOM, podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes dos conteúdos televisivos.

Foram proferidas seis sentenças sobre a matéria, a saber no âmbito da impugnação da Taxa Anual de 2009 (Ex-ZON), de 2010 (Ex-ZON, em abril de 2018 e NOS Madeira, em maio de 2020), de 2011 (NOS Madeira, em maio de 2020), de 2012 (Ex-ZON e da Ex-Optimus, respetivamente em setembro de 2017 e em maio de 2018). A primeira sentença julgou procedente a impugnação respetiva, mas tendo apenas por base o vício da falta de audiência prévia e condenando a ANACOM a pagar juros. Dessa decisão, a ANACOM apresentou recurso, mas o Tribunal de recurso, por decisão de julho de 2013, não deu provimento ao mesmo. As cinco restantes decisões julgaram também, e por sua vez, procedentes as impugnações respetivas, mas desta feita por razões de fundo, anulando o ato impugnado por ilegalidade, com as legais consequências, designadamente impondo a devolução à NOS do tributo pago ainda não devolvido e condenando a ANACOM no pagamento de juros indemnizatórios. Estas decisões foram objeto de recurso pela ANACOM para o Tribunal Central Administrativo - Sul, onde se encontram pendentes ou, quanto às 2 mais recentes, aguardam trânsito em julgado.

Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão.

No dia 17 de julho de 2020, a NOS foi notificada pela AdC de uma nota de ilicitude (acusação) relativa a marketing digital no motor de busca da google, que acusa os operadores MEO, NOS, NOWO e Vodafone de concertação, para o período compreendido entre 2010 a 2018, não identificando uma coima concreta. Não é possível, à data, estimar o montante de uma eventual coima. A NOS apresentou a sua defesa escrita e, após a apresentação desta, a AdC decidirá por uma condenação ou absolvição, sendo convicção do Conselho de Administração da NOS e da ZOPT, tendo em conta os elementos que conhece, que conseguirá demonstrar os vários argumentos a favor da sua defesa.

2. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2020, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2018. Na sequência das sucessivas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede do IRC, do IVA e do Imposto de Selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 35,8 milhões de euros. As referidas notas de liquidação, foram contestadas na sua totalidade encontram-se os respetivos processos judiciais em curso.

Baseado nos pareceres obtidos juntos dos mandatários dos processos e de consultores fiscais, o Conselho de administração mantém a convicção de um desfecho favorável, razão pela qual mantém os referidos processos em tribunal. Não obstante, em respeito pelo princípio da prudência, periodicamente é efetuada uma avaliação do nível de exposição do grupo a estes processos, em face da evolução da jurisprudência, e consequentemente ajustadas as provisões constituídas para o efeito. O Grupo NOS prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos

3. Ações da MEO contra a NOS Madeira e NOS Açores e da NOS SA contra a MEO

Em 2011, a MEO intentou contra a NOS SA, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS SA no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS SA contestou, tendo o Tribunal ordenado inicialmente a realização de uma perícia, entretanto, julgada sem efeito. A audiência de discussão e julgamento teve lugar no final de abril e início de maio de 2016, tendo sido proferida sentença em setembro do mesmo ano, que julgou parcialmente procedente a ação, com fundamento não na demonstração da existência de portabilidades indevidas, que o Tribunal determinou restringir-se àquelas que não correspondem à vontade do titular. Nesse sentido, condenou a NOS ao pagamento à MEO de aproximadamente 5,3 milhões de euros, decisão da qual a NOS recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa. A MEO, por sua vez, conformou-se com a sentença proferida e não recorreu da parte da sentença que absolveu a NOS. O Tribunal da Relação de Lisboa, no primeiro trimestre de 2018, veio confirmar a decisão proferida pelo Tribunal de primeira instância, exceto quanto a juros, em que deu razão ao alegado pela NOS, no sentido de que os juros deviam contabilizar-se a partir da citação para a ação e não da data do vencimento das faturas. A NOS interpôs, junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), recurso excecional de revista, que veio a considerar os factos dados como provados pelos tribunais inferiores insuficientes para resolver a questão de mérito. Em consequência, o STJ determinou que o tribunal recorrido procedesse à ampliação da matéria de facto. O processo baixou ao Tribunal de 1.^a Instância para a ampliação da matéria de facto. Em novembro de 2019, o Tribunal de 1.^a instância concedeu às partes a possibilidade de requererem a produção de prova suplementar à matéria da ampliação, tendo a NOS solicitado a realização de uma perícia e a repetição da prova testemunhal. Já em fevereiro de 2020, o Tribunal considerou que a ampliação da matéria de facto acarreta a necessidade de obter novos elementos probatórios, que impõem a análise da informação constante relativa a todas as portabilidades que servem de base ao processo, determinando a realização de prova pericial para o efeito. Foi recentemente designado perito.

Em 2011, a NOS SA intentou, por seu lado, contra a MEO, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 22,4 milhões de euros, por danos sofridos pela NOS SA, decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da MEO, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou a realização de prova pericial de índole técnica e económico-financeira, tendo os relatórios periciais sido concluídos em fevereiro de 2016 e junho de 2018, respetivamente. A MEO arguiu a nulidade do relatório pericial económico-financeiro, o qual foi diferido. No início de março de 2020, as partes foram notificadas do agendamento de diligência judicial para o dia 17 de abril de 2020, com vista à programação dos atos a realizar na audiência final, ao estabelecimento do número de sessões e sua provável duração, bem como à designação das respetivas datas e, ainda, realização de tentativa de conciliação. A diligência foi entretanto remarcada.

É entendimento do Conselho de Administração da NOS e da ZOPT, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos formais e substantivos, boas probabilidades de a NOS SA poder obter vencimento na ação, até pelo facto de a MEO já ter sido condenada, pelos mesmos ilícitos, pela ANACOM.

4. Tarifas de Interligação

Em 31 de dezembro de 2020, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37 milhões de euros e 43,5 milhões de euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, NOS SA e essencialmente, a MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (anteriormente designada TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.), relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001. Na parte desta disputa com a MEO que estava em juízo, o resultado foi totalmente favorável à NOS SA, tendo já transitado em julgado.

5. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre a NOS e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma compensação pelo conjunto de vantagens que na perspetiva da duração acordada do contrato, lhe foram proporcionadas pela operadora.

No primeiro trimestre de 2020, decorrente da previsível redução acentuada da cobrança destas penalidades, como consequência direta do abrandamento da economia portuguesa decorrente das medidas adotadas para combate ao novo coronavírus COVID-19, a NOS reconheceu perdas de créditos esperadas da totalidade dos incumprimentos faturados a clientes e não provisionados, no montante de, aproximadamente, 7 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores faturados e por receber destas indemnizações ascende a 110,4 milhões de euros.

(c) Outros Compromissos do Grupo Zopt

Em dezembro de 2015, a NOS celebrou um contrato com a Sport Lisboa e Benfica – Futebol SAD e a Benfica TV, S.A. relativo aos direitos de transmissão televisiva de jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Benfica SAD para a Liga NOS, bem como dos direitos de transmissão e distribuição do Canal Benfica TV. O contrato terá início na época desportiva 2016/2017 e uma duração inicial de 3 anos podendo ser renovado por decisão de qualquer das partes até perfazer um total de 10 épocas desportivas, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 400 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Também em dezembro de 2015, a NOS celebrou um contrato com a Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD e a Sporting Comunicação e Plataformas, S.A. que inclui os seguintes direitos:

- 1) Direito de transmissão televisiva e multimédia dos jogos em casa da Equipa A de futebol sénior da Sporting SAD;
- 2) Direito de exploração da publicidade estática e virtual do estádio José Alvalade;
- 3) Direito de transmissão e distribuição do Canal Sporting TV;
- 4) Direito de ser o seu Principal Patrocinador.

O contrato terá uma duração de 10 épocas no que se refere aos direitos indicados em 1) e 2), supra, com início em julho de 2018, de 12 épocas no caso dos direitos mencionados em 3) com início em julho de 2017 e 12 épocas e meia no caso dos

direitos mencionados em 4) com início em janeiro de 2016, ascendendo a contrapartida financeira global ao montante de 446 milhões de euros, repartida em montantes anuais progressivos.

Ainda em dezembro de 2015, a NOS celebrou contratos relativos aos direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Os Belenenses Sociedade Desportiva Futebol, SAD
- 3) Clube Desportivo Nacional Futebol, SAD
- 4) Futebol Clube de Arouca – Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Futebol Clube de Paços de Ferreira, SDUQ, Lda
- 6) Marítimo da Madeira Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD
- 8) Vitória Futebol Clube, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 7 épocas desportivas, com exceção do contrato com o Sporting Clube de Braga – Futebol, SAD o qual tem duração de 9 épocas.

Durante o ano de 2016, foram ainda celebrados contratos relativos aos direitos de transmissão televisiva dos jogos em casa do Futebol Sénior com as seguintes sociedades desportivas:

- 1) C. D. Tondela – Futebol, SDUQ, Lda
- 2) Clube Futebol União da Madeira, Futebol, SAD
- 3) Grupo Desportivo de Chaves – Futebol, SAD
- 4) Sporting Clube da Covilhã – Futebol, SDUQ, Lda
- 5) Clube Desportivo Feirense – Futebol, SAD
- 6) Sport Clube de Freamunde – Futebol, SAD
- 7) Sporting Clube Olhanense – Futebol, SAD
- 8) Futebol Clube de Penafiel, SDUQ, Lda
- 9) Portimonense Futebol, SAD

Os contratos têm todos início na época desportiva 2019/2020 e uma duração de até 3 épocas desportivas.

Em maio de 2016, a NOS e a Vodafone acordaram na disponibilização recíproca, por várias épocas desportivas, de conteúdos desportivos (nacionais e internacionais) detidos pelas empresas, diretamente pela parte cedente ou indiretamente através da cedência a canais ou modelos de terceiros de distribuição de conteúdos, tendo como objetivo assegurar a ambas as empresas a disponibilização dos direitos de transmissão dos jogos em casa dos clubes, bem como dos direitos de transmissão e distribuição de canais de desporto e de canais de clubes, cujos direitos sejam detidos por cada uma das partes em cada momento. O acordo produziu os seus efeitos logo a partir da época desportiva 16/17, garantindo que os clientes da NOS e da Vodafone podem ter acesso ao canal do Benfica e aos jogos do Benfica em casa, independentemente do canal onde estes jogos sejam transmitidos.

Tendo em conta a possibilidade que o acordo celebrado previa de alargar-se aos outros operadores, em julho de 2016 a MEO e a Cabovisão aderiram ao mesmo, pondo designadamente fim à falta de disponibilização na grelha da NOS do Porto Canal e garantindo que todos os clientes de televisão paga em Portugal podem ter acesso a todos os conteúdos desportivos relevantes, independentemente do operador de telecomunicações que utilizem.

No âmbito do acordo celebrado com os restantes operadores, como contrapartida pela disponibilização recíproca dos direitos, os custos globais são repartidos de acordo com as receitas retalhistas de telecomunicações e as quotas de mercado de Pay TV.

Os cash-flows estimados resumem-se como segue:

| | 2020/21 | Seguintes |
|---|------------------------|------------------------|
| Cash-flows estimados com os contratos celebrados pela NOS com as sociedades desportivas* | 121,4 milhões de euros | 764,4 milhões de euros |
| Cash-flows estimados da NOS, para os contratos celebrados pela NOS (líquidos dos montantes debitados aos operadores) e para os contratos celebrados pelos restantes operadores. | 63,9 milhões de euros | 425,6 milhões de euros |

* Inclui direitos de transmissão de jogos e canais, publicidade e outros.

Contrato de partilha de rede com a Vodafone

A NOS e a Vodafone Portugal celebraram no dia 29 de setembro de 2017 um acordo de desenvolvimento e partilha de infraestrutura de abrangência nacional. Esta parceria permite aos dois Operadores a disponibilização das suas ofertas comerciais, sob a rede partilhada, a partir do início de 2018.

O acordo abrange a partilha recíproca de fibra escura em cerca de 2,6 milhões de casas, em que cada uma das entidades partilha, com a outra, um valor equivalente de investimento, ou seja, partilham bens semelhantes, pressupondo que as duas empresas mantêm total autonomia, independência e confidencialidade no desenho das ofertas comerciais e gestão da base de dados dos clientes e na escolha das soluções tecnológicas que decidam vir a implementar, não originando qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo NOS (de acordo com a IAS 16, esta troca de ativos similares não monetários será apresentada pelo líquido).

A parceria foi ainda alargada à partilha de infraestrutura móvel, onde está acordada a partilha mínima de 200 torres móveis.

Acordos celebrados com vista à partilha de infraestrutura de rede móvel

No dia 22 de outubro de 2020, a NOS Comunicações, S.A. e a NOS Technology, S.A., por um lado, e a Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A. por outro, celebraram um conjunto de acordos com vista à partilha de infraestruturas de rede móvel de suporte (infraestrutura passiva como torres e mastros) e rede móvel ativa (equipamentos ativos de rádio como antenas, amplificadores e demais equipamentos).

Os acordos apresentam as seguintes características:

a) têm abrangência nacional, existindo diferenças de aplicação consoante se trate de zonas de maior ou menor densidade populacional: nas primeiras zonas, tipicamente maiores aglomerados urbanos, as partes irão explorar sinergias acrescidas na partilha de infraestrutura de suporte e nas segundas zonas, tipicamente zonas rurais e no interior do país, as partes farão, para além da utilização comum de infraestruturas de suporte a partilha da sua rede móvel ativa.

b) incidem sobre ativos atualmente detidos ou que venham a ser detidos pelas partes no futuro e sobre as tecnologias já existentes 2G, 3G e 4G, sendo que a acomodação do 5G nos referidos acordos estará dependente da decisão autónoma de cada operador de implementar ou não esta tecnologia.

c) não importam a partilha de espectro entre as operadoras, mantendo as partes, em exclusivo, o controlo estratégico das suas redes, garantindo assim a total concorrência, liberdade estratégica e comercial e capacidade de diferenciação na definição e prestação de serviços aos seus respetivos clientes.

Cada parte poderá decidir fazer evoluir a sua rede de comunicações móveis com total liberdade e autonomia.

Estes acordos visam permitir uma maior eficiência dos investimentos da NOS, a captação de valor através da exploração de sinergias e um desenvolvimento mais rápido e ambientalmente mais responsável da rede móvel do País, proporcionando um maior benefício para os seus Clientes e demais stakeholders.

A partilha de infraestruturas móveis é ainda um importante contributo para o incremento da coesão territorial e inclusão digital, fatores essenciais a um desenvolvimento sustentável de todo o País.

(d) Outros Assuntos

Alienação da NOS Towering, S.A.

No dia 14 de abril de 2020, a NOS Comunicações, S.A. e a Cellnex Telecom, S.A. celebraram um acordo que tem por objeto a transmissão à Cellnex das ações representativas da totalidade do capital social da NOS Towering, S.A., compreendendo a venda de aproximadamente 2.000 sites (torres e rooftops).

Na mesma data, as partes celebraram um acordo de longa duração para prestação, por parte da Cellnex, de serviços de hosting da rede ativa da NOS nas infraestruturas passivas adquiridas, pelo período de 15 anos renovável automaticamente por iguais períodos. Adicionalmente, o acordo prevê um aumento de perímetro de até 400 sites adicionais ao longo dos próximos 6 anos.

O valor potencial da transação poderá ascender a 600 milhões de euros ao longo dos próximos 6 anos, estando dependente da venda de sites adicionais e alteração das configurações dos sites. O impacto esperado no Cash-flow operacional pro-forma da NOS no primeiro ano é de aproximadamente 22 milhões de euros.

Este acordo permitirá à NOS continuar a otimizar e expandir a sua rede móvel de última geração, reforçando simultaneamente a sua capacidade de investimento na criação do valor de longo prazo para a empresa. Ao unir esforços com a Cellnex em Portugal, através desta parceria estratégica, a NOS garante as suas necessidades presentes e futuras em termos da sua infraestrutura móvel passiva. Para além deste acordo, a NOS continuará a perseguir outras oportunidades de otimização da eficiência do seu investimento.

Em 30 de setembro de 2020, a operação concretizou-se com o pagamento, por parte da Cellnex, de 398,6 milhões de euros. O valor recebido pela venda da NOS Towering decompõe-se da seguinte forma:

- Venda de ativos: 374 milhões de euros;
- Caixa deduzido da dívida vendida com a empresa: 45 milhões de euros;
- Fundo de maneiio e outros: - 20,4 milhões de euros.

A operação da venda da empresa NOS Towering configura, do ponto de vista contabilístico e para efeito de contas consolidadas da NOS e da ZOPT, um sale and lease back e no qual, o ativo sob direito de uso, resultante da locação, é igual ao valor escriturado do ativo vendido, pelo que a operação, no momento inicial, não originou impactos em resultados.

Acordo com a Tofane Global, S.A.S

No início de abril de 2020, a NOS anunciou que tinha celebrado um acordo com a Tofane Global, S.A.S. para a venda da totalidade do capital social da NOS International Carrier Services S.A. à iBasis, subsidiária inteiramente detida pela Tofane e outro, de prestação às empresas do Grupo NOS de serviços de wholesale de voz e SMS internacionais, que eram anteriormente prestados pela NOS ICS. A conclusão deste acordo estava sujeita à não oposição por parte da Autoridade da Concorrência. A concretização do referido acordo ocorreu em 29 de junho de 2020. O preço de venda ascendeu a 9,6 milhões de euros, cujo recebimento de 5,5 milhões de euros ocorrerá ao longo de 5 anos.

Risco de liquidez e taxa de juro

Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, associado à negociação de linhas de crédito com instituições financeiras.

A 31 de dezembro de 2020, a maturidade média dos financiamentos do grupo NOS é de 2,6 anos, não se perspetivando qualquer incumprimento dos covenants decorrente da redução dos resultados projetada para o presente exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado, essencialmente, com créditos de serviços prestados a clientes, monitorizado numa base regular de negócio e para as quais são apuradas perdas de crédito esperadas considerando: i) o perfil de risco do cliente; ii) o prazo médio de recebimento; iii) a condição financeira do cliente; e iv) perspetiva futura de evolução da cobrança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como consequência direta do abrandamento da economia portuguesa decorrente das medidas adotadas para combate ao novo coronavírus COVID-19, a NOS reconheceu perdas de créditos esperadas extraordinárias de 28,2 milhões de euros, incorporando, no modelo de projeção de cobranças futuras, as novas projeções divulgadas pelo Banco de Portugal para o crescimento do PIB e Taxa de desemprego para os próximos 3 anos.

Como se tem verificado, trata-se de uma situação de extrema incerteza e muito dinâmica, o que torna extremamente difícil estimar impactos, os quais têm sempre de considerar vários cenários e inúmeras variáveis. Evidência dessa dificuldade, são as quedas históricas e volatilidade acentuada das bolsas, um pouco por todo o Mundo; as grandes variações ocorridas nos últimos trimestres das projeções futuras de indicadores macroeconómicos, bem como a disparidade dessas projeções entre os vários organismos.

Os impactos na ZOPT através da participação na NOS fizeram-se sentir nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com uma queda da Receita, EBITDA e Cash-flow operacional consolidado de -6,2% (-90,5 milhões de euros); -5,7% (-36,8 milhões de euros) e -33,8% (-65,2 milhões de euros), respetivamente, que evidenciam uma redução de atividade em:

6. Cinemas e Audiovisuais: redução na afluência às salas de cinemas e encerramento desde o dia 16 de março até dia 2 de julho, com adiamento na estreia de vários títulos, ligeiramente compensado com negociações das rendas dos cinemas;
7. Roaming e tráfego internacional: reflexo das restrições de viagens e a forma como o vírus está disseminado em algumas regiões, a NOS apresentou um impacto negativo, quer nas receitas, quer nos custos de roaming e tráfego internacional;
8. Vendas de equipamentos: com o encerramento de centros comerciais e restrições a deslocações, verificou-se uma redução na venda de telemóveis e equipamentos, que é parcialmente compensada com o aumento das vendas online (podendo, no longo prazo, existir um efeito positivo na evolução da adesão dos clientes aos canais digitais);
9. Receitas de Dados móveis: as situações de quarentena e isolamento implicam um aumento de utilização das redes wireless, reduzindo a utilização de dados móveis; e,
10. Quebra nas receitas relacionadas com conteúdos premium de desporto durante o período em que o campeonato nacional esteve suspenso e publicidade.

Por outro lado, as projeções efetuadas para a economia portuguesa, levaram a uma reavaliação de projeções e estimativas, que se traduziram no reforço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de imparidades de contas a receber (28,2 milhões de euros) e registo de outros custos, relativos a contratos onerosos (10,8 milhões de euros), assim como o registo de imparidades na rubrica "Perdas / (Ganhos) em empresas participadas", no montante de 8,6 milhões de euros. Em linha com as recomendações existentes, o Grupo NOS procedeu a análises de sensibilidade aos pressupostos utilizados nos testes de imparidade ao Goodwill conduzidos no final de 2020, não se tendo concluído por qualquer indício de imparidade. O segmento mais afetado pelo COVID-19 foi o segmento dos cinemas, estimando-se a recuperação da atividade para níveis pré-pandemia em 2023. Foram ainda efetuados testes de imparidade aos ativos fixos, nomeadamente, aos ativos associados à exibição cinematográfica, dos quais não resultaram igualmente quaisquer imparidades.

Em termos de projeção de impactos futuros, estes dependerão da extensão, nomeadamente temporal, da propagação do vírus e das respetivas medidas de contenção, sendo difícil de prever a dimensão do impacto, sabendo, contudo, que este ocorrerá nas áreas acima identificadas. A estrutura de capital da NOS encontra-se dentro do limiar de 2x a Dívida Financeira Líquida / EBITDA Após Pagamentos de Leasings (EBITDA – Pagamentos de Leasings (Capital e Juros)), pelo que é entendimento do Conselho de Administração da NOS que a empresa ultrapassará os impactos negativos provocados por esta crise, sem estar em causa a continuidade do negócio, convicção esta demonstrada com a manutenção da política remuneratória dos acionistas com o pagamento de dividendos no dia 3 de julho de 2020.

50. Apresentação da demonstração consolidada de resultados

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incluem os resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas;

(iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); (iv) ganhos (perdas) resultantes da obtenção/perda de controlo e correspondente reciclagem das reservas de conversão; e (v) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) goodwill negativo (líquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (v) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e (vi) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA, Underlying EBITDA e EBIT são calculados apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

| | 31 dez 2020 | | | 31 dez 2019 | | |
|---|------------------------|---------------------|------------------------|------------------------|---------------------|------------------------|
| | Consolidado | Resultado indireto | Resultado direto | Consolidado | Resultado indireto | Resultado direto |
| Volume de negócios | 6.827.024.079 | - | 6.827.024.079 | 6.433.326.841 | - | 6.433.326.841 |
| Variação de valor das propriedades de investimento | (27.908.838) | (27.908.838) | - | 4.924.364 | 4.924.364 | - |
| Dividendos e outros ajustamentos | 100.648 | - | 100.648 | 100.689 | - | 100.689 |
| Outros | 250.524 | - | 250.524 | (29.975.866) | (29.975.866) | - |
| Reversão de perdas por imparidade | 431.814 | - | 431.814 | 523.744 | - | 523.744 |
| Reversão de provisões para extensões de garantia | 4.054.697 | - | 4.054.697 | 8.370.817 | - | 8.370.817 |
| Outros | 135.809.388 | - | 135.809.388 | 115.464.751 | - | 115.464.751 |
| Total de proveitos | 6.939.762.312 | (27.908.838) | 6.967.671.150 | 6.532.735.340 | (25.051.502) | 6.557.786.842 |
| Total de gastos | (6.368.523.557) | 1.645.816 | (6.370.169.372) | (5.948.422.896) | - | (5.948.422.896) |
| Amortizações e depreciações | (342.082.176) | - | (342.082.176) | (330.593.724) | - | (330.593.724) |
| Provisões para inventários | (14.272.083) | - | (14.272.083) | - | - | - |
| Ganhos e Perdas em ativos tangíveis e intangíveis | (5.858.266) | - | (5.858.266) | (4.903.755) | - | (4.903.755) |
| Provisões para extensões de garantia | (509.465) | - | (509.465) | (432.812) | - | (432.812) |
| Outros | (80.690.282) | (24.532.586) | (56.157.696) | (37.923.488) | (15.310.206) | (22.613.282) |
| Resultados antes de resultados financeiros, resultados de empreendimentos conjuntos e associadas e resultados não usuais | 127.826.483 | (50.795.609) | 178.622.092 | 210.458.665 | (40.361.708) | 250.820.373 |
| Resultados não usuais de operações continuadas | 15.030.768 | 9.123.422 | 5.907.346 | (27.856.734) | (28.210.328) | 353.594 |
| Resultados não usuais de operações descontinuadas | - | - | - | 21.930.807 | 21.930.807 | - |
| Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados | 21.709.652 | 21.709.984 | (332) | 712.602 | 619.934 | 92.668 |
| Resultados financeiros | (100.269.959) | 6.231.482 | (106.501.441) | (110.085.773) | - | (110.085.773) |
| Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP | | | | | | |
| Associadas e Empreendimentos Conjuntos da Sonae Sierra | (48.517.655) | (62.243.374) | 13.725.719 | 74.096.020 | 12.184.190 | 61.911.830 |
| Armilar Venture Funds | 21.234.711 | 21.234.711 | - | 34.993.206 | 34.993.206 | - |
| ZOPT | 26.953.848 | - | 26.953.848 | 28.474.695 | (3.400.000) | 31.874.695 |
| Outros | (3.312.685) | - | (3.312.685) | 5.303.141 | - | 5.303.141 |
| Resultados antes de impostos | 60.655.162 | (54.739.383) | 115.394.545 | 238.026.629 | (2.243.899) | 240.270.528 |
| Impostos sobre o rendimento | (4.453.179) | (8.880.580) | 4.427.401 | (18.210.149) | 1.332.606 | (19.542.755) |
| Resultado líquido das operações continuadas | 56.201.983 | (63.619.963) | 119.821.946 | 219.816.480 | (911.293) | 220.727.773 |
| Resultado líquido das operações descontinuadas | (542.828) | 4.946.710 | (5.489.538) | (7.126.551) | (1.629.462) | (5.497.089) |
| Resultado líquido das operações descontinuadas reclassificadas para resultados não usuais | - | - | - | 21.930.807 | 21.930.807 | - |
| RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO | 55.659.155 | (58.673.252) | 114.332.407 | 234.620.736 | 19.390.052 | 215.230.684 |
| Atribuível aos acionistas | 70.944.578 | (54.375.096) | 125.319.674 | 165.779.633 | 14.818.117 | 150.961.516 |
| Interesses sem controlo | (15.285.423) | (4.298.157) | (10.987.266) | 68.841.103 | 4.571.936 | 64.269.167 |
| *Underlying* EBITDA (b) | | | 592.836.635 | | | 600.552.296 |
| EBITDA (a) | | | 630.621.324 | | | 694.498.467 |
| EBIT (c) | | | 216.305.800 | | | 344.758.523 |

(a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos - reversão de perdas por imparidade diretos + resultados pelo método de equivalência patrimonial (resultados diretos dos empreendimentos conjunto e associadas da Sonae Sierra, ZOPT e outras participadas) + provisões para extensões de garantia + resultados não usuais;

(b) "Underlying" EBITDA = EBITDA- efeito do método da equivalência patrimonial - resultados considerados não recorrentes;

(c) EBIT = EBT - resultado financeiro - dividendos;

(d) EBT = Resultado direto antes de impostos;

(e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;

(f) Resultados indiretos = Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo Goodwill); e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portfólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia "mark-to-market" de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

| Resultado indireto | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|---------------------|-------------------|
| Resultado indireto da Sonae Sierra líquido de imposto | (103.707.819) | (4.672.556) |
| Reciclagem por resultados das reservas de conversão cambial (Nota 4.3) | 5.470.151 | 17.494.296 |
| Imparidades em ativos descontinuados ou em reestruturação | (4.105.421) | (15.310.206) |
| Resultado indireto dos Fundos e dos ativos financeiros ao justo valor da Sonae IM | 39.356.025 | 27.584.627 |
| Operações descontinuadas | - | (1.629.462) |
| Outros | 4.313.811 | (4.076.648) |
| TOTAL | (58.673.252) | 19.390.052 |

O "Underlying EBITDA Direto" e os resultados não usuais podem ser analisados como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------------|--------------------|
| EBITDA direto | 630.621.324 | 694.498.467 |
| Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP | (37.366.881) | (99.089.666) |
| Operações descontinuadas (Nota 4.3) | 5.489.538 | 5.497.089 |
| Resultados não usuais | | |
| Mais/menos valias na alienação de ativos fixos | (537.218) | (3.244.792) |
| Mais/menos valias na alienação de empresas | (12.461.593) | (8.799.636) |
| Outros gastos e ganhos considerados não recorrentes | 7.091.465 | 11.690.834 |
| | (5.907.346) | (353.594) |
| "UNDERLYING" EBITDA DIRETO | 592.836.635 | 600.552.296 |

51. Eventos subsequentes

Reorganização da operação Worten em Espanha

Em 13 de janeiro de 2021 a Sonae anunciou a reorganização da operação da sua subsidiária Worten - Equipamentos do Lar, S.A. em Espanha. A empresa chegou a acordo com a Media Markt Saturn S.A.U. para a venda de 17 lojas em Espanha Continental, tendo decidido encerrar 14 lojas adicionais. Esta iniciativa enquadra-se no plano anunciado pela Worten de otimizar a sua operação em Espanha, mantendo uma estratégia de sucesso nas Ilhas Canárias - onde é um operador omnicanal líder com uma presença incomparável e um forte perfil financeiro - e concentrando os seus esforços no canal digital em Espanha Continental. O plano de reorganização foi desenhado por forma a criar uma operação financeiramente sustentável em Espanha, salvaguardando simultaneamente postos de trabalho e minimizando o impacto social destas

iniciativas.

Em 1 de março de 2021 foi concluída esta transação na sequência da aprovação por parte da autoridade da concorrência competente. Esta transação gerou um encaixe de 5 milhões de euros para a Worten. Quanto ao impacto nas contas consolidadas da Sonae, estima-se uma redução de 1% no volume de negócios consolidado e um aumento de aproximadamente 0,1 p.p. da margem EBITDA subjacente consolidada, relativamente a 2019.

Estas decisões estratégicas estão totalmente alinhadas com os objetivos definidos pela Sonae de assegurar um nível de rentabilidade sólido na operação da Worten em Espanha já a partir de 2021, reforçando a posição da empresa enquanto operador de eletrónica omnicanal de referência na Ibéria e preparando melhor o negócio para a sua ambiciosa estratégia de crescimento.

Reforço da posição na Sonae Sierra

Em 5 de março de 2021 a Sonae informou que a Grosvenor comunicou a sua intenção de exercer uma opção de venda sobre 10% das ações detidas da Sonae Sierra, por um valor estimado de 82,16 milhões de euros, o que representa um desconto implícito de cerca de 11% sobre o NAV da Sonae Sierra mais recentemente publicado (setembro de 2020). O exercício irrevogável desta opção de venda está condicionado à confirmação final por parte da Grosvenor na sequência da aprovação das contas consolidadas auditadas da Sonae Sierra para o exercício de 2020. Após a conclusão desta transação, a Sonae passará a deter 80% do capital social e direitos de voto da Sonae Sierra. O principal impacto desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo será a transferência de Reservas de "Interesses que não controlam" para "Capital Próprio do Grupo", uma vez que a Sonae já detém uma participação de controlo de 70% na Sonae Sierra.

52. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2021. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

53. Empresas Subsidiárias incluídas na consolidação

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são as seguintes:

| FIRMA | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|-------------------------------------|----------------------|-------------------------------|---------|-------------|---------|
| | | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
| | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Sonae - SGPS, S.A. | Maia | MÃE | MÃE | MÃE | MÃE |
| Sonae MC | | | | | |
| Amor Bio, Mercado Biológico, Lda | a) Lisboa (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Arenal Perfumerias SLU | a) Lugo (Espanha) | 100,00% | 60,00% | 100,00% | 60,00% |
| Asprela Sociedade Imobiliária, S.A. | a) Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Azulino Imobiliária, S.A. | a) Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Food Service, S.A. | a) Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

1)

| | | | | | | |
|--|----|-----------------------------|---------|---------|---------|---------|
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Bom Momento - Restauração, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Brio - Produtos de Agricultura Biológica, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Closer Look Design, Lda | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A. | a) | Castelo de Paiva (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Continente Hipermercados, S.A. | a) | Oeiras (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Elergone Energias, Lda | a) | Matosinhos (Portugal) | 75,00% | 75,00% | 75,00% | 75,00% |
| Farmácia Selecção, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois | a) | Maia (Portugal) | 98,00% | 98,00% | 98,00% | 98,00% |
| Go Well - Promoção de Eventos, Caterings e Consultoria, S.A. | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 51,00% | 51,00% |
| Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Marcas MC, zRT | a) | Budapeste (Hungria) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| MCCARE - Serviços de Saúde, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A. | b) | Maia (Portugal) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Modelo Continente International Trade, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Modelo Hiper Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Pharmaconcept - Actividades em Saúde, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

| | | | | | | | |
|----|---|----|-----------------------|---------|---------|---------|---------|
| | Predilugar - Promoção Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | SCBRASIL Participações, Ltda | a) | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | SIAL Participações, Ltda | a) | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | SK – Skin Health Cosmetics | a) | Oeiras (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Gondomar (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Soflorin, B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae MC – Serviços Partilhados, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae MC S2 Africa Limited | a) | La Valeta (Malta) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae MC, SGPS, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonaerp - Retail Properties, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sondis Imobiliária, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonvecap, B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 2) | Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve tic.ltd.sti | a) | Istambul (Turquia) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| | Tomenider | a) | Lugo (Espanha) | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |
| 2) | Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti | a) | Istambul (Turquia) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| | Valor N, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Worten | | | | | | |
| | HighDome PCC Limited (Cell Europe) | a) | La Valeta (Malta) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Infofield – Informática, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Iservices, Lda | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Worten Canárias, SL | a) | Tenerife (Espanha) | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |
| | Worten - Equipamento para o Lar, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Worten España Distribución, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Worten International Trade, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Worten Malta Holding Limited | a) | Valeta (Malta) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Sonae Sierra | | | | | | |
| | ARP Alverca Retail Park, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Axnae Spain Holdings, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 3) | BrightCity, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | - | - |
| 4) | Cascaishopping-Centro Comercial, S.A. | a) | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 40,07% |

| | | | | | | | |
|----|--|----|-----------------------|---------|--------|---------|--------|
| | CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 35,07% | 100,00% | 35,07% |
| | Dos Mares - Shopping Centre B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 35,07% | 100,00% | 35,07% |
| | Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl | a) | Milão (Itália) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Iberian Holdings Spain, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Ioannina Development of Shopping Centres, S.A. | a) | Atenas (Grécia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 4) | Land Retail B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | - | - | 100,00% | 35,07% |
| 3) | Living Markets I, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 70,00% | - | - |
| | Microcom Doi, Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Parklake Business Centre Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Parklake Shopping, S.A. | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Parque D. Pedro 1, SARL | a) | Luxemburgo | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 5) | Parque D. Pedro 2, SARL | a) | Luxemburgo | - | - | 100,00% | 70,00% |
| 4) | Plaza Mayor Parque de Ócio B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | - | - | 100,00% | 35,07% |
| 4) | Plaza Mayor Shopping, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | - | - | 100,00% | 35,07% |
| | Plenerg Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Project Sierra 10 B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Project Sierra 11 B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Project Sierra 12 B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Project Sierra Cúcuta B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Project Sierra Four, Srl | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Project Sierra Germany 4 (four) - Shopping Centre, GmbH | a) | Dusseldorf (Alemanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 2) | Project Sierra Spain 1 B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | - | - | 100,00% | 70,00% |
| | Project Sierra Spain 2- Centro Comercial S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | River Plaza B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 2) | Shopping Centre Parque Principado B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | - | - | 100,00% | 35,07% |
| | Sierra Brazil 1, Sarl | a) | Luxemburgo | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Developments Holding B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |

| | | | | | | | |
|----|--|----|-----------------------|---------|--------|---------|--------|
| | Sierra Developments, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 4) | Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | - | - | 50,10% | 35,07% |
| | Sierra Germany GmbH | a) | Dusseldorf (Alemanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra GP Limited | a) | Guernesey (R.U.) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Iberian Assets Holding, S.A.U. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Investments (Holland) 1 B.V. | a) | Amesterdão(Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Investments (Holland) 2 B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Investments Holdings B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Investments SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Italy Agency Srl | a) | Milão (Itália) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Italy Srl | a) | Milão (Itália) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Management, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Maroc, SARL | a) | Casablanca (Marrocos) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Maroc Services, SARL | a) | Casablanca (Marrocos) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Parma Project B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Portugal, S.A. | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 2) | Sierra Project Nürnberg B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | - | - | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Real Estate Greece B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Retail Ventures B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 35,07% | 100,00% | 35,07% |
| | Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL | a) | Bucareste (Roménia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Services Holland B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Solingen Holding GmbH | a) | Dusseldorf (Alemanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| 4) | Sierra Spain Malaga Holdings, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | - | - | 100,00% | 35,07% |
| | Sierra Spain, Shopping Centers Services, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Turkey Gayrimenkul Yönetim Pazarlama ve Danışmanlık Anonim Şirket | a) | Istambul (Turquia) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sierra Zenata Project B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sonae Sierra Brazil Holdings S.à r.l. | a) | Luxemburgo | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sonae Sierra, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 70,00% | 70,00% | 70,00% | 70,00% |
| | SPF - Sierra Portugal | a) | Luxemburgo | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |

| | | | | | | | |
|----|---|----|-----------------------------------|---------|---------|---------|---------|
| | Weiterstadt Shopping B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 70,00% | 100,00% | 70,00% |
| | Sonae Fashion | | | | | | |
| | Bright Brands SportsGoods, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Comercial Losan, S.L.U. | a) | Saragoça (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Fashion Division, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Fashion International Trade, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Irmãos Vila Nova, S.A. | a) | Vila Nova de Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, S.A. | a) | Vila Nova de Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | IVN - Serviços Partilhados, S.A. | a) | Vila Nova de Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 50,00% | 50,00% |
| | IVN Asia Limited | a) | Hong Kong (China) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Losan Colombia, S.A.S | a) | Bogotá (Colombia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Losan Overseas Textile, S.L. | a) | Saragoça (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Losan Logistica, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Losan Rusia | a) | Moscovo (Rússia) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 2) | Losan Tekstil Urunleri V e Dis Ticaret, L.S. | a) | Istambul (Turquia) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| | Modalfa - Comércio e Serviços, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Modalfa Canarias, SL | a) | Tenerife (Espanha) | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 60,00% |
| 6) | Modalloop - Vestuário e Calçado, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | - | - | 100,00% | 100,00% |
| | Salsa Canarias | a) | Tenerife (Espanha) | 60,00% | 60,00% | 60,00% | 30,00% |
| | Salsa DE GmbH | a) | Dusseldorf (Alemanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Salsa Distribution USA LLC | a) | New York (EUA) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Salsa France, S.A.R.L. | a) | Paris (França) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Salsa Luxembourg, Sàrl | a) | Luxemburgo | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | SLS Salsa - Comércio e Difusão de Vestuário, S.A. | a) | Vila Nova de Famalicão (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| | SLS Salsa España - Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U. | a) | Pontevedra (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 50,00% |
| 7) | SONAESR - Serviços e Logistica, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| 8) | Têxtil do Marco, S.A. | a) | Marco de Canaveses (Portugal) | - | - | 92,76% | 92,76% |
| | Usebti Textile México S.A. de C.V. | a) | Cidade do México (México) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Zippy - Comércio e Distribuição, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| | Zippy - Comércio Y Distribución, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

3)

| Sonae IM | | | | | | |
|---|----|---------------------------|---------|---------|---------|---------|
| Bright Development Studio, S.A. | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Bright Ventures Capital SCR, S.A. | a) | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Bright Tech Innovation I | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | - | - |
| Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 75,00% | 67,47% | 75,10% | 67,56% |
| Excellium Group, S.A. | a) | Contem (Luxemburgo) | 59,20% | 53,26% | 59,20% | 53,26% |
| Excellium Services, S.A. | a) | Contem (Luxemburgo) | 100,00% | 53,26% | 100,00% | 53,26% |
| Excellium Services Belgium, S.A. | a) | Wavre (Bélgica) | 100,00% | 53,26% | 100,00% | 53,26% |
| Excellium Factory SARL | a) | Raouad Ariana (Tunísia) | 80,00% | 42,61% | 80,00% | 42,61% |
| Fundo Bright Vector I | a) | Lisboa (Portugal) | 50,13% | 45,10% | 50,13% | 45,10% |
| Inovretail, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Inovretail España, S.L. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Mxtel SA de CV | a) | Cidade do México (México) | 99,93% | 72,78% | 99,93% | 72,78% |
| Praesidium Services Limited | a) | Berkshire (R.U.) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| S21SEC Portugal – Cybersecurity and Intelligence Services, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 72,78% | 100,00% | 72,78% |
| S21 Sec Gestion, S.A. | a) | Navarra (Espanha) | 80,90% | 72,78% | 80,90% | 72,78% |
| S21 Sec Information Security Labs, S.L. | a) | Navarra (Espanha) | 100,00% | 72,78% | 100,00% | 72,78% |
| S21 Sec, S.A. de CV | a) | Cidade do México (México) | 100,00% | 72,78% | 100,00% | 72,78% |
| Sonaecom-Cyber Security and Int., SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Sonaecom, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 90,15% | 89,97% | 90,15% | 89,97% |
| Sonae Investment Management - Software and Technology, SGPS, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Sonae FS | | | | | | |
| SFS - Financial Services IME, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| SFS – Gestão de Fundos, SGFI, SA | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 94,00% | 100,00% | 94,00% |
| SFS Gestão e Consultoria, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae FS, SA | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Outros | | | | | | |
| Arat Inmuebles, S.A. | a) | Madrid (Espanha) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

| Imosede | | | | | | |
|---|----|-----------------------|---------|---------|---------|---------|
| Halfdozen Real Estate, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Libra Serviços, Lda | a) | Funchal (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Público - Comunicação Social, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 89,97% | 100,00% | 89,97% |
| Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A. | a) | Porto (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae Corporate, S.A. | a) | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae Holdings, S.A. | a) | Maia (Portugal) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae Investments, B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Sonae RE, S.A. | a) | Luxemburgo | 99,92% | 99,92% | 99,92% | 99,92% |
| Sontel, B.V. | a) | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

*a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

a) Controlo detido por maioria dos votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;

- 1) Ex Make Notes Design, Lda;
- 2) Subsidiária liquidada no exercício;
- 3) Subsidiária fusionada na Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.;
- 4) Subsidiária fusionada na Fashion Division, S.A.;
- 5) Subsidiária alienada no exercício;
- 6) Subsidiária constituída em 2020;
- 7) Empresas classificadas como disponíveis para venda em 2019 e alienadas em fevereiro 2020; e
- 8) Subsidiária fusionada na subsidiária Parque D. Pedro 1 S.à r.l.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

54. Empreendimentos conjuntos e associadas incluídos na consolidação

Os empreendimentos conjuntos e as associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são as seguintes:

54.1. Empreendimentos conjuntos

| FIRMA | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|---|-----------------------------|-------------------------------|--------|-------------|--------|
| | | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
| | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Sonae MC | | | | | |
| Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A. | Santarém (Portugal) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| Sonae Sierra | | | | | |
| Aegean Park Constructions Real Estate and Development, S.A. | Atenas (Grécia) | 100,00% | 35,00% | 100,00% | 35,00% |
| Arrábidashopping - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 17,54% | 100,00% | 17,54% |
| 1) Centro Colombo - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 17,54% |
| 1) Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 17,54% |
| 1) DOC Malaga Holdings S.L. | Madrid (Espanha) | - | - | 50,00% | 17,54% |
| 1) DOC Malaga SITECO S.L.U. | Madrid (Espanha) | - | - | 100,00% | 17,54% |
| 1) Doc Málaga Siteco Phase 2, S.L. | Madrid (Espanha) | - | - | 100,00% | 17,54% |
| Gaiashopping I - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 17,54% | 100,00% | 17,54% |
| Gaiashopping II - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 17,54% | 100,00% | 17,54% |
| Larissa Development of Shopping Centres, S.A. | Atenas (Grécia) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |
| LMSA - Engenharia de Edifícios, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 35,00% | 100,00% | 35,00% |
| LMGE - Gestão de Edifícios Lda | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 35,00% | 100,00% | 35,00% |
| LMIT - Innovation & Technology, Lda | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 35,00% | 100,00% | 35,00% |
| Madeirashopping - Centro Comercial, S.A. | Funchal (Portugal) | 50,00% | 17,54% | 50,00% | 17,54% |
| 1) Norte Shopping Retail and Leisure Centre, B.V. | Amesterdão (Holanda) | - | - | 50,00% | 17,54% |
| 1) Norteshopping - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 17,54% |
| 2) North Tower B.V | Amesterdão (Holanda) | 50,00% | 17,54% | - | - |
| Pantheon Plaza B.V. | Amesterdão (Holanda) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |
| Park Avenue Development of Shopping Centers, S.A. | Atenas (Grécia) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |
| Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A. | Ponta Delgada (Portugal) | 50,00% | 17,54% | 50,00% | 17,54% |
| Proyecto Cúcuta S.A.S | Santiago de Cali (Colombia) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |

| | | | | | | |
|-----------------|--|-----------------------------|---------|--------|---------|--------|
| | PUD Srl | Parma (Itália) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |
| | SC Aegean, B.V. | Amesterdão (Holanda) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |
| 1) | Shopping Centre Colombo Holding, B.V. | Amesterdão (Holanda) | - | - | 50,00% | 17,54% |
| | Sierra Balmain Asset Management Spółka Z ograniczoną odpowiedzialności | Varsóvia (Polónia) | 50,00% | 17,54% | 50,00% | 17,54% |
| | Sierra Balmain Property Management Spółka z ograniczoną odpowiedzialnością | Varsóvia (Polónia) | 50,00% | 17,54% | 50,00% | 17,54% |
| | Sierra Central, S.A.S. | Santiago de Cali (Colômbia) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |
| | Sierra LM, SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 50,00% | 35,00% | 50,00% | 35,00% |
| 2) | Torre Norte, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00% | 17,54% | - | - |
| 1) | VdG Holding B.V. | Amesterdão (Holanda) | - | - | 50,00% | 17,54% |
| | Via Catarina - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00% | 17,54% | 50,00% | 17,54% |
| Sonae IM | | | | | | |
| 3) | Intelligent Big Data, SL | Gipuzcoa (Espanha) | - | - | 50,00% | 36,39% |
| Sonae FS | | | | | | |
| | 838 Soluções, Lda | São Paulo (Brasil) | 51,00% | 25,50% | 51,00% | 25,50% |
| | Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A. | Porto (Portugal) | 80,00% | 40,00% | 70,00% | 35,00% |
| | Bens Consultoria Ltda | Rio de Janeiro (Brasil) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Brokerslink Management AG | Zug (Suíça) | 20,00% | 10,00% | 20,00% | 10,00% |
| | BUZZEE Insure, Lda | Porto (Portugal) | 70,00% | 35,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Duobens – Corretora de Seguros Ltda | Rio de Janeiro (Brasil) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Filhet Allard EspañaCorreduria de Seguros S.L. | Madrid (Espanha) | 35,00% | 17,50% | 35,00% | 17,50% |
| | Flexben, Lda | Porto (Portugal) | 50,00% | 25,00% | 45,00% | 22,50% |
| | RCG – Risk, Consulting Group Ltda | Santa Catarina (Brasil) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | RCG – Risk, Consulting Group, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | HighDome PCC Limited | La Valeta (Malta) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Iberosegur – Sociedade Ibérica de Mediação de Seguros, Lda | Porto (Portugal) | 60,00% | 30,00% | 60,00% | 30,00% |
| 4) | MDS Insurance – Corretora de seguros e resseguros, S.A. | Lisboa (Portugal) | 50,00% | 25,00% | 50,00% | 25,00% |
| | Larim Corretora de Resseguros Ltda | Rio de Janeiro (Brasil) | 99,99% | 50,00% | 99,99% | 50,00% |
| | Lazam/mds Correctora Ltda | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | MDS África, SGPS, S.A. | Porto (Portugal) | 100,00% | 50,00% | 50,00% | 25,00% |
| | MDS - Corretor de Seguros, S.A. | Porto (Portugal) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A. | Porto (Portugal) | 50,00% | 25,00% | 50,01% | 25,00% |

| | | | | | | |
|----|---|--------------------------|---------|--------|---------|--------|
| | MDS Link Solutions, Lda | Porto (Portugal) | 50,02% | 25,01% | 50,00% | 25,00% |
| | MDS Malta Holding Limited | La Valeta (Malta) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | MDS MG Corretora e Administradora de Seguros, Ltda | Minas Gerais (Brasil) | 100,00% | 25,00% | 50,00% | 25,00% |
| | MDS Partners Corretor de Seguros, S.A. | Porto (Portugal) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | MDS RE – Mediador de resseguros, SGPS, S.A. | Porto (Portugal) | 100,00% | 25,00% | 100,00% | 25,00% |
| | MDS, SGPS, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00% | 25,00% | 50,00% | 25,00% |
| | Moneris Correctores de Seguros Limitada | Maputo (Moçambique) | 50,00% | 25,00% | 50,00% | 25,00% |
| | Moneris. Seguros - Mediação de Seguros, Lda | Oeiras (Portugal) | 60,00% | 30,00% | 60,00% | 30,00% |
| | Process Assessoria e Corretora Seg..Ltda | São Paulo (Brasil) | 100,00% | 50,00% | 100,00% | 50,00% |
| | Reinsurance Solutions, Soc. Corretora de Resseguros, S.A. | Luanda (Angola) | 66,66% | 33,33% | 66,66% | 33,33% |
| | Win Broker, S.A. | Porto (Portugal) | 60,00% | 30,00% | 60,00% | 30,00% |
| | ZOPT (NOS) | | | | | |
| | Big Picture 2 Films, S.A. | Oeiras (Portugal) | 20,00% | 6,17% | 20,00% | 4,69% |
| | Big Picture Films, SL | Madrid (Espanha) | 100,00% | 6,17% | 100,00% | 4,69% |
| | Dreamia Holding B.V. | Amesterdão (Holanda) | 50,00% | 15,42% | 50,00% | 11,73% |
| | Dreamia Serviços de Televisão, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 15,42% | 100,00% | 11,73% |
| 5) | Dreamia Servicios de Televisión, S.L. | Madrid (Espanha) | 50,00% | 15,42% | - | - |
| 5) | Dualgrid - Gestão de Redes Partilhas, S.A. | Lisboa (Portugal) | 50,00% | 30,84% | - | - |
| | Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | FINSTAR – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A. | Luanda (Angola) | 30,00% | 9,25% | 30,00% | 7,04% |
| | Fundo de Capital de Risco NOS 5G | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | - | - |
| | Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 99,87% | 30,80% | 99,87% | 23,43% |
| | Lusomundo Imobiliária 2, S.A. | Lisboa (Portugal) | 99,87% | 30,80% | 99,87% | 23,43% |
| | Lusomundo Moçambique, Lda | Maputo (Moçambique) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | MSTAR, S.A. | Maputo (Moçambique) | 30,00% | 9,25% | 30,00% | 7,04% |
| | NOS Açores Comunicações, S.A. | Ponta Delgada (Portugal) | 83,82% | 25,85% | 83,82% | 19,66% |
| | NOS Property, S.A. | Luxemburgo | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Comunicações, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Corporate Center, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Inovação, S.A. | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |

| | | | | | | |
|----|--|------------------------------|---------|--------|---------|--------|
| | NOS International Carrier Services, S.A. | Lisboa (Portugal) | - | - | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Internacional, SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Lusomundo Cinemas, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Audio - Sales & Distribution, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Madeira Comunicações, S.A. | Funchal (Portugal) | 77,95% | 24,04% | 77,95% | 18,29% |
| | NOS SGPS, S.A. | Lisboa (Portugal) | 59,53% | 30,84% | 52,15% | 23,46% |
| | NOS Sistemas España, SL | Madrid (Espanha) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Sistemas, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOSPUB – Publicidade e Conteúdos, S.A. | Lisboa (Portugal) | - | - | 100,00% | 23,46% |
| 6) | NOS Technology – Concepção Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A. | Matosinhos (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. | Maia (Portugal) | - | - | 100,00% | 23,46% |
| | NOS Wholesale, S.A. | Lisboa (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | Sport TV Portugal, S.A. | Lisboa (Portugal) | 25,00% | 7,71% | 25,00% | 5,86% |
| | Teliz Holding, B.V. | Amstelveen (Holanda) | 100,00% | 30,84% | 100,00% | 23,46% |
| | Upstar Comunicações, S.A. | Vendas Novas (Portugal) | 30,00% | 9,25% | 30,00% | 7,04% |
| | ZAP Media, S.A. | Luanda (Angola) | 100,00% | 9,25% | 100,00% | 7,04% |
| | ZOPT, SGPS, S.A. | Porto (Portugal) | 50,00% | 44,99% | 50,00% | 44,99% |
| | Outros | | | | | |
| | MKTPLACE – Comércio Eletrónico, S.A. | Porto (Portugal) | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| | Unipress - Centro Gráfico, Lda | Vila Nova de Gaia (Portugal) | 50,00% | 44,99% | 50,00% | 44,99% |
| | SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. | Porto (Portugal) | 50,00% | 44,99% | 50,00% | 44,99% |

*a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

- 1) Empresas classificadas como disponíveis para venda em 2019 e alienadas em fevereiro de 2020; o Grupo mantém uma percentagem de detenção de 12,55% nestas empresas.
- 2) Empreendimento conjunto constituído em 2020;
- 3) Empreendimento conjunto adquirido em 2020;

- 4) Empreendimento conjunto alienado em 2020;
- 5) Ex-NOS Lusomundo TV, Lda;
- 6) Empreendimento conjunto fundido na NOS Audio - Sales & Distribution, S.A.;
- 7) Empreendimento conjunto liquidado em 2020; e
- 8) Ex-ISEM – Corretora de seguros e resseguros, S.A.

54.2. Empresas associadas

| FIRMA | Sede Social | Percentagem de capital detido | | | |
|--|-----------------------------|-------------------------------|--------|-------------|--------|
| | | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
| | | Direto* | Total* | Direto* | Total* |
| Sonae MC | | | | | |
| 1) MOVVO, S.A. | Porto (Portugal) | - | - | 25,58% | 25,58% |
| Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda | Lisboa (Portugal) | 25,00% | 25,00% | 25,00% | 25,00% |
| Sonae S2 Africa Limited | La Valetta (Malta) | 30,00% | 30,00% | 30,00% | 30,00% |
| S2 Mozambique, S.A. | Maputo (Moçambique) | 30,00% | 30,00% | 30,00% | 30,00% |
| Sonae Sierra | | | | | |
| 3shoppings - Holding, SGPS, S.A. | Maia (Portugal) | 20,00% | 14,00% | 20,00% | 14,00% |
| 1) Albufeira RP (Luxembourg) 1, SARL | Luxemburgo | - | - | 100,00% | 7,00% |
| 1) Albufeira RP (Luxembourg) 2, SARL | Luxemburgo | - | - | 100,00% | 7,00% |
| Aliansce Sonae Shopping Centers, S.A. | Brasil | 7,03% | 4,92% | 7,03% | 4,92% |
| Area Sur Shopping, S.L | Madrid (Espanha) | 15,00% | 10,50% | 15,00% | 10,50% |
| Arrábidasshopping - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00% | 7,88% | 50,00% | 7,88% |
| Candotal Spain S,L,U, | Madrid (Espanha) | 100,00% | 7,00% | 100,00% | 7,00% |
| 2) Cascaishopping, Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 17,57% | - | - |
| 2) Centro Colombo- Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| 2) Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| 2) Doc Malaga Holdings S.L | Madrid (Espanha) | 50,00 % | 17,57% | - | - |
| 2) DOC Malaga Siteco Phase 2, S.L. | Madrid (Espanha) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| 2) DOC Malaga Siteco, S.L.U. | Madrid (Espanha) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| Estação Viana - Centro Comercial, S.A. | Viana do Castelo (Portugal) | 100,00% | 7,00% | 100,00% | 7,00% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center | Rio de Janeiro (Brasil) | 58,07% | 7,79% | 58,07% | 7,79% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro | Rio de Janeiro (Brasil) | 100,00% | 25,32% | 100,00% | 25,32% |

| | | | | | | |
|----|---|----------------------|---------|--------|---------|--------|
| | Gaiashopping I - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 7,88% | 100,00% | 7,88% |
| | Gaiashopping II - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 7,88% | 100,00% | 7,88% |
| | Guimarãeshopping - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 14,00% | 100,00% | 14,00% |
| | Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief UA | Amesterdão (Holanda) | 10,00% | 7,00% | 10,00% | 7,00% |
| | Iberian Assets, S.A. | Madrid (Espanha) | 50,00% | 8,68% | 50,00% | 8,75% |
| 2) | Land Retail B.V. | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 17,57% | - | - |
| | Le Terrazze – Shopping Centre 1, Srl | Milão (Itália) | 10,00% | 7,00% | 10,00% | 7,00% |
| | Luz del Tajo - Centro Comercial, S.A. | Madrid (Espanha) | 100,00% | 7,00% | 100,00% | 7,00% |
| | Maiashopping - Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 14,00% | 100,00% | 14,00% |
| 3) | Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, S.A. | Porto (Portugal) | 20,00% | 14,00% | - | - |
| 2) | Norte Shopping Retail and Leisure Centre B.V. | Amesterdão (Holanda) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| 2) | Norteshopping- Centro Comercial, S.A. | Maia (Portugal) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| | Olimpo Asset 1, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Asset 2, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Asset 3, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Asset 4, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Asset 5, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Asset 6, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Asset 7, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Asset 8, S.A. | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Real Estate SGI, SA | Maia (Portugal) | 100,00% | 2,63% | 100,00% | 2,63% |
| | Olimpo Real Estate Socimi, S.A. | Madrid (Espanha) | 3,75% | 2,63% | 3,75% | 2,63% |
| 3) | Olimpo SIGI España, S.A. | Madrid (Espanha) | 100,00% | 2,63% | - | - |
| 2) | Plaza Mayor Parque de Ócio B.V. | Amesterdão (Holanda) | 100,00% | 17,57% | - | - |
| 2) | Plaza Mayor Shopping, S.A. | Madrid (Espanha) | 100,00% | 17,57% | - | - |
| 1) | Project Sierra 8, B.V. | Amesterdão (Holanda) | - | - | 100,00% | 7,00% |
| | Serra Shopping – Centro Comercial, S.A. | Lisboa (Portugal) | 5,00% | 3,50% | 5,00% | 3,50% |
| 2) | Shopping Centre Colombo Holding B.V. | Amesterdão (Holanda) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| 4) | Sierra Cevital Shopping Center, Spa | Argélia | - | - | 49,00 % | 34,30% |
| 2) | Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V. | Amesterdão (Holanda) | 25,10 % | 17,57% | - | - |
| 2) | Sierra Spain Malaga Holdings, S.L. | Madrid (Espanha) | 100,00% | 17,57% | - | - |
| | SPF - Sierra Portugal Feeder 1, S.C.A. | Luxemburgo | 7,45% | 5,22% | 7,45% | 5,22% |

| | | | | | | |
|----|--|-----------------------|---------|--------|---------|--------|
| | SPF - Sierra Portugal Feeder 2, S.C.A. | Luxemburgo | 100,00% | 5,22% | 100,00% | 5,22% |
| | SPF - Sierra Portugal Real Estate, SARL | Luxemburgo | 61,67% | 17,79% | 61,67% | 17,79% |
| | Trivium Real Estate Socimi, S.A. | Madrid (Espanha) | 12,40% | 8,68% | 12,40% | 8,68% |
| 2) | VdG Holding BV | Amesterdão (Holanda) | 50,00 % | 8,79% | - | - |
| | Zenata Commercial Project, S.A. | Mohammedia (Marrocos) | 11,00% | 7,7% | 11,00% | 7,7% |
| | Sonae IM | | | | | |
| | Alfaros SRAL | Tunisia | 40,00% | 21,30% | 40,00% | 21,30% |
| | Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II | Lisboa (Portugal) | 44,33% | 39,88% | 50,74% | 45,65% |
| | Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III | Lisboa (Portugal) | 42,80% | 38,51% | 42,73% | 38,44% |
| | Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Venture Partners Inovação e Internacionalização | Lisboa (Portugal) | 38,25% | 34,41% | 38,25% | 34,41% |
| | Probe.ly | Lisboa (Portugal) | 21,21% | 19,08% | 21,21% | 19,08% |
| | Secucloud Network GmbH | Hamburgo (Alemanha) | 27,45% | 24,70% | 27,45% | 24,70% |
| | Suricate Solutions | Luxemburgo | 20,00% | 10,65% | 20,00% | 10,65% |
| | ISRG - Iberian Sports Retail Group, SL | Alicante (Espanha) | 30,00% | 30,00% | 30,00% | 30,00% |

*a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo Grupo, a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa, no capital social da referida empresa.

- 1) Associada liquidada no exercício;
- 2) Associadas classificadas como disponíveis para venda em 2019, tendo a respetiva venda sido concretizada em fevereiro de 2020;
- 3) Associada adquirida em 2020; e
- 4) Associada em processo de liquidação e retirada do perímetro em 2020.

Os empreendimentos conjuntos e associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

José Manuel Neves Adelino

Margaret Lorraine Trainer

Marcelo Faria de Lima

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Fuencisla Clemares

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS SEPARADAS**

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------|----------------------|----------------------|
| ATIVOS | | | |
| ATIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 166.138 | 49.779 |
| Ativos intangíveis | | 284 | 131 |
| Direitos de Uso | | 546.492 | 744.248 |
| Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos | 6 | 4.590.857.253 | 4.591.023.177 |
| Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados | 7 | 3.000.000 | - |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 7 | 108.604.000 | - |
| Outros investimentos | | 49.880 | 49.880 |
| Ativos por impostos diferidos | 8 | 6.669.288 | 10.702.669 |
| Outros ativos não correntes | 4, 9 | 33.706.727 | 1.002.162 |
| Total de ativos não correntes | | 4.743.600.062 | 4.603.572.046 |
| ATIVOS CORRENTES: | | | |
| Cientes | 4, 10 | 4.294.728 | 1.185.864 |
| Outras dívidas de terceiros | 4, 11 | 160.396.513 | 436.283.847 |
| Imposto sobre o rendimento | 12 | 16.422.098 | 21.498.769 |
| Estado e outros entes públicos | | 983 | 116.041 |
| Outros ativos correntes | 4, 13 | 2.450.312 | 2.393.665 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4, 14 | 147.902 | 121.047 |
| Total de ativos correntes | | 183.712.536 | 461.599.233 |
| TOTAL DO ATIVO | | 4.927.312.598 | 5.065.171.279 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital social | 15 | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 |
| Reservas legais | 16 | 277.452.299 | 268.028.145 |
| Outras reservas | 17 | 1.324.558.649 | 1.265.388.137 |
| Resultados transitados | | 101.167.432 | 101.174.851 |
| Resultado líquido do exercício | | 75.265.295 | 188.483.086 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | 3.778.443.675 | 3.823.074.219 |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 4, 19 | 277.156.160 | 208.831.051 |
| Empréstimos bancários | 4, 19 | 464.563.178 | 324.853.391 |
| Passivos por locação | 4 | 354.497 | 315.936 |
| Passivo por impostos diferidos | 8 | 122.961 | 167.456 |
| Total de passivos não correntes | | 742.196.796 | 534.167.834 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos bancários | 4, 19 | 87.733.724 | 154.581.858 |
| Passivos por locação | 4 | 194.148 | 407.450 |
| Fornecedores | 4, 20 | 1.575.023 | 675.040 |
| Empréstimos obtidos de empresas do grupo | 4, 21 | 270.991.557 | 487.157.000 |
| Outras dívidas a terceiros | 4, 22 | 40.523.871 | 60.764.122 |
| Estado e outros entes públicos | | 402.771 | 323.342 |
| Outros passivos correntes | 4, 23 | 5.251.033 | 4.020.414 |
| Total de passivos correntes | | 406.672.127 | 707.929.226 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 1.148.868.923 | 1.242.097.060 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 4.927.312.598 | 5.065.171.279 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------|-------------------|--------------------|
| Prestações de serviços | 26 | 6.888.058 | 2.363.360 |
| Ganhos ou perdas relativos a investimentos | 27 | 82.653.831 | 198.932.344 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 28 | 18.366.072 | 2.799.568 |
| Outros rendimentos | | 1.406.128 | 1.947.466 |
| Fornecimentos e serviços externos | 29 | (7.191.394) | (4.921.892) |
| Gastos com o pessoal | 30 | (7.768.754) | (4.075.036) |
| Depreciações e amortizações | | (490.689) | (365.276) |
| Provisões e perdas por imparidade | | (591) | - |
| Gastos e perdas financeiras | 28 | (20.362.591) | (10.008.037) |
| Outros gastos e perdas | | (1.206.094) | (1.059.872) |
| Resultado antes de impostos | | 72.293.976 | 185.612.625 |
| Imposto sobre o rendimento | 12 | 2.971.319 | 2.870.461 |
| Resultado líquido do exercício | | 75.265.295 | 188.483.086 |
| Resultados por ação | | | |
| Básico | 31 | 0,037633 | 0,094242 |
| Diluído | 31 | 0,028717 | 0,094190 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------|---------------------|--------------------|
| Resultado líquido do exercício | | 75.265.295 | 188.483.086 |
| Items de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados: | | | |
| Variação no justo valor dos ativos financeiros | 7 | (27.816.000) | - |
| Total de outros rendimentos integrais do exercício | | (27.816.000) | - |
| Total rendimento integral do exercício | | 47.449.295 | 188.483.086 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | Capital Social | Reservas Legais | Outras reservas | | | Resultados Transitados | Resultado Líquido do Exercício | Total | |
|---|-----------|----------------------|--------------------|-------------------------|---|----------------------|------------------------|--------------------------------|--------------------|--------------------------|
| | | | | Reservas de Justo Valor | Reserva para planos pagamento baseados em ações | Reservas Livres | | | | Total de Outras Reservas |
| Saldo em 1 de janeiro de 2019 | | 2.000.000.000 | 251.937.767 | - | 859.735 | 1.046.586.617 | 1.047.446.352 | 101.174.851 | 321.827.490 | 3.722.386.460 |
| Total rendimento integral do exercício | | - | - | - | - | - | - | - | 188.483.086 | 188.483.086 |
| Aplicação do resultado de 2018: | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal | | - | 16.090.378 | - | - | - | - | - | (16.090.378) | - |
| Transferência para reservas livres | | - | - | - | - | 217.517.180 | 217.517.180 | - | (217.517.180) | - |
| Dividendos distribuídos | | - | - | - | - | - | - | - | (88.200.000) | (88.200.000) |
| Outras alterações: | | | | | | | | | | |
| Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo | 17 | - | - | - | (455.100) | 121.819 | (333.281) | - | - | (333.281) |
| Responsabilidade por pagamento baseado em ações | 17 | - | - | - | 737.954 | - | 737.954 | - | - | 737.954 |
| Impacto da aplicação da IFRS 16 | | - | - | - | - | 19.932 | 19.932 | - | (19.932) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 14 | 2.000.000.000 | 268.028.145 | - | 1.142.589 | 1.264.245.548 | 1.265.388.137 | 101.174.851 | 188.483.086 | 3.823.074.219 |
| Saldo em 1 de janeiro de 2020 | | 2.000.000.000 | 268.028.145 | - | 1.142.589 | 1.264.245.548 | 1.265.388.137 | 101.174.851 | 188.483.086 | 3.823.074.219 |
| Total rendimento integral do exercício | | - | - | (27.816.000) | - | - | (27.816.000) | - | 75.265.295 | 47.449.295 |
| Aplicação do resultado de 2019: | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal | | - | 9.424.154 | - | - | - | - | - | (9.424.154) | - |
| Transferência para reservas livres | | - | - | - | - | 86.458.931 | 86.458.931 | - | (86.458.931) | - |
| Dividendos distribuídos | | - | - | - | - | - | - | - | (92.600.000) | (92.600.000) |
| Outras alterações: | | | | | | | | | | |
| Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo | 17 | - | - | - | (536.354) | 258.980 | (277.374) | | (1) | (277.375) |
| Responsabilidade por pagamento baseado em ações | 17 | - | - | - | 797.536 | - | 797.536 | - | - | 797.536 |
| Impacto da aplicação da IFRS 16 | | - | - | - | - | 7.419 | 7.419 | (7.419) | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 14 | 2.000.000.000 | 277.452.299 | (27.816.000) | 1.403.771 | 1.350.970.878 | 1.324.558.649 | 101.167.432 | 75.265.295 | 3.778.443.675 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------|-----------------|-----------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de clientes | | 3.779.191 | 1.711.231 |
| Pagamentos a fornecedores | | (6.118.726) | (4.183.975) |
| Pagamentos ao pessoal | | (7.351.110) | (2.897.432) |
| Fluxos gerados pelas operações | | (9.690.644) | (5.370.176) |
| Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento | | 3.804.668 | 42.950 |
| Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional | | 1.594.203 | 450.799 |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | (4.291.773) | (4.876.427) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos concedidos | 33 | 2.934.203.000 | 3.418.356.294 |
| Investimentos financeiros | 32 | 195.508.331 | 395.000 |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | 1.143 | 14.500 |
| Juros e rendimentos similares | | 2.432.168 | 3.867.338 |
| Dividendos | | 157.296.765 | 116.042.494 |
| Outros | | 5.036 | 284 |
| | | 3.289.446.444 | 3.538.675.910 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos concedidos | 33 | (2.702.986.000) | (3.383.053.296) |
| Investimentos financeiros | 32 | (403.266.493) | (35.822.603) |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | (150.179) | (1.902) |
| Outros | | (9.600) | (2.446) |
| | | (3.106.412.271) | (3.418.880.247) |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | 183.034.172 | 119.795.663 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | 33 | 4.826.373.057 | 6.749.047.000 |
| | | 4.826.373.057 | 6.749.047.000 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | 33 | (4.908.023.500) | (6.779.921.390) |
| Juros e gastos similares | | (12.638.379) | (10.194.739) |
| Dividendos | | (92.579.160) | (88.195.049) |
| Passivos de locação | | (473.501) | (273.350) |
| | | (5.013.714.540) | (6.878.584.528) |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | (187.341.482) | (129.537.528) |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | (8.599.083) | (14.618.292) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | | (1.121.739) | 13.496.553 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 14 | (9.720.822) | (1.121.739) |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A SONAE, SGPS, SA (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

A Sonae é controlada pela Efanor Investimentos SGPS, S.A. que detém, direta e indiretamente, 52,8528% do seu capital social. A totalidade das ações representativas do capital social da Sonae está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

Factos relevantes ocorridos no exercício

2020 foi um ano marcado pela pandemia do covid-19 e consequentes medidas restritivas à circulação de pessoas impostas por diversos Governos em todo o mundo, que abrangeram medidas de confinamento, restrições horárias e/ou encerramento de espaços comerciais.

Este contexto teve diferentes impactos na atividade das subsidiárias da Sonae, com níveis de intensidade distintos consoante o setor em que operam, e que naturalmente exigiram uma adaptação das respetivas operações.

Na Sonae, desde o início, foi implementado um modelo de governo próprio para a gestão desta crise, liderado pela Comissão Executiva Sonae em alinhamento com os CEO’s dos vários negócios. Foram monitorizados de forma regular os impactos em cada negócio e foram executados planos de contingência que abrangeram toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais.

Desde meados de março de 2020, foram definidas e comunicadas a todos os colaboradores ações obrigatórias relativamente a: viagens de trabalho; participação em congressos, feiras, exposições e formações alargadas; entre muitas outras. No que respeita às operações, e no sentido de garantir a saúde de colaboradores, parceiros e clientes, foram implementadas medidas essenciais como a higienização dos espaços, a utilização de equipamentos de proteção individual, ou limitação do número de pessoas por m². Em todas as funções em que tal é possível, foi implementado o trabalho remoto, que impactou mais de 6.000 colaboradores ao nível das subsidiárias da Sonae. Além disso, em todas as empresas do grupo totalmente controladas pela Sonae em Portugal, optou-se por não recorrer ao mecanismo de lay-off simplificado como forma de assegurar o rendimento integral dos colaboradores neste difícil contexto e de cumprir com a missão social da empresa. No caso do retalho alimentar foi ainda atribuído um prémio monetário extraordinário aos colaboradores das lojas

e entrepostos, como forma de reconhecimento pela sua disponibilidade para a prestação de um serviço essencial às famílias portuguesas.

Ao longo do ano, foram levadas a cabo diversas iniciativas de apoio generalizado às instituições (hospitais, autarquias, centros de apoio) através da doação de bens alimentares, eletrodomésticos, computadores portáteis, espaços físicos, telecomunicações e serviços.

Os principais impactos e iniciativas por negócio encontram-se detalhados nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

A Empresa igualmente apresenta, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

2. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia e estejam efetivas a 1 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto quanto à mensuração dos “Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados” e “Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral” que são mensurados ao justo valor.”

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.8.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas:

- Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2020:

| Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2020 | Alteração | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|--|--|
| IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais | Alteração da definição de negócio | 1-jan-20 |
| IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 1 | Introdução de isenções à contabilidade de cobertura, para que a reforma das taxas de juro referência não afete a contabilidade de cobertura | 1-jan-20 |
| IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | Atualização da definição de “material”, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo | 1-jan-20 |
| Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS | Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos/passivos e gastos/rendimentos | 1-jan-20 |
| IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 | Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações | 1-jun-20 |

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2020. A Sonae efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras. Quanto à adenda da IFRS 16, o Grupo adotou antecipadamente o expediente prático previsto na norma pelo que as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19 não modificaram as locações contabilizadas.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

| Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2021, já endossadas pela EU | Alteração | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|---|--|
| IFRS 4 – Diferimento da aplicação da IFRS 9 | Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023 | 1-jan-21 |
| IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 | Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados | 1-jan-21 |

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

| Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2021, ainda não endossadas pela EU | Alteração | Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após) |
|---|--|--|
| IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 | Proposta de extensão da aplicação do expediente prático sobre as rendas de locação que afetem os pagamentos originalmente devidos em ou antes junho de 2022. | 1/abr/21 |
| IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento | Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis | 1-jan-22 |
| IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato | Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso | 1-jan-22 |
| Ciclo de melhorias 2018 – 2020 | Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 | 1-jan-22 |
| IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual | Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais | 1-jan-22 |
| IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos | Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um | 1-jan-23 |
| IAS 1 – Divulgação das Políticas Contabilísticas; IAS 8 Definição de estimativa contabilística | Introdução de definição de “estimativa contabilística” e outras atualizações para distinguir alterações às políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas. | 1-jan-23 |
| IFRS 17 – Contratos de seguro | Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária | 1-jan-23 |
| IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações) | Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações | 1-jan-23 |

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Sonae tem controlo. A Sonae controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Sonae, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Sonae. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para a Sonae, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

Os Empreendimentos Conjuntos correspondem a acordos conjuntos através dos quais os empreendedores que exercem controlo conjunto sobre o acordo com o objetivo de partilhar o retorno obtido da atividade do Empreendimento Conjunto.

As associadas são investimentos em que a Empresa exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras

distribuições;

- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercambio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração separada dos resultados.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos, a Sonae reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

As perdas de imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento, correspondente ao maior entre o justo valor menos custos de vender e o valor de uso, e o valor contabilístico das participações financeiros.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise uma vez que considera a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu, e a diminuição resulta objetivamente de determinado evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido, caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

2.3. Instrumentos Financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos

resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

As perdas de imparidade calculadas para Ativos financeiros ao custo amortizado são registadas na demonstração dos resultados na rubrica de “Provisões e perdas de imparidade” quando estimadas. Quando seja estimado que as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores já não existem ou diminuíram, a reversão de imparidade é registada na rubrica “Provisões e perdas de imparidade”.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

(b) Empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 2.3 j).

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica do passivo corrente Empréstimos.

(d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

(e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2020, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

(f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de “Gastos e perdas financeiras” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.6. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

(g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

(h) Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- iii) o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

A eficácia da cobertura é avaliada com base nos critérios críticos (montante, taxa de juro, datas de liquidação de juros, divisa e data de vencimento) do item coberto e do instrumento de cobertura que tendem a ser semelhantes. Isso resulta em uma taxa de hedge próxima a 100%. Mudanças nos critérios críticos do hedge e do item coberto serão continuamente

monitoradas. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, a Empresa pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a Empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração dos resultados.

(i) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

(j) Imparidade de ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas”, “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

2.4. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.5. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes de débitos de fees de gestão às empresas do grupo. O rédito é reconhecido líquido de imposto sobre o valor acrescentado.

2.6. Especialização dos exercícios

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os rendimentos e gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os rendimentos e gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.7. Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.8. Julgamentos e estimativas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Determinação do valor recuperável de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 6);
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões e análise de passivos contingentes;
- c) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- d) Determinação do justo valor de ativos financeiros através de rendimento integral e resultados (Nota 7).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.9. Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

A liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, tendo esta a opção de liquidar os planos em dinheiro, e sendo o valor de cada plano determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecido durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal, linearmente ao longo do período de vencimento da responsabilidade.

2.10. Imposto sobre o rendimento e outros impostos

A partir do exercício de 2014 a Sonae constitui-se como sociedade dominante de um grupo de sociedades tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento a pagar nas suas contas individuais, por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto a recuperar correspondente nas contas individuais igualmente por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando se verifica que o grupo possui expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como rendimento ou gasto do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O montante de imposto reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre o rendimento, ou outro tipo de impostos, com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Empresa trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão devolvidos à Empresa (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pela Empresa, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento da Empresa seja que os mesmos irão ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros.

2.11. Transações com entidades relacionadas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os rendimentos ou gastos decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 24.

3. Gestão de Risco Financeiro

3.1. Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

3.2. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias. Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas

responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfolio (venda de participações), mas nessas situações excepcionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

3.3. Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2020, o total da dívida bruta era de 829 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2019 era de 688 milhões de euros) (nota 21), excluindo a dívida obtida junto de empresas do grupo.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade

corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2020 a maturidade média da dívida da Sonae, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas do longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, era de aproximadamente 3,8 anos (em 31 de dezembro de 2019 era de 3,2 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 647,0 milhões de euros de linhas de crédito contratadas (489,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019). A 31 de dezembro de 2020, o montante de empréstimos com vencimento em 2021 é de 87,7 milhões de euros (154,6 milhões de euros com vencimento em 2020). Adicionalmente tendo em consideração os montantes utilizados em 31 de dezembro de 2020 encontram-se disponíveis 239,3 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2019 tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 62,8 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2020 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes conforme descrito na nota 14.

A Sonae considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos e investimentos de curto prazo.

3.4. Risco de taxa de juro

3.4.1. Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A maior parte da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos indexados a taxas variáveis às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- A determinação do justo valor das operações de cobertura teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos

ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes;

- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

3.4.2 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas separadas) em 31 de dezembro de 2020 seria inferior em cerca de 5 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2019 seria inferior em cerca de 4,8 milhões euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 75 pontos base superiores, a 31 de dezembro de 2020 não teria impacto (sem impacto em 31 de dezembro de 2019), excluindo o efeito em resultados líquidos.

3.5. Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

3.6. Risco de preço e mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na nota 6.

3.7. Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades de gestão de portfólio, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4. Classes de instrumentos financeiros

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 2.3, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram classificadas como segue:

| 31 dez 2020 | | | | | | |
|--|-------|--------------------------------------|--|---|--|----------------------|
| | Notas | Ativos / passivos a custo amortizado | Ativos / passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral | Ativos / passivos registados ao justo valor através de resultados | Outros ativos / passivos não financeiros | Total |
| Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados | 7 | - | - | 3.000.000 | - | 3.000.000 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 7 | - | 108.604.000 | - | - | 108.604.000 |
| Outros ativos não correntes | 9 | 33.700.000 | - | - | 6.727 | 33.706.727 |
| Ativos não correntes | | 33.700.000 | 108.604.000 | 3.000.000 | 6.727 | 145.310.727 |
| Clientes | 10 | 4.294.728 | - | - | - | 4.294.728 |
| Outras dívidas de terceiros | 11 | 160.396.513 | - | - | - | 160.396.513 |
| Outros ativos correntes | 13 | 1.747.456 | - | - | 702.856 | 2.450.312 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 14 | 147.902 | - | - | - | 147.902 |
| Ativos correntes | | 166.586.599 | - | - | 702.856 | 167.289.455 |
| ATIVOS FINANCEIROS | | 200.286.599 | 108.604.000 | 3.000.000 | 709.583 | 312.600.182 |
| Empréstimos obrigacionistas | 19 | 277.156.160 | - | - | - | 277.156.160 |
| Empréstimos bancários | 19 | 464.563.178 | - | - | - | 464.563.178 |
| Passivos não correntes | | 741.719.338 | - | - | - | 741.719.338 |
| Empréstimos bancários | 19 | 87.733.724 | - | - | - | 87.733.724 |
| Fornecedores | 20 | 1.575.023 | - | - | - | 1.575.023 |
| Empréstimos obtidos de empresas do grupo | 21 | 270.991.557 | - | - | - | 270.991.557 |
| Outras dívidas a terceiros | 22 | 40.523.871 | - | - | - | 40.523.871 |
| Outros passivos correntes | 23 | - | - | - | 5.251.033 | 5.251.033 |
| Passivos correntes | | 400.824.175 | - | - | 5.251.033 | 406.075.208 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | | 1.142.543.513 | - | - | 5.251.033 | 1.147.794.546 |

| 31 dez 2019 | | | | | | |
|--|-------|--------------------------------------|--|--|--|----------------------|
| | Notas | Ativos / passivos a custo amortizado | Outros ativos / passivos não financeiros | Outros ativos / passivos não financeiros | Outros ativos / passivos não financeiros | Total |
| Outros ativos não correntes | 9 | 1.000.000 | - | - | 2.162 | 1.002.162 |
| Ativos não correntes | | 1.000.000 | - | - | 2.162 | 1.002.162 |
| Clientes | 10 | 1.185.864 | - | - | - | 1.185.864 |
| Outras dívidas de terceiros | 11 | 436.283.847 | - | - | - | 436.283.847 |
| Outros ativos correntes | 13 | 1.814.600 | - | - | 579.065 | 2.393.665 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 14 | 121.047 | - | - | - | 121.047 |
| Ativos correntes | | 439.405.358 | - | - | 579.065 | 439.984.423 |
| ATIVOS FINANCEIROS | | 440.405.358 | - | - | 581.227 | 440.986.585 |
| Empréstimos obrigacionistas | 19 | 208.831.051 | - | - | - | 208.831.051 |
| Empréstimos bancários | 19 | 324.853.391 | - | - | - | 324.853.391 |
| Passivos não correntes | | 533.684.442 | - | - | - | 533.684.442 |
| Empréstimos bancários | 19 | 154.581.858 | - | - | - | 154.581.858 |
| Fornecedores | 20 | 675.040 | - | - | - | 675.040 |
| Empréstimos obtidos de empresas do grupo | 21 | 487.157.000 | - | - | - | 487.157.000 |
| Outras dívidas a terceiros | 22 | 60.764.122 | - | - | - | 60.764.122 |
| Outros passivos correntes | 23 | - | - | - | 4.020.414 | 4.020.414 |
| Passivos correntes | | 703.178.020 | - | - | 4.020.414 | 707.198.434 |
| PASSIVOS FINANCEIROS | | 1.236.862.462 | - | - | 4.020.414 | 1.240.882.876 |

5. Alterações de políticas contabilísticas

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas com impacto relevante nas demonstrações financeiras ou erros materiais de exercícios anteriores.

6. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (líquido de imparidades) era o seguinte:

| Empresa | % de detenção | 31 dez 2020 | | | | Imparidade/ (reversão) reconhecida no exercício (Nota 27) | Saldo final |
|---|---------------|---------------|-------------|---------------|--------------|---|-------------|
| | | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | | | |
| Sonae Holdings, SA | 100,00% | 1.742.696.545 | 21.626.000 | - | (25.267.455) | 1.739.055.090 | |
| Sonae Investments, BV | 100,00% | 835.700.000 | 143.169.000 | - | - | 978.869.000 | |
| Sonae Sierra SGPS, SA | 70,00% | 746.049.989 | - | (49.681.292) | (76.602.778) | 619.765.919 | |
| Sonae MC, SGPS, SA | 35,03% | 630.473.741 | - | - | - | 630.473.741 | |
| Sontel, BV | 35,87% | 333.792.099 | 31.284.000 | - | 13.096.055 | 378.172.154 | |
| Sonaeacom, SGPS, SA | 26,02% | 111.098.825 | - | - | - | 111.098.825 | |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | 50,00% | 76.047.995 | 7.999.505 | (84.047.500) | - | - | |
| SFS - Sonae Financial Services, IME, SA | 100,00% | 45.700.000 | 15.000.000 | - | - | 60.700.000 | |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | 100,00% | 52.203.468 | - | - | - | 52.203.468 | |
| Mktplace Comércio Eletrónico, SA | 50,00% | 5.015.127 | 2.678.379 | - | - | 7.693.506 | |
| Sonae Corporate, SA | 100,00% | 6.062.634 | - | - | - | 6.062.634 | |
| Sonae FS, SA | 100,00% | 4.049.800 | - | - | - | 4.049.800 | |
| Sonae RE, SA | 99,92% | 1.159.739 | - | - | 580.162 | 1.739.901 | |
| SFS - Gestão de Fundos, SGFI, SA | 80,00% | 973.215 | - | - | - | 973.215 | |
| | | 4.591.023.177 | 221.756.884 | (133.728.792) | (88.194.016) | 4.590.857.253 | |

| Empresa | % de detenção | 31 dez 2019 | | | | Imparidade/ (reversão) reconhecida no exercício (Nota 27) | Saldo final |
|---|---------------|---------------|------------|-------------|------------|---|-------------|
| | | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | | | |
| Sonae Holdings, SA | 100,00% | 1.651.171.545 | 24.000.000 | - | 67.525.000 | 1.742.696.545 | |
| Sonae Investments, BV | 100,00% | 835.700.000 | - | - | - | 835.700.000 | |
| Sonae Sierra SGPS, SA | 70,00% | 746.049.989 | - | - | - | 746.049.989 | |
| Sonae MC, SGPS, SA | 35,03% | 630.473.742 | - | - | - | 630.473.742 | |
| Sontel, BV | 35,87% | 316.995.099 | - | - | 16.797.000 | 333.792.099 | |
| Sonaeacom, SGPS, SA | 26,02% | 111.098.824 | - | - | - | 111.098.824 | |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | 50,00% | 76.047.995 | - | - | - | 76.047.995 | |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | 100,00% | 48.455.868 | 3.747.600 | - | - | 52.203.468 | |
| SFS - Sonae Financial Services, IME, SA | 100,00% | 45.700.000 | - | - | - | 45.700.000 | |
| Sonae Corporate, SA | 100,00% | 6.062.634 | - | - | - | 6.062.634 | |
| Mktplace Comércio Eletrónico, SA | 50,00% | 1.389.604 | 3.625.523 | - | - | 5.015.127 | |
| Sonae FS, SA | 100,00% | - | 4.049.800 | - | - | 4.049.800 | |
| Sonae RE, SA | 99,92% | 760.059 | 399.680 | - | - | 1.159.739 | |
| SFS - Gestão de Fundos, SGFI, SA | 80,00% | 973.215 | - | - | - | 973.215 | |
| Arat Inmuebles, SAU | - | 1.827.149 | - | (1.827.149) | - | - | |
| | | 4.472.705.724 | 35.822.603 | (1.827.149) | 84.322.000 | 4.591.023.177 | |

A diminuição ocorrida no investimento n Sonae Sierra resulta do reconhecimento como retorno de capital investido a quota parte dos dividendos atribuíveis à participação adquirida em 2019.

Os principais indicadores financeiros das empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos podem ser resumidos como segue:

| Empresa | 31 dez 2020 | | | |
|---|---------------|---------------|-----------------|--------------------------------|
| | Ativo | Passivo | Capital Próprio | Resultado líquido do exercício |
| Sonae Holdings, SA | 1.924.822.981 | 285.281.890 | 1.639.541.090 | (56.381.757) |
| Sonae Investments, BV | 792.629.721 | 27.411.213 | 765.218.508 | 210.665.228 |
| Sonae Sierra SGPS, SA a) | 1.231.032.290 | 414.837.747 | 816.194.545 | (46.394.332) |
| Sonae MC, SGPS, SA a) | 4.170.500.063 | 3.326.734.888 | 843.765.175 | 148.434.072 |
| Sontel, BV | 1.219.553.842 | 190.653.540 | 1.028.900.302 | 22.963.749 |
| Sonaecom, SGPS, SA a) | 1.247.490.793 | 132.990.511 | 1.114.500.282 | 58.718.828 |
| SFS - Sonae Financial Services, IME, SA | 62.519.727 | 40.522.840 | 21.996.887 | 300.047 |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | 76.093.679 | 36.120.169 | 39.973.510 | 3.227.172 |
| Mktplace Comércio Eletrônico, SA | 9.564.986 | 3.608.053 | 5.956.933 | (4.633.969) |
| Sonae Corporate, SA | 14.483.180 | 1.113.445 | 13.369.735 | 10.044.601 |
| Sonae FS, SA | 4.270.930 | 300 | 4.270.630 | 192.508 |
| Sonae RE, SA | 2.363.340 | 622.046 | 1.741.294 | 475.247 |
| SFS - Gestão de Fundos, SGFI, SA | 1.906.306 | 427.602 | 1.478.704 | 228.260 |

a) Demonstrações financeiras consolidadas.

| Empresa | 31 dez 2019 | | | |
|---|---------------|---------------|-----------------|--------------------------------|
| | Ativo | Passivo | Capital Próprio | Resultado líquido do exercício |
| Sonae Holdings, SA | 1.990.664.918 | 316.368.071 | 1.674.296.848 | 57.558.820 |
| Sonae Investments, BV | 892.200.845 | 29.647.564 | 862.553.280 | 172.215.067 |
| Sonae Sierra SGPS, SA a) | 2.383.311.225 | 817.267.227 | 1.566.043.995 | (75.555.970) |
| Sonae MC, SGPS, SA a) | 4.055.844.318 | 3.281.038.440 | 774.805.878 | 137.892.389 |
| Sontel, BV | 1.092.605.704 | 173.896.152 | 918.709.552 | 34.869.383 |
| Sonaecom, SGPS, SA a) | 1.203.001.482 | 130.489.063 | 1.072.512.419 | 31.244.530 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | 184.054.186 | 10.822.420 | 173.231.766 | 9.409.235 |
| SFS - Sonae Financial Services, IME, SA | 16.193.837 | 9.496.997 | 6.696.840 | 778.539 |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | 72.225.392 | 35.479.054 | 36.746.338 | 183.804 |
| Mktplace Comércio Eletrônico, SA | 8.163.320 | 2.929.179 | 5.234.140 | (3.839.478) |
| Sonae Corporate, SA | 84.819.212 | 81.494.077 | 3.325.134 | (3.573.852) |
| Sonae FS, SA | 4.078.564 | 442 | 4.078.122 | 27.649 |
| Sonae RE, SA | 2.123.198 | 834.769 | 1.288.429 | (79.058) |
| SFS - Gestão de Fundos, SGFI, SA | 1.774.192 | 402.777 | 1.371.415 | 134.413 |

a) Demonstrações financeiras consolidadas.

Os testes de imparidade aos investimentos financeiros são efetuados nos termos da política contabilística referida em 2.2 e com base na avaliação dos ativos das subsidiárias efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados para a avaliação das participações financeiras detidas podem ser resumidos como segue:

| Empresa | Método | Período | 31 dez 2020 | | | Cotação |
|---|-------------------|-----------|------------------|-------------------------------------|--|---------|
| | | | Taxa de desconto | Taxa de crescimento na perpetuidade | Taxa de crescimento médio das receitas | |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | Valor de uso | 2021-2025 | 10% | 0,00% | 10,00% | --- |
| SFS - Sonae Financial Services, IME, SA | Valor de uso | 2021-2025 | 10% | 0,50% | 25,00% | --- |
| Sonae FS, SA | Capitais Próprios | --- | --- | --- | --- | --- |

| Empresa | Método | Período | 31 dez 2019 | | | Cotação |
|---|-------------------|-----------|------------------|-------------------------------------|--|----------|
| | | | Taxa de desconto | Taxa de crescimento na perpetuidade | Taxa de crescimento médio das receitas | |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | Valor de uso | 2020-2024 | 10% | 0,00% | 0,19% | --- |
| SFS - Sonae Financial Services, IME, SA | Valor de uso | 2020-2024 | 10% | 0,50% | 3,00% | --- |
| Sonae FS, SA | Capitais Próprios | --- | --- | --- | --- | --- |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo | Cotações UP's | --- | --- | --- | --- | 890,8526 |

Os pressupostos utilizados, para as restantes participações financeiras, correspondem genericamente aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e de avaliação de ativos imobiliários que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas de imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|------------------------|--------------------|--------------------|
| Sonae Holdings, SA | 161.852.455 | 136.585.000 |
| Sonae Sierra, SGPS, SA | 76.602.778 | - |
| Sontel, BV | 58.752.945 | 71.849.000 |
| Sonae RE, SA | 2.331.838 | 2.912.000 |
| | 299.540.016 | 211.346.000 |

A Sonae Holdings, SA é uma sociedade que tem por objeto social a gestão de participações sociais, sendo o seu portefólio composto por empresas que operam nos setores da eletrónica, moda e retalho.

No dia 4 de abril de 2020, a subsidiária SONAECOM foi informada pela sua participada ZOPT da comunicação por esta recebida do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa ('Tribunal') de proceder ao arresto preventivo de 26,075% do capital social da NOS, correspondente a metade da participação social na NOS detida pela ZOPT e, indiretamente, pelas empresas Unitel International Holdings, BV e Kento Holding Limited", controladas pela Sra. Eng^a Isabel dos Santos. Nos termos da referida comunicação, as ações arrestadas (134.322.268,5 ações) ficariam privadas do exercício de direito de voto e do direito a receber dividendos, devendo estes últimos ser depositados na Caixa Geral de Depósitos, S.A. à ordem do Tribunal. A outra metade da participação da ZOPT no capital social da NOS, correspondente a idêntica percentagem de 26,075% — e que, pelo menos em linha com o critério utilizado pelo Tribunal, corporiza os 50% detidos na ZOPT pela SONAECOM — não foi objeto do arresto, nem os direitos que lhe são inerentes foram alvo de qualquer limitação.

É entendimento dos conselhos de administração da ZOPT e da SONAECOM que a medida de arresto decretada é ilegítima e ofende diversos direitos fundamentais da ZOPT – terceira em relação ao arresto decretado -, não tendo qualquer fundamento jurídico, não sendo legalmente passível de determinar a privação de direitos de voto, nem sequer de inibir o titular das ações arrestadas de continuar a exercer esses direitos, privação essa que se entende por isso, ser nula e de nenhum efeito. Neste sentido, a ZOPT deduziu embargos de terceiros.

No dia 12 de junho de 2020, foi a ZOPT notificada do despacho proferido pelo Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa, que a autoriza a exercer o direito de voto correspondente aos 26,075% do capital social da NOS preventivamente arrestados à ordem do referido Tribunal. Esta notificação reforça o entendimento dos Conselhos de Administração da ZOPT e da Sonae com, segundo o qual as condições de controlo da ZOPT sobre a NOS estão cumpridas, e que aquela medida não terá efeitos materiais no controlo desta empresa.

Ainda no mês de junho de 2020, o Juiz de Instrução rejeitou os embargos de terceiro deduzidos pela ZOPT com fundamento em incompetência dos tribunais portugueses para os apreciar e decidir, decisão essa que, tendo sido objeto de recurso pela ZOPT, foi revogada pelo Tribunal da Relação, já em 2021, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos, designadamente a pronúncia judicial sobre os embargos/arresto.

A 19 de agosto a Sonaecom comunicou a intenção dos acionistas da ZOPT (a própria Sonaecom, a Unitel International Holdings, BV e a Kento Holding Limited) em liquidar a sociedade, mantendo-se a Sonaecom como acionista de referência da NOS. À data ainda não foram promovidas as diligências para a dissolução da ZOPT.

No último trimestre de 2020, foi ainda decretado o arresto de 32,65% do capital da ZOPT detido pela UNITEL, com privação do exercício do direito de voto e do direito a receber dividendos, e 124.234.675 ações da ZOPT detidas pela KENTO, igualmente com privação do exercício do direito de voto e do direito a receber dividendos. Adicionalmente, em janeiro de 2021, a ZOPT foi ainda notificada pela Caixa Geral de Depósitos (C.G.D.), na qualidade de entidade beneficiária do penhor das ações detidas pela Kento na ZOPT, referindo estar investida da faculdade de exercer os direitos de voto inerentes às Ações, e todos os demais direitos inerentes, e de que a Kento estava privada de exercer tais direitos sem a autorização prévia, expressa e por escrito da CGD. É entendimento do Conselho de Administração da ZOPT, que sempre que não esteja em causa a tutela do valor económico das ações, no exercício dos direitos de voto, a C.G.D. como credor pignoratício da Kento, deverá atuar de acordo com as instruções desta, o que significa votar no sentido definido pela Kento.

Apesar dos factos acima descritos considerando que, não foram ainda tomadas quaisquer diligências para a dissolução da ZOPT, que não houve qualquer alteração do conselho de administração da ZOPT e, que as decisões sobre a atividade operacional da sociedade investida continuam a ser tomadas em conformidade com o que vinha a ser efetuado, concluímos que o perfil de controlo conjunto sobre a ZOPT não sofreu alterações.

7. Ativos financeiros ao justo valor

7.1 Justo valor através de outro rendimento integral

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Investimentos Financeiros a Justo Valor através de Outro Rendimento Integral é relativa à aquisição de 38.000.000 de ações representativas de 7,38% do capital social e direitos de voto da NOS pelo valor de 136.420.000 euros. A 31 de dezembro de 2020 a referida participação foi valorizada com base na cotação à data, tendo o diferencial de valor sido registado em "Outro rendimento integral". Este investimento encontra-se valorizado ao justo valor classificado no nível 1 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor de acordo com a política descrita na Nota 2.1.

7.2 Justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Investimentos Financeiros a Justo Valor através de Resultados inclui o investimento de 3.000.000 euros representativo de 10% do capital no fundo de investimentos Bright Tech Innovation I, constituído em junho de 2020.

8. Ativos e passivos por impostos diferidos

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|-------------------------------|------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Ativos | Passivos | Ativos | Passivos |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 3.754.994 | - | 10.282.824 | - |
| Direitos de uso | 123.445 | 122.961 | 162.762 | 167.456 |
| Benefícios fiscais | 2.475.000 | - | - | - |
| Outros | 315.849 | - | 257.083 | - |
| Saldo final | 6.669.288 | 122.961 | 10.702.669 | 167.456 |

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi como segue:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|---|-------------|----------|-------------|----------|
| | Ativos | Passivos | Ativos | Passivos |
| Saldo inicial | 10.702.669 | 167.456 | 10.232.104 | 85.727 |
| Efeito em resultados: | | | | |
| Prejuízos fiscais reportáveis | (626.257) | - | (684.119) | - |
| Pagamento baseado em ações | 58.766 | - | 257.083 | - |
| Contratos de locação | (39.317) | (44.495) | 82.783 | 81.729 |
| Benefícios Fiscais - Sifide (Nota 11) | 2.475.000 | | | |
| | 1.868.192 | (44.495) | (344.253) | 81.729 |
| Efeito em balanço: | | | | |
| Registo/(reversão) de prejuízos fiscais decorrentes aplicação RETGS | (5.901.573) | - | 814.818 | - |
| Saldo final | 6.669.288 | 122.961 | 10.702.669 | 167.456 |

De acordo com a legislação fiscal portuguesa os prejuízos fiscais do Grupo Fiscal para os quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos reportáveis são como segue:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|-----------------|-----------------|---------------------------|-----------------|---------------------------|
| | Prejuízo fiscal | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Data limite de utilização |
| Gerados em 2016 | - | - | 18.341.757 | 2028 |
| Gerados em 2017 | - | - | 17.328.946 | 2022 |
| Gerados em 2018 | - | - | 13.295.127 | 2023 |
| Gerados em 2019 | 17.880.924 | 2026 | - | - |
| | 17.880.924 | | 48.965.830 | |

9. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe dos “Outros ativos não correntes” é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------|-------------|
| Empréstimos concedidos a empresas do grupo: | | |
| Sonae Investments, BV (Nota 25) | 32.700.000 | - |
| Outros devedores: | | |
| MDS, SGPS, SA (Nota 25) | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Fundo de compensação do Trabalho | 6.727 | 2.162 |
| | 33.706.727 | 1.002.162 |

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo em 31 de dezembro de 2020 vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, têm uma natureza de longo prazo, e o seu justo valor é similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos não correntes vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea j) da Nota 2.3.

10. Clientes

O saldo de clientes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 respeita exclusivamente à prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades nas quais a Empresa tem participação no capital (Nota 25).

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade.

11. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe das Outras dívidas de terceiros, é o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Empresas do grupo | | |
| Fashion Division, SA | 72.334.000 | - |
| Sonae Holdings, SA | 27.037.000 | 309.245.000 |
| SFS - Financial Services, IME, SA | 26.230.000 | - |
| Bright Brands SportsGoods, SA | 1.246.000 | - |
| Infofield - Informática, SA | 839.000 | - |
| Halfdozen Real Estate, SA | 80.000 | 2.503.000 |
| Sonae Corporate, SA | - | 79.935.000 |
| Empréstimos | 127.766.000 | 391.683.000 |
| Sonae Investments, BV | - | 183.011 |
| Juros | - | 183.011 |
| Impostos - RETGS | 32.130.400 | 43.332.504 |
| Outros devedores | 500.113 | 1.085.332 |
| | 160.396.513 | 436.283.847 |

O montante registado na rubrica Impostos – RETGS corresponde ao imposto a receber apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, das quais a Empresa é a sociedade dominante.

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

12. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de imposto sobre o rendimento tinha a seguinte composição:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Imposto sobre o rendimento | 7.878.219 | 2.226.422 |
| Imposto de exercícios anteriores | 8.543.879 | 19.272.347 |
| | 16.422.098 | 21.498.769 |

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica Imposto sobre o rendimento refere-se à estimativa de imposto do exercício deduzida dos pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta, pagamentos especiais por conta e retenções na fonte em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A rubrica Imposto de exercícios anteriores refere-se a imposto a recuperar relativo a exercícios anteriores, o qual não foi ainda reembolsado pela autoridade tributária.

O montante do imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser detalhado como segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|------------------|--------------------|--------------------|
| Imposto corrente | (1.912.687) | (3.296.443) |
| Imposto diferido | (1.058.632) | 425.982 |
| | (2.971.319) | (2.870.461) |

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como se segue:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|--------------|--------------|
| Resultado antes de imposto | 72.293.976 | 185.612.625 |
| Taxa teórica de imposto | 21% | 21% |
| Imposto teórico | 15.181.735 | 38.978.651 |
| Resultados não tributados | | |
| Dividendos não sujeitos a tributação | (33.032.320) | (24.368.924) |
| (Mais)/Menos valias não tributadas | (328.883) | 299.227 |
| (Reversão) /Perdas de imparidade | 18.520.743 | (17.707.620) |
| Outros | | |
| Efeito da constatação/reversão imp. Diferidos (Nota 8) | (2.475.000) | - |
| Excesso de estimativa de imposto | (785.219) | (450.273) |
| Derrama | (115.175) | - |
| Tributação autónoma | (35.570) | (26.273) |
| Outros | 98.370 | 404.751 |
| Imposto do exercício | (2.971.319) | (2.870.461) |

13. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o valor registado na rubrica outros ativos correntes corresponde fundamentalmente, a acréscimos de rendimentos relativos à especialização de juros de empréstimos concedidos e de comissões de fianças prestadas a participadas.

14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Numerário | 2.004 | 1.244 |
| Depósitos bancários | 145.898 | 119.803 |
| Caixa e equivalentes de caixa no balanço | 147.902 | 121.047 |
| Descobertos bancários | (9.868.724) | (1.242.786) |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa | (9.720.822) | (1.121.739) |

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de "Empréstimos bancários", nota 18.

15. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,8528% das ações representativas do capital social da Sociedade.

16. Reservas legais

A legislação comercial portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da "reserva legal" até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

17. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|---------------|---------------|
| Reservas livres | 1.350.970.878 | 1.264.252.966 |
| Impactos da adoção da IFRS 16 | - | (7.418) |
| Responsabilidade por pagamento baseado em ações (Nota 18) | 1.403.771 | 1.142.589 |
| Justo valor das ações NOS (Nota 7.1) | (27.816.000) | - |
| | 1.324.558.649 | 1.265.388.137 |

Os movimentos ocorridos em 2020 e em 2019 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem o justo valor à data da atribuição dos planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

18. Responsabilidade por pagamento baseado em ações

A Sonae concedeu em 2020 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade e na nota 2.9, prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir com desconto, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os planos em aberto são os seguintes:

| | Período de diferimento | | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|------------|------------------------|--------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Data de atribuição | Data de vencimento | Nº participantes | Nº de ações | Nº participantes | Nº de ações |
| Plano 2016 | 2017 | 2020 | - | - | 6 | 622.075 |
| Plano 2017 | 2018 | 2021 | 5 | 470.374 | 6 | 536.210 |
| Plano 2018 | 2019 | 2022 | 6 | 727.415 | 7 | 721.532 |
| Plano 2019 | 2020 | 2023 | 7 | 916.109 | - | - |

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

| | Data de atribuição | Data de vencimento | À data da atribuição | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|------------|--------------------|--------------------|----------------------|-------------|-------------|
| Plano 2017 | 2018 | 2020 | - | - | 566.088 |
| Plano 2018 | 2019 | 2021 | 294.924 | 311.152 | 487.951 |
| Plano 2019 | 2020 | 2022 | 692.499 | 481.185 | 656.594 |
| Plano 2020 | 2021 | 2023 | 1.029.707 | 606.006 | - |

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

| Em número de ações | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|
| Saldo inicial | 1.879.817 | 1.319.866 |
| Movimento do exercício: | | |
| Atribuídas | 1.065.388 | 456.302 |
| Vencidas | (592.002) | (353.240) |
| Cancelados / Extintos / Ajustados | (239.305) | 456.889 |
| Saldo final | 2.113.898 | 1.879.817 |

| Em valor | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Valor registado em gastos com pessoal do exercício | 772.683 | 479.241 |
| Valor registado em gastos com pessoal em exercícios anteriores | 631.088 | 663.348 |
| | 1.403.771 | 1.142.589 |

19. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|--------------------|--------------------|
| Obrigações Sonae, SGPS 2015/2022 | - | 100.000.000 |
| Obrigações Sonae, SGPS 2016/2023 | - | 60.000.000 |
| Obrigações Sonae, SGPS 2019/2026 | 50.000.000 | 50.000.000 |
| Obrigações Sonae, SGPS 2020/2027 | 160.000.000 | - |
| Obrigações ESG Sonae SGPS, 2020/2025 | 50.000.000 | - |
| Obrigações ESG Sonae SGPS, 2020/2025 | 20.000.000 | - |
| Custos de emissão ainda não amortizados | (2.843.840) | (1.168.949) |
| Empréstimos obrigacionistas | 277.156.160 | 208.831.051 |
| Sonae SGPS - papel comercial | 380.000.000 | 285.000.000 |
| Sonae SGPS - empréstimos bancários | 85.000.000 | 40.000.000 |
| Custos de emissão ainda não amortizados | (436.822) | (146.609) |
| Empréstimos bancários | 464.563.178 | 324.853.391 |
| Empréstimos não correntes | 741.719.338 | 533.684.442 |
| Descobertos bancários (Nota 14) | 9.868.724 | 1.242.786 |
| Sonae SGPS - papel comercial | 67.865.000 | 143.350.000 |
| Sonae SGPS - empréstimos bancários | 10.000.000 | 10.000.000 |
| Custos de emissão ainda não amortizados | - | (10.928) |
| Empréstimos bancários | 87.733.724 | 154.581.858 |
| Empréstimos correntes | 87.733.724 | 154.581.858 |

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe da maturidade dos empréstimos contraídos excluindo instrumentos derivados, era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|----------|---------------|-----------|---------------|-----------|
| | Valor nominal | Juros | Valor nominal | Juros |
| N+1 | 87.733.724 | 7.071.620 | 154.592.786 | 4.651.036 |
| N+2 | 93.000.000 | 6.749.883 | 30.000.000 | 4.038.142 |
| N+3 | 202.000.000 | 5.125.445 | 165.000.000 | 3.111.103 |
| N+4 | 124.500.000 | 3.682.484 | 80.000.000 | 1.785.289 |
| N+5 | 174.500.000 | 2.824.352 | 120.000.000 | 910.368 |
| após N+5 | 151.000.000 | 1.553.176 | 140.000.000 | 777.701 |

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento em 31 de dezembro de 2020.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que, à data do presente reporte, se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para além dos montantes referidos na rubrica caixa e equivalentes de caixa (Nota 14), a Sonae mantinha 239 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria, conforme se segue:

| | 31 dez 2020 | | 31 dez 2019 | |
|--------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Inferior a 1 ano | Superior a 1 ano | Inferior a 1 ano | Superior a 1 ano |
| Montante de linhas contratadas | 127.000.000 | 520.000.000 | 194.750.000 | 295.000.000 |
| Montante de linhas disponíveis | 99.266.276 | 140.000.000 | 52.757.214 | 10.000.000 |

A taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2020 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários utilizados era, em média, 0,98% (0,81% em 31 de dezembro de 2019).

20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe dos fornecedores era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| Fornecedores conta corrente | | |
| Partes Relacionadas | 1.189.304 | 463.428 |
| Outros | 385.719 | 211.612 |
| | 1.575.023 | 675.040 |

21. Empréstimos obtidos de empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de empréstimos obtidos de empresas do grupo era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------|-------------|
| Worten - Equipamentos para o Lar, SA | 147.696.000 | 168.253.000 |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA | 41.692.100 | 40.137.000 |
| Sontel, BV | 31.317.000 | 207.157.000 |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | 29.119.000 | 37.372.000 |
| Sonae Corporate, SA | 14.135.957 | - |
| Sonae FS, SA | 4.065.000 | 4.044.000 |
| Arat Inmuebles, SAU | 2.000.000 | 1.036.000 |
| Sonae RE, SA | 966.500 | 1.103.000 |
| Fashion Division, SA | - | 24.893.000 |
| Infofield - Informática, SA | - | 3.026.000 |
| Bright Brands Sportsgoods, SA | - | 136.000 |
| | 270.991.557 | 487.157.000 |

Os empréstimos obtidos de empresas do grupo vencem juros a taxas indexadas à Euribor.

22. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2029 e 2019 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-------------------|-------------|-------------|
| Empresas do grupo | | |
| Impostos - RETGS | 40.204.860 | 60.560.833 |
| Acionistas | 111.356 | 106.180 |
| Outros | 207.655 | 97.109 |
| | 40.523.871 | 60.764.122 |

O montante registado na rubrica impostos – RETGS corresponde ao imposto a pagar apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, de pagamentos adicionais por conta, de pagamentos especiais por conta e de retenções na fonte, do qual a Empresa é a sociedade dominante.

23. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|------------------------------------|-------------|-------------|
| Credores por acréscimos de gastos: | | |
| Remunerações a liquidar | 1.979.026 | 1.561.227 |
| Juros a liquidar | 1.442.717 | 1.454.293 |
| Fornecimentos e serviços externos | 1.667.185 | 778.432 |
| Outros | 162.105 | 226.462 |
| | 5.251.033 | 4.020.414 |

24. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------|-------------|
| Garantias prestadas: | | |
| por processos fiscais em curso | 198.791.334 | 196.974.371 |
| por processos judiciais em curso | 70.766 | 70.766 |
| Fianças prestadas favor de subsidiárias (a) | 354.018.498 | 354.018.498 |

a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais. Os principais processos para os quais tais fianças foram prestadas encontram-se divulgados a nível das demonstrações financeiras consolidadas.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente aos exercícios de 2007 a 2017. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi constituída provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

25. Entidades relacionadas

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

| Saldos | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Empresas subsidiárias | 37.743.840 | 46.282.261 |
| Empresas controladas conjuntamente | 1.184.801 | 4.890 |
| Outras partes relacionadas | 151.988 | 1.236.808 |
| Contas a receber (Nota 9, 10 e 11) | 39.080.629 | 47.523.959 |
| Empresa mãe | 462.648 | 461.334 |
| Empresas subsidiárias | 41.011.414 | 58.695.393 |
| Empresas controladas conjuntamente | 11.648 | 275 |
| Outras partes relacionadas | 108.738 | 1.861.457 |
| Contas a pagar (Nota 20 e 22) | 41.594.448 | 61.018.459 |
| Empresas subsidiárias | 160.466.000 | 391.683.000 |
| Empréstimos concedidos (Nota 9, 11 e 37) | 160.466.000 | 391.683.000 |
| Empresas subsidiárias | 270.991.557 | 487.157.000 |
| Empréstimos obtidos (Nota 21 e 37) | 270.991.557 | 487.157.000 |

| Transações | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|--|-------------|-------------|
| Empresas subsidiárias | 8.054.835 | 3.710.469 |
| Empresas controladas conjuntamente | 84.180 | 3.975 |
| Outras partes relacionadas | 129.028 | 114.110 |
| Prestação de serviços e outros rendimentos | 8.268.043 | 3.828.554 |
| Empresa mãe | 481.937 | 483.823 |
| Empresas subsidiárias | 2.816.637 | 2.002.634 |
| Empresas controladas conjuntamente | 217.615 | 84.631 |
| Outras partes relacionadas | 177.782 | 35.597 |
| Compras e serviços recebidos | 3.693.971 | 2.606.687 |
| Empresas subsidiárias | 2.485.594 | 2.772.195 |
| Juros auferidos (Nota 28) | 2.485.594 | 2.772.195 |
| Empresa mãe | - | 6.876 |
| Empresas subsidiárias | 2.357.162 | 2.821.926 |
| Juros suportados (Nota 28) | 2.357.162 | 2.828.802 |
| Empresas subsidiárias | 206.978.057 | 116.042.494 |
| Dividendos (Nota 27) | 206.978.057 | 116.042.494 |
| Empresas subsidiárias | 10.373.442 | 1.791.362 |
| Rendimentos unidades de participação (Nota 27) | 10.373.442 | 1.791.362 |
| Empresas subsidiárias | 227.448.094 | 35.427.603 |
| Aquisição de investimentos financeiros/Aumento de capital social (Nota 32) | 227.448.094 | 35.427.603 |

Consideram-se "outras partes relacionadas" todas as subsidiárias, empresas conjuntamente controladas ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., nomeadamente: as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, entre outras, as sociedades pertencentes aos subgrupos dominados pela Sonae MC, SGPS, S.A., Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela Sonaecom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria; e as empresas do grupo Sonae Capital. Os membros do Conselho de Administração são também considerados partes relacionadas.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração atribuída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 tem a seguinte composição:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|------------------------------|-------------|-------------|
| Benefícios de curto prazo | 2.044.695 | 1.593.830 |
| Benefícios com base em ações | 737.234 | 427.500 |
| | 2.781.929 | 2.021.330 |

Em 2020 e 2019 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

Todas as transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

26. Prestações de serviços

Os serviços prestados no exercício de 2020 no montante de 6,9 milhões de euros (2,4 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019) correspondem a serviços partilhados e fee's relativos a marcas prestados às empresas do grupo.

27. Ganhos ou perdas relativas a investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe dos ganhos ou perdas relativas a investimentos era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|-------------------|--------------------|
| Dividendos | 157.296.764 | 116.042.494 |
| Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos | 3.177.641 | (1.432.150) |
| Perdas de imparidade (Nota 6) | (101.870.233) | - |
| Reversão perdas de imparidade (Nota 6) | 13.676.217 | 84.322.000 |
| Rendimentos unidades de participação | 10.373.442 | - |
| | 82.653.831 | 198.932.344 |

28. Ganhos ou perdas financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|---------------------|---------------------|
| Juros suportados: | | |
| Relativos a empréstimos bancários | (3.232.881) | (2.274.875) |
| Relativos a obrigações não convertíveis | (2.370.961) | (2.494.385) |
| Outros | (2.478.408) | (2.828.803) |
| Juros de contratos de locação | (10.191) | (8.130) |
| Variação de justo valor a) | (9.740.989) | - |
| Encargos com emissão de dívida | (2.338.590) | (2.227.803) |
| Outros gastos e perdas financeiras | (190.571) | (174.041) |
| Gastos e perdas financeiras | (20.362.591) | (10.008.037) |
| Juros obtidos | 2.486.229 | 2.772.195 |
| Variação de justo valor a) | 15.879.841 | - |
| Outros | 2 | 27.373 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 18.366.072 | 2.799.568 |

a) Em 2020 foi contratado um derivado financeiro sobre ações da empresa NOS ficando a Sonae exposta às variações do título durante o período do contrato. As variações no valor deste derivado estão registadas nas contas como variações de justo valor. Este derivado encontra-se fechado a 31 de dezembro de 2020.

29. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Trabalhos especializados | 5.930.050 | 3.585.875 |
| Outros fornecimentos e serviços | 1.261.344 | 1.336.017 |
| | 7.191.394 | 4.921.892 |

O valor registado em trabalhos especializados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, diz essencialmente respeito a serviços partilhados prestados por subsidiárias e a consultadoria prestada por entidades externas.

Os montantes registados em outros fornecimentos e serviços em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respeitam essencialmente a gastos com fianças prestadas pela empresa mãe, seguros e deslocações e estadas.

30. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| Remunerações | 6.081.002 | 3.427.935 |
| Encargos sobre remunerações | 967.515 | 429.780 |
| Outros gastos com o pessoal | 720.237 | 217.321 |
| | 7.768.754 | 4.075.036 |

31. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 31 dez 2020 | 31 dez 2019 |
|---|---------------|---------------|
| Resultados | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício) | 75.265.295 | 188.483.086 |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído | 75.265.295 | 188.483.086 |
| Numero de ações | | |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico | 2.000.000.000 | 2.000.000.000 |
| Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis | - | - |
| Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido (Nota 18) | 2.113.898 | 1.879.817 |
| Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado | (926.402) | (790.996) |
| Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído | 2.001.187.496 | 2.001.088.821 |
| Resultado por ação | | |
| Básico | 0,0376326 | 0,0942415 |
| Diluído | 0,0376103 | 0,0941903 |

32. Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 podem ser analisados como segue:

| Empresas | 31 dez 2020 | | |
|---|--|----------------|-------------|
| | Aquisições / (alienações) do exercício | Valor recebido | Valor pago |
| Sonae Holdings, SA | 21.626.000 | - | 21.626.000 |
| Sonae Investments, BV | 143.169.000 | - | 143.169.000 |
| Sonae Sierra SGPS, SA | (49.681.292) | 49.681.292 | - |
| Sontel, BV | 31.284.000 | - | 31.284.000 |
| NOS, SGPS, SA | 136.420.000 | - | 136.420.000 |
| SFS - Financial Services, IME, SA | 15.000.000 | - | 15.000.000 |
| Marketplace - Comércio Eletrónico, SA | 2.678.381 | - | 2.678.381 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede - Compras UP's | 7.999.505 | - | 7.999.505 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede - Rendimento UP's | - | 10.373.442 | - |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | (84.047.500) | 87.225.141 | - |
| Bright Vector I - Fundo Capital de Risco | 3.000.000 | - | 3.000.000 |
| TRS NOS | - | 48.228.457 | 42.089.607 |
| | 227.448.094 | 195.508.332 | 403.266.493 |

| Empresas | 31 dez 2019 | | |
|----------------------------------|--|----------------|-------------------|
| | Aquisições / (alienações) do exercício | Valor recebido | Valor pago |
| Arat Inmuebles, SAU | (395.000) | 395.000 | - |
| Mktplace Comércio Eletrónico, SA | 3.625.523 | - | 3.625.523 |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | 3.747.600 | - | 3.747.600 |
| Sonae FS, SA | 4.049.800 | - | 4.049.800 |
| Sonae Holdings, SA | 24.000.000 | - | 24.000.000 |
| Sonae RE, SA | 399.680 | - | 399.680 |
| | 35.427.603 | 395.000 | 35.822.603 |

33. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como se segue:

| | Empréstimos obtidos | Empresas do grupo |
|--|------------------------|----------------------|
| Saldo 1 de janeiro de 2019 | 606.250.000 | 600.131.390 |
| Recebimentos de empréstimos obrigacionistas | 50.000.000 | - |
| Recebimentos de empréstimos bancários | 4.135.671.000 | - |
| Pagamentos de empréstimos bancários | (4.103.571.000) | - |
| Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas | - | 2.563.376.000 |
| Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas | - | (2.676.350.390) |
| Saldo 1 janeiro de 2020 | 688.350.000 | 487.157.000 |
| Recebimentos de empréstimos obrigacionistas | 230.000.000 | - |
| Pagamentos de empréstimos obrigacionistas | (170.000.000) | - |
| Recebimentos de empréstimos bancários | 3.510.975.000 | - |
| Pagamentos de empréstimos bancários | (3.436.460.000) | - |
| Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas | - | 1.085.398.057 |
| Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas | - | (1.301.563.500) |
| Saldo 31 de dezembro de 2020 | 822.865.000 | 270.991.557 |

34. Dividendos

Relativamente ao exercício de 2020, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0486 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 97.200.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

35. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2021. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

36. Eventos subsequentes

Reforço da posição na Sonae Sierra

Em 5 de março de 2021 a Sonae informou que a Grosvenor comunicou a sua intenção de exercer uma opção de venda sobre 10% das ações detidas da Sonae Sierra, por um valor estimado de 82,16 milhões de euros, o que representa um desconto implícito de cerca de 11% sobre o NAV da Sonae Sierra mais recentemente publicado (setembro de 2020). O exercício irrevogável desta opção de venda está condicionado à confirmação final por parte da Grosvenor na sequência da aprovação das contas consolidadas auditadas da Sonae Sierra para o exercício de 2020. Após a conclusão desta transação, a Sonae passará a deter 80% do capital social e direitos de voto da Sonae Sierra. O principal impacto desta operação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo será a transferência de Reservas de "Interesses que não controlam" para

“Capital Próprio do Grupo”, uma vez que a Sonae já detém uma participação de controlo de 70% na Sonae Sierra.

37. Cumprimento de disposições legais

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Arat Inmuebles, SAU

Bright Brands SportsGoods, SA

Fashion Division, SA

Halfdozen Real Estate, SA

Infofield - Informática, SA

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA

SFS - Financial Services, IME, SA

SFS, Gestão e Consultoria, SA

Sonae Corporate, SA

Sonae FS, SA

Sonae Holdings, SA

Sonae Investments, BV

Sonae RE, SA

Sontel, BV

Worten - Equipamentos para o Lar, SA

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos a receber relativamente as estas operações são como segue:

| | Saldo final |
|-----------------------------------|--------------------|
| Fashion Division, SA | 72.334.000 |
| Sonae Investments, BV | 32.700.000 |
| Sonae Holdings, SA | 27.037.000 |
| SFS - Financial Services, IME, SA | 26.230.000 |
| Bright Brands SportsGoods, SA | 1.246.000 |
| Infofield - Informática, SA | 839.000 |
| Halfdozen Real Estate, SA | 80.000 |
| | 160.466.000 |

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos a pagar relativamente as estas operações são como segue:

| | Saldo final |
|---|-------------|
| Worten - Equipamentos para o Lar, SA | 147.696.000 |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA | 41.692.100 |
| Sontel, BV | 31.317.000 |
| SFS, Gestão e Consultoria, SA | 29.119.000 |
| Sonae Corporate, SA | 14.135.957 |
| Sonae FS, SA | 4.065.000 |
| Arat Inmuebles, SAU | 2.000.000 |
| Sonae RE, SA | 966.500 |
| | 270.991.557 |

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2020 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram 51.100 euros e referem-se exclusivamente a serviços de auditoria.

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

José Manuel Neves Adelino

Margaret Lorraine Trainer

Marcelo Faria de Lima

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Maria Fuencisla Clemares Sempere

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2020 (que evidência um total de 8.148.927.271 euros e um total de capital próprio de 2.439.852.346 euros, incluindo o resultado líquido do período atribuível aos acionista da empresa-mãe de 70.944.578 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, exceto Sonae Sierra

O grupo detém um interesse mensurado pelo método de equivalência patrimonial no valor de 663,0 milhões de euros no empreendimento conjunto ZOPT, o qual controla a NOS, SGPS, SA, que, por sua vez, é detentora de participações nas entidades Angolanas Finstar (detida em 30%, sendo que os restantes 70% detidos pelo outro acionista se encontram arrestados) e ZAP Media (detida em 100% pela Finstar), e na Moçambicana, MSTAR, no valor de cerca de 43 milhões de euros. O grupo detém ainda investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial nas associadas Armilar II, Armilar III e Armilar I+I no valor de 143,9 milhões de euros, as quais, sendo entidades de investimento, têm as suas participações financeiras valorizadas ao justo valor.

Como referido na nota 13.3, durante 2020 e até à data de encerramento de contas, foram conhecidos os seguintes factos envolvendo a ZOPT: i) arresto preventivo de ações representativas de 26,075% do capital da NOS detidas pela ZOPT, com privação do exercício de direitos de voto (posteriormente revertida) e do recebimento de dividendos, no âmbito de um processo judicial envolvendo o parceiro no empreendimento conjunto; ii) arresto preventivo de ações representativas de 50% do capital social da ZOPT, detidas pelo parceiro no empreendimento conjunto; iii) notificação por parte de uma entidade bancária em janeiro de 2021, referindo estar investida do direito de exercer os direitos de voto de ações representativas de 17,35% do capital da ZOPT; e em agosto de 2020, o grupo comunicou a intenção dos acionistas da ZOPT em liquidar a sociedade, não tendo, no entanto, até à data, sido promovidas diligências para a referida dissolução e partilha proporcional dos seus ativos.

Sendo as demonstrações financeiras do empreendimento conjunto e das associadas auditadas por outro auditor: i) obtivemos as referidas demonstrações financeiras e as certificações legais das contas; ii) enviamos instruções de auditoria; iii) interagimos com os respetivos auditores; iv) avaliamos a estratégia e o plano de auditoria, assim como os testes realizados para as rubricas significativas e as conclusões obtidas; e v) validamos igualmente a correta aplicação do método de equivalência patrimonial.

Relativamente aos factos que envolveram o empreendimento conjunto, ZOPT; foram realizados os seguintes procedimentos de auditoria: i) avaliação dos impactos do arresto da participação na Finstar na mensuração do interesse nas entidades angolanas na ZOPT e da razoabilidade dos pressupostos inerentes à referida mensuração; ii) avaliação dos impactos decorrentes da limitação ao recebimento pela ZOPT de dividendos associados a ações representativas de 26,075% do capital da NOS, na mensuração do investimento do grupo no empreendimento conjunto, tendo para o efeito obtido e analisado pareceres dos assessores jurídicos do empreendimento conjunto; iii) avaliação dos impactos do arresto preventivo das ações representativas de 50% do capital da ZOPT detidas pelo parceiro no empreendimento conjunto e da notificação recebida da entidade bancária, na classificação e mensuração deste investimento nas demonstrações financeiras consolidadas; iv) face à decisão de dissolução e a capitalização bolsista da NOS, avaliação da adequação da utilização do valor de uso para determinação da quantia recuperável do empreendimento conjunto; e v) obtenção e revisão do teste de imparidade do referido empreendimento conjunto.

Matérias relevantes de auditoria

Como preconizado na IAS 36, são efetuados testes de imparidade aos referidos investimentos sempre que existam indícios de imparidade, sendo, para o efeito, preparados planos de negócio para determinação da quantia recuperável.

Dada a subjetividade inerente ao modelo de avaliação e incerteza de estimação associada aos pressupostos utilizados na determinação do valor recuperável do empreendimento conjunto e do justo valor das participadas das associadas acima referidas, consideramos a determinação da quantia recuperável dos referidos ativos uma matéria relevante de auditoria.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2.b), 2.22, 13 e 49 das demonstrações financeiras consolidadas.

Síntese da abordagem de auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria ao teste de imparidade do empreendimento conjunto incluíram, entre outros: i) avaliação dos modelos utilizados para determinação do valor recuperável e conformidade com o normativo contabilístico aplicável; ii) avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados nas previsões efetuadas, atendendo às condições de mercado, e à acuidade histórica na elaboração de previsões e orçamentos; iii) reexecução dos cálculos do modelo; e iv) análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos.

Analisamos ainda as divulgações relativas aos empreendimentos conjuntos e associadas.

Imparidade de goodwill, ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a demonstração consolidada da posição financeira inclui goodwill no valor de 670,8 milhões de euros, assim como ativos fixos tangíveis e intangíveis no valor de 1.695,1 milhões de euros e 413,4 milhões de euros, respetivamente, incluindo ativos intangíveis sem vida útil definida no valor de 184,4 milhões de euros, tendo sido registados no período cerca de 29,6 milhões de perdas por imparidade, relativamente a goodwill (9,4 milhões de euros) e ativos tangíveis e intangíveis (20,2 milhões de euros).

O goodwill e os ativos intangíveis sem vida útil definida (marcas) não são amortizados, sendo testados anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade. No caso dos ativos fixos tangíveis e restantes ativos intangíveis, são efetuados testes de imparidade sempre que existam indícios de imparidade.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, quando aplicável: (i) a avaliação dos critérios para determinação das unidades geradoras de caixa dos modelos de avaliação utilizados nos testes de imparidade; (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto, taxas de crescimento e taxas de royalties, no tocante às marcas; (iii) reexecução dos cálculos dos modelos e (iv) análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes.

Relativamente aos ativos imobiliários, os procedimentos de auditoria sobre esta matéria relevante incluíram, entre outros: (i) a obtenção das avaliações externas; (ii) avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos referidos ativos imobiliários, nomeadamente rendas e *yields* utilizados e comparação com o ano anterior, recorrendo, nomeadamente aos nossos peritos internos; e (iii) adequabilidade para uso dos

Matérias relevantes de auditoria

A determinação da quantia recuperável dos referidos ativos efetuada através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o elevado grau de julgamento no apuramento do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico dos referidos negócios. Para a maioria dos seus ativos imobiliários, o Grupo determina o respetivo justo valor através de avaliações de peritos externos, tendo a avaliação do justo valor destes ativos sido igualmente considerada uma matéria relevante de auditoria pelo facto de não existir um mercado ativo, e conseqüentemente requerer um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2 c), 2.3, 2.5, 2.10, 8, 9, 12 e 34 às demonstrações financeiras consolidadas.

Síntese da abordagem de auditoria

referidos critérios na determinação da quantia recuperável para fins das demonstrações financeiras consolidadas.

Analizamos ainda as divulgações relativas a estes testes de imparidade.

Mensuração de propriedades de investimento a justo valor

A 31 de dezembro de 2020, o grupo detém propriedades de investimento, no valor de 319,4 milhões de euros, assim como um conjunto significativo de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas detidos através da subsidiária, Sonae Sierra, no valor de 112,1 milhões de euros e 515,1 milhões de euros, respetivamente, que detêm direta ou indiretamente propriedades de investimento.

As referidas propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor determinado por avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes. Por sua vez, o valor de realização dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas é calculado por referência ao preço estimado de venda tomando por base a valorização a justo valor das propriedades de investimento detidas

As propriedades de investimento apresentadas na demonstração consolidada da posição financeira respeitam à subsidiária Sonae Sierra, cujas demonstrações financeiras consolidadas são auditadas por outro auditor. Para além de obtermos a certificação legal das contas das referidas demonstrações financeiras consolidadas, enviamos instruções de auditoria, interagimos com o respetivo auditor e revimos os papéis de trabalho dos auditores da Sonae Sierra, com enfoque nos procedimentos efetuados e conclusões relativamente à mensuração das propriedades de investimento a 31 de dezembro de 2020, nomeadamente quanto ao impacto da pandemia do Covid 19 nos pressupostos utilizados e à avaliação da competência técnica dos avaliadores e requisitos de independência, tendo verificado a obtenção da confirmação escrita sobre este facto.

Matérias relevantes de auditoria

direta ou indiretamente, igualmente determinado por avaliações realizadas por entidades especializadas ou internamente pela Sonae Sierra no caso das propriedades de investimento localizadas no Brasil, detidas pela associada Aliansce Sonae Shopping Centers, SA, cujo contributo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 ascende a 79,7 milhões de euros.

A determinação do justo valor tem por base a aplicação de metodologias de avaliação de propriedades que utilizam pressupostos relevantes, entre os quais a taxa de desconto e a projeção futura da operação dos centros comerciais. Adicionalmente, como referido na nota 11, as medidas excecionais e temporárias adotadas pelos diversos países durante o ano de 2020 na sequência da pandemia do Covid 19, e, em particular, as medidas de confinamento afetaram a atividade das empresas do perímetro Sonae Sierra, assim como a valorização das suas propriedades de investimento mensuradas a justo valor. Neste contexto de incerteza acrescida, a maioria dos relatórios de avaliação incluem uma incerteza material de avaliação.

A mensuração das propriedades de investimento a justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o elevado grau de julgamento e a complexidade associada à referida mensuração pela incerteza em relação à sua realização futura.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2.b), 2.4, 11 e 13 às demonstrações financeiras consolidadas.

Síntese da abordagem de auditoria

Adicionalmente, para uma amostra de propriedades de investimento, efetuamos os seguintes procedimentos de auditoria: (i) obtenção das avaliações efetuadas por parte das entidades contratadas pelo grupo para o efeito e avaliações efetuadas internamente pela Sonae Sierra, relativamente a algumas propriedades localizadas no Brasil; (ii) análise dos principais pressupostos incluídos nas referidas avaliações, nomeadamente taxas de desconto, *exit cap rates*, taxa de crescimento da receita, variação do rácio de resultado operacional sobre receita e as *yields* implícitas na avaliação, com recurso a peritos internos; e (iii) validação da aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente aos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas.

Analizamos ainda as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Litígios e contingências

Os passivos contingentes divulgados pelo Grupo com referência a 31 de dezembro de 2020, incluem, entre outros, posições fiscais incertas em Portugal a serem alvo de análise por parte dos tribunais competentes, para os quais, à referida data, tinham sido prestadas garantias ou fianças no valor de 1.165,5 milhões de euros, parte das quais relativas a processos em tribunal relativos a liquidações adicionais de Imposto sobre o Valor Acrescentado (534 milhões de euros) e Imposto sobre o rendimento (269 milhões de euros). Encontram-se ainda em curso vários processos de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência no valor de 130,5 milhões de euros, assim como outros processos de contraordenação instaurados pela mesma entidade sem decisões de condenação proferidas à data de encerramento das contas.

A classificação dos litígios e contingências enquanto passivo contingente (apenas divulgados nas notas) ou provisão (em que existe uma obrigação presente e seja provável a saída de recursos), bem como a sua mensuração, foram considerados uma matéria relevante na nossa auditoria, tendo em conta a materialidade dos montantes associados, o elevado grau de julgamento por parte da Gestão, o facto de se tratarem de processos de complexa avaliação e pela imprevisibilidade dos desfechos dos referidos processos, os quais dependem de potenciais desenvolvimentos futuros.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.13, 2.15, 34 e 36 às demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais realizados com o apoio dos nossos peritos fiscais internos, incluíram entre outros: (i) obtenção de uma relação de processos fiscais em curso e respetiva avaliação da probabilidade de desfecho, preparada pelo departamento fiscal corporativo do Grupo, a qual inclui as subsidiárias significativas do Grupo; (ii) obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos a cargo dos consultores jurídicos externos, quando aplicável; tendo reunido com o consultor jurídico encarregue dos processos de contraordenação instaurados pela Autoridade da Concorrência, (iii) para uma amostra de processos fiscais em curso, análise da referida documentação e avaliação das reclamações e contestações efetuadas pelo Grupo, nos casos aplicáveis; (iv) discussão dos pressupostos e argumentos que sustentam a posição da Gestão relativamente aos processos fiscais; e (v) avaliação dos pressupostos assumidos pelo Grupo na classificação da contingência.

Analizamos ainda as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores

O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais com os mesmos. Tais receitas prendem-se com descontos de quantidade obtidos em função das compras aos referidos fornecedores ou montantes relativos a prestação de um serviço em loja, tais como produtos em folheto ou topos, assim como participação de campanhas promocionais de produtos de parceiros, indiretamente associados a processos de compra. Aquelas receitas configuram uma dedução ao preço de compra, pelo que contabilisticamente são deduzidas ao Custo das Vendas ou ao valor dos Inventários.

O reconhecimento da receita relativa à componente serviço acima identificada depende do cumprimento da obrigação de desempenho acordada com o fornecedor, que requer uma análise detalhada dos termos contratuais, estando suportado em sistemas de informação específicos com tipologias definidas de receitas comerciais.

As receitas obtidas junto de fornecedores foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, o volume das transações efetuadas e o facto de a alocação aos inventários na componente serviço envolver processos manuais mais suscetíveis à ocorrência de erros.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.12, 2.19, 17, 21 das demonstrações financeiras consolidadas.

Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise do desenho, implementação e avaliação dos controlos considerados relevantes na área de receitas comerciais (aprovação dos acordos com os fornecedores, sistemas de informação que suportam as referidas operações e os seus cálculos, interfaces de dados); (ii) procedimentos analíticos, nomeadamente quanto a rácios de receita sobre compras, por segmentos de produtos, evolução mensal e comparações com o ano anterior; (iii) para uma amostra de receitas comerciais, análise do suporte documental no sentido de verificar que as mesmas se encontravam devidamente contratualizadas e acordadas com os respetivos fornecedores e validação da adequacidade do tratamento contabilístico dos referidos contratos; (iv) teste à alocação dos descontos obtidos e da receita comercial aos inventários a 31 de dezembro de 2020; (v) validação da correta especialização no final do exercício, nomeadamente através da análise de registos subsequentes efetuados em 2021; e (vi) confirmação externa de uma amostra de saldos de fornecedores e análise da respetiva reconciliação, quando aplicável.

Analizamos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae, SGPS, SA pela primeira vez na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato de 2015-2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2022.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 29 de março de 2021.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 4.927.312.598 euros e um total de capital próprio de 3.778.443.675 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 75.265.295 euros), a demonstração separada dos resultados por naturezas, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração separada das alterações no capital próprio e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal

Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Mensuração de Investimentos Financeiros em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

A Sonae, SGPS, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 4.590,8 milhões de euros, mensuradas a custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais são analisadas a cada data de relato no sentido de serem detetados indicadores de eventuais perdas por imparidade. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado, sendo os mesmos baseados em modelos de fluxos de caixa descontados e avaliação de ativos imobiliários nas participadas detentoras deste tipo de ativos.

Como referido na nota 6, durante 2020 e até à data de encerramento de contas, foram conhecidos os seguintes factos envolvendo o empreendimento conjunto, ZOPT, SGPS, SA, detido direta e indiretamente pelas subsidiárias, Sonaecom, SGPS, SA e Sontel BV: i) arresto preventivo de ações representativas de 26,075% do capital da NOS detidas pela ZOPT, com privação do exercício de direitos de voto (posteriormente revertida) e do recebimento de dividendos, no âmbito de um processo judicial envolvendo o parceiro no empreendimento conjunto; ii) arresto preventivo de ações representativas de 50% do capital social da ZOPT, detidas pelo parceiro no empreendimento conjunto; iii) notificação por parte de uma entidade bancária em janeiro de 2021, referindo estar investida do direito de exercer os direitos de voto de ações representativas de 17,35% do capital da ZOPT; e em agosto de 2020, o grupo comunicou a intenção dos acionistas da ZOPT em liquidar a sociedade, não tendo, no entanto, até à data, sido promovidas diligências para a referida dissolução e partilha proporcional dos seus ativos.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros a apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras e, a existirem: (i) a avaliação dos métodos utilizados para a quantificação do valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, quando aplicável; (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto, taxas de crescimento; (iii) avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos ativos imobiliários, no caso das participadas com ativos imobiliários, nomeadamente rendas e *yields* utilizados e comparação face ao ano anterior; (iv) avaliação do impacto de eventuais passivos contingentes na quantificação do valor recuperável; (v) análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes e (vi) a comparação da quantia recuperável obtida com a quantia escriturada do investimento, quando aplicável, e apreciação da razoabilidade das perdas e reversões por imparidade registadas.

Relativamente aos factos que envolveram o empreendimento conjunto, ZOPT; foram realizados os seguintes procedimentos de auditoria: i) avaliação dos impactos decorrentes da limitação ao recebimento pela ZOPT de dividendos associados a ações representativas de 26,075% do capital da NOS, na mensuração do investimento no empreendimento conjunto e, indiretamente, no valor recuperável do investimento nas respetivas detentoras, tendo para o efeito obtido e analisado pareceres dos assessores jurídicos do empreendimento conjunto; ii) avaliação dos impactos do arresto preventivo das ações representativas de 50% do capital da ZOPT detidas pelo parceiro no empreendimento conjunto e da notificação recebida da entidade bancária na mensuração

Matérias relevantes de auditoria

As avaliações do valor recuperável das referidas participações foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em conta os respetivos montantes e os respetivos impactos nas demonstrações financeiras separadas (perdas por imparidade e reversão de perdas por imparidade no valor de 101,8 milhões de euros e 13,7 milhões de euros), e porque requerem um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas incertas com impacto nas projeções de fluxos de caixa, na avaliação dos impactos de eventuais responsabilidades decorrentes de passivos contingentes com elevado fator de imprevisibilidade, assim como em diferenciais de justo valor de imóveis de algumas participadas com ativos imobiliários.

As divulgações relacionadas são apresentadas nas Notas 2.2, 6 e 27 das demonstrações financeiras separadas.

Síntese da abordagem de auditoria

deste investimento nas detentoras; iii) face à decisão de dissolução da ZOPT e à diferença entre o valor contabilístico e a capitalização bolsista da NOS, avaliação da adequação da utilização do valor de uso para determinação da quantia recuperável do empreendimento conjunto na esfera das detentoras; e iv) obtenção e revisão do teste de imparidade do referido empreendimento conjunto.

Analisamos ainda as divulgações relativas à valorização das participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão e relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais são as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao termo do mandato de 2015-2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2020 para o mandato compreendido entre 2020 e 2022.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 29 de março de 2021.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

29 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

**RELATÓRIO E PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sonae, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da sociedade e das suas participadas, com observância do processo descrito na Recomendação III.6 do Código de Governo das Sociedades do IPCG (doravante “CGS IPCG”) as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, designadamente da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou a eficácia do sistema de controlo interno, incluindo as suas funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, em conformidade com o descrito no CGS IPCG nas suas Recomendações VI.2 a VI.5 e VI.7, em conformidade e no âmbito da sua competência, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com caráter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. e, também, os trabalhos de auditoria no contexto de incerteza causado pela pandemia Covid-19, tendo em consideração a circular aos órgãos de fiscalização de entidades de interesse público, da CMVM, de 18 de dezembro de 2020, sobre a auditoria ao fecho de contas deste exercício. Neste contexto, de destacar a resiliência do Grupo e a capacidade de adaptação às exigências e restrições impostas pela crise pandémica, salvaguardando um salutar desenvolvimento económico e financeiro.

O Conselho Fiscal, em cumprimento do art.º 249.º-A, n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários, na versão introduzida pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, emitiu parecer prévio vinculativo relativamente à revisão da política interna em matéria de transações com partes relacionadas, política essa que foi aprovada pelo Conselho de Administração. No decurso do exercício, as transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadraram-se na atividade corrente da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido identificada a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG I.2.2, I.2.3, I.2.4, I.3.1, I.3.2, I.4.1, I.4.2., I.5.1, III.6 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência), VI.2., VI.3, VI.4, VI.5, VI.7, VII.1.1, VII.2.1., VII.2.2., VII.2.3..

Sendo um órgão, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 3º da Lei 148/2015, integrado maioritariamente por membros independentes e sendo a Presidente um membro independente à luz dos critérios legais e todos profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou vinte reuniões, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae, bem como manteve as adequadas interações com o de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão.
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, n.º 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 29 de março de 2021

O CONSELHO FISCAL

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Manuel Heleno Sismeiro



ANEXOS

**SUPLEMENTO
GRI**

Este Suplemento complementa a informação reportada no Relatório de Gestão.

1. SOBRE O SUPLEMENTO GRI

A informação reportada no Suplemento GRI incide sobre a atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020 da Sonae, Sonae MC - que no seu perímetro integra Sonae RP, Maxmat e Arenal (Tomenider), Sonae Fashion, Worten, Sonae FS, Sonaecom (que inclui a Sonae IM, a área de Media, entre outros) e Sonae Sierra.

Este Suplemento não consolida os dados não financeiros da NOS, empresa da qual a Sonae detém, direta e indiretamente, 33,5% e do Iberian Sports Retail Group (que engloba a SportZone, Sprinter, JD e a Size?) e do qual a Sonae Fashion possui 30%.

À semelhança dos anos anteriores, foi elaborado de acordo com as orientações das Diretrizes de Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (GRI Standards) para o nível "De acordo – Essencial". O reporte da atividade evidencia a nossa atuação ao nível dos Princípios do *United Nations Global Compact* (UNGC) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), respondendo ainda aos requisitos do Decreto-Lei português n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017 e da lei espanhola n.º 11/2018, de 28 de dezembro.

Este Suplemento complementa a informação reportada no capítulo "O nosso Desempenho" do Relatório de Gestão que está estruturado em torno dos cinco eixos de atuação que identificámos como prioritários. Para cada um dos eixos é apresentado o desempenho do Grupo e algumas das iniciativas desenvolvidas. Este Suplemento GRI complementa o reporte feito, com resposta aos respetivos indicadores.

A informação que integra o Suplemento GRI foi submetida a verificação por uma entidade externa – KPMG.

O Nosso Portefólio

| | | | |
|--------------|---|------------------------------------|---|
| 100% |  | SONAE MC | O líder indiscutível no mercado português de retalho alimentar (offline e online) |
| 70% |  | SONAE SIERRA | Especialista internacional no setor imobiliário com uma gama completa de serviços |
| 33,5% |  | NOS* | Um player convergente líder no mercado português de telecomunicações |
| 100% |  | worten | Líder, em Portugal, na área de eletrodomésticos e eletrónica de consumo |
| 30% |  | IBERIAN SPORTS RETAIL GROUP | Um dos maiores retalhistas de desporto com rápido crescimento, na Ibéria (Sprinter, SportZone, JD and Size?) |
| 100% |  | SONAE FASHION | Maior grupo português de moda (Salsa, MO, Zippy e Losan) |
| 100% |  | SONAE FS | Player de serviços financeiros digitais em rápido crescimento em Portugal |
| 90% |  | SONAE IM | Gestor de portefólio ativo com foco em tecnologia de retalho, tecnologia de telecomunicações e cibersegurança |



*Direitos de Voto da NOS são 59,52%

3. TABELA GRI

102 - CONTEÚDOS GERAIS

PERFIL ORGANIZACIONAL

| | | | |
|-------|---------------------|------------|---|
| 102-1 | NOME DA ORGANIZAÇÃO | VERIFICADO | - |
|-------|---------------------|------------|---|

Sonae SGPS

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 102-2 | ATIVIDADES, MARCAS, PRODUTOS E SERVIÇOS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

[O Grupo e os negócios](#)

| | | | |
|-------|---------------------|------------|---|
| 102-3 | LOCALIZAÇÃO DA SEDE | VERIFICADO | - |
|-------|---------------------|------------|---|

A Sonae SGPS, SA tem a sua sede no Lugar de Espido, Via Norte Maia-Portugal.

| | | | |
|-------|---------------------------|------------|---|
| 102-4 | LOCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES | VERIFICADO | - |
|-------|---------------------------|------------|---|

As operações mais significativas encontram-se em Portugal. Mais informação sobre as nossas operações [aqui](#).

| | | | |
|-------|------------------------------|------------|---|
| 102-5 | PROPRIEDADE E NATUREZA LEGAL | VERIFICADO | - |
|-------|------------------------------|------------|---|

[Governo da Sociedade](#)

| | | | |
|-------|-------------------|------------|---|
| 102-6 | MERCADOS SERVIDOS | VERIFICADO | - |
|-------|-------------------|------------|---|

[Onde estamos](#)

| | | | |
|-------|-------------------------|------------|---|
| 102-7 | DIMENSÃO DA ORGANIZAÇÃO | VERIFICADO | - |
|-------|-------------------------|------------|---|

Suplemento GRI | 2. Sonae

102-8

INFORMAÇÃO SOBRE COLABORADORES E OUTROS
TRABALHADORES

VERIFICADO

-

| 2020 N.º de contratos por tipo | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | | | Sonae Sierra | | |
|--------------------------------------|--|---------------|---------------|--------------------------|------------|------------|--------------|------------|------------|
| | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| Contratos permanentes | 10.310 | 21.713 | 32.023 | 566 | 280 | 846 | 370 | 423 | 793 |
| Contratos temporários | 4.568 | 7.818 | 12.386 | 47 | 23 | 70 | 47 | 39 | 86 |
| Contratos termo fixo | - | - | - | - | - | - | 1 | 5 | 6 |
| TOTAL | 14.878 | 29.531 | 44.409 | 613 | 303 | 916 | 418 | 467 | 885 |
| Tempo integral | 11.887 | 21.283 | 33.170 | 613 | 303 | 916 | 418 | 448 | 866 |
| Tempo parcial | 2.991 | 8.248 | 11.239 | 0 | 0 | 0 | | | |
| Tempo parcial Permanente | - | - | - | - | - | - | 0 | 17 | 17 |
| Tempo Parcial Temporária | - | - | - | - | - | - | 0 | 2 | 2 |
| TOTAL | 14.878 | 29.531 | 44.409 | 613 | 303 | 916 | 418 | 467 | 885 |

| 2020 Média de contratos por tipo | Faixa etária | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | | | | | | | | | |
|---|--------------------|--|--------|--------|------------|-------|--------|----------------|--------|--------|---------------|-------|--------|
| | | Permanente | | | Temporário | | | Tempo integral | | | Tempo Parcial | | |
| | | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| <i>Executives</i> | TOTAL | 57 | 13 | 70 | 0 | 0 | 0 | 57 | 13 | 70 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 25 | 7 | 32 | 0 | 0 | 0 | 25 | 7 | 32 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 32 | 6 | 38 | 0 | 0 | 0 | 32 | 6 | 38 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | TOTAL | 579 | 372 | 951 | 0 | 0 | 0 | 579 | 368 | 947 | 0 | 4 | 4 |
| | < 30 anos | 3 | 4 | 7 | 0 | 0 | 0 | 3 | 4 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 417 | 286 | 703 | 0 | 0 | 0 | 417 | 283 | 700 | 0 | 3 | 3 |
| | ≥ 50 anos | 159 | 82 | 241 | 0 | 0 | 0 | 159 | 81 | 240 | 0 | 1 | 1 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | TOTAL | 1.128 | 1.751 | 2.879 | 22 | 76 | 98 | 1.146 | 1.801 | 2.947 | 4 | 26 | 30 |
| | < 30 anos | 100 | 190 | 290 | 12 | 36 | 48 | 112 | 219 | 331 | 0 | 7 | 7 |
| | Entre 30 e 50 anos | 857 | 1.343 | 2.200 | 10 | 38 | 48 | 863 | 1.365 | 2.228 | 4 | 16 | 20 |
| | ≥ 50 anos | 171 | 218 | 389 | 0 | 2 | 2 | 171 | 217 | 388 | 0 | 3 | 3 |
| <i>Technicians & Specialist</i> | TOTAL | 1.081 | 2.092 | 3.173 | 55 | 161 | 216 | 1.132 | 2.220 | 3.352 | 4 | 33 | 37 |
| | < 30 anos | 260 | 536 | 796 | 48 | 113 | 161 | 307 | 644 | 951 | 1 | 5 | 6 |
| | Entre 30 e 50 anos | 723 | 1.330 | 2.053 | 7 | 47 | 54 | 728 | 1.351 | 2.079 | 2 | 26 | 28 |
| | ≥ 50 anos | 98 | 226 | 324 | 0 | 1 | 1 | 97 | 225 | 322 | 1 | 2 | 3 |
| <i>Representatives</i> | TOTAL | 7.436 | 17.368 | 24.804 | 4.480 | 7.540 | 12.020 | 8.933 | 16.729 | 25.662 | 2.983 | 8.179 | 11.162 |
| | < 30 anos | 2.524 | 4.066 | 6.590 | 3.600 | 5.860 | 9.460 | 3.782 | 5.286 | 9.068 | 2.342 | 4.640 | 6.982 |
| | Entre 30 e 50 anos | 3.917 | 10.088 | 14.005 | 826 | 1.552 | 2.378 | 4.178 | 8.961 | 13.139 | 565 | 2.679 | 3.244 |
| | ≥ 50 anos | 995 | 3.214 | 4.209 | 54 | 128 | 182 | 973 | 2.482 | 3.455 | 76 | 860 | 936 |

Nota: A média de contratos por tipo não inclui Go Natural Restauração.

| Média de contratos por tipo 2020 | Faixa etária | Sonaecom (IM & Media) | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|-----------------------|-----|-----|------------|----|----|----------------|-----|-----|---------------|---|---|
| | | Permanente | | | Temporário | | | Tempo integral | | | Tempo Parcial | | |
| | | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T |
| <i>Executives</i> | TOTAL | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | TOTAL | 126 | 39 | 165 | 3 | 1 | 4 | 129 | 40 | 169 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 102 | 33 | 135 | 3 | 1 | 4 | 105 | 34 | 139 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 23 | 6 | 29 | 0 | 0 | 0 | 23 | 6 | 29 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | TOTAL | 438 | 240 | 678 | 44 | 22 | 66 | 482 | 262 | 744 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 161 | 52 | 213 | 27 | 15 | 42 | 188 | 67 | 255 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 232 | 145 | 377 | 17 | 7 | 24 | 249 | 152 | 401 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 45 | 43 | 88 | 0 | 0 | 0 | 45 | 43 | 88 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Technicians & Specialists</i> | TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Representatives</i> | TOTAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Nota: A Sonae Sierra não reporta este indicador.

| 2020 Países com operações por número de colaboradores | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | Sonaecom (IM & Media) | Sonae Sierra | TOTAL |
|--|---|--------------------------|--------------|--------|
| Portugal | 42.083 | 452 | 549 | 43.084 |
| Espanha | 2.265 | 312 | 78 | 2.655 |
| Resto do Mundo | 62 | 152 | 258 | 472 |

| 2020 Países com operações por tipo de contrato | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS and Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | | Total |
|---|--|------------------------|--------|--------------------------|------------------------|-------|
| | Contrato permanente | Contrato temporário | Total | Contrato permanente | Contrato temporário | |
| Portugal | 30.321 | 11.762 | 42.083 | 431 | 21 | 452 |
| Espanha | 1.653 | 612 | 2.265 | 267 | 45 | 312 |
| Resto do Mundo | 50 | 12 | 62 | 148 | 4 | 152 |

Nota: A Sonae Sierra não reporta este indicador.

102-9 CADEIA DE FORNECEDORES VERIFICADO -

Consideramos a Cadeia Fornecimento Sustentável uma dimensão crucial para o nosso desempenho, pois impacta transversalmente todos os eixos de atuação que definimos. Em conjunto com os nossos fornecedores e parceiros pretendemos atuar com base nos princípios do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, ao longo do reporte, fazemos referência à cadeia de fornecimento. Adicionalmente, vide respostas aos indicadores: 204-1; 304-2; 308-1; 407-1; 408-1; 409-1 e 414-1.

102-10 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA ORGANIZAÇÃO E NA CADEIA DE FORNECEDORES VERIFICADO -

Não ocorreram alterações significativas a reportar.

102-11 ABORDAGEM AO PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO VERIFICADO -

Relatório do Governo da Sociedade 2020

102-12 INICIATIVAS EXTERNAS VERIFICADO -

A Sonae subscreve as seguintes políticas e compromissos: Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas; Princípios do *Global Compact* das Nações Unidas; *Paris Pledge for Action*; *Women Initiative* do *European Roundtable of Industrials* (ERT); Carta de Princípio do BCSD Portugal; *CEO Guide For Human Rights*, do WBCSD; Pacto Nacional para o Plástico; Código de Ética e Conduta para Colaboradores Sonae; Código de Conduta para Fornecedores Sonae; Política Ambiental; Política de Sustentabilidade do Pescado; Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO₂ & Alterações Climáticas; Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico; e Plano para a Igualdade de Género. Em junho 2020, a Sonae subscreveu o *Business for Nature's Call to Action* e juntou-se ao *Science Based Targets Network* (SBTN) *Corporate Engagement Program* e apoiou o *Future of Work Leadership Statement* (WBCSD).

102-13 MEMBRO DE ASSOCIAÇÕES VERIFICADO -

[Organizações parceiras](#)

ESTRATÉGIA

| | | | |
|--------|------------------------|------------|---|
| 102-14 | MENSAGEM DO PRESIDENTE | VERIFICADO | - |
|--------|------------------------|------------|---|

Relatório de Gestão 2020 | Mensagem do Presidente e Mensagem da CEO

| | | | |
|--------|---|------------|---|
| 102-15 | PRINCIPAIS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES | VERIFICADO | - |
|--------|---|------------|---|

Relatório de Gestão 2020 | Capítulo Gestão de valor através do modelo de governo

ÉTICA E INTEGRIDADE

| | | | |
|--------|--|------------|---|
| 102-16 | VALORES, PRINCÍPIOS, STANDARDS E NORMAS DE CONDUTA | VERIFICADO | - |
|--------|--|------------|---|

Garantir que toda a nossa atividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos é uma preocupação transversal a todo o Grupo Sonae. Com esse objetivo desenvolvemos o [Código de Ética e de Conduta Sonae](#) que define o padrão ético pelo qual nos pautamos. De forma a assegurar a sua implementação, cumprimento e acompanhamento foi nomeada, pelo Conselho de Administração, uma Comissão de Ética. Mais informação sobre os valores, códigos e princípios da Sonae disponíveis em www.sonae.pt.

GOVERNANCE

| | | | |
|--------|-------------------------|------------|---|
| 102-18 | ESTRUTURA DE GOVERNANCE | VERIFICADO | - |
|--------|-------------------------|------------|---|

Todos os indicadores de *Governance* são respondidos no Relatório de Governo da Sociedade da Sonae. Uma visão geral é apresentada no Relatório de Gestão 2020 no capítulo Gestão de valor através do modelo de governo.

| | | | |
|--------|-----------------------------|------------|---|
| 102-38 | RÁCIOS DE COMPENSAÇÃO ANUAL | VERIFICADO | - |
|--------|-----------------------------|------------|---|

Em 2020, os rácios entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago para a mediana da compensação anual média de todos os colaboradores, exceto o mais bem pago, foi 42,4 na Worten e 6,8 na Arenal.

| | | | |
|--------|---|------------|---|
| 102-39 | RÁCIOS DE AUMENTOS PERCENTUAIS DE COMPENSAÇÃO ANUAL | VERIFICADO | - |
|--------|---|------------|---|

Em 2020, o rácio do aumento percentual da compensação total anual do indivíduo mais bem pago da organização face ao aumento percentual médio da compensação total para todos os colaboradores foi 0 na Worten e -64 na Arenal.

ENVOLVIMENTO COM *STAKEHOLDERS*

102-40 LISTA DOS GRUPOS DE *STAKEHOLDERS* VERIFICADO -

Clientes e Visitantes; Colaboradores; Investidores; Fornecedores; Entidades Reguladoras e Governamentais; Comunidade; Media; Lojistas.

102-41 ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO VERIFICADO -

Na Sonae MC, Sonae Fashion e Worten, 98% do total de colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho. O mesmo não se aplica na Sonae Sierra.

102-42 IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DE *STAKEHOLDERS* VERIFICADO -

A gestão das nossas atividades tem por base as premissas do desenvolvimento sustentável, cujo contributo ultrapassa o valor económico gerado pelos nossos negócios, e que advém diretamente de um conjunto de valores e princípios que orientam a nossa forma de estar. Esta visão só é possível através do estabelecimento de relações duradouras com os nossos *stakeholders*. Para tal, implementámos ferramentas e processos que nos permitem identificar e compreender as suas necessidades e preocupações atuais e futuras.

102-43 ABORDAGEM DE ENVOLVIMENTO COM *STAKEHOLDERS* VERIFICADO -

| | | | |
|---|--|--|---|
| <p>Lojistas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicações Escritas • Reuniões • Formações • Inquéritos de Auscultação | <p>Media</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conferências • Entrevistas • Resposta a questões específicas | <p>Investidores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias Gerais • Relatórios Financeiros Trimestrais • Resposta a Questionários Específicos | <p>Clientes e visitantes</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Websites</i> • <i>Call Centers</i> • Sistemas de Sugestões e Reclamações • Provedor Sonae • Inquéritos de Auscultação • Lojas e Centros Comerciais |
| <p>Fornecedores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portais de Fornecedores • Visitas e Auditorias • Formação Recíproca • Inquéritos de Auscultação • Avaliação de Desempenho | <p>Comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias com Instituições Representativas • Projetos de Envolvimento com as Comunidades • Inquéritos de Auscultação | <p>Colaboradores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudos de Clima Social • Provedor Sonae • Inquéritos de Auscultação • Notícias na Intranet • Publicações Internas • Fóruns e Grupos de Partilha de Conhecimento | <p>Entidades Reguladoras e Governamentais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em diversas • Associações Setoriais |

102-44 PRINCIPAIS QUESTÕES E PREOCUPAÇÕES LEVANTADAS PELOS *STAKEHOLDERS* VERIFICADO -

Em 2020, registámos, analisámos e tratámos cerca de 369 mil reclamações e sugestões relativas aos diversos negócios da Sonae. Disposmos de um Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações que nos permite identificar diversas oportunidades de desenvolvimento e implementar diferentes melhorias e mudanças tanto ao nível do produto como ao nível da operação. Adicionalmente, disponibilizamos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral acesso à [Provedoria da Sonae](#), que assegura e complementa a interação com as diferentes áreas de negócio. Além disso, com o objetivo de ampliar o nosso conhecimento do cliente, utilizamos diferentes tipos de ferramentas e metodologias (medição *Net Promoter Score*, pesquisas de avaliação de satisfação por e-mail, SMS e contato telefónico após o contato do cliente com a marca ou pós-compra, análises de produtos, estudos de mercado), que nos permitem conhecer a

opinião dos mesmos. O feedback recolhido através das diferentes fontes é, por sua vez, incorporado nas decisões estratégicas de cada um dos nossos negócios.

A Sonae Sierra mede regularmente o índice de satisfação dos lojistas e visitantes. Em 2020, os lojistas apresentaram um nível de satisfação de 5, numa escala de 1 a 6, e os visitantes de 4,3, numa escala de 1 a 5.

PRÁTICAS DE REPORTE

| | | | |
|--------|--|------------|---|
| 102-45 | ENTIDADES INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS | VERIFICADO | - |
|--------|--|------------|---|

Suplemento GRI | 1. Sobre o Suplemento GRI

| | | | |
|--------|--|------------|---|
| 102-46 | DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO DO RELATÓRIO E DOS LIMITES DOS TÓPICOS | VERIFICADO | - |
|--------|--|------------|---|

Suplemento GRI | 1. Sobre o Suplemento GRI

| | | | |
|--------|---------------------------|------------|---|
| 102-47 | LISTA DOS TEMAS MATERIAIS | VERIFICADO | - |
|--------|---------------------------|------------|---|

Vide resposta ao indicador 103-1.

| | | | |
|--------|----------------------------|------------|---|
| 102-48 | REFORMULAÇÃO DE INFORMAÇÃO | VERIFICADO | - |
|--------|----------------------------|------------|---|

Nada a reportar.

| | | | |
|--------|-------------------------|------------|---|
| 102-49 | ALTERAÇÕES NO RELATÓRIO | VERIFICADO | - |
|--------|-------------------------|------------|---|

O presente relatório incide sobre a atividade da Sonae SGPS, Sonae MC (que abrange os diferentes formatos do Continente, Note, Make Notes, Well, Dr. Wells, Bagga, Go Natural, Maxmat, Arenal e Sonae RP - Sonae Fashion (MO e Zippy, Salsa e Losan), Worten, Sonae FS, Sonaecom (que inclui a Sonae IM e a área de Media) e Sonae Sierra.

Este relatório não consolida os dados não financeiros da NOS, empresa da qual a Sonaecom detém, direta e indiretamente, 33,5% e do Iberian Sports Retail Group (que engloba a SportZone, Sprinter, JD e a Size?) e do qual a Sonae Fashion possui 30%. Consolida informação referente à Arenal, Worten, Losan e Salsa empresas com atividade em Portugal e Espanha.

O âmbito do indicador “Mulheres em Funções de Liderança” no capítulo “Nosso Desempenho” têm um âmbito diferente do reportado no indicador 405-1. Apenas abrange a Sonae e as suas participadas que possuem targets de igualdade de género definidos e que se regem pela segmentação de funções definida para o Grupo. Estão excluídas as seguintes empresas: Go Natural Restauração, Arenal, Worten Canárias e iServices, MDS, Público & Media, Luis Malheiro e Sierra Polónia.

| | | | |
|--------|--------------------|------------|---|
| 102-50 | PERÍODO DE REPORTE | VERIFICADO | - |
|--------|--------------------|------------|---|

O presente relatório incide sobre a atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.

| | | | |
|--------|--------------------------------|------------|---|
| 102-51 | DATA DO RELATÓRIO MAIS RECENTE | VERIFICADO | - |
|--------|--------------------------------|------------|---|

29 de março, 2020

| | | | |
|--------|---------------------|------------|---|
| 102-52 | CICLO DE RELATÓRIOS | VERIFICADO | - |
|--------|---------------------|------------|---|

Anual

| | | | |
|--------|--|------------|---|
| 102-53 | CONTACTO PARA QUESTÕES SOBRE O RELATÓRIO | VERIFICADO | - |
|--------|--|------------|---|

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação publicada no Suplemento GRI, por favor consulte o website ou entre em contacto com: Catarina Santos. E-mail: CIRSANTOS@sonae.pt Tel: +351 220 104 000

| | | | |
|--------|--|------------|---|
| 102-54 | OPÇÃO “DE ACORDO” COM OS <i>GRI STANDARDS</i> | VERIFICADO | - |
|--------|--|------------|---|

Este relatório foi preparado de acordo com os *Standards* da GRI: opção Essencial.

| | | | |
|--------|------------------------|------------|---|
| 102-55 | ÍNDICE DE CONTEÚDO GRI | VERIFICADO | - |
|--------|------------------------|------------|---|

Presente tabela

| | | | |
|--------|---------------------|------------|---|
| 102-56 | VERIFICAÇÃO EXTERNA | VERIFICADO | - |
|--------|---------------------|------------|---|

A informação não financeira que integra o Relatório de Gestão 2020 foi submetida a verificação por uma entidade externa – KPMG.

DIVULGAÇÕES ESPECÍFICAS

ASPETOS MATERIAIS

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 103-1 | EXPLICAÇÃO DO TEMA MATERIAL E DOS SEUS LIMITES | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Em 2018, procedemos a uma análise de materialidade dos impactos positivos e negativos da nossa atividade. Foi um processo de auscultação robusto que envolveu diferentes *stakeholders* (colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, entidades reguladoras e setoriais, investidores, meios de comunicação e comunidade) e que refletiu sobre o nosso desempenho, estrutura e posicionamento, bem como melhores práticas de mercado e quadro regulatório.

Com base nos temas materiais identificados, nos resultados do ciclo estratégico anterior, nas áreas destacadas a nível setorial, nos compromissos assumidos pela Sonae e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, definimos cinco eixos de ação, que têm vindo a nortear a nossa atividade na construção de um futuro sustentável: CO₂ e mudanças climáticas, natureza e biodiversidade, plástico, desigualdades e desenvolvimento inclusivo e apoio à comunidade. Para mais informações sobre a definição de temas materiais, consulte o [Relatório de Sustentabilidade 2018](#).

Complementarmente, cooperar e interagir de perto com cada um dos nossos *stakeholders* faz parte do dia a dia da Sonae. Para tal, criámos e mantemos uma base diversificada de canais de comunicação, específicos para cada grupo de *stakeholders*, o que nos permite medir continuamente as necessidades e expectativas dos nossos *stakeholders* e, assim, perceber se a análise realizada se mantém atualizada e relevante. O exercício realizado em 2020 permitiu-nos concluir pela adequação da análise da materialidade dos nossos impactos.

Assim, em 2020 continuamos a investir no desenvolvimento dos 5 eixos de ação identificados e dos temas materiais identificados: Investimento Responsável, Cadeia de Fornecimento Sustentável, Desenvolvimento do Capital Humano, Diversidade, Inclusão e Igualdade de Oportunidades, Envolvimento Comunitário, Consumo de Energia, Energias Renováveis e Eficiência Energética, Ecoeficiência, Proteção da Biodiversidade, Impacto de Sacos e Embalagens Plásticas, Gestão de Resíduos, Combate ao Desperdício de Alimentos e Agricultura e Pesca Sustentáveis.

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 103-2 | A FORMA DE GESTÃO E OS SEUS COMPONENTES | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

A Sonae promove várias iniciativas relacionadas com os seus aspetos materiais, divulgados ao longo deste relatório.

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 103-3 | VALOR ECONÓMICO DIRETO CRIADO E DISTRIBUIDO | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

A Sonae realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório.

200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

201: DESEMPENHO ECONÓMICO

| | | | |
|-------|---|---|---|
| 201-1 | VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO | - | - |
|-------|---|---|---|

O valor económico direto gerado e distribuído engloba as seguintes partes: Valor económico gerado (receitas), valor económico distribuído (custos operacionais, salários e benefícios dos colaboradores, pagamentos a investidores, pagamentos ao Estado, donativos e outros investimentos na comunidade) e valor económico acumulado.

Vide Demonstrações Consolidadas dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 201-2 | IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA A ORGANIZAÇÃO DEVIDO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Na sua resposta ao CDP, a Sonae disponibilizou informação detalhada sobre as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas. A avaliação obtida (A), posiciona a Sonae no grupo de empresas líderes a nível global no combate às alterações climáticas. O nosso trabalho para a adoção das diretrizes definidas pela *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD) – uma iniciativa que promove as recomendações para a gestão e divulgação de riscos financeiros associados às mudanças climáticas - ainda está em desenvolvimento. Os impactos financeiros potenciais das alterações climáticas serão estimados e as ações de mitigação para os riscos priorizados serão definidas de acordo com a estrutura desenvolvida pelo *Financial Stability Board*.

| | | | |
|-------|--|---|---|
| 201-3 | PLANOS DE BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA ORGANIZAÇÃO | - | - |
|-------|--|---|---|

A Sonae não dispõe de fundo de pensões.

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 201-4 | BENEFÍCIOS FINANCEIROS SIGNIFICATIVOS RECEBIDOS PELO GOVERNO | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Em 2020 a Sonae recebeu cerca de €55,5 M. Os valores indicados referem-se a montantes recebidos no âmbito de créditos fiscais. De notar que o Governo não faz parte da estrutura acionista da empresa.

202: PRESENÇA NO MERCADO

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 202-2 | PROPORÇÃO DE COLABORADORES PARA CARGOS SENIORES CONTRATADOS LOCALMENTE | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

72% dos gestores de topo da Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS, Worten e Sonaecom são contratados localmente.

Nota: A Sonae Sierra não reporta este indicador.

203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS [ASPETO MATERIAL]

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 203-1 | INFRASTRUCTURE INVESTMENTS AND SERVICES SUPPORTED | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Vide resposta ao indicador 413-1

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 203-1 | IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Vide resposta ao indicador 413-1

204: PRÁTICAS DE COMPRA [ASPETO MATERIAL]

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 204-1 | PROPORÇÃO DE DESPESAS COM FORNECEDORES LOCAIS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

| | 2019 | 2020 |
|---|------|------|
| Percentagem de custos com fornecedores estrangeiros | 19% | 17% |
| Percentagem de custos com fornecedores nacionais | 81% | 83% |

205: ANTI-CORRUPÇÃO

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 205-1 | OPERAÇÕES AVALIADAS QUANTO AO RISCO DE CORRUPÇÃO | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

A Sonae implementa no seu processo de gestão de risco a metodologia *International Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (COSO), que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional. Não tendo sido identificado o risco de corrupção como um risco prioritário para a Sonae SGPS, não foram realizadas avaliações neste sentido. O Código de Conduta da Sonae estabelece um conjunto de princípios e regras relacionados com conflito de interesses, ofertas ou recompensas a colaboradores, com o objetivo de garantir que não influenciam indevidamente a tomada de decisões. Em 2020, não foram reportados casos de corrupção.

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 205-2 | COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO SOBRE POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

O código de Ética e Conduta da Sonae, que inclui as políticas anticorrupção, é comunicado na formação inicial a 100% dos colaboradores. Adicionalmente, a Sonae dispõe de um Código de Ética e Conduta de Fornecedores, que é um anexo aos contratos gerais de fornecimento. Os códigos estão disponíveis no *website* da Sonae.

Em 2020, 2 Órgãos de Governo e 14,206 Colaboradores receberam formação em anticorrupção.

Na Sonae Sierra, “*The Anti-Corruption Guidelines*” tem permitido a sensibilização para a anticorrupção através da formação de colaboradores, realizada no âmbito do programa BEST - *Behavior with Ethics Sierra Training* (41 colaboradores frequentaram o programa em 2020).

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 205-3 | INCIDENTES DE CORRUPÇÃO CONFIRMADOS E AÇÕES TOMADAS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Em 2020 não foram registados casos de corrupção.

300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

301: MATERIAIS [ASPETO MATERIAL]

| | | | |
|-------|---|------------|-------------------------|
| 301-1 | CONSUMO DE MATERIAIS POR PESO OU VOLUME | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|---|------------|-------------------------|

A Sonae visa uma utilização sustentável do consumo de materiais associados à sua cadeia de valor. Para isso, promovemos uma série de iniciativas com fornecedores para selecionar os materiais com uma menor pegada, reduzir o uso desnecessário de materiais, promover a sua reintegração na cadeia de valor no final do seu ciclo de vida (pela sua reutilização ou reciclagem), assegurar a origem das matérias-primas, entre outras. Os materiais reportados são os mais relevantes em peso e volume.

| | | | |
|-------|---------------------------------|------------|-------------------------|
| 301-2 | MATERIAIS RECICLADOS UTILIZADOS | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|---------------------------------|------------|-------------------------|

A resposta a este indicador está na tabela abaixo.

| | | | |
|-------|---|------------|-------------------------|
| 301-3 | PRODUTOS RECUPERADOS E AS SUAS EMBALAGENS | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|---|------------|-------------------------|

A resposta a este indicador está na tabela abaixo:

| 2020 Materiais utilizados p/ produzir e embalar os produtos | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | |
|--|---|---------------------------------------|--|--------------------------|---------------------------------------|
| | Materiais utilizados | Materiais reciclados utilizados | Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens | Materiais utilizados | Materiais reciclados utilizados |
| Plástico (t) ¹ | 27.219 | 4.920 | - | - | - |
| Papel (t) ² | - | - | - | 1.492 | 0 |
| REEE (t) ³ | 0 | 0 | 5.793 | - | - |
| Algodão (t) ⁴ | 4.000 | - | - | - | - |

Notas:

¹ Plástico presente em embalagens, operação e produtos cuja colocação no mercado é da responsabilidade das empresas do Grupo.

² Este indicador é aplicável à Sonaecom (Público)

³ Este indicador é referente ao programa Worten Transforma. Adicionalmente, a UTRAD (Unidade de Tratamento de Itens Depreciados), em atividade desde 2005, incorpora os princípios subjacentes a um modelo de economia circular. Em vez de itens descartados com pequenos defeitos e falhas, a iniciativa visa recuperar itens para vender a preço reduzido nas lojas Outlet. Nos últimos 15 anos, deu uma nova vida a cerca de 735.000 peças de equipamento, 35.160 das quais em 2020.

⁴ Este indicador é aplicável à Sonae Fashion

302: ENERGIA [ASPETO MATERIAL]

| 302-1 | CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO | | VERIFICADO | | CAP. O NOSSO DESEMPENHO | |
|--|---|------------------|-----------------------|---------------|-------------------------|----------------|
| Consumo de energia por fonte | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Combustíveis fósseis – Frota (GJ) | 599.787 | 506.321 | 12.137 | 8.490 | 12.920 | 8.692 |
| Combustíveis fósseis – Instalações (GJ) | 35.170 | 30.251 | 3 | 2 | 140.085 | 118.908 |
| Consumo aquecimento e arrefecimento (Centros Comerciais) (GJ) | 0 | 0 | 0 | 0 | 119.876 | 74.637 |
| Consumo de eletricidade (GJ) | 1.708.380 | 1.684.561 | 5.065 | 3.838 | 460.242 | 297.840 |
| Eletricidade produzida e vendida por cogeração local (GJ) – subtraída ao consumo total | | | | | 30.756 | 28.305 |
| TOTAL | 2.343.337 | 2.221.133 | 17.205 | 12.330 | 702.366 | 471.772 |

| Produção de energia renovável | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|-------------------------------|---|---------------|-----------------------|----------|--------------|----------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Produzida e consumida (GJ) | 23.591 | 42.914 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Produzida e vendida (GJ) | 27.694 | 30.344 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 51.284 | 73.258 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Nota: A Salsa estimou a percentagem de eletricidade produzida e vendida versus a eletricidade produzida e consumida.

| 302-3 | INTENSIDADE ENERGÉTICA | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|---|---|-----------|-----------------------|--------|--------------|-------------------------|
| Intensidade energética | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Consumo total de energia (GJ) | 2.343.337 | 2.221.133 | 17.205 | 12.330 | 702.366 | 471.772 |
| Volume de negócio (M€) | 6.222 | 6.692 | 132,4 | 129,1 | - | - |
| Rácio de intensidade energética (GJ/M€) | 377 | 332 | 130 | 96 | - | - |
| Centros Comerciais - Rácio de intensidade energética (kWh/m ² de áreas comuns) | - | - | - | - | 584 | 445 |

| 302-4 | REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|-------------------------------|--|--|--|------------|-------------------------|
|-------|-------------------------------|--|--|--|------------|-------------------------|

Em 2020, demos continuidade aos esforços de promoção do consumo de energia eficiente e flexível, investindo na instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes, criando as condições necessárias para melhor monitorizar e gerir o consumo de energia e desenvolvendo procedimentos para potenciar o investimento realizado.

| 302-5 | REDUÇÃO NOS REQUISITOS ENERGÉTICOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|---|--|--|--|------------|-------------------------|
|-------|---|--|--|--|------------|-------------------------|

Na área do retalho, a nossa preocupação estende-se, também, aos nossos produtos e como podemos estimular um consumo mais sustentável por parte de nossos clientes. Como resultado de um conjunto diversificado de iniciativas, que vão desde a compra à ações promocionais, em 2020, 97% dos equipamentos (eletrodomésticos, televisores e ar condicionado) vendidos nas nossas lojas (Worten e Maxmat) apresentavam um nível de eficiência $\geq A$.

303: ÁGUA E EFLUENTES

| 303-1 | INTERAÇÕES COM A ÁGUA COMO UM RECURSO COMPARTILHADO | | | | VERIFICADO | - |
|-------|---|--|--|--|------------|---|
|-------|---|--|--|--|------------|---|

A maioria da água consumida nas operações da Sonae está relacionada com o uso humano. Com o objetivo de reduzir o impacto ambiental dos seus negócios, as empresas do Grupo Sonae estão empenhadas em reduzir a sua pegada hídrica, aumentando a eficiência das suas operações, inovando e aproveitando tecnologia para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas. A instalação progressiva de contadores dotados de telemetria que possibilitam uma monitorização mais apurada dos consumos de água são essenciais neste processo. Existem algumas iniciativas que visam a reutilização e reciclagem da água. Entre elas, destacam-se a reutilização de água de lavatórios e de duchas para abastecimento de sanitas e urinóis no *Sonae Business Centre*, na Maia. Adicionalmente, este edifício foi concebido para captação das águas das chuvas para utilização na rega de áreas com jardim. Uma segunda iniciativa de destaque é o Centro de Processamento de Carnes da Sonae, que possui uma instalação para recuperação e reciclagem de parte dos efluentes líquidos produzidos nas instalações. A Sonae não identifica na sua operação direta áreas de stress hídrico relevantes para este relatório.

303-2

GESTÃO DE IMPACTOS RELACIONADOS COM EFLUENTES

VERIFICADO

CAP. O NOSSO
DESEMPENHO

A Sonae não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados nas lojas. Assim, e de acordo com as melhores práticas da Engenharia, assumimos que 80% da água consumida acaba rejeitada como efluente líquido, e os 20% restantes são consumidos.

Relativamente aos destinos, a maioria dos efluentes líquidos produzidos são rejeitados para as redes públicas de águas residuais domésticas, e todas as rejeições de efluentes líquidos para linhas de água naturais são sujeitos a pré-tratamento em instalações dedicadas (ETAR's) e realizada a respetiva monitorização da qualidade.

303-3

CAPTAÇÃO DE ÁGUA

VERIFICADO

-

| 2020 Captação de Água por fonte | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | Sonaecom (IM & Media) | Sonae Sierra |
|---|---|--------------------------|----------------|
| Água de terceiros (m ³) | 833.206 | 2.407 | 472.242 |
| Água subterrânea (m ³) | 189.466 | - | 115.438 |
| Água à superfície e água da chuva (m ³) | 210.051 | - | 19.710 |
| Águas cinzentas (m ³) | - | - | 14.028 |
| Fontes de água diversas (m ³) | - | - | 4.934 |
| TOTAL (m³) | 1.232.722 | 2.407 | 626.352 |

303-4

DESCARGA DE ÁGUA

VERIFICADO

-

| 2020 Volume de efluente por fonte | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | Sonaecom (IM & Media) | Sonae Sierra |
|---|---|--------------------------|----------------|
| Água de terceiros (m ³) | 666.565 | 1.926 | 377.794 |
| Água subterrânea (m ³) | 151.573 | - | 92.351 |
| Água à superfície (m ³) | 168.041 | - | 15.768 |
| Águas cinzentas (m ³) | - | - | 11.222 |
| Fontes de água diversas (m ³) | - | - | 3.947 |
| TOTAL (m³) | 986.179 | 1.926 | 501.082 |

Nota: Quando os dados não estão diretamente disponíveis, a Sonae assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

| 303-5 CONSUMO DE ÁGUA | | VERIFICADO | | - |
|---|---|--------------------------|----------------|---|
| 2020 Consumo de Água por Fonte | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | Sonaecom (IM & Media) | Sonae Sierra | |
| Consumo de água (m ³) | 246.545 | 481,4 | 125.270 | |
| Consumo de água em áreas de stress hídrico (m ³) | - | - | - | |
| TOTAL (m³) | 246.545 | 481,4 | 125.270 | |

Nota: Quando os dados não estão diretamente disponíveis, a Sonae assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

304: BIODIVERSIDADE [ASPETO MATERIAL]

| | | | |
|-------|--|------------|-------------------------|
| 304-1 | INSTALAÇÕES OPERACIONAIS (PRÓPRIAS OU ARRENDADAS) NAS ÁREAS ADJACENTES A ÁREAS PROTEGIDAS E ÁREAS COM ALTO VALOR DE BIODIVERSIDADE FORA DAS ÁGUAS PROTEGIDAS | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|--|------------|-------------------------|

A Sonae não possui instalações em áreas classificadas como zonas de habitats ricos em biodiversidade, na sua operação direta.

| | | | |
|-------|--|------------|-------------------------|
| 304-2 | IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DAS ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS SOBRE A BIODIVERSIDADE | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|--|------------|-------------------------|

Estamos a trabalhar com *Science Based Targets Network* no desenvolvimento de um *framework* comum de ação que pode ser usada por empresas de diferentes setores e regiões geográficas. A sua implementação vai ajudar as empresas a avaliar seus impactos na natureza, definir áreas prioritárias de atuação e realizar ações alinhadas com a ciência.

| | | | |
|-------|------------------------------------|------------|-------------------------|
| 304-3 | HABITATS PROTEGIDOS OU RESTAURADOS | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|------------------------------------|------------|-------------------------|

A Floresta está ameaçada pelos atuais modelos de desenvolvimento e, particularmente em Portugal, exposta aos efeitos das alterações climáticas. O Projeto Floresta Sonae representa um esforço coletivo das Empresas Sonae de restauro e conservação da Floresta Portuguesa. Nos próximos 10 anos, vamos reflorestar mais de 1.100 hectares. Em 2020, os nossos negócios financiaram a reflorestação de 75 hectares, cerca de 93.000 árvores.

A Worten reforçou o esforço com a campanha Troca Eficiente, através da qual a Worten planta uma árvore por cada cliente que compre um eletrodoméstico A++ ou A+++, bem como por qualquer equipamento em fim de vida para reciclagem que seja entregue na loja (ou recolhido das casas). Será financiada a arborização de 15.000 árvores.

Adicionalmente, pelo segundo ano, as Empresas Sonae aderiram à campanha Portugal Chama. Por si. Por todos. Foi concebida para sensibilizar a população sobre os cuidados e requisitos a seguir para minimizar o risco de incêndio e como melhorar a resposta aos incêndios.

305: EMISSÕES [ASPETO MATERIAL]

| 305-1 | EMISSÕES DIRETAS DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA – GEE (ÂMBITO 1) | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO | |
|--|--|--------|-----------------------|------|--------------|-------------------------|--|
| Emissões de âmbito 1 | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | |
| Emissões GEE Totais (Âmbito 1) (t CO ₂ e) | 55.451 | 54.920 | 891 | 622 | 8.976 | 7.938 | |

| 305-2 | EMISSÕES GEE INDIRETAS (ÂMBITO 2) | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO | |
|--|---|--------|-----------------------|------|--------------|-------------------------|--|
| Emissões âmbito 2 por fonte | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | |
| Emissões associadas ao consumo de eletricidade (t CO ₂ e) – <i>market based</i> | 122.316 | 93.124 | 378 | 227 | 5.910 | 4.329 | |
| Emissões associadas ao consumo de eletricidade (t CO ₂ e) – <i>location based</i> | 134.942 | 96.825 | 396 | 227 | - | 14.785 | |
| Emissões associadas ao consumo de eletricidade para a refrigeração de água (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 4.273 | 2.145 | |
| Emissões associadas ao consumo de eletricidade para o aquecimento de água (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 345 | 0 | |
| Emissões GEE Totais (Âmbito 2) (t CO ₂ e) | 122.316 | 93.124 | 378 | 227 | 10.527 | 6.475 | |

305-3

EMISSÕES GEE INDIRETAS (ÂMBITO 3)

VERIFICADO

CAP. O NOSSO
DESEMPENHO

| Emissões âmbito 3 por fonte | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|---|---|--------------|-----------------------|----------|----------------|----------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Emissões associadas a valorização energética (t CO ₂ e) | 192 | 35 | - | - | - | - |
| Emissões associadas a valorização orgânica (t CO ₂ e) | 111 | 103 | - | - | - | - |
| Emissões associadas a aterro sanitário (t CO ₂ e) | 8.608 | 7.603 | - | - | - | - |
| Emissões associadas ao consumo de eletricidade dos lojistas (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 105.583 | 60.118 |
| Emissões associadas a viagens aéreas (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 1.107 | 317 |
| Emissões associadas a viagens de comboio (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 3 | 2 |
| Emissões associadas a estadias de hotel (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 79 | 20 |
| Emissões associadas a viagens de negócio de colaboradores (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 618 | 382 |
| Emissões associadas a materiais (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 22.189 | 19.687 |
| Emissões associadas a visitantes de centros comerciais (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 433.729 | 221.419 |
| Emissões associadas a resíduos (t CO ₂ e) | - | - | - | - | 899 | 2.870 |
| Emissões associadas a distribuição (t CO ₂ e) | - | 1.614 | - | - | - | - |
| Emissões GEE Totais (Âmbito 3) (t CO₂e) | 8.910 | 9.355 | 0 | 0 | 564.207 | 304.813 |

| Emissões totais por âmbito | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|--|---|----------------|-----------------------|------------|----------------|----------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Âmbito 1 (t CO ₂ e) | 55.451 | 54.920 | 891 | 622 | 8.976 | 7.938 |
| Âmbito 2 (t CO ₂ e) | 122.316 | 93.124 | 378 | 227 | 10.527 | 6.475 |
| Âmbito 3 (t CO ₂ e) | 8.910 | 9.355 | 0 | 0 | 564.207 | 304.813 |
| Total de emissões (t CO₂e) | 186.677 | 157.399 | 1269 | 849 | 583.710 | 319.226 |

Notas:

As informações sobre os fatores de conversão e emissão encontram-se ao final da tabela GRI, na seção de notas metodológicas. Para mais informações sobre os fatores de emissão de 2019 e 2020 da Sonae Sierra, consulte o Relatório de Sustentabilidade da Sonae Sierra para os respetivos anos.

| 305-4 | INTENSIDADE DAS EMISSÕES DE GEE | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO | |
|--|---|---------|-----------------------|-------|--------------|-------------------------|--|
| Intensidade de Emissões | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | |
| Emissões totais de GEE (t CO ₂ e) (<i>market based</i>) | 186.677 | 157.399 | 1.269 | 849 | 583.710 | 319.226 | |
| Volume de negócios (M€) | 6.222 | 6.692 | 132,4 | 129,1 | - | - | |
| Rácio de intensidade de emissões de GEE (t CO ₂ /M€) | 30 | 24 | 9,5 | 6,6 | - | - | |
| Excluindo lojistas (t CO ₂ e/m ²) | - | - | - | - | 0,054 | 0,044 | |
| Incluindo lojistas (t CO ₂ e/m ²) | - | - | - | - | 0,390 | 0,262 | |

| 305-5 | REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GEE | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO | |
|-------|-----------------------------|--|--|--|------------|-------------------------|--|
|-------|-----------------------------|--|--|--|------------|-------------------------|--|

Para apoiar a redução das nossas emissões (54% até 2030 face a 2018) cada empresa desenvolveu os seus próprios *roadmaps*, adaptados ao seu contexto de negócio, com base nas melhores práticas e no melhor conhecimento tecnológico e científico. Mudar para equipamentos de refrigeração que usam refrigerantes de baixo impacto, investir na produção local de energia renovável e no fornecimento de energia renovável, eletrificar nossa frota e avançar os nossos esforços para promover a ecoeficiência de nossas operações são algumas das medidas planeadas para atingir nossas metas.

| 305-6 | EMISSIONES DE SUBSTÂNCIAS DESTRUIDORAS DA CAMADA DE OZONO | | | | VERIFICADO | - | |
|-------|---|--|--|--|------------|---|--|
|-------|---|--|--|--|------------|---|--|

| Substâncias Destruídas Da Camada De Ozono | | | | | | 2020 |
|---|--|--|--|--|--|-------|
| R407C | | | | | | 121Kg |
| R410A | | | | | | 88Kg |

| 305-7 | ÓXIDOS DE AZOTO (NOx), ÓXIDOS DE ENXOFRE (SO ₂) E OUTRAS EMISSÕES SIGNIFICATIVAS | | | | VERIFICADO | - | |
|-------|--|--|--|--|------------|---|--|
|-------|--|--|--|--|------------|---|--|

| Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SO ₂) e outras emissões significativas | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | |
|--|---|--------|-----------------------|------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Emissões totais de NOx (t) | 478,45 | 330,47 | 9,37 | 6,49 |
| Emissões totais de SO ₂ (t) | 124,64 | 106,20 | 2,32 | 1,58 |
| Emissões totais de CH ₄ (t) | - | 10,35 | - | - |
| Emissões totais de F-gases (t) | - | 24.051 | - | - |

306: RESÍDUOS

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 306-1 | PRODUÇÃO DE RESÍDUOS E IMPACTOS SIGNIFICATIVOS RELACIONADOS COM OS RESÍDUOS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

A maior parte dos resíduos da Sonae estão associados à atividade das suas lojas e centros comerciais. A gestão de resíduos abrange não só os resíduos produzidos no âmbito da sua atividade, como também os resíduos depositados pelos clientes. Algumas medidas implementadas incluem: Criação de áreas específicas nas lojas e entrepostos para a gestão de resíduos; Separação, armazenamento temporário e envio dos diferentes tipos de resíduos para operadores licenciados; Separação da parcela orgânica dos resíduos e envio para valorização orgânica; Redução do material de embalagem de produtos de marca própria; Reutilização de embalagens de transporte; e Formação e sensibilização de colaboradores.

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 306-2 | GESTÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS RELACIONADOS COM RESÍDUOS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Reforçamos os princípios da circularidade na forma como gerimos a nossa atividade, como concebemos e desenvolvemos os nossos serviços e produtos, evitando sempre que possível os plásticos de utilização única, privilegiando a reutilização e reparação dos materiais, e, quando tal não for possível, encaminhando os resíduos para reciclagem.

| | | | |
|-------|---------------------|------------|---|
| 306-3 | RESÍDUOS PRODUZIDOS | VERIFICADO | - |
|-------|---------------------|------------|---|

| Resíduos produzidos | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|------------------------------------|---|--------|-----------------------|------|--------------|--------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Resíduos perigosos (t) | 3.009 | 2.865 | 0 | 0 | 51 | 47 |
| Resíduos não perigosos (t) | 75.620 | 77.102 | 0 | 0 | 30.274 | 15.542 |
| Peso total de resíduos gerados (t) | 78.629 | 79.967 | 0 | 0 | 30.326 | 15.589 |

306-4 RESÍDUOS NÃO ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO VERIFICADO -

| Resíduos não encaminhados para deposição | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|--|---|---------------|-----------------------|----------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Resíduos perigosos reciclados (t) | NA | 2.865 | 0 | 0 | 24 | 35 |
| Resíduos perigosos preparados para reutilização (t) | NA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras operações de recuperação de resíduos perigosos (t) | NA | 0 | 0 | 0 | 9 | 8 |
| Total de resíduos perigosos não encaminhados para deposição (t) | 3.009 | 2.865 | 0 | 0 | 33 | 43 |
| Reciclagem de resíduos não perigoso (t) | 38.076 | 47.919 | 0 | 0 | 13.683 | 7.450 |
| Resíduos não perigosos preparados para reutilização (t) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras operações de recuperação de resíduos não perigosos (t)* | 10.838 | 10.129 | 0 | 0 | 10.988 | 4.208 |
| Total de resíduos não perigosos não encaminhados para deposição (t) | 48.914 | 58.048 | 0 | 0 | 24.672 | 11.658 |

*Composto, digestão anaeróbia e valorização energética

306-5

RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO

VERIFICADO

-

| Resíduos encaminhados para deposição | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|---|---|---------------|--------------------------|----------|--------------|--------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Resíduos perigosos incinerados (com recuperação de energia) (t) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resíduos perigosos incinerados (sem recuperação de energia) (t) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resíduos perigosos direcionados para aterro (t) | 0 | 0 | 0 | 0 | 18,5 | 0,1 |
| Outras operações de eliminação de resíduos perigosos (t) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3,4 |
| Deposição total de resíduos perigosos (t) | 0 | 0 | 0 | 0 | 18,5 | 3,5 |
| Resíduos não perigosos incinerados (com recuperação de energia) (t) | 0 | 1.633 | 0 | 0 | 2.251 | 1.745 |
| Resíduos não perigosos incinerados (sem recuperação de energia) (t) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resíduos não perigosos direcionados para aterro (t) | 14.676 | 17.383 | 0 | 0 | 3.268 | 2.123 |
| Outras operações de eliminação de resíduos não perigosos (t) | 0 | 37 | 0 | 0 | 33 | 22 |
| Deposição total de resíduos não perigosos (t) | 14.676 | 19.054 | 0 | 0 | 5.552 | 3.894 |

GRI 400 – DIVULGAÇÕES SOCIAIS

401: EMPREGO [ASPETO MATERIAL]

| 401-1 | NOVAS CONTRATAÇÕES E ROTATIVIDADE DE COLABORADORES | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|----------------|--|---------------|-----------------------|------------|--------------|-------------------------|
| 2020 Número | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
| | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas |
| Homens | 8.226 | 8.002 | 124 | 157 | 50 | 46 |
| Mulheres | 12.957 | 12.939 | 32 | 30 | 41 | 54 |
| Total | 21.183 | 20.941 | 156 | 187 | 91 | 100 |
| <30 anos | 17.013 | 15.950 | 83 | 53 | | |
| 30-50 anos | 3.897 | 4.367 | 65 | 127 | | |
| >50 anos | 273 | 624 | 8 | 7 | | |
| Total | 21.183 | 20.941 | 156 | 187 | | |
| < 35 anos | | | | | 56 | 33 |
| Dos 35 aos 44 | | | | | 24 | 27 |
| Dos 45 aos 54 | | | | | 11 | 17 |
| Dos 55 aos 64 | | | | | 0 | 15 |
| > 64 anos | | | | | 0 | 8 |
| Total | | | | | 91 | 100 |
| Portugal | 20.369 | 19.670 | 55 | 70 | 59 | 60 |
| Espanha | 787 | 1.233 | 62 | 88 | 0 | 3 |
| Resto do mundo | 27 | 38 | 39 | 29 | 32 | 37 |
| Total | 21.183 | 20.941 | 156 | 187 | 91 | 100 |

| 2020 Rácio (%) | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|-------------------|---|-------------|-----------------------|-------------|--------------|-------------|
| | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas | Entradas | Saídas |
| Homens | 18,6 | 18,1 | 13,5 | 17,1 | 5,6 | 5,2 |
| Mulheres | 29,4 | 29,3 | 3,5 | 3,3 | 4,6 | 6,1 |
| Total | 48,0 | 47,5 | 17,0 | 20,4 | 10,3 | 11,3 |
| <30 anos | 38,6 | 36,1 | 9,1 | 5,8 | | |
| 30-50 anos | 8,8 | 9,9 | 7,1 | 13,9 | | |
| >50 anos | 0,6 | 1,4 | 0,9 | 0,8 | | |
| Total | 48,0 | 47,5 | 17,0 | 20,4 | - | - |
| < 35 anos | | | | | 6,3 | 3,7 |
| Dos 35 aos 44 | | | | | 2,7 | 3,1 |
| Dos 45 aos 54 | | | | | 1,2 | 1,9 |
| Dos 55 aos 64 | | | | | 0,0 | 1,7 |
| > 64 anos | | | | | 0,0 | 0,9 |
| Total | | | | | 10,3 | 11,3 |
| Portugal | 46,2 | 44,6 | 6,0 | 7,6 | 6,7 | 6,8 |
| Espanha | 1,8 | 2,8 | 6,8 | 9,6 | 0,0 | 0,3 |
| Resto do mundo | 0,1 | 0,1 | 4,3 | 3,2 | 3,6 | 4,2 |
| Total | 48,0 | 47,5 | 17,0 | 20,4 | 10,3 | 11,3 |

| | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
|----------------------------|---|---------------|-----------------------|------------|--------------|------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Total Colaboradores | 43.285 | 44.409 | 945 | 916 | 894 | 885 |
| Entradas | 24.209 | 21.183 | 194 | 156 | 291 | 91 |
| Taxa de entradas (%) | 56% | 47,7% | 21% | 17% | 33% | 10,3% |
| Saídas | 23.242 | 20.941 | 222 | 187 | 454 | 100 |
| Taxa de saídas (%) | 54% | 47,2% | 23% | 20% | 51% | 11,3% |

| Categoria Funcional | Faixa Etária | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | | | | Sonaecom (IM & Media) | | | | | | |
|---------------------------------------|--------------------|---|-------|-------|----------------------|-------|--------|-----------------------|----|----|----------------------|----|----|---|
| | | Saídas Voluntárias | | | Saídas Involuntárias | | | Saídas Voluntárias | | | Saídas Involuntárias | | | |
| | | H | M | T | H | M | T | H | M | T | H | M | T | |
| <i>Executives</i> | Total | 0 | 1 | 1 | 3 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Entre 30 e 50 anos | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | Total | 25 | 12 | 37 | 15 | 12 | 27 | 17 | 3 | 20 | 20 | 3 | 23 | |
| | < 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | Entre 30 e 50 anos | 20 | 11 | 31 | 4 | 6 | 10 | 16 | 3 | 19 | 17 | 3 | 20 | |
| | ≥ 50 anos | 5 | 1 | 6 | 11 | 6 | 17 | 1 | 0 | 1 | 3 | 0 | 3 | |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | Total | 14 | 18 | 32 | 19 | 28 | 47 | 64 | 14 | 78 | 56 | 10 | 66 | |
| | < 30 anos | 2 | 7 | 9 | 2 | 8 | 10 | 26 | 8 | 34 | 16 | 3 | 19 | |
| | Entre 30 e 50 anos | 9 | 8 | 17 | 15 | 19 | 34 | 36 | 6 | 42 | 39 | 7 | 46 | |
| | ≥ 50 anos | 3 | 3 | 6 | 2 | 1 | 3 | 2 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | |
| <i>Technicians & Specialists</i> | Total | 127 | 185 | 312 | 63 | 138 | 201 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | < 30 anos | 58 | 75 | 133 | 23 | 47 | 70 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | Entre 30 e 50 anos | 66 | 106 | 172 | 34 | 67 | 101 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | ≥ 50 anos | 3 | 4 | 7 | 6 | 24 | 30 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| <i>Representatives</i> | Total | 2.425 | 3.628 | 6.053 | 5.311 | 8.918 | 14.229 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | < 30 anos | 1.931 | 2.590 | 4.521 | 4.392 | 6.816 | 11.208 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | Entre 30 e 50 anos | 467 | 959 | 1.426 | 819 | 1.756 | 2.575 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| | ≥ 50 anos | 27 | 79 | 106 | 100 | 346 | 446 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

| 401-3 | LICENÇA PARENTAL | VERIFICADO | | | CAP. O NOSSO DESEMPENHO- | |
|--|---|------------|--------|-----------------------|--------------------------|-----|
| 2020 Número | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | | |
| | H | M | T | H | M | T |
| Total de colaboradores com direito a licença parental (n.º) | 14.878 | 29.531 | 44.409 | 613 | 303 | 916 |
| Total de colaboradores que usufruíram a licença parental (n.º) | 645 | 1.610 | 2.255 | 11 | 18 | 29 |
| Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental (n.º) | 633 | 1.566 | 2.199 | 11 | 12 | 23 |
| Total de colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado (n.º) | 467 | 1.150 | 1.617 | 25 | 9 | 34 |
| Taxa de usufruto (%) | 4% | 5% | 5% | 2% | 6% | 3% |
| Taxa de retorno (%) | 98% | 97% | 98% | 100% | 67% | 79% |

Notas: Não são contabilizados os colaboradores que tendo usufruído de licença em 2019, continuam na empresa 12 meses após retorno. Por esta razão, a taxa de retenção pode ser superior a 100%, uma vez que o denominador é referente ao usufruto de 2020 e não 2019.

403: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

| 403-1 | SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|
|-------|--|------------|---|

A Sonae não possui um sistema formal de gestão de segurança e saúde no trabalho. Para informação relativa à Sonae Sierra, ver indicador 403-8.

| 403-2 | IDENTIFICAÇÃO DE PERIGOS, AVALIAÇÃO DE RISCO E INVESTIGAÇÃO DE INCIDENTES | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|
|-------|---|------------|---|

Na Sonae, os procedimentos de identificação de perigos e avaliação de riscos são realizados pela equipa de técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho. Estes procedimentos são atualizados periodicamente e analisados quando ocorrem novos incidentes ou são introduzidos novos procedimentos ou máquinas que possam afetar o nível de risco. O procedimento de investigação de incidentes é baseado na metodologia dos 3C's (análise do caso, identificação das causas e implementação de contramedidas), que é então traduzido num plano de ação.

Acreditamos que a sensibilização e comunicação dos riscos e das medidas que os colaboradores devem tomar, para eliminar ou reduzir os riscos para níveis controláveis, são um passo decisivo para a melhoria das condições existentes e, consequentemente, para a melhoria do ambiente de trabalho.

Assim, para além da formação em SST e da informação partilhada com os colaboradores, é assegurada uma consulta anual aos colaboradores sobre questões de SST, através de um questionário no qual os colaboradores comentam todos os temas relacionados com a SST. As respostas dos colaboradores são analisadas como forma de avaliar a sua perceção sobre as condições de trabalho. Os trabalhadores também podem relatar incidentes por meio de auditorias de loja, plataformas e aplicações internas, ou através do contacto direto com os técnicos de SST ou animadores de segurança.

| | | | |
|-------|-------------------------------|------------|---|
| 403-3 | SERVIÇOS DE SAÚDE OCUPACIONAL | VERIFICADO | - |
|-------|-------------------------------|------------|---|

A Sonae disponibiliza funções de serviços de saúde ocupacional que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos, nomeadamente os serviços de saúde ocupacional. Esses serviços, previstos na lei, incluem: um exame de admissão no momento do ingresso na empresa; exames periódicos e a cada 2 anos para todos os funcionários entre 18 e 50 anos; e exames anuais para funcionários com menos de 18 anos ou mais de 50; são também realizados exames ocasionais a pedido do funcionário ou da empresa, sendo a obrigação de todos os funcionários que estiveram ausentes por mais de 30 dias, após retorno, a eventual realização de exames.

Outros serviços incluem acompanhamento de remodelações e inaugurações de lojas, formações, procedimentos e normas de segurança, plano de auditorias anuais para todos os estabelecimentos, acompanhamento de processos de sinistros (causa, participação) e estudos ergonómicos. Todos os serviços são fornecidos por técnicos qualificados de SST.

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 403-4 | PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR, CONSULTA E COMUNICAÇÃO SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Na Sonae, é assegurada uma consulta anual aos colaboradores sobre questões de SST, através de um questionário, no qual os colaboradores comentam todas as questões relacionadas com SST. O questionário é adaptado e atualizado periodicamente e, em 2020, houve um maior foque na situação atual da pandemia de Covid. Complementarmente, é realizado um inquérito à satisfação dos acidentados sobre a atividade de saúde pela seguradora.

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 403-5 | FORMAÇÃO DE TRABALHADORES EM SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Durante o processo de admissão, os trabalhadores realizam formação online obrigatória sobre riscos no local de trabalho e organização e resposta a emergências. Em 2020, esta formação teve um grande foco na resposta e adaptação à pandemia Covid-19.

A maioria das empresas Sonae possui um portal interno onde os trabalhadores podem encontrar diversas informações relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho, tais como Acidentes de Trabalho, Riscos no Trabalho, Equipamentos de Proteção Individual, Plano de Emergência, entre outros. Algumas auditorias de monitoramento de SSO, realizadas nas lojas, são de carácter pedagógico.

| | | | |
|-------|----------------------------------|------------|---|
| 403-6 | PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR | VERIFICADO | - |
|-------|----------------------------------|------------|---|

No que diz respeito à facilitação do acesso dos trabalhadores aos serviços médicos e de saúde não ocupacionais, a Sonae tem à sua disposição diversas iniciativas como medicina curativa, alimentação e nutrição, massagem, yoga e outras iniciativas do género, à disposição de todos os colaboradores.

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 403-7 | PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO DIRETAMENTE ASSOCIADOS A RELAÇÕES DE NEGÓCIO | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes.

403-8

TRABALHADORES COBERTOS POR UM SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

VERIFICADO

-

A Sonae não possui um sistema formal de gestão de segurança e saúde no trabalho. Como tal, este indicador apenas é aplicável à Sonae Sierra.

| 2020 | Sonae Sierra | | |
|--|---------------|-----------------------|---------------------|
| | Trab. Diretos | Trab. Supervisionados | Trab. Independentes |
| Força de trabalho total e contratados independentes (nº) | 878 | 18 | 11 |
| Número total de funcionários diretos, trabalhadores supervisionados e contratados independentes, verificados externamente para estar operando em conformidade com OHSAS 18001 / ISO 45001 | 664 | 17 | 10 |
| Percentagem de funcionários diretos, trabalhadores supervisionados e contratados independentes, verificados externamente para estar operando em conformidade com OHSAS 18001 / ISO 45001 (%) | 75% | 94% | 91% |
| Número total de funcionários diretos, trabalhadores supervisionados e terceirizados, internamente verificados para estarem operando em conformidade com o sistema de gestão de segurança e saúde (S & HMS) | 664 | 17 | 10 |
| Percentagem de empregados diretos, supervisionados e terceirizados, internamente verificados como operando em conformidade com o sistema de gestão de segurança e saúde (S & HMS) (%) | 75% | 94% | 91% |

403-9

LESÕES RELACIONADAS AO TRABALHO

VERIFICADO

-

| 2020 | Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | | |
|---|--|------------|------------|-----------------------|---------|-----------|
| | H | M | T | H | M | T |
| Colaboradores | | | | | | |
| Horas trabalháveis | 26.331.645 | 49.080.592 | 75.412.237 | 1.132.824 | 559.944 | 1.692.768 |
| Lesões de trabalho | 340 | 608 | 948 | 35 | 74 | 109 |
| Fatalidades | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Trabalhadores que não são colaboradores, mas cujo trabalho e / ou local de trabalho é controlado pela organização | | | | | | |
| Lesões de trabalho | 64 | 25 | 89 | 0 | 0 | 0 |
| Fatalidades | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Nota: No Centro Corporativo não se registaram acidentes.

404: FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO [ASPETO MATERIAL]

| 404-1 | MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR ANO E POR COLABORADOR | | | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|---|--|-----------|-----------------------|-------|--------------|-------------------------|
| | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | | Sonae Sierra | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| Total Colaboradores (nº) | 42.988 | 54.477 | 945 | 1.103 | 696 | 885 |
| Horas totais de formação (h) | 1.144.187 | 1.063.576 | 18.749 | 6.332 | 20.698 | 10.076 |
| Média de horas de formação por categoria e género (h/colaborador) | 27 | 20 | 20 | 6 | 30 | 11 |

| 2020 | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | | |
|--|---|----------------|------------------|-----------------------|--------------|--------------|
| | H | M | T | H | M | T |
| <i>Executives</i> | 54 | 13 | 67 | 2 | 1 | 3 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | 600 | 376 | 977 | 166 | 46 | 212 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | 1.150 | 1.833 | 2.982 | 602 | 286 | 888 |
| <i>Technicians & Specialists</i> | 1.284 | 2.323 | 3.607 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Representatives</i> | 16.125 | 30.719 | 46.844 | 0 | 0 | 0 |
| Total Colaboradores (nº) | 19.213 | 35.264 | 54.477 | 770 | 333 | 1103 |
| <i>Executives</i> | 728 | 223 | 951 | 24 | 2 | 26 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | 10.991 | 7.470 | 18.461 | 1.220 | 1.126 | 2.346 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | 21.592 | 30.511 | 52.103 | 2.685 | 1.275 | 3.960 |
| <i>Technicians & Specialists</i> | 27.785 | 56.264 | 84.048 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Representatives</i> | 338.052 | 569.961 | 908.012 | 0 | 0 | 0 |
| Total horas de formação (h) | 399.147 | 664.429 | 1.063.576 | 3.929 | 2.403 | 6.332 |
| <i>Executives</i> | 13 | 17 | 14 | 12 | 2 | 9 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | 18 | 20 | 19 | 7 | 24 | 11 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | 19 | 17 | 17 | 4 | 4 | 4 |
| <i>Technicians & Specialist</i> | 22 | 24 | 23 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Representatives</i> | 21 | 19 | 19 | 0 | 0 | 0 |
| Média de horas de formação por categoria e género (h/colaborador) | 21 | 19 | 20 | 5 | 7 | 6 |

Nota: Inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2020.

| 2020 | Sonae Sierra | | |
|---------------------------------------|-------------------------|-----------------|--|
| | Número de colaboradores | Número de horas | Média de horas de formação por categoria |
| <i>Executives</i> | 19 | 229 | 12,1 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | 237 | 4.699 | 19,8 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | 126 | 1.984 | 15,7 |
| <i>Technicians & Specialist</i> | 282 | 3.164 | 11,2 |
| NA | 221 | NA | NA |

Notas: Neste indicador, existem 221 colaboradores localizados na Polónia que não seguem a estrutura organizacional da empresa, expressos na tabela acima por "NA".

| 404-2 | PROGRAMAS DE MELHORIA DE COMPETÊNCIAS DOS COLABORADORES E PROGRAMAS DE APOIO À TRANSIÇÃO | | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------------------------------|--|--------------------|-----------------------|-------------------------|
| 2020 | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | |
| | Total de Ações (no.) | Total de Horas (h) | Total de Ações (no.) | Total de Horas (h) |
| Conferências & Seminários | 77 | 2.268 | 16 | 1.214 |
| Escolas/Academias | 953 | 7.878 | 4 | 210 |
| Gestão | 792 | 4.700 | 1 | 55 |
| Gestão & Liderança | 21.840 | 22.491 | 2 | 34 |
| Melhoria continua | 1.295 | 15.985 | 63 | 157 |
| Saúde e Segurança no Trabalho | 22.216 | 59.877 | 6 | 91 |
| Sustentabilidade | 52 | 1.529 | 0 | 0 |
| Técnica | 43.121 | 123.749 | 143 | 1.771 |
| Transversal | 1.368 | 179.203 | 94 | 2.801 |
| Outros | 74.485 | 635.408 | 0 | 0 |
| Total | 166.199 | 1.053.087 | 329 | 6.332 |

Nota: Inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2020.

| | | | |
|-------|---|------------|-------------------------|
| 404-3 | PERCENTAGEM DE COLABORADORES QUE RECEBEM, REGULARMENTE, ANÁLISES DE DESEMPENHO E DE DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|---|------------|-------------------------|

Em 2020, 83,1% dos colaboradores da Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira. Na Sonaecom (IM) o valor foi de 70%. Na Sonae Sierra, 100% dos colaboradores elegíveis receberam avaliações e análises de desempenho e desenvolvimento de carreira.

405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES [ASPETO MATERIAL]

| | | | |
|-------|---|------------|-------------------------|
| 405-1 | DIVERSIDADE DOS ÓRGÃOS DE <i>GOVERNANCE</i> E DOS COLABORADORES | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|---|------------|-------------------------|

O âmbito do indicador “Mulheres em Cargos de Liderança” no capítulo “Nosso Desempenho” têm um âmbito diferente do reportado neste indicador. Apenas abrange a Sonae e as suas participadas que possuem targets de igualdade de género definidos e que se regem pela segmentação de funções definida para o Grupo.

| Percentagem de colaboradores por categoria funcional | Faixa Etária | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | | |
|--|--------------------|---|--------------|---------------|-----------------------|--------------|---------------|
| | | H | M | T | H | M | T |
| <i>Executives (%)</i> | < 30 anos | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| | Dos 30 aos 50 anos | 35,7% | 10,0% | 45,7% | 66,7% | 33,3% | 100,0% |
| | ≥ 50 anos | 45,7% | 8,6% | 54,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| | Total | 81,4% | 18,6% | 100,0% | 66,7% | 33,3% | 100,0% |
| <i>Senior & Middle Managers (%)</i> | < 30 anos | 0,3% | 0,4% | 0,7% | 0,6% | 0,0% | 0,6% |
| | Dos 30 aos 50 anos | 43,8% | 30,2% | 74,0% | 62,1% | 20,1% | 82,2% |
| | ≥ 50 anos | 16,7% | 8,5% | 25,2% | 13,6% | 3,6% | 17,2% |
| | Total | 60,9% | 39,1% | 100,0% | 76,3% | 23,7% | 100,0% |
| <i>Coordinators & Supervisors (%)</i> | < 30 anos | 3,7% | 7,5% | 11,2% | 25,3% | 9,0% | 34,3% |
| | Dos 30 aos 50 anos | 29,3% | 46,5% | 75,8% | 33,5% | 20,4% | 53,9% |
| | ≥ 50 anos | 5,6% | 7,4% | 13,0% | 6,0% | 5,8% | 11,8% |
| | Total | 38,6% | 61,4% | 100,0% | 64,8% | 35,2% | 100,0% |
| <i>Technicians & Specialists (%)</i> | < 30 anos | 9,1% | 19,2% | 28,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| | Dos 30 aos 50 anos | 21,5% | 40,6% | 62,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| | ≥ 50 anos | 2,9% | 6,7% | 9,6% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| | Total | 33,5% | 66,5% | 100,0% | 0% | 0% | 0% |
| <i>Representatives (%)</i> | < 30 anos | 16,6% | 26,9% | 43,5% | 0% | 0% | 0% |
| | Dos 30 aos 50 anos | 12,9% | 31,7% | 44,5% | 0% | 0% | 0% |
| | ≥ 50 anos | 2,8% | 9,1% | 11,9% | 0% | 0% | 0% |
| | Total | 32,4% | 67,6% | 100,0% | 0% | 0% | 0% |
| <i>Governance bodies (%)</i> | < 30 anos | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| | Dos 30 aos 50 anos | 50,0% | 0,0% | 50,0% | 50,0% | 16,7% | 66,7% |
| | ≥ 50 anos | 0,0% | 50,0% | 50,0% | 16,7% | 16,7% | 33,3% |
| | Total | 50,0% | 50,0% | 100,0% | 66,7% | 33,3% | 100,0% |

| Percentagem de colaboradores por categoria funcional | Faixa Etária | Sonae Sierra | | |
|--|--------------------|--------------|------------|-------------|
| | | H | M | T |
| <i>Executives (%)</i> | < 35 anos | 0% | 0% | 0% |
| | Dos 35 aos 44 anos | 5% | 0% | 5% |
| | Dos 45 aos 54 anos | 47% | 5% | 53% |
| | Dos 55 aos 64 anos | 32% | 11% | 42% |
| | > 64 anos | 0% | 0% | 0% |
| | Total | 84% | 16% | 100% |
| <i>Senior & Middle Managers (%)</i> | < 35 anos | 3% | 2% | 5% |
| | Dos 35 aos 44 anos | 21% | 17% | 38% |
| | Dos 45 aos 54 anos | 22% | 17% | 39% |
| | Dos 55 aos 64 anos | 12% | 4% | 16% |
| | > 64 anos | 2% | 0% | 2% |
| | Total | 60% | 40% | 100% |
| <i>Coordinators & Supervisors (%) (%)</i> | < 35 anos | 17% | 12% | 29% |
| | Dos 35 aos 44 anos | 18% | 21% | 40% |
| | Dos 45 aos 54 anos | 13% | 13% | 26% |
| | Dos 55 aos 64 anos | 3% | 2% | 5% |
| | > 64 anos | 0% | 0% | 0% |
| | Total | 52% | 48% | 100% |
| <i>Technicians & Specialists (%)</i> | < 35 anos | 8% | 21% | 29% |
| | Dos 35 aos 44 anos | 8% | 28% | 35% |
| | Dos 45 aos 54 anos | 5% | 22% | 27% |
| | Dos 55 aos 64 anos | 2% | 7% | 9% |
| | > 64 anos | 0% | 0% | 0% |
| | Total | 23% | 77% | 100% |

Nota: Neste indicador, há dois grupos de colaboradores da Sonae Sierra que não seguem a estrutura organizacional da empresa, correspondendo a um total de 198 colaboradores não refletidos na tabela acima.

| Colaboradores portadores de deficiência | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | Sonaecom (IM & Media) | Sonae Sierra |
|--|---|-----------------------|--------------|
| Colaboradores portadores de deficiência (Nº) | 196 | 7 | 15 |

405-2

RÁCIO ENTRE O SALÁRIO BASE E REMUNERAÇÃO DA MULHER E DO HOMEM

VERIFICADO

CAP. O NOSSO DESEMPENHO

| Rácio do salário base médio por categoria funcional (M/H) | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | |
|---|---|-------------|-----------------------|-------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| <i>Executives</i> | 0,46 | 0,82 | 0,00 | 0,47 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | 0,73 | 0,93 | 1,34 | 0,91 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | 0,56 | 0,92 | 1,56 | 0,96 |
| <i>Technicians & Specialists</i> | 0,67 | 0,86 | 0,00 | 0,00 |
| <i>Representatives</i> | 0,86 | 1,01 | 0,91 | 0,00 |
| Total | 0,55 | 0,86 | 0,34 | 0,62 |

| Rácio de remuneração média por categoria funcional (M/H) | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | Sonaecom (IM & Media) | |
|--|---|-------------|-----------------------|-------------|
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| <i>Executives</i> | 0,91 | 0,83 | 0,00 | 0,47 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | 0,91 | 0,90 | 1,35 | 0,90 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | 0,81 | 0,88 | 1,55 | 0,94 |
| <i>Technicians & Specialists</i> | 0,86 | 0,85 | 0,00 | 0,00 |
| <i>Representatives</i> | 1,15 | 1,01 | 0,89 | 0,00 |
| Total | 0,91 | 0,85 | 0,24 | 0,58 |

Notas: o salário base mensal (convertido para full-time equivalente) inclui todas as remunerações de carácter fixo a 31 de dezembro de 2020. Base de 12 meses. A remuneração total incluiu (convertida para full-time equivalente) o Salário base mensal; Prémio de desempenho, abono para falhas e subsídio de turno a 31 de dezembro 2020; Componentes de carácter variável calculadas com base nos últimos 12 meses (janeiro a dezembro de 2020).

| Remuneração média por categoria, género e faixa etária | Faixa Etária | Sonae, Sonae MC, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | | | Sonaecom (IM & Media) | | |
|--|--------------------|---|--------|--------|-----------------------|--------|--------|
| | | H | M | T | H | M | T |
| <i>Executives</i> | Total | 18.178 | 15.095 | 17.606 | 21.392 | 10.127 | 17.637 |
| | < 30 anos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Dos 30 aos 50 anos | 14.405 | 14.484 | 14.422 | 21.392 | 10.127 | 17.637 |
| | ≥ 50 anos | 21.127 | 15.807 | 20.287 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Senior & Middle Managers</i> | Total | 5.824 | 5.273 | 5.577 | 4.920 | 4.149 | 4.683 |
| | < 30 anos | 4.279 | 3.849 | 2.876 | 0 | 0 | 0 |
| | Dos 30 aos 50 anos | 5.672 | 5.245 | 5.516 | 4.756 | 3.956 | 4.538 |
| | ≥ 50 anos | 6.251 | 5.444 | 5.835 | 5.883 | 5.242 | 5.539 |
| <i>Coordinators & Supervisors</i> | Total | 1.984 | 1.792 | 1.865 | 1.943 | 1.838 | 1.888 |
| | < 30 anos | 1.577 | 1.538 | 1.551 | 1.538 | 1.342 | 1.483 |
| | Dos 30 aos 50 anos | 1.954 | 1.796 | 1.857 | 2.107 | 1.899 | 2.007 |
| | ≥ 50 anos | 2.407 | 2.028 | 2.179 | 2.733 | 2.398 | 2.516 |
| <i>Technicians & Specialist</i> | Total | 2.186 | 2.312 | 2.246 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 1.761 | 1.643 | 1.604 | 0 | 0 | 0 |
| | Dos 30 aos 50 anos | 2.327 | 2.715 | 2.581 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 2.470 | 1.780 | 1.964 | 0 | 0 | 0 |
| <i>Representatives</i> | Total | 825 | 831 | 829 | 0 | 0 | 0 |
| | < 30 anos | 775 | 800 | 790 | 0 | 0 | 0 |
| | Dos 30 aos 50 anos | 864 | 851 | 854 | 0 | 0 | 0 |
| | ≥ 50 anos | 943 | 854 | 875 | 0 | 0 | 0 |

406: NÃO DISCRIMINAÇÃO

406-1

CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E MEDIDAS TOMADAS

VERIFICADO

-

Em 2020, foram levantados 20 casos de discriminação. Os processos de inquérito realizados levaram ao arquivamento de todos os casos.

407: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 407-1 | OPERAÇÕES E FORNECEDORES EM QUE O DIREITO À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA PODE ESTAR EM RISCO | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Na Sonae não existem operações com risco no âmbito do exercício da liberdade de associação e realização de acordos de negociação coletiva.

No caso específico da Sonae MC e Worten, de acordo com os relatórios de auditorias efetuados, todos os fornecedores têm o critério "Liberdade de associação: podem ser membros de instituições/ associações que representam os seus direitos" conforme.

No seguimento das inconformidades encontradas no ponto 5.9 das auditorias internas da Sonae Fashion " O direito dos trabalhadores à constituição e filiação em sindicatos e associações de trabalhadores livres é reconhecido pela administração e pelos trabalhadores?", realizadas em 2019, foi feita a revisão do código de ética e conduta da Sonae Fashion, validado em Excom em 2020. Este tópico passou a ser de cumprimento obrigatório para todos os fornecedores da Sonae Fashion, independentemente da origem.

Na Sonaecom, quer pelas geografias em que está presente quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desempenhadas pelos colaboradores e parceiros, a Sonaecom tem riscos residuais em termos de limitação à liberdade de associação e negociação coletiva.

A Sonae Sierra não reporta este indicador.

408: TRABALHO INFANTIL

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 408-1 | OPERAÇÕES E FORNECEDORES COM RISCO SIGNIFICATIVO DE INCIDENTES DE TRABALHO INFANTIL | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Na Sonae, por regra, não são admitidos menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos, e sempre em cumprimento da lei. Não existem operações com risco de incidentes de trabalho infantil.

Na Sonaecom, quer pelas geografias em que está presente quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desempenhadas pelos colaboradores e parceiros a Sonaecom tem riscos residuais em termos de trabalho infantil.

Na Sonae MC e Worten, caso se verifique que um fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, o fornecedor é colocado em *stand-by* só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.

De acordo com o código de ética e conduta da Sonae Fashion "Nenhuma pessoa deve ser empregada com idade inferior a 15 anos (ou 14 quando a legislação nacional o permitir) ou inferior à idade legal para trabalhar se esta idade for superior a 15".

A Sonae Sierra não reporta este indicador.

409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 409-1 | TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Na Sonae, não existe qualquer trabalho forçado. Na Sonae MC e Worten caso se verifique que um fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo, o fornecedor é colocado em *stand-by* e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.

Na Sonaecom, quer pelas geografias em que está presente quer pela complexidade técnica/tecnológica do tipo de atividades desempenhadas pelos colaboradores e parceiros a Sonaecom tem riscos residuais em termos de trabalho forçado ao análogo ao escravo.

A Sonae Sierra não reporta este indicador.

410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 410-1 | PESSOAL DE SEGURANÇA TREINADO EM POLÍTICAS OU PROCEDIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Para as empresas de retalho, tanto em Espanha como em Portugal, todos os vigilantes que prestam serviço através de empresas de segurança têm de ter um cartão profissional, cuja obtenção e renovação requer a realização de uma formação que inclui matérias de direitos constitucionais/fundamentais, ética e deontologia.

412: AVALIAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 412-1 | OPERAÇÕES SUBMETIDAS A AVALIAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Em 2020, não foi registada nenhuma operação que tenha sido objetivo de reavaliações de Direitos Humanos e/ou avaliações de impacte neste aspeto.

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 412-2 | FORMAÇÃO EM POLÍTICAS E PRÁTICAS DE DIREITOS HUMANOS | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Em 2020, os colaboradores receberam formação relacionada com as práticas e políticas de direitos humanos conforme tabela seguinte:

| | 2019 | 2020 |
|--|---------|---------|
| Total de colaboradores que receberam formação formal nas políticas e procedimentos da organização relativos a questões de Direitos Humanos (nº) | 17.498 | 42.093 |
| Total de horas dedicadas a formação nas políticas e procedimentos referentes a aspetos de Direitos Humanos que são relevantes para as operações (nº) | 296.056 | 369.635 |

Nota: inclui todos os participantes em formação independentemente de estarem ou não ativos a 31 dezembro de 2020 de Portugal.

| | | | |
|-------|--|------------|---|
| 412-3 | ACORDOS E CONTRATOS DE INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS QUE INCLUEM CLÁUSULAS DE DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS | VERIFICADO | - |
|-------|--|------------|---|

Nos contratos de fornecimento da Sonae MC, Sonae Fashion e Worten consta uma cláusula de obrigação do fornecedor que menciona "Cumprir com todas as normas e legislação aplicável sobre trabalho prestado por menores, direitos humanos e proibição de discriminação dos seus trabalhadores, seja qual for o motivo."

Na Sonaecom, sem prejuízo do número total e a percentagem de acordos de investimento e contratos significativos reportados não incluem expressamente cláusulas de Direitos Humanos, os mesmos incluem a previsão de garantias e obrigações genéricas de cumprimento da legislação que seja aplicável à entidade objeto de investimento, o que inclui, necessariamente, qualquer legislação de Direitos Humanos que à mesma seja aplicável. A definição de acordos de investimento significativos desdobra-se em duas definições, consoante a entidade Sonaecom que esteja envolvida no investimento e respetivo acordo de investimento:

- i) Sonae IM: Configura um acordo de investimento significativo aquele que envolva um valor de investimento para a Sonae IM igual ou superior a €3.500.000,00;
- ii) Bright Pixel/Bright Ventures: Configura um acordo de investimento significativo aquele que envolva um valor de investimento para a Bright Pixel/Bright Ventures igual ou superior a €600.000,00.

413: COMUNIDADES LOCAIS [ASPETO MATERIAL]

| | | | |
|-------|---|------------|-------------------------|
| 413-1 | OPERAÇÕES COM ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL, AVALIAÇÃO DE IMPACTO E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS | VERIFICADO | CAP. O NOSSO DESEMPENHO |
|-------|---|------------|-------------------------|

Desde o momento da instalação de uma nova unidade, a Sonae assegura as condições necessárias para causar o mínimo de impacto negativo nas comunidades. Durante a operação desenvolve inúmeras atividades de apoio à comunidade local, indo de encontro às diferentes necessidades destas. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.

414 AND 308: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES [ASPETO MATERIAL]

| | | | |
|------------------|--|------------|---|
| 414-1 E 308-1 | NOVOS FORNECEDORES QUE FORAM SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS | VERIFICADO | - |
|------------------|--|------------|---|

| Fornecedores Seleccionados com Base em Critérios Socioambientais | Sonae MC | | Sonae Fashion | | Worten | |
|--|------------|------------|---------------|-----------|------------|-----------|
| | Total | Novos | Total | Novos | Total | Novos |
| Nacional | 180 | 31 | 111 | 20 | 7 | 0 |
| Estrangeiro | 313 | 84 | 233 | 25 | 108 | 3 |
| Total de fornecedores (no.) | 493 | 115 | 344 | 45 | 115 | 3 |
| Nacional | 113 | 3 | 12 | 0 | 7 | 0 |
| Estrangeiro | 192 | 14 | 54 | 2 | 105 | 0 |
| Total de fornecedores qualificados (no.) | 305 | 17 | 66 | 2 | 112 | 0 |
| Nacional (%) | 63% | 10% | 11% | 0% | 100% | 0% |
| Estrangeiro (%) | 61% | 17% | 23% | 8% | 97% | 0% |
| Percentagem de fornecedores qualificados (%) | 62% | 15% | 19% | 4% | 97% | 0% |
| Nacional | 55 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Estrangeiro | 209 | 14 | 8 | 2 | 24 | 0 |
| Total de auditorias a fornecedores (no.) | 264 | 15 | 8 | 2 | 24 | 0 |

416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 416-1 | AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS NA SAÚDE E SEGURANÇA | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Na Sonae, é uma prioridade garantir a qualidade e segurança dos produtos das nossas marcas próprias, pelo que controlamos, monitorizamos e desenvolvemos constantemente o processo de desenvolvimento. Assim, focamos a nossa atuação em quatro áreas: (i) certificação do desenvolvimento de nossos produtos de marca própria, (ii) monitorização da qualidade e segurança, (iii) rotulagem e (iv) gestão do feedback do cliente.

Em 2020, dando continuidade aos esforços de anos anteriores, assegurámos o processo de certificação do desenvolvimento das marcas próprias da Sonae MC e da Worten, de acordo com a norma internacional de gestão da qualidade NP EN ISO 9001: 2008.

Contamos com uma equipa de profissionais internos e externos qualificados que se dedicam à realização de verificações periódicas dos produtos, incluindo inspeções, testes laboratoriais e auditorias, de forma a garantir o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança baseados nos planos anuais em vigor. Em 2020, foram realizadas 8.195 análises, sendo 5.135 em laboratórios internos e 3.060 em laboratórios externos.

No indicador 102-44 reportamos o modo como gerimos e integramos o feedback dos nossos clientes.

417: MARKETING E ROTULAGEM

| | | | |
|-------|---|------------|---|
| 417-1 | REQUISITOS PARA INFORMAÇÃO E ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS | VERIFICADO | - |
|-------|---|------------|---|

Temos o compromisso de garantir o fornecimento de uma ampla gama de produtos responsáveis, de forma a corresponder às expectativas dos consumidores e promover a adoção de um estilo de vida sustentável. Ao mesmo tempo, considerando a necessidade de acesso imediato à informação, inerente ao perfil do consumidor atual, preocupamo-nos em garantir que fornecemos a informação necessária sobre os nossos produtos, para que o consumidor possa fazer uma escolha informada e adequada ao seu estilo de vida.

419: COMPLIANCE SOCIOECONÓMICO

| | | | |
|------------------|---|------------|---|
| 419-1 E 307-1 | NÃO CONFORMIDADES COM AS LEIS E REGULAMENTOS NA ÁREA SOCIAL E ECONÓMICA E AMBIENTAL | VERIFICADO | - |
|------------------|---|------------|---|

A Sonae considera que uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a €12.000, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação ambiental grave (Lei nº114/2015, de 28 de agosto).

| Não-Conformidades Com As Leis E Regulamentos Na Área Social E Económica | Sonae, Sonae Mc, Sonae Fashion, Sonae FS e Worten | Sonaecom (IM & Media) | Sonae Sierra |
|--|---|-----------------------|--------------|
| Total do valor monetário total das multas significativas - Área económica (€) | 29.745 | 0 | 0 |
| Número total de sanções não monetárias (nº) | 8 | 0 | 0 |
| Total do valor monetário total das multas significativas - Área social (laboral) (€) | 0 | 0 | 0 |
| Número total de sanções não monetárias (nº) | 0 | 0 | 0 |
| Total do valor monetário total das multas significativas - Área ambiental (€) | 18.000 | 0 | 0 |
| Número total de sanções não monetárias (nº) | 0 | 0 | 0 |

NOTAS METODOLÓGICAS

FATORES DE EMISSÃO:

| ENERGIA | UNIDADE | FATOR 2019 | FATOR 2020 | FONTE (2019 E 2020) |
|---|--------------------------|------------|------------|---|
| Natural Gas | Kg CO ₂ /GJ | 56,4 | 56,4 | |
| Propane Gas | kg CO ₂ /GJ | 63,1 | 63,1 | 2019: APA (2019) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2017 (p.187) |
| Diesel | kg CO ₂ /GJ | 74,1 | 74,1 | 2020: APA (2020) Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2018 (p.119) |
| Gasoline | kg CO ₂ /GJ | 69,3 | 69,3 | |
| Electricity - Market Based (Sonae MC, Sonae Sports & Fashion, Worten) | (kg CO ₂ /GJ) | 77,0 | 74,7 | 2019 e 2020: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores. |
| Eletricidade - Market Based (R Maxmat) | (kg CO ₂ /GJ) | 103,6 | 76,9 | 2019 e 2020: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores. |
| Electricity - Market Based (Sonae RP) | (kg CO ₂ /GJ) | 103,6 | 76,9 | 2019 e 2020: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores. |
| Electricity - Market Based (Sonaecom) | (kg CO ₂ /GJ) | 74,7 | 59,1 | 2019 e 2020: SU Eletricidade - https://sueletricidade.pt/pt-pt/page/541/origens-da-eletricidade |
| Electricity - Market Based Espanha | (kg CO ₂ /GJ) | 110,8 | 110,8 | 2019: Foi assumido fator de emissão Endesa: 398,88 gCO ₂ /kWh https://www.endesa.pt/negocios/quemsomos/Origem-de-Energia 2020: Foi assumido fator de emissão Endesa: 398,88 gCO ₂ /kWh https://www.endesa.pt/negocios/quemsomos/Origem-de-Energia |
| Electricity - Market Based - Arenal | (kg CO ₂ /GJ) | 109,4 | 79,1 | 2019: Mix energia Endesa, Repsol, Iberdrola, Aldro Energia e DLR Emergia Comercializadora (cálculos na sheet "Arenal % consumo elect-factor"). 2020: Acordo de Rotulagem De Eletricidade Relacionada à Energia Produzida No Ano 2019, emitido pelo CMNC. |
| Electricity - Location Based Portugal | (kg CO ₂ /GJ) | 78,2 | 59,2 | 2019: International Energy Agency (2015). CO ₂ Emissions from Fuel Combustion, 2015 Edition. 2020: APREN 2019 https://www.apren.pt/contents/publicationsreportcarditem/boletim-energias-renovaveis-dezembro-2019-vf.pdf?fbclid=IwAR2Q3hAnJO_Pa7_073fDci5dmc4GPTuH-aKI4HLuQYWEiig087g_Mfpkk |
| Electricity - Location Based Espanha | (kg CO ₂ /GJ) | 122,2 | 53,3 | 2019: Defra (2018) UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting 2018. 2020: REE https://www.ree.es/es/datos/generacion/no-renovables-detalle-emisiones-CO2 |
| Electricity - Location Based - Outras geografias (Europa) | (kg CO ₂ /GJ) | 82,2 | 82,2 | 2019 e 2020: European Environment Agency, CO ₂ emission intensity. Considerado o valor da média Europeia. |

Notas: O valor de emissões *market based* não inclui a atividade da Salsa fora de PT e ES (fator de conversão não disponível).

| TIPO DE TRATAMENTO | UNIDADE | FATOR 2019 | FATOR 2020 | FONTE |
|------------------------|------------------------------|------------|------------|--|
| Aterro sanitário | t CO ₂ /t Residuo | 0,0214 | 0,0213 | |
| Valorização energética | t CO ₂ /t Residuo | 0,0102 | 0,0102 | 2019: DEFRA (2019). Greenhouse gas reporting - Conversion factors 2019 |
| Valorização orgânica | t CO ₂ /t Residuo | 0,5865 | 0,4374 | 2020: DEFRA (2020). Greenhouse gas reporting - Conversion factors 2020 |


















ÓXIDOS DE AZOTO (NOX), ÓXIDOS DE ENXOFRE (SO2) E OUTRAS EMISSÕES SIGNIFICATIVAS (305-7)

Os valores da tabela GRI associados a ao indicador 305-7 foram calculados com os seguintes fatores de emissão:

| ENERGIA | UNIDADE | NOX | SO2 | FONTE |
|----------|---------|-----|-------|-----------|
| Diesel | kg/GJ | 0,8 | 0,21 | IPCC 2006 |
| Gasoline | kg/GJ | 0,6 | 0,075 | IPCC 2006 |

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DOS INDICADORES GRI

| GRI | ODS | UNGC | SASB |
|--------|-----|------|--|
| 102-8 | | 6 | |
| 102-1 | | 19 | |
| 102-41 | | 3 | Práticas Laborais - FB-FR-310a.2 (Food retailers & distributors) |
| 201-1 | | | |
| 201-2 | | | |
| 202-2 | | 6 | |
| 203-1 | | | |
| 203-2 | | | |
| 204-1 | | | |
| 205-1 | | 10 | |
| 205-2 | | 10 | |
| 205-3 | | 10 | |
| 301-1 | | 7, 8 | |
| 301-3 | | 8 | |
| 302-1 | | 7, 8 | Gestão de energia - IF-RE-130a.2 (Real Estate) Gestão de energia - FB-FR-130a.1 (Food retailers & distributors) Pegada Ambiental de Infraestrutura de Hardware - TC-SI-130a.1 (Software & IT Services) |
| 302-2 | | 7, 8 | |
| 302-3 | | 8 | |
| 302-4 | | 8, 9 | |
| 302-5 | | 8, 9 | |
| 303-1 | | 7, 8 | |
| 303-2 | | 7, 8 | |
| 303-3 | | 8 | Gestão de água - IF-RE-140a.2 (Real Estate) Pegada Ambiental de Infraestrutura de Hardware - TC-SI-130a.1 (Software & IT Services) |
| 303-4 | | 8 | |
| 303-5 | | 8 | |
| 304-1 | | 8 | |
| 304-2 | | 8 | |
| 304-3 | | 8 | |
| 305-1 | | 7, 8 | Emissões atmosféricas de refrigeração - FB-FR-110b.1 (Food retailers & distributors) |
| 305-2 | | 7, 8 | |
| 305-3 | | 7, 8 | |
| 305-4 | | 8 | |
| 305-5 | | 8, 9 | |
| 305-6 | | 7, 8 | |
| 305-7 | | 7, 8 | |
| 306-1 | | 8 | |
| 306-2 | | 8 | |
| 306-3 | | 8 | |
| 306-4 | | 8 | |
| 306-5 | | 8 | |
| 401-3 | | 6 | |
| 403-1 | | | |
| 403-2 | | | |
| 403-3 | | | |

| | | | |
|---------------|--|----------|---|
| 403-4 |  | | |
| 405-5 |  | | |
| 403-6 |  | | |
| 403-7 |  | | |
| 403-8 |  | | |
| 403-9 | | | |
| 404-1 |  | 6 | |
| 404-2 |  | | |
| 404-3 |  | 6 | |
| 405-1 |  | 6 | |
| 405-2 |  | 6 | |
| 406-1 |  | 6 | |
| 407-1 |  | 3 | |
| 408-1 |  | 5 | |
| 409-1 |  | 4 | |
| 412-3 |  | 5, 8, 16 | |
| 416-1 | | | Gestão de químicos em produtos - CG-AA-250a.2 (Apparel, accessories & footwear) |
| 417-1 |  | | Saúde e nutrição dos produtos - FB-FR-260a.2 (Food Retailers & distributors) |
| 419-1 e 307-1 |  | | Práticas laborais - FB-FR-310a.3 (Food retailers & distributors) |

Demonstração não financeira

O reporte da atividade responde aos requisitos legais impostos pelo Decreto-Lei português n.º 89/2017, publicado a 28 de julho de 2017 e à lei espanhola n.º 11/2018, de 28 de dezembro como seguidamente se evidencia.

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM DL PORTUGUÊS 89/2017 de 28 de julho

CONTEÚDOS DO DECRETO-LEI N.º 89/2017 DE 28 DE JULHO

Art.º 3º (remetido para Art. 66º-B e 508º-G do CSC):

A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:

| | | |
|--|--|-----------------------------|
| Breve descrição do modelo empresarial da empresa | GRI 102-1 a 102-15 | Suplemento GRI Tabela GRI |
| Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados | GRI 103, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 412, 413, 414, 416, 417, 419 | Suplemento GRI Tabela GRI |
| Os resultados dessas políticas | GRI 103, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 412, 413, 414, 416, 417, 419 | Suplemento GRI Tabela GRI |
| Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa | GRI 102-15, 103 | Suplemento GRI Tabela GRI |
| Indicadores-chave de desempenho relevante para a sua atividade específica | GRI 103, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 412, 413, 414, 416, 417, 419 | Suplemento GRI Tabela GRI |
| Descrição da política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência | GRI 102-22, 102-24, 103, 401, 405 | Suplemento GRI Tabela GRI |

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM LEI ESPANHOLA 11/2018 de 28 de dezembro
 CONTEÚDOS DA LEI ESPANHOLA 11/2018 DE 28 DE DEZEMBRO

| | | |
|---|---|---|
| <p>Global</p> <p>O relato consolidado de informação não financeira deverá incluir as informações necessárias para compreender:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A evolução, ▪ Os resultados e a situação do grupo e ▪ O impacto da sua atividade; <p>Relativamente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Questões ambientais, ▪ Questões sociais, ▪ Respeito pelos direitos humanos, ▪ Respeito pelo combate à corrupção e ao suborno, <p>Bem como relativo aos colaboradores, incluindo medidas que, caso aplicáveis, tenham sido adotadas a fim de cumprir o princípio da igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens, não discriminação e inclusão de pessoas com deficiência e acessibilidade universal.</p> | <p>GRI 103, 205, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 412, 413, 414, 416, 417, 419</p> | <p>RELATÓRIO DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAP. GESTÃO de valor através do modelo de governo - CAP. O NOSSO DESEMPENHO <p>Suplemento GRI</p> |
| <p>Modelo de negócio</p> <p>Breve descrição do modelo de negócios do grupo, que deverá incluir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) O seu ambiente de negócios, 2.) Sua organização e estrutura, 3.) Os mercados em que opera, 4.) Os seus objetivos e estratégias, 5.) Os principais fatores e tendências que podem afetar sua evolução futura. | <p>GR 102-1, 102-2, 102-4, 102-7, 102-14</p> | <p>RELATÓRIO DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAP. O Nosso Modelo de Negócio <p>Suplemento GRI</p> |
| <p>Políticas</p> <p>Uma descrição das políticas que o grupo aplica a estas questões, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) Procedimentos de <i>due diligence</i> aplicados à identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos. 2.) Procedimentos de verificação e controlo, incluindo as respetivas medidas foram adotadas. | <p>GRI 102-15, 103, 201-2, 205-1, 205-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 412-1, 412-2, 412-3, 414-1 and 308-1, 416-1, 417-1, 419-1 and 307-1</p> | <p>RELATÓRIO DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAP. Gestão de valor através do modelo de governo <p>Relatório de Governo da Sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parte 1: Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade <p>Suplemento GRI</p> |
| <p>Resultados das políticas e indicadores de desempenho chave</p> <p>Os resultados dessas políticas, incluindo indicadores-chave de resultados não financeiros relevantes que permitam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.) A monitorização e avaliação do progresso e 2.) Que favoreçam a comparabilidade entre setores, de acordo com os referenciais nacionais, europeus ou internacionais utilizados para cada tema. | <p>GRI 102-15, 103, 201-2, 205-1, 205-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 412-1, 412-2, 412-3, 414-1 and 308-1, 416-1, 417-1, 419-1 and 307-1</p> <p>Política de Ambiente</p> | <p>RELATÓRIO DE GESTÃO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cap O Nosso Desempenho <p>Suplemento GRI</p> |
| <p>Riscos</p> <p>Os principais riscos relacionados com estas questões relativas às atividades do grupo, incluindo, quando relevante, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos nas mesmas, e</p> | <p>GRI 102-15, 201-2, 205-1, 407-1, 408-1, 409-1, 413-1</p> | <p>Relatório de Gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAP. Gestão de valor através do modelo de governo Relatório de Governo da Sociedade: |

| | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Como o grupo gere esses riscos, ▪ Explicando os procedimentos utilizados para detetar e avaliar os riscos, de acordo com as estruturas de referência nacionais, europeias ou internacionais para cada tema. ▪ Devem ser incluídas informações sobre os impactos detetados, detalhando os principais riscos a curto, médio e longo prazo. | | <p>- Parte 1: Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|--|--|--|

| | | |
|--|-------------------|--|
| <p>Indicadores-chave de desempenho</p> <p>Indicadores-chave de desempenho não financeiros que são relevantes para a atividade empresarial e que atendem aos critérios de comparabilidade, materialidade, relevância e confiabilidade.</p> <p>A fim de permitir a comparação de informação, tanto ao longo do tempo como entre entidades, serão utilizados padrões de indicadores chave não financeiros que podem ser geralmente aplicados e que cumprem as orientações da comissão europeia sobre esta matéria e com os standards da <i>global reporting initiative</i>, mencionando no relatório o âmbito nacional, europeu ou internacional utilizado para cada tema.</p> <p>Os principais indicadores dos resultados não financeiros devem ser aplicados a cada um dos temas de informação não financeira.</p> <p>Estes indicadores devem ser úteis, tendo em consideração as circunstâncias, e consistentes com os parâmetros utilizados nos seus procedimentos internos de avaliação e gestão de riscos.</p> <p>Em qualquer caso, as informações apresentadas devem ser precisas, comparáveis e verificáveis.</p> | <p>GRI 102-54</p> | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|--|-------------------|--|

QUESTÕES AMBIENTAIS

| | | |
|--|---|---|
| <p>Meio ambiente global</p> <p>1.) Informação detalhada sobre os efeitos atuais e possíveis das atividades da empresa sobre o meio ambiente e, quando aplicável, procedimentos de saúde e segurança, avaliação ambiental ou certificação;</p> <p>2.) Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais;</p> <p>3.) A aplicação do princípio da precaução, a quantidade de provisões e garantias para os riscos ambientais.</p> | <p>GRI 102-11,103, 201-2, 308-1</p> <p>Politica Ambiental</p> <p>As empresas Sonae possuem uma apólice de responsabilidade ambiental.</p> | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo Relatório de Governo da Sociedade:</p> <p>- Parte 1: Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|--|---|---|

| | | |
|---|--|--|
| <p>Contaminação</p> <p>1.) Medidas para prevenir, reduzir ou reparar danos das emissões de carbono que afetam gravemente o meio ambiente;</p> <p>2.) Tendo em consideração qualquer forma de poluição do ar, específica da atividade, incluindo poluição sonora e luminosa.</p> | <p>GRI 103, 305-5, 305-6, 305-7</p> <p>A ATIVIDADE DA SONAE, Pela sua natureza, não tem impactos significativos ao nível de ruído e poluição luminosa.</p> | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo - Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|---|--|--|

| | | |
|---|---|--|
| <p>Economia circular e prevenção e gestão de resíduos</p> <p>Economia circular;</p> | <p>GRI 103, 301-2, 301-3, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5</p> | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do</p> |
|---|---|--|

| | | |
|---|--|--|
| Resíduos: prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de recuperação e eliminação de resíduos; ações para combater o desperdício de alimentos. | | modelo de governo - Cap. O Nosso Desempenho Suplemento GRI |
| <p>Uso sustentável de recursos [assunto material]</p> <p>Consumo de água e abastecimento de água de acordo com as restrições locais;</p> <p>Consumo de matérias primas e as medidas adotadas para melhorar a eficiência de utilização;</p> <p>Consumo, direto e indireto de energia, medidas tomadas para melhorar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis.</p> | GRI 103, 301-1, 301-2, 301-3, 302-1, 302-2, 302-3, 302-4, 302-5, 303-1, 303-2, 303-3, 303-4, 303-5 | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo - Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> |

Investimos de forma significativa na melhoria contínua da gestão ambiental da Sonae, procurando minimizar o impacto das nossas atividades no meio ambiente. Para tal, apostamos na utilização eficiente dos nossos recursos, otimizando os consumos de água e energia, e minimizando as emissões de GEE (gases de efeito estufa), sem descuidar uma gestão eficaz dos resíduos gerados.

A melhoria contínua na gestão ambiental é garantida através do Programa de Certificações Ambientais, segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2015. A implementação deste programa permite-nos minimizar o nosso impacto ambiental, melhorar as nossas infraestruturas e fortalecer o cumprimento das obrigações legais numa perspetiva ambiental.

| | | |
|--|---|---|
| <p>Alterações Climáticas [assunto material]</p> <p>O elemento importante das emissões de gases de efeito estufa libertados como resultado das atividades da empresa, incluindo o uso dos bens e serviços que produz;</p> <p>As medidas adotadas para adaptação às consequências das alterações climáticas;</p> <p>As metas de redução estabelecidas voluntariamente a médio e longo prazos para reduzir as emissões de gases com efeitos de estufa e as medidas implementadas para atingir esse fim.</p> | GRI 103, 201-2, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5 | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo</p> <p>- Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|--|---|---|

O combate às alterações climáticas é um tema central na agenda do desenvolvimento sustentável do Grupo Sonae. Acreditamos que as empresas podem e devem desempenhar um papel relevante nesta matéria.

Em 2019, a Sonae e as suas empresas avançaram com a definição dos targets de redução das suas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), de âmbito 1 e 2. Fruto desse exercício, de forma consolidada, o Grupo comprometeu-se a reduzir em 54% as suas emissões de âmbito 1 e 2 em 2030, face ao registado em 2018.

Em termos de ação, mantivemos os esforços de promoção da eficiência e flexibilidade do consumo energético, investindo na instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes, criando condições para uma melhor monitorização e gestão dos consumos, e desenvolvendo procedimentos que permitam potenciar os investimentos realizados. Complementarmente procedemos à descarbonização da nossa matriz energética, através da produção de eletricidade efetivamente produzida a partir de fontes renováveis.

Complementarmente, o Grupo Sonae desenvolveu esforços no sentido de integrar as diretrizes definidas pelo Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD). Uma vez identificados os riscos materiais para as empresas, estes serão materializados monetariamente e serão definidas medidas de gestão e mitigação.

| | | |
|--|---|--|
| <p>Proteção da biodiversidade [assunto material]</p> <p>Medidas tomadas para preservar e restaurar a biodiversidade;</p> <p>Impactos causados pelas atividades ou operações em áreas protegidas.</p> | GRI 103, 304-1, 304-2, 304-3 Política de Sustentabilidade do Pescado Política Ambiental | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo - Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|--|---|--|

A dependência das nossas empresas do capital natural e o modo como direta ou indiretamente têm potencial para alterar ou contribuir para a destruição dos habitats naturais, leva-nos a considerar as questões relacionadas com a proteção e conservação da natureza e da biodiversidade como estratégicas para o Grupo.

A Sonae não possui instalações em áreas classificadas como zonas de habitats ricos em biodiversidade. Em 2020, não existiram operações conducentes a alterações dos habitats envolventes, que suscitassem a restauração dos mesmos.

QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS COLABORADORES

| | | |
|--|--|---|
| <p>Emprego [assunto material]</p> <p>Número total e distribuição de empregados por género, idade, país e categoria profissional;</p> <p>Número total e distribuição de modalidades de contrato de trabalho;</p> <p>Média anual de contratos sem termo, de contratos temporais e de contratos a tempo parcial por sexo, idade e categoria profissional;</p> <p>Número de demissões por sexo, idade e classificação profissional;</p> <p>As remunerações médias e sua evolução desagregadas por sexo, idade e classificação profissional ou igual valor;</p> <p>Diferença salarial, a remuneração de cargos iguais ou médios na empresa;</p> <p>A remuneração média dos administradores e executivos, incluindo remuneração variável, subsídios, compensação, pagamento a sistemas de previsão de poupanças a longo prazo e qualquer outra perceção desagregada por sexo;</p> <p>Implementação de políticas de desconexão laboral;</p> <p>Colaboradores com deficiência;</p> | <p>GRI 102-8 (Tabela: Média de Contratos), 102-35, 102-38, 102-39, 103, 401-1 (Tabela: Sidas por tipo), 405-1, 405-2 (Tabela: Remunerações médias), Tabela Colaboradores com Deficiência</p> | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo - Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> <p>Relatório de Governo da Sociedade:</p> <p>- Parte 1: Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade</p> |
|--|--|---|

Aquando da desvinculação de colaboradores é assegurado o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis a estas situações.

| | | |
|--|------------------------------|-----------------------|
| <p>Organização do trabalho</p> <p>Organização das horas trabalhadas;</p> <p>Número de horas de ausência;</p> <p>Medidas para facilitar a licença parental e incentivar a responsabilidade conjunta de ambos os pais.</p> | <p>GRI 103, 401-3, 403-2</p> | <p>Suplemento GRI</p> |
|--|------------------------------|-----------------------|

A Sonae tem desenvolvido iniciativas de trabalho flexível, potenciando o investimento interno em inovação, tecnologia e formação. Entre as vantagens proporcionadas pela Sonae encontram-se dias extras de férias, flexibilidade de horário, licença sem vencimento e redução da jornada de trabalho ou trabalho remoto. Estas iniciativas são o resultado de uma análise realizada em nível internacional, identificando as melhores práticas nos negócios para maximizar a produtividade e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal de nossas pessoas.

| | | |
|---|---|-----------------------|
| <p>Saúde e segurança</p> <p>Condições de saúde e segurança no trabalho;</p> <p>Acidentes de trabalho, em particular sua frequência e gravidade;</p> <p>Doenças ocupacionais; desagregadas por género.</p> | <p>GRI 103, 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9</p> | <p>Suplemento GRI</p> |
|---|---|-----------------------|

Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes.

| | | |
|-------------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| <p>Relações sociais</p> | <p>GRI 102-41, 103, 403-1, 407-1</p> | <p>Suplemento GRI</p> |
|-------------------------|--------------------------------------|-----------------------|

| | | |
|---|--|--|
| <p>Organização do diálogo social, incluindo procedimentos para informar e consultar os colaboradores e negociar com os mesmos;</p> <p>Porcentagem de colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva, por país;</p> <p>O equilíbrio dos acordos coletivos de trabalho, especialmente no domínio da saúde e segurança no trabalho.</p> | | |
|---|--|--|

Poderão ser encontradas mais informações no [Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da Sonae](#).

| | | |
|--|-----------------------|--|
| <p>Formação [assunto material]</p> <p>As políticas implementadas no domínio da formação;</p> <p>Número total de horas de formação, por categoria profissional.</p> | GRI 103, 404-1, 404-2 | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo - Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|--|-----------------------|--|

| | | |
|--|--|----------------|
| Acessibilidade universal para pessoas portadoras de deficiências | TABELA COLABORADORES PORTADORES dE Deficiência | Suplemento GRI |
|--|--|----------------|

Na Sonae, trabalhamos continuamente para proporcionar um ambiente de trabalho inclusivo e não discriminatório. As nossas instalações são desenvolvidas para garantir acessibilidade universal.

| | | |
|---|------------------------------|--|
| <p>Igualdade [assunto material]</p> <p>Medidas tomadas para promover igualdade de tratamento e oportunidades entre mulheres e homens;</p> <p>Planos de igualdade (capítulo III da lei orgânica 3/2007, de 22 de março, para a igualdade efetiva de mulheres e homens), medidas adotadas para promover o emprego, protocolos contra o assédio sexual e de género, integração e a acessibilidade universal das pessoas com deficiência;</p> <p>A política contra todos os tipos de discriminação e, quando apropriado, a gestão da diversidade.</p> | GRI 103, 405-1, 405-2, 406-1 | <p>Relatório de Gestão:</p> <p>- Cap. Gestão de valor através do modelo de governo - Cap. O Nosso Desempenho</p> <p>Suplemento GRI</p> |
|---|------------------------------|--|

Podem ser encontradas mais informações no [Plano para a Igualdade de Género da Sonae](#).

| | | |
|---|---|----------------|
| <p>Direitos Humanos</p> <p>Aplicação dos procedimentos de <i>DUE DILIGENCE</i> no campo dos direitos humanos;</p> <p>Prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, quando apropriado, medidas para mitigar, gerir e reparar possíveis abusos cometidos;</p> <p>Denúncias sobre casos de violação de direitos humanos;</p> <p>Promoção e cumprimento das disposições das convenções fundamentais da organização internacional do trabalho relativas ao respeito à liberdade sindical e ao direito à negociação coletiva;</p> <p>A eliminação da discriminação no emprego e na ocupação;</p> <p>A eliminação do trabalho forçado ou compulsório;</p> | GRI 102-16, 102-17, 103, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 412-1, 412-2, 412-3 | Suplemento GRI |
|---|---|----------------|

| | | |
|--|--|--|
| A abolição efetiva do trabalho infantil. | | |
|--|--|--|

Poderão ser encontradas mais informações no [Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da Sonae](#).

| | | |
|---|---|----------------|
| <p>Corrupção e suborno</p> <p>Medidas tomadas para prevenir corrupção e suborno;</p> <p>Medidas de combate ao branqueamento de capitais;</p> <p>Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos.</p> | GRI 102-16, 102-17, 205-1, 205-2, 205-3, 413-1, 419-1 | Suplemento GRI |
|---|---|----------------|

Poderão ser encontradas mais informações no [Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da Sonae](#).

QUESTÕES DE SOCIEDADE

| | | |
|---|--|----------------|
| <p>Compromissos da empresa com o desenvolvimento sustentável</p> <p>O impacto da atividade da sociedade no emprego e desenvolvimento local;</p> <p>O impacto da atividade da sociedade sobre as populações locais e no território;</p> <p>As relações mantidas com os interpretes das comunidades locais e as modalidades de diálogo com eles;</p> <p>As ações de associação ou patrocínio.</p> | GRI 102-12, 102-13, 102-43, 102-44, 103, 203-1, 203-2, 413-1 | Suplemento GRI |
|---|--|----------------|

Poderão ser encontradas mais informações no [Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da Sonae](#).

A Sonae subscreve a Declaração Universal dos Direitos Humanos e reconhece os direitos dos Povos Indígenas. Princípios que são incorporados nos processos de qualificação e avaliação de fornecedores e parceiros.

| | | |
|---|--------------------------|----------------|
| <p>Subcontratação e fornecedores [assunto material]</p> <p>A inclusão na política de compras de questões sociais, igualdade de género e questões ambientais;</p> <p>Consideração nas relações com fornecedores e subcontratados de sua responsabilidade social e ambiental;</p> <p>Sistemas de supervisão e auditorias e seus resultados.</p> | 102-9, 103, 308-1, 414-1 | Suplemento GRI |
|---|--------------------------|----------------|

Poderão ser encontradas mais informações no [Código de Ética e Conduta dos Colaboradores da Sonae](#) e no [Código de Conduta para Fornecedores da Sonae](#).

| | | |
|---|-----------------------------------|----------------|
| <p>Consumidores</p> <p>Medidas para a saúde e segurança dos consumidores;</p> <p>Sistemas de reclamações, reclamações recebidas e resolução das mesmas.</p> | 102-43, 102-44, 103, 416-1, 417-1 | Suplemento GRI |
|---|-----------------------------------|----------------|

| | | |
|---|-------------------|----------------|
| <p>Informação fiscal</p> <p>Benefícios obtidos país a país;</p> <p>Impostos sobre benefícios pagos.</p> | 103, 201-1, 201-4 | Suplemento GRI |
|---|-------------------|----------------|

Os valores recebidos pela Sonae em Portugal são reportados no indicador 201-4.



KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Burgo – Avenida da Boavista, 1837, 16º Andar
4100-133 Porto – Portugal
+351 22 010 23 00 – www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

**Ao Conselho de Administração da
Sonae SGPS, S.A.**

Introdução

Fomos contratados pelo Conselho de Administração da **Sonae SGPS, S.A.** (“Sonae”) para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade contida no “Relatório de Gestão” e no “Suplemento GRI” do Relatório e Contas da Sonae (“Relatório”) para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, identificada como verificada na “Tabela GRI” incluída no “Suplemento GRI”.

Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonae é responsável:

- Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório em conformidade com os GRI Standards, para o nível Essencial, conforme referido no capítulo “Sobre o Suplemento GRI” do Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo; e,
- Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.

A nossa responsabilidade

A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efetuado.

Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Somos independentes da Sonae nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica – ISAE 3000 (Revista) emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* da *International Federation of Accountants (IFAC)* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os *GRI Standards*, para o nível Essencial.

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:

- Realização de entrevistas com responsáveis para compreender os processos implementados pela Sonae para determinar os aspetos materialmente relevantes para as principais partes interessadas (*stakeholders*) da Sonae;
- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
- Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respetivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e,
- Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade da Sonae.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados que um trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.



Conclusão

A nossa conclusão foi formada na base das matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade contida no “Relatório de Gestão” e no “Suplemento GRI” do Relatório e Contas da Sonae para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, identificada como verificada na “Tabela GRI” incluída no “Suplemento GRI”, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com os GRI *Standards*, para o nível Essencial.

Restrição no uso do nosso relatório

O nosso relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido exclusivamente para uso do Conselho de Administração da Sonae no âmbito da divulgação da informação de sustentabilidade contida no “Relatório de Gestão” e no “Suplemento GRI” do Relatório e Contas da Sonae, e não se destina a ser utilizado para nenhuma outra finalidade ou qualquer outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiros entidades, para além da Sonae, pelo nosso trabalho, por este relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

29 de março de 2021

KPMG & Associados -

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Pedro Manuel Bouça de Morais Alves da Costa (ROC n.º 1466)



CONTACTOS

Patrícia Vieira Pinto
Diretora de Relação com Investidores
pvpinto@sonae.pt
Tel.: + 351 22 010 4794

Maria João Oliveira
Comunicação Externa
mjfoliveira@sonae.pt
Tel.: + 351 22 010 4745

DESIGN
White Way© Agency

PROPRIEDADE
Sonae
Lugar do Espido Via Norte
4471-909 Maia, Portugal
Tel.: +351 22 948 7522
www.sonae.pt